



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA EVANGÉLICA E O PROJETO
BOLSONARISTA DE FASCISTIZAÇÃO: a interface nas políticas de
militarização das escolas e de Educação Domiciliar (2019-2022)**

LUIZA RABELO COLOMBO

Sob a Orientação do Professor
Fernando César Ferreira Gouvêa

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutora em
Educação**, no curso de Pós-Graduação
em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas
Populares, Área de Concentração em
Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Dezembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C718n Colombo, Luiza Rabelo, 1988-
A nova pedagogia da hegemonia evangélica e o projeto bolsonarista de fascistização: a interface nas políticas de militarização das escolas e de Educação Domiciliar (2019-2022) / Luiza Rabelo Colombo. - Seropédica; Nova Iguaçu., 2023.
386 f.: il.

Orientador: Fernando César Ferreira Gouvêa.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2023.

1. Evangélicos. 2. Bolsonarismo. 3. Políticas Educacionais. 4. Frente Parlamentar Evangélica. 5. Educação Domiciliar. I. Gouvêa, Fernando César Ferreira, 1961-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 1464 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.084713/2023-45

Seropédica-RJ, 21 de dezembro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

LUIZA RABELO COLOMBO

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 08/12/2023

Membros da banca:

FERNANDO CESAR FERREIRA GOUVEA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

FLAVIO HENRIQUE CALHEIROS CASIMIRO. Dr. (Examinador Externo à Instituição).

ANGELA MARIA SOUZA MARTINS. Dra. UNIRIO (Examinadora Externa à Instituição).

GILBERTO GRASSI CALIL. Dr. UNIOESTE (Examinador Externo à Instituição).

RICARDO MARIANO. Dr. USP (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 21/12/2023 20:37)

FERNANDO CESAR FERREIRA GOUVEA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 1667143

(Assinado digitalmente em 27/12/2023 19:43)

GILBERTO GRASSI CALIL
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 748.042.190-72

(Assinado digitalmente em 22/12/2023 08:41)

ANGELA MARIA SOUZA MARTINS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 351.423.917-72

(Assinado digitalmente em 22/12/2023 09:32)

RICARDO MARIANO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 053.242.518-95

(Assinado digitalmente em 29/12/2023 22:22)

FLÁVIO HENRIQUE CALHEIROS CASIMIRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 054.026.506-32

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1464**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **21/12/2023** e o
código de verificação: **13def0bb04**

Às mulheres que ousam retirar as dobradiças dos joelhos.

AGRADECIMENTOS

Ainda que o trabalho de pesquisa e escrita seja, em grande medida, asperamente solitário, essa tese também é fruto daquilo que nos constitui como seres em coletivo: tem origem nas sementes plantadas por aquelas e aqueles que vieram antes de mim e que fizeram com que essa pesquisa fosse possível. Agradeço às estudantes e professoras que arrombaram as portas das universidades para que outras mulheres pudessem estudar e pesquisar; às pesquisadoras e pesquisadores que abriram os caminhos e pavimentaram os referenciais por onde caminhei. Reconhecer e buscar honrar aquelas e aqueles que nos precederam, assim como buscar ampliar e fortalecer a trama de relações de trabalho, solidariedade e múltiplos afetos do tempo presente, foram enormes aprendizados nessa jornada. Assim, agradeço a generosidade, o apoio e as longas conversas que tive em todo esse processo com as pesquisadoras e pesquisadores, companheiras e companheiros de militância. Ainda que solitária, me senti bem acompanhada e na direção correta. Sem vocês, sequer os objetivos dessa pesquisa seriam formulados: pois tenho aprendido, de novas e distintas formas, com as/os anarquistas, as/os marxistas leninistas e as/os comunistas libertárias/os, que é em movimento coletivo e através da prática que se constitui o materialismo histórico dialético. Obrigada à todas e todos vocês, imprescindíveis.

Agradeço ao professor Fernando Gouvêa, cuja orientação acolhedora e incentivadora contribuiu, de diversas maneiras, para a realização desse trabalho. De maneira similar, não poderia deixar de agradecer aos colegas do Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ), por toda a trajetória de formação coletiva compartilhada, em trabalho de pesquisa coletivo comprometido com a defesa da escola pública, que constituiu a minha formação acadêmica, tanto no mestrado quanto no doutorado no PPGEduc/UFRRJ; assim como agradeço ao coordenador do grupo, professor Rodrigo Lamosa. No mesmo sentido, agradeço as demais professoras e professores, técnicas e técnicos, que fizeram e fazem do PPGEduc/UFRRJ um programa comprometido com a defesa da educação pública em nosso país, em todos os seus níveis.

Agradeço, por fim, à minha família (mãe, pai, irmão, irmã de vida, primas, primos, tias, tios, afilhada, afilhado...) e às queridas amigas e amigos, cujo amor, franqueza, carinho e apoio em forma de palavras e sorrisos foram fundamentais para lidar com as intermináveis horas afogada na análise dos materiais e na escrita na frente da tela do computador. Por razões distintas e sem exageros, todas e todos tiveram enorme importância, pois esse trabalho só foi possível porque estiveram de mãos dadas comigo. Minha profunda e sincera gratidão a cada uma e cada um.

RESUMO

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA EVANGÉLICA E O PROJETO BOLSONARISTA DE FASCISTIZAÇÃO: a interface nas políticas de militarização das escolas e de Educação Domiciliar (2019-2022)**. 2023. 386p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

A tese é resultado de uma pesquisa sobre o protagonismo de igrejas e aparelhos privados de hegemonia evangélicos, bem como a atuação de seus intelectuais orgânicos, no contexto do processo que caracterizamos como a escalada do fascismo no Brasil, decorrente do projeto bolsonarista de fascistização, considerando suas determinações históricas, por sua vez indissociáveis do aprofundamento da crise orgânica do capital e do adensamento e ascensão de uma frente de ação ideológica liberal-ultraconservadora no país. A partir do embasamento no arcabouço teórico marxista de Antônio Gramsci, ancorada na concepção de Estado ampliado (integral) como ferramenta teórico-metodológica, a pesquisa buscou identificar e analisar as estratégias para educar para o consenso através da caracterização da nova pedagogia da hegemonia evangélica, bem como sua relação com o bolsonarismo e as disputas que envolveram as políticas educacionais circunscritas pela ideologia escola sem partido, por sua vez articuladas às renovadas estratégias coercitivas intrínsecas à autocracia burguesa no capitalismo dependente e periférico. O recorte temporal específico estabelecido foi o período do governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), estando o foco voltado para a análise da atuação do segmento evangélico através do Ministério da Educação (MEC) e da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). O estudo identificou duas predominâncias na atuação do segmento, referentes às políticas educacionais: a) a disputa pela modelagem do comportamento de estudantes, docentes e responsáveis legais, através da política de militarização das escolas, articulada, a um só tempo, às competências socioemocionais estabelecidas por organismos multilaterais do grande capital e aos elementos fascistizantes do receituário bolsonarista; e b) a disputa pelo sentido e pela função da instituição social família, através da defesa da Educação Domiciliar, articulada a outras estratégias de caráter fundamentalista cristão, ultraconservador e reacionário, voltadas para a restauração do sentido e para a refuncionalização da família. Concluímos que as articulações voltadas para essas políticas, que contaram com o adensamento e a mobilização de aparelhos privados de hegemonia evangélicos, no conjunto da atuação da frente liberal-ultraconservadora, caracterizaram a interface da nova pedagogia da hegemonia evangélica com o projeto bolsonarista de fascistização, representando, assim, o alinhamento dos intelectuais e aparelhos hegemônicos dirigentes do segmento evangélico ao bolsonarismo, que foram constituídos e ao mesmo tempo constituíram, no período analisado, o processo de fascistização no Brasil.

Palavras-chave: Evangélicos; Bolsonarismo; Políticas Educacionais; Frente Parlamentar Evangélica; Educação Domiciliar.

ABSTRACT

COLOMBO, Luiza Rabelo. **THE NEW PEDAGOGY OF EVANGELICAL HEGEMONY AND THE BOLSONARIST PROJECT OF FASCISTIZATION: the militarization of schools and the Homeschooling policies (2019-2022)**. 2023. 386p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

The thesis is the result of a research on the role of churches and private apparatuses of evangelical hegemony, as well as the work of their organic intellectuals, in the context of the process that we characterize as the growth of fascism in Brazil. This process derives from the bolsonarist project of fascistization, considering its historical determinations, which are inseparable from the deepening of the organic crisis of capital and the strengthening and rise of a liberal-ultraconservative front acting ideologically in the country. Based on Antonio Gramsci's Marxist theoretical framework, anchored in the concept of the expanded (integral) state as a theoretical-methodological tool, the research sought to identify and analyze the strategies of educating for consensus through the characterization of the new pedagogy of evangelical hegemony, as well as its relationship with Bolsonarism and the disputes surrounding the educational policies circumscribed by the Nonpartisan School ideology, which is tied to the renewed coercive strategies intrinsic to bourgeois autocracy in dependent and peripheral capitalism. The specific time frame established was the period of President Jair Bolsonaro's administration (2019-2022), and we focused on analyzing the actions of the evangelical segment through the Ministry of Education (MEC) and the Evangelical Parliamentary Front (FPE). The study identified two predominant aspects of this segment's work in relation to educational policies: a) the dispute over shaping the behaviour of students, teachers and legal guardians, through the policy of militarizing schools, linked at the same time to the socio-emotional competencies established by multilateral entities of big capital and to the fascist elements of the bolsonarist prescription; and b) the dispute over the meaning and function of the family as a social institution, through Homeschooling advocacy, linked to other strategies of a Christian fundamentalist, ultraconservative and reactionary nature, aimed at the “restoration of meaning” and the “refunctionalization of the family”. We conclude that the political arrangements directed at these policies, which included the intensification and mobilization of private apparatuses of evangelical hegemony, in the set of activities of the liberal-ultraconservative front, characterized the interface of the new pedagogy of evangelical hegemony with the bolsonarist project of fascistization, thus representing the alignment of the leading intellectuals and hegemonic apparatuses of the evangelical segment with Bolsonarism, which were constituted of and at the same time constituted, in the period analyzed, the process of fascistization in Brazil.

Keywords: Evangelicals; Bolsonarism; Educational Policies; Evangelical Parliamentary Front; Homeschooling.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO ELEITORADO POR TIPO DE RELIGIÃO _____	p. 215
QUADRO 2 – MINISTROS DA EDUCAÇÃO (2019-2022) _____	p. 245
QUADRO 3 – QUANTITATIVO DE ESCOLAS DO PECIM POR ANO E REGIÃO _____	p. 269
QUADRO 4 – QUANTITATIVO E PORCENTAGEM DAS ESCOLAS E MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL _____	p. 270
QUADRO 5 - PUBLICAÇÕES DA FPE NA REDE SOCIAL INSTAGRAM NA 56ª LEGISLATURA (POR TIPO DE MATERIAL) _____	p. 295
QUADRO 6 - PROPOSTAS LEGISLATIVAS CONSTITUTIVAS DAS ESTRATÉGIAS DA FPE NA DISPUTA PELO SENTIDO E PELA FUNÇÃO DE FAMÍLIA EM 2022 (ORDENADAS POR ANO DE PROPOSIÇÃO) _____	p. 312
QUADRO 7 - MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DE AÇÕES OU PEÇAS PUBLICITÁRIAS DE CAMPANHAS DA FPE PUBLICADOS ATRAVÉS DA REDE SOCIAL DIGITAL INSTAGRAM NA 56ª LEGISLATURA (POR TEMÁTICA) _____	p. 316
QUADRO 8 – PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR _____	p. 322

LISTA DE IMAGENS

- IMAGEM 1 – “ORGANOGRAMA ATUAL DAS ECIM” _____ p. 273
- IMAGEM 2 – “GALERIA DOS PRESIDENTES – FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL” _____ p. 290
- IMAGEM 3 – REUNIÃO DA FPE E PRESIDENTES DE IGREJAS COM JAIR BOLSONARO E PAULO GUEDES PARA PRESSIONAR CONTRA A TRIBUTAÇÃO DE TEMPLOS RELIGIOSOS _____ p. 296
- IMAGEM 4 – APOIO DE JAIR BOLSONARO À FPE _____ p. 296
- IMAGEM 5 – VÍDEO DE DIVULGAÇÃO DA ALIANÇA ENTRE A FPE E O MMFDH _____ p. 297
- IMAGENS 6, 7 e 8 – CAMPANHA DE “DEFESA DA FAMÍLIA” (TEMA DEFESA DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA) _____ p. 317 e 318
- IMAGEM 9 – CAMPANHA DE “DEFESA DA FAMÍLIA” (TEMA DEFESA DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA) _____ p. 318
- IMAGENS 10 e 11 – CAMPANHA DE “DEFESA DA FAMÍLIA” (TEMA CONTRA O ABORTO) _____ p. 319
- IMAGENS 12, 13, 14 e 15 – CAMPANHA DE APOIO AO “ESCOLA SEM PARTIDO” _ p. 327
- IMAGEM 16 - CAMPANHA DE APOIO AO “ESCOLA SEM PARTIDO” (TEMA EDUCAÇÃO DOMICILIAR) _____ p. 329
- IMAGEM 17 – CAPA DA CARTILHA “EDUCAÇÃO DOMICILIAR” DO MEC _____ p. 330
- IMAGEM 18 – PÁGINA 12 DA CARTILHA “EDUCAÇÃO DOMICILIAR” DO MEC _ p. 331

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Assembleia de Deus
ADHONEP	Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno
ADUFS	Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana
ADVEC	Assembleia de Deus Vitória em Cristo
AEVB	Associação Evangélica Brasileira
AGU	Advocacia-Geral da União
AIB	Ação Integralista Brasileira
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AME	Aliança Missionária Evangélica
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANAJURE	Associação Nacional de Juristas Evangélicos
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANED	Associação Nacional de Educação Domiciliar
APHs	Aparelhos Privados de Hegemonia
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CADB	Convenção da Assembleia de Deus no Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBB	Convenção Batista Brasileira
CBMC	<i>Connecting Business and Marketplace to Christ</i>
CBN	Convenção Batista Nacional
CC	Congregação Cristã do Brasil
CCHN	Comitê Cristão de Homens de Negócio
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CEB	Confederação Evangélica do Brasil
CEMARX	Centro de Estudos Marxistas
CF	Constituição Federal
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil
CGU	Controladoria-Geral da União
CIPE	<i>Center For International Private Enterprise</i>
CMLE	Centro Mackenzie de Liberdade Econômica
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPB	Conselho Nacional dos Pastores do Brasil
CNPBB	Conselho Nacional dos Pastores e Bispos do Brasil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMAD	Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira e Igrejas Filiadas
CONIMADB	Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
COVID-19	Doença do Coronavírus de 2019
CPAD	Casa Publicadora das Assembleias de Deus
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DC-Polinter	Divisão de Capturas e Polícia Interestadual
Decim	Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares
DEM	Democratas (partido)
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação à Distância
EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
Ecim	Escolas Cívico-Militares
ED	Educação Domiciliar
Edtech	<i>Education Technology</i>
EGN	Escola de Guerra Naval
Embratur	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EPL	Estudantes Pela Liberdade
EsFCEx	Escola de Formação Complementar do Exército
ESG	Escola Superior de Guerra
ESP	Escola Sem Partido
EsPCEEx	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
EsSEEx	Escola de Saúde do Exército
EsSLog	Escola de Sargentos de Logística
EUA	Estados Unidos da América
FAESP	Faculdade Evangélica de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas

Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FJU	Força Jovem Universal
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FO	Fundação Osorio
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
FPDH	Frente Parlamentar em Defesa do <i>Homeschooling</i>
FPE	Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional
FPÖ	Partido da Liberdade da Áustria
FPSP	Frente Parlamentar da Segurança Pública
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
HACER	<i>Hispanic American Center for Economic Research</i>
IAS	Instituto Ayrton Senna
IBADEP	Instituto Bíblico da Assembleia de Deus do Estado do Paraná
IBDR	Instituto Brasileiro de Direito e Religião
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBL	Igreja Batista da Lagoinha
IBMEC	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
ICV	Igreja Cristo Vive
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IEE	Instituto de Estudos Empresariais
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular
IFL	Instituto de Formação de Líderes
IIGD	Igreja Internacional da Graça de Deus
IL	Instituto Liberal
IMB	Igreja Metodista do Brasil
IMB	Instituto Mises Brasil
IME	Instituto Militar de Engenharia
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INV	Igreja de Nova Vida
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
IPI	Igreja Presbiteriana Independente
IPIB	Igreja Presbiteriana Independente do Brasil

IPM	Instituto Presbiteriano Mackenzie
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ISCON	Instituto Superior da Convenção Nacional das Assembleias de Deus
ISER	Instituto de Estudos da Religião
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
ITCT	Instituto Tecnológico Cristo para Todos
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAPN+	Pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais
LIEPE	Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro (anteriormente PMDB)
MEC	Ministério da Educação
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MN	Manifesto à Nação
MP	Medida Provisória
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
NED	<i>National Endowment for Democracy</i>
NEPAC	Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva
NPH	Nova Pedagogia da Hegemonia
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPBB	Ordem dos Pastores Batistas do Brasil
OSs	Organizações Sociais
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCESP	Professores Contra o Escola Sem Partido
PCI	Partido Comunista Italiano
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
Pecim	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
PFL	Partido da Frente Liberal

PGM	Pequeno Grupo Multiplicador
PGR	Procuradoria-Geral da República
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto de Lei do Senado
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
POLI-USP	Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
PP	Partido Progressista (atual Progressistas)
PPB	Partido do Povo Brasileiro
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista (atual Cidadania)
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSI	Partido Socialista Italiano
PSL	Partido Social Liberal
PSR	Partido Socialista Revolucionário
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTR	Partido Trabalhista Renovador
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica

SCMB	Sistema de Colégios Militares do Brasil
SEALF	Secretaria de Alfabetização
Secim	Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares
Sepal	Serviço de Evangelização para a América Latina
SEPE	Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro
SFL	<i>Students For Liberty</i>
SMR	Sociologia Marxista da Religião
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TP	Teologia da Prosperidade
TPE	Todos Pela Educação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMBB	União Feminina Missionária Batista do Brasil
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UMADC	União da Mocidade da Assembleia de Deus em Curitiba
UMADEPAR	União da Mocidade das Assembleias de Deus no Estado do Paraná
UMHBB	União Missionária de Homens Batistas do Brasil
UnB	Universidade de Brasília
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
Unigrejas	União Nacional das Igrejas e Pastores Evangélicos
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie
UPPs	Unidades de Polícia Pacificadora
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VINDE	Visão Nacional de Evangelização
VPR	Vem Pra Rua
WGB	Working Group on Bribery

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – RELIGIÃO, IDEOLOGIA, POLÍTICA E HEGEMONIA	29
1.1 Caminhos abertos pela Sociologia Marxista da Religião	29
1.2 A “questão religiosa” em Gramsci	47
1.2.1 A religião como forma particular de ideologia	48
1.2.2 As Igrejas e o Estado Educador (ou a Pedagogia da Hegemonia)	59
CAPÍTULO II – A QUESTÃO EVANGÉLICA NO CONTEXTO POLÍTICO DO BRASIL	71
2.1 Breve Histórico das Igrejas Evangélicas – as Protestantes Históricas, as Pentecostais e as Protestantes Históricas Renovadas	75
2.2 A terceira onda: as igrejas neopentecostais e a nova face do pentecostalismo	95
2.3 Teologia do Domínio e Teologia da prosperidade: do ultraconservadorismo aos ajustes neoliberais	110
2.4 Do “crente não se mete em política” ao “crente vota em crente”: as mudanças a partir dos anos 1980	124
CAPÍTULO III - “NÃO TENHO CRISE, TENHO CRISTO”: O APROFUNDAMENTO DA CRISE ORGÂNICA DO CAPITAL E SEUS EFEITOS NO CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO NO BRASIL	135
3.1 Apontamentos sobre o capitalismo dependente e periférico e o traço religioso da autocracia burguesa no Brasil	136
3.2 A crise orgânica do capital e o neoliberalismo	155
3.2.1 As transformações estruturais e a função das ideologias	156
3.2.2 Do “receituário-ideal” às variantes social-liberalismo e liberalismo-ultraconservador	163
CAPÍTULO IV - A FASCISTIZAÇÃO “EM NOME DE DEUS”	179
4.1. “Em nome de Deus e da família brasileira, é ‘sim!’”: o início da ofensiva fascistizante entre as manifestações de 2015 e o Golpe de 2016	185
4.2 As eleições de 2018 e o “Manifesto à nação” da Frente Parlamentar Evangélica	203

4.3 O (neo)fascismo como categoria analítica para pensar o bolsonarismo nos marcos da autocracia burguesa	218
 CAPÍTULO V – A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA EVANGÉLICA NO ÂMBITO DO ESTADO AMPLIADO: As alianças pela ideologia Escola Sem Partido na composição e na atuação do Ministério da Educação (2019-2022)	237
5.1 Os ministérios das igrejas ou as igrejas dos ministérios: o papel dos ministros enquanto intelectuais orgânicos	238
5.2 Os ministros da Educação a serviço da nova pedagogia da hegemonia evangélica	244
5.3 Elementos de fascistização nas políticas do MEC: o caso do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim)	265
 CAPÍTULO VI – A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA EVANGÉLICA NO ÂMBITO DO ESTADO AMPLIADO: A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (2019-2022)	282
6.1 Os intelectuais orgânicos e a composição da FPE	283
6.2 “Deus, Pátria, Família e Liberdade!”: a fascistização da disputa pelo sentido e pela função da instituição social família	301
6.3 A FPE e defesa da Educação Domiciliar (ou <i>homeschooling</i>)	320
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	332
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	340
FONTES PRIMÁRIAS	352
FONTES PRIMÁRIAS WEBGRÁFICAS	359
ANEXOS	362

INTRODUÇÃO

1. Apresentação

A pesquisa que resultou nesta tese buscou analisar as determinações históricas da ampliação da atuação das igrejas e dos aparelhos evangélicos no contexto de aprofundamento da crise orgânica do capital e do decorrente adensamento e ascensão da ideologia de uma frente de ação liberal-ultraconservadora no Brasil¹. Neste sentido, buscamos compreender quais são os papéis desempenhados pelas organizações religiosas e lideranças evangélicas nessa frente, assim como da utilização da Teologia da Prosperidade e da Teologia do Domínio – notadamente características do neopentecostalismo – para educar para o consenso, no decorrer do processo que caracterizamos como escalada da fascistização no Brasil, orientado, especialmente, pelo projeto bolsonarista de fascistização.

Para a definição de “bolsonarismo”, utilizamos como referência pesquisadores (CALIL, 2020, 2021; LOWY, 2020; HOEVELER, 2020; MATTOS, 2020 e outros) que têm caracterizado o receituário ideológico representado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro como uma ideologia *neofascista* que ganhou ampla adesão a partir do período das eleições presidenciais de 2018². O bolsonarismo também pode ser caracterizado por designar “a esquerda” como o principal inimigo a ser destruído em torno da justificativa de “defesa da família”, produzindo e difundindo o culto à violência, o negacionismo científico, o nacionalismo autoritário e conservador, a agenda contrária a políticas defendidas por movimentos sociais feministas, antirracistas e de luta por direitos de pessoas LGBTQIAPN+. Assim, Bolsonaro tem sido o rosto público da expressão da extrema direita, dando uma nova face à chamada “nova direita” (CASIMIRO, 2016, 2020) a partir de 2018/2019, sem desconsiderar, contudo, outro conjunto de forças também dentro da nova direita que segue concomitantemente, entre tensões e aproximações ao bolsonarismo, no interior das disputas intraburguesas na luta de classes.

Em tempos em que vemos emergir uma ofensiva ultraconservadora e reacionária no

1 A definição e caracterização da chamada frente liberal-ultraconservadora foi realizada em estudos anteriores (COLOMBO, 2018) e será apresentada, adiante, de forma pormenorizada.

2 Segundo Hoeveler: “O bolsonarismo, em poucas palavras, é um movimento de extrema direita com dois pilares fundamentais: uma plataforma ultraliberal na economia e uma agenda ultraconservadora no plano da cultura, da política e dos costumes. O Brasil de Bolsonaro embarca na maré autoritária mundial, que conta com variadas espécies: do trumpismo nos Estados Unidos ao salvinismo na Itália, passando pela ascensão de Viktor Orbán na Hungria, Recep Erdogan na Turquia, Rodrigo Duterte nas Filipinas e Boris Johnson na Inglaterra. (HOEVELER, 2020, p. 72).

cenário das políticas públicas educacionais através de uma intensificação da atuação de líderes e igrejas evangélicas no âmbito do Estado ampliado (integral) – ou seja, de maneira correspondente e indissociável, tanto no interior da sociedade civil quanto nas agências no Estado restrito, defendendo a agenda de implementação da ideologia representada pelo Escola Sem Partido (ESP) com a expansão dos processos de militarização das escolas públicas em todo o país, o avanço da defesa da legalização e regularização da educação domiciliar e da complexificação e aprofundamento das políticas privatizantes por parte das associações e entidades empresariais – consideramos urgente a análise sobre o que representam estes processos, assim como a atuação dos intelectuais orgânicos evangélicos nessa ofensiva, e seus impactos no conjunto das políticas educacionais brasileiras na contemporaneidade.

Para tal, consideramos o que Neves (2005) caracterizou como Nova Pedagogia da Hegemonia (NPH), a “educação para o consenso sobre os sentidos de democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses privados do grande capital nacional e internacional” (NEVES, 2005, p. 15) como conceito-chave para a compreensão das estratégias de legitimação social da hegemonia burguesa. A autora, a partir do referencial teórico do italiano Antônio Gramsci, reconhece que o conceito de “pedagogia da hegemonia” não foi utilizado explicitamente pelo filósofo, mas o desenvolve, por ele inspirada, a partir do conceito de “Estado educador”. Segundo Neves, “(...) o Estado brasileiro, enquanto Estado educador, redefine suas práticas, instaurando, por meio de uma pedagogia da hegemonia, uma nova relação entre aparelhagem estatal e sociedade civil, com vistas a estabilizar, no espaço brasileiro, o projeto neoliberal de sociabilidade” (NEVES, 2005, p. 16); uma vez que, para Gramsci, toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica (GRAMSCI, 2020a).

Instituições como as igrejas e seus mais diversos aparelhos privados de hegemonia (APHs)³, nesse sentido, fazem a intermediação das ações, proposições e concepções da pedagogia da hegemonia, preservando suas maneiras específicas e próprias de atuação nas questões sociais, articuladas e assumindo a dupla e complexa tarefa de, ao mesmo tempo, “harmonizar os interesses das classes e frações de classes em nome das quais atuam” e “organizar e organicizar as proposições mais afeitas a esses interesses particulares,

3 Aparelhos privados de hegemonia (ou aparelhos hegemônicos) são organizações da sociedade civil responsáveis por realizar as tarefas históricas que cabem aos intelectuais orgânicos, de acordo com Gramsci (2020b), de formular, sistematizar e difundir a concepção de mundo de sua classe, visando a constituição ou a manutenção de hegemonia. Têm por objetivo formar para o consenso de acordo com os interesses privados de classe e frações de classe que os dirigem.

constituindo-os como gerais” (NEVES, 2005, p. 27). Nessa perspectiva, de acordo com os interesses do presente estudo, há que se pensar também nas tensões e disputas intraburguesas no interior do bloco histórico para a análise dos papéis desempenhados pelos intelectuais orgânicos e igrejas evangélicas. Em outras palavras, tornou-se urgente compreender e analisar o que vem se constituindo como a Nova Pedagogia da Hegemonia Evangélica no cenário brasileiro, em especial, como este processo educativo (relativo à hegemonia) vem sendo realizado no contexto do que processo de fascistização no país.

É necessário apontar o desafio de nossa abordagem de análise, frente aos diversos elementos de distinção entre os evangélicos, considerando a observação dos períodos históricos, das vertentes, das denominações, das igrejas, das demais instituições e organizações religiosas (aparelhos privados de hegemonia) e dos intelectuais orgânicos. Nesse ponto, ressaltamos que compreendemos que não há homogeneidade no segmento evangélico. Há, inclusive, uma gama de movimentos evangélicos dissidentes, aqueles que não compactuam com o alinhamento do campo dominante do segmento aos interesses do grande capital (ou, no caso de nosso recorte, ao projeto bolsonarista de fascistização). Portanto, foi possível realizar a caracterização de uma pedagogia da hegemonia evangélica, nos marcos do neoliberalismo, considerando essa problemática? Nesse sentido, ainda que existam expressivas diferenças entre as igrejas e demais organizações religiosas evangélica em relação aos sentidos de democracia, cidadania, ética e participação política da sociedade civil nos marcos da superestrutura neoliberal, direcionamos o nosso foco para a análise daquilo que é prioritário para os aparelhos hegemônicos e intelectuais orgânicos que dirigem e representam, de forma majoritária, o segmento no âmbito do Estado ampliado.

Assim, o relevo foi dado, especialmente, àquilo que é comum e que contorna o sentido de unidade do segmento – e que também constitui a ideia de unidade que o segmento busca forjar, tendo em vista as estratégias políticas que contam com a mobilização do segmento em torno de interesses e projetos em comum. Ou seja, no movimento de análise crítica, buscamos identificar e caracterizar, para além das distinções, sobretudo, aquilo que unifica os evangélicos em torno de estratégias de legitimação da hegemonia burguesa; portanto, aquilo que constitui a nova pedagogia da hegemonia evangélica no âmbito do que há em comum entre os distintos projetos de hegemonia (assim como as respectivas ideologias e estratégias de formação) que dão forma ao segmento. Conforme poderá ser observado ao longo da leitura das análises do presente trabalho, no âmbito das políticas educacionais, a unidade evangélica foi identificada

em alinhamento aos interesses que constituem a frente de ação liberal-ultraconservadora.

Ainda, destacamos que o sentido de “nova”, tal como propôs Neves (2005) foi mantido em nossa perspectiva. Isso se deve ao fato de que a adjetivação se refere às mudanças relativas à “nova relação entre aparelhagem estatal e sociedade civil”, com vistas a formação para o consenso em torno do projeto neoliberal de sociabilidade. Neste sentido, a pedagogia da hegemonia evangélica, tal como analisamos na pesquisa, é inflexionada pelo neoliberalismo e, ao mesmo tempo, alimenta tal projeto de sociabilidade através da Teologia da Prosperidade e da Teologia do Domínio, servindo aos interesses do grande capital, nos marcos do capitalismo dependente e periférico no contexto brasileiro. Assim, a ideia de “nova” favorece a nossa distinção da pedagogia da hegemonia evangélica histórica, localizada em períodos anteriores, da atual, localizada nos marcos do neoliberalismo e, especialmente, da formação e atuação da frente liberal-ultraconservadora no processo das disputas, no país, em torno dos rumos do neoliberalismo em bases reacionárias e ultraconservadoras. Além da referência às mudanças advindas com os ajustes do segmento em relação neoliberalismo, nosso uso da adjetivação “nova” também visa marcar o processo de renovação das estratégias de atuação do segmento no âmbito do Estado em sentido ampliado desde o final da década de 1980.

É importante situarmos que esta tese também se origina do acúmulo de estudos realizados no âmbito do curso de mestrado, realizado entre 2017 e 2018, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que resultou na dissertação sob o título “A Frente Liberal-Ultraconservadora no Brasil – reflexões sobre e para além do ‘movimento’ Escola Sem Partido” (COLOMBO, 2018), de autoria da mesma pesquisadora.

A pesquisa anterior analisou uma extensa rede de grupos, organizações e Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) liberais-ultraconservadores transnacionais (como a rede de think tanks Atlas Network e seus 13 APHs associados, sediados no Brasil, tais como o Estudantes Pela Liberdade – organização do Students For Liberty no Brasil – o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o Instituto Ludwig Von Mises Brasil, o Instituto Millenium, o LIVRES – organização que surgiu a partir de uma tendência do Partido Social Liberal – dentre outros) e nacionais (como a Rede Liberdade e seus APHs associados, o mesmo grupo de APHs da Atlas e mais outros 21), para compreender a origem e o que representa a ideologia do ESP.

Eles foram analisados no contexto da crise estrutural – ou crise orgânica, para

utilizarmos a expressão gramsciana – do capitalismo e seu aprofundamento na crise de 2008 (MÉSZÁROS, 2011), a partir dos nexos entre os movimentos da estrutura e da superestrutura de acordo com a expressão dos interesses de frações de classe dominantes no interior do processo de recomposição burguesa. Estes APHs foram compreendidos na emergência de uma variante ultraconservadora do liberalismo no mundo e, especificamente, no Brasil:

Identificamos o que há em comum entre tais grupos no tocante ao que definem como princípios mínimos, que é a predominância do indivíduo sobre o Estado, a liberdade absoluta do mercado e a defesa irrestrita da propriedade privada. Além destes princípios estarem contidos da ideologia representada pelo “movimento” [ESP], também identificamos preceitos do fundamentalismo religioso cristão que dão o tom ultraconservador também à grande parte das organizações que integram o conjunto desta frente, o que tornou possível e necessário caracterizá-la como ultraconservadora, haja vista a característica essencialmente conservadora da burguesia no Brasil ao longo de sua formação histórica [no capitalismo dependente]. (COLOMBO, 2018, p. 169).

Para a caracterização e análise do que passamos a chamar de “frente liberal-ultraconservadora” também foi necessário voltarmos nosso olhar para a nova estratégia, elaborada por esses APHs, de formação e organização de jovens estudantes ‘livres’ (liberais). Identificamos que essas organizações têm expressado um grande protagonismo no processo de renovação das forças liberais de extrema direita, ultraconservadoras e reacionárias. Neste sentido, a partir de uma análise do Movimento Brasil Livre (MBL), foi possível caracterizá-lo como representante do que chamamos de “síntese” da agenda da frente liberal-ultraconservadora na educação no Brasil – a partir de sua orgânica simbiose com o movimento Students For Liberty, criado pelo presidente da Atlas Network, fundado como organização aqui no país como Estudantes Pela Liberdade.

Este movimento e outros de direita, tal como o Revoltados Online (de extrema direita) e o Vem Pra Rua (no período, de orientação liberal associada ao PSDB) utilizaram-se do contexto das Jornadas de Junho de 2013⁴ – quando se tornou insustentável o modelo de

4 “No Brasil, identificamos a ofensiva [das organizações e APHs liberais-ultraconservadores] também como reação ultraconservadora e reacionária mais latente após a série de protestos e manifestações de rua que chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas em 2013, conhecidas como *Jornadas de Junho de 2013*, que colocaram em xeque diversas contradições insustentáveis do modelo de conciliação adotado, até então, pelo governo do Partido dos Trabalhadores. Tal movimento começou com os atos de rua organizados pelo Movimento Passe Livre de São Paulo, que protestou contra o abusivo aumento do valor das passagens de ônibus que ocorria em mais de cem cidades e da precariedade dos serviços de transporte público em meados de maio. Já em junho, as frequentes e permanentes manifestações já haviam tomado as ruas de todo o país, adensadas por outros movimentos sociais e pautas contestatórias relacionadas à educação e à saúde pública. As jornadas incluíram, dentre as estratégias identificadas nas ruas, a radicalização das formas de luta e enfrentamento, ocasião em que a tática ‘black bloc’ foi bastante utilizada.” (COLOMBO, 2018, p.61).

conciliação utilizado até então pelo governo do Partido dos Trabalhadores para aplacar a crescente crise econômica e política no país – para promover a defesa da agenda deste conjunto de APHs como saída da agudização da crise. Na Educação, associaram-se a movimentos anteriores, como o ESP (que surgiu em 2003/2004, no interior do Instituto Liberal de Brasília⁵), e passaram sistematizar um conjunto de políticas educacionais para o Brasil, o que modificou profundamente a projeção da ideologia do ESP no cenário nacional.

Ao analisarmos as formas e métodos de organização e atuação do movimento Escola Sem Partido, percebemos também que estas redes de APHs tem atuado como seu pilar político-ideológico, logístico e propagandístico. Isto vem modificando profundamente a atuação do movimento no âmbito do Estado Ampliado a partir de 2013. Conforme avança esta ofensiva [liberal-ultraconservadora], vem construindo e fortalecendo o crescimento da difusão da ideologia representada pelo movimento no conjunto da opinião pública e sua atuação ampliada através das novas estratégias de controle e coerção – através do ataque à educação pública, às ciências e ao trabalho docente buscando, modificar seus sentidos históricos, penetrando nos organismos estatais e produzindo instrumentos legais visando legitimar este projeto. [...] Na frente liberal-ultraconservadora na educação, identificamos o movimento Escola Sem Partido, no sentido da ideologia que representa, como o principal eixo articulador [...]. Sua ideologia, no nível discursivo e na profunda difusão de seu receituário através de grande investida de suas novas estratégias de ação e articulação vem representando que o seria, no entendimento desta pesquisa, o conjunto de uma agenda liberal-ultraconservadora para as políticas educacionais no Brasil. [...] Concluimos que o “Escola Sem Partido” pode ser compreendido como uma frente de ação ideológica organizada pelo conjunto de APHs aqui analisados, sendo ao mesmo tempo um “movimento” combustível destes intelectuais coletivos, cumprindo o papel da representação dos interesses da frente liberal-ultraconservadora na educação no Brasil. (COLOMBO, 2018, p. 170-173).

Na análise desta agenda, foram identificadas três principais políticas, associadas entre si e articuladas através dos princípios da defesa da economia de mercado, combinando o ‘direito de escolha’, da liberdade liberal, com os interesses dos setores religiosos conservadores e reacionários circunscritos na ideologia do ESP – ou “ideologia escola sem partido” – e, conseqüentemente, em sua narrativa:

1) *Privatização das redes públicas em todos os níveis de ensino com transferência do fundo público através da implementação do sistema de vouchers*: sob o discurso difundido por igrejas e organizações fundamentalistas cristãs de que, para combater o avanço da “ideologia de gênero” e a “doutrinação marxista” as famílias deveriam ter o direito de que seus filhos tivessem o ensino ministrado de acordo com os princípios éticos e morais de suas famílias, vende-se a primeira grande proposta da agenda ultraliberal: através da privatizaçãodas escolas em todos os níveis de ensino (desde a educação infantil ao ensino superior) as famílias, através do sistema de *vouchers*, poderiam escolher a compra do ensino (enquanto mercadoria) na escola que fosse de acordo com seus princípios políticos e religiosos. Neste sentido, destacamos também que a educação seria ofertada de acordo com as demandas e interesses do mercado,

pois dentro dos princípios da economia de mercado a sua liberdade seria irrestrita e não poderia sofrer interferência ou regulação do Estado;

2) *Educação domiciliar (uma renovação da ampliação da Educação à Distância)*: através da ideia de que poderia não ser possível garantir às famílias a oferta de escolas privadas que atendessem seus interesses e princípios políticos e religiosos, deveria ser assegurado o direito à educação domiciliar (ou mais conhecida, em outros países, especialmente nos Estados Unidos, como homeschooling). Supomos que, para a viabilização desta política, se ampliaria uma frente no mercado educacional de produção de novas plataformas digitais, aplicativos, apostilas, videoaulas, dentre outros recursos;

3) *Militarização das escolas*: por último, caso as famílias não quisessem nenhuma escola privada por qualquer motivo particularista e não optassem pela educação domiciliar, poderiam recorrer às escolas militarizadas, pois o Estado deveria garantir a oferta de escolas deste modelo em áreas onde não for de interesse de investimento do mercado. (COLOMBO, 2018, p.171-172, grifo da autora).

Diante desta análise, foi indicada a hipótese, que foi investigada no presente estudo, de que a ideologia representada pelo movimento ESP vem cumprindo uma função estratégica “no movimento de recomposição burguesa, a partir dos interesses das frações de classe dominantes que compõem esta frente neste processo em disputa, para a transição da hegemonia do social-liberalismo para a hegemonia da economia de mercado em bases ultraconservadoras.” (COLOMBO, 2018, p. 173). Ao fim e ao cabo, seria esse o projeto de hegemonia da frente liberal-ultraconservadora? Pensando, ainda, na escalada fascista no Brasil⁶, visto que o fascismo não é somente uma reação à potência revolucionária da classe trabalhadora, mas também um instrumento para reestabelecimento e renovação de ordem social, que papel e quais estratégias a frente liberal-ultraconservadora vem assumindo neste processo?⁷ E qual vem sendo o papel das igrejas e grupos religiosos evangélicos fundamentalistas, ultraconservadores e reacionários nessa escalada?

Um grande exemplo da atuação dos evangélicos das disputas no âmbito do Congresso

6 A respeito do que chamamos de escalada fascista, tratamos de um novo contexto histórico, mundial e no Brasil, em que a sua função não se restringe à luta anticomunista e, como foi no caso de Gramsci quando analisou o fascismo italiano, a função de criar as condições objetivas e subjetivas para a inserção do fordismo. O trabalho, portanto, se insere no bojo de um conjunto mais amplo de investigações partindo do referencial teórico marxista e gramsciano que consideram este aspecto da conjuntura histórica e o interpreta dessa maneira, tratando também ora como proto-fascismo, ora como neofascismo, referindo-se ao mesmo fenômeno histórico contemporâneo. No mesmo sentido, dialogamos com Poulantzas (2021), que realiza uma extensa caracterização do que denomina como “processo de fascistização”. No subcapítulo 4.3, realizamos um aprofundamento sobre a questão do uso de (neo)fascismo como categoria analítica para pensar, especificamente, o bolsonarismo.

7 Compreendemos também que essa frente, na Educação, não encontra um terreno ausente de outras disputas. Além do enfrentamento à resistência dos movimentos estudantis e de trabalhadores da educação, organizados em seus sindicatos, à implementação dessa agenda, ela também atua concomitantemente a outro conjunto associações e entidades de cunho empresarial da “direita para o social” (MARTINS, 2009) advindo da variante neoliberal do social-liberalismo (CASTELO, 2013). Desde 2006, essa frente social-liberal na Educação tem sua maior expressão no movimento empresarial Todos Pela Educação, que vem atuando como um poderoso aparelho privado de hegemonia (ou partido, segundo alguns pesquisadores) na produção de consensos, materializando-os nas mais diversas políticas públicas educacionais.

Nacional são as propostas legislativas associadas à ideologia escola sem partido. Diversos pesquisadores (EQUIPE RELIGIÃO E PODER, 2020a, 2020b, 2020c, 2022; CUNHA, 2019; LACERDA, 2019; JUNQUEIRA, 2017, 2022; MOURA, 2016) têm analisado a estreita relação da chamada “bancada evangélica” do Congresso Nacional – assim como da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) – com a elaboração, difusão e aprovação de tais propostas.

Ainda, o estudo de Espinosa e Queiroz (2017) a respeito dos autores dos Projetos de Leis (PLs) associados ao Escola Sem Partido, concluiu que há uma forte conexão entre estes e os setores evangélicos, notadamente as igrejas neopentecostais. Dentre as igrejas identificadas, destacaram: a Assembleia de Deus, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Catedral do Avivamento (igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus) e a Igreja do Evangelho Quadrangular (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017). Os autores também apresentam como exemplo a conexão dos PLs apresentados pela família Bolsonaro através dos filhos de Jair Bolsonaro: Flávio Bolsonaro (então, Deputado Estadual fluminense)⁸, Carlos Bolsonaro (então, Vereador do Rio de Janeiro)⁹, e Eduardo Bolsonaro (então, Deputado Federal)¹⁰ – o último, acompanhou assiduamente as reuniões da Comissão Especial Escola Sem Partido na Câmara dos Deputados até 2018, quando o projeto foi arquivado. “O vínculo dos evangélicos com o clã Bolsonaro se fortaleceu recentemente quando todos trocaram o Partido Progressista pelo Partido Social Cristão (PSC), presidido pelo Pastor Everaldo, da Assembleia de Deus.” (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 59). Em 2018, todos os membros da família mudaram sua filiação para o Partido Social Liberal, partido de orientação liberal-ultraconservadora. Atualmente, encontram-se em partidos distintos (apontados em notas).

Em 24 de outubro de 2018, quatro dias antes do segundo turno da eleição presidencial no Brasil, a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (FPE) publicou o documento “Manifesto à Nação” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018); foi caracterizado como “planejamento estratégico”, o plano “O Brasil para os Brasileiros”. Em seu conteúdo, o documento descreveu o que deveria ser a base da atuação da FPE na legislatura seguinte¹¹, em uma proposta ampliada que se assemelhou ao que se costuma caracterizar, em

8 Após quatro mandatos como Deputado Estadual do Rio de Janeiro (2003-2018), atualmente exerce o mandato de Senador (2019-2027) e está filiado ao Partido Liberal (PL/RJ), pelo qual foi eleito.

9 Atualmente, exerce o quinto mandato como Vereador da cidade do Rio de Janeiro, filiado ao partido Republicanos (anteriormente denominado Partido Republicano Brasileiro, ligado diretamente à Igreja Universal do Reino de Deus).

10 Atualmente, exerce o terceiro mandato como Deputado Federal (2023-2027), eleito pelo PL/SP.

11 A FPE foi oficialmente inaugurada em 18 de agosto de 2003, no início da 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2003-2007). No registro da FPE na atual 56ª Legislatura (2019-2023), constam as assinaturas de 201

períodos de campanha eleitoral, como programa de governo (Ibid.). Na análise do documento¹², notamos uma tentativa da FPE de acomodar ao mesmo tempo, em seu manifesto, os interesses de cunho religioso-conservador e os ajustes da economia de mercado voltados para os interesses do grande capital, o que nos despertou, naquele contexto de eminência de um governo bolsonarista, nas questões que deram origem a esta pesquisa, conforme consta, adiante, na apresentação dos objetivos.

A partir destas análises anteriores e questões iniciais, de 2019 em diante, passamos a identificar que as políticas educacionais presentes na agenda da frente liberal-ultraconservadora, especialmente as duas últimas (a defesa da Educação Domiciliar e ampliação da militarização das escolas), foram as prioridades do governo do então presidente Jair Bolsonaro¹³ para a Educação, através das políticas do MEC, assim como da FPE, na atuação através no Congresso Nacional.

Para a militarização das escolas públicas, o governo de Jair Bolsonaro criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares/MEC; e, a partir do Decreto Nº 10.004, de 05 de setembro de 2019, instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). O programa apresenta que “A proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano”¹⁴. Somada aos processos de militarização nos níveis estaduais e municipais a partir de políticas locais já notadas nas últimas duas décadas, que vem crescendo especialmente após a crise de 2013 no Brasil, sempre com o apoio do governo federal, o Pecim e o incentivo do governo federal às iniciativas locais podem ser considerados como estratégias e ações para o aprofundamento e ampliação da ideologia e da implementação da política de militarização das escolas no país.

Para a Educação Domiciliar (ED), foi formada a Frente Parlamentar em Defesa do

deputados federais e 8 senadores; disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>; acesso em 14/06/2022. Uma análise detalhada das forças em disputa e da agenda da FPE, assim como suas correspondências e diferenças em relação à “bancada evangélica”, foi desenvolvida especialmente nos subcapítulos 4.2 e 5.2.

12 Uma análise pormenorizada do documento “Manifesto à Nação” foi desenvolvida no subcapítulo 4.2.

13 Jair Bolsonaro já foi filiado a diversos partidos, a saber: Partido Democrata Cristão (PDC, extinto em 1993); Partido Progressista Reformador (PPR, extinto em 1993) de 1993 à 1995; Partido Progressista Brasileiro (PPB, atual Progressistas, PP), de 1995 à 2003; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de 2003 a 2005; Partido da Frente Liberal (PFL, que depois foi o Democratas (DEM) e em 2022 fundiu-se com o Partido Social Liberal (PSL), fundando o partido União Brasil), em 2005; Partido Progressista (PP, atualmente, Progressistas), de 2005 a 2016; Partido Social Cristão (PSC), de 2016 a 2017; Partido Social Liberal (PSL), de 2018 a 2019; e o Partido Liberal (PL), de 2021 até a conclusão da presente pesquisa. Após ser empossado presidente do país, tentou fundar um partido próprio, o Aliança Pelo Brasil, o que não ocorreu, pois conseguiu reunir apenas um terço das assinaturas necessárias para que o processo de fundação tivesse continuidade através do Tribunal Superior Eleitoral.

14 Disponível em <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 10/01/2021.

Homeschooling, em 27 de março de 2019, lançada como prioridade dos primeiros cem dias do novo governo federal. Concomitantemente, foi apresentado um novo projeto na Câmara dos Deputados, o PL nº 2401/2019, assinado pelo próprio poder executivo, na figura do presidente Jair Bolsonaro, com a exposição de motivos assinada pela ministra Damare Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pastora evangélica da Igreja Batista Lagoinha, e pelo, então, ministro Abraham Weintraub, do Ministério da Educação.

Em 2020, no contexto da pandemia da covid-19, com a indicação dos organismos internacionais e multilaterais, tais como a OCDE e o Banco Mundial (BM), de implementação da política de “ensino remoto” em substituição ao ensino escolar presencial, identificamos no país o crescimento de um laboratório de experimentações e de ampliação da defesa da ED como “alternativa” à educação escolar. Em artigo publicado no mesmo ano, analisamos a difusão da ED a pretexto do “ensino remoto emergencial” a partir dos pareceres emitidos pelo Conselho Nacional de Educação sobre as “atividades remotas” que versaram sobre os papéis que deveriam ser atribuídos as escolas e famílias/responsáveis de alunos neste processo, e concluímos:

Ainda que não se constitua exatamente como Educação Domiciliar (cuja educação é de responsabilidade exclusiva das famílias), o que se constata é que, apesar da ED não ser regulamentada e considerada ilegal no Brasil, a participação das famílias vem ganhando um novo papel nas atividades de ensino a distância. Em alguns casos, como na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, chegam a assumir o papel principal do processo educativo. Nota-se que a ED está sendo parcialmente implementada sob um novo verniz a pretexto do “ensino remoto emergencial”. (COLOMBO, 2020, p. 132).

Para compreender a participação de setores da frente liberal-ultraconservadora na promoção deste avanço da ampliação da defesa da ED, no artigo também analisamos o protagonismo das igrejas evangélicas, especialmente as neopentecostais, ao longo deste processo. Ao analisar as publicações da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) e a Igreja Renascer em Cristo (Renascer), concluímos que a ampliação da Educação à Distância através das renovadas políticas de “ensino remoto” e da defesa da Educação Domiciliar, com a venda de produtos e serviços do mercado de startups e empresas edtechs, ancoradas em políticas privatistas que atentem aos interesses da economia de mercado, vem sendo chancelada por um conjunto de igrejas evangélicas, especialmente as de denominações neopentecostais e APHs a seu serviço ou aliados (COLOMBO, 2020).

Neste mesmo período da pandemia, também observamos no mundo o crescimento do

negacionismo científico e a relação de sua difusão, especialmente no Brasil, com o fundamentalismo religioso cristão. No Brasil, o governo do presidente Jair Bolsonaro agiu na contramão das orientações de organismos mundiais da saúde e instituições científicas nacionais para o controle da pandemia e para o tratamento da doença, agravando severamente o número de contaminados e de mortos, levando o país ao segundo lugar no número total de mortes e em primeiro lugar no total de mortes diárias pela covid-19 no mundo¹⁵. Neste contexto, destacamos o papel da maior igreja evangélica (neopentecostal), a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), liderada pelo bispo Edir Macedo, na difusão do negacionismo científico:

Através da análise da Folha Universal, maior jornal da maior igreja neopentecostal do país, encontramos dezenas de matérias sobre a pandemia que focam em pesquisas de vacinas e pessoas curadas (minimizando a letalidade da Covid-19 e os efeitos devastadores da pandemia), na defesa o uso de medicamentos à base de cloroquina e hidroxicloroquina (aliada ao que defende Bolsonaro, na contramão das pesquisas científicas destacadas pelas autoridades médicas e sanitárias), levantam suspeita sobre supernotificação de mortes (ao contrário da subnotificação de mortes que tem sido apontada diariamente no país), e destacam o que seriam os supostos “efeitos negativos do lockdown”, defendendo a flexibilização da quarentena. (COLOMBO, 2020, p.136).

Além da IURD, seguindo discursos similares, outras igrejas evangélicas também demonstraram apoio às políticas negacionistas do governo federal quando, no mesmo período, ele vinha sendo amplamente acusado e denunciado de promover, através de discursos e das mais variadas políticas institucionais, o crescimento da pandemia no país. Isso pode ser observado, por exemplo, no encontro de apoio ao presidente que contou com sua própria presença e onze líderes de igrejas evangélicas em agosto de 2020¹⁶.

Somado ao apoio das igrejas neste período, também podem ser destacadas as estreitezas destas com o bolsonarismo durante e após a eleição presidencial de 2018. No período de campanha eleitoral, os principais líderes da IURD e da Assembleia de Deus (considerando,

15 O Brasil chegou, em abril de 2021, ao total de 3 mil mortes diárias, somando o obscuro total de 320 mil vidas ceifadas. Acima, no total, no mesmo período, apenas os Estados Unidos, com quase 550 mil pessoas mortas pela covid-19. Em março de 2023, o Brasil alcançou o trágico marco de 700 mil mortes, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde, disponíveis na plataforma de monitoramento <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 05/06/2023.

16 “Ao todo, 11 líderes participaram do encontro. São eles: o Bispo Eduardo Bravo (...), o Apóstolo Renê Terra Nova, presidente do Ministério Internacional da Restauração; Pastor Vitor Hugo, da Igreja Vida Nova; Missionário RR Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus; Pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo; Pastor JB Carvalho, da Igreja Comunidade das Nações; Apóstolo Estevam Hernandes, da Igreja Renascer em Cristo; Apóstolo Rina, líder da Igreja Bola de Neve; Apóstolo César Augusto, fundador da Igreja Fonte da Vida e Bispo Abner Ferreira, representando o Bispo Samuel Ferreira, líder da Assembleia de Deus no Brás (São Paulo).” (IGREJA UNIVERSAL, 2020a)

sobretudo, suas diversas vertentes), por exemplo, indicaram que os seus fiéis deveriam votar em Bolsonaro. Segundo o bispo Edir Macedo, “De todos os candidatos, o único que fala o idioma do evangélico é Bolsonaro. Não podemos deixar a esquerda voltar ao poder”¹⁷. Após a eleição, diversas pesquisas identificaram que o voto dos evangélicos, de fato, garantiu a eleição de Jair Bolsonaro¹⁸.

Ao assumir o governo, Bolsonaro extinguiu o Ministério dos Direitos Humanos, retirou a população LGBTQIAPN+ das diretrizes de direitos humanos, extinguiu a secretaria que tratava especificamente do tema e criou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, citado anteriormente, com a ministra Damares Alves, pastora da Igreja Batista Lagoinha, que no período do governo exerceu forte protagonismo na defesa, elaboração e realização de políticas calcadas na ideologia da frente liberal-ultraconservadora e, mais precisamente, na ideologia escola sem partido. Na Educação, isso também pode ser observado nas disputas em torno da ocupação do Ministério da Educação (MEC). No início do governo, em 2019, o Manifesto à Nação, aqui destacado, acabou sendo a orientação política/ideológica para a escolha do ministro Ricardo Velez e, depois, dos quatro sucessores. Nas disputas em torno da liderança do MEC, observamos especialmente embates entre o grupo de militares e o grupo de olavistas e evangélicos, que integram o bolsonarismo. No contexto da pandemia, observamos a emergência de outras das disputas, onde o movimento empresarial Todos Pela Educação (da frente social-liberal) atuou na direção das políticas neste período especialmente através do Conselho Nacional de Educação, mas também pressionando pela liderança no MEC. Ao mesmo tempo, a base conservadora de Jair Bolsonaro continuou tentando manter sua representação.

Diante do exposto a respeito do avanço das políticas da agenda da frente liberal-ultraconservadora, associada ao crescimento do protagonismo de líderes e igrejas evangélicas na dimensão do Estado Ampliado, no período do governo do presidente Jair Bolsonaro, consideramos que se tornou necessário e urgente o aprofundamento do estudo sobre essa frente e especialmente da atuação desses setores ao longo do período assinalado (2019-2022). Assim como se tornou necessário definir um pouco mais o problema em tela, avançando para o referencial teórico da pesquisa: nesse estudo, de quais vertentes e de quais igrejas evangélicas

17 Discurso transcrito, disponível em <https://epoca.globo.com/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>. Acesso em: 10/01/2020.

18 Dados de pesquisas do Instituto Datafolha disponíveis em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em 10/01/2020.

estamos falando?

Há mais de três décadas, diversos pesquisadores da História e da Sociologia da Religião tem buscado aprofundar estudos sobre as distinções das tipologias evangélicas. Dentre eles, destacam-se as contribuições de Freston (1993) e Mariano (2014), que caracterizaram os evangélicos dentro do que nomeamos como “igrejas protestantes históricas”, e depois, a diferença desses com a chegada e a consolidação do pentecostalismo no Brasil partir da década de 1910, assim como as subseqüentes ondas que produziram rupturas e continuidades (na forma de organização e nos aspectos teológicos) que formaram distintas fases das igrejas pentecostais, até a formação das chamadas “neopentecostais” a partir da década de 1970.

O que basicamente distingue o protestantismo histórico do pentecostalismo, nascido nos Estados Unidos na década de 1910, é que o último prega a contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, especialmente os dons de línguas (glossolalia), a cura e o discernimento de espíritos, que “continuará a agir hoje da mesma forma que o cristianismo primitivo, curando enfermos, expulsando demônios, distribuindo bênçãos e dons espirituais, realizando milagres” (MARIANO, 2014, p. 10), dentre outras formas de manifestação, como é o caso do “comportamento radical de sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior” (Ibid., p.29).

Para a análise do pentecostalismo, Mariano (2014) trabalha com três vertentes, a partir dos estudos das três ondas identificadas por Freston (1993), e assim classifica: o pentecostalismo clássico, oriundo da primeira onda, representado especialmente pela fundação da Congregação Cristã no Brasil (em 1910, a partir de missionários italianos) e da Assembleia de Deus (em 1911, a partir de missionários suecos); o deuteropentecostalismo, oriundo da Cruzada Nacional da Evangelização, na década de 1950, quando missionários americanos da Igreja do Evangelho Quadrangular passaram difundir a evangelização de massas centrada na cura divina, utilizando rádios e tendas em espaços públicos e privados para a pregação, o que provocou profunda fragmentação entre os pentecostais, representada especialmente pela Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), Igreja Pentecostal Brasil para Cristo (1955), Deus é Amor (1962) e Casa da Bênção (1964)¹⁹; e o neopentecostalismo, representado, no Brasil, especialmente pela Igreja Universal do Reino de Deus (1977), a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), e a Cristo Vive (1986) – estas três oriundas da Igreja de Nova Vida (1960) – e a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976), Renascer em Cristo (1986) e a Igreja

19 O autor destaca que, quanto à teologia, “(...) as duas primeiras ondas apresentam diferenças apenas nas ênfases que cada qual confere a um ou outro dom do Espírito Santo. A primeira enfatiza o dom de línguas, a segunda, o de cura.” (MARIANO, 2014, p. 31).

Nacional do Senhor Jesus Cristo (1994).

Diferente das duas primeiras ondas que se caracterizam mais por cortes histórico-institucionais e pouco por distinções teológicas, segundo Mariano (2014), esta última vertente se distingue das demais por três aspectos fundamentais, de caráter doutrinário e comportamental: “1) exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos decaídos; 2) pregação enfática da Teologia da Prosperidade; e 3) liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidades.” (MARIANO, 2014, p. 36). E acrescenta o fato de tais igrejas se estruturarem empresarialmente:

Elas verdadeiramente agem como empresas e, pelo menos algumas delas, possuem fins lucrativos. Resulta destas características a ruptura com os tradicionais sectarismo e ascetismo pentecostais [abandono do ascetismo intramundano]. Esta ruptura com o sectarismo e o ascetismo puritano constitui a principal distinção do neopentecostalismo. E isso representa uma mudança muito grande nos rumos do movimento pentecostal. A ponto de se poder dizer que o neopentecostalismo constitui a primeira vertente pentecostal de afirmação do mundo. (MARIANO, 2014, p.36).

A partir desta classificação já realizada por Freston (1993) e Mariano (2014), contudo, ainda não foi possível delimitarmos o recorte do estudo de nossa pesquisa em uma ou mais vertentes. Ainda que utilizássemos outras classificações que se distinguem a partir de critérios de análise ora teológicos, ora histórico-institucionais (no sentido do período e da forma de organização e atuação), estas também seriam insuficientes para delimitar o recorte de um conjunto de igrejas para o estudo – de acordo com o nosso interesse de análise a partir das contribuições da Sociologia Marxista da Religião (como veremos a seguir). Isto porque, quando observamos, por exemplo, a atuação da Frente Parlamentar Evangélica (que possui uma enorme variedade de membros das mais diferentes igrejas) ou as disputas em torno dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro, identificamos, em ambos os casos, igrejas de todas as fases do pentecostalismo ou mesmo do protestantismo histórico, além daquelas advindas de outro movimento, a renovação carismática protestante (como é o caso da Igreja Batista da Lagoinha, da ministra Damares Alves). Assim, a abrangência da definição “evangélica” parece-nos a mais adequada por abrir maiores possibilidades de investigação de acordo com o problema central da pesquisa – o que também não impedirá, em seu desenvolvimento, análises acerca do papel desempenhado por intelectuais orgânicos, igrejas e demais organizações religiosas de cada vertente, de forma destacada.

2. Objetivos e questões de estudo

O principal objetivo da pesquisa foi analisar o protagonismo de igrejas e aparelhos privados de hegemonia evangélicos, bem como a atuação de seus intelectuais orgânicos, no contexto do processo que caracterizamos como a escalada do fascismo no Brasil, decorrente do projeto bolsonarista de fascistização, considerando suas determinações históricas, por sua vez indissociáveis do aprofundamento da crise orgânica do capital e do adensamento e ascensão de uma frente de ação ideológica liberal-ultraconservadora no país. Neste sentido, buscamos identificar e analisar as estratégias para educar para o consenso através da caracterização do que denominamos como Nova Pedagogia da Hegemonia Evangélica, bem como as disputas envolvendo as políticas educacionais circunscritas pela ideologia escola sem partido, por sua vez articuladas às renovadas estratégias coercitivas intrínsecas à autocracia burguesa no capitalismo dependente e periférico. Como recorte temporal específico, estabelecemos o período do governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

Os objetivos específicos estabelecidos foram:

- Analisar os aspectos sócio-históricos da atuação das igrejas evangélicas no Brasil, no sentido da atuação política, contextualizadas nas modificações estruturais e superestruturais do atual bloco histórico capitalista, que têm como um de seus desdobramentos a formação da frente liberal-ultraconservadora no cenário brasileiro no movimento de recomposição burguesa desde o aprofundamento da crise orgânica do capitalismo a partir de 2008;
- Identificar quais são os principais intelectuais orgânicos evangélicos que formulam, sistematizam e difundem a Nova Pedagogia da Hegemonia Evangélica, assim como seus principais interesses, os aparelhos privados de hegemonia no qual estão vinculados e suas principais estratégias coercitivas e de formação para o consenso na atuação no âmbito do Estado Ampliado;
- Identificar e analisar quais são os elementos político-ideológicos que caracterizam a Nova Pedagogia da Hegemonia Evangélica, considerando a religião como forma particular de ideologia;
- Identificar quais papéis os intelectuais orgânicos evangélicos vêm cumprindo no processo de escalada do fascismo no Brasil (considerando a renovação de estratégias de atuação no âmbito do Estado ampliado), assim como as suas relações com a formulação e difusão do projeto bolsonarista de fascistização;

- Compreender quais elementos ideológicos da Nova Pedagogia da Hegemonia Evangélica dão forma à nova sociabilidade impetrada pela ideologia do projeto educacional liberal-ultraconservador, considerando especialmente a análise das funções da Teologia da Prosperidade e da Teologia do Domínio (notadamente características da vertente neopentecostal, mas não somente);
- Identificar e analisar, no âmbito do Estado ampliado, as alianças pela ideologia escola sem partido expressas na composição e na atuação de intelectuais orgânicos da Nova Pedagogia da Hegemonia Evangélica no Ministério da Educação (MEC), considerando, sobretudo, a política de militarização das escolas;
- Identificar e analisar, no âmbito do Estado ampliado, a atuação da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional e o seu papel na disputa pelo sentido e pela função da instituição social família, considerando, nesse processo, a atuação em defesa da política de Educação Domiciliar.

3. Referencial teórico

O referencial teórico foi organizado em três principais eixos, relacionados entre si.

No primeiro, para o estudo sobre os evangélicos, a distinção das variantes, a forma de atuação de cada uma e seu crescimento no Brasil, além dos autores supracitados (FRESTON, 1993; MARIANO, 2003, 2004, 2014, 2016), destacamos outras referências: Campos (2004, 2011), sobre o pentecostalismo e o protestantismo histórico no Brasil; Gonçalves e Pedra (2017), Dip (2018) e a pesquisa “Religião na América Latina”, realizada pelo Pew Research Center (2014) sobre a vertente neopentecostal, as imbricações entre a Teologia da Prosperidade e a ideologia neoliberal e a Teologia do Domínio e o avanço ultraconservador no Brasil.

O segundo eixo, sobre os impactos da atuação das igrejas na política, buscando analisar o papel dos evangélicos no processo de recomposição burguesa a partir do período de crise do social-liberalismo (CASTELO, 2013), analisando as formas de sua atuação na frente liberal-ultraconservadora, além das contribuições dos autores supracitados, recorreremos especificamente a outros que têm produzido análises contemporâneas a respeito das relações entre os evangélicos e a política institucional parlamentar no Brasil, antes e durante o governo de Jair Bolsonaro (MOURA, 2016; VITAL DA CUNHA, LOPES e LUI 2017; GONÇALVES e PEDRA, 2017; ALMEIDA, 2017, 2018, 2019; LACERDA, 2019; SALES e MARIANO,

2019; PRANDI, SANTOS e BONATO, 2019; MARIANO e GERARDI, 2019; EQUIPE RELIGIÃO E PODER, 2020a, 2020b, 2020c, 2022; CUNHA, 2019, 2021a, 2021b, 2022).

O terceiro e último eixo do referencial teórico reúne pesquisadores que têm se debruçado sobre a nova direita (e/ou a chamada extrema direita), a escalada do fascismo no mundo e no Brasil e o bolsonarismo, inseridos no conjunto de estudos que consideram os nexos entre estes fenômenos na atual de crise estrutural do capitalismo, aprofundada em 2008, considerando também as fissuras abertas na crise do social-liberalismo neste contexto, que eclode na reorganização da atuação e na ofensiva da frente liberal-ultraconservadora. São estudos que consideram, sobretudo, a questão da hegemonia, em sentido ampliado, especialmente sob o referencial gramsciano.

Neste eixo, para pensar a formação e o avanço da frente liberal-ultraconservadora, temos como base os estudos realizados no âmbito do Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação, organizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Destacam-se as pesquisas que realizei em estudos anteriores a respeito da frente liberal-ultraconservadora no Brasil e a sua expressão nas políticas educacionais através da ideologia representada pelo Escola Sem Partido (COLOMBO, 2018, 2020); que realizei em parceria com Rodrigo Lamosa sobre a rede transnacional de atuação da frente liberal-ultraconservadora e a escalada do processo de militarização das escolas no Brasil a partir da atuação dessa frente (COLOMBO e LAMOSA, 2018, 2020); e a pesquisa de Paula Guimarães, sobre a militarização das escolas como modelo de formação de consensos no receituário ideológico da mesma frente (GUIMARÃES e LAMOSA, 2018). Ainda, no âmbito dos estudos das políticas educacionais, também se destacaram as contribuições de Pronko (2019), Accioly (2020) e Accioly e Lamosa (2021).

Os estudos de Mészáros (2011) e Antunes (2011) auxiliam no entendimento do processo da crise orgânica, que se aprofunda nas dimensões econômica e política em decorrência da crise financeira de 2008. Para a análise específica das implicações políticas da crise e das ressignificações do neoliberalismo desde os anos 1990, apoiamo-nos nos estudos de Anderson (1995) e Castelo (2013) sobre a variante social-liberal do neoliberalismo e sua respectiva crise. Para pensar a questão da dependência, nossas referências foram Oliveira (2013), Demier (2017), Leher (2018), Fernandes (1978, 2019, 2020).

Ainda no terceiro eixo, os outros referenciais são: Ronaldo Almeida e Rodrigo Toniol, sobre a conjuntura de ascensão do conservadorismo, do fascismo e dos fundamentalismos no

mundo e no Brasil (ALMEIDA e TONIOL, 2018); Flávio Casimiro, sobre a nova direita no Brasil e as transformações de suas estratégias de atuação nas últimas quatro décadas (CASIMIRO, 2016, 2020); Michael Lowy, sobre a extrema direita e o conservadorismo no mundo e no Brasil (LOWY, 2015, 2020); Rejane Hoelever, sobre o crescimento do conservadorismo como nova face da extrema direita a nível mundial, sua reorganização na América Latina e o ascenso bolsonarista (DEMIER e HOEVELER, 2016; HOEVELER, 2020); Gilberto Calil, sobre o negacionismo e a sua relação com o projeto de fascistização bolsonarista, além da caracterização do próprio bolsonarismo e sua relação umbilical com o olavismo (CALIL, 2020, 2021); Marcelo Badaró Mattos, sobre o governo de Jair Bolsonaro, o neofascismo e a autocracia burguesa no Brasil (MATTOS, 2020); Wilhelm Reich, sobre a questão da disputa pelo sentido e pela função da instituição social família e a relação com as ideologias fascistas (REICH, 1974); Rogério Junqueira, sobre a questão da criação da “ideologia de gênero” e do fundamentalismo contemporâneo (JUNQUEIRA, 2022); as coletâneas “Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas” (PATSHIKI, SMANIOTTO e BARBOSA, 2016), “Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo” (SANTOS e MIRANDA, 2020) e “Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador” (FARIA e MARQUES, 2020), que apresentam um amplo panorama de diversas organizações da extrema direita no Brasil.

4. Referencial teórico-metodológico e metodologia de pesquisa

A partir destas contribuições, compreendemos ser necessário recorrer à Sociologia Marxista da Religião como aporte teórico-metodológico, uma vez que através dela é possível transformar a crítica da religião (e, conseqüentemente, das igrejas) em crítica da política²⁰, compreendo a religião (e seus diversos aspectos) não como um reflexo da realidade, mas como uma das formas da ideologia e da reprodução espiritual de um povo (MARX e ENGELS, [1845-1846] 2007), relacionando as formas de consciências às relações sociais na sua totalidade e em

20 Para Marx, segundo o ensaio no prefácio da Crítica à Filosofia do Direito de Hegel, “(...) a *tarefa da história*, depois de desaparecido o *além da verdade*, é estabelecer a *verdade do aquém*. A *tarefa imediata da filosofia*, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas *formas não sagradas*. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a *crítica da religião*, na *crítica do direito*, a *crítica da teologia*, na *crítica da política*.” (MARX, [1844] 2010a, p. 146, grifo do autor).

seus diferentes aspectos. Ou seja, ainda que a religião não seja determinante na luta de classes, a relação entre ela e o capitalismo deve ser compreendida como produto das relações sociais, como um fenômeno que faz parte das representações das formas de consciência, que se transforma com a transformação das condições históricas e materiais, de acordo com as relações sociais.

Neste sentido, no Brasil, como pode ser compreendida a atuação dos evangélicos nos processos contemporâneos de disputa por hegemonia? O que é protagonizado por eles em nome de Deus? Seria possível identificar a ausência da religião como “máscara” e a expressão dos interesses de classe, por parte dos evangélicos, de forma abertamente política/racional (secular)?²¹ Quais são as determinações econômicas e sócio-históricas que (re)orientam essa atuação no contexto de recomposição burguesa?

No caminho de análise da Sociologia Marxista da Religião, ancoramo-nos especialmente nos estudos de Antônio Gramsci sobre a “questão religiosa” em suas múltiplas dimensões a partir dos autores que o precederam, relacionando-a, para compreendê-la, às outras categorias de análise política em sua obra, tais como “bloco histórico”, “hegemonia” e “revolução passiva”. Neste sentido, a religião encontra-se relacionada aos sentidos da filosofia e da política, especialmente quando tratada como “doutrina do senso comum”. Nos aprofundaremos nesta concepção da religião enquanto fornecedora dos elementos formativos do senso comum para as massas populares, sendo necessário compreendê-la em seu contexto histórico, colocando à “filosofia da práxis” (ao marxismo) o papel não de negá-la ou de suprimi-la por completo, mas de superá-la.

Os elementos principais do senso comum são fornecidos pelas religiões e, conseqüentemente, a relação entre senso comum e religião é muito mais íntima do que a relação entre senso comum e sistemas filosóficos dos intelectuais. Mas, também com relação à religião, é necessário distinguir criticamente. Toda religião, inclusive a católica (ou antes, sobretudo a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer “superficialmente” unitária, a fim de não fragmentar-se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multiplicidade de religiões distintas e frequentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo. Sobre o senso comum, entretanto, influem não só as formas mais toscas e menos elaboradas

21 Aqui, fazemos referência à leitura de Engels, de que a Revolução Inglesa foi a última feita em nome da religião pois, depois, na Revolução Francesa, não se utiliza a “máscara” da religião e os interesses são abertamente políticos/racionais. Ou seja, aponta-se o fim da religião como ideologia revolucionária da burguesia. No desenvolvimento da pesquisa, trataremos melhor esta concepção e a possibilidade de a religião ainda aparecer como “máscara” no processo de disputa por hegemonia no contexto do capitalismo dependente no Brasil. Ainda, no contexto de ascensão do fascismo, qual seria o papel da religião como “mascaramento”?

destes vários catolicismos, atualmente existentes, como influíram também e são componentes do atual senso comum as religiões precedentes e as formas precedentes do atual catolicismo, os movimentos heréticos populares, as superstições científicas ligadas as religiões passadas, etc. (GRAMSCI, 2020a, p. 115, grifo nosso).

Neste sentido, torna-se fundamental compreender como são difundidas as religiões pelos dominantes através das relações estabelecidas pelas igrejas no interior do Estado (em sentido ampliado). Gramsci trata sobre estes aspectos em parte significativa de sua obra, especialmente nos escritos dos Cadernos do Cárcere que tratam da teologia, da questão religiosa, da “questão vaticana” e da atuação da Igreja Católica através da Ação Católica, da Confederação Branca do Trabalho, do Partido Popular, dos sindicatos e intelectuais católicos; todos como expressões da organização da Igreja Católica nas disputas no âmbito do Estado Ampliado (GRAMSCI, 1978, 2004a, 2004b, 2020a, 2020b, 2020c, 2011 e 2014).

O exercício de Gramsci em compreender a Ação Católica, por exemplo, analisada por ele como um “organismo complexo” que se constitui enquanto um “partido próprio” criado pela Igreja Católica e que cumpriu diferentes papéis e estabeleceu distintas estratégias para a disputa hegemônica em determinados contextos (GRAMSCI, 2020c), revela para nós, em várias passagens de sua obra, a necessidade de compreendermos os mecanismos e as estratégias de formação para o consenso, em cada contexto, exercidos pelas Igrejas e seus demais organismos na análise da pedagogia da hegemonia dos dominantes:

A Ação Católica assinala o início de uma época nova na história da religião católica: de uma época em que ela, de concepção totalitária (no duplo sentido: de que era uma concepção total do mundo de uma sociedade em sua totalidade), torna-se parcial (também no duplo sentido) e deve dispor de um partido próprio. As diversas ordens religiosas representam a reação da Igreja (comunidade dos fiéis ou comunidade do clero), a partir do alto ou a partir de baixo, contra as desagregações parciais da concepção do mundo (heresias, cismas, etc., e também degenerescência das hierarquias); a Ação Católica representa a reação contra a intensa apostasia de amplas massas, isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa do mundo. Não é mais a Igreja que estabelece o terreno e os meios da luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe é imposto pelos adversários ou pela indiferença e servir-se de armas tomadas de empréstimo ao arsenal de seus adversários (a organização política de massa). A Igreja, portanto, está na defensiva, perdeu a autonomia dos movimentos e das iniciativas, não é mais uma força ideológica mundial, mas apenas uma força subalterna. (GRAMSCI, 2020c, p. 152-153, grifo nosso).

Para nós, esse exercício analítico proposto por Gramsci abre caminhos no exercício de análise dos APHs (ou partidos) evangélicos que foram objetos de nosso estudo. Aponta a necessidade da compreensão sobre as determinações históricas que levam à criação de um

partido ou APH vinculado à certa Igreja, assim como o que isso representa no âmbito das disputas intraburguesas e na correlação de forças na atuação das classes e frações de classes no Estado ampliado. Interessa-nos, portanto, não os estudos a respeito da Igreja Católica em si, visto que não corresponde diretamente ao objeto do presente estudo, mas sobretudo o referencial teórico-metodológico gramsciano que aponta caminhos de “como” e “para onde” devemos focar o nosso olhar de investigação das relações entre a questão religiosa e o papel das igrejas na luta de classes, especialmente para pensar o movimento de disputa por hegemonia da burguesia, considerando-o na dimensão do Estado ampliado e em cada contexto histórico determinado.

Um dos pressupostos teórico-metodológicos do trabalho de pesquisa, nesse sentido, é a indissociabilidade entre teoria e prática (no sentido do método), considerando a teoria como uma lente que está o tempo inteiro relacionada à análise. Assim, compreendemos a teoria como método, através da escolha do conceito de Estado ampliado (Estado no sentido integral, na perspectiva gramsciana) como ferramenta teórico-metodológica.

Assim como no exercício reflexivo que resultou na sistematização da dissertação, nos estudos anteriores da mesma pesquisadora, buscando elevar o pressuposto da indissociabilidade entre teoria e método, optamos por não desenvolver um capítulo exclusivo para a apresentação do referencial teórico-metodológico e de revisão teórica na sistematização escrita da tese, deixando os devidos esclarecimentos nessa seção de Introdução. Isso porque os conceitos gramscianos, assim como de demais autores, serão apontados e descritos de acordo com cada ênfase em seu uso para a análise sobre cada fenômeno/elemento, ao longo do texto, a cada momento em que surgirem pela primeira vez (como o realizado de forma mais simplificada nas notas conceituais desta introdução). A apresentação de cada conceito se dará de maneira articulada à análise dos dados e das fontes teóricas de referência. Dessa maneira, além de ser apresentado aos conceitos conforme forem sendo utilizados, o leitor poderá também acompanhar o exercício teórico da pesquisadora em sua constante tentativa de relacionar a teoria com a análise dos dados encontrados, incorrendo o risco de certas quebras na fluidez do texto – ainda que tente ao máximo não o fazer – mas garantindo que partes do texto não sejam demasiadamente descritivas ou por vezes desassociadas do referencial teórico-metodológico.²²

22 No Capítulo I, realizamos uma revisão teórica sobre a Sociologia Marxista da Religião e as contribuições de Antônio Gramsci para a análise do fenômeno religioso. Contudo, as revisões e debates teóricos necessários ao conjunto do trabalho não se esgotaram neste capítulo, de forma que tal desenvolvimento seguiu ao logo da escrita da tese, conforme a perspectiva apresentada.

Ancoramo-nos nos estudos de Mendonça (2014), que caracteriza que:

O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). Gramsci supera o dualismo das análises que separavam e contrapunham a base à superestrutura, integrando sociedade política e sociedade civil numa só totalidade, em constante interação, no âmbito do que ele considerava as superestruturas. (MENDONÇA, 2014, p.34).

Compreendemos, portanto, que os movimentos oriundos da sociedade civil e da sociedade política se articulam dialeticamente, também correlacionados à dimensão estrutural. Neste sentido dialético, o conceito de Estado ampliado, supera a noção liberal de “Estado sujeito”, assim como a do marxismo clássico de “Estado objeto”, representando, como indicou Gramsci, uma “expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos” (MENDONÇA, 2014, p.34). É possível, assim, utilizarmos o conceito de Estado Ampliado como uma lente para compreender não somente as pautas e demandas presentes e ausentes nas expressões do Estado restrito, mas principalmente as disputas intraclasse, tanto a partir das correlações de forças observadas dentro do Estado restrito como fora dele, numa complexa trama de partidos e APHs, através de seus intelectuais que atuam como elo orgânico entre a estrutura e a superestrutura. Como operam no nível superestrutural, no âmbito do Estado ampliado, reforçamos aqui o nosso foco na dimensão superestrutural na presente análise sobre os APHs das igrejas evangélicas, considerando a dimensão estrutural de maneira dialética.

É neste campo que o presente estudo se debruça, buscando identificar as frações de classe dominantes que protagonizam estas disputas em políticas educacionais, como se organizam, quem são os atores, seus interesses, discursos e ações. Sobre este processo de investigação, ressalta Rodrigo Lamosa (2016) que, dentro da perspectiva de Estado ampliado, o itinerário de pesquisa gramsciano:

[...] tem como ponto de partida a sociedade civil e, mais particularmente, os partidos que organizam e dão direção política à luta de classes, visando detalhar suas formas de organização, suas bases sociais, atuação e formação dos intelectuais orgânicos, disputas endógenas e exógenas classes sociais e suas respectivas frações. Sobre este primeiro passo de investigação, é importante notar que o conceito de sociedade civil é compreendido a partir da organização das classes sociais em disputa pelo poder enquanto arena de disputas, vinculadas de forma mediada aos interesses estruturais

que localizam as classes na produção.²³ (LAMOSA, 2016, p. 49-50).

Para a identificação dessa complexa trama de mecanismos estruturais, dialeticamente contraditórios, de dominação na dimensão do “Estado educador”, utilizamos o conceito de Estado ampliado (integral), como apontado, considerando as noções interdependentes de “sociedade civil” e “sociedade política” para a compreensão da dimensão da organização das classes sociais, relacionando-as no âmbito das superestruturas do Estado. Virgínia Fontes (2010) sintetiza, a partir do referencial gramsciano, que

A sociedade civil é o momento da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais, e das vontades coletivas. Sua imbricação no Estado assegura que a função estatal de educação – o 'Estado educador' – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes, através da mediação dos partidos políticos, tanto os oficiais como os que, extraoficialmente, difundem e consolidam as visões de mundo, como a imprensa e mídia. (FONTES, 2010, p.138).

Desta maneira, torna-se imprescindível a análise dos aparelhos privados de hegemonia (APHs) em disputa, assim como quais frações de classe estes representam através das variadas formas organizativas da sociedade civil, considerando a dialética:

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. (FONTES, 2010, p. 136).

Partiremos, portando, do conceito de Estado ampliado, considerando de forma indissociável as noções interdependentes de sociedade civil e sociedade política, assim como os conceitos de “bloco histórico”, “crise orgânica”, “hegemonia”, “ideologia”, “fascismo”, “intelectuais”, “aparelho privado de hegemonia” e “partido”. Ainda, em Nico Poulantzas, autor que traz novas perspectivas dos estudos gramscianos, colhemos os conceitos de “frações de classe” e “bloco no poder” (POULANTZAS, 1975), este último compreendido como “uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia no seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista”. (PINTO

23 Em seguida, Lamosa acrescenta que “a atividade partidária, na análise gramsciana, não se restringe àquelas desenvolvidas nos espaços parlamentares ou nos gabinetes governamentais. A função de um partido transcende a institucionalidade político-eleitoral. Neste sentido, um jornal, uma revista ou uma associação são também partidos ou frações de partidos.” (LAMOSA, 2016, p. 50).

e BALANCO, 2014, p. 46).

Os procedimentos de pesquisa incluíram o levantamento bibliográfico de fontes de dados primárias e secundárias, seguido de análise de conteúdo das fontes, organização e sistematização das informações obtidas. Foram realizados dois caminhos de levantamento sobre os intelectuais orgânicos e seus respectivos APHs associados à Nova Pedagogia da Hegemonia Evangélica.

O primeiro caminho foi o levantamento das igrejas e dos intelectuais orgânicos que atuam através do Ministério da Educação (no que tange o levantamento dos ministros e diretores das secretarias). Como fontes primárias, destacamos os documentos produzidos pelo MEC, todos obtidos em levantamento da página oficial do ministério: a) currículos e demais dados sobre os ministros e diretores de secretarias; e b) cartilhas, manuais, programas e demais documentos e materiais. Além destes, também utilizamos como fontes primárias as páginas e redes sociais digitais pessoais dos ministros do período analisado.

Destacam-se dois objetivos na análise do MEC: a) levantamento dos ministros e diretores das secretarias, assim como a identificação das igrejas evangélicas associadas aos mesmos e os papéis por eles desempenhados em cada uma das gestões, visando a análise das principais políticas implementadas nos referidos períodos, a fim de verificar também as possíveis direções políticas de uma igreja ou de um conjunto de igrejas; b) análise do conteúdo dos materiais produzidos pelo ministério, em especial aqueles relacionados às políticas educacionais destacadas como as prioridades do governo bolsonarista, tal como a militarização das escolas (realizada através do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares) e a Educação Domiciliar (realizada através da ampla defesa e articulação por sua regulamentação).

O segundo caminho foi o levantamento das igrejas e dos intelectuais orgânicos que atuam através da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (FPE) na 56ª Legislatura (2019-2022), assim como a rede de relações e estratégias de articulação entre estes intelectuais para a elaboração, sistematização e difusão da defesa de determinadas políticas educacionais. Como fontes primárias, destacamos: a) três documentos internos da FPE que nos revelaram determinadas estratégias, obtidos através de levantamento realizado em ida à campo no Congresso Nacional, através de solicitação direta à assessoria de determinados parlamentares; b) entrevistas semiestruturadas (sem autorização para gravação, com registro em caderno de campo) com o assessor da FPE e assessores de gabinete de deputados federais da FPE; c) o total de 647 publicações obtidas diretamente na página oficial da FPE na rede

social digital Instagram, recolhidas de abril de 2019 (data de criação da página) até o final da Legislatura; e d) documentos e materiais produzidos pela FPE, tais como atas, requerimentos, manifestos, entrevistas, discursos no Congresso Nacional, propostas legislativas e outros, obtidos através de diferentes meios, especialmente da página oficial da Câmara dos Deputados.

Destacaram-se dois objetivos na análise da FPE: a) levantamento dos parlamentares que destacaram-se na direção da Frente, seus respectivos partidos políticos institucionais e a identificação das igrejas evangélicas associadas aos mesmos, assim como os papéis por eles desempenhados para análise da correlação de forças interna, a fim de verificar possíveis direções políticas de uma igreja ou de um conjunto de igrejas; b) análise do conteúdo dos documentos produzidos por essa organização, a fim de verificar ênfases em elementos ideológicos relacionados ao processo de fascistização e relacionados à defesa de determinadas políticas, especialmente as educacionais, tal como a Educação Domiciliar.

Tanto para o MEC quanto para a FPE, além da contextualização histórica, o recorte temporal específico da análise foi composição e da atuação a partir de 2019, quando teve início o governo do presidente Jair Bolsonaro, até o final de seu governo em 2022, buscando a compreensão da associação da atuação das igrejas evangélicas ao receituário ideológico bolsonarista. Como fontes bibliográficas secundárias, identificamos os materiais produzidos por pesquisadores da Educação, da História e da Sociologia que têm debatido sobre o tema – alguns deles já apontados no item “referencial teórico” e outros que foram identificados no decorrer da pesquisa a partir de seus desdobramentos, tais como os materiais produzidos pela equipe de jornalismo investigativo da Agência Pública, pela equipe de pesquisadores da plataforma de dados e artigos Religião e Poder, dentre outros.

Por último, não poderíamos encerrar essa introdução sem destacar que esta tese é fruto de um trabalho de pesquisa desenvolvido no período da pandemia da covid-19, carregando diversos atravessamentos próprios desse período que foi absolutamente trágico em nível global e nacional.

O ingresso no curso doutorado ocorreu em 2019, sob a orientação do professor Dr. Rodrigo Lamosa, coordenador do Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRJ), logo após a finalização do mestrado, realizado com a mesma orientação e na mesma Universidade, cuja defesa da dissertação se deu em dezembro de 2018. Inicialmente, o

estudo seria sobre determinadas organizações transnacionais e as suas relações com a ideologia escola sem partido. Ao longo do primeiro ano de doutorado, primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, diante da ampliação do protagonismo dos evangélicos no governo (já observado no período da campanha eleitoral), e diante da escalada do fascismo no país, o meu interesse de pesquisa mudou e passou a ser o estudo sobre o fenômeno religioso e a atuação dos evangélicos no decorrer do processo de fascistização bolsonarista. A partir disso, o projeto de pesquisa começou a ser reformulado no final daquele ano, o que demandou um mergulho teórico em um amplo conjunto de novas leituras. O processo de reformulação foi concluído apenas no final do ano de 2020. Além da mudança do tema, outro fator que contribuiu para o prolongamento do tempo de reformulação do projeto foi que, em março de 2020, as atividades de pesquisa foram parcialmente interrompidas em decorrência da pandemia da covid-19. Passados dois meses de interrupção, os estudos e atividades no âmbito do grupo de pesquisa foram retomados, pouco a pouco, mas o trabalho de leitura e escrita referentes à tese permaneceu prejudicado naquele contexto.

Isso ocorreu principalmente porque, ainda sem a licença para estudos do meu local de trabalho (o que só ocorreu a partir de outubro de 2021), enquanto professora do Colégio Pedro II e membro do Conselho Superior como representante docente da comunidade escolar, estive diretamente envolvida ao longo de todo este período nos debates, elaborações de normativas e deliberações acerca da implementação das atividades remotas na instituição. Paralelamente, também nesta função, foram iniciados os debates a respeito dos protocolos sanitários necessários para que o retorno presencial ocorresse de forma parcial e segura quando houvesse condições possíveis. Foi um período de muito trabalho, extraordinário, que se somou ao trabalho enquanto professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Neste período, o trabalho como docente sofreu uma brutal sobrecarga diante das atividades remotas com os estudantes (em formatos de interação remota absolutamente inadequados para os Anos Iniciais), que se somou ao aumento do tempo de planejamento, execução e o excesso de tempo de tela nas interações virtuais com estudantes e equipes de trabalho. Foram atividades que produziram ansiedade e exaustão, que, conseqüentemente, prejudicaram de sobremaneira a continuidade do trabalho com a tese de doutorado da forma como fora planejado. Exaustão e ansiedade agravada, também, com o contexto da pandemia no país, com o isolamento social e os rumos do tratamento da crise sanitária por parte do governo negacionista, considerando a relação com a crise econômica e social, que geraram medo, incertezas e angústias que se somaram à

sobrecarga de trabalho em atividades domésticas e de cuidados com familiares idosos.

Ainda sobre os trabalhos no âmbito do LIEPE/UFRJ, nos vimos diante de uma ofensiva sobre a escola pública, em um processo abrupto e violento que impôs aos docentes, estudantes e demais trabalhadores da educação as condições para a retomada das atividades de ensino e do calendário escolar. Neste período foram realizadas as definições do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação para a retomada das atividades de ensino sob o formato “remoto” – após a realização dos webnários organizados pelo movimento Todos Pela Educação, responsável no Brasil pela Coalizão Global da Educação, movimento liderado pela UNESCO no período da pandemia. Diante dessas articulações, o LIEPE/UFRJ decidiu iniciar um trabalho coletivo que se desdobrou em uma série de iniciativas no âmbito da pesquisa e da extensão que se materializaram na publicação do livro “Educação e Classe Dominante na pandemia: uma tragédia anunciada” (no qual publiquei um capítulo), quatro cursos de extensão no decorrer dos anos 2020-2022 (em que ministrei algumas aulas), e na escrita de uma série de artigos.

No segundo semestre de 2021, ocorreu a mudança de orientação para o professor Dr. Fernando Gouvêa, de maneira que a pesquisa seguiu com a nova orientação e também continuou a ser desenvolvida através da contribuição dos estudos coletivos no âmbito do LIEPE/UFRJ. Com o início da licença para estudos em outubro do mesmo ano, deu-se o início da escrita dos capítulos. Com a escrita dos dois primeiros capítulos e a construção do sumário comentado, a qualificação foi realizada julho de 2022. Diante do atraso da pesquisa decorrente dos fatores já expostos, não foi possível concluir o trabalho durante o período de licença para estudos. Em abril de 2023, com o retorno para as atividades laborais como docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o processo de escrita voltou a ser atravessado pelas circunstâncias e contingências do trabalho – dessa vez modificado em muitos aspectos pelos desdobramentos em função do período de pandemia, que resultaram em novos problemas a serem enfrentados no âmbito do contexto escolar (nas dimensões econômica e social, que incidem diretamente na dimensão político-pedagógica), envolvendo a comunidade escolar em sua totalidade.

Foi com essa trajetória que a pesquisa foi desenvolvida e nesse contexto que o trabalho de escrita da tese foi concluído. Não foram tempos favoráveis à pesquisa no âmbito da pós-graduação no país, mas a certeza da necessidade de concluir o estudo, tendo no horizonte a perspectiva de contribuir com a luta da classe trabalhadora a partir de reflexões que nos parecem

urgentes no tempo presente, mantiveram a cabeça erguida e as pernas esticadas para cada passo que foi dado até aqui.

CAPÍTULO I

RELIGIÃO, IDEOLOGIA, POLÍTICA E HEGEMONIA

O capítulo é dedicado à apresentação e revisão dos fundamentos da Sociologia Marxista da Religião (SMR), que é o arcabouço teórico da pesquisa. Apresentamos e debatemos sobre como, através dela, buscamos desenvolver a nossa análise sobre o fenômeno religioso e a atuação dos evangélicos no Brasil, uma vez que ela torna possível a análise da religião e das igrejas na perspectiva da totalidade, considerando, ainda, a indissociabilidade entre a teoria e o método.

Para tal, dividimos o capítulo em duas seções. No primeiro subcapítulo, tratamos sobre a SMR a partir do itinerário proposto por Michael Löwy (1998, 2007, 2019), apresentando os caminhos abertos especialmente por Karl Marx e Friedrich Engels neste campo de estudos. O objetivo foi desenvolver a nossa compreensão sobre o fenômeno religioso a partir deste referencial teórico e estabelecer, a partir disso, os sentidos que atribuímos à religião enquanto forma particular de ideologia.

No segundo subcapítulo, aprofundamos a nossa leitura, dentro do campo da SMR, a partir da obra de Antônio Gramsci, buscando identificar as principais contribuições do filósofo sardo para a nossa análise. Foi necessário subdividir a seção em duas partes, tendo em vista a distinção gramsciana da questão da religião em sua dimensão ideológica (debate teórico-filosófico onde estabelecemos a relação com a SMR e introduzimos a questão do método) e da questão das igrejas e aparelhos privados de hegemonia no âmbito do Estado ampliado (considerando o método desenvolvido pelo autor para a análise da Igreja Católica no contexto italiano de sua época). Assim, buscamos compreender como o autor desenvolveu e utilizou os conceitos para que possamos utilizá-los também como ferramentas teórico-metodológicas para analisar as igrejas evangélicas no contexto do Brasil contemporâneo.

1.1 Caminhos abertos pela Sociologia Marxista da Religião

Dentre os diversos caminhos teórico-metodológicos para analisar a questão religiosa (o fenômeno religioso), a Sociologia Marxista da Religião (SMR)²⁴ destaca-se por, pelo menos,

24 Definição cunhada inicialmente por Löwy (1998, 2007), que se refere aos estudos marxistas dentro do campo da Sociologia da Religião.

duas razões, associadas entre si: a) a indissociabilidade entre teoria e método advinda do arcabouço do materialismo histórico dialético e, neste sentido, a possibilidade de compreendermos a relação entre o fenômeno religioso e os demais fenômenos sociais e econômicos, na perspectiva da totalidade; b) a possibilidade da análise crítica do fenômeno religioso como produto das relações sociais, ou seja, que se modifica com as transformações das condições de cada contexto histórico e de acordo com as relações sociais (nas relações no interior das classes sociais e entre elas).

Embora tenham analisado, no conjunto de suas obras, que a religião, enquanto uma das formas da ideologia, não é determinante na luta de classes, Karl Marx e Friedrich Engels dedicaram-se a compreendê-la e foram fundadores de uma visão sociológica sobre o fenômeno religioso – sendo seguidos pelos sociólogos que, posteriormente, passam a também compor o arcabouço teórico da SMR. Tal concepção acerca da SMR tem sido apresentada, há algumas décadas, pelo sociólogo Michael Löwy (1998, 2007, 2019). No presente estudo, seguiremos os apontamentos levantados por Löwy, realizando as imersões necessárias nas obras de Marx e Engels destacadas pelo autor em sua análise sobre a SMR, para compreendermos os caminhos abertos por ambos – e, posteriormente, por aqueles que seguiram a partir deste legado – e, assim, nos apropriarmos, na presente pesquisa, de sua constituição, pressupostos e fundamentos.

Recorrentemente, Löwy inicia suas análises em distintos artigos (LÖWY, 1998, 2007, e outros) desconstruindo o frequente reducionismo existente no âmbito acadêmico sobre o pensamento marxista acerca da religião materializado na expressão “a religião é o ópio do povo”. Tal expressão, retirada de seu contexto original no artigo “Introdução” da obra “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” (MARX, [1844] 2010a), poderia levar os/as leitores/as à interpretação de que a reflexão de Marx compreende restritamente a função da religião como uma droga que teria como finalidade de seu “uso” produzir um entorpecimento para que o povo não enxergasse ou não compreendesse a realidade tal como ela é em suas questões e contradições centrais, atribuindo esperanças e frustrações ao plano do divino.

Porém, ao contrário de ser uma síntese do pensamento de Marx sobre a religião no conjunto de sua obra, se analisada em seu contexto, esta frase corresponde ao uso provocativo, do autor, de uma expressão já presente na época em que o texto foi escrito, na Alemanha, e não denota o sentido atribuído usualmente em trabalhos acadêmicos. Segundo Löwy (1998, 2007), diversos autores da época faziam referência ao ópio para pensar na função da religião,

compreendo-o como um medicamento calmante para dores. Nesse sentido, a religião poderia ter o duplo caráter de tornar a vida mais suportável e, ao mesmo tempo, amortecer as dores dos processos de tomada de consciência. Essa ideia foi apropriada e desenvolvida por Marx no texto em questão, publicado pela primeira vez em 1844, onde ele considerava a dupla dimensão da religião enquanto “expressão” e enquanto “protesto” (enquanto autoconsciência das dores do povo) em relação à realidade social:

Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o *homem* não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu *point d'honneur* espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua base geral de consolação e de justificação. Ela é a *realização fantástica* da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião. A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o *ópio* do povo. (MARX, 2010a, p. 145, grifo do autor).

Notamos que a questão analisada por Marx neste texto é a função da religião na sociabilidade naquele tempo, naquele contexto onde ele a analisa. Isto ocorre após a conclusão da sua faculdade de direito, quando se debruça sobre o pensamento de Hegel. Após concluir a obra Crítica à Filosofia do Direito de Hegel, escreve a sua Introdução entre o final de 1843 e o início de 1844, inserindo apontamentos sobre a crítica da religião que não estavam diretamente presentes no texto. Identificamos que ele, neste período, compreende a importância da crítica da religião não para a sua análise como o problema central da realidade social (determinante da sociabilidade), mas como um sintoma notadamente central – “a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico sua lógica em forma popular [...], sua base geral de consolação e de justificação.” (Ibid., p. 145). Neste sentido, ao analisar a religião como expressão e protesto, Marx acreditava também, em perspectiva metodológica, que era possível identificar quais eram os problemas e questões centrais da própria realidade social.

Neste período, Marx tinha grande influência do pensamento do alemão hegeliano de esquerda, Ludwing Feuerbach (1804-1872), filósofo do século XIX que se dedicou a fazer uma densa crítica ao fenômeno da religião em suas obras, a partir do entendimento da religião como expressão mais típica da alienação, no sentido das ilusões psicológicas e intelectuais. No

próprio início do artigo “Introdução” (Ibid.), Marx afirmava que “Na Alemanha, a *crítica da religião* está, no essencial, terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica.” (Ibid, p.145, grifo do autor). Ao dizer que está “terminada”, ele refere-se à produção da crítica da religião de Feuerbach que ele reconhecia (naquele período) como suficiente para compreender o fenômeno religioso, deixando isso subentendido ao afirmar que ela é o pressuposto de toda a crítica, como afirmava o referido autor.²⁵

Em “A Essência do Cristianismo” (1841), Feuerbach fez uma inversão do idealismo hegeliano, a partir do qual a razão teria primazia sobre a realidade, para fazer a crítica da religião: não era o pensamento dos seres humanos que produzia uma realidade social, mas a realidade social que produzia um modelo de pensamento e valores de mundo, tal como a religião. Para ele, a partir da realidade social, os seres humanos criam a(s) religião(ões) conforme vivem em determinadas condições materiais e em cada processo histórico. Desta maneira, os seres humanos criam a(s) religião(ões) como projeção de si mesmos, sendo Deus (nas religiões monoteístas) a projeção do próprio *homem*²⁶. Esse princípio está contido em todo o pensamento expresso no texto “Introdução” (MARX, 2010a), inclusive de forma direta no trecho citado anteriormente: “Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem.” (Ibid, p.145, grifo do autor).²⁷

Nesta perspectiva, identificamos que no pensamento de Marx ainda há uma correspondência à concepção feurbachiana sobre o conceito de alienação (autoalienação e desalienação). Ele compreende, neste período, sem ainda desenvolver de forma mais extensa e articulada os conceitos fundamentais do materialismo histórico dialético (o que fez nos anos seguintes) que “o homem aliena-se de si mesmo ao criar e colocar acima de si um ser superior

25 Neste período, Marx não contestava a obra de Feuerbach; ao contrário, era uma de suas principais referências e realizava a ratificação de seu pensamento. É a partir de Escritos Econômico-Filosóficos (MARX, 2010b) e especialmente a partir de A Ideologia Alemã (MARX e ENGELS, 2007) que Marx produz uma profunda superação (ou, como veremos, uma suprassunção) da teoria feurbachiana.

26 Ao utilizarmos o termo “homem” estamos nos referindo, assim como os autores utilizados como referencial neste capítulo, ao homem enquanto ser genérico, ser humano. A opção por utilizar este termo justifica-se pela tentativa de não alterar a forma de tratamento dos referidos autores a respeito da construção religiosa do homem (ser humano) enquanto ser genérico. Quando não se tratar deste debate, optaremos pelo uso do termo “ser humano” ou “a humanidade” buscando adequar historicamente o uso do termo, considerando a ampla crítica atual acerca da idealização da humanidade a partir do ser masculino, a idealização “o homem”.

27 Nota-se, portanto a ideia de que os seres espirituais são projeções humanas. Adiante, veremos Marx desenvolver em “Manuscritos econômico-filosóficos” (MARX, 2010b) e em “A Ideologia Alemã” (MARX e ENGELS, 2007) o mesmo pressuposto para traçar analogias entre a religião e a forma de criação dos seres espirituais para explicar que tal processo ocorre também no mundo das mercadorias, que são criadas pelos seres humanos e depois separam-se destes, tanto quanto entre elas próprias, no processo de alienação.

estranho e imaginado, e ao curvar-se ante ele, como escravo. A desalienação do homem consiste na abolição daquela imagem ‘estranhada’ do homem que é Deus.” (PETROVIC, 1988, p.20).

Ainda seguindo o pensamento de Feurbach, Marx seguiu o texto “Introdução” (MARX, 2010a) argumentando quais são os pressupostos e a finalidade da crítica da religião. Afirmava que ao mesmo tempo em que “os homens” criam a religião (que criam Deus), também estão neles a capacidade de tecer a sua crítica – superando as ilusões em um processo de desmistificação (desalienação) – e desenganar-se através da razão:

A supressão [*Aufhebung*] da religião como felicidade *ilusória* do povo é a exigência da sua felicidade *real*. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em *germe*, a *crítica do vale de lágrimas*, cuja *auréola* é a religião. A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche. A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganoado, que chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo. Portanto, a *tarefa da história*, depois de desaparecido o *além da verdade*, é estabelecer a *verdade do aquém*. A *tarefa imediata da filosofia*, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas *formas não sagradas*. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a *crítica da religião*, na *crítica do direito*, a *crítica da teologia*, na *crítica da política*. (Ibid., p. 145-146, grifo do autor).

Neste trecho, Marx deixou explícito que a exigência de supressão da religião seria a exigência da felicidade real do povo, compreendendo a religião como produto de um determinado tipo de sociedade em determinado contexto histórico. Deduz-se daí que, para ele, o foco não estaria no combate à religião em si (posto que é sintoma), mas a crítica da religião tornar-se-ia, em última instância – “depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana” (Ibid., p.146, grifo do autor)²⁸ – “crítica do direito”, “crítica da política”, ou seja, uma crítica a toda realidade social.

Em suas obras seguintes, Marx não se dedicou a analisar especificamente a religião, mas as estruturas e formas sociais de funcionamento do próprio capitalismo, do seu modo de produção e sociabilidade. Ele e Engels desenvolveram outra interpretação sobre o pensamento

28 Nesta tradução, o termo alemão *selbstentfremdung* foi traduzido para o português como “autoalienação”. Em outras obras, como veremos adiante, também apareceu traduzido para o português como “estranhamento-de-si” – conforme Marx foi desenvolvendo o próprio conceito de alienação, observaremos o uso diferenciado, também pelos tradutores, dos termos *entäusserung* (alienação) e *entfremdung* (estranhamento), de forma vinculada, mas sem tratá-los como sinônimos.

de Feuerbach a respeito do processo de alienação e, conseqüentemente, sobre o fenômeno religioso. Aquilo que Marx afirmava, como vimos, que a religião é “a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente” (MARX, 2010a, p. 145), foi por ele mesmo revisto. A religião deixou de ser um ponto de partida para a compreensão da realidade social.

Esta revisão de Marx foi desenvolvida, em um primeiro momento, na obra póstuma “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, escrita em 1844, mas publicada pela primeira vez apenas em 1932 (MARX, 2010b). A partir do início de seus estudos da economia política, ele realizou uma análise mais estruturada da forma capitalista da atividade de produção, onde passa a compreender o trabalho na condição histórica, enquanto uma atividade vital humana imprescindível para a vida social, como a mediação entre o homem e a natureza, como forma efetivadora do ser social e de onde deriva todo o conjunto das esferas da existência humana (o que também inclui o lugar da religião). Os conceitos de exteriorização (alienação) e estranhamento²⁹ são desenvolvidos de forma vinculada, de forma que é possível identificar, na perspectiva da totalidade do capitalismo, como ocorre o processo de transformação do trabalhador em mercadoria na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral – uma vez que o trabalho, ao produzir as mercadorias, produz a si mesmo e o trabalhador como uma mercadoria. Segundo Marx, esse processo nada mais exprime, senão:

[...] o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um poder *independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Essa efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desejetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*). [...] A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital. Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu trabalho* como [com] um objeto *estranho*, estão todas estas conseqüências. (MARX, 2010b, p. 80-81, grifo do autor).

29 Na obra Manuscritos Econômico-Filosóficos (MARX, 2010b), o trabalho de tradução para o português, realizado por Jesus Ranieri, estabelece a distinção entre os usos dos termos *entäusserung* (alienação) e *entfremdung* (estranhamento), considerando que Marx tratou-os de forma vinculada, mas não como sinônimos. Nas palavras do tradutor: “Ao que tudo indica, a unidade *Entäusserung-Entfremdung* diz respeito à determinação do poder do estranhamento sobre o conjunto das alienações (ou exteriorizações) humanas, o que, em Marx, é possível perceber pela relação de concentricidade entre as duas categorias: invariavelmente as exteriorizações (*Entäusserungen*) aparecem no interior do estranhamento, ainda que sejam inelimináveis da existência social fundada no trabalho humano.” (RANIERI, 2010, p. 16, grifo do autor). Dessa maneira, o termo *entäusserung* (alienação) é amplamente incorporado na tradução como *exteriorização*, “momento de *objetivação humana* no trabalho, por meio de um produto resultante de sua criação” (ibid., p. 16, grifo do autor).

Ou seja, identifica que quanto mais o trabalhador desgasta-se trabalhando, mais torna-se poderoso o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio³⁰. Do mesmo modo Marx aponta a relação do homem com a religião: “Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém de si.” (Ibid., p. 81). A externalidade do trabalho aparece para o trabalhador, portanto, como se o trabalho não lhe pertencesse (mas a outro), como se ele no trabalho não pertencesse à si mesmo (mas a um outro):

Assim como na religião a autoatividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo. (Ibid., p. 83).

Em síntese, Marx identifica os efeitos do trabalho estranhado para o homem (1) no estranhamento do homem à natureza, (2) no estranhamento de si mesmo, da sua atividade vital, (3) no estranhamento do ser genérico do homem (da sua essência humana) e (4) no estranhamento do homem pelo próprio homem e na relação que está para com o outro homem (Ibid., p. 83-86). Estes efeitos também são considerados para pensar na relação dos homens em todos os sentidos das relações sociais, considerando que na relação do trabalho estranhado cada homem considera o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo (e o outro) se encontra.

O mesmo ocorre, portanto, com o processo de autoestranhamento religioso, que aparece necessariamente na relação do leigo com o sacerdote ou com um mediador dessa atividade intelectual, visto que no mundo prático-efetivo o autoestranhamento só pode aparecer na relação prático-efetiva com outros homens (Ibid. p. 87). Em suma, através do trabalho estranhado, exteriorizado, o trabalhador “engendra a relação de alguém estranho ao trabalho – do homem situado fora dele – com este trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho.” (Ibid., p. 87). A partir dessa análise, Marx também desenvolve a correspondência da

30 Segue o apontamento: “A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.” (Ibid. p. 81, grifo do autor).

origem do trabalho exteriorizado, do homem exteriorizado e estranhado, com a origem da propriedade privada. Assim sintetiza essa correspondência:

A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa (äusserlichen) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado. (Ibid., p. 87, grifo do autor).

Dialeticamente, Marx considera que o movimento de constituição e perpetuação da propriedade privada aparece, por um lado, como fundamento e razão do trabalho exteriorizado (o meio através do qual o trabalho se exterioriza) e, por outro lado, como uma consequência do mesmo (o produto do trabalho exteriorizado). O mesmo vale para a análise das divindades (dos deuses) que são, originalmente, não “a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde essa relação se transforma em ação recíproca.” (Ibid., p. 88).

A partir do exposto, desdobra-se também a compreensão acerca da superação dessas contradições – ou, segundo Marx, a suprassunção (*Aufhebung*), conceito hegeliano que quer dizer ao mesmo tempo superação, aniquilação e conservação de elementos daquilo que se suprassume, considerando a dinâmica do movimento dialético. A partir da obra “Manuscritos econômico-filosóficos” (Ibid.), observamos uma síntese que permanecerá em suas obras posteriores, conforme desenvolverá de forma mais estruturada o materialismo histórico dialético: podemos dizer que Marx suprassume a própria ideia hegeliana do movimento de suprassunção. Para os hegelianos, o movimento de suprassunção envolve apenas a dimensão da razão em seu complexo processo; para o pensamento marxiano, a suprassunção (ou superação) não provém apenas da dimensão das ideias (da razão), pois só se torna possível na perspectiva da totalidade, o que inclui a dimensão prático-efetiva neste mesmo movimento. Assim, deduz também sobre a suprassunção do estranhamento religioso:

*Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc., são apenas formas particulares da produção e caem sob sua lei geral. A suprassunção (*Aufhebung*) positiva da propriedade privada, enquanto apropriação da vida humana é, por conseguinte, a suprassunção positiva de todo o estranhamento (*Entfremdung*), portanto o retorno do homem da religião, família, estado etc., à sua existência (*Dasein*) humana, isto é, social. O estranhamento religioso enquanto tal somente se manifesta na região da consciência, do interior humano, mas o estranhamento econômico é o da vida efetiva – sua suprassunção abrange, por isso, ambos os lados. (Ibid., p. 106, grifo do autor).*

A partir de “A Ideologia Alemã” (MARX e ENGELS, [1845-1846] 2007), o materialismo histórico ganha nova forma com a incorporação dos conceitos estranhamento, alienação (exteriorização) e trabalho (já apresentados parcialmente na obra “Manuscritos econômico-filosóficos”), agora articulados a outros conceitos fundamentais para a compreender as relações capitalistas na perspectiva da totalidade. Em suas teses, Marx e Engels desenvolvem uma extensa crítica a Feuerbach – assim como a Bruno Bauer, Max Stiner, Karl Grün e outros jovens hegelianos alemães – especialmente sobre o processo de alienação. Consolida-se, com o desenvolvimento e aprofundamento das conexões dos conceitos fundamentais do materialismo histórico dialético, a compreensão de que a produção espiritual de um povo se relaciona diretamente com seu processo histórico a partir de dadas condições materiais e a partir dos conflitos de classes.

A crítica de Marx e Engels aponta que a crítica filosófica alemã dos jovens hegelianos se limitava à crítica das representações religiosas, declarando a consciência como política, jurídica e moral como consciência religiosa ou teológica e o homem, em última instância “o homem”, como religioso. A crítica alemã tinha como pressuposto a dominação religiosa e toda a relação dominante era declarada como dominação religiosa, que deveria ser combatida (MARX e ENGELS, [1845-1846] 2007, p. 83-84). Os intelectuais analisaram, em tom crítico notadamente ácido, que os “jovens-hegelianos”,

[...] encontraram a expressão certa para qualificar a sua atividade, quando afirmam que lutam apenas contra “*fraseologias*”. Esquecem apenas que, a essas fraseologias, não opõem nada além de fraseologias, e que, ao combaterem as fraseologias deste mundo, não combatem de modo algum o mundo real existente. Os únicos resultados aos quais essa crítica filosófica pôde chegar foram algumas poucas – e, mesmo assim, precárias – explicações histórico-religiosas acerca do cristianismo, todas as suas outras afirmações não passam de floreios acrescentados à sua pretensão de ter fornecido descobertas de importância histórico-mundial com aquelas explicações insignificantes. A nenhum desses filósofos ocorreu a ideia de perguntar sobre a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, sobre a conexão de sua crítica com seu próprio meio material. (Ibid., p. 84, grifo dos autores).

Em contraposição à concepção idealista da história, Marx e Engels apresentam a concepção do materialismo histórico dialético, que permanecerá em todas as suas obras seguintes. Sobre a gênese das formas de consciência, esta deve ser explicada a partir das relações sociais (e dos conflitos de classes), e os fenômenos sociais analisados na perspectiva da totalidade (relacionados com as estruturas econômicas, políticas e sociais) e em seus diferentes aspectos (Ibid., p. 42). Portanto, superam a ideia de que a libertação do homem – enquanto “o” homem idealizado, único, indivíduo, segundo a concepção dos neohegelianos –

resultaria da superação da dominação das fraseologias que, segundo Marx e Engels, nunca o teria mantido escravizado (Ibid., p. 29):

A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas con[dições] da indústria, do co[mércio], [da agricul]tura, do inter[câmbio] [...] e, então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo das substâncias, do sujeito da autoconsciência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico, são novamente eliminados quando se encontram suficientemente desenvolvidos. (Ibid., p. 29).

Observamos que a centralidade da reflexão no plano das ideias “puras”, das “fraseologias”, é deslocada a partir desta obra para o plano da realidade concreta na qual as ideias são geradas. Esse deslocamento – no sentido do materialismo histórico dialético enquanto método – altera, conseqüentemente, a crítica da religião, pois modifica a definição da noção de (auto)consciência e a ideia de uma condição que produziria a necessidade de ilusão de um povo, que a sustentava, dando lugar para a sua crítica de forma conectada ao conceito de alienação (agora mais desenvolvido desde os “Manuscritos econômico-filosóficos”).

Examinando os aspectos das relações históricas originárias, dos homens com a natureza e entre si, Marx e Engels consideram que o homem tem também consciência (o “espírito” que “se exterioriza” como “consciência”), mas que esta não existe de forma “pura”, mas como um produto social (MARX e ENGELS, 2007, p. 34-35). Reconhecem que a consciência “*pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da práxis existente, representar algo sem realmente representar algo real” (Ibid., p.35, grifo dos autores), emancipando-se do mundo e lançando-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia e da moral “puras”. Porém, isso só pode surgir a partir do momento em que surge a divisão do trabalho entre trabalho material e trabalho espiritual; e estas teorias, teologias, estarão em contradição com as relações existentes porque as relações sociais estão em contradição com as forças de produção – ao passo que as contradições entre as forças de produção, o estado social e as formas de consciência só serão suprimidas quando a divisão do trabalho for novamente suprimida (Ibid.). Neste sentido, a alienação do homem não é mais considerada por Marx e Engels como a alienação de sua consciência (no processo de alienação da autoconsciência)³¹. A alienação, enquanto produto do trabalho alienado (sob a forma alienada da propriedade privada), como já ensaiado em

31 “[...] A moral, a religião, a metafísica, e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, de aparência de autonomia que até então possuíam. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de pensar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como *sua* consciência.” (Ibid., p. 94, grifo dos autores).

“Manuscritos econômico-filosóficos” (MARX, 2010b), produz a alienação do homem com a natureza, com o produto do seu trabalho, de si mesmo e com os outros homens.

Essa concepção de história não tem a necessidade, como na concepção idealista, de procurar uma categoria em cada período para analisá-lo, mas sim de

[...] permanecer constantemente no solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual [...]; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia, e de toda forma de teoria. Essa concepção mostra que a história não termina por dissolver-se, como “espírito do espírito”, na “autoconsciência”, mas que em cada um dos seus estágios concentra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. (MARX e ENGELS, 2007, p. 42-43).

Uma vez que compreendem que as formas de ideologia são produzidas nas relações sociais (nos conflitos de classes, na “práxis material”), Marx e Engels também apontam elementos para a análise das razões que fazem com que determinadas ideias predominem sobre outras em cada contexto histórico e em determinadas condições materiais.³² Mesmo indicando que muitos aspectos de ordem econômica, política e social devem ser considerados na análise histórica, eles voltam-se para pensar como determinadas ideias, ao fim e ao cabo, tornam-se dominantes (no sentido das formas de ideologia que predominam na realidade social em determinado contexto histórico). Identificam que, como são expressões ideológicas das relações materiais dominantes, são produzidas pela própria classe dominante e tornam-se as ideias dominantes em cada época. Apresentam, em um trecho de “A Ideologia Alemã”, uma sistematização:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os

32 No próximo subcapítulo, apontamos como Gramsci desenvolveu os conceitos de ideologia orgânica e ideologia arbitrária, para tratar a mesma questão; assim como os conceitos de intelectual orgânico e aparelhos privados de hegemonia, que também estão inteiramente associados às questões tratadas na próxima citação sobre a produção e difusão das ideias pelos dominantes.

meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (ibid., p; 47, grifo dos autores).

Considerando o exposto, a partir de “A Ideologia Alemã” (Ibid.), o elemento central deste novo modelo de análise dos fenômenos religiosos é considerá-los, segundo Löwy, “em conjunto com o direito, a moral, a metafísica, as ideias políticas, etc. [...] *uma das múltiplas formas da ideologia*, ou seja, da produção espiritual de um povo, a produção das idéias, representações e formas de consciência” (LÖWY, 1998, p. 158, grifo nosso)³³, condicionadas necessariamente pela produção material e pelas relações sociais correspondentes. Ou seja, destaca-se a nova concepção da religião como uma das múltiplas formas da(s) ideologia(s) relacionada às condições socioeconômicas e às relações sociais, considerando-se os conflitos de classes.

Esta concepção permanece, segundo Löwy (1998, 2007), nas obras seguintes de ambos os autores. Em “O Capital – Livro I” (MARX, 2017), uma vez que o foco central passa para a política e a economia, a questão religiosa aparece de forma destacada apenas em algumas passagens – que não negam, em seu conteúdo, o papel da religião, mas que deixam a entender que na época moderna ela perdeu o papel que desempenhou no período da Idade Média. Segundo Löwy (2007), estas passagens possuem um grande valor metodológico para a constituição da SMR, uma vez que respondem aos críticos do materialismo histórico dialético – que apontavam que o modo de produção da vida material não condicionaria o processo da vida social, política e espiritual em geral. Estes trechos da obra, do ponto de vista metodológico, ratificam compreensão da função da religião (enquanto ideologia) de forma necessariamente vinculada às condições materiais de cada época. A exposição pode ser observada na seguinte nota de rodapé, onde Marx reconhece que, na Idade Média (diferente da época moderna), a religião de fato cumpria um papel dominante na vida da sociedade, mas que, mesmo assim, este papel estava relacionado às condições econômicas e sociais daquele contexto:

33 Nota-se que alguns artigos utilizados como referência foram publicados antes do novo acordo ortográfico realizado em 2009. Optamos por manter a grafia original em todas as citações.

É claro que a Idade Média não podia viver do Catolicismo, assim como o mundo antigo [Atenas ou Roma] não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida que explica por que lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal. Além do mais, não é preciso grande conhecimento, da história da República romana para saber que sua história secreta se encontra na história da propriedade fundiária. (MARX, 2017, p. 157).

Em outras passagens de “O Capital” (Ibid.), Marx aponta a relação da religião protestante com o capitalismo e a burguesia, sob diferentes ângulos de análise. Segundo Löwy, o protestantismo é abordado, às vezes, como reflexo dos interesses burgueses e outras vezes como complemento da própria sociedade burguesa (LÖWY, 1998, p. 160). Em alguma medida, Marx afirma que o protestantismo desempenha um importante papel no desenvolvimento do capitalismo (como fator causal):

Marx, às vezes, sugere uma relação de causalidade em que a religião seria um fator ativo na formação do capitalismo. Por exemplo: para sustentar a afirmação de que “o protestantismo é essencialmente uma religião burguesa”, menciona o papel da Reforma [Protestante] na Inglaterra na espoliação dos bens da Igreja [Católica] e das terras comunais: ao dar “um novo e terrível impulso à expropriação violenta do povo no século XVI”, a nova religião favoreceu a acumulação primitiva do capital. (Ibid., p. 160).

Observamos essa correspondência, por exemplo, de forma explícita na nota de rodapé: “O protestantismo, já em sua transformação de quase todos feriados tradicionais em dias de trabalho, desempenha um papel importante na gênese do capital” (MARX, 2017, p. 348). Nota-se que, para Marx, ao apontar como o protestantismo serve aos interesses capitalistas, o essencial é estabelecer a relação entre o fenômeno religioso e o capitalismo em seus aspectos socioeconômicos, na perspectiva da totalidade, como produto das relações sociais (dos conflitos sociais, da “práxis real”, como identificamos nas outras duas obras destacadas anteriormente).

Em relação às obras que Engels escreveu sobre estas mesmas relações, destacamos a permanência da análise sociológica já desenvolvida em coautoria com Marx em “A Ideologia Alemã” (MARX e ENGELS, 2007): as religiões se transformam historicamente e estas diferentes formas têm relação direta com os conflitos sociais, com as classes sociais. Diferente de Marx, ele apresentou maior interesse em seus estudos sobre o fenômeno religioso e o seu papel histórico, inclinando-se em muitas obras à análise da questão religiosa em específico, especialmente sobre o cristianismo. Segundo Löwy (1998), Engels analisou que a Revolução Inglesa foi a última revolução burguesa feita em nome da religião; considerando que, a partir da Revolução Francesa, a burguesia não utilizou mais a “máscara” da religião e os seus

interesses passaram a ser expressos de forma abertamente política (processo de secularização).³⁴

Outra grande questão de estudo de Engels, voltada aos conflitos sociais e à luta de classes, foi a semelhança entre o cristianismo primitivo e o socialismo, considerando a possibilidade de uma religião revolucionária que cumprisse o papel (em sentido ideológico e cultural) de antagonismo de classe, anticapitalista. Ainda que este conteúdo da análise fuja aos objetivos do presente estudo – e por isso não nos deteremos neste debate desenvolvido por Engels e outros autores marxistas, como Rosa Luxemburgo, Ernst Bloch, Lucien Goldmann, José Carlos Mariátegui, dentre outros –, o que nos interessa aqui é sua contribuição do ponto de vista metodológico da SMR. Ou seja, o rompimento de Marx e Engels com a visão linear da história criou

[...] um novo modo de análise da religião, baseado no estudo dos vínculos entre alterações econômicas, conflitos de classe e transformações religiosas. Apesar de nem sempre evitarem o reducionismo³⁵, eles abriram um campo de pesquisa que se mantém até hoje no centro da sociologia das religiões. (LÖWY, 1998, p. 170).

A partir da inauguração deste campo de pesquisa, que não é homogêneo, mas que carrega em comum os fundamentos e pressupostos do materialismo histórico dialético apresentados até aqui, outros autores também dedicaram grande parte de suas obras à análise das relações entre a religião e o capitalismo. Dentre eles, destacamos as obras de Walter Benjamin e Antônio Gramsci.

Ancorado no referencial teórico anarquista até 1924, o filósofo e sociólogo alemão Walter Benjamin (1892-1940) estudou o fenômeno religioso trazendo novos elementos para este campo de estudos antes e depois desse ano, período em que aproximou-se das obras do marxista húngaro György Lukács (1885-1971) e passou a declarar-se comunista, mas sem nunca contrapor-se ao anarquismo e conservando em suas obras a dimensão ético-política libertária (LÖWY, 2016). Em 1921, Benjamin escreveu o artigo “O Capitalismo como

34 Ainda que a utilização da religião enquanto “máscara” não seja mais identificada, a partir de então, em um processo de revolução burguesa, esta forma ainda será identificada em diferentes contextos para a constituição do senso comum (no sentido do “mascaramento” dos interesses burgueses em determinados conflitos de classes), como veremos em nossa análise nos capítulos seguintes.

35 Aqui, Löwy critica como reducionismo a caracterização da religião como uma “máscara” ou “reflexo” dos interesses burgueses, o que não tem conotação conclusiva no conjunto da obra de ambos autores, mas aparece em algumas passagens, inclusive citadas no presente estudo. Para nós, esta caracterização não é exclusiva, mas possível e necessária, a depender do aspecto do fenômeno religioso analisado em determinado contexto sócio-histórico.

Religião” (BENJAMIN, 2013), publicado apenas em 1985 com notável influência da obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, de Max Weber (1864-1920).

Neste texto, Benjamin propõe uma análise da estrutura religiosa do capitalismo (como um fenômeno essencialmente religioso), reconhecendo a árdua e polêmica tarefa que seria demonstrar toda a sua estrutura religiosa:

O capitalismo deve ser visto como uma religião, isto é, o capitalismo está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações³⁶, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiseram oferecer resposta. A demonstração da estrutura religiosa do capitalismo, que não é só uma formação condicionada pela religião, como pensou Weber, mas um fenômeno essencialmente religioso, nos levaria ainda hoje a desviar para uma polêmica generalizada e desmedida. Não temos como puxar a rede dentro da qual nos encontramos. (BENJAMIN, 2013, p. 21).

Em seguida, em sentido de ensaio, descreve três traços da estrutura religiosa do capitalismo que justificam tal proposição: (a) “o capitalismo é uma religião puramente cultural”, as atividades capitalistas seriam atividades do culto capitalista, seus praticantes os “adoradores” e o dinheiro, por exemplo, objeto de adoração³⁷; (b) “a duração permanente do culto”, o adorador não tem nenhum dia sem rituais, a celebração do culto é “sem trégua e sem piedade”, de desempenho extremo do adorador; (c) o culto não é expiatório, mas “culpabilizador”³⁸, tornando a culpa de tal modo universal, “martelada” na consciência, que até Deus está implicado nessa culpa (Ibid., p. 21-22). Este último traço “Faz parte da essência desse movimento religioso que é o capitalismo aguentar até o fim, até a culpabilização final e total de Deus, até que seja alcançado o estado de desespero universal (...)” (Ibid., p. 22). Aqui, Benjamin destaca que assim opera a impossibilidade de salvação no capitalismo como religião: “Nisto reside o aspecto historicamente inaudito do capitalismo: a religião não é mais reforma

36 Em outro trecho, o autor caracteriza o sentido de “preocupações”: “As preocupações: uma doença do espírito própria da época capitalista. Situação sem saída de cunho espiritual (não material) em forma de pauperismo, vadiagem, mendicância, monaquismo. Uma condição sem saída é culpabilizadora. As ‘preocupações’ são o indicativo dessa consciência de culpa provocada pela situação sem saída. ‘Preocupações’ surgem da angústia provocada pela situação sem saída de cunho comunitário, não de cunho individual-material.” (BENJAMIN, 2013, p. 24).

37 Em artigo onde resenha este mesmo artigo de Benjamin, Löwy conclui sobre esta análise do “culto” enquanto um traço: “Portanto, as práticas utilitárias do capitalismo – investimento do capital, especulações, operações financeiras, manobras bolsistas, compra e venda de mercadorias – são equivalentes a um culto religioso. O capitalismo não exige a adesão a um credo, a uma doutrina ou a uma ‘teologia’; o que conta são as ações, que representam, por sua dinâmica social, práticas culturais [referentes a cultos].” (LÖWY, 2013).

38 Löwy aponta que a palavra alemã *Schuld*, traduzida para o português como “culpa”, é carregada de ambiguidade, pois também pode significar “dívida”. Carrega neste texto, portanto, a ideia de que não poderíamos separar, no sistema da religião capitalista, a “culpa mítica” da dívida econômica. (LÖWY, 2013).

do ser, mas seu esfacelamento. Ela é a expansão do desespero ao estado religioso universal, do qual se esperaria a salvação” (Ibid., p. 22). Mas se Deus também está implicado na culpa e não tem o poder da salvação, o que o justificaria? É neste ponto que Benjamin acrescenta um quarto traço fundamental da estrutura religiosa: (d) “Deus precisa ser ocultado e só pode ser invocado no zênite de sua culpabilização”, de forma que o culto “é celebrado diante de uma divindade imatura” e “toda representação dela e toda ideia sobre ela viola o mistério de sua madureza” (Ibid., p. 22). A ideia de que um Deus ocultado sustenta também o mistério da não salvação.

Desta caracterização dos quatro traços da estrutura religiosa do capitalismo, não interessa-nos o método de análise da questão religiosa, mas a singularidade da proposta do autor.³⁹ Ao concebermos uma complementariedade entre a ideia benjaminiana da estrutura religiosa do capitalismo e o método do materialismo histórico dialético que nos revela a religião como uma das formas de ideologia e produção espiritual de um povo (como produto das relações sociais capitalistas), encontramos uma noção de reciprocidade da relação religião-capital: o capitalismo expande-se produzindo e difundindo a religião como uma das formas de ideologia de dominação e a religião expande-se (enquanto forma de ideologia) ao passo que as igrejas produzem e difundem (e também expandem-se enquanto aparelhos) uma estrutura de dominação ajustada às necessidades de dominação capitalista.

Ou seja, quando Marx afirmou, como vimos em “O Capital” (MARX, 2017), que o protestantismo “desempenha um papel importante na gênese do capital”, também podemos considerar a noção de reciprocidade e analisar, sob a luz do mesmo método, como o capitalismo também favoreceu o crescimento do protestantismo. Benjamin, vai além: “Na época da Reforma, o cristianismo não favoreceu o crescimento do capitalismo, mas se transformou no capitalismo” (BENJAMIN, 2013, p.24). Porém, faz uma ressalva indicando a necessidade de um método (que para nós é o materialismo histórico dialético) para a sustentação (ou revisão) de tal afirmação: “Metodologicamente, seria preciso investigar quais foram as ligações que o dinheiro estabeleceu com o mito no decorrer da história, até ser extraído do cristianismo a quantidade suficiente de elementos míticos para constituir seu próprio mito.” (Ibid., p.24). Na presente pesquisa, utilizaremos esta noção de reciprocidade da relação religião-capital – distanciando-nos, em certa medida, da caracterização da religião como “protesto da miséria real” – indicada por Marx no período anterior a sua crítica (ou melhor, suprassunção) da teoria

39 Já em sua fase “anarco-marxista”, ao tratar da questão religiosa, Benjamin interessa-se pelo fenômeno da secularização, especialmente sobre a secularização da arte – mas que não traremos para o debate pois foge aos nossos objetivos. (LÖWY, 2016).

feuerbachiana – mas considerando a caracterização como “protesto” no sentido ideológico construído e atribuído pelos dominantes em movimentos reacionários e ultraconservadores.

Além dos referenciais teóricos da SMR que selecionamos para a caracterização do nosso arcabouço teórico no presente estudo, Löwy também destaca outros pensadores do século XX que compõem o campo, tais como: o tcheco-austriaco Karl Kautsky (1854-1938), que, assim como Engels, dedicou grande parte de sua obra ao estudo sobre o cristianismo primitivo; o líder de governo da Rússia Soviética e da União Soviética, Vladimir Ilyich Ulianov (LENIN, 1970-1924) e a polonesa, naturalizada alemã e líder socialista, Rosa Luxemburgo, que debruçaram-se a pensar a relação dos partidos socialistas com a questão religiosa no debate sobre princípios, programa e estratégias dos partidos e a relação religião-Estado; e o alemão Ernest Bloch (1885-1977), que voltou-se a pensar a dimensão utópica da religião e uma possível unidade entre cristandade e revolução (LÖWY, 2007, p. 304-312).

Além destes, também poderíamos trazer ao debate do campo da SMR as contribuições de pensadores latino-americanos, como o peruano José Carlos Mariátegui – que escreveu sobre a dimensão ética e espiritual da luta revolucionária e tornou-se referência para o, também, peruano Gustavo Gutiérrez, fundador da Teologia da Libertação⁴⁰ – e o venezuelano Otto Maduro – sociólogo que produziu estudos mais recentes sobre a religião e a luta de classes na América Latina, pensando o campo religioso como produto dos conflitos sociais e ao mesmo tempo como um terreno relativamente autônomo, considerando-se a estruturação e as forças internas das instituições religiosas, que no capitalismo estão incorporadas à estratégia hegemônica dos dominantes, mas que eventualmente poderiam ajustar-se à função revolucionária (especialmente os sistemas religiosos do tipo “igreja”)⁴¹.

Contudo, nosso estudo não está circunscrito no âmbito teórico-prático da perspectiva de uma possível função revolucionária, para a classe trabalhadora, da(s) religião(ões) e das instituições religiosas na luta de classes. Não analisaremos se é possível ou não que a classe trabalhadora subverta a religião enquanto ideologia que serve à dominação da classe dominante e a transforme em forma de ideologia revolucionária libertadora. Tampouco vamos analisar

40 Uma renovada interpretação do cristianismo que gerou um movimento social-religioso supredenominacional e suprapartidário, que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960, que tem como princípio a busca pela justiça social na terra e não no reino dos céus. Historicamente, este movimento esteve ao lado de revolucionários socialistas e dos movimentos populares de resistência às ditaduras da América Latina da segunda metade do século XX. O peruano Gustavo Gutiérrez é considerado o fundador do movimento pois em 1971 publicou a primeira obra que carregou o título “Teologia da Libertação” e produziu uma sistematização da teologia.

41 Cf. MADURO, 1983.

religiões que tiveram sua formação nos povos originários e que poderiam trazer no interior de sua própria origem teorias e práticas libertadoras. Pelo fato destas análises serem em grande parte o fio condutor do estudo dos últimos autores citados e por estes debates ultrapassarem os objetivos do presente estudo, que se delimita a analisar a religião enquanto forma de ideologia dominante – especialmente as denominações evangélicas no Brasil no contexto fascistização recente, buscando identificar como estas forjam uma nova pedagogia da hegemonia específica – não teremos os mesmos como base, considerando, todavia, a possibilidade de alguns diálogos pontuais com alguns autores e de realizar tais debates em estudos futuros.

Desta maneira, a partir do arcabouço teórico dos principais referenciais da SMR apresentados e debatidos até o momento (Marx, Engels e Benjamin), identificamos os seguintes sentidos da religião enquanto forma de ideologia que utilizaremos em nossos estudos: 1) a religião como “ópio” (calmante para dores, para tornar a vida mais suportável ou para anestesiá-las as dores do processo de tomada de consciência); 2) a religião como expressão da realidade social na forma de reflexo invertido; 3) a religião como “máscara” ou “névoa mítica” da realidade social que impede a tomada de consciência; 4) a religião como uma explicação mítica (não verdadeira) sobre as contradições e conflitos sociais que legitima a realidade social; e 5) a religião enquanto “protesto” da realidade social, considerando a sua função de mobilização para a adesão social a determinado projeto de hegemonia, produzida e utilizada pelos dominantes em movimentos reacionários e ultraconservadores.

No próximo subcapítulo, apresentamos e debatemos as contribuições do filósofo sardo Antônio Gramsci (que também compõe este campo). Veremos sua análise da religião como fornecedora dos elementos formativos do senso comum para as massas populares, assim como o papel da Igreja Católica, o peso da cultura religiosa e da Reforma Protestante. Ele realizou a análise a partir do desenvolvimento de conceitos que serão utilizados por nós como imprescindíveis ferramentas teórico-metodológicas para pensarmos o fenômeno religioso na conjuntura atual do capitalismo e nas relações estabelecidas no caso do Brasil contemporâneo sob a crescente atuação das igrejas evangélicas – especialmente as neopentecostais – no âmbito do Estado ampliado (no sentido gramsciano).

1.2 A “questão religiosa” em Gramsci

Neste subcapítulo, analisamos a “questão religiosa” em Gramsci a partir de dois focos complementares entre si: 1) a crítica da religião como forma particular de ideologia e identificação das suas funções; 2) a análise crítica das Igrejas para o estabelecimento e a manutenção da hegemonia.

Em nosso estudo, utilizamos a obra de Gramsci traduzida e organizada no Brasil por Carlos Nelson Coutinho, publicada pela editora Civilização Brasileira, que é uma versão crítica cujos textos foram selecionados de forma temática, sob critérios estabelecidos por Coutinho – utilizamos o conjunto das publicações reunidas nos “Escritos Políticos” (textos pré-carcerários), nos “Cadernos do Cárcere” e nas “Cartas do Cárcere” (este último de seleção e tradução de Noênio Spindola). Para a leitura dos textos em sentido diacrônico, como realizaram Gomes (2014) e Costa (2021), no Brasil, para entender o processo no qual Gramsci formulou e reformulou suas categorias de análise sobre a questão religiosa diante das questões históricas da luta política em seu tempo, seria necessário realizarmos o mesmo percurso de leitura dos referidos autores através da edição crítica dos “Cadernos do Cárcere”, organizada pelo filósofo italiano Valentino Gerratana, que contém uma identificação cronológica mais precisa que permitiria reconstruir o desenvolvimento do pensamento de Gramsci. Contudo, esse trabalho ultrapassaria o tempo de realização da presente pesquisa, assim como seus principais objetivos. Neste aspecto, registramos a nossa intenção de realizá-lo em trabalhos de pesquisa futuros.

Outro ponto a ser destacado é a notória escassez de trabalhos de pesquisadores voltados para pensar a questão religiosa no Brasil a partir do referencial teórico-metodológico gramsciano, assim como de pesquisadores brasileiros gramscianos que estejam voltados para pensar a questão religiosa na obra do filósofo sardo. Sobre este primeiro ponto, trataremos o problema no Capítulo II. Sobre o segundo, faremos algumas considerações, antes de prosseguirmos, que para nós merecem especial atenção.

Como exceção neste cenário, destacam-se os estudos já citados de Gomes (2014) e Costa (2021), o artigo recente de Giovanni Semeraro (2017) – voltado para a questão da Teologia da Libertação, assim como outros pesquisadores – e o dossiê “Gramsci e a Religião: análises contemporâneas” (GOMES, 2020), que reúne quatro artigos de diversos pesquisadores – que utilizaremos como referência em reflexões adiante – e a tradução de um artigo de Frosini (2020), publicado originalmente em 2016. Também não poderíamos deixar de citar as

contribuições de Michael Lowy a respeito da SMR, que são de grande relevância para o debate, além de um recente artigo em específico, “Marxismo y religión: Antonio Gramsci”, publicado pelo autor em uma revista peruana (LÖWY, 2019).

Em suma, são raras as referências bibliográficas brasileiras voltadas para pensar a questão religiosa no contexto brasileiro a partir de Gramsci e tal fato surpreende-nos. Gramsci dedicou extensa parte de sua obra para pensar a questão religiosa e foi especialmente a partir destas análises que desenvolveu os seus conceitos, revelando o quanto a questão religiosa era para ele fundamental para a análise do bloco histórico, da correlação de forças, do processo de disputa hegemônica. O fato de que a questão religiosa é um traço de extrema relevância das disputas hegemônicas no Brasil, especialmente se considerarmos a chegada e o vasto crescimento da atuação das denominações pentecostais e neopentecostais, a partir dos anos 1960 e 1970, no âmbito do Estado ampliado, reforça o nosso estranhamento diante da ausência de trabalhos sobre a questão religiosa em Gramsci nos estudos acadêmicos realizados no país e sobre o fenômeno no país. Os motivos que levam a essa escassez fogem à análise e ao entendimento da presente pesquisa. Todavia, destacamos este fato para reforçar a importância da análise da questão religiosa em Gramsci por autores brasileiros e da democratização ao acesso de estudos sobre o tema realizados fora do país⁴², justamente para subsidiar os estudos sobre o fenômeno religioso nas disputas hegemônicas no Brasil a partir do arcabouço teórico-metodológico gramsciano. Nossa pesquisa pretende contribuir com estes estudos.

Desta maneira, neste subcapítulo também dialogamos com as contribuições de autores traduzidos para o Brasil que estudam sobre a questão religiosa em Gramsci, tal como Portelli (1984) e Frosini (2020), e de autores brasileiros que pesquisam o pensamento gramsciano de forma ampla, tal como Dias (1996), Mendonça (2014), dentre outros.

1.2.1 A religião como forma particular de ideologia

Em sua juventude, Antônio Gramsci (1891-1937) demonstrou interesse sobre a questão religiosa, embora ainda não desenvolvesse estudos específicos e extensos a respeito da Igreja Católica – o que realizou posteriormente, principalmente ao longo de seus anos no cárcere, ao

42 Costa (2021) destaca uma vasta bibliografia de pesquisadores estrangeiros que trabalham sobre Gramsci e a questão religiosa, considerando o assunto amplamente debatido, porém com pouca repercussão no Brasil. Em estudos futuros, pretendemos acessar e dialogar também com estes autores.

ser perseguido e preso pelo regime fascista de Benito Mussolini, no período de 1926 até a sua morte.

Dois artigos nos chamam a atenção pois deixaram evidente as preocupações de Gramsci sobre a questão religiosa neste período da juventude. São análises das relações entre religião e socialismo e sobre as correntes de esquerda dentro da Igreja Católica: “Coragem e fé” e “A Consolação e os católicos” (GRAMSCI, 2004a), publicados, respectivamente, em maio e junho de 1916, no jornal diário “*Avanti!*”, do Partido Socialista Italiano (PSI), do qual ele era integrante. No primeiro, caracterizou e criticou a ingenuidade das correntes cristãs de esquerda que defendiam que o socialismo deveria se tornar cristão, o que para ele seria o mesmo que dizer que “o quadrado deveria se tornar triângulo” (GRAMSCI, 2004a, p. 62). E seguiu a crítica em tom áspero:

Esta gente não percebe [...] que o socialismo é precisamente a religião que deve aniquilar o cristianismo. Religião no sentido de que também o socialismo é uma fé, que tem seus místicos e seus práticos; religião porque substituiu nas consciências o Deus transcendental dos católicos pela confiança no homem em suas melhores energias como única realidade espiritual. Nosso evangelho [...] é a filosofia moderna [...] que põe seus fundamentos tão-somente na história, na história da qual fomos criaturas do passado e da qual seremos criadores no futuro. [...] A nossa não é uma doutrina de escravos em revolta, mas uma doutrina de dominadores que, no esforço cotidiano, preparam as armas para o domínio do mundo. (Ibid., p. 62-63).

Notamos, neste primeiro artigo em destaque, que Gramsci realizou a equiparação do socialismo a uma forma de religião, diferente das tradicionais. No segundo, com a mesma perspectiva de equiparação, ele desenvolveu um pouco mais sobre a diferença entre o catolicismo e o socialismo:

Eles [católicos] esperam que a redenção venha da graça, invocam a boa vontade dos santos, quando seria mais oportuno apelar para aquela dos homens. Para eles, vale apenas a autoridade, a revelação, a palavra de Deus, já que situam as origens dos fatos humanos fora do homem, numa vontade suprema que tudo abarca e tudo julga [...]. Nós não esperamos nada de outros, mas só de nós mesmos: nossa consciência de homens livres nos impõe um dever e nossa força organizada o põe em prática. Somente o que é nossa obra, nossa conquista, tem valor para nós, torna-se parte de nós mesmos; não o que nos vem concedido por um poder superior, seja ele o Estado burguês ou Nossa Senhora da Consolação. (Ibid., p. 64-65).

Ele segue a crítica apontando que o que manteria os socialistas distantes do catolicismo seria a antítese insuperável das ideias: “[...] o homem que tomou consciência da força de sua vontade, da eficácia de sua consciência na história, não quer mais saber da Consolação e de

suas virtudes taumatúrgicas” (Ibid., p; 65).

Não obstante, em 1919, analisando exclusivamente do ponto de vista da estratégia política, Gramsci propôs uma abertura do PSI em direção aos católicos. Essa posição pode ser notada no artigo “Socialistas e Cristãos” (GRAMSCI, 2004a), publicado em agosto de 1920, no mesmo jornal do PSI. Nele, identificamos que Gramsci partiu do pressuposto de que a ideia religiosa não constituía um motivo de divisão da classe operária – ele construiu esse argumento com o exemplo de um homem cristão que fez uma doação ao jornal após este apoiá-lo diante de uma injusta prisão na ocasião do evento do 1º de Maio italiano – e que, “embora não sejam religiosos, os socialistas marxistas tampouco são anti-religiosos” (Ibid., p.413-414).⁴³ Ainda, acrescentou no mesmo artigo que a ideia religiosa também não constitui motivo de divisão da classe burguesa – uma análise que permanece em seus escritos posteriores, tendo em vista o papel da religião na defesa dos interesses burgueses, mantendo coesão a despeito das diferenças das disputas no interior da classe.

Cabe destacar que, mais tarde, nos Cadernos do Cárcere, analisando do ponto de vista teórico-filosófico, Gramsci compreendeu que existe de fato uma inconciliabilidade entre filosofia da práxis – como Gramsci denominou o materialismo histórico dialético (ou o marxismo) para driblar a censura do cárcere – e religião, em função da contraposição entre a concepção religiosa (metafísica, transcendente, criacionista e dualista e heterônoma na moral) e a concepção humanista-historicista da filosofia da práxis (imanente, dialético-unificante em todos os níveis e autônoma no campo ético) (LA ROCCA, 2017a). Isso não quer dizer que, na perspectiva revolucionária defendida por Gramsci, a religião e as Igrejas deveriam ser eliminadas pelo movimento, partido ou Estado operário, mas, em relação dialética, seriam

43 Também escreve sobre o cristianismo primitivo em comparação ao socialismo, de forma aproximada aos estudos de Engels, Kautsky e Rosa Luxemburgo (como apontado no subcapítulo anterior). No artigo “O Partido Comunista”, por exemplo, publicado no jornal “*L'Ordine Nuovo*”, em 1920, ele traça a equivalência, a partir dos estudos de Sorel: “Para Sorel, assim como para os marxistas, o cristianismo [primitivo] representa uma revolução na plenitude de seu desenvolvimento, ou seja, uma revolução que chegou às consequências extremas, até a criação de um novo e original sistema de relações morais, jurídicas, filosóficas, artísticas, [...] Toda revolução – que, tal como a cristã e a comunista, realiza-se e só pode se realizar através de uma sublevação das mais profundas e amplas massas populares – tem necessariamente de quebrar e destruir todo o sistema existente da organização social.” (GRAMSCI, 2004a, p. 415-416). Mais tarde, nos Cadernos do Cárcere, analisará o cristianismo primitivo do ponto de vista da história da Igreja Católica com o objetivo de compreender as transformações das suas funções ao longo de diferentes fases. Segundo Portelli, no conjunto dos Cadernos é possível identificar que na concepção de Gramsci o cristianismo aparece inicialmente como um movimento ideológico e político dos povos oprimidos e das classes subalternas, mas torna-se ideologia oficial da classe dirigente, modificando essa função inicial: “[...] a aliança com o Império romano modifica radicalmente o cristianismo primitivo sob seu tríplice aspecto de movimento das classes subalternas, de organização eclesíastica e de religião. É com essa nova face que a Igreja vai tornar-se estrutura ideológica do mundo feudal.” (PORTELLI, 1984, p.54).

superadas criticamente e progressivamente até serem substituídas por uma concepção superior da vida e do mundo e com outra organização social e política (Ibid., p. 689). Ou seja, manteve a perspectiva enunciada em sua juventude no artigo “Socialistas e Cristãos”.

Neste ponto, notamos correspondência entre a concepção gramsciana e a leninista. Em um conhecido artigo, escrito em 1905, “O Socialismo e a Religião”, Lenin analisa que a religião é uma das formas de opressão espiritual sobre as massas populares, como uma espécie de “ópio do povo”. Em relação ao tratamento que deve ser dado a ela, faz uma distinção entre o que se deve reivindicar na revolução socialista como o tratamento a ser dado pelo Estado e como o partido deve tratar a questão em seu interior. Em relação ao Estado, indica:

Exigimos que *a religião seja um assunto privado em relação ao Estado*, mas não podemos de modo nenhum considerar a religião um assunto privado em relação ao nosso próprio partido. O Estado não deve ter nada que ver com a religião, as sociedades religiosas não devem estar ligadas ao poder de Estado. Cada um deve ser absolutamente livre de professar qualquer religião que queira ou de não aceitar nenhuma religião [...]. Não deve haver quaisquer donativos a uma igreja de Estado, quaisquer donativos de somas do Estado a sociedades eclesiásticas e religiosas, que devem tornar-se associações absolutamente livres e independentes do poder de cidadãos que pensam da mesma maneira. [...] Completa separação da igreja e do Estado — tal é a reivindicação que o proletariado socialista apresenta ao Estado atual e à igreja atual [...]. (LENIN, [1905], 1984, p. 292, grifo nosso).

Sobre a questão religiosa no interior do partido, é ainda mais evidente a correspondência entre a concepção marxista e gramsciana e àquela defendida por Lenin: deve ser tratada como forma de ideologia (aqui observa-se a noção da religião enquanto reflexo invertido da realidade social) e combatida não apenas a partir da razão, mas também a partir da luta anticapitalista, através da práxis revolucionária em próprio curso e processo histórico. Segundo Lenin:

Em relação ao partido do proletariado socialista a religião não é um assunto privado. O nosso partido é uma associação de combatentes conscientes e de vanguarda pela libertação da classe operária. Essa associação não pode e não deve ter uma atitude indiferente em relação à inconsciência, à ignorância ou ao obscurantismo sob a forma de crenças religiosas. [...] E para nós a luta ideológica não é um assunto privado mas um assunto de todo o partido, de todo o proletariado. [...] O nosso programa assenta todo numa concepção do mundo científica, a saber, a concepção do mundo materialista. A explicação do nosso programa inclui por isso necessariamente também a explicação das verdadeiras raízes históricas e econômicas do *nevoeiro religioso*. [...] Mas ao fazê-lo não devemos em caso nenhum cair num modo abstrato e idealista de colocar a questão religiosa “a partir da razão”, fora da luta de classes, como não poucas vezes é feito pelos democratas radicais pertencentes à burguesia. Seria um absurdo pensar que, numa sociedade baseada na opressão e embrutecimento infundáveis das massas operárias, se pode, puramente por meio da propaganda, dissipar os preconceitos religiosos. Seria estreiteza burguesa esquecer que o jugo da religião sobre a humanidade é apenas produto e reflexo do jugo econômico que existe dentro da sociedade. Não é com nenhuns livros nem com nenhuma propaganda que

se pode esclarecer o proletariado se não o esclarecer a sua própria luta contra as forças negras do capitalismo. *A unidade desta luta realmente revolucionária da classe oprimida pela criação do paraíso na terra é mais importante para nós do que a unidade de opiniões dos proletários sobre o paraíso no céu.* (Ibid., p. 293-294, grifo nosso).

Gradativamente, ainda em liberdade, Gramsci foi redirecionando o estudo do fenômeno religioso para compreender como se constituiu o “bloco ideológico” italiano que unia clero e fiéis, passando, portanto, a se debruçar sobre a análise do catolicismo na Itália. Segundo o sociólogo francês Hugues Portelli, estudioso da obra gramsciana, após o rompimento de Gramsci com o PSI, a sua participação na fundação e na liderança do Partido Comunista Italiano (PCI), em 1921, e a instauração do fascismo no país em 1922, ele “se dá conta de que o catolicismo [...] não se limita à sua expressão política conjuntural: o Vaticano, o aparato eclesiástico, a Ação Católica formam sempre a verdadeira estrutura da Igreja” (PORTELLI, 1984, p. 16). A partir de 1925, a Igreja (como organização intelectual) e a religião (como forma de ideologia), são analisadas por Gramsci como “modelos negativos” – a primeira, como casta intelectual que enquadra ideológica e politicamente os trabalhadores, tornando-se antítese do partido revolucionário e, a segunda, como uma utopia que mantém as classes populares na ignorância e lhes retira a possibilidade de adquirir consciência política (Ibid., p. 16).

Já no período do cárcere, Gramsci desenvolveu a reflexão sobre essa dimensão de modelo negativo da religião, como uma utopia que oferece resolução para as contradições de forma mitológica, fora da realidade social – ou seja, uma utopia cuja igualdade só ocorreria no reino dos céus. É interessante notar que essa reflexão a seguir sobre a religião enquanto utopia aparece no texto quando Gramsci estava tratando da filosofia da práxis afirmando que a utopia tem um valor político e toda política é implicitamente uma filosofia, ainda que desconexa e somente esboçada:

[...] Neste sentido, a religião é a mais gigantesca utopia, isto é, a mais gigantesca “metafísica” que já apareceu na história, já que ela é a mais grandiosa tentativa de conciliar em forma mitológica as contradições reais da vida histórica: ela afirma, na verdade, que o homem tem a mesma “natureza”, que existe o homem em geral, enquanto criado por Deus, filho de Deus, sendo por isso irmão dos outros homens, igual aos outros homens, livre entre os outros e da mesma maneira que os outros, e ele pode se conceber desta forma espelhando-se em Deus, “autoconsciência” da humanidade; mas afirma também que nada disto pertence a este mundo e ocorrerá neste mundo, mas em um outro (–utópico–). Assim, as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentam entre os homens, entre os homens que não se veem nem iguais, nem irmãos de outros homens, nem livres em face deles. [...] (GRAMSCI, 2020a, p. 205).

A análise sobre esse aspecto utópico da religião permite afirmar que as ferramentas oferecidas pela ideologia religiosa no processo de compreensão dos fatos históricos e naturais e de desvelamento de mundo encontram-se distantes da possibilidade de reflexão e análise dos fiéis (das massas populares), uma vez que estão privados da real possibilidade de compreensão desses fenômenos por desconhecerem os sistemas explicativos, o que desdobra-se na tradução dos fatos em termos compreensíveis e aceitáveis, mas descaracterizados e distorcidos; uma distorção que atinge até mesmo a própria concepção religiosa de mundo (GOMES, 2014; LA ROCCA, 2017a).

No período do cárcere é que Gramsci desenvolveu, como apontamos, os seus estudos profundos e extensos sobre o fenômeno religioso e em especial sobre a Igreja Católica.⁴⁴ Estes estudos são tão essenciais para Gramsci que chegaram a fundamentar muitas de suas proposições. Em muitos casos, foi a própria análise do processo de adaptação da Igreja Católica ao contexto histórico vivido que lhe permitiu fundamentar, ampliar e ressignificar diversos conceitos, como os de “Estado integral” (ou ampliado), “bloco histórico”, “intelectuais orgânicos” e “intelectuais tradicionais” (PORTELLI, 1984; GOMES, 2014), como veremos adiante. Analisou o crescimento do cristianismo como um conjunto de práticas culturais que eram mediadas pela ideologia religiosa, consolidando-se como práticas milenares. A sua crítica à religião caracterizou-se pelo aspecto da alienação do homem perante a crença em uma divindade transcendental, indo além da crítica ao movimento católico e tomando a religião, portanto, como um fenômeno de ordem político-cultural (GOMES, 2014).⁴⁵

Mas, afinal, como o filósofo sardo definiu a “religião” a partir desses pressupostos? Segundo Portelli e La Rocca, nos Cadernos encontram-se três definições de religião: a

44 No cárcere, Gramsci tinha acesso limitado a materiais de leitura por causa da censura do fascismo italiano, mas teve grande acesso a periódicos e revistas da Igreja Católica que transformou em fontes primárias de suas pesquisas.

45 Não podemos esquecer que Gramsci leu “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, de Max Weber, e refletiu nos “Cadernos do Cárcere” sobre como o protestantismo contribuiu para desenvolver a prática econômica e a ideologia capitalista, produzindo novas práticas de comportamento. Ou seja, reconheceu a sua dimensão histórica e sua capacidade de realizar-se na prática enquanto uma “reforma intelectual e moral”. Porém, do ponto de vista do conjunto de sua obra, Gramsci voltou-se especialmente para pensar o catolicismo; mesmo quando analisou o protestantismo, o seu interesse foi para a caracterização do processo histórico de enfraquecimento desagregação e restauração da hegemonia católica na sociedade civil em realidades nacionais específicas (COSTA, 2021). A partir deste entendimento, com o objetivo de compreendermos o pensamento gramsciano para tratarmos a questão religiosa segundo os objetivos da presente pesquisa, nos deteremos especialmente nos seus estudos sobre o catolicismo para que possamos extrair os conceitos fundamentais e o método de análise desenvolvido.

“confessional”⁴⁶, a “laica”⁴⁷ e a propriamente gramsciana, síntese das duas primeiras (PORTELLI, 1984; LA ROCCA, 2017a). Gramsci considerou que a religião se associa ao senso comum por sua heterogeneidade ideológica e social; a religião fornece ao senso comum e ao folclore uma grande parte de sua sedimentação ideológica e, ao mesmo tempo, ela não é um conjunto ideológico homogêneo, mas subdividido em sub-religiões (PORTELLI, 1984).

Sobre a estratégia da “subdivisão” da religião de acordo com o esforço de ser e permanecer universal, Gramsci sintetiza:

Toda religião, inclusive a católica (ou antes, sobretudo a católica, precisamente pelo seu esforço em permanecer “superficialmente” unitária, a fim de não fragmentar-se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multiplicidade de religiões distintas e frequentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo. (GRAMSCI, 2020a, p. 115).

A chamada “doutrina do senso comum”, com suas relações com a religião, a filosofia e a política, pode ser considerada, do ponto de vista do método, uma chave de leitura do pensamento gramsciano sobre a questão religiosa (LA ROCCA, 2017a). Gramsci localiza o senso comum no interior do que considera como cultura popular, ao lado da linguagem e do folclore, conforme indicamos anteriormente, em nossa introdução:

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia, e como o folclore, *apresenta-se em inúmeras formas*; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. [...] *Os elementos principais do senso comum são fornecidos pelas religiões e, conseqüentemente, a relação entre senso comum e religião é muito mais íntima do que a relação entre senso comum e sistemas filosóficos dos intelectuais* (GRAMSCI, 2020a, p. 115, grifo nosso).

São influências e componentes do senso comum também as religiões precedentes ao momento histórico analisado, o que para ele incluía as formas precedentes do próprio

46 No Caderno 6, encontramos uma apresentação do que é a religião na perspectiva confessional: “No conceito de religião, portanto, estão pressupostos os seguintes elementos: 1º) a crença de que existam uma ou mais divindades pessoais que transcendem as condições terrestres temporais; 2º) o sentimento dos homens de que dependem destes seres superiores que governam totalmente a vida do cosmo; 3º) a existência de um sistema de relações (culto) entre os homens e os deuses.” (GRAMSCI, 2020c, p. 209-210).

47 Esta concepção, de Benedetto Croce, era defendida por Gramsci na juventude e depois é rejeitada parcialmente pois ele considera que ela confunde as noções de religião e ideologia (embora seja para a SMR uma forma de ideologia), ao equivaler a religião a toda filosofia que se tornou “fê”. (PORTELLI, 1984, p. 22-23). Além disso, também reunia os ideais da burguesia e os anseios das elites e dos intelectuais pela formação do Estado laico (GOMES, 2014, p. 128).

catolicismo, os movimentos heréticos populares, as superstições científicas ligadas à religiões passadas, dentre outros (Ibid.).⁴⁸ Assim, não existe um único senso comum, pois também ele (assim como a religião) é um produto e um devir histórico. Ou seja, se modificam incessantemente, e coexistem e se sucedem no tempo, vários sentidos comuns.⁴⁹ Assim como vimos que existem vários catolicismos, há também vários sentidos comuns criados por eles, respectivamente, em cada contexto sócio-histórico.

Na interpretação de Guido Liguori, estudioso da obra gramsciana, o conceito de senso comum parece uma variação do conceito de ideologia, como concepção de mundo (LIGUORI, 2017, p. 722-724). Para nós, tal interpretação também é correspondente, uma vez que Gramsci identifica que os elementos fundamentais do senso comum são fornecidos pela religião e esta última é considerada uma forma de ideologia na crítica da SMR. Liguori afirma que, em geral, o senso comum “trata-se da ideologia mais difundida e com frequência implícita de um grupo social, de nível mínimo. Por isso, ele se relaciona dialeticamente com a filosofia, isto é, com o segmento alto da ideologia, próprio dos grupos dirigentes dos vários grupos sociais.” (Ibid., p.223).

Porém, “[...] não é qualquer ideologia, por mais que seja ‘palatável’ à opinião pública, que passa de uma dimensão arbitrária para tornar-se amplamente difundida, penetrada e integrada em um sistema social” (COLOMBO, 2018, p. 159).⁵⁰ Muitos fatores e circunstâncias atravessam este processo e é a partir deles que devemos analisar a penetração de cada ideologia em dada realidade social. Ao tratar sobre a adesão às doutrinas religiosas, Gramsci reflete que:

É evidente que uma construção de massa desta espécie não pode ocorrer “arbitrariamente”, em torno a uma ideologia qualquer, pela vontade formalmente construtiva de uma personalidade ou de um grupo que se proponha esta tarefa pelo fanatismo das suas próprias convicções filosóficas ou religiosas. A adesão ou não-adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar. As construções *arbitrárias* são

48 Para Gramsci, isso não quer dizer que no senso comum não existem verdades (pois, como nele existe de tudo, existem também elementos constitutivos da verdade), mas que referir-se a ele como prova de verdade é um contrassenso (Ibid.).

49 A filosofia (da práxis), nesta conexão entre o senso comum e a religião, é definida por Gramsci como a crítica e a superação de ambos, coincidindo com o bom-senso, que se contrapõe ao senso comum (Ibid.).

50 Referimo-nos a “opinião pública” na perspectiva de Gramsci, segundo o qual: “O que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. [...] O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública –jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade pública nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2020b, p. 269).

mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica, ainda que por vezes, graças a uma combinação de circunstâncias imediatas favoráveis, consigam gozar de certa popularidade; já as construções que correspondem as exigências de um período histórico complexo e *orgânico* terminam sempre por se impor e prevalecer, ainda que atravessem muitas fases intermediárias nas quais a sua afirmação ocorre apenas em combinações mais ou menos bizarras e heteróclitas. (GRAMSCI, 2020a, p.111, grifo nosso).

Já as ideologias arbitrárias, surgem justamente de cisões no interior de uma classe e é necessário, portanto, distingui-las das chamadas orgânicas (necessárias a uma determinada estrutura). Sobre esta distinção, Gramsci define:

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 2020a, p.237).

A crítica da religião está, portanto, associada à análise da função histórica de cada forma de ideologia religiosa. A religião foi estudada por Gramsci, com esse pressuposto, como uma forma particular de ideologia (PORTELLI, 1984). Neste sentido, notamos que ele, com os mesmos pressupostos, fundamentos e categorias tradicionais da SMR (apresentados no subcapítulo anterior), foi muito além ao associar a religião (enquanto forma de ideologia cujo elemento fundamental é a filosofia que sustenta uma concepção de mundo) a outros fenômenos da política e da cultura, como o folclore e o senso comum, na dimensão da formação dos subalternos no âmbito das superestruturas, de acordo com as concepções de mundo em disputa, relacionada de forma indissociável à estrutura, às disputas de ordem econômica, a partir do conceito de “bloco histórico” (constituído inicialmente por Sorel e depois utilizado e desenvolvido por Gramsci).

Ou seja, deve-se observar a força material das ideologias, medi-las em sua efetividade (como consegue se fazer efetiva a partir de determinadas estratégias e instrumentos) e não exclusivamente por seu conteúdo. A respeito dessa dimensão metodológica, Gramsci identifica que, no bloco histórico “[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre conteúdo e forma puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças

materiais.” (GRAMSCI, 2020a, p. 238). É, portanto, o confronto, o embate hegemônico, que dá materialidade às ideias – desenvolveremos esta concepção mais adiante, a partir de Edmundo Dias (1996), no debate sobre a hegemonia, pois para compreendermos a forma material das ideias é necessário analisar a atuação dos intelectuais através de seus aparelhos privados de hegemonia (APHs).

Sobre o conceito de bloco histórico, o filósofo sardo definiu que “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2020a, p. 250). Identificou também a relação indissociável entre o âmbito estrutural e superestrutural do bloco histórico na perspectiva do materialismo histórico dialético: “[...] [ao contrário do que afirmou Croce] não é verdade que a filosofia da práxis ‘destaque’ a estrutura das superestruturas; ao contrário, ela concebe o desenvolvimento das mesmas como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco” (Ibid., p.369).

Sobre este conceito-chave da teoria gramsciana, Portelli aponta que bloco histórico é o ponto de partida para a análise da maneira como a ideologia penetra, socializa e integra um sistema social, que nos permite analisar em dado contexto histórico a unidade orgânica entre a estrutura e a superestrutura, assim como nos permite identificar como a hegemonia se desagrega e edifica-se um novo sistema hegemônico, um novo bloco histórico (PORTELLI, 1977).

Cabe ressaltar, contudo, três variantes para a análise de um bloco histórico, para nós fundamentais do ponto de vista do método para pensar o fenômeno religioso e a crítica da religião como forma de ideologia (e, conseqüentemente, a sua função nas disputas por hegemonia no contexto de determinado bloco histórico).

A primeira é a variante “nacional”. Uma vez que se a tentativa de definir o bloco histórico é de acordo com a dinâmica das economias centrais na divisão internacional do trabalho, é possível identificar concomitantemente diferentes características e dimensões de sua expressão/consolidação nos países capitalistas periféricos. Gramsci, ao analisar o curso da formação do americanismo/fordismo naquele momento histórico, por exemplo, não pôde prever (como sabemos hoje) que não ocorreria a consolidação do “Estado de bem-estar social” nos governos totalitários e ditaduras na América Latina. Portanto, devemos considerar os aspectos específicos de cada contexto nacional, tanto ao tratarmos da formação de um bloco histórico quanto da sua crise orgânica – como veremos especificamente no capítulo III ao analisarmos a crise orgânica do capital no atual bloco histórico toyotista-neoliberal no contexto mundial e

especificamente no capitalismo dependente no caso brasileiro.

A segunda variante é a permanência das contradições históricas. Mesmo com a formação de um novo bloco histórico, Gramsci também considerava a complexidade da permanência de elementos do bloco anterior (COLOMBO, 2018). Ele considera que:

De fato, toda fase histórica deixa seus traços nas fases posteriores; e estes traços, em certo sentido, tornam-se o seu melhor documento. O processo de desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo pelo que o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente o que é “essencial”, sem resíduo de um “incognoscível” que seria a verdadeira “essência”. O que se “perdeu”, isto é, o que não foi transmitido dialeticamente no processo histórico, era por si mesmo irrelevante, era “escória” casual e contingente, crônica e não histórica, episódio superficial, sem importância, em última análise. (GRAMSCI, 2020a, p. 240).

A terceira variante na análise é a consideração do próprio Gramsci de que deve ser levado em conta que muitos elementos das superestruturas não encontram explicação, de forma imediata, no âmbito estrutural. No caso do fenômeno religioso, isso fica evidente quando ele observa o caso da Igreja Católica e suas disputas internas:

[...] muitos atos políticos são motivados por necessidades internas de caráter organizativo, isto é, ligados à necessidade de dar coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade. Isto é evidente, por exemplo, na história da Igreja Católica. Se alguém pretendesse encontrar, para todas as lutas ideológicas no interior da Igreja, a explicação imediata, primária, na estrutura, estaria perdido: muitos romances político-econômicos foram escritos por esta razão. É evidente, ao contrário, que a maior parte destas discussões são ligadas a necessidades sectárias, de organização. (Ibid., p. 239-240).

Deste trecho também podemos apreender que, ao analisar os conflitos internos dentro da Igreja Católica – protagonizados por três grupos denominados nos “Cadernos do Cárcere” como modernistas, integristas e jesuítas, que disputavam entre si a direção política-ideológica da Igreja – Gramsci percebeu que estes não tinham necessariamente relação direta com os conflitos sociais, que tinham uma certa autonomia – identificou que o clero (casta de intelectuais tradicionais) estava a serviço da própria Igreja Católica. Ou seja, identificou que a Igreja, enquanto intelectual tradicional, possuía uma estrutura relativamente autônoma em relação às classes sociais, constatando que mesmo sendo produto dos conflitos sociais o fenômeno religioso (e a religião enquanto forma particular de ideologia) não é produzido exclusivamente por eles.

Essa análise também é destacada por Löwy (2007):

[...] Enquanto se concentrava nas divisões de classe dentro da Igreja, Gramsci adverte a *relativa autonomia* da instituição, como um corpo composto de “intelectuais tradicionais” (o clero e os intelectuais católicos seculares) – quer dizer, intelectuais ligados a um passado feudal e não organicamente conectados a nenhuma classe social moderna. Isto é o motivo principal para a ação política da Igreja e para sua relação conflitiva com a burguesia italiana: a defesa de seus interesses corporativos, seu poder e privilégios. (LÖWY, 2007, p. 309, grifo nosso).

Nota-se que esta “relativa autonomia” é importante no domínio religioso, pois serve à manutenção das castas intelectuais (tradicionais). Apesar disso, ela permanece relativa, correspondendo a uma função hegemônica que visa estabelecer e reforçar a dominação de uma classe sobre os demais grupos sociais (PORTELLI, 1984). Portanto, ainda que possamos identificar atividades particulares (“sectárias”) de determinada análise de uma igreja e caracterizar uma “relativa autonomia” da religião, não podemos perder de vista que ela está situada em um contexto social e histórico também determinado, que limita e orienta (que lhe faz relativa ao contexto) a específica autonomia da religião (MADURO, 1983).

Mas, ao longo da história, quais foram as diferentes funções da Igreja Católica enquanto intelectual coletivo? Em algum momento o clero cumpriu o papel de intelectual orgânico da classe dirigente? Estas análises e caracterizações caberiam também para pensar o protestantismo? Para entender melhor o fenômeno religioso, identificando a existência destes conflitos, Gramsci compreendeu que não bastava analisar a religião como forma de ideologia, era necessário também o estudo da Igreja como intelectual e a análise dos seus aparelhos privados de hegemonia para entender a função histórica de cada ideologia religiosa. Em outras palavras: era necessário analisar historicamente o papel dos intelectuais a partir das relações estabelecidas entre religião e política e entre Igreja e Estado, no sentido da totalidade.

1.2.2 As Igrejas e o Estado educador (ou a Pedagogia da Hegemonia)

Na análise histórica sobre o catolicismo, Gramsci identificou duas fases onde a Igreja assumiu um papel intelectual distinto em cada uma. A primeira fase é da sua constituição enquanto intelectual orgânica da classe feudal até as Reformas, período em que a Igreja estendeu o seu domínio ideológico até o monopólio e a rivalidade com o Estado (em sentido estrito): a fase da Igreja como intelectual orgânica, como casta intelectual da classe dirigente, soberana sobre o Estado feudal e hegemônica na sociedade medieval. A segunda fase é a do declínio (até os dias atuais), período em que é despojada de suas diferentes funções e passa a

defender seus privilégios contra as novas camadas intelectuais laicas, contra os novos aparelhos privados de hegemonia: a fase em que a Igreja se torna casta de intelectuais tradicionais.⁵¹ (PORTELLI, 1984, LA ROCCA, 2017b).

Antes de prosseguirmos com essa análise, para entendê-la melhor, faz-se necessário abriremos um parêntese para apresentar a concepção gramsciana dos conceitos de intelectuais e aparelhos privados de hegemonia (APHs). Na Introdução deste trabalho, apresentamos o conceito de Estado ampliado (ou Estado integral), mas não nos detivemos no debate a respeito da função dos intelectuais e APHs na relação indissociável da sociedade civil e da sociedade política em seu interior. Os APHs são organizações por meio das quais seus intelectuais orgânicos atuam como elo entre a superestrutura e a estrutura, no âmbito do Estado ampliado.

Em uma carta para Tania⁵², Gramsci explica como ampliou o conceito de intelectuais em seus estudos a partir do conceito de Estado ampliado e do problema da hegemonia:

[...] eu amplio muito a noção de intelectual, não me limitando à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais [tradicionais]. Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é justamente na sociedade civil em particular operam os intelectuais [...]. (GRAMSCI, 1978, p. 224, Carta à Tania, 07 de setembro de 1931).

Os “intelectuais tradicionais”, portanto, são aqueles que não intervêm diretamente a serviço de uma classe, que se apresentam como figuras de uma continuidade histórica não posta em discussão pelas mudanças sociais e políticas, como um grupo social independente, com características próprias e com certa autonomia do grupo social dominante (VOZA, 2017). Já os “intelectuais orgânicos”, em uma ou mais camadas, atuam como formuladores, sistematizadores e difusores da concepção de mundo de sua classe – não são, portanto, uma

51 “[...] na relação entre a Igreja e a sociedade começa a se manifestar uma contradição de fundo: aquela entre a função da Igreja como intelectual orgânico da classe dirigente (a aristocracia agrária), por um lado, e sua pretensão de sê-lo também para as classes humildes e submissas, por outro. É o momento no qual os princípios religiosos e morais cristãos, fundamentalmente populares, entram em contradição com a prática do clero, tornado também ele casta feudal.” (LA ROCCA, 2017b, p. 403).

52 Tatiana Schucht (1888-1943), cunhada de Gramsci, jovem bióloga soviética que ficou na Itália para cuidar do cunhado ao longo de todo o período sua prisão, enquanto toda a família Schucht residiu em Moscou. É sua interlocutora intelectual, mediadora política e ao mesmo tempo apoio psicológico, além de lhe aprovisionar itens de primeira necessidade e livros em particular. Através das cartas à Tania é possível identificar todo o percurso de escrita das cartas gramscianas, onde ele expõe suas necessidades básicas, sentimentos e interesses de estudo. (DURANTE, 2017).

classe social, mas desempenham um papel na sua constituição e organização (BUCKGLUCKSMANN, 1980).

Para identificar estas noções de intelectuais, metodologicamente, não deve-se buscar o caráter da atividade intelectual em sua qualidade específica (se são “criadores” de várias ciências ou divulgadores, por exemplo), mas no sistema de relações nas quais a atividade intelectual se encontra no complexo geral das relações sociais (e em especial as relações soldadas através dos partidos políticos nos processos de produção da hegemonia e da atuação dos intelectuais nos seus respectivos aparelhos privados de hegemonia) (VOZA, 2017). Para Gramsci, fundamentalmente, “trata-se de saber observar as funções ‘organizativas’ e ‘conectivas’ dos intelectuais, ou seja, as funções que eles desenvolvem, segundo formas a cada vez peculiares e historicamente determinadas, nos processos de produção da hegemonia” (Ibid., p. 426). Assim, os aparelhos privados de hegemonia, organizados pelos intelectuais orgânicos de determinada classe, são utilizados com a função de dar força material às ideias através da atuação (utilizando-se das mais distintas estratégias e recursos) no âmbito do Estado ampliado (na sociedade civil e na sociedade política).

Neste mesmo sentido, Mendonça (2014) destaca que a sociedade civil é marcada pelos conflitos de classe “uma vez que é em seu seio que se elaboram e se confrontam projetos distintos e até mesmo antagônicos, ficando claro, no pensamento gramsciano, que ela é a *arena da luta de classes*” (MENDONÇA, 2014, p.36, grifo da autora), assim como também é marcada por projetos em disputa, derivados de APHs distintos que em muitos casos pertencem a uma mesma classe ou fração dela. Dentro do processo de luta de classes, compreendemos a função dos APHs nos termos em que sinaliza Mendonça (2014), cuja a principal função seria de “construir o consenso das grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes” (Ibid., p. 35). Os APHs, a partir da adesão voluntária dos que compartilham sua concepção de mundo, atuam na organização da vontade coletiva de certa fração de classe dominante (ou subalterna, em outros casos).

Os APHs podem exercer uma tripla função para as frações de classe dominantes ao qual representam: a) de disputar hegemonia no interior do processo de recomposição burguesa, em dimensão intraclasses, no sentido da direção; b) de disputar a produção de consenso na dimensão da ocultação dos antagonismos de classe, construindo uma sociabilidade que vise a manutenção e o refinamento da visão de mundo burguesa, associada as forças de coerção, no sentido da dominação; e c) tornar políticas públicas (universais) seus projetos de hegemonia particulares

(privados), chancelando-os através dos governos e, assim, em última instância, capturar a democracia liberal burguesa (COLOMBO, 2018).

Bem, a análise sobre a Igreja Católica formulada por Gramsci – o que pode ser ampliado e utilizado para analisar “Igreja” enquanto comunidade de fiéis e enquanto instituição eclesiástica – nos oferece, portanto, uma chave de leitura que renova a crítica marxista da religião: a Igreja como intelectual coletivo (LA ROCCA, 2017b), que estabelece relação particular com os outros aparelhos da sociedade civil e com a sociedade política. No caso italiano, segundo destaca La Rocca, Gramsci chega à síntese de que:

[...] quanto mais a Igreja aumenta a própria hegemonia na sociedade civil, tanto mais é hegemônica mesmo em comparação com o Estado [em sentido estrito]. Ao contrário, a uma queda de hegemonia da Igreja na sociedade civil corresponde, geralmente, também a perda de posições de força em relação ao Estado [em sentido estrito]” (LA ROCCA, 2017b, p. 403).

Para chegar a essa conclusão, Gramsci analisou as diferentes fases da Igreja Católica (explicitadas no início deste tópico) considerando como, na época moderna, deixou de ter a total hegemonia – por um lado, pelo movimento religioso da Reforma de Lutero e o nascimento das Igrejas e seitas protestantes, por outro lado, pelo movimento laico do desenvolvimento do nacionalismo e dos Estados nacionais absolutos. No âmbito europeu, como resultado desse processo, tem-se o rompimento com a unidade territorial, social e ideológica da cristandade: Europa setentrional e central, protestante; Europa mediterrânea, católica romana e contrarreformista. Este processo gerou a subordinação da Igreja aos Estados nacionais, que passaram a ditar as regras das disputas políticas, o que fez a Igreja, por sua vez, disputar também no terreno social e político e desenvolver programas e organizações de massa adequados à sua nova fase histórica, ou seja, para disputar com os aparelhos ideológicos dos adversários. (LA ROCCA, 2017b).

Nota-se, neste significativo trecho do Caderno 20 sobre a Ação Católica⁵³, como a Igreja teve que fazer-se “partido”, criando novas organizações de massa e de atuação política e social próprias. Também é interessante notar o ponto de vista do método desenvolvido por Gramsci, que analisa ao mesmo tempo a modificação da função da religião católica e os novos interesses e estratégias adotados pela Igreja a partir das novas determinações históricas que, ao fim e ao

53 Gramsci analisa que a Ação Católica teve origem no movimento de reação da Igreja à Revolução Francesa; o seu “período de incubação” foi de 1789 a 1848, quando então passou a atuar oficialmente com o nome Ação Católica. (GRAMSCI, 2020c, p. 147-152).

cabo, permite identificar a nova função assumida pela própria Igreja e pelos seus respectivos aparelhos privados de hegemonia:

A Ação Católica assinala o início de uma época nova na história da religião católica: de uma época em que ela, de concepção totalitária (no duplo sentido: de que era uma concepção total do mundo de uma sociedade em sua totalidade), torna-se parcial (também no duplo sentido) e deve dispor de um partido próprio. As diversas ordens religiosas representam a reação da Igreja (comunidade dos fiéis ou comunidade do clero), a partir do alto ou a partir de baixo, contra as desagregações parciais da concepção do mundo (heresias, cismas, etc., e também degenerescência das hierarquias); a Ação Católica representa a reação contra a intensa apostasia de amplas massas, isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa do mundo. Não é mais a Igreja que estabelece o terreno e os meios da luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe é imposto pelos adversários ou pela indiferença e servir-se de armas tomadas de empréstimo ao arsenal de seus adversários (a organização política de massa). A Igreja, portanto, está na defensiva, perdeu a autonomia dos movimentos e das iniciativas, não é mais uma força ideológica mundial, mas apenas uma força subalterna. (GRAMSCI, 2020c, p. 152-153, grifo nosso).

Destacamos que nos escritos pré-carcerários (quando ainda não havia aprofundado seus estudos sobre a Igreja Católica e a questão religiosa), ao analisar o contexto de ascensão do fascismo, Gramsci já observava com bastante atenção o peso da Ação Católica. Em seu informe apresentado ao Comitê Central do PCI, em agosto de 1926, ele já apontava como Ação Católica era parte integrante do fascismo e como utilizou-se da ideologia religiosa para dar ao fascismo o consenso de amplas massas populares:

[...] a Ação Católica representa hoje uma parte integrante do fascismo; ela busca, através da ideologia religiosa, dar ao fascismo o consenso de amplas massas populares, sendo destinada, em certo sentido, na intenção de uma tendência fortíssima do Partido Fascista (Federzoni, Rocco, etc.), a substituir o próprio Partido Fascista na função de partido de controle político da população. (GRAMSCI, 2004b, p. 371).

Provavelmente uma das maiores expressões da relação entre o regime fascista e a Igreja Católica seja a própria reforma educacional (da educação infantil ao ensino superior) conhecida como Reforma Gentile, implementada entre 1922 e 1923 pelo então Ministro da Instrução Pública, Giovanni Gentile. Segundo estudo de Silva, a eficácia apresentada pela reforma educacional na consolidação da ideologia hegemônica permite afirmar que a Igreja Católica durante o governo Mussolini “se constituiu como operacionalizadora fascista, não se tratando de um simples agente formador de opinião, mas de empreendedora de um corpo teórico-prático do desígnio de um modo de pensar, ser e agir” (SILVA, 2020, p. 36). Isto porque, muito além da política de fixação de crucifixos em todas as instituições escolares, através de ampla reforma

estrutural, curricular e de novas políticas de formação dos docentes, a reforma determinou uma nova função para a educação pública:

Mais do que chave fundamental de formação humana, ela passaria a ser instrumentalizadora, uma peça doutrinal do regime fascista. O autoritarismo didático e a imposição do catolicismo, para muito além das aulas de religião, passariam a dar o tom da educação pública. Além disso, a divisão entre escola humanística, para as classes dominantes e escola fundamental e técnica, para a classe trabalhadora, respondia aos interesses imediatos colocados pela sociedade capitalista. (Ibid., p. 30).

É possível afirmar que a partir desta vinculação a influência da doutrina religiosa não era apenas indireta, disseminada de diversas formas pelo senso comum, mas determinada, de modo direto, não só pela frequência às igrejas e influência dos padres, mas institucionalmente, pelo governo, através do ensino religioso católico obrigatório e também da nova função ordenadora que a religião assumiu em todo o programa escolar. Neste processo se fortaleceu o papel essencial da religião na formação do consenso em torno do fascismo (Ibid.).

Além disso, Gramsci também apontou que tal ofensiva da Igreja e a sua atuação na reforma, além de garantir a formação religiosa de eclesiásticos, também tinha o interesse de formar intelectuais laicos que servissem aos seus interesses. Percebeu, no curso da reforma, que a nova estrutura educacional permitiria a inserção de células católicas no pessoal dirigente laico, que seriam reforçados de elementos que os levariam a dever sua posição apenas à Igreja:

Deve-se pensar que a infiltração clerical na formação do Estado está prestes a aumentar progressivamente, porque, na arte de selecionar os indivíduos e de mantê-los ligados à si, a Igreja é quase imbatível. Controlando os liceus e as outras escolas médias, através de seus quadros de confiança, ela rastreará, com a tenacidade que lhe é característica, os jovens mais talentosos das classes pobres e os ajudará a prosseguir os estudos nas Universidades católicas. Bolsas de estudo, reforçadas por internatos organizados com a máxima economia junto as Universidades, permitirão esta ação. A Igreja, em sua fase atual, com o impulso dado pelo atual pontífice da Ação Católica, não pode se contentar apenas em formar padres; ela quer permear o Estado [...] e, para tanto, são necessários os laicos, é necessária uma concentração de cultura católica representada por laicos. Muitas personalidades podem tornar-se auxiliares da Igreja mais preciosos como professores universitários, como altos funcionários de administração etc., do que como cardeais ou bispos (GRAMSCI, 2020c, p.47-48).

Esta vinculação da ideologia religiosa católica ao fascismo italiano ficou ainda mais evidente com os pactos lateranenses, associados ao Tratado de Latrão, assinado por Benito Mussolini e o cardeal Beneto Gasparri, em nome do papa Pio XI, em 1929. O Tratado formalizou a existência do Estado do Vaticano como soberano, garantiu ao Vaticano uma indenização financeira pelos territórios perdidos durante a unificação italiana, garantiu

autonomia e proteção estatal às instituições eclesiásticas, reconheceu o catolicismo como religião oficial da Itália, institui o ensino confessional nas escolas, aboliu o divórcio, dentre outros privilégios e concessões à Igreja Católica. Além disso, a Ação Católica passou a ser a única forma de associacionismo admitida pelo fascismo. Em contrapartida, a Igreja Católica deveria organizar o consenso dos cidadãos, o que denota que o governo reconhecia na Igreja uma superioridade ideológica e organizativa para o estabelecimento da hegemonia.

Desta forma, Gramsci aponta o que considera a dupla revelação deste Tratado, uma vez que ele lança luz, ao mesmo tempo, na debilidade do Estado (em sentido estrito) de formar as massas populares e na capacidade da Igreja de efetivação do catolicismo enquanto forma de ideologia religiosa que servisse ao fascismo – caracterizado também o Tratado como Concordata (uma vez que trata da relação entre duas soberanias que negociam em igualdade de condições):

[...] A concordata, portanto, é o reconhecimento explícito de uma dupla soberania num mesmo território estatal. [...] A concordatas ferem de modo essencial o caráter de autonomia da soberania do Estado moderno. O Estado obtém alguma contrapartida? Certamente, mas a obtém em seu próprio território, no tocante a seus próprios cidadãos. O Estado consegue (e neste caso seria preciso dizer mais precisamente: o governo) que a Igreja não dificulte o exercício do poder, mas antes o favoreça e o sustente, assim como uma muleta ampara um inválido. Ou seja, a Igreja se compromete perante uma determinada forma de governo (que é determinada de fora, como documenta a própria concordata) em promover aquele consenso de uma parte dos governados que o Estado explicitamente reconhece que não pode obter com meios próprios: eis em que consiste a capitulação do Estado, porque, de fato, este aceita a tutela de uma soberania exterior, cuja superioridade praticamente reconhece. A própria palavra “concordata” é sintomática. [...] (GRAMSCI, 2020c, p. 43-44).

No processo de dar materialidade às ideias, no caso da Itália, além das concordatas e da atuação da Ação Católica, partido dirigido “pessoalmente pelo Papa e pelos bispos” (Ibid., p. 149), a Igreja também se organizou através de outros partidos, como o *Opera dei Congressi* e o Partido Popular, assim como através da criação de cooperativas, bancos rurais, ligas de camponeses e “sindicatos brancos”; eram assim chamadas “brancas” as organizações que faziam parte da Ação Católica e que eram, conseqüentemente, subordinadas diretamente ao Vaticano, como é o caso da Confederação do Trabalho, por exemplo, que foi criada como instância dependente vinculada diretamente à hierarquia da Ação Católica.

Já no caso do Partido Popular, este não era aparentemente subordinado à Ação Católica, foi fundado em 1918 como um partido autodeclarado autônomo. Porém, Gramsci identificou que seus membros tinham o comportamento político-parlamentar relacionado diretamente ao

que era elaborado e deliberado nos congressos da Ação Católica (DEL ROLO, 2017). Para Gramsci, o Partido Popular foi expressão de conflitos sociais. Por sua ala à esquerda, foi a representação do movimento camponês católico com orientação antifascista, por sua ala à direita, foi expressão do catolicismo liberal e seu crescimento foi importante para que a Igreja conseguisse negociar em uma renovada correlação de forças com o regime fascista. Esta análise nos revela, assim como também pontuou Löwy (nesse caso em uma perspectiva mais geral sobre o filósofo sardo), que Gramsci percebe o mundo católico como um bloco não monolítico, mas um campo politicamente heterogêneo, atravessado pelos conflitos sociais (LÖWY, 2019).

Como vimos, do ponto de vista metodológico, a partir do arcabouço teórico gramsciano, para entendermos o fenômeno religioso em dado contexto histórico é necessário estudarmos a relação da religião (enquanto forma de ideologia) e a atuação das Igrejas (enquanto intelectuais coletivos) com os embates e disputas no âmbito da “hegemonia”. Como analisaram Portelli (1984), Gomes (2014) e Costa (2021), também destacamos que a própria análise do catolicismo enquanto fenômeno político e histórico concreto, de forma extensa nos estudos do cárcere, foi essencial para que Gramsci pudesse desenvolver uma concepção original do próprio conceito de hegemonia.

A hegemonia pode ser pensada, primeiramente, enquanto estratégia de unidade para dentro de uma classe; não há como uma fração ter supremacia sem ser hegemônica/dirigente dentro de sua própria classe – segundo Poulantzas (1975), falar da fração hegemônica é compreender que é apenas a força hegemônica de um conjunto de frações igualmente dominantes. Ao formar um bloco social, como dirigente, uma vez dominante a fração deve manter sua hegemonia, não somente para a sua classe, mas para todas. A hegemonia apenas se consolida e se mantém quando a classe se realiza enquanto dominante:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”. (GRAMSCI, 2014, p. 62-63).⁵⁴

54 A primeira versão deste texto de Gramsci, contida no Caderno 1, não foi publicada no Brasil. Encontramos a tradução em Bianchi: “[...] uma classe é dominante em dois modos, isto é, ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias. Por isso, já antes da chegada ao poder uma classe pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo); quando chega ao poder torna-se dominante, mas continua a ser ‘dirigente’” (GRAMSCI, *apud* BIANCHI, 2018). Nota-se que, neste trecho modificado, “a supremacia de um grupo social” se refere ao sentido de “domínio” de uma classe e que “direção intelectual e moral” se refere ao sentido de “dirigente”.

No sentido da dominação de uma classe sobre outra, a hegemonia se realiza de forma combinada com a coerção, no âmbito do Estado ampliado. Como sistematização, desta correlação, temos a “fórmula”: “Estado = sociedade civil + sociedade política, isto é, hegemonia encorajada de coerção” (GRAMSCI, 2020b, p. 248). O terreno onde se localiza e se desenvolve a luta pela hegemonia é o da sociedade civil – como apontamos com as reflexões de Mendonça (2014) sobre o ponto de vista do método. Neste ponto, sublinhamos que é nesse sentido mais amplo de análise sobre os projetos e processos de disputa hegemônica, no âmbito da luta de classes, que se concentram os esforços de nossa pesquisa.

Ao tratar da questão das relações de força da luta pela hegemonia, Gramsci apontou que é necessário distinguir três momentos (ou graus). O primeiro: uma relação de forças sociais estreitamente ligadas à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens; dado o “grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção” (GRAMSCI, 2020b, p. 40). O segundo: o da relação de forças políticas, ou seja, “a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (Ibid., p. 41), o da consciência política coletiva, da consciência de classe. E o terceiro: o da relação das forças militares, “imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta. [...] também nele podem-se distinguir dois graus: o militar em sentido estrito, ou técnico-militar, e o grau que pode ser chamado de político-militar” (Ibid., p. 43).

Gramsci sinalizou que o desenvolvimento histórico oscila entre o primeiro e o terceiro momento, sempre mediado pelo segundo. O segundo momento, nota-se, passa também por três graus que correspondem às diversas fases da consciência política coletiva, que se estão implicadas reciprocamente, combinando-se e cindindo-se variadamente: a primeira é a econômico-corporativo, quando ocorre o processo de identificação à nível corporativo, não ainda de classe; a segunda é o da identidade fundamental como classe, no terreno da política; e a terceira é a

[...] fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar sobre toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a *unidade intelectual e moral*, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano

“universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (Ibid., p. 41-42, grifo nosso).

A respeito desses momentos e fases, Edmundo Dias chamou a atenção para o fato de que são passíveis de alterações pela luta de classes, assim como sinalizamos pela leitura de Gramsci que “implicam-se reciprocamente, combinando-se e cindindo-se variadamente”. Ou seja, indicam possibilidades do processo. Segundo Dias, reafirma-se nessa análise o essencial do pensamento de Marx, de que a “realidade histórica se realiza por movimentos tendenciais que são possibilitados/inviabilizados pela ação consciente dos homens que reescrevem sem cessar suas estruturas materiais, de produção e reprodução da vida.” (DIAS, 1996, p. 15). E sobre a análise das relações de forças em uma formação social capitalista, apontou também que:

[...] são, portanto, vitais para a construção da vontade coletiva nacional-popular ou... para manter as relações sociais vigentes. [...] Na análise de correlações de forças em uma formação social capitalista, se demonstra a existência de uma especificidade que é vital compreender: a do ocultamento da dominação política determinando negativamente a tomada de consciência dessa dominação pelas classes subalternas. Isto é, a construção de sua identidade, de seus projetos. [...] *É através dela* [da necessidade de ocultamento da dominação política e da aparência da liberdade individual] *que se passa da exploração-opressão à elaboração do consenso. É pela supressão máxima da liberdade (compra-venda da força de trabalho/exploração) que se cria a individualidade política que permite o ocultamento da dominação (elaboração do consenso).* Esse é um dos traços diferenciais da sociedade capitalista em relação às demais formas de sociedade. [...] (Ibid. p. 15-16, grifo do autor).

Portanto, é necessário compreendermos a hegemonia como uma reforma intelectual e moral (associada sempre a um programa de reforma econômica) que precisa ser analisada a partir das correlações de forças, de forma a revelar a dominação ocultada e a aparência de liberdade. Para Dias, a construção de hegemonia é a construção de uma nova racionalidade onde o Estado (enquanto a política concentrada das classes dominantes) “nada mais faz do que criar um novo nexos psico-físico e potencializar a possibilidade da hegemonia, elemento de sua própria permanência como Estado” (Ibid., p. 33). E assim sintetizou o conceito de hegemonia enquanto “racionalidade de classe que se faz história”:

[...] *Hegemonia: projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem.* Horizonte que, ao proceder à padronização, ao “conformismo”, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza, ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor com seu projeto aos outros projetos e assim descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples aos demais projetos. Horizonte que é estruturação do campo das lutas, das alianças, do permitido e do interdito. *Racionalidade de classe que se faz história* e que obriga

as demais classes a pensar-se nessa história que não é a delas. (Ibid., p. 34, grifo nossos).

Neste sentido, para Gramsci, toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação educativa, uma relação pedagógica “que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (GRAMSCI, 2020a, p. 399). Nesta relação pedagógica, o Estado (em sentido ampliado, através dos aparelhos privados de hegemonia que compõem a sociedade civil, atuando como elo orgânico através de seus intelectuais também através das forças de coerção da sociedade política), assume o papel de Estado educador: “[...] A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do estado é transformada: o Estado torna-se ‘educador’ [...]” (GRAMSCI, 2020b, p. 275).

A partir do arcabouço teórico-metodológico gramsciano apresentado, recorreremos também à obra de Lúcia Neves (2005) para pensarmos como ocorre este processo na realidade brasileira na contemporaneidade. A autora caracterizou a Nova Pedagogia da Hegemonia (NPH) como conceito-chave para a compreensão das estratégias de legitimação social da hegemonia burguesa, objetivando pensar, na realidade brasileira, como se efetiva a “educação para o consenso sobre os sentidos de democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses privados do grande capital nacional e internacional” (NEVES, 2005, p. 15). Ou seja, o Estado ampliado

[...] assume cada vez mais um papel educador, na medida em que passa a propor a condição de amplos setores da população a uma reforma intelectual e moral adequada ao projeto de sociabilidade dominante e dirigente. A ampliação da democracia e o Estado educador têm uma relação direta. Nas sociedades [orientais] em que o Estado estava restrito à aparelhagem burocrática, as regras da conservação e da mudança eram mais facilmente impostas, enquanto no Estado democrático torna-se primordial a partilha dos valores e idéias dominantes pelo conjunto da população. (Ibid., p. 16).

A autora reconhece que o conceito de “pedagogia da hegemonia” não foi utilizado explicitamente pelo filósofo, mas o desenvolve por ele inspirada a partir da concepção de “Estado educador”. Segundo Neves, “[...] como estratégia de legitimação da hegemonia burguesa, o Estado brasileiro, enquanto Estado educador, redefine suas práticas, instaurando, por meio de uma pedagogia da hegemonia, uma nova relação entre aparelhagem estatal e sociedade civil, com vistas a estabilizar, no espaço brasileiro, o projeto neoliberal de

sociabilidade” (Ibid., p. 16). Neves caracteriza as novas estratégias da pedagogia da hegemonia neoliberal, desenvolvidas desde os anos 1980, em imbricados movimentos de “repolitização da política” no Brasil desde os anos 1990.

Para nós, desta abordagem proposta pela autora, interessa pensar como as igrejas também constituem o bloco histórico, intermediando as ações, proposições e concepções da pedagogia da hegemonia, estabelecendo marcos e delimitações da participação política. Ou seja, pensar a função da religião e das igrejas evangélicas na constituição de um projeto evangélico de sociabilidade nos marcos da variante reacionária e conservadora do neoliberalismo, a qual temos caracterizado através da atuação da chamada frente liberal-ultraconservadora⁵⁵. Nos capítulos seguintes, portanto, desenvolveremos esta análise.

A partir da compreensão exposta neste subcapítulo acerca da função da religião enquanto forma de ideologia e do papel das igrejas enquanto intelectuais coletivos nos processos de disputa pela consolidação e manutenção de hegemonia, consideramos estas ferramentas teórico-metodológicas para pensar a realidade brasileira, debruçando-nos sobre algumas questões – que buscaremos desenvolver nos capítulos seguintes – que nos parecem fundamentais como ponto de partida: Considerando, no Brasil, a formação do capitalismo dependente, nos marcos da autocracia burguesa, é possível considerar que a hegemonia se constituiu e se mantém efetivamente? Como se dá a constituição da hegemonia nos marcos da autocracia burguesa? Houve/ há efetivação de uma hegemonia? Ou são projetos de hegemonia permanentemente em disputa? Quais são as funções das religiões e igrejas de denominações evangélicas nestes processos? Considerando a atuação das igrejas no âmbito do Estado educador, o que caracteriza a pedagogia da hegemonia evangélica? Quais são seus traços (receituário ideológico e estratégias) desde o período de aprofundamento da crise estrutural do capital a partir de 2008 e quais são seus traços atuais no contexto de fascistização do país?

55 Como apresentamos na Introdução deste trabalho, a caracterização da frente liberal-ultraconservadora foi realizada em estudos anteriores, onde analisamos um conjunto de aparelhos privados de hegemonia, articulados entre si, que formulam e difundem, nas disputas no âmbito das políticas educacionais do país, a ideologia Escola Sem Partido (COLOMBO, 2018).

CAPÍTULO II

A QUESTÃO EVANGÉLICA NO CONTEXTO POLÍTICO DO BRASIL

Um tema a ser estudado é este: se existe uma relação, e qual, entre a unidade religiosa de um país e a multiplicidade dos partidos e, inversamente, entre a unidade relativa dos partidos e a multiplicidade de Igrejas e seitas religiosas. Observa-se que nos Estados Unidos, onde os partidos políticos efetivos são dois ou três, existem centenas de Igrejas e seitas religiosas; na França, onde a unidade religiosa é notável, existem dezenas e dezenas de partidos. O que faz pensar é o caso da Rússia czarista, onde partidos políticos normal e legalmente não existiam ou eram reprimidos e existia tendência à multiplicidade das seitas religiosas mais impregnadas de fanatismo. Seria possível explicar observando que tanto o Partido quanto a Religião são formas de concepção do mundo e que a unidade religiosa é aparente, como é aparente a unidade política: a unidade religiosa oculta uma multiplicidade real de concepções de mundo que encontram expressão nos partidos, porque existe “indiferentismo” religioso, assim como a unidade política oculta uma multiplicidade de tendências que encontram expressão nas seitas religiosas, etc. Todo homem tende a ter uma só concepção de mundo orgânica e sistemática, mas, como as diferenciações culturais são muitas e profundas, a sociedade assume uma bizarra variedade de correntes que apresentam um colorido religioso ou um colorido político, de acordo com a tradição histórica. (GRAMSCI, 2020b, p. 284-285).

O segmento evangélico é o grupo religioso que mais cresce no Brasil. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, são 42,2 milhões de evangélicos, um total de 22% da população, um crescimento de 44% comparado ao Censo de 2000 – enquanto o segmento católico diminuiu em 12% (IBGE, 2010). Um levantamento do Instituto de Pesquisas Datafolha, em 2016, revelou que o índice de evangélicos já naquele ano subiu para 29%. Outra pesquisa do Instituto Datafolha, em 2020, mostrou que o número de evangélicos no país chegou a 31% da população, sendo os demais segmentos religiosos: 50% católicos (que nos anos 1980 chegava a 90% da população, demonstrando uma enorme retração em apenas quarenta anos), 10% sem religião, 3% espíritas, 2% umbandistas, candomblecistas ou outras religiões afro-brasileiras, 2% outros, 1% ateus e 0,3% judeus.⁵⁶ Em relação ao perfil dos evangélicos, segundo o relatório da pesquisa de 2020:

56 Dados das pesquisas do Instituto de Pesquisas Datafolha disponíveis em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 09/06/2022.

Mulheres, negros e moradores da região Norte são perfil típico dos evangélicos no Brasil. [...]. Elas [mulheres evangélicas] respondem por 58% desse naco religioso, seis pontos acima da parcela feminina do país (52%) [...]. Entre as congregações neopentecostais, aba evangélica que contempla igrejas como a Universal do Reino de Deus e a Renascer em Cristo, a participação do mulherio chega a 69%. [...] A ala feminina nos templos evangélicos fica ainda mais evidente se comparada com o catolicismo [...]. Entre adeptos dessa fé, mulheres são 51%, e homens, 49%. Compatível, portanto, com a representação dos dois gêneros na sociedade. O universo evangélico é mais negro do que o católico. Somados, os que se declaram pretos ou pardos são 59% no primeiro grupo e 55% no segundo. Já os brancos, no catolicismo, são 36%, contra 30% do outro grande front cristão. [...] As rendas familiares não diferem tanto assim entre um filão religioso e outro. Quase metade dos dois blocos ganha até dois salários mínimos, e 2% de cada um deles dizem viver com mais de 10 salários mínimos. (BALLOUSSIER, 2020, s/p).

Para pensar essas transformações em comparação com o cenário da América Latina, segundo o estudo publicado em novembro de 2014, pelo Pew Research Center, “Religião na América Latina: mudança generalizada em uma região historicamente católica” (PEW RESEARCH CENTER, 2014), 69% dos latino-americanos identificam-se enquanto católicos, enquanto 19% pertencem a igrejas protestantes e 8% não tem filiação religiosa (Ibid.). Ou seja, se compararmos os dados desta pesquisa na América Latina com os últimos dados levantados no Brasil pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, identificamos que no país o número de católicos é menor e o número de evangélicos é maior do que a média do continente.

Ainda segundo a mesma pesquisa da América Latina, dentre os protestantes, menos de um quarto, na maioria dos países pesquisados (como é o caso do Brasil), diz que pertencem a uma igreja protestante histórica, e cerca da metade diz que pertence a uma igreja pentecostal. Na maioria dos países (como também é o caso do Brasil), entre os que pertencem a igrejas pentecostais, a Assembleia de Deus (pentecostal) está no topo das igrejas mencionadas. Estes dados correspondem aos levantados no Brasil no último Censo do IBGE de 2010: dentre as cinco maiores igrejas evangélicas do Brasil, em número de fiéis, estão a Assembleia de Deus (12,3 milhões), a Igreja Batista (3,7 milhões), a Congregação Cristã do Brasil (2,3 milhões), a Igreja Universal do Reino de Deus (1,9 milhão) e a Igreja do Evangelho Quadrangular (1,5 milhão) (IBGE, 2010).

Diante de todos estes dados, considerando a religião como forma particular de ideologia e a atuação das igrejas e líderes evangélicos nas disputas por seus projetos de hegemonia, como abordamos no capítulo anterior a partir do referencial teórico gramsciano, é impossível não considerarmos a importância de compreendermos os impactos destas transformações no cenário político-econômico. Assim como, em sentido dialético, é fundamental compreendermos a

relação das transformações do cenário político-econômico das últimas décadas com o crescimento do número de igrejas, denominações e da população evangélica no país.

Ressaltamos, ainda, que tratamos de projetos de hegemonia, no plural, porque compreendemos que não há homogeneidade no segmento evangélico. Nos interessa, nesse aspecto, a observação das diferentes estratégias de atuação e das aproximações e rupturas no âmbito da atuação política. Contudo, tal como apresentamos na introdução, ainda que existam expressivas diferenças entre as igrejas e demais organizações religiosas evangélica em relação aos sentidos de democracia, cidadania, ética e participação política da sociedade civil nos marcos da superestrutura neoliberal, consideramos que é possível e necessário, através da análise daquilo que é prioritário segundo os aparelhos hegemônicos e intelectuais orgânicos que dirigem e representam de forma majoritária o segmento no âmbito do Estado ampliado, caracterizar aquilo que é comum e contorna o sentido de unidade do segmento. Ou seja, trata-se, no movimento de análise crítica, de identificar e caracterizar a partir daquilo que os distingue, mas, sobretudo, em nosso estudo, interessa-nos também identificar e caracterizar a partir daquilo que os unifica em torno de estratégias de legitimação da hegemonia burguesa; portanto, daquilo que constitui a nova pedagogia da hegemonia evangélica no âmbito do que há em comum entre os distintos projetos.

Como apresentamos no capítulo I, os estudos da Sociologia da Religião no Brasil não estão ancorados, predominantemente, no arcabouço teórico-metodológico marxista, tampouco no gramsciano. Contudo, encontramos estudos críticos que nos servirão como base para compreender a história do fenômeno evangélico no Brasil, os quais buscaremos articular com nossa pesquisa e estabelecer o diálogo a partir do nosso referencial teórico. Nosso principal objetivo neste capítulo é compreender, ao fim e ao cabo, os nexos estabelecidos entre a função da religião (enquanto ideologia) e das igrejas evangélicas (enquanto intelectuais coletivos) nos ajustes neoliberais promovidos no processo de crise estrutural (orgânica) do capital, com ênfase na atuação política estabelecida em diferentes fases e contextos.

No primeiro subcapítulo, traçamos um breve histórico do surgimento das igrejas evangélicas no Brasil, destacando as origens das principais denominações (aquelas mais expressivas a partir dos estudos já realizados no Brasil) e os principais aspectos ideológicos e políticos contidos em cada uma de suas fases de expansão e renovação até os anos 1970, antes do neopentecostalismo chegar e se difundir no Brasil, a saber: as Igrejas Protestantes Históricas, as Pentecostais – referentes a primeira e segunda onda do pentecostalismo no Brasil, como

veremos adiante – e as Protestantes Históricas Renovadas. Os principais referenciais utilizados foram Freston (1993), Mariano (2014; 2016) e Campos (2004; 2011). Como fontes primárias, analisamos os *websites* oficiais das igrejas e aparelhos privados de hegemonia (específicos de uma igreja ou paraeclesiásticos) que foram selecionados como destaque – a partir do critério de sua representatividade – em cada uma destas fases e variantes.

No segundo subcapítulo, analisamos o neopentecostalismo (considerado como a terceira onda do pentecostalismo) enquanto ideologia, a sua origem, a chegada ao Brasil a partir dos anos 1970, as principais igrejas e líderes e as suas estratégias de atuação através da criação de distintos aparelhos privados de hegemonia, analisando o movimento de constante de expansão até os dias atuais. Este subcapítulo específico sobre o neopentecostalismo se deve ao fato desta variante ter produzido, como veremos, profundas mudanças nas estratégias de disputa hegemônica dos evangélicos, considerando as transformações da atuação deste segmento tanto no âmbito da sociedade civil quanto na sociedade política. Os principais referenciais utilizados foram Freston (1993), Mariano (2003; 2004; 2014; 2016), Campos (2004, 2011), Gonçalves e Pedra (2017), Dip (2018), Sousa (2019), Lacerda (2019) e a pesquisa “Religião na América Latina”, realizada pelo Pew Research Center (2014). Como fontes primárias, analisamos os *websites* oficiais das igrejas (em especial a Igreja Universal do Reino de Deus) e aparelhos privados de hegemonia (específicos de uma igreja ou paraeclesiásticos) que foram selecionados como destaque – a partir do critério de sua representatividade – para a caracterização do neopentecostalismo.

No terceiro subcapítulo, apresentamos os sentidos da Teologia da Prosperidade e da Teologia do Domínio e como estas modificaram, no Brasil, o receituário ideológico neopentecostal, as estratégias de doutrinação e expansão das igrejas (estendendo-se as demais igrejas pentecostais) e a relação destas teologias com a ideologia neoliberal a partir dos anos 1970. Os principais referenciais utilizados foram Freston (1993), Mariano (2003; 2004; 2014; 2016), Campos (2011) e Dip (2018).

No quarto e último subcapítulo, abordamos as mudanças acerca dos interesses e estratégias de atuação das igrejas e de seus líderes no cenário político brasileiro a partir dos anos 1980, durante o contexto de formação dos deputados da Assembleia Constituinte até os anos 2010. Identificamos e analisamos os novos aparelhos privados de hegemonia criados com fins específicos para as eleições gerais deste período, assim como a formação da bancada evangélica no Congresso Nacional e a criação da Frente Parlamentar Evangélica. Os principais

referenciais utilizados foram Freston (1993), Mariano (2014), Campos (2004, 2011), Gonçalves e Pedra (2017) e Dip (2018). Como fontes primárias, utilizamos documentos disponíveis no *website* oficial da Câmara dos Deputados, assim como materiais produzidos pela Frente Parlamentar Evangélica.

2.1 Breve Histórico das Igrejas Evangélicas – as Protestantes Históricas, as Pentecostais e as Protestantes Históricas Renovadas

A partir dos anos 1990, alguns pesquisadores da História e da Sociologia da Religião buscaram aprofundar estudos sobre as distinções das tipologias evangélicas⁵⁷, voltados à análise do fenômeno do pentecostalismo no Brasil. Dentre eles, destacam-se as contribuições de Freston (1993), Mariano (2014; 2016) e Campos (2004; 2011), que caracterizaram, inicialmente, os evangélicos a partir dos movimentos de igrejas protestantes históricas e igrejas pentecostais. O que se diferencia, em seus trabalhos, diz respeito à caracterização das pentecostais em diferentes fases históricas, como veremos adiante, ao analisarem as subsequentes ondas do pentecostalismo que produziram rupturas e continuidades (na forma de organização, nos aspectos teológicos e na atuação política) que formaram distintas fases destas igrejas, desde os anos 1910 até a formação das chamadas neopentecostais a partir da década de 1970. Ainda, observam também outro fenômeno ocorrido nas décadas de 1950 e 1960 que produziu rupturas em igrejas protestantes históricas no movimento de “renovação”, o qual também apontaremos neste subcapítulo.

A respeito das distinções das tipologias, deve-se considerar que o protestantismo contém uma imensa diversidade organizacional, teológica, litúrgica e política. Essa diversidade permite a uma denominação dissidente a fundação de uma nova igreja, resultando no atravessamento de correntes teológicas em divisões institucionais, possibilitando também o surgimento de entidades interdenominacionais ou paraeclesiásticas, que por sua vez fogem ao controle das

57 No Brasil, até os anos 1980, o uso do termo “evangélicos” para referir-se aos protestantes era utilizado especialmente por parte daqueles que estavam comprometidos com a religião, e o meio acadêmico utilizava o termo “protestantes”. Com o passar dos anos, ambos os termos foram sendo amplamente utilizados de forma similar pelos pesquisadores para designar as denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante. Portanto, assim como os autores que são nossos referenciais, não faremos distinção entre o uso de “evangélicos” e “protestantes”. Estão excluídas desta análise as chamadas “pseudo-protestantes”: adventistas, mórmons (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias) e Testemunhas de Jeová.

estruturas denominacionais (FRESTON, 1993). No Brasil, por um lado, essa segmentação é funcional para a expansão através do estímulo à flexibilidade, à concorrência e à oferta localizada e, por outro lado, produz relativa desarticulação no sentido da ação política conjunta em um bloco político evangélico (Ibid.), o que provoca a criação de distintas estratégias para a consolidação e manutenção de uma unidade política – tais como a criação de entidades paraeclesiásticas, partidos, frentes parlamentares, dentre outras, como veremos adiante. Portanto, dessa fluidez institucional resulta a grande variedade critérios para a construção das tipologias protestantes (se comparados os critérios para a construção das tipologias católicas, por exemplo).

Desta maneira, o corte institucional para a análise do protestantismo é necessário, mas insuficiente, pois nem tudo acontece segundo as fronteiras “oficiais” das distintas denominações e as hierarquias são muitas vezes contornadas e modificadas através das entidades paraeclesiásticas; o que torna necessário complementar as tipologias institucionais com as trans-institucionais (Ibid.). Assim como identificamos, no capítulo I, a partir do referencial gramsciano, o nosso olhar deve estar voltado para a análise das igrejas enquanto intelectuais coletivos e a atuação dos seus respectivos aparelhos privados de hegemonia e/ou partidos. Também devemos considerar, assim como vimos no caso dos diversos “catolicismos” dentro da Igreja Católica (GRAMSCI, 2020a), os muitos ‘protestantismos’ e suas mais variadas ‘sub-segmentações’.

Nesta perspectiva, é possível utilizarmos a distinção, feita por Freston (1993), de duas tipologias entre as igrejas protestantes históricas no caso brasileiro: as de imigração e as de missão. Imigrantes alemães, a partir de 1823, trouxeram a fé luterana para o Brasil e fundaram a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), considerada a única igreja protestante histórica de imigração no Brasil. Posteriormente, as primeiras igrejas protestantes históricas de missão fundadas em língua portuguesa (com finalidade missionária, através de mensagens de ‘conversão’), datam da década de 1850, com o trabalho de congregacionais e presbiterianos, seguidos por metodistas e batistas, sendo os missionários, em grande maioria, estadunidenses. Destacam-se: a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB, de 1859), a Igreja Metodista do Brasil (IMB, de 1867), a Convenção Batista Brasileira (CBB, de 1882) e a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB, de 1903)⁵⁸.

58 Foge deste padrão a Igreja Congregacional, fundada por um médico sueco em 1855, com vínculo restrito aos membros da elite imperial. (FRESTON, 1993).

A chegada destas igrejas, de forma transplantada dos Estados Unidos, no contexto da expansão capitalista e mercantilista europeia em direção à África, Ásia e América Latina, produziu enormes tensões com o poder político da Igreja Católica, modificando o cenário de disputas entre as forças políticas que defendiam a separação de Igreja e Estado. Como sinalizou o filósofo e sociólogo da religião Leonildo Campos (2011), os liberais aliados aos protestantes criaram e difundiram a ideia de que a Igreja Católica seria a grande responsável pelo “atraso”, o que fez com que o número de convertidos tenha sido bastante expressivo entre os trabalhadores pauperizados.

A respeito dos interesses estratégicos contidos na formação dessa aliança, assim como das consequências da consolidação desse modelo de disputa, Freston aponta que

Iniciativas favoráveis à separação de Igreja e Estado, a partir de 1866, contaram com a colaboração de políticos liberais e de protestantes. [...] Do lado dos protestantes, a aliança tinha outra função. Transplantar igrejas existentes nos Estados Unidos significava uma solução *denominacional* numa realidade que ainda não a comportava. A tradição religiosa brasileira não estava pronta para o “cada-um-por-si” da tradição americana. Daí a aliança com o liberalismo secularista e maçônico, para livrar essas denominações de sua realidade local de *seitas*. De fato, houve sectarização das denominações no contexto brasileiro, tanto na polêmica religiosa como na ruptura com a cultura. (FRESTON, 1993, p. 49, grifo do autor).

Ainda, outro fator relevante para entender a chegada e a difusão das igrejas protestantes históricas no Brasil é que estas não vieram diretamente da Europa. Ao passarem pelos Estados Unidos, o padrão britânico de relação entre religião e sociedade foi transformado no padrão americano. Segundo o filósofo da religião Leonildo Campos, a mensagem de ‘conversão’ decorrente dessa transplantação implicou em uma relativa ruptura com a cultura latina e católica no do país, onde passou a observar-se, a partir do século XX, a pulverização religiosa e o enfraquecimento das fronteiras tradicionais que inicialmente foram estabelecidas entre católicos e protestantes (CAMPOS, 2011). Em relação aos impactos políticos deste oscilante movimento sincretismo *versus* pluralismo que passa a ser disputado, Freston (1993) analisa que, embora exista uma tradição religiosa sincrética no Brasil, o modelo que se afirma com a chegada do protestantismo é o pluralista (onde as religiões não se somam, mas se subtraem). O protestantismo, em movimento de oposição ao catolicismo, caracterizou-se pelo exclusivismo e pelo expansionismo, produzindo no Brasil uma noção aparentemente contraditória:

[...] Querer uma dedicação exclusiva à sua religião e a maior fatia possível do mercado religioso é o próprio motor do modelo pluralista. Por outro lado, querer que

as pessoas somem as suas adesões e não se subtraíam de um campo-de-forças geral é precisamente o modelo sincrético hierárquico, com uma grande instituição hegemônica, qual sol, e satélites tolerados ao redor. (FRESTON, 1993, p. 20).

Para nós, esta compreensão explica, em parte, a necessidade da adoção de estratégias específicas (tal como a atuação por meio do parlamento, por exemplo) para a obtenção e manutenção da hegemonia protestante no campo político-religioso dentro da dimensão do pluralismo religioso. Ainda, este modelo também pode fazer com que a religião “[...] ofereça estoque mais variado de máscaras. Enfim, o declínio da hegemonia católica poderá resultar não em menos, mas em mais religião na política brasileira.” (Ibid., p. 20-21).

Não trataremos aqui da atuação política de cada uma das igrejas protestantes históricas, pois ultrapassa os nossos objetivos, mas observaremos as organizações batistas com mais atenção, tendo em vista a sua representatividade e expressão no cenário político nacional e também para que, posteriormente, possamos compreender o movimento de ‘pentecostalização’ do protestantismo histórico, tomando a Convenção Batista Brasileira (CBB) como exemplo.

Em relação à CBB, é importante destacarmos que, em termos formais, os batistas operam com a criação de congregações locais e, quando uma igreja é formada ela passaria a ter autonomia ao escolher o seu próprio pastor e não estaria subordinada à outra instância, mas permaneceria submetida aos princípios da Convenção. Contudo, identificamos que esta autonomia é apenas na aparência, uma vez que, em diversos momentos, a CBB posicionou-se em nome de todas as igrejas filiadas e estabeleceu e manteve a unidade política entre as mesmas (como foi o caso do amplo apoio à ditadura civil-militar no Brasil, por exemplo, ao lado da Igreja Presbiteriana do Brasil, que se destacou na defesa do regime). Ela exerce, no sentido gramsciano, a função de partido⁵⁹.

Para manter a direção organizativa e política das igrejas filiadas, a CBB faz uso de diversas estratégias. Através dos materiais oficiais publicados e disponibilizados atualmente no *website* oficial da CBB e de seus respectivos aparelhos privados de hegemonia, levantamos os seguintes métodos e meios: a divisão em convenções regionais e locais (exemplos: Convenção Batista Fluminense e Convenção Batista Carioca); a criação e manutenção de um jornal próprio de circulação nacional, “O Jornal Batista”; a criação e manutenção de uma editora própria, a Editora Convicção; a realização de assembleias anuais; e uma diversidade de órgãos executivos e organizações próprias - a União Missionária de Homens Batistas do Brasil (UMHBB), criada

59 De acordo com a caracterização de partido observada no capítulo 1.

em 1978; a União Feminina Missionária Batista do Brasil (UFMBB, atuante desde 1908, oficializada em 1963, “constituída das organizações Mulher Cristã em Missão, para mulheres, Mensageiras do Rei, para meninas e adolescentes e Amigos de Missões, para crianças”⁶⁰); a Associação dos Educadores Cristãos Batistas do Brasil; a Associação Brasileira de Instituições Batistas de Ensino Tecnológico; o Centro Integrado de Educação e Missões (1922); dentre outras. Segundo a CBB, atualmente a Convenção possui 9.998 igrejas batistas localizadas no Brasil.⁶¹

Além das organizações próprias da CBB já mencionadas, destacamos a criação da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil (OPBB), aparelho privado de hegemonia fundado em 1940, constituído por pastores das igrejas filiadas. Através da lista de finalidades enumeradas pela própria OPBB, notamos que a organização possui a função de fiscalizar a formação e a conduta de pastores e fiéis, padronizar a gestão das igrejas, representar as igrejas no âmbito da sociedade civil e da sociedade política (“poderes públicos”), promover atividades de formação de pastores de acordo com as deliberações da organização e atuar na promoção de políticas públicas considerando a “influência dos valores e princípios cristãos na cultura, nas leis e na vida brasileira”⁶². Atualmente, a organização declara possuir 14 mil pastores filiados, distribuídos em 33 seções (escritórios estaduais).

Em relação ao item que se refere à padronização da gestão das igrejas, identificamos a empresa Atos 6, que aparece como ‘parceira’ no site da OPBB. A empresa, criada em 2013, oferece serviços de automatização da gestão das igrejas através de tecnologias digitais (via aplicativo vinculado a uma plataforma digital). Em outras palavras, um modelo de

60 Informações disponíveis em: <https://www.ufmbb.org.br/>, acessado em 31/03/2022.

61 Informações disponíveis em: <http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/index.php>, acessado em 31/03/2022.

62 Informações disponíveis no *website* oficial da OPBB, disponível em: <https://www.opbb.org.br/quem-somos>, acessado em 31/03/2022. Nesta aba no *website*, destacamos o seguinte trecho: “A OPBB possui as seguintes finalidades: I – promover a convivência, fraternidade e solidariedade entre os filiados; II – zelar pelo ministério batista, sob todas as formas e aspectos, *a fim de que o ministério pastoral seja exercido por vocacionados com boa formação teológica e conduta exemplar*; III – tratar dos interesses dos filiados, junto às entidades particulares e aos poderes públicos; IV – fazer gestões junto às igrejas, que objetivem a valorização, a capacitação continuada e o sustento pastoral; V – representar o ministério batista na sociedade; VI – *promover encontros, simpósios, conferências, congressos e retiros*, visando à confraternização, à capacitação do ministério pastoral e o posicionamento da OPBB, face às demandas da época; VII – diligenciar junto aos poderes constituídos, o cumprimento das garantias, efetivação dos institutos e direitos constitucionais e o pleno exercício da liberdade religiosa, pela efetiva prática dos direitos humanos e *pela influência dos valores e princípios cristãos na cultura, nas leis e na vida brasileira*; VIII – manter as igrejas e a liderança denominacional informadas sobre os assuntos relacionados com o ministério batista, especialmente sobre os melhores procedimentos para orientação, exame e consagração de candidatos ao pastorado.” (grifo nosso).

gerencialismo de empresas voltado para as atividades (empresariais) das igrejas.⁶³ Os serviços destacados pela empresa, oferecidos às igrejas, são: “Aplicativo personalizado: aumente o alcance e o engajamento das pessoas”; “Membros e novos convertidos: conheça a fundo seus membros e consolide bem cada pessoa” (através do acompanhamento do comportamento dos fiéis no uso aplicativo); “Doação inteligente: receba doações mensais de qualquer lugar e aumente suas receitas” (“Receba doações para projetos da igreja, ofertas e dízimos em cartão de crédito e boleto bancário”); “Ensino: gerencie seus cursos, turmas e alunos de forma simples e eficaz” (com transmissões ao vivo via plataforma); “Células e PGMs: gestão de pequenos grupos ou células com relatórios de presença e muito mais”; “Financeiro: garanta a saúde financeira da sua igreja através de uma gestão online, segura e eficiente”; “Eventos: gerencie todas as etapas de seus eventos e proporcione experiências inesquecíveis aos participantes”. Além disso, a empresa promove eventos formativos, como por exemplo o *webnário* “Como melhorar o fluxo de caixa de entidades religiosas: Sua imunidade fiscal vai além do IPTU – saiba mais sobre como recuperar seus impostos e melhorar a sua receita”, realizado em agosto de 2021. Segundo dados fornecidos pela empresa em seu *website* oficial, atualmente mais de 4 mil igrejas utilizam os serviços. Dentre as igrejas ou organizações religiosas ‘parceiras’ destacadas pela empresa, estão a própria OPBB, a Igreja Batista Graça e Paz, a Igreja Batista Atitude, a Comunidade Cristã Academia da Fé, a Igreja do Evangelho Quadrangular, dentre outras.⁶⁴

Na tentativa de articulação em torno de interesses comuns, as igrejas protestantes históricas fundaram, em 1934, a Confederação Evangélica do Brasil⁶⁵, reduzindo as separações denominacionais especialmente na atuação política a partir de estratégias e projetos comuns de fortalecimento mútuo (CAMPOS, 2011). Essa articulação foi notada no lançamento de um manifesto intitulado Memorial, no qual defenderam, entre outros pontos, o parlamentarismo, o voto secreto, a laicidade do Estado e do ensino e a não realização de eleições aos domingos (FREESTON, 1994, apud GONÇALVES e PEDRA, 2017). Nesse documento, convocaram a

63 Notamos que, embora existam muitas distinções entre denominações protestantes históricas e pentecostais no país, nas últimas décadas vem ocorrendo um amplo processo de ‘pentecostalização’ das igrejas protestantes históricas, o que se expressa, por exemplo, nesse modelo de gestão gerencialista difundido e vendido pela Atos 6, que era inicialmente uma característica das igrejas neopentecostais, mas que vem sendo difundida amplamente em todo o campo evangélico – como veremos adiante ao tratar especificamente deste processo de ‘pentecostalização’ do protestantismo histórico.

64 Informações disponíveis em: <<https://www.atos6.com/>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

65 A Confederação Evangélica do Brasil seguiu atuante também na Assembleia Constituinte de 1987, mas perdeu força e foi extinta no início da década seguinte, como veremos adiante no subcapítulo 2.4.

união dos evangélicos e a participação na Assembleia Constituinte, diferenciando-se politicamente de forma abrangente e inédita das lideranças católicas, que tinha segmentos com ambições e admirações pelo fascismo – o que fez com que os evangélicos se apresentassem como uma alternativa moderada ou até mesmo progressista (Ibid.).⁶⁶ A partir do processo da Constituinte de 1933-34, surgiram as candidaturas evangélicas. Freston distinguiu três fases para caracterizar a participação dos protestantes no Congresso antes das eleições para a nova Constituinte em 1986:

Entre 1947 e 1987, 50 protestantes tomam assento no Congresso, exercendo um total de 108 mandatos. [...] Em termos de igrejas, a ampliação do leque é lenta: de 5 na legislatura 1951-55 para 8 na de 1979-83. Há três fases, conforme a igreja predominante: de 1946 (ou de 1933) a 1951, uma fase metodista; de 1951 a 1975, uma fase presbiteriana; e de 1975 a 1987, uma fase batista. A fase metodista se resume a Guaracy Silveira. A presbiteriana corresponde à posição social desta igreja no mundo protestante. [...] Em número de mandatos exercidos (1946-87), houve 29 por presbiterianos (IPB), 25 por batistas, 15 por luteranos, 9 por metodistas, 9 por congregacionais e 7 por presbiterianos independentes (IPI). Apenas 5 por pentecostais. (FRESTON, 1994, p. 29-30, apud GONÇALVES e PEDRA, 2017, p. 86).

Portanto, nota-se que até 1986, a presença evangélica no Congresso Nacional foi quase totalmente de representantes das igrejas protestantes históricas. Nos dois anos seguintes, as pentecostais (incluindo as denominações das três ondas do pentecostalismo) também se inseriam e assumiram maciçamente posições no Congresso nas Assembleias Constituintes (1987-88), na gênese do que mais tarde passou a ser conhecido como a ‘bancada evangélica’, o que marcou o início de uma nova fase da atuação dos evangélicos através de partidos políticos que disputam as eleições gerais, como trataremos com maior ênfase mais adiante. Neste sentido, este processo constitui um marco das mudanças das estratégias das igrejas evangélicas na atuação no Estado ampliado (ou Estado integral), que passaram a orientar suas ações também para as disputas no âmbito do Parlamento e, mais especificamente, não apenas da sociedade civil, mas também através da sociedade política de forma ofensiva e sistemática.

Feita esta breve apresentação crítica das denominações protestantes históricas, interessa-nos agora realizar as distinções entre estas e o pentecostalismo.

66 Nota-se que a estratégia de formação de um bloco para disputar os interesses religiosos na Assembleia Constituinte deste período também foi utilizada pelo segmento católico, que teve participação direta na composição da Assembleia com a organização do grupo conhecido como Liga Eleitoral Católica, organização subordinada diretamente à Ação Católica. Percebemos, deste modo, a disputa também entre os dois segmentos religiosos.

Primeiramente, o que basicamente distingue, do ponto de vista teológico, o protestantismo histórico do pentecostalismo, é que o segundo prega a contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, especialmente os dons de línguas (glossolalia), a cura e o discernimento de espíritos, que “continuará a agir hoje da mesma forma que o cristianismo primitivo, curando enfermos, expulsando demônios, distribuindo bênçãos e dons espirituais, realizando milagres” (MARIANO, 2014, p. 10), dentre outras formas de manifestação, como é o caso do “comportamento radical de sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior” (Ibid., p.29).

O pentecostalismo brasileiro tem origem nos Estados Unidos. Segundo Freston (1993), a experiência rápida e disponível a todos, chamada “batismo no Espírito Santo”, é oriunda do movimento de santidade (“holiness”) de países de língua inglesa, que penetrou em muitas denominações e produziu uma franja separatista de pequenos grupos “holiness”, onde o pentecostalismo nasceu. Ainda segundo o autor, o estopim do movimento pentecostal internacional foi o trabalho de W.J. Seymour, um garçom negro nascido escravizado, que foi convidado a pregar em uma igreja negra do tipo “holiness”, em Los Angeles, em 1906, no período em que esta era a cidade que mais crescia no país, com a presença de muitas minorias étnicas. Os brancos também foram atraídos, mas a liderança de pessoas negras e mulheres foi marcante nessa fase inicial do pentecostalismo:

Pastores brancos do Sul recebiam as ministrações dos líderes negros. Mas essa convivência inusitada não durou muito. O movimento pentecostal, originalmente concebido como uma renovação das igrejas, solidificou-se em grupos independentes, separados por querelas doutrinárias. Em cada segmento, a separação racial se deu dentro de uma década. Os brancos ordenados na Igreja de Deus em Cristo (predominantemente negra) saíram para fundar a Assembleia de Deus (quase exclusivamente branca) [...]. (FRESTON, 1993, p.67).

Assim, notamos que quando o pentecostalismo chegou ao Brasil, em 1910, estava recém-criado, o que foi um relevante fator para a sua autoctonia: “Sem grandes recursos ou denominações estabelecidas, o movimento não estabeleceu as relações de dependência que caracterizavam as missões históricas.” (Ibid., p. 68).

Porém, mesmo sem estabelecer relações de dependência, destacamos a influência preponderante de um movimento histórico, que teve surgimento na virada do século XIX para o século XX, ocorrido no seio do conservadorismo protestante nos Estados Unidos em reação à modernidade e à secularização: o fundamentalismo religioso.

A justificativa inicial de seu surgimento [...] foi uma suposta necessidade de reação da ortodoxia cristã contra as contestações que certas doutrinas bíblicas começaram a sofrer a partir da utilização de métodos científicos na interpretação e análise do texto sagrado, que caracterizavam a chamada Alta Crítica. O fundamentalismo tinha uma concepção da Bíblia como única fonte de acesso a Deus e uma crença na inspiração verbal divina, que implicava a ausência de erros não só em questões teológicas como também transformava o conteúdo do livro sagrado em irrefutável verdade histórica e científica. [...] O fundamentalismo, além da defesa intransigente da inerrância do texto bíblico, se caracteriza também por uma postura exclusivista e, consequentemente, oposicionista em relação a tudo o que não coadune com seus conceitos de verdade. Os fundamentalistas firmam-se em uma lógica dualista, na qual eles representam o bem, o lado de Deus, enquanto o mundo secularizado, que nega as eternas verdades divinas, é caracterizado como o mal, o satânico. Além disso, o processo de secularização, a “decadência” moral e as novas ameaças à fé tradicional alimentaram uma renovada expectativa apocalíptica e trouxeram à tona perspectivas escatológicas pessimistas. [...] A ideia de crise está presente no discurso fundamentalista de maneira indelével. A crise (moral, espiritual, etc.) alimenta o fundamentalismo tanto em seu pessimismo quanto em seu caráter milenarista. (ROCHA, 2011, p. 586).

Em um primeiro momento, o movimento fundamentalista⁶⁷ foi caracterizado pela liderança de teólogos de linha calvinista/reformada, incluindo presbiterianos e batistas. Com o passar do tempo a pluralidade cresceu. Segundo Rocha (2011), embora não possam ser caracterizados como iguais, o pentecostalismo estabeleceu fortes laços com a linha interpretativa do fundamentalismo (com exceção da ênfase no batismo no Espírito Santo e a contemporaneidade dos dons espirituais, própria do pentecostalismo), tendo este como marca de suas crenças desde seu surgimento, e os manteve até a atualidade. “É importante ressaltar que [...] a confissão teológica pentecostal é estritamente fundamentalista desde sua origem. Os pontos fundamentais e inegociáveis da fé cristã para os fundamentalistas também o são para os pentecostais.” (Ibid., p. 587-588).

As “ameaças” combatidas pelo fundamentalismo eram variadas: *o ensino da teoria da evolução darwinista nas escolas, as tentativas de legalização do aborto, os movimentos feministas e de ampliação dos direitos dos homossexuais, a laicidade do Estado, o comunismo*, etc. Tal contexto de turbulência e mudança de valores era considerado pelos fundamentalistas como uma grande ameaça ao cristianismo, aos EUA e aos valores da família, que deveriam ser protegidos a todo custo. (Ibid., p. 589, grifo nosso).

67 A respeito da origem do termo “fundamentalismo” para a caracterização deste movimento, Rocha (2011) aponta: “A luta pela reafirmação da infalibilidade da Bíblia levou teólogos conservadores, apoiados financeiramente por empresários que partilhavam de seus ideais, a publicarem uma série de textos em defesa de alguns pontos da fé cristã que consideravam inegociáveis, que não deveriam ser relativizados pela aplicação do método histórico-crítico de análise (inerrância do texto sagrado, divindade de Cristo, nascimento virginal, morte e ressurreição de Jesus, promessa da ressurreição do corpo dos que crêem e a crença inabalável em uma segunda vinda de Cristo à Terra). A coletânea de tais textos recebeu o nome de *The Fundamentals* (Os Fundamentos) – daí a origem do termo fundamentalismo.” (ROCHA, 2011, p. 586, grifo do autor).

No mesmo sentido, Mariano e Gerardi (2019) apontam que, nos anos 1940, o movimento fundamentalista desdobrou-se no cisma “evangelical”, que, hoje, constitui o maior segmento religioso dos Estados Unidos, sendo a direção da direita cristã no país e uma das maiores bases do Partido Republicano. Os autores destacam que, na América Latina, o pentecostalismo é seu principal representante. Desse modo, considerando a relação do pentecostalismo com o movimento fundamentalista cristão desde a sua origem, a observação da trajetória histórica destes movimentos nos trará, adiante, importantes itinerários de análise para a compreensão das novas estratégias de atuação política dos pentecostais a partir dos anos 1970, em escala global (quando emerge a nova direita cristã), e nos anos 1980, no país (período de uma grande virada no âmbito da atuação na sociedade política deste segmento, conforme apontaremos). Além das estratégias de ação, também observaremos a semelhança ideológica entre o movimento fundamentalista e o pentecostalismo brasileiro, ambos marcados pelo anticomunismo, defesa da família monogâmica cisheteropatriarcal, negacionismo científico (com, por exemplo, o combate ao ensino de educação sexual e do darwinismo nas escolas), contrariedade ao aborto, às demais demandas feministas, aos direitos da população LGBTQIAPN+, dentre outros.

Para a análise do pentecostalismo no Brasil, Mariano (2014) e Campos (2011) trabalham com três vertentes, a partir do estudo das três ondas que foram caracterizadas por Freston (1993). A primeira onda, momento da origem e expansão mundial do pentecostalismo, originou o chamado ‘pentecostalismo clássico’, representado especialmente pela fundação da Congregação Cristã no Brasil (em 1910, a partir do missionário ítalo-americano Luis Francescon, vindo de Chicago, Estados Unidos) e da Assembleia de Deus (em 1911, a partir dos missionários suecos Daniel Berg e Gunner Vingren, vindos também de Chicago, expulsos da Igreja Batista); a primeira surgiu e expandiu-se principalmente nos estados de São Paulo e Paraná, a segunda teve início nas regiões Norte e Nordeste e, a partir dos anos 1930, expandiu-se para o Centro-Sul.

A segunda onda originou o ‘deuteropentecostalismo’⁶⁸ e teve seu início no movimento da Cruzada Nacional da Evangelização, na década de 1950, quando missionários estadunidenses da Igreja do Evangelho Quadrangular passaram a difundir a evangelização de massas centrada na cura divina, utilizando rádios e tendas em espaços públicos e privados para

68 Mariano (2014) utiliza o radical grego deuteró (retirado do título do quinto livro do Pentateuco) como uma nomenclatura para designar o sentido de segundo ou segunda onda pentecostal.

a pregação, o que provocou profunda fragmentação entre os pentecostais. Portanto, a segunda onda é representada especialmente pela estadunidense Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), além das igrejas nacionais: Igreja Pentecostal Brasil para Cristo (1955), Igreja de Nova Vida (1960), Deus é Amor (1962) e Casa da Bênção (1964)⁶⁹; a região onde se concentrou o início e pulverização dessa onda foi o estado de São Paulo.

A terceira onda originou o ‘neopentecostalismo’, representado, no Brasil, especialmente pela Igreja Universal do Reino de Deus (1977), a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), e a Cristo Vive (1986), estas três oriundas da Igreja de Nova Vida (1960), e a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976), a Comunidade da Graça (1979), a Igreja Renascer em Cristo (1986), a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (1994) e a Igreja Mundial do Poder de Deus (1998); o *locus* do início do movimento no Brasil é o município do Rio de Janeiro/RJ. A seguir, trataremos especialmente das duas primeiras ondas. A análise do neopentecostalismo, feita de forma mais extensa e articulada à presente análise, será desenvolvida no próximo subcapítulo.

A Congregação Cristã do Brasil (CC), primeira igreja pentecostal do país, foi fundada em 1910 pelo ítalo-americano Luis Francescon, ex-presbiteriano, ‘batizado no Espírito Santo’ em 1907. Ao sair de Chicago com o objetivo de levar o pentecostalismo às colônias italianas, Francescon passou na Argentina e no ano seguinte chegou ao Brasil. A primeira CC, surgiu no bairro do Brás, na cidade de São Paulo, reunindo cerca de 20 italianos evangélicos que eram presbiterianos, batistas e metodistas e alguns católicos. Depois, expandiu-se para o interior segundo o movimento dos imigrantes e, em seguida, fez a transição para a língua portuguesa. Sem utilizar rádio, televisão e pregações em lugares públicos como meio de divulgação, cresceu através do proselitismo dentro dos templos e dos contatos pessoais especialmente em cidades pequenas em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Bahia. Depois desse rápido crescimento inicial, a CC foi ultrapassada em número de fiéis pela Assembleia de Deus no final dos anos 1940.⁷⁰

A Assembleia de Deus (AD) chegou ao Brasil, em 1911, pelas mãos dos missionários suecos Daniel Berg e Gunner Vingren, vindos de Chicago (assim como Francescon). O primeiro, filho de um líder batista, emigrou para os Estados Unidos com 18 anos, especializando-se em fundição de aço. Em um breve retorno à Suécia, foi influenciado por um

69 O autor destaca que, quanto à teologia, “(...) as duas primeiras ondas apresentam diferenças apenas nas ênfases que cada qual confere a um ou outro dom do Espírito Santo. A primeira enfatiza o dom de línguas, a segunda, o de cura.” (MARIANO, 2014, p. 31).

70 Informações obtidas em Freston (1993).

líder do movimento pentecostal do país, Lewi Pethrus. Assumiu o pastorado em uma igreja batista em Estocolmo, que ao ser pentecostalizada foi excluída da denominação. Berg então uniu-se a Vingren, também ex-batista que chegara a Chicago aos 11 anos e, quando adulto, tornou-se pastor pentecostal.

Ao chegarem em Belém, capital do estado do Pará, congregaram na Igreja Batista por sete meses, até provocarem um cisma com a mensagem pentecostal e fundaram a “Missão de Fé Apostólica” (nome de grupos pentecostais estadunidenses). O nome Assembleia de Deus foi adotado oficialmente a partir de 1917. A partir de 1914, outros missionários suecos foram recebidos e este movimento, que teve apoio financeiro, é fundamental para compreendermos como a AD foi crescendo gradativamente no Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste até 1925. Segundo Freston, “O auge da presença sueca foi nos anos 30, com cerca de 20 famílias missionárias. Depois de 1950, o fluxo praticamente cessou, pois o Brasil já tinha a terceira comunidade pentecostal do mundo.” (FRESTON, 1993, p.71).

Em 1930, com a expansão para o Sul e o Sudeste, a denominação tornou-se autônoma com relação à missão sueca e transferiu sua sede de Belém para o Rio de Janeiro, então capital federal.⁷¹ No mesmo ano, fundou o jornal Mensageiro da Paz – o principal jornal da denominação até os dias de hoje – e passou a publicar as revistas Lições Bíblicas, além de livros e folhetos, sem uma gráfica própria, mas com estratégia de difusão diametralmente oposta à estabelecida pela igreja CC, o que resultou em um gradativo crescimento do número de fiéis. Notamos, portanto, que a criação dos primeiros aparelhos privados de hegemonia da AD produziu resultado no crescimento do número de fiéis desde os seus primórdios.

No mesmo processo de ruptura com a missão sueca, foi criada a Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB), com o intuito de articular e garantir unidade entre todas as igrejas e a nova sede, de forma hierárquica. Segundo a análise de Freston (1993), o sistema de governo que passou a ser adotado até os dias atuais é também caudilhesco⁷², funcionado como uma complexa teia de redes compostas de “igrejas-mãe” e igrejas e congregações dependentes. Segundo o autor, o pastor-presidente da rede é, efetivamente, um bispo, com grande concentração de poder, escolhido por voto unânime do “ministério”, que é

71 Os missionários da Assembleia de Deus norte-americana tiveram influência mais indireta. Diretamente, destaca-se o pastor televangelista Jimmy Swaggart, que financiou alguns projetos no Brasil.

72 Em nossa pesquisa, não utilizaremos a caracterização do “caudilhismo” tendo em vista o risco de incorrerem em um uso a-histórico, e tampouco interessa-nos o debate que seria necessário para utilizá-la ou refutá-la, pois foge aos nossos objetivos. Neste sentido, mesmo sem utilizarmos tal caracterização, optamos por manter o termo neste trecho para não descaracterizar a interpretação feita pelo autor citado.

um corpo composto por pastores, evangelistas e presbíteros, cumprindo um papel de “patrão”. Desta maneira, identifica que, com a existência destas teias, “A Convenção Geral, órgão máximo da denominação, na realidade é um centro fraco. [...] não tem poderes para demitir ou nomear pastores, nem poder legal sobre as convenções estaduais. Isso a deixa exposta financeiramente”. (FRESTON, 1993, p.71-72). Outro efeito da existência dessas teias é que são produzidas tensões de disputa por poder e pela direção entre as próprias lideranças, o que, somado à concorrência de novos grupos pentecostais, gera cismas na denominação.

Em 1937, a CGADB criou a editora Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), que passou a ser a empresa dona do jornal Mensageiro da Paz. Segundo o nosso levantamento a partir dos dados disponíveis no *website* oficial da CPAD, a partir de 1949, com uma gráfica própria localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, também passou a ser a responsável pela impressão do jornal e dos demais materiais produzidos pela Convenção. A CPAD também criou a revista O Obreiro (1977), destinado a ministros e oficiais das Assembleias de Deus e a revista Jovem Cristão (1978). Em janeiro de 1992, a CPAD foi transferida para Bangu (zona oeste da cidade do Rio de Janeiro) e, em março de 1993, Ronaldo Rodrigues de Souza, administrador de empresas, foi empossado diretor-executivo com uma proposta de ‘modernização’ da editora. Segundo a própria CPAD, “nos últimos anos, a tiragem de revistas de Escola Dominical passou de 1 milhão para mais de 2,2 milhões trimestrais. Com isso, a cada três meses mais de dois milhões de novos alunos aprendem a Palavra de Deus todos os domingos.”⁷³. Em 1997, a editora fundou a empresa Editorial Patmos, com sede na Flórida, para atender especialmente o mercado latino-americano e estadunidense.⁷⁴ Notamos, portanto, o empenho da CGADB para consolidar este significativo aparelho privado de hegemonia.

Contudo, se estas e outras estratégias e condicionantes serviram para o amplo crescimento da AD, a ponto de ser reconhecida atualmente como a maior denominação pentecostal do mundo, observamos que o mesmo não pode ser dito para a contenção dos conflitos internos e cismas. A crise mais emblemática de seu modelo, no Brasil, pode ser observada na grande cisão com a AD de Madureira – Ministério de Madureira. Segundo Freston,

73 Disponível em <https://www.cpad.com.br/institucional/sobre-a-empresa>, sem número de página, acesso em 06/05/2022.

74 Todas estas informações sobre a CPAD foram obtidas em seu website oficial, disponível em <https://www.cpad.com.br/institucional/sobre-a-empresa>, acesso em 06/05/2022.

Esta [AD de Madureira] é o tronco principal que vem da obra da Missão Sueca, por sua vez dividido em inúmeros ministérios nem sempre amigos. Madureira é como mais um desses ministérios, mas que cresceu muito. É a concretização de uma das possibilidades do modelo: o caudilho que se tornou grande demais, ameaçando a sobrevivência dos outros. Para restaurar o equilíbrio do poder, ele acabou sendo eliminado [da CGADB]. (FRESTON, 1993, p. 73).

Seu fundador, Paulo Leivas Macalão (1903-1982), gaúcho e filho de um general, tornou-se pastor pelas mãos do missionário sueco Lewi Pethrus, do qual depois tornou-se independente. Em 1930, a partir da orientação do missionário Gunnar Vingren, ele iniciou os trabalhos de evangelização nos bairros Realengo, Bangu, Santa Cruz, da cidade do Rio de Janeiro (então distrito federal), e estabeleceu-se no bairro de Madureira, onde criou a sede do Ministério da Assembleia de Deus de Madureira em novembro de 1929. Em seguida, difundiu os trabalhos em São Paulo e, posteriormente, em outros estados do Sul e do Sudeste. Em maio de 1958, foi criada a Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira e Igrejas Filiadas (CONAMAD), para garantir a unidade do trabalho realizado, a qual Macalão foi presidente vitalício até a sua morte.

Nos anos seguintes, cresceram os conflitos entre a CONAMAD e a CGADB, tendo em vista que as normas da segunda proibiam que os membros das igrejas se filiassem em mais de uma Convenção Nacional que tivesse a mesma abrangência. Em assembleia geral da CGADB, em setembro de 1989, ocorreu a exclusão do Ministério de Madureira, o que tornou a CONAMAD completamente independente. Em 1990, sem a posse do trabalho da editora CPAD, a Convenção criou a Editora Betel, que lançou a revista Escola Bíblica Dominical da Editora Betel, já em 1991. Atualmente, a editora possui o Jornal O Semeador, publicado mensalmente e com circulação nacional, além de centenas de livros e dezenas de revistas publicadas. Em 1999, a sede da Convenção foi transferida para Brasília e, em 2015, ela criou uma universidade própria, o Instituto Superior da Convenção Nacional das Assembleias de Deus (ISCON), também em Brasília, oferecendo cursos na área da Saúde, do Direito e graduação em teologia, além de cursos de pós-graduação.⁷⁵

Atualmente, a CONAMAD é dirigida pela chamada Mesa Diretora, eleita a cada quatro anos, sendo que seu presidente tem mandato vitalício, cujo cargo é exercido pelo chamado bispo primaz Manoel Ferreira. A vice-presidência é composta pelos: 1º vice-presidente bispo Samuel

75 Todos estes dados e informações sobre a CONAMAD foram obtidos em <https://www.admadureira.com.br/sobre-a-igreja/>, <https://iscon.edu.br/institucional/#>, <https://www.editorabetel.com.br/inicio>, acessados em 06/05/2022.

Ferreira (Assembleia de Deus do Brás), 2º vice-presidente bispo Abner Ferreira (Assembleia de Deus em Madureira), 3º vice-presidente bispo Oídes José do Carmo (Assembleia de Deus Campo de Campinas), 4º vice-presidente pastor Amarildo Martins da Silva e 5º vice-presidente pastor Abinair Vargas Vieira (Assembleia de Deus Ministério Fama). Na diretoria também participam sete pastores secretários, dois pastores tesoureiros e um pastor relator.⁷⁶

Além da CGADB e da CONAMAD, em 2017 foi fundada uma terceira convenção nacional da Assembleia de Deus, a Convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CADB). Esta última, foi fundada reivindicando seu pioneirismo pentecostal no Brasil desde Belém do Pará, tendo como conselho geral interino o presidente pastor Samuel Câmara e o vice-presidente Othon Alencar. Em 2018, criou o jornal Voz da Assembleia de Deus que, além do jornal impresso e digital, também conta com um canal de rádio e televisão acessados via meios digitais (plataforma e aplicativos).⁷⁷

Este caso das cisões em três distintas convenções nacionais é importante para compreendermos, hoje, a grandiosidade que se tornou a AD a nível mundial, pois existe esse extenso emaranhado de organizações e aparelhos privados de hegemonia sob distintas direções, que disputam entre si a direção da AD, às vezes de forma mais aproximada e em outras sob profundo tensionamento. No caso da CONAMAD, que atualmente possui mais de um terço dos fiéis do conjunto da AD e a que possui a maior adesão das Assembleias, para além da fundação de uma nova Convenção, todo processo poderia indicar o seu rompimento e a fundação uma nova ampla denominação, o que não ocorreu de fato – as tensões ainda se encontram no terreno das disputas pela própria direção interna. Assim, podemos considerar que hoje a AD compreende um conjunto de denominações, onde cada delas é uma organização – assim como cada um dos chamados “ministérios” também, com seus donos (bispos autocratas) – que pode estar associada ou não à uma ou mais convenções.

Além das cisões destacadas, representadas especialmente pela criação de novas convenções nacionais, também existem outras denominações da AD: a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, liderada pelo pastor Silas Malafaia (conhecido pelo seu fervoroso apoio ao governo do presidente Jair Bolsonaro, antes também conhecido por sua relação de apoio direto aos Projetos de Lei vinculados à ideologia Escola Sem Partido); a Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, fundada e presidida pelo pastor e deputado federal Marco Feliciano (conhecido

76 Informações obtidas em <https://www.madureiranacional.com.br/>, acessado em 06/05/2022.

77 Informações obtidas em <http://portalcadb.com/historia-da-convencao/> e <https://www.vozdaassembleiadeus.com.br/>, acessados em 06/05/2022.

pela defesa do fundamentalismo, deputado federal desde 2011 pelo Partido Liberal); a Assembleia de Deus Belém do Pará, liderada pelo pastor Samuel Câmara (fundador da CADB, conhecido pelo seu apoio ao governo de Jair Bolsonaro); e a Assembleia de Deus do Bom Retiro, liderada pelo pastor Jabes Alencar.

Para nós, estes casos de divisões da AD exemplificam a complexidade de traçarmos o perfil político, a direção e os respectivos interesses de determinadas denominações/igrejas pentecostais, visto que este conjunto pode ser múltiplo, diverso e bastante contraditório. Adiante, veremos como a Assembleia de Deus passou a atuar politicamente, em uma virada de ingresso de forma organizada na sociedade política a partir dos anos 1980, juntamente as igrejas da segunda onda e da terceira onda pentecostal.

A segunda onda pentecostal, denominada por Mariano (2014) como deuteropentecostal, data do início dos anos 1950. O início foi com a chegada dos pregadores estadunidenses Harold Willians (1913-2002) e Raymond Boatright, um ex-ator de filmes de *farwest*, diretamente na cidade de São Paulo. Eles inauguraram a prática de organizar campanhas de avivamento espiritual e de cura divina⁷⁸, baseados na estratégia de evangelismo de massas, inicialmente em comunidades do protestantismo histórico, com o foco em templos presbiterianos independentes dos bairros populares Cambuci e Brás, e posteriormente em Assis e Bauru (interior do estado de São Paulo) e de Londrina (Paraná). Este movimento interdenominacional, que envolveu várias denominações pentecostais, chamado de Cruzada Nacional de Evangelização, foi um braço evangelístico da igreja estadunidense criada nos anos 1920, a *Church of The Foursquare Gospel* – a Igreja Evangelho Quadrangular, instaurada em São Paulo a partir deste movimento, em 1953.

Depois, as lideranças dos templos do protestantismo histórico se recusaram a receber as campanhas de cura divina e avivamento espiritual. A nova estratégia dos pregadores estadunidenses, diante disso, foi o evangelismo itinerante em tendas de lona trazidas dos Estados Unidos, concentrações em praças públicas, ginásios de esporte, estádios de futebol, teatros, cinemas e também a produção de programas de rádio – foi então que passaram a ser conhecidos como “tendeiros” e os locais de culto de “tendas divinas”. Este movimento provocou uma fragmentação dos pentecostais, dando início ao chamado “pentecostalismo de

78 Compreendemos que “avivamento espiritual” é uma expressão utilizada para explicar o que seria um processo de renovação espiritual (individual ou coletivo), o que seria a própria manifestação da presença de Deus nas pessoas. Já pela expressão “cura divina”, compreendemos que é utilizada para denominar o que seria um milagre de “cura”.

segunda onda”.

[...] Com mensagem sedutora e métodos inovadores e eficientes, atraíram, além de fiéis e pastores de outras confissões evangélicas [presbiterianos, batistas e metodistas], milhares de indivíduos dos estratos mais pobres da população, muitos dos quais migrantes nordestinos. Causaram escândalo e reações adversas por toda parte. Mas, ao chamarem a atenção da imprensa, que os ridicularizava e os acusava de charlatanismo e curanderismo, conseguiram pela primeira vez dar visibilidade a este movimento religioso no país [o pentecostalismo]. Com o êxito da missão, provocaram a fragmentação denominacional do pentecostalismo brasileiro, que, até então, praticamente contava só com Assembleia de Deus e Congregação Cristã. (MARIANO, 2014, p. 30).

Na esteira da Cruzada, a ênfase teológica no dom da cura divina constituiu um dos mais poderosos recursos proselitistas das novas denominações criadas na segunda onda: a Igreja Pentecostal O Brasil Para Cristo (São Paulo, 1955) fundada pelo pastor Manoel de Mello (1929-1990), ex-pregador da AD; a Igreja Pentecostal Deus é Amor (São Paulo, 1962) fundada pelo pastor David Miranda (1936-2015), ex-membro da Igreja Cristã Pentecostal Maravilhas de Jesus; e a Igreja Casa da Benção (Belo Horizonte, 1964), fundada pelo casal de pastores Doriel de Oliveira (depois assumiu o título de Apóstolo) e Ruth de Oliveira, convertidos em uma tenda da Cruzada. Esta ênfase dada à cura divina, segundo Mariano (2014), não surgiu e não ocorreu apenas no Brasil:

[...] É unânime entre os pesquisadores norte-americanos a ideia de que o evangelismo baseado na cura foi o grande responsável pela explosão pentecostal em diversas partes do mundo a partir de meados dos anos 40 [...]. Mola mestra das campanhas evangelísticas realizadas depois da Segunda Guerra Mundial pelos *American healers* [...], essa mensagem, que sempre atraiu multidões, propiciou ao pentecostalismo crescimento sem precedentes nos Estados Unidos, América Latina, África e Ásia. (MARIANO, 2014, p. 31, grifo do autor).

Assim, para o pesquisador, o que distingue as duas primeiras ondas no Brasil é especialmente o recorte histórico-institucional, pois quanto à teologia elas apresentam diferenças apenas nas ênfases que cada uma confere a um ou outro dom do Espírito Santo: “A primeira enfatiza o dom de línguas, a segunda, o de cura” (Ibid., p. 31). O autor também aponta que esta relativa homogeneidade teológica se deve ao fato de que a igreja Evangelho Quadrangular (que originou a segunda onda) nasceu nos Estados Unidos com o mesmo corpo doutrinário trazido pelos missionários estrangeiros que fundaram a AD e a CC (pertencentes à primeira onda). Portanto, a segunda onda constitui um desdobramento institucional tardio, no Brasil, do pentecostalismo clássico dos Estados Unidos, somando em seu processo em solo

brasileiro as inovações evangelísticas das novas estratégias introduzidas pelos missionários da Cruzada (Ibid.). Do ponto de vista econômico-social, o pentecostalismo também teve a função de prática religiosa de adaptação do campesinato ao contexto urbano-industrial no largo processo migratório para as grandes cidades urbanas dos anos 1950/60.

O movimento decorrente da segunda onda do pentecostalismo provocou o que podemos caracterizar como profundo processo de desagregação e pentecostalização no interior do protestantismo histórico brasileiro, produzindo um movimento de “renovação” que gerou o que pesquisadores vem caracterizando como “igrejas históricas renovadas” ou “protestantismo histórico renovado” (MARIANO, 2014; CAMPOS, 2011). O Instituto de Estudos da Religião (ISER), em 1996, criou a categoria “históricas renovadas” para classificar as denominações que, oriundas de cisões de igrejas protestantes a partir dos anos 1960, se autointitulam renovadas, defendem a crença na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo e adotam a teologia pentecostal (FERNANDES, 1996) – incluindo, posteriormente, também várias inovações teológicas decorrentes do neopentecostalismo, como veremos no próximo subcapítulo.

Os pesquisadores do pentecostalismo, especialmente nas últimas duas décadas, têm concordado com a análise de que este processo de pentecostalização do protestantismo histórico tende a complexificar a classificação nas tipologias que separam protestantes históricos de pentecostais, pois as diferenças entre tais grupos religiosos estão se tornando cada vez menos perceptíveis do ponto de vista teológico, das ações políticas, das estratégias de concorrência de mercado, dentre outros elementos (MARIANO, 2014; CAMPOS, 2011; MORAIS, 2019).⁷⁹

79 Edson Elias de Moraes, em sua tese de doutorado em Ciências Sociais, ao analisar que as fronteiras entre os protestantes históricos e os pentecostais foram borradas pelo neopentecostalismo, propôs uma outra forma de interpretação, que não utilizaremos em nosso trabalho por concebermos que os marcos histórico-institucionais ainda são de extrema relevância para a nossa análise, mas que nos ajuda na reflexão sobre a complexidade da classificação das tipologias: “[...] nomeamos de *religiosidade neopentecostal metainstitucional* essa forma religiosa mesclada, tendente a homogeneização. Uma religiosidade contemplativa e individualizada, que promove o ajuste entre a igreja e a magia por meio de práticas e crenças místicas sob uma cosmovisão maniqueísta. Religiosidade que entrega os problemas terrenos, pessoais e coletivos, para a esfera do sobrenatural na esperança de que por meio da guerra espiritual, entre anjos e demônios e entre Deus e o Diabo, eles sejam todos resolvidos concretamente. O prefixo *meta* neste caso indica “além de”, portanto, uma religiosidade que não se restringe exclusivamente as instituições especificamente neopentecostais, mas é uma religiosidade esta que atravessa, perpassa, enviesa, permeia, em alguma medida, as religiosidades confessionais de algumas instituições evangélicas.” (MORAIS, 2019, p. 85, grifo do autor). E segue: “[...] analisando os desdobramentos do campo evangélico brasileiro, sugerimos a seguinte interpretação: a religiosidade neopentecostal associada ao movimento *gospel*, ao invés de se afastar das tradições anteriores – protestantismo e pentecostalismo – produziu uma síntese entre a religiosidade dos protestantes históricos e a dos pentecostais, resultando naquilo que chamamos de *religiosidade neopentecostal metainstitucional*. Ou seja, uma transformação na religiosidade de parte considerável dos evangélicos, atingindo tanto a liderança quanto os fiéis. E por ser uma síntese de ambas as religiosidades, a neopentecostal metainstitucional criou condições de penetrar e influenciar as outras duas tradições com maior ou

Dentre as igrejas históricas renovadas, destacamos: Irmandade Metodista Ortodoxa (fundada em 1943, no Rio de Janeiro/RJ, e pentecostalizada na década de 1980), Igreja Metodista Wesleyana (fundada em 1967, no Rio de Janeiro/RJ), Igreja Cristã Presbiteriana (fundada em 1968, em Cianorte/PR, por um cisma da Igreja Presbiteriana do Brasil, funcionou até 1975), Igreja Evangélica Cristã Presbiteriana (fundada em 1969, em São Paulo/SP, por ex-membros da Igreja Presbiteriana Independente no Brasil), Igreja Presbiteriana Independente Renovada (fundada em 1972, em Assis/SP, por um cisma da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, funcionou até 1975), Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil (fundada em 1975, com a união da Igreja Cristã Presbiteriana e da Igreja Presbiteriana Independente Renovada), Igreja Cristã Presbiteriana (fundada em 1990, em Ponta Grossa/PR, como cisão da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil), Igreja Congregacional Independente (fundada com este nome em diversos locais a partir dos anos 1960, com igrejas independentes entre si), Igreja Batista da Lagoinha, dentre outras^{80, 81} Nos deteremos brevemente nesta última, por representar de forma destacada esta vertente das igrejas protestantes históricas renovadas (pentecostalizadas).

A Igreja Batista da Lagoinha (IBL) foi criada em 1957, em Belo Horizonte/MG, e é reconhecida como a igreja precursora e disseminadora do movimento de “renovação” das protestantes históricas, servindo como modelo para aquelas que a sucederam. Foi fundada pelo pastor José Rêgo do Nascimento (1922-2016), ex-pastor da Igreja Batista Vitória da Conquista, que “recebeu o batismo do Espírito Santo”, em 1955, e passou pelo processo de pentecostalização, o que culminou na fundação desta igreja do tipo “histórica renovada”. O pastor José Rêgo a presidiu até 1972, ano em que, ainda com cerca de 300 membros, passou a ser liderada pelo pastor Márcio Roberto Vieira Valadão, pastor presidente até os dias atuais. Segundo o *website* oficial da IBL, atualmente ela possui mais de 600 igrejas próprias ao redor do mundo, orientadas e controladas através da chamada Convenção Lagoinha Global, presidida pelo pastor Márcio Valadão.⁸²

A IBL se expandiu através de diferentes estratégias. A partir de nosso levantamento no

menor força.” (Ibid., p. 88-89, grifo do autor).

80 Além destas, outras igrejas surgiram neste período na esteira da pentecostalização, mas não diretamente como cisão de uma igreja protestante histórica, apresentando-se como “autônomas”, como é o caso da Igreja do Avivamento Bíblico, Igreja Evangélica Maranata, Igreja em Obra de Restauração, dentre outras. (CAMPOS, 2011).

81 Informações obtidas nas páginas oficiais (*websites*) das igrejas mencionadas: <http://www.irmandademetodistaortodoxa.com.br/novo/paginas.php?id=34>, <https://www.igrejametodistawesleyana.com.br/>, <http://iprb.org.br/home/quem-somos-3/> e <https://www.icppg.com.br/>, acessado em 10/05/2022.

82 Informações disponíveis em: <https://lagoinha.com/home>, acessado em 11/05/2022.

website oficial da IBL e dos seus respectivos aparelhos privados de hegemonia, destacamos as seguintes estratégias, selecionadas pelo critério da abrangência e relevância para o crescimento da igreja: o trabalho de evangelização através de células de doutrinação (chamados de Grupos de Crescimento); a produção de materiais audiovisuais, tais como vídeos e programas de *podcast* disponibilizados em diversas plataformas e redes sociais digitais; a criação de uma rádio própria, a Rádio Super, disponível em formato online e em frequência FM disponível em Belo Horizonte/MG; a criação de um canal de televisão, a Rede Super de Televisão, criada em 2002 e disponível online, via canal de TV aberta (Belo Horizonte/GM) e a cabo (em todo o Brasil); a criação de uma livraria, a Seara Livraria, em 1992, que possui a sede na própria igreja-matriz em Belo Horizonte/MG e atualmente realiza vendas online; e a criação de “Ministérios” voltados para ações e projetos específicos. Segundo a IBL, em paralelo ao trabalho de expansão (via células e estratégias específicas de doutrinação), as próprias igrejas e os mais de 200 ministérios ligados à igreja-matriz realizam projetos “que se destinam à ressocialização, ao atendimento jurídico gratuito, à capacitação profissional, assistência espiritual, psicológica e familiar, dentre outros”.⁸³ Ou seja, observamos que a atuação da IBL, através do oferecimento de diversos serviços, também se configura em estratégia de difusão e expansão. Dentre os chamados “Ministérios”, destaca-se o conhecido Ministério Diante do Trono, voltado para a produção de músicas *gospel*.

Destacamos que a Igreja Batista da Lagoinha ganhou ainda mais projeção em todo o território nacional a partir de 2019, quando o presidente Jair Bolsonaro nomeou a pastora da IBL, Damares Alves, assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, como líder do recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Deste modo, esta complexa organização Convenção Lagoinha Global foi fundada em setembro de 2020, já no segundo ano do governo do presidente Jair Bolsonaro e durante a pandemia da covid-19.

Outro episódio que marca a história da IBL é a sua relação direta com a criação de novas convenções batistas, anteriores à criação da sua própria convenção. Em 1961, a IBL foi desligada da Convenção Batista Mineira, ao lado de outras 31 igrejas, e com elas fundou a Convenção Batista do Estado de Minas Gerais. Depois, foi expulsa da Convenção Batista Brasileira (CBB) em 1964, sob a alegação de “desvirtuamento doutrinário”, após análise de

83 Informações obtidas nas páginas oficiais (websites) da própria IBL e dos aparelhos de hegemonia mencionados: <https://lagoinha.com/pagina/13059/sobre-nos>, <https://redesuper.com.br/home>, <https://www.searalivraria.com.br/>, <https://servidor32.brlogic.com:8200/live>, acessados em 11/05/2022.

uma comissão e votação em plenário da Assembleia Geral da CBB. Em decorrência, a IBL uniu-se às igrejas batistas também pertencentes ao movimento de pentecostalização, além de igrejas de outras denominações, e fundaram a Aliança Missionária Evangélica (AME). Esta foi a gênese da Convenção Batista Nacional (CBN), fundada em 1967, direcionada somente às “batistas renovadas” (pentecostalizadas). (MOREIRA, 2016).

No próximo subcapítulo, veremos como a terceira onda do pentecostalismo produziu mudanças no processo de pentecostalização das igrejas protestantes históricas, assim como também impactou a atuação política das igrejas pentecostais nas disputas no âmbito do Estado ampliado a partir dos anos 1980.

2.2 A terceira onda: as igrejas neopentecostais e a nova face do pentecostalismo

A terceira onda pentecostal, denominada por Mariano (2014) de neopentecostal⁸⁴, produziu uma nova face do pentecostalismo no Brasil. Ela teve início em 1977, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), com a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), pelo bispo⁸⁵ Edir Macedo – que saiu da Igreja de Nova Vida (INV, 1960, Rio de Janeiro/RJ, da segunda onda do pentecostalismo) para fundar a sua própria. Três anos depois, o pastor Romildo Ribeiro Soares (R. R. Soares), cunhado de Edir Macedo e que também foi membro da INV, que também fundou e depois rompeu com a IURD, criou a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD, 1980, Rio de Janeiro/RJ). Em 1986, Miguel Ângelo, que também saiu da INV, fundou a Igreja Cristo Vive (ICV, 1986, Rio de Janeiro/RJ). Assim, considera-se que a INV está na origem das

84 Freston (1993) caracterizou a terceira onda pentecostal, porém não utilizou o termo neopentecostalismo. Segundo a revisão feita por Mariano (2014), nos trabalhos acadêmicos da década de 1990, alguns autores utilizaram o termo para designar o movimento pentecostal dos anos 1950, já alguns outros divergiram quanto às principais características do neopentecostalismo do ponto de vista teológico. Nesta revisão, Mariano (Ibid.) destacou o fato de que todos os pesquisadores, ainda que divergissem quanto à caracterização do neopentecostalismo, utilizaram a análise da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como o principal marco e referência da análise do fenômeno, considerando que o “surgimento desta igreja é que justifica a criação de suas tipologias” (MARIANO, 2014, p. 34). Assim, ele adotou o uso do termo neopentecostal – que é consagrado e assumido até mesmo pela própria IURD – para diferenciar a variante surgida a partir da terceira onda pentecostal no Brasil, na segunda metade da década de 1970, com o surgimento da IURD, o qual também utilizamos e desenvolvemos em nossa pesquisa.

85 O tratamento de “bispo” se refere à organização de governo episcopal adotada pela IURD, assim como de outras igrejas similares, hierárquica, onde a autoridade máxima é o bispo. Embora também seja um pastor, esta nomeação se refere ao posto administrativo superior na hierarquia quanto à organização eclesiástica em um país ou em uma região.

neopentecostais (FRESTON, 1993; MARIANO, 2014)⁸⁶, pois foi onde tais pastores dissidentes deram os primeiros passos rumo à Teologia da Prosperidade e alguns dos fundamentos da “guerra espiritual”. Além destas três igrejas, também constam entre as principais igrejas neopentecostais no país: Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976, Goiás), Comunidade da Graça (1979, São Paulo), Igreja Renascer em Cristo (1986, São Paulo), Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (1994, São Paulo) e Igreja Mundial do Poder de Deus (1998, São Paulo).

Nesta terceira onda, o pentecostalismo se adaptou às mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas no país desde a segunda onda. Segundo Freston, as mudanças que marcaram essa adaptação foram:

[...] o aprofundamento da industrialização; o inchamento urbano causado pela expulsão de mão-de-obra do campo; a estrutura moderna de comunicações de massa que no final dos anos 70 já alcança quase toda a população; a crise católica e o crescimento da umbanda; e a estagnação econômica dos anos 1980. Em contraste com a segunda onda de igrejas paulistas fundadas por migrantes de nível cultural simples, a terceira onda é sobretudo de igrejas cariocas fundadas por pessoas citadinas de nível cultural um pouco mais elevado e pele mais clara. Iniciando-se no contexto de um Rio de Janeiro marcado pela decadência econômica, pelo populismo político e pela máfia do jogo, o novo pentecostalismo se adapta facilmente à cultura urbana influenciada pela televisão e pela ética *yuppie*. (FRESTON, 1993, p.95, grifo do autor).⁸⁷

Diferente das duas primeiras ondas que se caracterizam mais por cortes histórico-institucionais e menos por distinções teológicas, esta última vertente se distingue das demais por três aspectos fundamentais, de caráter doutrinário e comportamental: “1) exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos decaídos” (MARIANO, 2014, p. 36), ou seja a exacerbação de uma lógica dualista fundamentada na crença de que vivemos uma permanente guerra cósmica entre Deus e o Diabo pelo domínio da humanidade, que, por sua vez, demanda por estratégias de combate ritualísticas (tais como o exorcismo e os cultos de libertação), segundo os preceitos que também constam na Teologia do Domínio⁸⁸; “2) pregação

86 Segundo os autores, a Igreja de Nova Vida foi fundada em 1960 pelo canadense Robert McAlister, que rompeu com a Assembleia de Deus no mesmo ano. Ele produziu na Nova Vida, “de forma embrionária as principais características no neopentecostalismo: intenso combate ao Diabo, valorização da prosperidade material mediante a contribuição financeira, ausência do legalismo em matéria comportamental” (MARIANO, 2014, p. 51). Destaca-se, ainda, que além do uso de programas de rádio, a Nova Vida (ao lado da Igreja Pentecostal Brasil Para Cristo) foi precursora do televangelismo no país.

87 Termo “yuppie” é utilizado para abreviar “Young Urban Professional” (jovem profissional urbano), cunhado no início dos anos 1980 para caracterizar um jovem executivo bem remunerado que trabalha em uma grande cidade e expõe sua “prosperidade” através de roupas, carros e acessórios de luxo.

88 Como veremos no subcapítulo sobre a Teologia do Domínio, a IURD deu destaque e importância sem precedentes à identificação das entidades e dos deuses das religiões afro-brasileiras e espíritas, correspondendo-as ao Diabo e aos demônios. Portanto, no Brasil, quando as igrejas neopentecostais (ou as igrejas “neopentecostalizadas”) referem-se à “guerra santa”, estão denominando a batalha espiritual contra as entidades,

enfática da Teologia da Prosperidade”(Ibid., p. 36), ou seja, “invertem a postura pentecostal de rejeição à busca da riqueza, ao livre gozo do dinheiro, de status social e dos prazeres desse ‘mundo’ (Ibid., p. 44), afirmando o mundo em vez de rejeitá-lo, sendo fiel aos dízimos da igreja e dando grandes ofertas em nome de Deus, pois “é dando que se recebe”; e “3) liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidades”, rompendo com o legalismo pentecostal (Ibid., p. 36).

Outro fator de distinção, não menos relevante, é que tais igrejas se estruturam empresarialmente. A respeito disso, Mariano destaca que:

Elas verdadeiramente agem como empresas e, pelo menos algumas delas, possuem fins lucrativos. Resulta destas características a ruptura com os tradicionais sectarismo e ascetismo pentecostais [abandono do ascetismo intramundano]. Esta ruptura com o sectarismo e o ascetismo puritano constitui a principal distinção do neopentecostalismo. E isso representa uma mudança muito grande nos rumos do movimento pentecostal. A ponto de se poder dizer que o neopentecostalismo constitui a primeira vertente pentecostal de afirmação do mundo. (MARIANO, 2014, p.36).

O emprego da mentalidade de mercado, do marketing empresarial, pelas neopentecostais, também é uma característica destacada por Campos (2011), que considera que são formadas sob esta lógica empresas-religiosas e religiões-empresariais. Além das mudanças teológicas citadas anteriormente, o autor aponta também as mudanças na eclesiologia: as pequenas comunidades e redes de apoio mútuo foram esvaziadas e deram lugar aos auditórios, aos mega-tempos “onde produtos religiosos ou seus ingredientes são oferecidos para que cada um se sirva como quiser, uma espécie de *self-service* religioso” (CAMPOS, 2011, p. 521, grifo do autor). Segundo Campos:

[...] Esse pentecostalismo padronizou o ritual, centralizou o poder eclesiástico, fez dos pastores autoridades indiscutíveis, eliminou formas de governo de estilo representativo ou congregacional, colocando-se tudo nas mãos de uma liderança carismática (no sentido weberiano da palavra). Liturgicamente fez-se do serviço religioso uma fonte de alegria, descompressão psicológica, lugar da música e da dança, um tempo destinado a recarregar a consciência de otimismo, esperanças e utopias, deixando-se para fora do templo as misérias do mundo. [...] O *templo*, lugar sacralizado onde o ritual se desenvolve, é o “lugar da bênção”, o “endereço da felicidade”, o espaço em que se energizam fotografias de enfermos, roupas dos ausentes e sabonete para ser usado em banhos “purificadores” (contra os maus espíritos). Desse lugar irradia um “poder vibratório”. Um pastor da IURD afirmou na TV, que em seu templo até as “poltronas estão energizadas”, assim como a “pedra do

deuses e cultos afro-brasileiros e espíritas, ou seja, os inimigos desta guerra foram localizados nas religiões de matriz africana. Não negam seus símbolos e preceitos, mas os assimilam no processo de batalha para eliminá-los. Assim, apropriaram-se de forma inédita de elementos da cultura e da religiosidade popular brasileira, inserindo-os nos rituais de exorcismo e conversão de adeptos dos cultos afro-brasileiros e de outras religiões.

Sinai” e o “manto sagrado” consagrado num dos túmulos de Cristo. Há uma multiplicação dos sacramentos, pois a IURD também introduziu o pão com água, a rosa abençoada, o óleo ungido, o sal abençoado e tantas outras formas de se “tornar visível uma graça invisível”. Tudo se torna sagrado nesse culto-espetáculo, em que o ator principal – o pastor – joga peças do seu vestuário sobre as pessoas, derrubando-as no chão. [...] (Ibid., p. 521-522, grifo do autor).⁸⁹

Além destas características que a diferencia das demais, a terceira onda tem em comum com as duas anteriores: o antiecumenismo, líderes fortes dotados de grande prestígio, uso de meios de comunicação de massa, estímulo à expressividade emocional, participação política partidária (especialmente a partir dos anos 1980, como veremos adiante), pregação da cura divina, dentre outros elementos (MARIANO, 2014).

Portanto, identificamos elementos de continuidade e elementos de inovação e ruptura com as duas ondas anteriores. Isto deve ser levado em conta para a caracterização de uma igreja como neopentecostal, visto que não são todas as igrejas fundadas a partir da segunda metade da década de 1970 que comportam as características teológicas e comportamentais desta vertente. Assim como identificamos o processo de pentecostalização no protestantismo histórico, também é possível percebermos a incorporação de modismos teológicos e rituais bem-sucedidos das neopentecostais no protestantismo histórico e em igrejas características da primeira e da segunda onda. Este pode ser chamado de um processo de “neopentecostalização” (MARIANO, 2014). Desta maneira, segundo Mariano,

[...] quanto menos sectária e ascética e quanto mais liberal e tendente a investir em atividades extra-igreja (empresariais, políticas, culturais, assistenciais), sobretudo naquelas tradicionalmente rejeitadas ou reprovadas pelo pentecostalismo clássico, mais próxima tal hipotética igreja estará do espírito, do *ethos* e do modo de ser das componentes da vertente neopentecostal. (MARIANO, 2014, p. 37, grifo do autor).

Assim como as duas ondas anteriores, desde o seu início o neopentecostalismo teve forte influência dos movimentos oriundos dos Estados Unidos. Isso está na base da chegada e da difusão da Teologia da Prosperidade e da Teologia do Domínio no Brasil, traços fundantes do neopentecostalismo – que trataremos especificamente no próximo subcapítulo. Segundo Mariano, essa influência estrangeira:

[...] se dá por múltiplos canais: da literatura (livros de Kennet Hagin [fundador da Teologia da Prosperidade], T. L. Osborn, Frank Peretti, Don Gosset, Benny Hinn, Peter Wagner [principal difusor da Teologia do Domínio] e de outros autores

89 No subcapítulo sobre a Teologia da Prosperidade, trataremos sobre as correspondências entre esta e a ideologia neoliberal.

vinculados à Teologia da Prosperidade, à Confissão Positiva e à guerra espiritual são encontrados na maioria das livrarias evangélicas; aliás, a maior parte da literatura evangélica que circula no país provém do exterior), da vinda cada vez mais frequente de teólogos e pregadores estrangeiros e igualmente da ida de brasileiros para participar de seminários e cursar faculdades teológicas nos EUA. (MARIANO, 2014, p. 40-41).⁹⁰

Ainda sobre a influência estadunidense na chegada e expansão do neopentecostalismo no Brasil, destacamos que este processo também pode ser notado quando observamos os aparelhos privados de hegemonia paraeclesiais (interdenominacionais) que trouxeram suas filiais para o Brasil neste mesmo período. Dentre elas, destacamos a Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno (ADHONEP) e o Comitê Cristão de Homens de Negócio (CCHN, atual CMBC-Brasil).

A partir de análise em fontes primárias⁹¹, identificamos que a ADHONEP chegou ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1977 (mesmo ano de fundação da IURD), como filial da *Full Gospel Business Men's Fellowship International*, organização que, da sua fundação (em 1952, nos Estados Unidos) até o período, já estava presente em 176 países. Reestruturou-se em 1982 e começou a crescer no país. Em 1996, a ADHONEP tornou-se uma organização independente, também internacionalizada. Atualmente, possui mais de 1500 núcleos (chamados “capítulos”), reunindo milhares de membros em todos os estados do país. De forma genérica, também afirmam estender suas “atividades nas 3 Américas, Europa, Ásia, Oriente Médio, Emirados Árabes (base em Dubai) e África”⁹². Foi fundada e presidida pelo empresário do ramo de plástico e madeira, dono da indústria Plastigel, e também pastor, Custódio Rangel Pires, até a sua morte aos 90 anos, em 2012. Ele foi pastor da Assembleia de Deus (AD), onde foi diretor executivo da Casa Publicadora das Assembleias de Deus no Brasil, até fundar a sua própria igreja, o Centro Evangelístico Internacional, com sede na cidade de Niterói/RJ. Desde 2012, a ADHONEP é presidida por Altomir Regis da Cunha (que até então era o vice-presidente), também empresário no Rio de Janeiro. A sede internacional da ADHONEP fica na cidade de São Gonçalo/RJ.

Apesar de ser fundada por um pastor da AD – igreja precursora do pentecostalismo

90 O autor ainda cita uma extensa lista pastores e missionários estrangeiros, sobretudo norte-americanos, que vieram ao Brasil (alguns por diversas vezes) a convite de igrejas e associações paraeclesiais e conselhos de pastores para realizar palestras, conferências, cursos, dentre outros.

91 Materiais consultados obtidos em: <https://adhonep.org.br/> (website da organização), <https://www.adhonep.com.br/> (website da Editora e Livraria ADHONEP), acesso em 18/05/2022.

92 Em “Conheça a ADHONEP”, disponível em <https://adhonep.org.br/conheca-a-adhonep/>, acesso em 18/05/2022.

clássico no Brasil, vertente da primeira onda, a ADHONEP acomoda os interesses empresariais de cunho neoliberal com a difusão da Teologia da Prosperidade e utiliza também a Teologia do Domínio nas performances de testemunho nos eventos organizados (NASCIMENTO, 2009) – teologias que, como veremos adiante, são traços fundantes do neopentecostalismo, vertente da terceira onda pentecostal.

Também identificamos, a partir da análise das fontes primárias, que a ADHONEP apresenta como objetivos principais “difundir e incentivar a observação e prática de princípios sociais, éticos, morais, a valorização da instituição familiar, bem como a difusão de princípios espirituais cristãos, fundados na bíblia sagrada”⁹³. Mais do que o declarado, analisando objetivamente a sua trajetória, compreendemos que possui a função de articulação de empresários evangélicos de acordo com interesses comuns – como foi o caso da fundação da empresa de materiais hospitalares Aloés & Aloés pelos dirigentes da Associação – além de promover a articulação destes com parlamentares, prefeitos, governadores e presidentes do país, para a promoção de políticas públicas de acordo com os seus interesses empresariais e religiosos. Para isso, tem como estratégia a realização de eventos sociais (café da manhã, almoços, jantares) que possibilitam essa articulação, assim como treinamentos de líderes em diversas atividades de formação (como *workshops* e seminários), reuniões regionais e uma convenção internacional anual, realizada no Brasil. Segundo a organização, eles têm como público-alvo pessoas que são “formadoras de opinião”, “razão pela qual reúne empresários, profissionais liberais, autoridades civis e militares, executivos, esportistas, artistas, intelectuais e outras pessoas que, por razões as mais diversas, tornam-se excluídas das preciosas informações que envolvem os temas tratados nos eventos da Associação”⁹⁴.

Além da realização de eventos, a ADHONEP tem como estratégia a arrecadação de recursos financeiros: doações de voluntários a partir da associação de “clube” a partir de R\$300,00, sem limite máximo de valor⁹⁵; anuidades de sócios em distintas formas de associação, onde cada uma delas gera benefícios específicos em eventos e descontos na compra de produtos (a associação pode ser via pessoa física ou pessoa jurídica e os valores variam de R\$1.200,00 a R\$12.000,00)⁹⁶; e venda de produtos da loja da Editora ADHONEP, que publica

93 Em “Conheça a ADHONEP”, disponível em <https://adhonep.org.br/conheca-a-adhonep/>, acesso em 18/05/2022.

94 Ibid.

95 Informações obtidas em: <https://adhonep.com/clube/>, acessado em 19/05/2022.

96 Informações obtidas em: <https://adhonep.com/socio/> e <https://adhonep.org.br/socio-adhonep/>, acessados em 19/05/2022.

livros (dentre eles, diversas versões da Bíblia) e revistas, todos de produção e edição próprios (nos eventos alguns destes materiais também são distribuídos aos presentes). Todas estas informações e valores estão divulgados pela própria associação no período de coletas de dados realizados pela pesquisa em 2022. Assim, notamos que a Editora ADHONEP, além de ser uma empresa para arrecadação de fundos para a Associação, é também uma ferramenta-chave para a difusão da ideologia e das políticas defendidas pela Associação. Dentre os principais materiais, destacamos as revistas A Voz, A Voz Mulher e A Voz Jovem, que divulgam ‘testemunhos’ de empresários, empresárias e filhos de empresários convertidos ao protestantismo, com publicações em língua portuguesa, inglesa e espanhola.⁹⁷

Em relação à atuação política nas eleições presidenciais do país, a ADHONEP tem participação ativa. Segundo Freston (1993), as primeiras participações datam em 1985, quando apoiou a candidatura presidencial de Tancredo Neves (pela Coligação Aliança Democrática, eleito pelo voto indireto). Em 2002, identificamos que apoiou a candidatura de Anthony Garotinho, que naquela ocasião era o governador do estado do Rio de Janeiro (de janeiro de 1999 a abril de 2002), filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Antes de prosseguirmos, faremos um destaque fundamental, diante desta última aliança entre a ADHONEP e Anthony Garotinho, para ilustrarmos a natureza destas relações: durante a campanha presidencial de 2002, a associação pagou despesas de transporte e hospedagem do ex-governador em vários eventos e, depois, a empresa de Custódio Rangel Pires e Altomir Régis da Cunha (então presidente e vice-presidente da ADHONEP), Aloés & Aloés, recebeu R\$10 milhões do governo do estado em contrato de fornecimento de fraldas geriátricas ao Instituto Vital Brazil, responsável pelo programa Farmácia Popular.⁹⁸ Em 2018, Altomir da Cunha foi investigado em crime de sonegação fiscal e preso em investigação de fraude no fornecimento de fraldas: “De acordo com a Delegacia de Capturas da Polinter (DC-Polinter), Altomir Regis da Cunha superfaturava as fraldas geriátricas em mais de 225%, na gestão da ex-governadora Rosinha Garotinho [esposa de Anthony Garotinho]”⁹⁹.¹⁰⁰

97 Informações obtidas em: <https://www.adhonep.com.br/> (website da Editora e Livraria ADHONEP), acesso em 19/05/2022.

98 Cf. ROCHA e MENEZES (2006).

99 Em “Suspeito de participar de fraude em fornecimento de fraldas para o governo do Rio é preso”, Jornal O Dia, disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/02/5517432-suspeito-de-participar-de-fraude-em-fornecimento-de-fraldas-para-o-governo-do-rio-e-preso.html>, publicado em 26/02/2018, acessado em 20/05/2022.

100 Também identificamos a relação com outros governadores do estado do Rio de Janeiro, como foi o caso de Wilson Witzel (Partido Social Cristão, PSC, governou de 1 de janeiro de 2019 até seu impeachment em 30 de abril de 2021). Identificamos a relação através da análise do relatório da 36ª Convenção Internacional da

Em 2018, o presidente da República Michel Temer participou da 35ª Convenção Internacional da ADHONEP, evento registrado em sua agenda oficial (BRASIL, 2018, p. 178). Nas eleições presidenciais do mesmo ano, a ADHONEP não apoiou publicamente nenhuma candidatura, embora já tivesse relação de muita proximidade com Jair Messias Bolsonaro (então, no Partido Social Liberal, PSL, atualmente no Partido Liberal, PL) e com muitos de seus apoiadores¹⁰¹. Antes do presidente Jair Bolsonaro ser eleito e, posteriormente, indicar o pastor presbiteriano Milton Ribeiro como o terceiro Ministro da Educação de seu governo, a ADHONEP já promovia o nome do pastor, que participava ativamente, desde 2017, da presidência de eventos promovidos pela Associação.¹⁰² Já no governo do presidente Bolsonaro, a Associação manteve esta relação estreita com o Ministro da Educação Milton Ribeiro para articular políticas de seu interesse, o que pode ser identificado através da realização de eventos (almoços e jantares) e reuniões que constam na agenda oficial do Ministro¹⁰³ e da participação do mesmo na 37ª Convenção Internacional da ADHONEP em outubro de 2020¹⁰⁴, durante a pandemia da covid-19.

A outra organização (aparelho privado de hegemonia) paraeclesiástica que identificamos na estratégia de articulação que deriva da onda neopentecostal (e que também revela a influência estadunidense), já citada, é o Comitê Cristão de Homens de Negócio (CCHN), fundado em São Bernardo do Campo/SP, em 1990, que depois mudou o nome para CMBC-Brasil (*Connecting Business and Marketplace to Christ – Brasil*). É uma filial da *Christian Businessmen's Committee*, organização fundada em Chicago, em 1930, que depois modificou o nome para *Connecting Business and Marketplace to Christ – International*.¹⁰⁵ Segundo Mariano, a organização possui menos influência política do que a ADHONEP, mas possui estratégias semelhantes para “converter empresários, profissionais liberais e políticos”

ADHONEP, onde consta que Witzel discursou no evento. Disponível em <https://adhonep.org.br/portfolios/36a-convencao-internacional-da-adhonep-24-a-2707/>; acesso em 20/05/2022.

101 Na 34ª Convenção Internacional da ADHONEP, em 2017 – disponível em <https://adhonep.org.br/portfolios/34a-convencao-internacional-da-adhonep-2017-26-a-2907/>. Acesso em: 20/05/2022. Estavam presentes o então deputado federal Jair Bolsonaro e o, então, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, bispo da IURD (sobrinho do bispo Edir Macedo, fundador da IURD).

102 Como, por exemplo, o jantar com 80 empresários no Paraná em julho de 2017, disponível em <https://adhonep.org.br/jantar-em-santa-tereza-do-oeste-pr-capitulo-1287-0707/>. Acesso em: 20/05/2022.

103 Como, por exemplo, o almoço no Fórum da ADHONEP em 19 de março de 2021, no início da pandemia da covid-19 (BRASIL, 2019), e o jantar em 15 de junho de 2021, também na pandemia, disponível em <https://adhonep.org.br/dia-15-06-jantar-em-brasilia-df-as-20h30/>. Acessos em: 20/05/2022.

104 Informação obtida através da análise das fotos da 37ª Convenção Internacional da ADHONEP (ADHONEP, 2020).

105 Informações obtidas em: <https://cbmc.org.br/cbmc-brasil/> (website oficial da CBMC-Brasil), acesso em 20/05/2022.

(MARIANO, 2014, p. 40).

Ao observarmos a atuação de ambos aparelhos privados de hegemonia interdenominacionais, estadunidenses e com filiais no Brasil, percebemos que funcionam como uma potente estratégia de difusão ideológica a partir de interesses comuns das denominações que as compõem, possibilitando uma evangelização conjunta a partir de interesses político-ideológicos afins, além de promover a articulação entre igrejas evangélicas neopentecostais e seus representantes nas disputas no âmbito da sociedade civil e da sociedade política. Ainda, indicamos outra possível função desses APHs interdenominacionais: uma vez que as igrejas não se apresentam diretamente ou formalmente como plataformas políticas, estas organizações podem exercer a função de projeção de intelectuais representantes para a atuação na sociedade política.

Neste sentido, concordamos com Freston (1993) quando ele analisa que este tipo de organização pode expressar alianças e oposições que se sobrepõem às fronteiras denominacionais, possibilitando inclusive que denominações marginalizadas influenciem o conjunto do protestantismo em áreas e interesses específicos, podendo abrigar o trabalho de uma liderança ou abrir espaço para atividade de intelectuais que não estariam em evidência somente através de sua denominação de origem. Ou seja, em uma medida, permite uma dupla atuação (na igreja/denominação e na organização), possibilitando a ampliação do poder de alcance de líderes e denominações. Ainda, do ponto de vista da influência dos Estados Unidos, podem produzir atalhos entre a direita (e extrema direita) religiosa estadunidense e as bases protestantes brasileiras.

Porém, a partir do objetivo de compreendermos a abrangência da difusão e penetração religiosa (ideológica) neopentecostal, precisamos analisar, também, as novas estratégias produzidas no interior das denominações e por elas controladas, através de uma gama de aparelhos privados de hegemonia próprios, intermediando as ações, proposições e concepções de uma pedagogia da hegemonia evangélica, estabelecendo marcos e delimitações da participação política. Para isso, tomaremos a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como exemplo, por ser a maior e mais expressiva igreja neopentecostal, considerando que os seus novos métodos e procedimentos conformaram também as novas estratégias do conjunto das igrejas neopentecostais – e em larga escala também influenciam as igrejas/denominações pertencentes às outras vertentes, no que chamamos de processo de ‘neopentecostalização’. A respeito desta marca de inovação e decorrente crescimento, Mariano analisa que a forte inserção

na mídia e na política partidária, a competência administrativa, a vertiginosa expansão no Brasil e no exterior e a capacidade de mobilizar os fiéis “(...) não encontram paralelo na história de nenhuma outra grande denominação protestante brasileira” (MARIANO, 2014, p.54), o que fez com que em apenas duas décadas já ocupasse espaço entre as maiores igrejas evangélicas brasileiras.

Como apontamos, a IURD foi fundada em 1977 (em seus dois primeiros anos, com o nome de Igreja da Bênção) no bairro Abolição (Rio de Janeiro/RJ), a partir da saída de Edir Macedo e R. R. Soares da Igreja de Nova Vida (INV) – três anos depois, Soares saiu da IURD para fundar a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD). Na INV, os fundadores da IURD aprenderam com o missionário canadense Walter Robert McAlister as eficientes estratégias de evangelização através de canais de rádio, televisão, livros e sermões em grandes auditórios (FREESTON, 1993; MARIANO, 2014)¹⁰⁶. Destacamos que essas estratégias de usos de mídias, especialmente a radiofônica e a televisiva, foram parte fundamental para a larga difusão da IURD, nacionalmente e internacionalmente – sendo seguida pelas demais neopentecostais e diversas igrejas evangélicas das demais vertentes (CAMPOS, 2004). O grande investimento desta estratégia de produção de distintos aparelhos privados de hegemonia (APHs) pode ser observada desde os seus primórdios: em 1984, Edir Macedo comprou a Rádio Copacabana (a mesma que transmitia o programa de McAlister) e, em 1989, a Rede Record de Rádio e TV, esta última pelo valor de 45 milhões de dólares. A respeito dessa segunda compra, Mariano apurou que:

[...] Para comprar esta tradicional, porém decadente e virtualmente falida rede de televisão – com uma dívida na faixa de 300 milhões de dólares, posteriormente quitada –, a liderança da igreja, oculta na transação, feita por testas-de-ferro, não mediu esforços, ou melhor, sacrifícios. Realizou a campanha ‘Sacrifício de Isaac’, na qual seus pastores doaram cinco salários mensais, carros, casas e apartamentos. Com o mesmo espírito de renúncia e despojamento, fiéis de todo o país foram convocados a participar do sacrifício, doando, além dos dízimos e ofertas, jóias, poupança e propriedades. Desde então a Universal não parou mais de fazer aquisições e negócios milionários. (MARIANO, 2014, p. 66).

A partir desse marco na produção audiovisual, após um período de investimento e difusão, em 2007 a IURD passou a controlar a maior parte das concessões de televisão do país através do Grupo Record, ultrapassando o Grupo Globo em número de emissoras próprias.¹⁰⁷

106 Nota-se que, além da INV, outras igrejas deuteropentecostais, como a Brasil Para Cristo (1955) e a Deus é Amor (1962) também adotaram a estratégia de evangelização via uso da mídia radiofônica (CAMPOS, 2004).

107 Cf. LOBATO (2007).

Através da análise de fontes primárias nos *websites* oficiais da IURD, identificamos que, em 2016, foi criada a plataforma de *streaming* Univer Vídeo, que oferece filmes, documentários, cursos, programas semanais e transmissões ao vivo. Segundo a IURD, “Por mês, a plataforma recebe cerca de 8 milhões de acessos, sendo 1 milhão pelo site e quase 7 milhões por meio de aplicativos. Desse total, 85% no Brasil e 15% fora do País.” e os acessos ocorrem através de qualquer dispositivo conectado à internet (computadores, tablets, celulares e tvs).¹⁰⁸ Em 2021, foi inaugurada a TV Templo, disponível em canal aberto na cidade de São Paulo/SP e em formato de *streaming* pelo site oficial do Templo de Salomão – adiante, trataremos sobre a construção deste templo, cuja obra foi concluída em 2014 e hoje é a sede mundial da IURD e residência de Edir Macedo e sua família, em um apartamento de mil metros quadrados localizado cobertura do edifício.¹⁰⁹

Além destes APHs que foram redes adquiridas por Edir Macedo e modificadas em forma e conteúdo de acordo com os interesses da IURD, e os que foram criados também para a produção audiovisual, a igreja fundou muitas outras empresas e organizações próprias que também adquiriram a função de APHs. Através da análise de fontes primárias disponíveis no portal Universal.org (*website* oficial que reúne reportagens próprias além de republicar materiais de outros APHs) e dos *websites* dos APHs identificados (devidamente apontados nas notas de rodapé), realizamos o levantamento destas organizações e estratégias.

Ainda no âmbito das mídias radiofônicas, identificamos a Rede Aleluia (que incorporou a Rádio Copacabana), criada em 1998, que funciona como uma ampla rede de emissoras de rádio. Segundo a IURD, “Depois de 23 anos, o veículo de pregação mais antigo da Universal conta com 92 rádios em território nacional, localizadas em 71 cidades, abrange mais de 80% do País e tem alcance estimado de 146 milhões de pessoas.”¹¹⁰

Nas mídias impressas, identificamos o jornal semanal Folha Universal, criado em 1992, que consolidou-se como o seu principal veículo impresso. Com distribuição gratuita nas igrejas e também em ruas, presídios, hospitais e eventos, atualmente a tiragem é de cerca 1,7 milhão

108 Os dados sobre Univer Vídeo foram obtidos em “Univer Vídeo completa 4 anos com catálogo renovado e milhões de acessos no mundo todo”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/univer-video-completa-4-anos-com-catalogo-renovado-e-milhoes-de-acessos-no-mundo-todo/>, publicado em 04/06/2022, e no *website* oficial da plataforma Univer Vídeo, <https://www.univervideo.com/>, ambos acessados em 26/05/2022.

109 Os dados sobre a TV Templo foram obtidos em “Conheça a TV Templo”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/tv-templo-e-inaugurada/>, publicado em 02/03/2021, e no *website* oficial do Templo de Salomão, <https://www.otemplodesalomao.com/>. Acessos em: 26/05/2022.

110 Em “O Evangelho pelas ondas do rádio”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/o-evangelho-pelas-ondas-do-radio/>, publicado em 31/10/2021. Acesso em: 25/05/2022.

de exemplares a cada edição, que contém 32 páginas divididas em diversas seções.¹¹¹ Nas palavras do próprio Edir Macedo, a importância do jornal se deve ao fato de chegar onde o rádio, a televisão e a internet não chegam e, além disso, também veicula reportagens “seculares” que “[...] nos atualizam e, muitas vezes, abrem nossos olhos para certas verdades. Elas alertam a todos nós para o que não vemos nos demais jornais e revistas que, maldosamente e sem escrúpulos, manipulam a informação por preconceito ou por outros interesses escusos” (Ibid.). Neste sentido, notamos que o jornal é um importante instrumento para a igreja no processo de disputa da opinião pública e do senso comum – no sentido gramsciano, como apresentado no capítulo I – acerca de questões de todas as ordens, tal como a política, a ciência, dentre outras, a partir de sua visão de mundo.

Além da Folha Universal, também destacamos a revista trimestral Renovação, publicada em conjunto com outras igrejas através da Unigrejas (União Nacional das Igrejas e Pastores Evangélicos, organização fundada em 2018), voltada especificamente para a formação de líderes evangélicos (assim como a própria Unigrejas).¹¹² Ainda no âmbito dos materiais impressos, a IURD criou a Editora Unipro, em 1980, que além de editora é também uma gráfica. Ela é responsável pelas publicações de agendas, revistas e livros da igreja, cujos principais autores são Edir Macedo, sua esposa Ester Bezerra, seu genro Renato Cardoso, sua filha Cristiane Cardoso e outros líderes da própria IURD.¹¹³ Para a venda destes e outros produtos, em 2006 a IURD criou a ArcaCenter – inicialmente como uma loja virtual com tele vendas e vendas online e em 2017 também com uma loja física em São Paulo.¹¹⁴ Na loja também são vendidos produtos dos chamados ‘grupos’ da IURD.

Dentre estes ‘grupos’, que funcionam através trabalhos de formação e ação, cada um deles voltado para um público-alvo ou ações específicas, selecionamos e destacamos alguns a partir de nosso levantamento. O Grupo Arimatéia, fundado em 2018 (no período das eleições daquele ano), possui cerca de 28 mil voluntários e é destinado à formação de eleitores para que

111 IGREJA UNIVERSAL (2022).

112 Dados sobre a revista Renovação e a Unigrejas obtidos em “Unigrejas lança revista para líderes evangélicos”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/unigrejas-lanca-revista-para-lideres-evangelicos-3/>, publicado em 27/05/2019, e no *website* oficial do Unigrejas, <https://www.unigrejas.com/>, ambos acessados em 25/05/2022.

113 Dados sobre a Editora Unipro obtidos em “O alcance das mídias sociais”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/midias-sociais/>, publicado em 06/07/2017, e no *website* oficial da Unipro, <https://unipro.com.br/>, ambos acessados em 26/05/2022.

114 Dados sobre a ArcaCenter obtidos em “O alcance das mídias sociais”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/midias-sociais/>, publicado em 06/07/2017, e no *website* oficial da ArcaCenter, <https://arcacenter.com.br/>, acessados em 26/5/2022.

votem em candidatos nas eleições municipais, estaduais e nacionais que defendam e promovam políticas e projetos de lei que sejam de interesse da IURD.¹¹⁵ O EvangelizAção Universal, criado desde a fundação da igreja, possui cerca de 260 mil voluntários (chamados de ‘obreiros’ na hierarquia da IURD) voltados para o trabalho de evangelização em áreas e populações específicas, como com povos indígenas, pessoas hospitalizadas ou acamadas em casa, pessoas em situação de rua; pessoas em situação de luto familiar, pessoas usuárias de drogas que necessitam de assistência social, dentre outros.¹¹⁶ O Força Jovem Universal (FJU)¹¹⁷, criado em 1977 (ano de fundação da IURD), voltado para o público jovem, organiza encontros semanais em igrejas de todo o país, além de uma série de eventos e projetos voltados para públicos jovens específicos, atuando especialmente através de redes sociais e mídias digitais – para se ter dimensão do alcance deste investimento, segundo o *website* oficial da organização, atualmente o FJU está presente em mais de 100 países, com 250 mil integrantes e tem o total de 3 milhões de seguidores em todas as redes sociais.¹¹⁸ Em formato similar, mas voltado especificamente para pessoas de 11 a 14 anos, identificamos o programa Força Teen Universal.¹¹⁹

Outra iniciativa da IURD foi a criação do Universal em Presídios, voltado para a evangelização de adultos que cumprem penas em presídios no sistema carcerário brasileiro, criado no final da década de 1980. Segundo a IURD, atualmente o trabalho é realizado por cerca de 8 mil voluntários (bispos, pastores e obreiros). Em números, destacamos os dados sobre o programa divulgados pela IURD apenas sobre o ano de 2016, onde o programa alcançou 498 mil detentos, o que representaria cerca 80% da população carcerária de todo o país naquele ano: foram distribuídos livros e Bíblias (301 mil), exemplares do jornal Folha Universal (968 mil) e do Hora da Mudança (129 mil), kits de higiene, roupas, cestas básicas e brinquedos (21 mil), foram feitas sessões de exibição do filme “Os Dez Mandamentos” (que atingiu 53 mil pessoas presas), além de oferecer cafés da manhã e assistência jurídica para cerca de 340 mil familiares

115 Dados sobre o Grupo Arimatéia obtidos em: “Você conhece o grupo Arimatéia?”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/voce-conhece-o-grupo-arimateia/>, publicado em 16/08/2022, acessado em 26/05/2022.

116 Dados sobre o EvangelizAção Universal obtidos em “A missão do Grupo Evangelização”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/evg/>, publicado em 06/07/2017, acessado em 26/05/2022.

117 Um projeto criado pelo FJU, em 2015, foi o Gladiadores do Altar, que gerou grande polêmica nas redes sociais depois de postagens de fotos e vídeos de homens jovens enfileirados com práticas militares.

118 Dados sobre a Força Jovem Universal obtidos no *website* oficial do grupo Força Jovem Universal, <https://forcajovemuniversal.com/>, acessado em 26/05/2022.

119 Dados sobre o Força Teen Universal obtidos em “Como o Força Teen Universal ajuda os pré-adolescentes”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/como-o-forca-teen-universal-ajuda-os-pre-adolescentes/>, publicado em 23/07/2018, acessado em 26/05/2016.

de pessoas encarceradas – são números que nos revelam o tamanho do investimento da IURD também neste programa, que é estendido à evangelização das famílias.¹²⁰ Outro programa, similar ao anterior, é o Universal Socioeducativo, criado no início da década de 1990, voltado para a evangelização de jovens menores de idade que cumprem medidas socioeducativas em todo o país. Segundo a própria IURD, a organização, que antes atuava nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, intensificou suas atividades para todo o país e para o exterior a partir de 2017: “Atualmente, as atividades desenvolvidas com os menores infratores são realizadas por 3 mil voluntários em 360 unidades socioeducativas das 476 existentes em todo o Brasil.”¹²¹

Outros programas, como o Depressão Tem Cura e o Vício Tem Cura, também são destacados pelo alcance de indivíduos e familiares de pessoas com depressão e adictos – o programa é voltado especialmente para usuários de álcool, crack e cocaína, mas também identificamos nos materiais de campanha o incentivo ao tratamento contra o uso de maconha por ser considerada pela IURD uma “droga de entrada para o consumo de outras drogas”. Também identificamos que a IURD inclui o combate ao uso de drogas no âmbito da “batalha espiritual”, ou seja, associa os vícios à presença do Diabo, de demônios ou espíritos malignos, o que os leva à defesa de que o tratamento e a cura estariam, portanto, não no âmbito do tratamento médico e de profissionais da área da saúde, mas no plano do tratamento espiritual: “Todo vício é um espírito, e todo espírito pode ser arrancado, por isso a cura é real. Temos a direção para você que sofre com o vício, seja direta ou indiretamente, sair dessa prisão infernal.”. Assim, realizam a evangelização e o batismo de pessoas sob o argumento da salvação de suas doenças físicas e psíquicas.¹²²

Além destes programas, também destacamos outros de similar amplitude de atuação dos anteriores, tais como o Terapia do Amor, Escola do Amor, Mitos e Verdades, Godllywood, IntelliMen, Grupo da Saúde Universal, UniSocial, Grupo Caleb Universal, e Escola Bíblica Infantil.¹²³

120 Dados sobre o programa Universal em Presídios obtidos em: “Universal transforma vidas dentro e fora de presídios brasileiros”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/universal-transforma-vidas-dentro-e-fora-dos-presidios-brasileiros/>, publicado em 27/01/2017, acessado em 26/05/2022.

121 Dados sobre o Universal Socioeducativo obtidos em: “Você já conhece o programa do Universal Socioeducativo nas redes sociais?”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/voce-ja-conhece-o-programa-do-universal-socioeducativo-na-rede-social/>, publicado em 26/04/2018, acessado em 26/05/2022.

122 Dados sobre os programas Depressão Tem Cura e Vício Tem Cura obtidos em: “Grupo Depressão tem cura combate o problema da alma em todo o país”, disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/grupo-depressao-tem-cura-combate-o-problema-da-alma-em-todo-o-pais/>, publicado em 08/07/2020; e no *website* oficial do programa Vício Tem Cura, <https://www.universal.org/vicio-tem-cura/> e em sua aba “Maconha”, <https://www.universal.org/vicio-tem-cura/tipos-de-vicio/maconha/>, todos acessados em 26/05/2022.

123 Em virtude da escassez de tempo diante das demais tarefas da pesquisa, optou-se por adiar o levantamento

Além destes APHs levantados, também nos chama atenção os múltiplos ramos de atuação empresarial da IURD. Através do levantamento feito por Mariano (2014), é possível identificar que o crescimento da igreja também se deve à sua atuação nos setores financeiro, imobiliário, construção civil, turismo, tecnologia, consultoria, seguros, indústria fonográfica e audiovisual e até na indústria de móveis:

Além do Banco de Crédito Metropolitano (antigo Banco Dime, adquirido por três milhões de dólares em novembro de 1991), das emissoras de TV e rádio e dos jornais, a Universal possui diversas outras empresas, dentre elas: Unimetro Empreendimentos, Cremo Empreendimentos, New Tour (agência de viagens), Uni Line (processamento de dados), Unitec (construtora), Uni Corretora (seguradora), Line Records (gravadora), Frame (produtora de vídeos), Ivestiholding Limited (com sede nas Ilhas Cayman), Editora Gráfica Universal Ltda., Ediminas S/A (BH), uma fábrica de móveis (que faz os bancos da igreja). (MARIANO, 2014, p. 67).¹²⁴

Todo esse vasto investimento, apresentado aqui de forma destacada – porém resumida, dada a magnitude do número de organizações, programas, campanhas, projetos, empresas, dentre outros investimentos – produziu de fato uma gigantesca máquina empresarial-religiosa.¹²⁵ Os atuais números da IURD não deixam dúvidas sobre a sua representatividade destacada no âmbito das neopentecostais (e protestantes de uma maneira geral): em número de membros, é a maior igreja neopentecostal e também a quarta maior igreja dentre as evangélicas, com 1,87 milhão de fiéis, segundo os dados do Censo 2010. Já segundo os dados fornecidos pela própria IURD, o número de “fiéis e simpatizantes” estaria em torno de 7 milhões no Brasil e 2,9 milhões em outros 134 países dos cinco continentes; em número de templos, seriam 8.773 no Brasil e 3.559 nos demais países, realizando o trabalho de evangelização com cerca de 17 mil bispos e pastores.¹²⁶ Contudo, assim como no caso da divulgação de dados sobre as mídias digitais e rede televisiva por parte da própria igreja, devemos considerar que não são dados

de dados dessas organizações e realizá-lo em estudos futuros.

124 Assim como o ponto anterior, em virtude da escassez de tempo diante da data da banca de qualificação, optou-se por adiar o levantamento de dados dessas e de outras empresas (tal como o Banco Rener) e apresentá-los no material final da tese.

125 Neste ponto, até a finalização de nosso estudo, não chegamos a uma definição acerca da caracterização da IURD, considerando o nosso referencial gramsciano. Tendo em vista que é um conglomerado de empresas, e ao mesmo tempo reúne um conjunto de APHs, como classificá-la? É uma empresa, um conjunto de empresas, um partido? A presença de diversas frações em sua ampla composição estrutural dificulta a identificação da fração dirigente (para além da identificação das lideranças já apontadas em sua hierarquia). Considerando ser possível a identificação de um grupo dirigente, tendemos à caracterização de partido; mas, ao mesmo tempo, consideramos o risco dessa definição ser insuficiente dada a grandeza estrutural da IURD. Em suma, este é um ponto de análise que desenvolveremos em estudos futuros.

126 Em “Universal completa 43 anos com mais de 10 milhões de fiéis pelo mundo”, disponível em <https://noticias.r7.com/brasil/universal-completa-43-anos-com-10-milhoes-de-fieis-pelo-mundo-09072020>, publicado em 09/07/2020, acessado em 25/05/2022.

oficiais e que, contrastados aos dados oficiais (tal como o do Censo), indicam a possibilidade de que tenham passado por um aumento significativo, considerando o seu significado diante do objetivo de aumento do poder político nas disputas externas entre a liderança dos evangélicos. Neste sentido, esse aspecto deve ser considerado em todos os dados apresentados nessa seção.

Assim, no próximo subcapítulo, apresentaremos e analisaremos a Teologia do Domínio e a Teologia da Prosperidade, difundidas pela IURD e pelas demais denominações neopentecostais que as sucederam, para compreendermos, através da primeira, como as novas práticas introduzidas por ela produziram novas feições no ultraconservadorismo no Brasil e, através da segunda, como estas igrejas realizaram os ajustes neoliberais à religião (enquanto forma de ideologia), bem como os ajustes da religião ao neoliberalismo.

2.3 Teologia do Domínio e Teologia da Prosperidade: do ultraconservadorismo aos ajustes neoliberais

Neste subcapítulo, trataremos sobre a Teologia do Domínio e a Teologia da prosperidade, ambas trazidas dos EUA e adaptadas à realidade brasileira pelas igrejas neopentecostais, mas que passaram a ser difundidas e ajustadas também por grande parte das igrejas das demais variantes pentecostais e por grande parte das igrejas protestantes históricas renovadas.

A Teologia do Domínio¹²⁷ – *Dominion Theology*, termo forjado nos Estados Unidos nos anos 1980 – “envolve tudo o que se refere a luta do cristão contra o Diabo”, neste caso também relacionada, especialmente, à batalha permanente contra demônios específicos, os chamados espíritos territoriais e hereditários – no Brasil identificados aos santos católicos e às entidades mediúnicas (MARIANO, 2014, p. 137). Neste sentido, é uma nova concepção da ideia conhecida e caracterizada (pelos próprios neopentecostais e pesquisadores) como “batalha espiritual” (ou “guerra espiritual”) permanente entre Deus e o Diabo pelo domínio da

127 Em estudos futuros, pretendemos desenvolver um maior aprofundamento acerca das duas teologias e suas implicações. Para a Teologia do Domínio, a partir do levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES, a partir da busca com as palavras-chave “guerra espiritual” e “Teologia do Domínio”, dentre as 10 dissertações e 5 teses, identifiquei a pertinência de dois trabalhos: a dissertação de Matheus Gomes de Souza, *A “guerra espiritual” no Brasil: apropriações do imaginário religioso no pentecostalismo brasileiro* (2017) e a dissertação de Nina Gabriela Rosas de Castro, *“Dominação” do Brasil: música, mídia e gênero no caso do Diante do Trono* (2015). No presente estudo, essa bibliografia não foi inserida devido ao fator tempo e ao recorte necessário de acordo com nossos objetivos.

humanidade (Ibid., p. 109-146). Essa nova concepção (radicalizada) foi trazida ao país no início dos anos 1990 e penetrou amplamente nas igrejas de todas as variantes do pentecostalismo (especialmente as neopentecostais), assim como nos demais setores evangélicos históricos renovados e nas instituições paraeclesiais. A seguir, apresentaremos essas ideias de forma específica.

A guerra ou batalha espiritual, para os neopentecostais, implica em concepções de “bem” e “mal” que derivam do dualismo hierárquico presente no cerne da doutrina cristã¹²⁸. Segundo Mariano (2003), de uma forma geral,

[...] Para eles, o mal consiste, sobretudo, nas doenças, nos baixos salários, no desemprego, na briga entre cônjuges, no desentendimento entre pais e filhos, na separação amorosa, no alcoolismo, no vício, na solidão, na depressão, enfim, nos mais distintos problemas que afetam os seres humanos. Eles responsabilizam o diabo e os demônios por todos os males. Daí a justificativa para a necessidade de combatê-los. Por conta dessa interpretação religiosa dos males sociais, individuais e coletivos, o ritual exorcista se transmuta na libertação dos malefícios que afligem o possessor. Libertar-se do demônio, portanto, equivale a libertar-se dos males causados pelo demônio expulso. (MARIANO, 2003, p. 24).

Já “o bem”, para eles, consiste na prosperidade material, na saúde física, na felicidade pessoal e familiar, no sucesso profissional e na vitória dos empreendimentos terrenos, bênçãos prometidas e concedidas por Deus aos cristãos de fé (Ibid., p. 24). Sob essa perspectiva, os neopentecostais hipertrofiaram a guerra espiritual, defendendo que o que se passa no “mundo material” é resultado da guerra entre as forças divina e demoníaca no “mundo espiritual”, que não estaria “circunscrita apenas a Deus/anjos X Diabo/demônios” (MARIANO, 2014, p. 113). Assim, os seres humanos participariam ativamente dessa guerra, tendo consciência ou não, e os cristãos teriam o dever de se engajar para combater as forças das trevas para realizar a obra divina, revertendo as obras do mal no “mundo material” por meio do vínculo de fé com as forças divinas (Ibid.) – no limite, todos os seres humanos necessitariam se submeter aos rituais de libertação para poder se juntar a Deus (MARIANO, 2003, p. 26).

Nesta visão, os adeptos da “guerra espiritual” (adensada e atualizada pela Teologia do Domínio) passaram a difundir a ideia de que seria preciso permanentemente identificar o Satanás para derrotá-lo. E onde e como ele agiria? Segundo o levantamento feito por Mariano,

128 “De um lado, o diabo integra o dogma central do cristianismo: o da queda do homem, do pecado original e da redenção humana pela morte do Messias na cruz. De outro, Cristo não só expulsou os demônios e se opôs diretamente ao diabo, pelo qual foi tentado, como veio ao mundo para salvar a humanidade do poder dele.” (MARIANO, 2003, p. 25).

os líderes neopentecostais (especialmente da IURD e da IIGD, Edir Macedo e R.R. Soares, respectivamente) pregam que a extensão da ação diabólica é quase ilimitada e se dá através de “milhares de agências no mundo”, que poderiam ser religiões, a arte, a atividade intelectual, a psicologia, dentre outras. Neste sentido, identificam as religiões afro-brasileiras e kardecista como os “principais canais de atuação dos demônios” no território brasileiro (MARIANO, 2003, 2014). Assim, os principais inimigos dessa “batalha espiritual” foram inicialmente apontados.

Se os evangélicos identificam as entidades da umbanda, os deuses do candomblé e os espíritos do kardecismo com os demônios, os neopentecostais vão bem mais longe ao vê-los como responsáveis diretos por uma infinidade de males, infortúnios e sofrimentos. A partir disso, o combate à macumba, aos exus, guias, pretos-velhos e orixás tornou-se um de seus principais pilares doutrinários. Mas para que esse diálogo contrastivo com os adversários fosse possível, além de se basearem na dogmática pentecostal tradicional, aproveitaram tanto o medo da macumba, da feitiçaria, da magia negra e de certos preconceitos presentes no imaginário e na memória popular quanto a própria expansão, visibilidade pública e influência cultural dos cultos brasileiros. Superestimadas numericamente pelos crentes, as religiões mediúnicas constam entre seus maiores concorrentes no mercado de soluções simbólicas e prestação de serviços religiosos para as massas. Daí serem encaradas como obstáculo à expansão do Evangelho, desafio evangelístico a ser vencido no terreno da guerra espiritual. (MARIANO, 2014, p. 115-116).

Nesse movimento de ofensiva, a hostilidade aos cultos afro-brasileiros – prática histórica do cristianismo no país – foi acentuada. Pastores, obreiros e fiéis neopentecostais saíram da esfera discursiva (que se restringia às igrejas pentecostais precedentes) e começaram a fazer sistemáticas missões de ataque aos supostos representantes terrenos do diabo, ultrapassando as paredes dos templos e protagonizando casos de invasões de centros e terreiros, de imposições forçadas da Bíblia, de agressões físicas a adeptos de cultos afro-brasileiros e espíritas e até mesmo de prática de cárcere privado. Esse processo de ofensiva foi observado na segunda metade da década de 1980 e ganhou nova acentuação de violência no início da década de 1990 com a Teologia do Domínio. Posteriormente, pressionados por inquéritos policiais e processos judiciais movidos pelas vítimas contra os líderes e igrejas, as armas e estratégias de combate neopentecostais passaram por um recuo, em aparência, nas duas décadas seguintes. (MARIANO, 2003; 2014)

Destacamos que, como desdobramento deste processo, a partir dos anos 2010, observamos o aumento e o agravamento dos casos de intolerância religiosa e racismo

religioso¹²⁹ através de atos de violência praticados por grupos pentecostais e neopentecostais contra templos, objetos de culto e pessoas. Em um levantamento feito entre 2011 e 2015 – publicado pelo Ministério dos Direitos Humanos, em 2018 – consta que foram registrados 965 casos de intolerância religiosa no país, sendo o estado do Rio de Janeiro¹³⁰ com o maior número de casos. Entre os tipos de violência por motivação religiosa no levantamento estão a violência psicológica, física, relativa à prática de atos ou ritos (atos que restringem ou impedem a prática de atos ou ritos religiosos), moral (calúnia, difamação e injúria), institucional, patrimonial e negligência. Quando observamos o número de casos por ano, vemos que há um aumento progressivo, sendo 49 a quantidade inicial de casos no ano de 2011, e 313 o número em 2015, o que revela um crescimento de 639% ao longo de todo o período. No mesmo levantamento, consta o registro de 45 espaços de religiões de matriz africana que sofreram ataques, em comparação aos 22 espaços católicos e aos 3 evangélicos no mesmo período. (FONSECA, 2018).

Nos últimos anos, já no governo do presidente Jair Bolsonaro, a ofensiva da “guerra espiritual” através da prática de crimes de violência contra religiões de matriz africana cresceu ainda mais. Em 2021, no estado do Rio de Janeiro, ataques a cultos religiosos cresceram em 43%.¹³¹ O mesmo estudo mostrou que 91% do total de casos de intolerância religiosa foram ataques a religiões afro-brasileiras; e que 56% dos agressores identificados estão ligados a igrejas evangélicas (TRIGUEIRO, 2022). No estado de São Paulo, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, em 2018 foram registrados 3.290 casos de intolerância religiosa, número que foi crescendo nos anos seguintes até chegar em 2021 com cerca cinco vezes mais casos, em um total de 15.296 ocorrências (Ibid.). Em nossa compreensão, estes dados também são fundamentais para a nossa análise sobre o processo de escalada do fascismo no país, pois correspondem à participação do segmento evangélico neste processo em aliança ao bolsonarismo – que difunde, de mãos dadas com o segmento evangélico, o racismo religioso. Sobre este aspecto da fascistização, tratamos de forma aprofundada no capítulo IV.

129 “De forma geral, o termo ‘racismo religioso’ tem sido caracterizado, no Brasil, por preconceito e/ou ato de violência contra adeptos das religiões de matriz africana, que são os principais alvos de violência religiosa no país.” (ROCHA, 2022, s/p)

130 A invasão e a destruição de terreiros, centros e igrejas de outras religiões, no caso do Rio de Janeiro, de acordo com as denúncias das vítimas, também tem a autoria de narcotraficantes e milicianos frequentadores de igrejas evangélicas.

131 Dado obtido em “Número de ataques a cultos religiosos no Rio de Janeiro sobre 43%”, publicado pelo jornal Folha de S. Paulo em 21/01/2022, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/ataques-a-cultos-religiosos-crescem-no-rio-de-janeiro.shtml>, acessado em 24/06/2022.

Concordamos com Mariano (2003; 2014) quando ele destaca que toda esta violência, promovida e acirrada pela “guerra espiritual” no “mundo material”, que apresentam na linha de frente as igrejas neopentecostais – especialmente a IURD e a IIGD –, ocorreu também com a incorporação de elementos da visão de mundo das religiões afro-brasileiras em seus próprios cultos e doutrinas. Ainda segundo Mariano, ao passo que no cotidiano realizam rituais de descarrego, exorcizam possessos e retiram encostos, de certa forma, às avessas, legitimam a experiência religiosa do outro e assimilam algumas de suas crenças, práticas e características. A IURD e a IIGD, por exemplo, mediante pagamento de ofertas estipuladas, distribuem objetos dotados de poderes mágicos e terapêuticos¹³². Outros exemplos são vastos:

Numa referência à umbanda, a Universal realiza vez ou outra, mas sempre às sextas-feiras [atualmente, também nas terças], ritual de descarrego [ou chamados oficialmente de “cultos da libertação”], no qual os fiéis, para serem libertos, são aspergidos com galhos de arruda, molhados em bacias de água benta e sal. A arruda às vezes é conduzida pelo fiel para captar o mal presente em casa e nos moradores, sendo depois levada de volta ao templo para ser queimada. Faz ainda rituais de “fechamento de corpo”, típico da umbanda, e a “corrente da mesa branca”, que, pelo nome, evoca o kardecismo. Nessa corrente, coloca uma mesa branca diante do púlpito com copo de água benta no centro. Em fila indiana, os fiéis caminham e passam a mão sobre a mesa ungida e depois na cabeça, ou na parte enferma do corpo, para retirar os maus fluidos, libertar-se dos infortúnios que os acometem. (MARIANO, 2014, p. 135).

Diante destes apontamentos, concordamos com o autor quando analisa que este sincretismo “decorre da deliberada disposição dessas igrejas a se adaptarem à mentalidade e ao simbolismo religioso brasileiros. Atitude deliberada que encerra clara estratégia para maximizar a eficiência de seu proselitismo” (MARIANO, 2003, p. 30). Em suma, percebemos que a combinação dessas estratégias apontadas – a de perseguição às religiões de matriz africana e, ao mesmo tempo, a de assimilação de ritos e símbolos oriundos dessas religiões – nos revelam um arranjo de atuação nos sentidos da coerção e da conversão (ou de formação para o consenso, segundo o referencial gramsciano).¹³³

132 “[...] Universal e Internacional, mediante pagamento de ofertas estipuladas, distribuem aos fiéis rosa, azeite do amor, perfume do amor, pó do amor, saquinho de sal, arruda, sal grosso, aliança, lenço, frasquinhos de água do Rio Jordão e de óleo do Monte das Oliveiras, nota abençoada (fotocópia de cédula benzida), areia da praia do Mar da Galiléia, água fluidificada, cruz, chave, presente, sabonete. Tal como na umbanda e no catolicismo popular, recomenda-se que eles sejam ora colocados na comida, ora jogados num rio, ora passados no corpo, ora guardados na carteira, carregados no bolso e daí por diante.” (MARIANO, 2014, p. 134).

133 Consideramos que este movimento é orientado e promovido pela direção das principais igrejas neopentecostais. Todavia, existem movimentos de resistência e combate à intolerância religiosa que são protagonizados por fiéis e pastores dissidentes. Estes últimos têm ganhado mais espaço na grande mídia nos últimos anos, especialmente através de divulgação de manifestos contrários à candidatura de Jair Bolsonaro (no período das eleições presidenciais em 2018) e, posteriormente, às políticas de seu governo.

Antes de prosseguir, para melhor compreensão do sentido e da dimensão estratégica da perseguição às religiões de matriz africana (do racismo religioso) através da atuação do segmento evangélico, retomamos o ponto do aspecto da nova concepção trazida pela Teologia do Domínio para especificar o que denominam como “espíritos territoriais” e “espíritos hereditários” (ou “de geração”). Conforme apontamos, foi nos anos 1990 que novas concepções de batalha espiritual, formuladas originalmente nos Estados Unidos, adentraram no Brasil. Isso ocorreu especialmente através das igrejas neopentecostais Renascer em Cristo e a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra¹³⁴, dentre outras. Essa nova formulação ocorreu no *Fuller Theological Seminary School of World Mission* (EUA), onde Peter Wagner, principal formulador e difusor da *Dominion Theology*, fundou a Rede Internacional de Guerra Espiritual¹³⁵ (em 1990, em Pasadena, Califórnia, EUA), que estabeleceu que a guerra espiritual também precisava ser travada contra os espíritos territoriais e os hereditários. (MARIANO, 2003; 2014).

No Brasil, os espíritos territoriais são identificados aos santos católicos, pelo fato de muitos deles darem nomes a cidades e às entidades das religiões mediúnicas. Desta forma, uma das estratégias que passaram a ser adotadas para a “libertação” foram as chamadas caminhadas ou marchas de oração, justificadas pelo objetivo de “amarrar” e “expulsar os demônios” de cada determinada localidade. Já os espíritos hereditários, ou de geração, seriam aqueles responsáveis pelas maldições de família. Mas vai além: muitas vezes a explicação baseada na crença da maldição hereditária também é utilizada para justificar problemas individuais como as doenças congênitas, as orações não atendidas, vícios e, até mesmo, problemas econômicos e sociais, tais como a violência, as guerras, a desigualdade, a injustiça e crises econômicas. (MARIANO, 2003; 2014).

Percebemos que essas novas crenças produziram uma renovação no repertório de justificativas sobre os problemas econômicos e sociais, o que gerou também um novo repertório

134 Ambas estão profundamente comprometidas com a guerra espiritual, porém utilizam-se de outras estratégias para a libertação, focando especialmente na oração em seus cultos de libertação, sem a realização de exorcismos públicos, sob o argumento de não expor a pessoa possessa. Quando realizam o exorcismo, é praticado em ambientes reservados. (MARIANO, 2014).

135 No Brasil, a filial da Rede Internacional de Guerra Espiritual foi coordenada por Neusa Itioka. De acordo com o levantamento de Mariano (2014), ela foi secretária-geral da Aliança Bíblica Universitária, missionária da Sepal (Serviço de Evangelização para a América Latina), doutora em missiologia no *Fuller Theological Seminary*, onde se tornou discípula de Peter Wagner. Atualmente, identificamos que ela fundou e mantém uma organização própria, interdenominacional, o Instituto Ministerial Neusa Itioka (que chamava-se Associação do Ministério Ágape – Reconciliação, até 2020), que realiza seminários de formação sobre a batalha espiritual e possui uma editora própria para a publicação de livros – informações obtidas em <https://www.institutoneuzaitioka.com.br/>, website oficial da organização, acessado em 01/06/2022.

de soluções. Assim, ao difundir a ideia de que era necessário romper com os muros das igrejas nesta guerra santa permanente, onde “o mal” pode estar manifestado em todas as pessoas, coisas e lugares, a Teologia do Domínio carrega a ideia de que a disputa também ocorre nos espaços públicos, nos espaços fora das igrejas. Assim, torna-se fundamental a disputa também no “mundo material”.

Essa ideia foi combustível essencial para a nova forma de atuação das igrejas – que já pregavam em rádios, canais de TV, estádios, auditórios, entre outros meios midiáticos – através da estratégia de disputar o projeto de hegemonia a partir da atuação via partidos políticos e também da ocupação do Estado no âmbito da sociedade política. Mariano também aponta essa dimensão:

Prato cheio para os políticos evangélicos, a crença nos espíritos territoriais [e demais espíritos e demônios] tem-se prestado ao uso eleitoral. Justificam seus defensores, candidatos e cabos eleitorais que a eleição de evangélicos para os altos postos políticos da nação trará bênçãos sem fim à sociedade. Além de desalojar parlamentares infiéis, idólatras, macumbeiros e adeptos de práticas pagãs, parcialmente culpados pelas terríveis maldições que recaem sobre o país, os políticos evangélicos, eleitos, teriam a privilegiada oportunidade de poder interceder, nos planos material e espiritual, diretamente no próprio local onde se alojam poderosos demônios territoriais que tanto oprimem os brasileiros. (MARIANO, 2014, p. 144).

Outro aspecto que nos chama a atenção sobre as novas estratégias da batalha espiritual é a influência – que já observamos anteriormente – entre os preceitos do fundamentalismo cristão e os dogmas das três vertentes pentecostais. Assim, a guerra espiritual também está voltada para combater tudo aquilo que consideram ser associado ao comunismo, ao feminismo, aos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, aos direitos sexuais e reprodutivos, assim como qualquer expressão filosófica e cultural associada aos conhecimentos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. A batalha é adensada pela permanente identificação, perseguição e combate a todos e tudo aquilo que pode ser associada, por esta teologia, ao domínio da humanidade pelo Diabo.¹³⁶

É importante destacarmos que esta dimensão da batalha cotidiana, travada em todos os lugares e de todas as formas possíveis, é parte integrante da própria identidade dessas igrejas, identidade que se estrutura na relação com o outro, cada vez mais belicosa. Sem o inimigo, a existência dessas igrejas perderia o seu propósito de existir. Como afirmou Mariano,

136 Destacamos, mais uma vez, que também observamos movimentos evangélicos dissidentes, que não compactuam com essa perspectiva dominante no segmento. Contudo, a análise desses movimentos foge aos nossos objetivos de estudo e, por este motivo, não faremos aprofundamento sobre este ponto.

[...] Sem o Diabo, sem o inimigo incessantemente expulso, humilhado, combatido, vilipendiado, a Universal e a Internacional da Graça não seriam quem são nem quem presumem ser. Precisam estar combatendo e vencendo um inimigo forte e poderoso para atestar seu próprio poderio espiritual. Enfim, sem o Diabo e seus asseclas, não teriam como justificar, diagnosticar e sanar os males que acometem os fiéis, nem como legitimar sua própria existência ou sua natureza divina. (MARIANO, 2014, p. 137).

Identificamos que esta dimensão é o elemento-chave para a promoção e o incremento de discursos de ódio¹³⁷ proferidos em espaços públicos por líderes evangélicos, dando nova face ao conservadorismo no Brasil.

Em um estudo da jornalista Andrea Dip, publicado em 2018 no livro “Em Nome de Quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder”, ficam evidentes as relações entre os discursos de ódio e a utilização dos pressupostos da Teologia do Domínio através da análise das falas públicas de parlamentares. A título de exemplo, destacamos o caso do pastor Marco Feliciano, fundador e líder da Catedral do Avivamento (igreja ligada à Assembleia de Deus), Deputado Federal desde 2011 (na época pelo Partido Social Cristão, SC/SP)¹³⁸. A autora aponta que os discursos do pastor chamaram mais a atenção a partir de 2013, quando se tornou presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. Os discursos de ódio de conteúdo racista, machista e homofóbico ganharam destaque na grande mídia:

A revista *Exame* chegou a publicar uma lista com tuítes (a maioria já apagados) em que o deputado afirmava, entre outras coisas: “A podridão dos sentimentos dos homoafetivos leva ao ódio, ao crime, à rejeição”; “Os artistas são a favor do casamento gay, os intelectuais tbm [também] são. Resta aos cristãos e conservadores dos valores morais lutarem”; “Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é a polêmica. Não sejam irresponsáveis twitters, rss [risada]”; “A maldição que Noé lança sobre seu neto, canaã, respinga sobre o continente africano, daí a fome, as pestes, doenças, guerras étnicas!” (DIP, 2018, p. 87, grifo da autora).

Neste exemplo, é notória a correspondência aos pressupostos da Teologia do Domínio quando o deputado convoca os cristãos à batalha espiritual sob a justificativa dos espíritos hereditários para consolidar o seu discurso de ódio de cunho homofóbico e racista. A autora

137 “O direito convencionou ‘discurso de ódio’ ou *‘hate speech’* como manifestações insultuosas, intimidadoras, difamadoras, humilhantes, as quais têm como alvo determinados segmentos da sociedade considerados ‘minorias’ por diferirem do ‘grupo dominante’, seja por causa da cor da pele, do sexo, da orientação sexual, da nacionalidade, da religião, etc.” (DIP, 2018, p. 99).

138 Em 2018, filiou-se ao Podemos, mas foi expulso em 2019. Filiou-se ao Republicanos em 2020 e, em 2021, no Partido Liberal.

aponta em sua análise como os representantes parlamentares evangélicos passaram, desde então, a proferir falas similares, especialmente após a eleição de Eduardo Cunha¹³⁹ a presidente da Câmara dos Deputados em 2015, do impeachment da, então, presidenta Dilma Rousseff, e da posse do, então, presidente Michel Temer.¹⁴⁰ “Os discursos de ódio se tornaram cada vez mais altos, mais claros e frequentes” (Ibid., p. 88).

Identificamos que o mesmo processo de crescimento do número de ocorrências e do nível dos conteúdos de discursos de ódio esteve presente ao longo das eleições presidenciais de 2018, assim como na trajetória precedente do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e de seu decorrente governo. O chamado ‘Gabinete do Ódio’, uma espécie de milícia digital que atua de dentro Palácio do Planalto e possui uma estrutura que desfere ataques a pessoas e instituições, com conteúdo de ódio e disseminação de notícias falsas (que atualmente está sendo investigada através da CPI das *Fake News*), pode ser considerada um dos maiores exemplos das renovadas estratégias de promoção do ódio como política na atualidade. No Capítulo IV, trataremos especificamente sobre estas estratégias no período recente.

Neste sentido, é importante destacarmos que este movimento conservador é também reacionário, que se antagoniza justamente às inúmeras transformações socioculturais, políticas e legais que ocorreram nas últimas décadas no Brasil, que se intensifica enquanto reação na medida em que avançam nas conquistas dos movimentos classistas, antirracistas, feministas, antissexistas, por direitos LGBTQIAPN+, dentre outros. Busca conservar a moralidade cristã e ao mesmo tempo restaurá-la, diante de tudo aquilo que estaria corrompendo-a através do ‘marxismo cultural’ e da ‘ideologia de gênero’. Estas últimas, amplamente difundidas no repertório fundamentalista cristão no Brasil especialmente nos últimos anos através da ideologia escola sem partido.

Como indicamos, além da Teologia do Domínio, as igrejas neopentecostais adotaram e difundiram a Teologia da Prosperidade¹⁴¹ – contudo, como veremos, ao longo dos anos esta

139 Membro da Assembleia de Deus do Ministério de Madureira, Deputado Federal entre 2003 e 2016. Instaurou e conduziu o processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2015, e no ano seguinte teve seu mandato cassado pelo STF, quando tornou-se réu pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Em 2017, foi condenado a 15 anos e 4 meses de prisão. Pelo caso de quebra de decoro parlamentar, acusado de mentir na Comissão Parlamentar de Inquérito Parlamentar, tornou-se inelegível até o ano de 2026.

140 No capítulo IV, trataremos especialmente sobre o período do impeachment de Dilma Rousseff, caracterizando-o como golpe (realizado por dentro da institucionalidade burguesa) e identificando a participação do segmento evangélico neste processo.

141 Em estudos futuros, tal como apontamos em nota no início deste subcapítulo, pretendemos desenvolver um pouco mais acerca das duas teologias e suas implicações para a nova pedagogia da hegemonia evangélica. Neste sentido, para a Teologia da Prosperidade, a partir do levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES, com a busca pelas palavras-chave “Teologia da Prosperidade”, foram encontrados inicialmente 84

teologia penetrou também em uma grande parte das igrejas das outras variantes pentecostais e das protestantes históricas renovadas. Ela surgiu para acomodar, na visão de mundo evangélica, as mudanças sociais e econômicas do capitalismo, a partir da segunda metade do século XX – em um processo de formulação nos EUA¹⁴² nos anos 1940, com difusão ainda neste território no decorrer dos anos 1970. Diante dos apelos da sociedade de consumo, dos serviços de crédito, da efervescência da indústria cultural de massas, “essa religião ou se mantinha sectária e ascética, aumentando sua defasagem em relação à sociedade e aos interesses ideais e materiais dos crentes, ou fazia concessões” (MARIANO, 2014, p. 148). Assim, o mercado religioso foi se ajustando gradativamente, também na dimensão teológica, para uma doutrina cujos interesses dos crentes em desfrutar das ofertas de consumo não fosse algo considerado desvirtuoso do caminho da cura espiritual (porque seria exclusivo do mundo terreno), mas, ao contrário, fruto da obra divina no mundo terreno, fruto da fé e da devoção do cristão, então abençoado pela prosperidade. Mais ainda, como veremos, a prosperidade financeira passaria a representar a prova da própria espiritualidade do fiel.

Essa doutrina, que é uma reinterpretação dos mandamentos do Evangelho, também cumpre o papel de normalizar as desigualdades econômicas e sociais produzidas pelo capitalismo, que foram aprofundadas a partir da crise orgânica do capital a partir dos anos 1970. Ou seja, a Teologia da Prosperidade passou a ser utilizada, ao mesmo tempo, para justificar as condições de exploração e precariedade das condições de vida dos fiéis (que é o caso da maioria) e para justificar a concentração de riquezas. Neste sentido, concordamos com o apontamento de Mariano, quando analisa que essa nova teologia “(...) encaixou-se como uma luva tanto para a demanda imediatista de resolução ritual de problemas financeiros e de satisfação de desejos de consumo dos fiéis mais pobres, a grande maioria, como para a demanda

trabalhos: 21 teses e 63 dissertações de mestrado. Destas, descartamos aquelas das áreas de conhecimento de Teologia, Psicologia, Direito, Antropologia, Comunicação, Letras, Linguística e Planejamento Urbano, e analisamos os resumos daquelas das áreas da Educação (1), Sociologia (27), Filosofia (1), História (5), Ciência Política (1), Sociais e Humanidades (3), resultando no total de 38 trabalhos (25 dissertações e 13 teses). Foram selecionados 5 trabalhos que pretendemos incluir nestes estudos futuros: a tese de Celso Gabatz, “O Neopentecostalismo e a teologia da prosperidade no Brasil: aspectos de uma identidade religiosa e social na contemporaneidade” (2017); a tese de Maroni João da Silva, “Religião & negócio: religiosidade como fator estruturante do novo espírito do capitalismo” (2017); a dissertação de Doney Corteletti Stinguel, “Teologia da Prosperidade: Contribuição à Crítica da Religião Neoliberal” (2020); a dissertação de Mayara Marcondes, “‘Quem está com Cristo não fica em crise’: um estudo sobre o empreendedorismo religioso na Bola de Neve Church (2015-2017)” (2018); e a dissertação de Manuela Lowenthal Ferreira, “A materialidade do trabalho religioso: um estudo sobre o neopentecostalismo da Igreja Bola de Neve” (2016).

142 Nos EUA, além deste nome, os críticos à Teologia da Prosperidade também a rotularam de *Health and Wealth Gospel*, *Faith Movement*, *Faith Prosperity Doctrines*, *Positive Confession*, dentre outros. (MARIANO, 2014).

(infinitamente menor) dos que almejavam legitimar seu modo de vida, sua fortuna e felicidade.” (MARIANO, 2014, p. 149)

A Teologia da Prosperidade tem origem na teoria da Confissão Positiva, elaborada pelo estadunidense Essek William Kenyon (1867-1948), que inspirou movimento de mesmo nome, liderado pelo evangelista estadunidense Kenneth Hagin (1917-2003)¹⁴³. Este termo, Confissão Positiva, “refere-se literalmente à crença de que os cristãos detêm poder (...) de trazer à existência, para o bem ou para o mal, o que declaram, decretam, confessam ou determinam com a boca em voz alta” (Ibid., p. 152-153). Porém, o poder determinante da palavra apenas existe naquilo que é proferido com fé, o que transforma, em última instância, a tradicional noção da fé cristã:

[...] O exemplo vem de cima, como lembram seus defensores: Deus, como relata o livro de Gênesis, criou o universo por meio da palavra. Para Kenyon, Hagin e seus seguidores, o que é falado com fé torna-se divinamente inspirado. Isto é, as palavras proferidas com fé encerram o poder de criar o poder de criar realidades, visto que *o mundo espiritual, que determina o que acontece no mundo material, é regido pela palavra*. Em suma, *as palavras ditas com fé compelem Deus a agir*. (...) (Ibid., p. 153, grifo nosso).

A partir dessa noção, quem criou a ideia de “Vida Abundante”, que deu origem à pregação da doutrina da prosperidade, foi o televangelista pentecostal estadunidense Oral Roberts (1918-2009). Ele e outros televangelistas¹⁴⁴, a partir da década de 1950, passaram a pregar a promessa de que o retorno financeiro das ofertas dos fiéis seria de sete a cem vezes o valor ofertado. Nos anos 1970, essa doutrina ganhou maior projeção e radicalidade: além das promessas de prosperidade financeira, também passaram a prometer saúde perfeita, triunfo sobre o Diabo e vitória sobre todo e qualquer sofrimento (Ibid.). Assim, notamos que a origem

143 A respeito de Kenneth Hagin: “Evangelista batista, porém crente na cura divina, Hagin logo se aproximou dos pentecostais, recebendo o batismo do Espírito Santo em 1937. Nesse mesmo ano foi licenciado pastor na Assembleia de Deus, na qual permaneceu até 1949, quando se tornou evangelista itinerante. Após a Segunda Guerra Mundial, participou das campanhas de cura divina nos EUA. Em 1962, fundou seu próprio ministério, caracterizado por transes, visões, profecias, revelações e experiências sobrenaturais, dos quais fez derivar sua ‘autoridade espiritual’. (...) Em 1974, ele e seu filho Ken Jr. fundaram, em Oklahoma, o *Rhema Bible Training Center*, importante centro de formação de discípulos e de novas lideranças dessa corrente teológica”. (MARIANO, 2014, p. 151).

144 Campos (2004) explica que o termo “teleevangelismo” passou a ser utilizado para caracterizar a prática de evangelização através da mídia televisiva, oriunda dos Estados Unidos, vinculada também aos interesses político-partidários nas campanhas eleitorais do país: “Nos anos 60 e 70 surgiram os teleevangelistas e as “igrejas eletrônicas”, cuja força de persuasão impactou inclusive a política norteamericana, por meio do fortalecimento dos intermediários culturais durante as campanhas eleitorais em que foram eleitos Jimmy Carter, Reagan, Bush, Clinton e outros. Essa explosão do teleevangelismo dos anos 60 e 70 teve amplas repercussões sobre o campo religioso na América Latina.” (CAMPOS, 2004, p. 157).

da Teologia da Prosperidade teve relação direta com a prática do televangelismo estadunidense. O mesmo ocorreu no Brasil, onde os neopentecostais, que eram os que mais se utilizavam dessa estratégia de evangelização, também adotaram a teologia.

Neste sentido, compreendemos que as razões de tal implicação também estão relacionadas aos interesses mercadológicos já presentes nestas igrejas-empresas (pois produz para as igrejas, acima de tudo, uma relação direta com o aumento do valor das ofertas dos fiéis e do seu respectivo comprometimento), que precisavam criar estratégias no âmbito da concorrência. Mariano destrincha esta relação de funcionalidade da Teologia da Prosperidade aos interesses de expansão no mercado religioso, ainda referindo-se à realidade estadunidense na expansão do televangelismo:

[...] em função do aumento da competição entre os televangelistas, o tempo na TV tornou-se muito caro para eles. O custo dos programas subiu mais que a audiência. Pressionados pelas despesas crescentes de seus projetos, que foram se tornando cada vez mais ambiciosos, os televangelistas refinaram as formas de levantar fundos, integrando os apelos financeiros à teologia, que, entre os anos 50 e 60, passou a absorver os ensinamentos de Hagin. Deste modo, as exigências econômicas do veículo de transmissão da mensagem religiosa acabaram por integrar e, em parte, moldar o seu conteúdo. (Ibid., p.152).

No caso das igrejas no Brasil, se observamos o caso da IURD apresentada no subcapítulo anterior, ou mesmo da IIGD, identificamos que a mesma lógica é aplicada de forma implacável. No caso destas e das demais neopentecostais que funcionam de forma similar, carregaram a origem estadunidense onde a Teologia da Prosperidade serviu para a expansão do televangelismo, implementando o seu sentido para a concorrência e expansão de todo o mercado religioso: expansão do próprio televangelismo (com a compra de rede de televisão), evangelismo pela compra de canais de rádio, abertura de novas igrejas e templos de sua denominação, criação de editoras, produção de jornais e revistas, criação de novas empresas, e assim por diante. Ou seja, a Teologia da Prosperidade tem relação direta com o engajamento dos fiéis e a ampliação da arrecadação dos dízimos e ofertas, e consequentemente, com a expansão avassaladora das igrejas neopentecostais e com as demais que adotaram a doutrina.

Neste ponto, consideramos que é importante também maior atenção ao sentido atribuído aos dízimos e ofertas dentro desta teologia. Os dízimos representam parte da obrigação dos fiéis na relação contratual que têm com Deus. Ou seja, em Deus estaria o papel de não se furtar de conceder às bênçãos exigidas e nos fiéis a obrigação de não faltar com a fé e com a igreja (através do dízimo), pois é através dela que se realiza a obra divina de Deus. É o carimbo da

fidelidade com Deus e com a igreja. Assim, é estabelecido o ciclo: os fiéis precisam prosperar financeiramente para pagar os dízimos e ao mesmo tempo pagá-los para prosperar financeiramente. Em outras palavras, quanto mais se dá, mais se recebe e, quanto mais se recebe, mais se dá.

O mesmo sentido vale para as ofertas, que, além dessa dimensão, também carregam o sentido do desprendimento, do desapego e da prova de fé: o fiel não poderia ter dúvidas sobre a sua devoção. E vale tudo, segundo este manual: oferta de salários ou valores ilimitados em dinheiro, joias, carros, casas, poupanças, heranças, tudo aquilo de grande ou maior valor que o crente dispõe. Desta forma, o crente que exige grandes bênçãos, não poderia medir esforços ou riscos. Quanto mais deseja e necessita, maior deveria ser a prova de seu sacrifício.

[...] Posta incessantemente à prova, a fé existe apenas e quando se manifesta concretamente em ação, quando é exercida, no caso, pelo pagamento do dízimo e da oferta. [...] Deus prometeu bênçãos, mas para recebê-las o fiel precisa doar dinheiro para demonstrar sua fé, canal exclusivo para restabelecer a sociedade com o Todo-Poderoso e afastar os demônios de sua vida. É o fiel, por meio das ações motivadas pela fé, quem põe em funcionamento o mecanismo da bênção. [...] Sem a fé, isto é, sem as obras visíveis da fé, o crente não se habilita a tomar posse da bênção ou adquirir direitos de fazer exigências, reivindicações a Deus. (Ibid., p. 168-169).

E o que acontece quando o crente da classe trabalhadora não tem condições de pagar dízimos e ofertas, como ocorre na maioria dos casos, tendo em vista sua condição de desemprego ou da falta de bens? E mesmo aqueles que possuem, mas que tem resistência ao pagamento, pois o dinheiro faria uma enorme falta no orçamento familiar? É neste momento que o discurso da meritocracia e do empreendedorismo, próprios do receituário ideológico neoliberal, são utilizados para preencher as lacunas da Teologia da Prosperidade. Os crentes são estimulados a ‘fazer por merecer’ através de saídas individuais, são estimulados empreender, a ter um negócio próprio e, assim, poder pagar os dízimos e ofertas, essenciais para a prosperidade. Se não estão conseguindo, é porque não estariam se esforçando o suficiente, e assim não seriam dignos das bênçãos desejadas. Ao analisar as igrejas neopentecostais, Mariano identifica essa estratégia:

Nos cultos da Universal, além de exortados a pagar o dízimo, a dar ofertas com desprendimento e a participar das correntes de prosperidade, os fiéis, ansiosos por enriquecer, são aconselhados a deixar de ser meros empregados. Recebem incentivos para abrir negócios e se tornar patrões [...]. Para enriquecer, portanto, não adianta apenas confessar a fé correta e exigir seus direitos. Devem trabalhar, ser astutos e aproveitar as oportunidades. (Ibid., p 163).

Ainda, compreendemos que a ideia de guerra espiritual (adensada pela Teologia do Domínio) também serve para justificar as ‘falhas’ da Teologia da Prosperidade. Elas operam de forma combinada: se o crente tem a fé abalada ou tudo que ele faz através de seu esforço não produz os resultados esperados, é porque o Diabo e os demônios agiriam sobre ele. Então, o crente precisaria reagir fortalecendo a sua fé, pois, através do poder da própria fé e do poder das palavras pronunciadas com fé (e em nome de Jesus) é que ele conseguiria as bênçãos almejadas. Mais ainda: deveria agradecer e não duvidar, sob o risco de não obter a graça. Segundo Mariano, “Depende somente do crente receber ou não as bênçãos que confessa. Qualquer dúvida [quanto à fé], por mínima que seja, manifesta quanto à realização do que confessou ou decretou, impossibilita o recebimento da bênção” (Ibid., p. 156). Ou seja, compreendemos que a fé não é, neste caso, consequência da prática religiosa ou da obra divina, ela é o meio para a obtenção daquilo que se deseja: materializa-se, assim, no próprio dinheiro.

Assim, ajustada aos interesses e dinâmicas próprios da economia de mercado e de acordo com as necessidades e demandas do mercado religioso, como indicamos, a Teologia da Prosperidade não ficou circunscrita às igrejas neopentecostais que a moldaram e a difundiram na realidade brasileira. Ela se espalhou para grande parte das igrejas das demais variantes pentecostais e para as igrejas protestantes históricas renovadas, assim como para as organizações paraeclesiais (interdenominacionais) – este processo não ocorreu de forma homogênea, mas hoje constitui a identidade de grande parte destas igrejas, cada qual com seus métodos e ajustes específicos de acordo com as suas dinâmicas de funcionamento. O mesmo ocorre, como vimos, com a difusão da Teologia do Domínio.

Concluimos este subcapítulo identificando que a religião, enquanto forma particular de ideologia que está ancorada na ideologia neoliberal, apropriando-se de ambas teologias, vem servindo, e ao mesmo tempo alimentando e restaurando, as outras formas particulares de ideologia formuladas e difundidas pela classe dominante, contidas no receituário ideológico neoliberal, tal qual: a normalização das desigualdades econômicas e sociais; a meritocracia, noção de que a pessoa deve obter o que deseja através do seu próprio mérito (desprovida de direitos); a valorização ao empreendedorismo enquanto forma de superexploração da força de trabalho; o individualismo e a competitividade; assim como os elementos materiais e simbólicos que constituem o racismo, a LGBTQIAPN+fobia, o machismo, o sexismo, o capacitismo, dentre outros.

Através das estratégias de formulação, sistematização e difusão desse receituário

ideológico por parte de seus incontáveis aparelhos privados de hegemonia, as igrejas e seus líderes vêm atuando, nas últimas cinco décadas, para educar para o consenso acerca de seu projeto de hegemonia, visando consolidar uma nova ordem intelectual e moral que sirva para garantir a reprodução da ordem social. A partir disso, interessa-nos compreender, sobretudo, como este processo vem ocorrendo nos últimos anos e como este projeto se ajustou na escalada do fascismo no Brasil ao longo do governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Antes de adentrarmos neste ponto, precisamos compreender as mudanças que ocorreram nas estratégias de atuação política destas igrejas, no âmbito do Estado ampliado, a partir dos anos 1980.

2.4 Do “crente não se mete em política” ao “crente vota em crente”: as mudanças a partir dos anos 1980

Nos subcapítulos anteriores, identificamos que as igrejas e líderes evangélicos não pouparam esforços para a formação e manutenção dos mais distintos aparelhos privados de hegemonia visando formar para o consenso acerca de suas visões de mundo – aparelhos, inclusive, de caráter interdenominacional (paraeclesiásticos), demonstrando a força do investimento dos evangélicos pela busca por unidade na ação ideológica. Notamos, ainda, que, a partir da terceira onda pentecostal, a variante neopentecostal renovou as estratégias de penetração no âmbito da sociedade civil, através da Teologia do Domínio e da Teologia da Prosperidade, que foram seguidas por grande parte das demais variantes pentecostais e igrejas históricas renovadas. Agora, interessa-nos compreender as motivações e as novas formas de atuação que este movimento também passou a adotar para ampliar o seu poder político no âmbito das disputas no interior do Estado em sentido ampliado, compreendendo as relações indissociáveis entre a sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia e partidos) e a sociedade política (judiciário, militares, serviços, ministérios, dentre outros aparelhos de coerção).

Como vimos anteriormente, os primeiros representantes evangélicos na esfera da política parlamentar, oriundos de igrejas protestantes históricas, surgiram no contexto da Assembleia Constituinte de 1933-34, e ampliaram de forma lenta a sua participação nos anos seguintes (chegando ao total de 108 mandatos exercidos no Congresso Nacional ao longo do o

período de 1947 a 1987, destes, apenas 5 pentecostais)¹⁴⁵.

Já no contexto das eleições de 1986 para a formação dos deputados federais e senadores que iriam compor a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, as lideranças pentecostais e neopentecostais modificaram esta correlação de forças a partir de uma nova formulação a respeito do papel estratégico das disputas dos evangélicos no âmbito parlamentar. Segundo Rocha, mais do que a defesa dos interesses das igrejas, as lideranças pentecostais, influenciadas pelas lideranças fundamentalistas estadunidenses, passaram a alardear a importância da defesa dos valores cristãos e da presença do exemplo ético e moral em meio à corrupção presente na esfera política – para salvaguardar esses valores, os pentecostais precisariam atuar na esfera da política parlamentar através de representantes verdadeiramente cristãos (ROCHA, 2011). Passaram a utilizar o discurso sobre o medo da instituição do catolicismo como religião oficial do país na nova Constituição. Neste sentido, passaram a difundir a ideia de que isso ameaçaria o princípio de “liberdade religiosa” (Ibid., p. 597).

Neste aspecto, é importante notarmos que Freston (1993), ao contrário de Rocha (2011), não identifica a influência direta do movimento fundamentalista norte-americano nas igrejas pentecostais neste período de análise do movimento de entrada na arena política na década de 1980: “[...] a AD tem poucos vínculos com os Estados Unidos, a IURD é totalmente brasileira e o presidente norte-americano da IEQ foi contrário ao envolvimento político” (FRESTON, 1993, p. 218-2019). Assim, seguimos os apontamentos de Freston quanto a impossibilidade de afirmarmos a ocorrência de uma influência direta, ao mesmo tempo que identificamos o alinhamento dos elementos ideológicos do movimento fundamentalista norte-americano na constituição do pentecostalismo no Brasil (tal como apontamos anteriormente no subcapítulo 2.1), para além dos vínculos institucionais/denominacionais, no sentido da observação da correspondência do receituário ideológico (anticomunista e voltado para a “defesa da família” principalmente) e das estratégias de difusão (televangelismo e usos de diversas mídias, pregações em locais públicos, dentre outras), para além do ativismo de movimentos e igrejas estadunidenses. Portanto, consideramos que é possível afirmar que, de forma genérica, o movimento de abertura e de investimento de esforços para as disputas dos evangélicos na arena

145 Antes desse período, de 1889 à 1930, a presença dos representantes evangélicos se deu nos seguintes estados: “São Paulo, o presbiteriano Francisco Augusto Pereira, quando foi eleito prefeito de Lençóis Paulista, e o senador protestante Alfredo Ellis (1850-1925); Rio de Janeiro, com o senador presbiteriano Érico Coelho (1849-1922); Mato Grosso, com a eleição do deputado federal batista Luiz Alexandre de Oliveira; Bahia, com o senador batista Joaquim Nogueira Paranaguá (1855-1926); Pará, com o vice-governador presbiteriano Antônio Teixeira Gueiros; e Ceará, com a eleição do pastor presbiteriano Natanael Cortez.” (GONÇALVES e PEDRA, 2017, p. 84).

política tem influência do fundamentalismo estadunidense, mas não se configura em uma influência direta no ativismo político (especialmente no contexto da Constituinte, conforme pontuado por Freston (1993).

Alguns outros fatores também explicam a irrupção pentecostal (incluindo as três variantes e as igrejas históricas renovadas) na arena da política. Segundo Freston (1993), uma explicação estaria no fato de que a política corporativa estende a ascensão social dos pastores através da detenção e ampliação de um poder que não seria obtido sob a égide do sectarismo. Assim, os líderes e igrejas passam a ter acesso “a outros recursos mais concretos que possibilitam estruturar mais o vasto campo religioso popular cuja expansão rápida está sempre produzindo líderes novos ansiosos por alicerçar suas posições” (FRESTON, 1993 p. 212). Outro fator é a crise econômica dos anos 1980, que enfraqueceu as igrejas financeiramente, “tornando o acesso a verbas públicas ainda mais atraente como alternativa aos recursos particulares escassos” (Ibid., p. 216). Outro elemento que explica a irrupção evangélica na arena política é o princípio do anticomunismo – como vimos anteriormente, largamente difundido pelo fundamentalismo dos Estados Unidos. Neste aspecto, para Freston, a legalização dos partidos comunistas em 1985 aumentou a preocupação dos evangélicos em relação a uma possível “perseguição religiosa” (Ibid., p.216). Por último, outro fator central que mobilizou os pentecostais foram preocupações a respeito da ideia de que haveria uma “ameaça contra a família” (no sentido da proteção do modelo de família cristã patriarcal, assim como dos valores morais e do padrão comportamental que a constitui). Sobre este aspecto, Freston aponta que

Podemos agrupar outro bloco de preocupações pentecostais em torno do tema da família. Haveria grupos preparados para incluir, na nova Constituição, a legalização do aborto, das drogas, do casamento homossexual e do casamento como simples contrato. Afirmando que continuará lutando em favor da família, o *Mensageiro da Paz* [jornal da Assembleia de Deus] lista drogas, aborto, festivais de rock e imoralidade e violência na mídia como suas frentes de batalha. Neste sentido, a entrada pentecostal na política é um ato de *defesa cultural*: uma reação a mudanças no ambiente social que ameaçavam minar a capacidade de manter a cultura do grupo [...]. (Ibid., p. 216, grifo do autor).

A Assembleia de Deus (AD) foi a grande protagonista deste movimento, especialmente através da mobilização gerada pela obra publicada pelo pastor assembleiano e assessor do Senado, Josué Sylvestre (1937-2021), “Irmão vota em irmão”. Neste livro, Sylvestre fez a campanha de que os cristãos deveriam agir: “Este é o binômio infalível: Oração e Ação. Não adianta apenas orar pelo Brasil. É preciso lutar por ele com as armas de que dispomos: pacíficas,

legais, honradas – as nossas atitudes e, sobretudo, o nosso voto” (SYLVESTRE, 1986, apud ROCHA, 2011, p. 597). Assim, a igreja sectária que defendia a ideia de que “crente não se mete em política” (posto que o crente deveria estar isolado das questões seculares), passou a defender que “crente vota em crente”, sob a ideia de que os valores cristãos deveriam passar a ser defendidos na esfera pública. Segundo Freston (1993), o jornal da AD, Mensageiro da Paz, já tinha divulgado a máxima “crente vota em crente” em 1978. Porém, como sabemos hoje, esta prática só veio a ser sistematizada através de candidatos próprios e cabos eleitorais a partir da década seguinte. Além disso, Freston também destaca que foi a AD que produziu a ideologia do papel histórico dos evangélicos como “povo de Deus”, povo este que teria a chance de “reescrever o Brasil” na Constituinte (FRESTON, 1993, p. 212).

Para o lançamento das candidaturas oficiais para as eleições de 1986, a AD organizou uma Convenção Geral, em Anápolis (GO), em 1985, convidando também líderes de outras denominações (como a Igreja Cristã Evangélica e a Igreja Congregacional) com o objetivo de estabelecer uma unidade e obter apoio político. Em seguida, realizou as Convenções Estaduais para a escolha dos candidatos oficiais. Segundo a apuração de Freston:

A maioria das Convenções Estaduais escolheu um candidato oficial a deputado federal e, às vezes, a senador ou deputado estadual. Em alguns Estados, houve eleições prévias com listas de pré-candidatos. Em aproximadamente 18 Estados houve oficialização de candidaturas, sendo que em 14 escolheram-se membros da AD [Assembleia de Deus] e em 4, membros de outras igrejas [pentecostais ou protestantes históricas renovadas]. Desses dezoito, 14 se elegeram e um suplente assumiu uma cadeira após o término da Constituinte. (FRESTON, 1993, p. 210).

Após a mobilização iniciada pela AD, a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) seguiu o exemplo e, contrariando a direção do presidente estadunidense da denominação, lançou candidaturas oficiais, elegendo dois deputados federais e dois estaduais. Além da IEQ, a IURD foi a terceira igreja pentecostal que participou das eleições para a formação da Assembleia Constituinte. Outras denominações só vieram a lançar candidaturas próprias nas eleições seguintes. Após instalada a Constituinte, foi identificado o total de 34 deputados federais evangélicos, incluindo os protestantes históricos, mas a maioria pentecostal (sendo 12 da AD). Destes, 32 foram eleitos titulares e 2 suplentes assumiram posteriormente, do total de 487 deputados, o que representa cerca de 7% do total da Câmara dos Deputados. Um número expressivo diante da dispersão partidária. (FRESTON, 1993)

Na Constituinte, a tentativa de obter força e unidade naquelas disputas de maior interesse, seguindo a tendência à formação de grupos suprapartidários, algumas lideranças de

igrejas protestantes históricas tomaram a iniciativa de formar uma bancada evangélica. “As diretrizes eram a unidade em questões comportamentais, a postura positiva para com o governo e o esvaziamento religioso em questões como a reforma agrária” (Ibid., p. 282). Posteriormente, foi identificada uma liderança pentecostal mais “agressiva” na postura (Ibid.). Neste processo, visando a uma entidade representativa suprapartidária, a Confederação Evangélica do Brasil (criada para as disputas na Constituinte de 1933-34) foi refundada com o amplo apoio da AD, o que garantiu maior unidade entre o segmento¹⁴⁶. Do saldo deste processo:

A AD considerou a bancada evangélica razoavelmente bem sucedida em termos legislativos. O nome de Deus foi incluído na Carta [Constituição Federal de 1988], a liberdade religiosa ampliada, o ensino religioso mantido no currículo. Foram rejeitados a “orientação sexual”, a pena de morte e o voto distrital. Por outro lado, os pentecostais foram derrotados nas questões de aborto, censura artística e divórcio. (Ibid., p. 248).

Nas eleições diretas para a presidência do país em 1989, onde concorreram Fernando Collor de Mello (pela coligação Movimento Brasil Novo: PRN/PSC/PTR/PST) e Luiz Inácio Lula da Silva (pela coligação Frente Brasil Popular: PT/PSB/PCdoB), os evangélicos apoiaram irrestritamente o primeiro candidato, que venceu no segundo turno por 53% dos votos válidos. O apoio dos evangélicos, segundo o levantamento de Freston (1993), foi expresso especialmente pelas lideranças das igrejas Brasil para Cristo, Universal e Casa da Bênção (que realizaram campanhas abertas desde o primeiro turno das eleições, especialmente as duas últimas), e das igrejas Assembleia de Deus e da Igreja do Evangelho Quadrangular (com o apoio declarado no segundo turno e campanha da AD de forma organizada). Entre as protestantes históricas, a Convenção Batista Brasileira é a que mais faz campanha contrária ao “comunismo ateu”, mas sem declarar diretamente o voto ao Collor.¹⁴⁷

Já em 1990, a representação evangélica no Congresso Nacional diminuiu para 22 deputados federais (na maioria representantes da AD e da IURD), demonstrando que a estratégia de penetração na política parlamentar ainda não estava consolidada e que demandaria a continuidade do investimento neste movimento. Assim, identificamos a estratégia de formação de novos aparelhos privados de hegemonia paraeclesiásticos/interdenominacionais

146 “O apoio da cúpula da AD foi chave; mas quando cessaram as verbas públicas a Confederação não resistiu” e foi extinta três anos depois (FRESTON, 1993, p. 282)

147 Também se observou neste período um movimento evangélico contrário, bem menos expressivo, a favor da candidatura de Lula em 1989. Seus principais representantes foram a Deputada Federal Benedita da Silva, o então Deputado Federal Wasny de Roure e o cientista político e pastor anglicano Robson Cavalcanti, todos filiados ao Partido dos Trabalhadores (GONÇALVES e PEDRA, 2017).

com o objetivo de fortalecer as candidaturas evangélicas nas eleições seguintes.

Em 1991, para disputar espaço com a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), foi criada a Associação Evangélica Brasileira (AEVB), fundada e presidida pelo então pastor presbiteriano Caio Fábio D'Araujo Filho. A nova organização reivindicava a “necessidade de melhorar a imagem pública dos evangélicos, arranhada pela bancada evangélica na Constituinte e pelas técnicas financeiras de algumas igrejas pentecostais novas” (FRESTON, 1993, p. 133), no caso as neopentecostais, representadas especialmente pela IURD. “Os idealizadores eram pastores jovens e modernos das igrejas históricas e líderes de algumas paraeclesiásticas. Esta base era estreita demais para uma entidade que pretendia ser representativa” (Ibid.). O então pastor Caio Fábio, que foi presidente da AEVB por oito anos, embora presbiteriano, era de linha da renovação protestante, televangelista. Ele cursou, como muitos pregadores brasileiros, o conservador *Fuller Theological Seminary*, voltado para a Teologia da Prosperidade e Teologia do Domínio, em Pasadena, Califórnia, EUA (MARIANO, 2014). Ele foi também fundador da organização evangelística VINDE – Visão Nacional de Evangelização, que em 1996 tornou-se também o canal de televisão a cabo, TV VINDE – e a ONG Fábrica de Esperança. Em 2003, deixou a Igreja Presbiteriana Independente, criou um movimento evangelista próprio (Caminho da Graça) e passou a usar diversas mídias digitais para pregação.¹⁴⁸ Após a sua fundação, a EAVB lançou alguns manifestos, dentre eles os “Dez mandamentos do Voto Ético”, onde pregava que os eleitores evangélicos poderiam ter posições políticas distintas, as quais deveriam ser consideradas como opiniões de cidadãos e não como profecias divinas, condenando os pastores que indicavam candidatos aos fiéis (FRESTON, 1993; GONÇALVES e PEDRA, 2017).

Já em 1992, com a prisão preventiva do Bispo Macedo, o impeachment de Collor e a extinção da CEB, muitos líderes evangélicos aderiram à AEVB, buscando o afastar a imagem dos evangélicos destes escândalos públicos – neste ano, a organização declarava que contava com 150 mil membros associados (FRESTON, 1993).

Em 1992, foi fundada uma outra organização que reivindicava o domínio sobre o segmento evangélico no Brasil e que defendia que os pastores tinham o direito de indicar os votos aos fiéis, o Conselho Nacional dos Pastores do Brasil (CNPB)¹⁴⁹. O CNPB “contava com

148 Informações obtidas no *website* oficial de Caio Fábio, disponível em <https://caiofabio.net/>, acessado em 09/06/2022.

149 Em estudos futuros, pretendemos analisar outra entidade similar, formada em 1993, o Conselho Nacional dos Pastores e Bispos do Brasil (CNPBB). No *website* oficial da organização, o texto de apresentação disponível em <http://www.cnpbb.com.br/p/cgm-e-sigla composta-das-letras-iniciais.html> (acessado em 09/06/2022) é

o apoio da Igreja Universal, da ala dissidente da Assembleia de Deus Madureira, Casa da Bênção, Internacional da Graça de Deus, Convenção Batista e a Renascer em Cristo” (GONÇALVES e PEDRA, 2017, p. 91-92). Segundo consta na página de apresentação do *website* oficial, dentre outras características: “o CNPB tem objetivo político, como sendo ‘política a arte de bem administrar um povo’. O CNPB existe e se mantém para acompanhar o relacionamento político e evangélico”¹⁵⁰. Ou seja, ao contrário da EAVB, assumem a necessidade de posicionamento político da entidade através de uma unidade ideológica e de ação política. O fundador e atual presidente do CNPB é o bispo Manoel Ferreira – o qual vimos no segundo subcapítulo que é também presidente vitalício da Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira e Igrejas Filiadas (CONAMAD). O vice-presidente é o pastor Wagner Ferreira (filho do presidente) e o Diretor executivo é o pastor Timóteo de Deus (Ibid.).

Mesmo com o surgimento destas organizações (aparelhos privados de hegemonia) paraeclesiásticos/interdenominacionais, em 1994, o número de parlamentares subiu apenas para 27 deputados eleitos, chegando depois em 31 representantes. Isso pode ser explicado, em parte, pelos conflitos entre as duas organizações (EAVB e CNPB): “O embate entre as duas entidades demonstrou a fragilidade e as divergências internas dos evangélicos perante os assuntos políticos. As duas associações não conseguiram incentivar o apoio deste segmento religioso [...]” (GONÇALVES e PEDRA, 2017, p. 92).

Já em 1998, o número chegou a 53 deputados evangélicos, um crescimento de 63%. Pela primeira vez, a IURD tem o maior número de parlamentares (16), desbancando a Assembleia de Deus da liderança dentro da bancada evangélica. Um dos fatores que explicam o crescimento da IURD é a nova estratégia adotada nestas eleições: a limitação do número de candidatos por região, para evitar a pulverização do voto dos fiéis, racionalizando os votos de acordo com a estratégia pensada para cada região. Esta prática, até então, não era realizada por nenhuma outra grande igreja evangélica. A AD, por exemplo, somente em Pernambuco teve seis candidatos a deputado federal.¹⁵¹

Já em 2002, 2006, 2010 e 2014, o número de deputados federais evangélicos seguiu crescendo. No balanço geral: 71, 43, 77 e 75, respectivamente (GONÇALVES e PEDRA,

praticamente idêntico ao texto de apresentação que consta no *website* oficial da CNPB.

150 Informações obtidas no *website* oficial da CNPB, disponível em <https://www.cnpb.com.br/sobre>, acessado em 09/06/2022.

151 Dados sobre os evangélicos nas eleições de 1998 foram obtidos em: “Bancada evangélica cresce 63% na Câmara”, Jornal Folha de S. Paulo, publicado em 01/02/1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc01029907.htm>, acessado em 08/06/2022.

2017). Este expressivo crescimento gradual fez com que, em setembro 2003, no início da 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2003-2006), a bancada evangélica tomasse a decisão de criar a Frente Parlamentar Evangélica (FPE)¹⁵². Segundo a assessoria da Câmara dos Deputados,

[...] as Frentes Parlamentares são associações de deputados e/ou senadores que se reúnem em torno de um tema de interesse da sociedade. As Frentes não são previstas pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e, portanto, não fazem parte da estrutura da Casa. Apesar disso, elas podem ser registradas perante a Mesa e, com isso, requerer o uso do espaço físico da Câmara e receber apoio para divulgação de suas atividades. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, resposta por e-mail à solicitação de acesso da pesquisadora aos documentos da FPE, em 18/05/2022).¹⁵³

Deste modo, a FPE reuniu deputados federais e senadores de diferentes segmentos evangélicos e orientações partidárias, como uma associação civil de natureza não governamental, sediada no Distrito Federal. Em seu lançamento, em 18 de setembro de 2003, a FPE realizou

[...] uma solenidade que acabou reunindo parlamentares, lideranças de igrejas, artistas gospel e convidados em geral, evento realizado no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados. Naquela ocasião foi apresentado como presidente da FPE o deputado federal Adelor Vieira (PMDB-SC). Adelor Vieira, membro da Igreja Assembleia de Deus, estava no seu primeiro mandato como deputado na 52ª Legislatura. Para ele, a criação da FPE representou “uma vitória para a comunidade evangélica, que congrega milhões de adeptos em todo o país”. (GONÇALVES e PEDRA, 2017, p. 93).

Durante a 53ª (2007-2010) e a 54ª (2011-2014) Legislaturas, a FPE atuou de maneira informal, sem registros no Diário da Câmara dos Deputados. Na 55ª Legislatura (2015-2018) a FPE voltou a ser registrada oficialmente, com o total de 198 deputados e 4 senadores signatários. Nota-se que, para uma frente ser registrada, ela precisa de mais de 170 assinaturas

152 Informação disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes52.asp>, acessado em 09/06/2022.

153 Em 17/05/2022, protocolei uma solicitação de acesso às atas, relatórios, documentos e demais publicações das Frentes Parlamentares: 1) Evangélica, 2) em Defesa da Vida e da Família, e 3) em Defesa do Homeschooling, desde a criação das mesmas até a atual 56ª Legislatura (2019-2022). A resposta que obtive, como consta em parte no trecho em destaque, foi: “[...] a Câmara dos Deputados não organiza, administra ou guarda quaisquer documentos referentes à atuação das Frentes Parlamentares. Para solicitar mais informações ou documentos, sugerimos entrar em contato diretamente com o coordenador da referida Frente Parlamentar”. Os dados de contato referentes aos coordenadores foram enviados. Deste modo, para a obtenção das fontes primárias que são de grande relevância especialmente para a escrita dos capítulos IV e V, realizei trabalho de campo na Câmara dos Deputados em agosto de 2022 para acessar pessoalmente os assessores dos parlamentares, visando obter os documentos solicitados (e outros), conforme apontamos na seção de introdução da tese.

de parlamentares (muito mais do que os 75 eleitos da bancada evangélica em 2014), o que faz com que muitos outros parlamentares assinem o registro demonstrando o apoio às frentes criadas, ainda que não participem ativamente. Na atual 56ª Legislatura (2019-2022), com a eleição de 105 deputados federais e 15 senadores da bancada evangélica (o que equivale a cerca de 20% do Congresso Nacional)¹⁵⁴, a FPE também foi registrada, com o total de 201 deputados e 8 senadores membros signatários¹⁵⁵.

Antes de prosseguirmos para a conclusão, destacamos alguns fenômenos que chamaram a nossa atenção nos dados referentes às eleições de 2014, que elegeram 75 deputados federais. Tendo em vista o total de deputados (513), a proporção de representantes evangélicos na Câmara passou de cerca de 7% (se comparado ao primeiro pleito em 1986) para 14,5%. Destes, a proporção entre representantes da IURD caiu para 12 e da AD praticamente triplicou, passando para 27 deputados (se comparado aos dados de 1998). Em terceiro lugar, ficou a Igreja Batista, com 9 deputados.¹⁵⁶ Ainda que não possamos atribuir o crescimento destas representações exclusivamente ao crescimento do número de evangélicos no país, os dados do Censo do IBGE de 2010 correspondem, em parte, a essa proporção: dentre as cinco maiores igrejas evangélicas do Brasil (em número de fiéis, estão a Assembleia de Deus (12,3 milhões), a Igreja Batista (3,7 milhões), a Congregação Cristã do Brasil (2,3 milhões), a Igreja Universal do Reino de Deus (1,9 milhão) e a Igreja do Evangelho Quadrangular (1,5 milhão). Destacamos que neste Censo, assim como nos dados sobre as igrejas dos deputados, dentro da categoria 'Igreja Batista' estão incluídas, além da Igreja Batista histórica (organizada na Convenção Batista Brasileira), as denominações renovadas (organizadas na Convenção Batista Nacional). Sem uma distinção entre as mesmas, compreendemos que o número elevado de batistas (assim como de deputados batistas) se deve, em grande parte, também aos fiéis membros das denominações renovadas.

Outro fator que pode explicar a expressiva presença da AD e da IURD, além do número de fiéis que se identificam em votar em um representante de sua denominação, é a estratégia de atuação sistemática destas igrejas, como vimos na década de 1990, para a escolha de seus candidatos e campanha para o voto nos mesmos. Em relação à IURD, já identificamos

154 Dados obtidos em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/>, acessado em 09/06/2022.

155 Dados obtidos em <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>, acesso em 09/06/2022.

156 Dados obtidos no dossiê *Brasil Evangélico*, Revista Super Interessante, Editora Abril, edição especial de novembro de 2016.

anteriormente algumas estratégias, como a racionalização da distribuição dos candidatos e votos por região (além da estratégia adotada no pleito seguinte, em 2018, com a criação do Grupo Arimatéia). Em relação à AD, Gonçalves e Pedra (2017) identificaram que, em 2001, o Conselho Político da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) criou o projeto Cidadania AD Brasil, visando a formação política e a seleção de membros considerados os mais capazes para concorrer nas eleições gerais.

Nestas eleições gerais no ano de 2014, no site da Cidadania AD Brasil, identificamos em uma publicação, de 1º de setembro, a listagem dos nomes de todos os candidatos do país indicados a reeleição, assim como os candidatos indicados para a ampliação da representatividade da CGADB: “segue abaixo por Estado, a relação dos candidatos indicados pelas convenções, para os quais solicito seu empenho e apoio, pois torna-se imprescindível ampliarmos a nossa representatividade na Câmara Federal, nas Assembleias Legislativas e Senado” (pelo pastor Lelis Washington Marinhos, presidente do Conselho Político Nacional da CGADB).¹⁵⁷ Este movimento corporativo possibilita, além do crescimento do poder político com o crescimento do número de representantes, também o monitoramento e o controle da atuação parlamentar dos deputados eleitos, uma vez que há o comprometimento direto dos mesmos com a política estipula pela CGADB. Após as eleições, localizamos outra publicação, de 22 de outubro, relativa ao alcance dos objetivos traçados pela estratégia, em tom comemorativo, que também aponta o objetivo de “aumentar a cada pleito”:

O Projeto Cidadania AdBrasil - vinculado ao Conselho Político da CGADB - *Comemora o êxito nas eleições de 2014*. O trabalho dos candidatos em seus estados, *apoiados pelas convenções locais*, foram positivos; este resultado indica que estamos no caminho certo. Temos o sentimento de dever cumprido e *agradecemos a todos os eleitores que depositaram um voto de confiança nos candidatos apoiados por este projeto*. O Projeto Cidadania AdBrasil, objetiva escolher irmãos da nossa denominação para concorrer a cargos públicos; *irmãos que apresentem vocação para a política, os quais são indicados pelas convenções estaduais*. A luta não para, *precisamos aumentar a cada pleito*, o número de representantes das Assembleias de Deus, nas casas legislativas. Agradecemos o empenho de cada Pastor Presidente de Convenção e a todos que contribuíram para este resultado. Vejas a relação dos eleitos por Estado [...]. (CIDADANIA AD BRASIL, 2014, s/p, grifo nosso).

Sendo assim, neste subcapítulo, compreendemos os efeitos de um processo de mudança de estratégia de atuação política do segmento evangélico, a partir do final dos anos 1980, que

157 O *website* oficial do projeto Cidadania AD Brasil foi extinto em 2016. Conseguimos acessar a publicação citada através da plataforma *WayBackMachine*, disponível em <https://web.archive.org/web/20141027040719/http://www.cidadaniaadbrasil.com/>, acessado em 09/06/2022.

não se restringiu à uma determinada vertente, mas concentrou-se especialmente, inicialmente, no protagonismo da IURD e de diversas denominações (e convenções) que compõem a Assembleia de Deus. Este processo seguiu desdobrando-se nos anos seguintes, em movimento cada vez mais expressivo de aliança com setores da extrema direita, que culminou com o selamento com o bolsonarismo em 2018. Antes de prosseguirmos para a compreensão desse processo no cenário brasileiro, no próximo capítulo trataremos sobre os desdobramentos do aprofundamento da crise orgânica do capital e os seus efeitos nos movimentos próprios da recomposição burguesa, assim como a relação deste processo com o adensamento e a ofensiva da frente liberal-ultraconservadora. Compreender tal crise, em escala global e no contexto específico do capitalismo dependente e periférico no Brasil, será imprescindível para a nossa interpretação a respeito dos interesses contidos no alinhamento estabelecido entre os evangélicos e a extrema direita ao longo da década de 2010, considerando, sobretudo, o processo bolsonarista de fascistização.

CAPÍTULO III

“NÃO TENHO CRISE, TENHO CRISTO”: O APROFUNDAMENTO DA CRISE ORGÂNICA DO CAPITAL E SEUS EFEITOS NO CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO NO BRASIL

A expressão que inicia o título deste capítulo, “Não tenho crise, tenho Cristo”, foi observada por mim, pela primeira vez, em janeiro de 2019, na travessia da ponte Rio-Niterói (RJ), em um adesivo que ocupava todo o vidro traseiro de um carro desconhecido. A ideia de que Cristo faria com que as crises não existissem para as pessoas crentes, conjugada em primeira pessoa do singular, deixava escapar também a ideia (não escrita, mas presente) de que as pessoas não crentes é que seriam afetadas por crises. Essa frase – imbuída também de outros sentidos que não nos deteremos aqui, como a ideia de cura divina, por exemplo – serviu de inspiração inicial para a produção da análise apresentada neste capítulo, no período em que começamos (em meados de 2018) a refletir sobre como as lideranças de igrejas evangélicas, associadas e articuladas à intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia no interior da frente liberal-ultraconservadora, lidavam com os desdobramentos decorrentes da crise orgânica do capitalismo. Seriam também lideranças evangélicas e igrejas um segmento constitutivo da frente liberal-ultraconservadora? Quais seriam seus interesses e estratégias de atuação diante da crise orgânica do capitalismo no contexto brasileiro?

No primeiro subcapítulo, apresentamos e debatemos o conceito de capitalismo dependente e autocracia burguesa, sob a perspectiva do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (2019, 2020). Estabelecemos, a partir da nossa leitura da obra de Fernandes, o diálogo com outros pesquisadores brasileiros que nos últimos anos se debruçaram no estudo sobre o capitalismo dependente e periférico no Brasil e as formas de realização da dominação burguesa (a partir do arcabouço teórico tanto de Fernandes quanto de Gramsci), tais como Fontes (2010), Demier (2017), Leher (2018) e Mattos (2020). Também buscamos refletir se a religião (enquanto ideologia) se constituiu como um traço intrínseco da autocracia burguesa no Brasil.

No segundo subcapítulo, debatemos o conceito de crise orgânica, elaborado por Antônio Gramsci, com o objetivo de identificarmos e compreendermos os decorrentes desdobramentos da crise no contexto mundial e no capitalismo brasileiro (dependente e periférico), assim como a função das ideologias diante da nova estruturação e composição da classe trabalhadora e da

burguesia. Ainda, desenvolvemos a nossa compreensão sobre as variantes ideológicas do neoliberalismo, buscando, sempre que possível, destacar os elementos ideológicos nos quais os intelectuais e igrejas evangélicas (intelectuais coletivos) estão implicados.

3.1 Apontamentos sobre o capitalismo dependente e periférico e o traço religioso da autocracia burguesa no Brasil

Seria possível afirmar que a religião (mais precisamente, o cristianismo) constituiu-se, historicamente, como um dos traços da autocracia burguesa no Brasil? Se sim, como este traço seria expresso em momentos de crise do poder da burguesia (como o momento atual do país) quando a autocracia se realiza com maior malignidade? Se sim, este traço teria associação com o atual processo de fascistização em curso no país (o qual trataremos no subcapítulo seguinte)? Para desenvolvermos esta reflexão, será necessário apresentar e debater o conceito de capitalismo dependente – para pensar a revolução burguesa¹⁵⁸ e seus desdobramentos para a formação da dominação burguesa no país – e a própria concepção de “autocracia” e de “contrarrevolução preventiva” a partir da obra do renomado sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995). Em alguns trechos, quando necessário, estabeleceremos alguns nexos entre tais conceitos e o léxico gramsciano com o objetivo de estabelecer uma leitura do pensamento florestaniano¹⁵⁹ a partir do nosso referencial teórico-metodológico – visando pensar, especialmente, o que tange às funções do Estado capitalista na periferia (FERNANDES, 2020), necessário à dominação burguesa, a partir do sentido gramsciano de Estado integral/ampliado.¹⁶⁰

Na literatura tradicional sobre a revolução burguesa, pensava-se a dependência e o

158 Segundo o próprio Fernandes, “‘Revolução Burguesa’ denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa.” (FERNANDES, 2020, p. 207).

159 Em nosso trabalho, adotamos a adjetivação “florestaniano” (que utiliza o nome Florestan e não o sobrenome Fernandes, por considerar popularidade e frequência do uso do primeiro), o qual observamos em Leher (2018).

160 Embora Fernandes não tenha estabelecido uma relação direta de seu pensamento com a obra de Antônio Gramsci, reconhecemos que ambos desenvolveram noções muito próximas sobre as formas de realização da hegemonia e da dominação burguesa, assim como as funcionalidades do Estado (em sentido restrito e ampliado). Essa semelhança se deve, sobretudo, ao fato de que ambos beberam das mesmas fontes do pensamento marxista, especialmente Karl Marx, Friedrich Engels e Lenin.

subdesenvolvimento como fenômenos transitórios, em uma perspectiva etapista (linear) do desenvolvimento histórico dos modos de produção – o que se desdobrava na defesa de alianças burguesas para o desenvolvimento do capitalismo para depois ocorrer a revolução proletária. Já os intelectuais da chamada teoria crítica (marxista) da dependência, passaram a adotar a teoria da “revolução permanente” e do “desenvolvimento desigual e combinado”¹⁶¹ para analisar a revolução burguesa no Brasil. Ou seja, debruçaram-se na análise de como o ingresso da economia brasileira no capitalismo mundial ocorreu de forma dependente e associada – contrapondo-se, conseqüentemente, à ideia de uma burguesia que seria totalmente dominada ou totalmente autônoma.¹⁶²

Nessa perspectiva, foi desenvolvida a chamada teoria marxista da dependência, representada especialmente pelos/as intelectuais Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, dentre outros/as, que compreenderam a dependência na perspectiva da luta de classes, da análise das relações (sociais e históricas) de produção, apontando que a classe trabalhadora (e não a burguesia) seria o único sujeito histórico capaz de produzir o rompimento revolucionário a nível mundial. Compartilhamos da síntese do historiador brasileiro Marcelo Badaró Mattos (2020), que considera que nessa formulação marxista, a economia brasileira e outras economias latino-americanas já seriam economias capitalistas na segunda metade do século XX (como veremos, adiante, a partir da análise do desenvolvimento capitalista feita por Florestan Fernandes), “[...] porém um capitalismo que se desenvolvera de forma desigual, por sua dependência estrutural em relação às economias imperialistas.” (MATTOS, 2020, p. 105).

Também dentro deste campo da teoria crítica (marxista) da dependência, mas por um caminho distinto, no mesmo período, Florestan Fernandes desenvolveu a noção de “contrarrevolução preventiva” (de longa duração) da burguesia para pensar o caso da

161 Em relação à “revolução permanente”, nos referimos à concepção trotskista que considera que as burguesias, nos países ditos atrasados, são incapazes de realizar a revolução democrática-burguesa, devido especialmente, à dependência da economia imperialista. Quanto à teoria do “desenvolvimento desigual e combinado”, nos referimos à crítica à chamada “razão dualista” (OLIVEIRA, 2013), que estabelecia uma contraposição entre o moderno e o arcaico. A crítica aponta que os elementos de “atraso” fazem parte do que há de mais moderno no capitalismo (porque coexistem de forma combinada), de maneira que não alteram a economia e não abolem as leis fundamentais do capitalismo. Para pensar o caso brasileiro, Oliveira destaca que tal oposição (“moderno” e “atrasado”), na maioria dos casos é meramente formal: “de fato, o processo real uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’ [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 32). Por exemplo: no Brasil atual, as mais novas tecnologias desenvolvidas e adotadas pela fração do agronegócio são combinadas a condições de superexploração análogas à escravidão.

162 Dentre os intelectuais da que pensaram a questão da dependência no Brasil, não podemos deixar de destacar o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que trabalhou em uma perspectiva weberiana. Por defender a ideia de que seria possível desenvolver uma especialização da economia que permitisse reequilibrar as relações de dependência (capitalismo associado), ele passou a ser adorado pela burguesia industrial do estado de São Paulo.

dependência no Brasil, apontando que a contrarrevolução preventiva serviria para assegurar o livre desenvolvimento das forças produtivas (industrialização e financeirização), de forma associada e combinada. Ele também considerou, em sua análise, a problemática da dependência como desenvolvimento do imperialismo¹⁶³, como forma de expansão e preservação do capitalismo monopolista na periferia do grande capital.

Assim, destacamos na obra de Fernandes a noção de subdesenvolvimento como uma característica e não uma etapa. Ele compreende que, nas relações de dependência, as economias subdesenvolvidas tiveram o capitalismo desenvolvido de forma tardia a partir do desenvolvimento do imperialismo. Neste aspecto da condição de dependência também reside a compreensão florestaniana de que a única classe que pode realizar o desenvolvimento e o rompimento da condição de dependência é a classe trabalhadora, uma vez que a burguesia não possui essa autonomia.

Em nosso entendimento, ao desenvolver o conceito de dependência nessa perspectiva, como um desdobramento da teoria do imperialismo (na concepção leninista), Fernandes problematizou, do ponto de vista histórico e teórico, a particularidade do caso da modernização do Brasil (e as demais particularidades na periferia do capitalismo, que combinam elementos de modernização e arcaísmo) e, ao contrário de ser uma discrepância do que é observado no capitalismo central, poderia ser o ponto de partida da observação do desenvolvimento do capital, uma espécie de ângulo privilegiado para a análise da expansão do capitalismo. Ou seja, compreendemos que tal condição de dependência, ao contrário de ser compreendida como desvio, foi evidenciada como regra. Destacamos que isso não denotou a ideia de que a análise da condição nacional deveria ser apartada do contexto mundial, ao contrário: observar a condição nacional, estabelecendo como unidade de análise o modo de produção capitalista, permitiria também observar como os países centrais também dependem das burguesias da periferia.¹⁶⁴

163 Na perspectiva leninista do conceito de imperialismo. Nas palavras de Lenin, as definições breves, ainda que cômodas, “são insuficientes”, mas ainda assim ele apresenta uma síntese do conceito em sua dimensão econômica (frisando, em seguida, a necessidade de considerar outros aspectos do lugar histórico dessa fase do capitalismo): “Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos as regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.” (LENIN, [1917] 2011, p. 217)

164 “Os países centrais dependem, de maneira direta e profunda, da capacidade das burguesias da periferia de defenderem as fronteiras do próprio capitalismo, ou seja, de manterem a hegemonia dos países centrais. Daí o fato de que os países centrais acabam apoiando essa transição atrasada na direção de modelos recentes de

É fundamental destacarmos que o conceito de imperialismo – assim como os demais enfoques de análise marxista – foi incorporado por Fernandes a partir do seu contato com as obras de Marx, Engels e Lenin, em um processo contínuo de aprofundamento e desenvolvimento teórico. Em publicação recente, Roberto Leher, biólogo e pedagogo, renomado pesquisador brasileiro da vida e da obra de Fernandes, analisou e caracterizou esse longo processo de desenvolvimento do pensamento florestaniano a partir do materialismo histórico como uma “apropriação original e fecunda” (LEHER, 2018, p. 77). O pesquisador também apresentou que tais apropriações originais ocorreram a partir da aproximação de Fernandes com o marxismo quando ainda era jovem, em 1945, no contexto de sua militância política no Partido Socialista Revolucionário (PSR), cujo aprofundamento seguiu ao longo de sua trajetória acadêmica e militante, o que o tornou um “cientista social marxista que vinculou a sua produção teórica a luta pelo socialismo” (Ibid., p.78).

Assim, a partir de extenso estudo da obra florestaniana, Leher constatou que “Foi pelo aprofundamento na análise marxista que Florestan compreendeu melhor a movimentação autocrática, nem tão subterrânea, das principais frações burguesas a favor do golpe [civil-militar de 1964] e, a partir dele, de um padrão de acumulação harmonizado com o imperialismo.” (Ibid., p. 76). Ou seja, o pesquisador aponta que Florestan percebeu, através do materialismo histórico, que para compreender de fato a correlação de forças era necessário superar a análise centrada no país (considerando a sua condição específica, como vimos anteriormente), e chegou à conclusão de que “as classes dominantes nacionais não se movem de modo autônomo” e que, por isso, “é imprescindível compreender os nexos e determinações que as vinculam ao imperialismo.” (Ibid., p. 83).

Na obra “A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica” (FERNANDES, [1975] 2020), a minuciosa busca em compreender e determinar esses nexos é notável. Fernandes buscou pensar, como pano de fundo de toda a análise, como ocorreu, no Brasil (país periférico e dependente), uma “aceleração histórica” no processo de transição do capitalismo competitivo ao monopolista, que combinou arcaísmo e modernização – para pensar a formação da dominação burguesa. Como base dessa análise, caracterizou o desenvolvimento

transformação capitalista. Não se passa para o ‘tipo clássico’ de revolução burguesa, que envolvia o padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo competitivo – e, portanto, um mínimo de autonomia econômica, sociocultural e política –, mas para um tipo composto e retardado de revolução burguesa, que concilia potencialidades econômicas, sociais e política de multinacionais, dos países hegemônicos e de sua superpotência, das burguesias nacionais dependentes e de um Estado burguês ditatorial. Todos convergem para o mesmo fim: defendem o mundo para o capitalismo.” (FERNANDES, 1978, p. 101).

do capitalismo no Brasil em três etapas: a) “fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno”, da abertura dos portos, em 1808, até a crise irreversível do sistema de produção escravista, nos anos 1860; b) “fase de formação e expansão do capitalismo competitivo”, de 1860 até 1950, período em que ocorreu a primeira transição industrial; e c) “fase de irrupção do capitalismo monopolista”, de 1950 em diante, caracterizado pela reorganização do mercado e do sistema de produção, “através de operações financeiras e industriais de ‘grande corporação’ (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista).” (FERNANDES, 2020, p. 227-228).

O sociólogo analisou, deste modo, que na passagem entre essas fases não houve rompimento com a economia tradicional agrária: a formação da burguesia no Brasil ocorreu sem uma ruptura entre as frações de classe dominantes no bloco no poder, mas com a conciliação de interesses entre os setores arcaico e moderno e entre a burguesia interna e externa – tal elemento de combinação é chave para entendermos o capitalismo dependente na periferia. Em suas palavras: “A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora.” (FERNANDES, 2020, p.208-209). Isto significa que o processo da revolução burguesa no Brasil ocorreu sem desagregar o caráter duplo da economia (solidariedade burguesa a partir de princípios médios e interesses convergentes entre a burguesia interna e externa, com o crescimento de uma fração industrial a partir dos anos 1920) e intensificando a dominação imperialista (com a inserção de novas tecnologias e demandas da burguesia externa, direcionando a produção para a exportação). A dependência, nesse sentido, foi forjada pelas condições mais favoráveis para a burguesia interna que, por sua vez, optou por seguir esse modelo.

Foi analisando especialmente a terceira fase do desenvolvimento capitalista no Brasil, no contexto do Golpe de 1964 e da ditadura civil-militar, que Fernandes identificou a consolidação e o agravamento da condição de dependência. Neste sentido, Leher apontou que:

[...] Fernandes constata que a burguesia nativa, ao aceitar o papel subordinado na aliança com o capital estrangeiro, aprofundara o capitalismo dependente fazendo ruir, de vez, o anterior arco policlassista em que parcelas dos subalternos estavam inseridos (no mal defendido populismo). A revolução democrático-burguesa estava descartada liminarmente. E aqui residia a debilidade do regime, pois impossibilitada, por vontade política de seus setores dominantes, de empreender reformas sociais universais. A saída encontrada pela burguesia nativa agravaria a condição de dependência. (LEHER, 2018, p. 135).

Tais determinações externas na burguesia interna também produziram o que Fernandes caracterizou como “heteronomia” nos âmbitos econômico, cultural, social e político em relação à dominação imperialista (em benefício da burguesia interna). Segundo Leher, o conceito de capitalismo dependente permite, portanto, caracterizar de modo mais preciso a dialética das heteronomias econômica e cultural: “É justamente a incapacidade de estabelecer as bases da inserção do país na economia-mundo, por ausência de frações burguesas locais dotadas de autonomia relativa, que configura a heteronomia científico-tecnológica.” (Ibid., p. 136). Este aspecto é fundamental para pensarmos em termos de formação cultural, visando observar como burguesia travou as disputas ideológicas no campo religioso (considerando, como vimos, a religião enquanto forma de ideologia) com práticas visando à legitimação (como é o caso do cristianismo, em especial o catolicismo e as igrejas e denominações evangélicas) ou a marginalização (como é o caso das religiões de matriz africana) conforme a combinação de interesses internos e externos.

A modernização moderada – impressa por uma “burguesia dotada de moderado espírito modernizador” circunscrito às “atividades econômicas” (Ibid., p. 210) – controlada a partir da convergência e articulação desses interesses externos e internos (o que Fernandes chamou de “dupla articulação”) fez da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, “sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam” (FERNANDES, 2020, p. 210). Assim, a dominação burguesa se associou, gradativamente, a procedimentos autocráticos e não a procedimentos democráticos alternativos, em um processo evolutivo no qual Fernandes destacou dois elementos de interpretação sociológica (que destacamos para o apontamento do aspecto conservador): o significado da dimensão autocrática da dominação burguesa (no sentido do choque de perspectivas no seio das classes dominantes) e o progressivo aparecimento de uma efetiva oposição “dentro da ordem” (que produziu uma reação burguesa de controle para que não se tornasse uma oposição “contra a ordem”) (Ibid., p. 211-212). O sociólogo concluiu que ambos elementos evidenciaram um “entrechoque de conflitos de interesses da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, que repousa o que poderia chamar de *consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil*” (Ibid., p. 212, grifo nosso). Essa consolidação conservadora estabeleceu como eixo “a luta de classes e a repressão do proletariado” (Ibid., p. 213), o que foi expresso no controle (através de mecanismos de coerção e estratégias de formação de consensos) sobre

os conflitos de classe para restringir a classe trabalhadora a atuação “dentro da ordem”.

Neste ponto, nos interessa direcionar o foco às contribuições de Fernandes que nos ajudam a pensar a constituição da noção de “inimigo” no decorrer da consolidação do conservadorismo como traço da natureza da dominação burguesa. Neste processo de transição, em desenvolvimento desigual e combinado (moderno e arcaico), Fernandes aponta que

[...] foi ela [oligarquia] que definiu o *inimigo comum*: no passado, o escravo (e, em sentido mitigado, o liberto); no presente, o assalariado ou semiassalariado do campo e da cidade. Com essa definição, ela protegia tanto as fontes de acumulação pré-capitalista, que continuaram a dinamizar o persistente esquema neocolonial de exportação-importação, que deu lastro ao crescimento interno do capitalismo competitivo, quanto o modelo de acumulação propriamente capitalista, nascido com a mercantilização do trabalho e as relações de produção capitalista [...] (FERNANDES, 2020, p. 214, grifo do autor).

Cabe destacar que a burguesia em formação não poderia, inicialmente, se organizar em levante contra os setores “atrasados”, organizando os subalternos, porque os subalternos eram também os ex-escravizados (definidos como inimigos). Além disso, processo da abolição da escravatura também tirou da burguesia (oligarquia) a necessidade de golpear a aristocracia. Assim, elas negociam. Neste sentido, apontamos que a população negra permaneceu destacadamente como inimiga: anteriormente, na condição escravizada e, posteriormente, na condição de assalariamento ou semiassalariamento (para seguir com o raciocínio proposto por Fernandes).

No segundo capítulo, apontamos tanto a dimensão do racismo estrutural para a localização da construção histórica do racismo religioso quanto a dimensão estrutural de um conjunto de opressões (também estruturais) que servem, em última instância, para maximizar a exploração do trabalho, ao mesmo tempo que produzem um ocultamento da dominação política. Essas opressões, na maioria das vezes combinadas entre si no seio da classe trabalhadora (como é o caso do sexismo, do racismo, da LGBTQIAPN+fobia, do capacitismo, dentre outros), cumprem a função de produzir, aprofundar e ampliar cisões no interior da classe, a ponto de colocar as trabalhadoras e trabalhadores em múltiplos, interrelacionados e permanentes conflitos (tanto para dentro quanto para fora da classe). É dessa maneira que a dominação burguesa busca operar a neutralização da resistência e do confronto do “inimigo”, somando a estas estratégias a construção da aparência de uma participação política – que, ao fim e ao cabo, restrita à burguesia e às suas concessões, também cumpre a função de neutralizar a atuação da classe trabalhadora.

Nesse ponto sobre as opressões, resgatamos a afirmação de Dias (1996), na qual reforçamos que o:

[...] ocultamento da dominação política, determinação própria às formações sociais capitalistas, é uma necessidade objetiva. A aparência da liberdade individual também. É precisamente através dessa dupla necessidade que se faz possível apresentar-se a liberdade para uma classe como sendo a liberdade de todas as demais. *É através dela que se passa da exploração-opressão à elaboração do consenso. É pela supressão máxima da liberdade (compra-venda da força de trabalho/exploração) que se cria a individualidade política que permite o ocultamento da dominação (elaboração do consenso).* Este é um dos traços diferenciais da sociedade capitalista em relação às demais formas de sociedade. [...] nas formações sociais capitalistas *a opressão e a exploração se encontram fundidas, sob a aparência da liberdade e igualdade de todos.* (DIAS, 1996, p. 16, grifo do autor)

Aqui, é oportuno recolocarmos uma questão levantada no primeiro capítulo, ao tratarmos da questão da efetivação da hegemonia burguesa, com a intenção de aprofundar a reflexão (e não encerrar). Considerando as aproximações dos referenciais florestaniano e gramsciano, a própria noção de autocracia implicaria, em alguma medida, em uma barreira estrutural à construção de hegemonia? Em que medida a hegemonia seria efetivada, uma vez que, nos marcos da autocracia, não haveria necessidade de concessões de demandas reais da classe trabalhadora? Em outras palavras, considerando o que foi posto sobre a definição do “inimigo” e a decorrente restrição à participação política e a necessidade de sua aparência, como se dá a constituição da hegemonia burguesa no Brasil, uma vez que a hegemonia sempre acomoda parte das demandas da classe que se pretende dominar? A acomodação das demandas do “inimigo”, portanto, também se constitui como um traço da dominação burguesa, ainda que nos marcos da autocracia, com vistas à efetivação da hegemonia? Consideramos que o elemento da realização da autocracia, que traremos logo adiante sobre a coexistência e a combinação de três faces do Estado autocrático burguês (FERNANDES, 2019) ajudarão a pensar essa questão.

Assim, temos acordo quando Fernandes apontou que, no processo autocrático burguês de construção da República, em suas primeiras décadas, sem deixar brechas para a atuação do “inimigo”, o espaço político supostamente aberto já nascia “congelado e morto” (FERNANDES, 2020, p. 214). A participação política foi limitada e controlada, possível (em termos institucionais) apenas “a partir de cima e de dentro” ou pela via da “oposição consentida” (Ibid., p. 215). Tal processo, como o autor analisou, revelou e alimentou a exacerbada insegurança e intolerância demonstrada pela burguesia diante de movimentos contestatórios, fossem eles “controlados a partir de cima” ou “manifestações potencial ou

efetivamente autônomos do movimento operário”, gerando o que ele caracterizou como “democracia restrita”:

Ao que parece, onde a dominação burguesa não se revela capaz de mobilizar e aplicar semelhante reserva de poder, ela corre o risco de ser facilmente deslocada por grupos que invadem o referido espaço político: não importa se de uma “revolução dentro da ordem” ou da “simples consolidação do regime”. Isso faz que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma “*democracia restrita*”, aberta e funcional só para os que tem acesso à dominação burguesa. (FERNANDES, 2020, p. 215, grifo nossos).

Considerando a caracterização de democracia restrita para pensar a dominação burguesa, Fernandes ainda destacou dois problemas básicos. Primeiro, em relação à debilidade, retomou uma ideia de Lenin ao destacar que não existe uma “burguesia débil”, “mas outras classes (ou setores de classe) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável” (Ibid., p. 216). No Brasil, “as ameaças à hegemonia burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram exageradas pelos grupos oligárquicos” (Ibid., p. 216), mas, ainda assim, “as tendências autocráticas e reacionárias da burguesia faziam [fazem] parte de seu próprio estilo de atuação histórica” (Ibid., p. 216). E assim sintetizou, a respeito da consolidação da natureza ultraconservadora e reacionária da dominação burguesa: “O modo pelo qual se constituiu a dominação burguesa e a parte que nela tomaram as concepções da ‘velha’ e da ‘nova’ oligarquia converteram a burguesia em uma força social naturalmente *ultraconservadora e reacionária*.” (Ibid., p. 216 grifo nossos). O segundo problema destacado por Fernandes refere-se à possibilidade, no plano histórico, de outro caminho para a burguesia. Ele apontou que na condição imposta pelo capitalismo dependente, o fechamento do espaço político (a democracia restrita) faz-se necessário para a dominação burguesa para que a burguesia possa se garantir e afirmar como “o único caminho que permite conciliar sua existência e florescimento com a continuidade e expansão do capitalismo dependente” (Ibid., p. 217), elemento que entendemos reforçar a dimensão ultraconservadora e reacionária para a sua autopreservação.

Na identificação da realização dessa natureza reacionária e ultraconservadora, destacou-se o processo histórico que resultou no que, como abordamos inicialmente, Fernandes caracterizou como “contrarrevolução autodefensiva”, ou “contrarrevolução preventiva”, em sua análise referente à natureza do golpe civil-militar de 1964. O controle direto do Estado (em sentido restrito) – que foi uma reação à crescente pressão (a) da burguesia externa (por

aceleração da modernização), (b) do proletariado e das massas populares e (c) “dos círculos conservadores influentes” internos (por uma saída às pressões da burguesia externa e da classe trabalhadora brasileira) (Ibid., p. 219-220) – modificou substancialmente a forma e as funções da dominação burguesa, revelando plenamente seu caráter autocrático:

A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis (em vista da situação interna): 1) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”); 3) para transformar o Estado em instrumento exclusivamente do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político.” (FERNANDES, 2020, p. 220).

Notamos que Fernandes compreendeu que 1964 foi mais do que um episódio da autocracia burguesa no Brasil: foi uma ditadura de classe com um sentido de prevenção; não um rompimento completo, mas essencialmente um ajuste da realização da autocracia burguesa. Posto que qualquer demonstração de manifestação autônoma da classe trabalhadora era considerada uma ameaça à dominação autocrática, em tal contexto emergiu a natureza permanentemente contrarrevolucionária da dominação burguesa: a contrarrevolução preventiva.¹⁶⁵ Como destacamos anteriormente, desta maneira a burguesia garantiu a radicalização do desenvolvimento (aceleração) no modelo iniciado por Juscelino Kubitschek na década de 1950, assegurando o livre desenvolvimento das forças produtivas (industrialização e financeirização) de forma associada e combinada. Fica evidente, portanto, que ao analisar esta terceira etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Fernandes estabeleceu uma relação umbilical entre os conceitos de autocracia burguesa e de contrarrevolução preventiva para caracterizar a consolidação da dominação burguesa no Brasil. A partir disso, compreendemos que no capitalismo dependente e periférico a dominação burguesa se realiza através da autocracia e que o Estado capitalista, enquanto “Estado autocrático burguês” (FERNANDES, 2019), pode se manifestar através de diferentes faces e regimes.

Para a finalização destes apontamentos sobre a autocracia burguesa, nos deteremos

165 O cientista político brasileiro Carlos Nelson Coutinho (1992, 2010) estabeleceu nexos entre a ideia de “contrarrevolução preventiva” de Fernandes e o conceito de “revolução passiva” de Gramsci. Trataremos mais sobre o segundo no debate que faremos adiante sobre o conceito de fascismo a partir do referencial gramsciano. No momento, frisamos que este é um termo que Gramsci colheu do italiano Vincenzo Cuoco, mas com novo conteúdo: um processo que conjura dois momentos de renovação (onde algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto” através de concessões da classe dominante) e restauração (como uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical vinda de baixo). Portanto, um processo de conservação e modernização capitalista que não rompe com a velha ordem política e social (COUTINHO, 2010).

brevemente para pensar alguns aspectos do caso brasileiro. Destacamos que esse processo de consolidação da dominação burguesa não ocorreria sem uma (re)funcionalização do Estado restrito sob a égide de um novo pragmatismo coletivo burguês (antes mesmo que a burguesia realizasse sua integração horizontal, intraburguesa), restaurando e renovando estratégias que visavam ao enrijecimento da ordem (o que garantiu o controle do processo de transição do capitalismo competitivo ao monopolista). Esse mesmo processo gerou no capitalismo dependente e periférico um tipo de regime autocrático, que produziu, por sua vez, uma ampliação particular do Estado. Ou seja, compreendemos que, no caso do Brasil, o Estado não foi criado/formado a partir da revolução burguesa: a burguesia (e a consolidação de sua dominação) foi formada de maneira atrelada ao aparato do Estado em uma “revolução” sem revolução, onde o Estado foi ampliado de maneira restrita e formou o sentido de nação e não o contrário.

Alguns/mas pesquisadores/as, nas últimas décadas, travaram o debate sobre a questão da ampliação do Estado no Brasil a partir do referencial gramsciano e caracterizaram o que consideram ser um processo de “ampliação seletiva” (COUTINHO, 1992, 2010; FONTES, 2010; CASIMIRO, 2016, 2020; dentre outros/as). O cientista político Carlos Nelson Coutinho interpretou que o Estado brasileiro foi totalmente ampliado (ocidentalizado) somente no final do século XX, com a “abertura política” decorrente do término da ditadura civil-militar (1964-1985). Para o pesquisador, no período do Império a sociedade civil era “primitiva e gelatinosa” “[...] com o instituto da escravidão que excluía de qualquer direito, até mesmo civil, uma grande parcela da sociedade” (COUTINHO, 1992, p. 131), enquanto o Estado (em sentido restrito) bastante forte com um Parlamento “comprimido pelo Executivo pelo seu vasto aparelho burocrático” (Ibid., p. 131), o que não mudou substancialmente, segundo o autor, com a Proclamação da República e a Abolição. Para ele, o processo de ocidentalização só se tornou mais nítido a partir da queda da ditadura do Estado Novo em 1945, seguiu com tendência até 1964 e só voltou a se intensificar no final dos anos 1970, se consolidando no final do século XX. Destacamos, desta interpretação, que Coutinho baseia-se sobretudo na movimentação da classe trabalhadora dentro da sociedade civil para caracterizar o processo tardio de ocidentalização, o que consideramos ser um levantamento de grande relevância para a interpretação da realidade brasileira, mas que para o nosso olhar para a sociedade civil como arena da luta de classes, onde também estão presentes as frações de classe burguesas, deixa algumas lacunas interpretativas em relação ao próprio processo de ocidentalização.

Em um caminho de análise distinto, especialmente em relação à movimentação do que caracteriza como “burguesias brasileiras”, a historiadora Virgínia Fontes (2010) chega a uma similar perspectiva sobre o período em que ocorreu a ampliação (e acrescenta uma caracterização dessa ampliação). Ou seja, ela também considera que o Estado brasileiro passou por uma real ampliação somente após o período da ditadura civil-militar de 1964, quando passou a se observar uma profunda complexificação¹⁶⁶ da sociedade civil. Em sua análise histórica, Fontes considera as contribuições do conjunto da obra dos historiadores Sônia Regina Mendonça – sobre a atuação do setor agrário da classe dominante no Brasil através do associativismo via distintos aparelhos privados de hegemonia (APHs) desde o início do século XX – e René Dreifuss – sobre a atuação de APHs empresariais que organizaram e apoiaram o golpe civil-militar e depois ocuparam espaços de destaque no Estado – para evidenciar como o associativismo empresarial já ocorria desde o início do século XX, denotando o caráter seletivo da atuação da sociedade civil desde esse período. Assim, a autora chama a atenção para um dos elementos que podemos extrair do trabalho de Dreifuss para a compreensão da dimensão da “seletividade”:

O trabalho de Dreifuss deixa entrever uma característica peculiar dos processos políticos brasileiros – a *repressão seletiva* havia favorecido a expansão de entidades de aglutinação de interesses e de convencimento social de cunho empresarial, ao mesmo tempo em que havia dramaticamente constrangido e jugulado as iniciativas organizativas de cunho popular. Dreifuss, ao mostrar o crescimento da sociedade civil no Brasil – como forma de organizar o convencimento social – mostra que esta era majoritariamente composta de setores das classes dominantes e não hesitava na utilização aberta da coerção de classe. [...] Enquanto na formulação original gramsciana, o crescimento da sociedade civil se dera pela intensificação das lutas subalternas, pesando sobre a organização do Estado em prol de uma efetiva socialização da política, no caso brasileiro a organização e difusão de aparelhos privados de hegemonia, ainda que respondendo a fortes lutas de classe, concentrara-se nos setores burgueses dominantes, em função da truculência social predominante no trato da questão social. (FONTES, 2010, p. 226-227, grifo nossos).

No mesmo sentido e partir da leitura de Fontes, o historiador Flávio Casimiro (2016, 2020), buscando compreender e caracterizar o que denominou como “nova direita no Brasil”, realizou uma análise do processo de redemocratização entre a década de 1980 e 2014, onde

166 Complexificação marcada, por sua vez, pela diversidade associativa e pela relação em rede, através do grande crescimento de organizações empresariais próprias e de Organizações Não Governamentais (ONGs) passaram a realizar (por um longo período, a partir da década de 1980) mediação dos interesses empresariais, metamorfoseando a militância da classe trabalhadora a uma “militância de serviços”, o que Fontes (2010) chamou de “conversão mercantil-filantrópica). Além das ONGs, “explodem” nos anos 1990 as chamadas Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (Fasfil), também a serviço dos interesses burgueses sob o avanço do neoliberalismo no país (FONTES, 2010).

identificou que ocorreu um fenômeno de mobilização e articulação da burguesia, de maneira distinta das formas organizativas tradicionais, produzindo um novo *modus operandi* que representou uma estratégia de atualização dos mecanismos de dominação de classe no Brasil (CASIMIRO, 2016). Isso ocorreu, segundo o autor, especialmente a partir dos segmentos burgueses liberal-conservadores, via APHs e no próprio Estado restrito – onde o Estado representa uma forma de materialização institucional e veículo fundamental – em um contexto de ocidentalização da sociedade brasileira (complexificação da sociedade civil tendo em vista a estruturação de seus APHs hegemônicos e contra-hegemônicos), expansão do capitalismo e de redefinição das estratégias de ação das classes dominantes (CASIMIRO, 2016).

A respeito da ampliação do Estado, ele conclui que nesse contexto a “nova direita” de fato se reestruturou e que o surgimento das entidades de classe seriam a “evidência da complexificação da sociedade brasileira em seu processo tardio de ocidentalização” (Ibid., p. 36). Em estudo posterior, com novos levantamentos e sistematizações, buscando compreender a nova reverberação (projeção) e o que chamou de novo *modus operandi* das direitas, ratificou o entendimento de que no Brasil ocorreu um “significativo e tardio processo de complexificação ou de ocidentalização da sociedade civil brasileira, que se efetiva principalmente a partir da década de 1990 e se intensifica exponencialmente até a atualidade” (CASIMIRO, 2020, p. 26).

Considerando esses aspectos, concordamos com os argumentos da noção de “processo tardio de ocidentalização” e “ampliação seletiva” proposta pelos/as autores/as por também consideramos que a restrição à associatividade ocorreu (e ocorre) de forma distinta a depender da origem de classe e a quais interesses tais organizações representavam (e representam), sendo ilimitado o associativismo empresarial (desde que dentro da ordem) e duramente reprimido o da classe trabalhadora (especialmente aquelas organizações que confrontavam/confrontam a ordem burguesa). Compreendemos que é nesse aspecto que reside a noção de “seletividade”, uma vez que os limites da socialização da política estão circunscritos nos limites da autocracia burguesa. Não obstante ao estudo dos/as autores/as, adendamos alguns questionamentos, a partir da nossa leitura de Fernandes, com o objetivo de aprofundar o nosso diálogo com ambos:

- a) Havia a possibilidade, no caso brasileiro, de tal “processo tardio de ocidentalização” não resultar em uma “ampliação seletiva”?
- b) Há algum modo do Estado burguês autocrático do capitalismo dependente e periférico não ser um Estado ampliado com base na seletividade associativa?
- c) A ampliação seletiva seria uma característica da natureza da ampliação do Estado autocrático burguês nos marcos do capitalismo dependente e periférico?
- d) Por último,

considerando que (dentro da dinâmica de disputas entre classes) a seletividade é uma característica do Estado ampliado (ou integral) na periferia do capitalismo dependente, o uso do termo “ampliação seletiva” (que de qualquer forma reforça o elemento da seletividade) poderia também ser estendido aos demais países da periferia do capital?

Além destas questões sobre o período da ocidentalização e sua forma, compartilhamos a leitura de Mattos (2020) de que essa datação é menos relevante e que mais importante é o nosso entendimento sobre o processo, onde concordamos que a sociedade civil de fato se complexifica a partir dos anos 1980, e entendemos que o processo ocorreu tanto no âmbito da atuação da burguesia quanto no da classe trabalhadora, em um contexto em que permanecem os traços autocráticos com avanço de instrumentos coercitivos e intensificação do uso da violência.

Neste debate sobre as funções do Estado ampliado em movimento de formação de consenso e uso da coerção, resgatamos um ensaio posterior de Fernandes, de suma importância, “Apontamentos sobre a ‘Teoria do Autoritarismo’” (FERNANDES, [1979] 2019). Nele, o sociólogo aprofundou sua conceituação de autocracia burguesa através do acréscimo de elementos na sua caracterização (que nos ajudam a pensar a coexistência da dimensão coercitiva e de formação para o consenso na periferia do capital). Como o título indica, nesta obra o Fernandes levou o foco ao elemento do autoritarismo, caracterizando o Estado capitalista burguês e a sua expressão/forma como Estado autocrático burguês na periferia do capitalismo.

Para fazer uma distinção entre a caracterização do Estado capitalista central e periférico, assim como a mudança que ocorre na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista (imperialista), o autor tipificou a democracia nas sociedades capitalistas como uma democracia necessariamente burguesa (liberal), onde a liberdade e a igualdade são meramente formais, o que faz com que o “elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do ‘sistema democrático capitalista’” (Ibid., p. 45). Ele indica que o Estado não é o único *locus* da relação autoritária (Ibid., p. 50), uma vez que:

Do *micro* ao *macro*, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a *oscilar* em função de alterações de contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (ao nível institucional ou ao nível global). (FERNANDES, 2019, p. 51-52, grifo do autor).

Consideramos que isso não quer dizer, contudo, que o Estado (liberal burguês) não possa ter uma função preponderante, especialmente nas chamadas situações “adversas”, assim como bem apontou o autor: “[...] ao monopólio da dominação burguesa corresponde um monopólio do poder político estatal: sem nenhuma mágica, o Estado de exceção brota do Estado democrático [burguês], em que está embutido.” (Ibid., p. 52-53). Neste sentido, Fernandes faz uma diferenciação entre a caracterização de Estado de exceção e de regime fascista, a qual também fazemos uso, considerando a primeira para caracterizar a contrarrevolução preventiva (em sua forma expressa a partir do Golpe de 1964, que é o seu foco na análise) e a segunda para outros contextos e conjunturas.

Em relação às modificações nas funções do Estado na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, Fernandes constata as dimensões de “flexibilidade” e “rigidez” presentes na refuncionalização do Estado capitalista¹⁶⁷ de acordo com os ajustes para a consolidação/manutenção da dominação burguesa:

[...] a *flexibilidade* do capitalismo se patenteia a olho nu. Ele se sobrepõe às crises cíclicas, vence os conflitos setoriais das classes possuidoras e gera um mínimo de coalescência entre interesses convergentes das burguesias dominantes das nações capitalistas hegemônicas. Como contraparte, também se constata uma crescente *rigidez do Estado burguês como máquina política e instrumento de dominação de classe*. A oscilação é rápida e pulverizadora. Ela satura várias funções preventivas, que antes não tinham razão de ser ou surgiram de maneira mitigada. Volta-se ao mesmo tempo para o “inimigo interno” e para o “inimigo externo”, fragmentando ou esmagando a pressão operária, as rebeliões coloniais, os avanços na direção do socialismo.” (FERNANDES, 2019, p. 72-73, grifo nosso).

Em busca das determinações que incidem sobre a flexibilidade e a rigidez, concordamos com Fernandes quando ele aponta que, além da presença de elementos específicos que dão os contornos das faces “interna” e “externa” (sejam elas fixas e/ou conjunturais em cada realidade nacional), a refuncionalização também se deve à internacionalização das forças econômicas, sociais e políticas da burguesia no capitalismo monopolista, que geraram uma consequente “internacionalização” do Estado no sentido de suas funções e estruturas, mesmo que o capitalismo monopolista ainda não tenha gerado um Estado “supranacional” (Ibid., p. 73-75). Uma restauração tanto nas funções “construtivas” (referentes à economia) quanto nas funções

167 Cabe destacarmos que ele aponta, inclusive, a necessidade de redefinição da nomenclatura para “Estado capitalista”: “que se fale muito mais de Estado capitalista (que de ‘Estado democrático’)” (FERNANDES, 2019, p. 73), indicando como referência neste debate a obra “Poder político e classes sociais no Estado capitalista”, de Nicos Poulantzas, edição de 1971.

“preventivas”, “criadas pela ‘ameaça interna’ e pela expansão do socialismo em escala mundial” (Ibid., p. 75). Ou seja, para combater os “inimigos” (internos e externos) a burguesia restaurou as possíveis funções do Estado capitalista burguês.¹⁶⁸

Aqui, Fernandes também apontou outro aspecto do processo de internalização promovido pelo capitalismo monopolista: a internacionalização do próprio sistema de dominação burguesa (Ibid., p. 79). Ou seja, “internacionalização” do Estado capitalista, neste aspecto, “‘dentro de limites’ operacionais para a própria reprodução de um Estado-nacional” (Ibid., p. 78), necessária à dominação burguesa, por sua vez internacionalizada:

[...] E para fazer face a essa internacionalização o Estado capitalista assume outras proporções; particularmente ao nível das forças armadas, espionagem, contraespionagem e contrainsurgência, propaganda e contrapropaganda – ele se vê permanentemente envolvido na luta contra o “inimigo interno” e o INIMIGO EXTERNO; essa luta não encontra fronteiras nem momentos de interrupção. [...] Duas inovações são centrais. Primeiro, a criação de uma *força de dissuasão* (ou de “guerra preventiva” permanente) capaz de paralisar ou deprimir a irradiação socialista como estratégia de “ação externa”; segundo, uma articulação direta e ativa com as burguesias e os Estados-nacionais da periferia. (FERNANDES, 2019, p. 79, grifo do autor).

A partir dessas contribuições florestanianas, depreendemos que a internacionalização do sistema de dominação burguesa na era monopolista (de padrão imperialista) não seria possível sem a restauração das funções dos Estados capitalistas. Compreendemos que as contradições dos interesses de classes, sem uma suposta defesa dos interesses dos Estados-nação, ficariam mais expostas aos “inimigos internos” e “externos”, o que geraria uma maior vulnerabilidade à dominação burguesa. Em outras palavras, o sistema de dominação burguesa, a partir do capitalismo monopolista internacionalizado, passou a depender da restauração das funções do Estado capitalista para a sua consolidação e manutenção. Isto nos remete à noção de “interdependência” política e econômica, também reforçada por Fernandes (Ibid., p. 79-80): o centro passou a depender da periferia, por sua vez dependente do centro – tal aspecto de “interdependência” também foi destacado por nós na introdução deste subcapítulo.

Consideramos oportuno também resgatar, nessa perspectiva, como Fernandes pensou as

168 Para estabelecer uma relação com o léxico gramsciano e o nosso referencial teórico-metodológico, também podemos caracterizar esse processo a partir do debate que fizemos sobre a complexificação da sociedade civil e da sociedade política no âmbito do Estado integral (ampliado) nas sociedades “ocidentalizadas”. Observamos, nesse sentido, uma restauração dos instrumentos de controle e coerção (sociedade política) e da função dos aparelhos privados de hegemonia visando a formação para o consenso em torno dos ajustes necessários à hegemonia burguesa.

particularidades da dominação burguesa nos países dependentes e periféricos a partir do capitalismo monopolista – observando especialmente as condições na América Latina, onde os países já tinham em sua formação (a) a adaptação às estruturas econômicas, sociais e de poder de origens coloniais e (b) acomodação e submissão ao imperialismo em dependência permanente (Ibid., p. 82). Ele identificou como o Estado capitalista na periferia passou a ter um elemento político próprio ao associar, ao mesmo tempo, o “imperialismo”, as “multinacionais” e a chamada “burguesia nacional” (“burguesia nativa”, “fraca”, que absorveu as ideologias e utopias das burguesias do centro imperialista), “convertendo-se no pilar, no mediador e até no *artífice* dos elos estruturais e dinâmicos da periferia para o centro” (Ibid., p. 85, grifo nosso).

Em linhas gerais, a partir dessa compreensão, Fernandes caracterizou o Estado capitalista na periferia como um “Estado autocrático burguês” e identificou-o como um Estado “heterogêneo” e que “possui pelo menos três faces salientes”, a saber: 1) a “democrática, que aparece como contraparte necessária de uma oligarquia perfeita” (no sentido da “democracia restrita”, noção que também desenvolvemos neste subcapítulo); 2) a “autoritária, que aparece como a conexão inevitável de uma política econômica de linha dura”; e 3) a “fascista, que se implanta ‘dentro do Estado’ e nasce de necessidades ultrarrepressivas e da institucionalização da opressão sistemática” (Ibid., p. 87-88). A respeito da última, destacamos a observação de Fernandes, que se relaciona diretamente com o aspecto da funcionalidade das opressões sistemáticas e estruturais para a divisão da classe trabalhadora (para a maximização e manutenção da exploração), que apontamos anteriormente:

[...] sem ela, seria impossível o próprio capitalismo selvagem e a manutenção da ordem, pois os assalariados e os setores pobres se revoltariam, com o apoio de divergentes de outras classes. A principal função dessa conexão é a fragmentação do movimento operário e sindical bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular. (FERNANDES, 2019, p. 89).

O sociólogo concluiu que estas três faces “sugerem a existência de um ‘Frankenstein’”, mas que não indicam apenas as “contradições políticas que não se resolvem”: também sublinham “que a ditadura de classes aberta enfrenta dificuldades graves e precisa recorrer a uma composição que não concilia todos os interesses das classes possuidoras e sequer os principais interesses de seus setores hegemônicos, nacionais e estrangeiros” (Ibid., p. 89-90).

Para seguirmos ao fechamento das reflexões apresentadas neste subcapítulo, resgatamos a noção de “democracia blindada”, cunhada pelo historiador Felipe Demier (2017), que busca articular os conceitos “democracia restrita” e “autocracia burguesa” para pensar a atualidade

das democracias no mundo e no caso do capitalismo dependente e periférico brasileiro.¹⁶⁹

O autor, inicialmente, caracteriza a democracia representativa burguesa (no sentido de regime), em linhas gerais, enquanto uma das formas políticas assumidas pelo Estado capitalista – cuja existência foi “(...) alcançada por meio de décadas e décadas de luta dos trabalhadores pela efetivação de direitos sociais, civis e políticos [...]” – não deixa de ser, nunca, “[...] uma forma de dominação política do capital sobre o trabalho” ou, em outras palavras, uma forma de “[...] dominação político-social burguesa.” (DEMIER, 2017, p. 22, grifo do autor). Já as chamadas “democracias blindadas”, surgiram enquanto regime na Europa a partir da década de 1980 através de governos neoliberais e foram desenvolvidas/aperfeiçoadas nas décadas seguintes, “enquanto se intensificaram as contrarreformas que eliminaram (e ainda buscam eliminar direitos sociais)” (Ibid., p. 11)¹⁷⁰. Assim o historiador sintetiza aspectos diferenciais da “arquitetura” de um regime democrático-blindado:

[...] Dotadas de um caráter *hegemônico* – isto é, combinando de forma equilibrada elementos de consenso e coerção –, tais democracias apresentam estruturas de funcionamento hermeticamente fechadas às pressões populares, preservando seus núcleos institucionais decisórios como espaços exclusivos dos interesses da classe dominante. Impedindo, por meio de uma série de artifícios econômicos, políticos e culturais, que as demandas populares de cunho reformista possam adentrar a cena política institucional, essas *novas* democracias se definem pelo seu conteúdo essencialmente contrarreformista. Adequadas às necessidades da acumulação capitalista em tempos do *tardo-capitalismo*, as *democracias blindadas* combinam retiradas de direitos sociais com a expansão (maior ou menor, a depender do momento e do gestor de plantão) de políticas sociais compensatórias, carentes de universalidade, além de um aumento seletivo da repressão estatal voltada aos setores indômitos. Compõe ainda a estrutura dessas *democracias blindadas*, claro, a sua inexpugnável coluna de sustentação midiática, a qual, responsável pelo fornecimento de altas dosagens ideológicas produtoras de consenso (cada vez mais necessárias conforme os direitos são atacados), atua muitas vezes como o principal partido do capital. Encerrando um sentido histórico regressivo, essas democracias liberais contemporâneas, de tipo *blindado*, oferecem o que pode se chamar de uma nova forma de trato da velha “questão social” por parte do Estado capitalista. (DEMIER, 2017, pp. 22-23, grifo do autor).

Neste caminho, o autor acrescenta que quase na totalidade das chamadas “democracias representativas” das últimas décadas não há espaço para a representação política de amplas camadas populares e, conseqüentemente, não é possível impor limites aos interesses do capital

169 Consideramos esse exercício de atualização pertinente para adentrarmos, no capítulo seguinte, nas reflexões sobre os movimentos, governos e regimes do Brasil recente e na análise que faremos sobre o que chamamos de processo de fascistização.

170 Buscamos manter o cuidado do historiador na diferenciação acerca das categorias “Estado”, “regime” e “governo”, feita a partir do referencial teórico marxista. Compartilhamos a mesma preocupação e reforçamos que buscamos similar cuidado no uso das mesmas categorias ao longo de todo o nosso trabalho.

pelos caminhos institucionais (Ibid., p. 32), realizando-se como uma “[...] *democracia apenas para a burguesia*”, onde só podem participar as alas do “*partido da ordem*” (Ibid., p. 34, grifo do autor). Destacamos este aspecto por ele denotar um limite insolúvel a respeito da participação política, que pode atingir diferentes níveis em cada contexto do capitalismo periférico diante da permanente necessidade burguesa de esgarçamento da retirada de direitos civis e políticos visando à maximização da exploração do trabalho. Portanto, concordamos com o historiador quando ele aponta o progressivo desfazimento de garantias e liberdades democráticas como uma característica da natureza da chamada democracia blindada:

[...] uma derradeira característica a ser destacada acerca da natureza da *democracia blindada* à escala mundial: como regime político, ela progressivamente se desfaz de garantias e liberdades democráticas, eliminando, até mesmo no plano jurídico-político, os elementos objetivos, reais, que sustentam, em toda democracia liberal, a ficção democrática da igualdade e liberdade. Ao suspender, assim, não só direitos sociais, mas também direitos civis e políticos, a *democracia blindada* vem atualmente expondo o real conteúdo de toda e qualquer democracia sob o capitalismo. Atingindo seu auge sob a formatação *blindada*, a democracia burguesa explicita ao mesmo tempo sua força conjuntural e sua fraqueza potencial. (DEMIER, 2017, p. 35, grifo do autor).

Desse modo, concluímos esse subcapítulo compreendendo que a burguesia no Brasil, para manter-se em sua condição e ao mesmo tempo assegurar a manutenção de sua hegemonia política, não rompeu com a heteronomia e consolidou o ultraconservadorismo, tornando-o elemento característico do capitalismo dependente e atravessador da dinâmica da luta de classes, expressando-se como eixo condutor da sociabilidade e da subjetividade da própria burguesia. A desigualdade de classes e a conservação desta condição, neste sentido, não é um dado transitório, é um elemento estruturante da vida social e política.

Tal compreensão nos auxiliou a reflexão sobre como ocorre o processo de recomposição burguesa na atual crise estrutural do capitalismo no contexto brasileiro. Se, por um lado, ao longo das últimas décadas observamos a reforma do Estado na modificação da gestão pública, na reestruturação produtiva e da difusão de novos padrões de sociabilidade, por outro, esta nova estrutura de dominação burguesa no Brasil vem carregando e aprofundando os intrínsecos traços do ultraconservadorismo (e do intensificado uso do poder coercitivo através do que podemos chamar de “democracia blindada”) advindos da condição do capitalismo dependente. Ainda, considerando a religião enquanto forma particular de ideologia, e dado o seu enraizamento no âmbito da formação do senso comum e da cultura no país (pensando o senso comum e a cultura na perspectiva gramsciana), não seria possível pensarmos no processo de

realização da dominação burguesa sem considerarmos que a religião é um dos traços intrínsecos do ultraconservadorismo. Em outras palavras, arriscamos apontar que no capitalismo dependente no Brasil não é possível desassociar realização da dominação burguesa o seu traço ultraconservador e tampouco é possível desassociar do ultraconservadorismo o seu traço religioso: para nós, a religião, enquanto forma particular de ideologia, é um dos elementos intrínsecos da realização da dominação burguesa no Brasil nos marcos da autocracia.

Por último, com a intenção de abriremos algumas questões que saltaram aos nossos olhos neste subcapítulo – cujas respostas ainda não obtivemos, tendo em vista a necessidade de aprofundamento nos estudos a respeito da consolidação e das formas de realização do racismo no Brasil, mas que consideramos reflexões extremamente necessárias que pretendemos desenvolver em estudos futuros – indagamos: as relações entre a integração das pessoas negras na sociedade de classes no Brasil e a histórica e permanente criminalização das religiões de matriz africana (compreendida como racismo religioso, que se consolidou como elemento do racismo estrutural no país) poderiam ser um ponto chave para pensar a religião e a autocracia burguesa no Brasil? Na dimensão da contrarrevolução preventiva na perspectiva florestaniana, os intelectuais orgânicos e organizações representantes das manifestações religiosas de matriz africana tornaram-se, intrinsecamente, inimigos a serem combatidos? A chamada “guerra espiritual” difundida no Brasil pelas igrejas evangélicas neopentecostais (a partir do adensamento da Teologia do Domínio, que debatemos no capítulo II) teria sido instaurada a partir desse traço da autocracia e, ao mesmo tempo, o teria restaurando? Considerando essa perspectiva, a Teologia do Domínio teria sido instrumentalizada pelos intelectuais evangélicos de direita e, em seguida, pela extrema direita, ou o contrário? Ou teria sido instrumentalizada como por ambos, constituindo, ao mesmo tempo, fermento ideológico para a nova pedagogia da hegemonia evangélica e para o projeto bolsonarista de fascistização?

3.2 A crise orgânica do capital e o neoliberalismo

Este subcapítulo pretende articular o conceito de crise orgânica com a leitura do capitalismo dependente e periférico – debatido no subcapítulo anterior – para a nossa compreensão sobre efeitos do aprofundamento da crise do capitalismo e os ajustes à função das ideologias a partir das transformações estruturais, buscando localizar o adensamento e a

ofensiva da frente liberal-ultraconservadora nesse processo.

Na primeira parte, o debate se concentra na observação da dimensão estrutural e superestrutural na formação do bloco histórico toyotista-neoliberal, assim como os ajustes realizados pelo grande capital visando o controle e a superexploração dos trabalhadores visando a retomada de níveis de lucratividade anteriores e aumento da concentração de capital. Na segunda parte, tratamos das variantes neoliberais, passando por suas aproximações e distinções, buscando a análise da frente liberal-ultraconservadora e as transformações que ela vem produzindo de forma mais sistemática, há uma década, no cenário de aprofundamento da crise orgânica no cenário brasileiro de capitalismo dependente e periférico.

3.2.1 As transformações estruturais e a função das ideologias

A ideia de crise é utilizada no senso comum, quando relacionada a um país ou a um conjunto de países, para caracterizar um período de recessão econômica e/ou de agudização de disputas políticas. Como desdobramento desses contextos, observamos os ajustes realizados de acordo com as necessidades e demandas do grande capital, que podem ser expressos em acordos internacionais ou em políticas internas de novas taxações nacionais, por exemplo¹⁷¹. Contudo, o que Gramsci analisou quando cunhou o conceito de “crise orgânica” foi mais do que uma crise circunstancial e/ou transitória (destas que poderiam ser resolvidas com medidas paliativas): trata-se de um tipo de crise do capitalismo desde as suas entranhas, uma crise sem precedentes e de danos irreversíveis, que atinge ao mesmo tempo a sua estrutura (base material) e a sua superestrutura (ideologia). Gramsci desenvolveu este conceito ao analisar a “crise americana de 1929” (GRAMSCI, 2020b, 2020c) que deu início à recomposição burguesa que resultou na formação do bloco histórico fordista (no âmbito da estrutura) e keynesiano/“americanista” (no âmbito da superestrutura).

Neste sentido, para compreendermos o significado e os decorrentes desdobramentos de uma crise orgânica é necessário olhar para ambas as dimensões (estrutural e superestrutural)

171 Gramsci caracterizou as “crises” eventuais do capitalismo de algumas formas, das quais destacamos a seguinte: “Em suma, o desenvolvimento do capitalismo foi uma ‘crise contínua’, se assim se pode dizer, ou seja, um rapidíssimo movimento de elementos que se equilibravam e neutralizavam. Num certo ponto, neste movimento, alguns elementos predominaram, ao passo que outros desapareceram ou se tornaram inativos no quadro geral. Então surgiram acontecimentos aos quais se dá o nome específico de ‘crises’, que são mais ou menos graves precisamente na medida em que tenham lugar elementos maiores ou menores de equilíbrio” (GRAMSCI, 2020c, p. 318).

que compõem um determinado bloco histórico¹⁷². O economista brasileiro estudioso da obra de Gramsci, Rodrigo Castelo, também apresenta o mesmo entendimento. Ele destaca que o conceito de crise orgânica não se relaciona somente à duração de uma crise, “[...] mas também ao seu impacto no abalo das estruturas e superestruturas de um bloco histórico, abrindo-se a possibilidade de surgimento de novas formas de organização social” (CASTELO, 2013, p.106). Compreende, como nós, que as crises orgânicas podem derivar, em maior ou menor escala, dos aspectos econômicos ou políticos, mas sempre contém ambos, expressando uma crise necessariamente de base material e ideológica.

A partir desta leitura, foi possível identificar que uma nova crise orgânica vem despontando desde o fim dos anos 1960 e início dos 1970, quando observamos os primeiros passos da transição do bloco histórico fordista/keynesiano¹⁷³ e de Estado de “bem-estar social” para o novo bloco histórico neoliberal (superestrutura) e de base econômica toyotista – modelo japonês de produção – ancorada na acumulação flexível e na financeirização da economia (estrutura). A respeito desta análise, dialogamos especialmente com a obra do filósofo húngaro István Mészáros (2011) – reforçada pelo sociólogo brasileiro Ricardo Antunes (2011, 2018) – que apontou que o sistema de capital, essencialmente expansionista, destrutivo e incontrolável, assume a forma de uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente, que revela características de uma crise estrutural, ao contrário dos ciclos de expansão anteriores. Concordamos com os autores quando analisam, portanto, que estamos desde o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 em uma crise que se tornou o eixo da derrocada do bloco histórico fordista-keynesiano, de caráter duradouro, sistêmico e estrutural (ANTUNES, 2011; MÉSZÁROS, 2011). Compreendemos que o conceito de “crise estrutural” desenvolvida por Mészáros (2011) carrega o mesmo sentido do conceito gramsciano de crise orgânica, uma vez que não trata exclusivamente da dimensão “estrutural” da crise, mas a coloca em evidência

172 A nossa apresentação e demais considerações sobre conceito de bloco histórico foram realizadas no Capítulo I, entre as páginas 59-61.

173 Em estudos anteriores, definimos: “O bloco histórico fordista/keynesiano foi formado no início do século XX, quando o fordismo e sua base ideológica, denominada por Gramsci (...) como ‘americanismo’, transcendeu as trincheiras norte-americanas e se estabeleceu como modelo dominante da expansão capitalista após a Primeira Guerra Mundial. Ela revelou-se como a expressão de que a expansão do capital, via imperialismo, não foi suficiente para superar a queda tendencial da taxa de lucro, o que gerou a necessidade de reorganizar a produção (fordismo) e preparar os trabalhadores psico-socialmente para a tal mudança (americanismo). Henry Ford, além da proposta da linha de montagem, detinha o monopólio da produção, o que foi fundamental para a consolidação do fordismo como novo modelo produtivo e do monopólio como tendência para o crescimento da acumulação e expansão do capital. No contexto da ‘guerra fria’, iniciada com o fim da segunda grande guerra, a expansão do capital atingiu seu apogeu, atingindo taxas positivas de acumulação por três décadas que formaram, segundo o historiador inglês Hobsbawm (1994), o ‘ciclo de ouro’ do capitalismo.” (COLOMBO, 2018, p. 22).

justamente para diferenciá-la de crises anteriores.

A fim de caracterizar esta crise estrutural (orgânica), Antunes destacou, no âmbito da economia, a ausência dos intervalos entre expansão e recessão, a eclosão de precipitações cada vez mais frequentes e contínuas, e principalmente, a crise na realização do valor. Ou seja, o capital, ao deixar de considerar o valor de uso e o valor de troca de maneira separada, subordinando o primeiro ao segundo, não pode mais se desenvolver sem recorrer à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, “como mecanismo intrínseco” (ANTUNES, 2011, p 12). Com o aprofundamento da separação entre o valor de uso (referente às necessidades) e o valor de troca (referente à valorização do valor) foram criados mecanismos de diminuição do valor de uso, como a obsolescência programada – vida útil cada vez mais curta – e, assim, intensificaram-se as consequências destrutivas, colocando em risco a humanidade, uma vez que intensificaram-se a precarização estrutural do trabalho e a destruição da natureza, aumentando os níveis de degradação e barbárie social (ANTUNES, 2011).

No novo modelo toyotista de organização do trabalho fabril (modelo que, nas décadas seguintes, foi gradativamente ampliado como modelo para todas as esferas de produção, não somente para os setores agroindustrial e industrial mas também para os setores de serviços, inclusive para o sistema de formação escolar)¹⁷⁴, operado a partir de novos controles de qualidade e metas de produtividade, foram inseridas novas formas de conformação psicofísica dos trabalhadores: estes, deveriam engajar-se na autovigilância e autodisciplina, ‘vestir a camisa’ das empresas para garantir seus postos de trabalho, desenvolver-se em seu trabalho exclusivamente a partir de seu próprio ‘mérito’, dentre outras formas. Estas foram as bases para novas formas de superexploração¹⁷⁵ do trabalho, somadas a estratégias: de flexibilização do trabalho através da terceirização dos trabalhadores e de contratos temporários; de

174 Antunes (2018) chama a atenção para o fato de que, na era toyotista, ainda estão presentes as heranças do modelo fordista e taylorista, como se observa nos setores agroindustrial, industrial e serviços, de forma e em escalas diferenciadas, especialmente em países como China, Índia, Brasil, África do Sul, dentre outros.

175 Entendemos por superexploração o conceito desenvolvido e definido por Marini: “[...] o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa —a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real. [...] Por conseguinte, [...] a produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, e sim acentua, a maior exploração do trabalhador; e [...] as combinações das formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada.” (MARINI, [1973] 2017, p.350).

responsabilização dos trabalhadores através da ideologia do empreendedorismo; de obtenção da mão de obra através do trabalho voluntário, impetrado pela lógica do cooperativismo; entre outras. Em relação ao empreendedorismo, resgatamos uma ácida síntese de Antunes: “Para tentar ‘amenizar’ esse flagelo [das novas formas de exploração do século XXI], propaga-se em todo o canto um novo subterfúgio: o ‘empreendedorismo’, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será.” (ANTUNES, 2018, p. 38).

Quanto ao fenômeno da terceirização e à sua relação com as variadas formas de flexibilização, que vêm desestruturando ainda mais a classe trabalhadora, Antunes aponta que:

[...] a terceirização vem se tornando a modalidade de gestão que assume centralidade na estratégia empresarial, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc.

E, mais ainda, a explosão de empresas terceirizadas tem sido um importante propulsor de mais-valor. As empresas públicas que no passado recente eram prestadoras de serviços sem fins lucrativos, após a sua privatização e *mercadorização tornaram-se partícipes (direta ou indiretamente) do processo de valorização do capital, incrementando e ampliando as modalidades de lucro e de criação ou realização do mais-valor.* (ANTUNES, 2018, p. 32, grifo do autor).

Com o aumento da instabilidade, em jornadas e contratos de trabalho cada vez mais flexíveis, a ‘compensação’ da retirada de direitos veio através da promessa de participação percentual nos lucros das empresas – uma das estratégias de flexibilização da remuneração, assim como as bonificações, premiações e salários vinculados ao cumprimento de metas. A ideia de que cada indivíduo seria responsável por sua inserção no mundo do trabalho – a chamada capacidade de empregabilidade – ganha força, assim, como a teoria (ideologia) do “capital social”¹⁷⁶. Assim se articulou/articula a incorporação da visão de mundo burguesa pelos trabalhadores, gerando também um estado de permanente vulnerabilidade e insegurança, utilizado também como elemento de dominação política por parte das frações de classe

176 Segundo Motta (2022), a “a teoria do capital social” pode ser compreendida como um “rejuvenescimento” da teoria/ideologia do “capital humano”, identificada no a partir dos anos 1990 através da atuação de intelectuais orgânicos do capital, organizados em organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial. Nas palavras da autora, “Em meados da década de 1990, os intelectuais orgânicos do capital chegaram à conclusão de que não basta ‘educar para o desemprego’, isto é, não basta atribuir à escola a função de atender as demandas do capital, qualificando e modernizando as forças produtivas para aumentar a capacidade competitiva; não basta atribuir à escola a função de atender a demanda do trabalhador de inserção no mercado de trabalho – é preciso ‘educar para sobreviver’; é necessário atribuir outras funções à escola. E opera-se uma outra etapa de ‘rejuvenescimento’ da ‘teoria do capital humano’ introduzindo elementos da ‘teoria do capital social’ de Robert Putnam.” (MOTTA, 2022, p. 239).

burguesas.

A estes modelos pós-fordistas e toyotistas, somou-se o advento da revolução tecnológica da automação, da robótica e da microeletrônica que, ao contrário de servirem para a produção de um novo modo de produção menos intenso e cooperativo, como bem destacou Castelo (2013), sob o controle das classes dominantes “conformam-se como parte substantiva da estratégia burguesa de reversão da crise orgânica dos anos 1970” (CASTELO, 2013, p.173). Estas mudanças trouxeram profundos impactos nas forças produtivas e nas relações sociais de produção, dentro da estratégia neoliberal de aumentar os graus de alienação e subsunção real do trabalho ao capital (ou à burguesia), “reforçando o caráter predatório do desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capitalismo, que continua a consumir destrutivamente o ser humano e a natureza em sua constante busca pela acumulação” (Ibid., p. 177).

Sobre as mudanças a partir do desenvolvimento e incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), pensando em escala global, Antunes aponta para a necessidade de observarmos as novas estratégias de intensificação do trabalho que geraram o que ele caracterizou como o “novo proletariado da era digital”, que por sua vez envolve a variante “novo proletariado de serviços da era digital” e o que poderíamos denominar como “escravidão digital” em “pleno século XXI” (ANTUNES, 2018, p. 25-32). Neste sentido, o sociólogo destaca diversos exemplos de como isso se realiza: o modelo de contrato “zero hora” (onde os contratos não tem determinação de horas e os trabalhadores ficam à disposição, ganhando por cada tempo de trabalho prestado) que envolve os mais diversos trabalhos de motorista, médicos, enfermeiros, cuidadores, eletricitas, advogados, profissionais de serviços de limpeza, dentre outros; contratos “pejotizados”; contratos “intermitentes”; a “massa de ‘empreendedores’”; os trabalhadores uberizados (ou, de forma mais ampla, plataformizados); o chamado “teletrabalho”; dentre outros (Ibid., p. 33-35). Como apontamos, ainda é acrescida a obrigatoriedade do cumprimento de “metas”, “impostas frequentemente por práticas de assédio capazes de gerar adoecimentos, depressões e suicídios.” (Ibid., p. 35).

No contexto do capitalismo dependente e periférico no Brasil, tais dimensões da superexploração e das múltiplas formas de adoecimento foram agravadas a partir dos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo e o decorrente processo de reestruturação produtiva do capital. Como assinalou Antunes, as empresas foram levadas à adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho e novos métodos denominados “participativos” que, como resultado, produziram uma “simbiose entre elementos herdeiros do

fordismo [...] e novos instrumentos próprios das formas de cumulação flexível” (Ibid., p. 118), que se relaciona ao que debatemos a respeito do desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo dependente e periférico no Brasil.

Este processo produziu mudanças tanto para a classe trabalhadora quanto para as burguesias brasileiras¹⁷⁷, no sentido de suas estruturas e composições. Ao analisar a ampliação e expansão do setor de serviços no país (com a enorme expansão do trabalho em *call-centers* e *telemarketing* das empresas de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), o autor também identificou o que caracterizou como “reconfiguração da classe trabalhadora no Brasil”, pois afetaram a “composição da força de trabalho”, o que gerou “o nascimento de um novo proletariado de serviços, o infoproletariado ou o cibertariado” (Ibid., p. 119). No caso da burguesia, somando os elementos já expostos à privatização do setor produtivo estatal (especialmente dos parques industriais, o que afetou a siderurgia, as telecomunicações, a energia elétrica, o setor bancário, dentre outros, que passaram para o capital privado nacional e transnacional), Antunes identificou que esse processo “desorganizou o tripé que sustentava a economia brasileira (*capitais nacional, estrangeiro e estatal*)” (Ibid., p. 120, grifo do autor), reduzindo o setor produtivo do Estado, aumentando a internacionalização da economia e incorporando ou associando amplos setores “da burguesia nacional e do setor produtivo estatal” ao capital externo, o que alterou bastante “a estrutura e a composição das classes dominantes” (Ibid., p. 120).

Observando tais bárbaras e profundas mudanças na constituição do novo bloco histórico toyotista/neoliberal, verificamos um duplo movimento no âmbito da formação do Estado ampliado no contexto mundial e que se verifica no Brasil. Por um lado, uma expressiva difusão de organizações da sociedade civil, especialmente nas últimas quatro décadas, compreendidas aqui como aparelhos privados de hegemonia, desempenhando o papel de formular, sistematizar e difundir a concepção de mundo neoliberal (FONTES, 2010, 2017; CASIMIRO 2016, 2020).

177 Aqui, distintamente de Antunes que considera a existência de uma “burguesia nacional” (por sua vez com seus diversos setores) (ANTUNES, 2018), adotamos a compreensão de Fontes (2010), a partir da obra florestaniana, de que não há uma única burguesia nacional, mas o que podemos considerar como “burguesias brasileiras”: “As burguesias brasileiras mantêm (e exportam) suas tradições truculentas, a elas adendando uma amplíssima rede de convencimento no âmbito da sociedade civil, convertida em política de Estado. Aderiram, à sua maneira, à forma da política capital-imperialista dominante no cenário internacional. Dada a estreita imbricação de seus interesses com os demais capital-imperialistas, em contexto histórico no qual a constituição de burguesias em espaços nacionais passa por uma intensa cosmopolitização, a expectativa de um comportamento autonomizante e republicano dessas burguesias está fadada ao fracasso. Inexiste, pois, uma *burguesia nacional* no Brasil e inexistem condições históricas para a emergência de algo similar. Essa constatação de forma alguma reduz o peso e a complexidade organizativa dessas burguesias brasileiras.” (FONTES, 2010, pp. 313-314, grifo da autora).

Por outro lado, verificou-se na sociedade política, através de uma plataforma neoliberal umbilicalmente ligada à sociedade civil empresarial, um amplo conjunto de “contrarreformas”¹⁷⁸ que representou uma intensa expropriação do fundo público, por meio da transferência do patrimônio estatal para a iniciativa privada realizada com as privatizações em todo o mundo, e pela emergência de novos modelos de gestão inseridos na administração pública.

Deste processo verificou-se também o surgimento e o recrudescimento, nas três últimas décadas, de medidas paliativas ao aprofundamento da crise orgânica – de reajustes estruturais propugnados pelo neoliberalismo – como a flexibilização e retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, desregulamentação do trabalho e processos de desterritorialização. Soma-se a isso a abertura de novas fronteiras para a mercantilização de setores da vida social (como a cultura, educação, habitação, saúde, transporte e outros) que são agora provedores de lucros, de reprodução ampliada do capital. Este processo de mercantilização liga-se ao que Fontes (2010) chama de “expropriações secundárias” a partir dos anos 2000, cujo foco remete a novas formas de extração do sobretrabalho, cujo resultado – no sentido da continuidade de todo o panorama aqui expresso – é a superexploração.

Ressalvamos que, em nosso entendimento, neste processo de maximização da exploração do trabalho (superexploração) no capitalismo dependente¹⁷⁹, as diversas formas de opressão da classe trabalhadora constituem-se como elementos característicos intrínsecos e endógenos e não se restringem aos resquícios de períodos históricos anteriores, como o caso do arcaísmo da escravidão. Portanto, não são necessariamente elementos superestruturais, mas parte da mecânica da nossa formação social, de onde deduzimos que não haveria capitalismo (dependente) sem o racismo estrutural, o patriarcalismo, o sexismo, a LGBTQIAPN+fobia, o capacitismo, dentre outras formas de controle e opressão de classe. Também consideramos que são estruturas funcionais para que a classe não se identifique enquanto classe (através da tentativa de ocultamento da dominação) e, assim, o processo de maximização da exploração do

178 Embora não localizemos o desenvolvimento do conceito de contrarreforma no conjunto da obra de Gramsci, em Coutinho (2010), a criação do conceito de contrarreforma é atribuída a Gramsci, considerando que é um processo próprio de todas as restaurações. Segundo o autor, é uma restauração não realizada em bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo. Diferente da “revolução passiva”, em que há dois momentos – o de restauração (reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical vinda “de baixo”, dos subalternos) e o de renovação (onde algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto” através de concessões das camadas dominantes) – onde a renovação é o momento que se sobressai. Na contrarreforma é preponderante o momento do velho (a velha ordem restaurada).

179 Conceito desenvolvido pelo sociólogo Florestan Fernandes para pensar a condição de dependência do Brasil em relação ao capitalismo central, que apresentamos e debatemos no subcapítulo anterior.

trabalho seja mantido e suas estratégias sistematicamente atualizadas.

Neste ponto, consideramos oportuno destacar como a Teologia da Prosperidade (TP), ideologia apresentada no capítulo II, assimila e incorpora elementos da ideologia neoliberal ajustada a essas demandas do mercado, orientadas pelo capitalismo desde o centro. Ou seja, consideramos que a TP é uma ideologia que tem desde seu germe a função de adaptar (sistematizar e difundir) tais elementos necessários à conformação psicofísica dos trabalhadores de acordo com os ajustes do centro para a periferia do capitalismo, tais como o condicionamento à autovigilância, à autodisciplina, à responsabilização individual (diante de problemas de ordem coletiva), à noção de “mérito”, ao espírito empreendedor, dentre outros. Ao fim e ao cabo, compreendemos que os intelectuais e as igrejas evangélicas (intelectuais coletivos) formuladores, sistematizadores e difusores da TP, estão realizando, especialmente na periferia, o trabalho permanente de conformação da classe trabalhadora à superexploração do trabalho.

Retomando os aspectos relacionados às mudanças ocorridas no âmbito superestrutural, é necessário especificar o que compreendemos neste estudo como “neoliberalismo”, para que possamos caracterizar a formação do que estamos chamando de variantes, por sua vez identificadas em distintas frentes móveis de ação: a frente social-liberal e a frente liberal-ultraconservadora – onde, na segunda, localizaremos a atuação dos intelectuais evangélicos.

3.2.2 Do “receituário-ideal” às variantes social-liberalismo e liberalismo-ultraconservador

Em trabalhos anteriores (COLOMBO, 2018), realizamos uma revisão teórica sobre o tema e, considerando que o capitalismo se desenvolve de maneira distinta nos países centrais e periféricos – ou de capitalismo avançado e dependente (FERNANDES, 2020), ou através do avanço e da sofisticação das estratégias do capital-imperialismo (FONTES, 2010) –, compreendemos ser indispensável à nossa análise a observação das diferentes expressões, formações e conformações do neoliberalismo de acordo com cada contexto econômico, político, social, histórico e cultural. A partir dessa perspectiva, entendemos, de maneira ampla, o neoliberalismo como uma ideologia – em diálogo e concordância com a análise e a classificação do historiador inglês Perry Anderson (1995) – que surge como uma reação teórica e política contra o modelo de Estado intervencionista e de bem-estar no contexto após a II

Guerra Mundial.

Nessa perspectiva e também na direção de pensar a função da ideologia neoliberal na dimensão do bloco histórico¹⁸⁰, concordamos com Castelo quando afirma:

A ideologia neoliberal não conduziu as reformas-restauradoras dos aparatos governamentais a uma simples reedição do neoliberalismo econômico e político do século XIX, nem muito menos o Estado neoliberal é uma reatualização do Estado guarda-noturno [ideia formulada por Gramsci referente ao Estado cujas funções são limitadas à segurança pública e ao controle do cumprimento das leis]; o que existe, de fato, é uma refuncionalização do Estado ampliado burguês diante da emergência da mais recente etapa do capitalismo, o bloco histórico neoliberal. (CASTELO, 2013, p. 223, grifo nosso).

Desse modo, foi apenas nos anos 1970, a partir do contexto da crise orgânica do capitalismo, que as teorias neoliberais que vinham sendo elaboradas e difundidas desde as décadas de 1930 e 1940, ganharam terreno fértil para ampla difusão nas disputas por hegemonia no processo de recomposição burguesa. Elas surgiram em contraposição ao advento do keynesianismo, formuladas especialmente pelos intelectuais da área da economia da Escola Austríaca e, posteriormente, da Escola de Chicago, como apontamos:

Desde os anos 1930, Hayek já escrevia contrapondo-se à proposta de Estado intervencionista formulada pelo economista britânico John Keynes. Mas como a proposta keynesiana torna-se hegemônica até os anos 1970, durante este período as ideias dos liberais não tinham projeção entre os economistas – ainda mais nos anos 1960, quando o Estado de bem-estar social estava em seu auge, assim como o próprio movimento do capital, em seu grande período glorioso com altíssima acumulação e lucratividade. Mesmo assim, foi um período de muita articulação entre os teóricos conservadores que estavam debruçados em relançar as teorias liberais clássicas, adaptadas ao contexto da época, buscando combater o keynesianismo. Assim, já em 1947, fundam a Sociedade Mont Pèlerin, aos pés do Monte Pèlerin, nos alpes suíços, realizando reuniões bianuais para realizar estudos e traçar estratégias de *difusão* de sua ideologia. Entre os economistas presentes, participavam Ludwin von Mises (um dos grandes nomes da Escola Austríaca de economia), F.A. "Baldy" Harper e V. Orval Watts da Foundation for Economic Education, que iam de Manchester, Milton Friedman, norte-americano representante dos liberais da Escola de Chicago, e pessoas como Walter Eucken, Karl Popper e Wilhelm Röpke que representavam os social-democratas liberais, além do próprio Hayek, que tornou-se o presidente da Sociedade. (COLOMBO, 2018, p. 37, grifo do original).

Considerando o neoliberalismo enquanto ideologia em sua origem e sentido aqui apresentado, adotamos o termo “receituário-ideal” cunhado por Castelo (2013) para a caracterização desta primeira variante, que foi pilar para a origem das duas outras variantes que

180 Apresentamos nossa compreensão sobre o conceito de “bloco histórico” no subcapítulo 1.1.

observaremos adiante (a social-liberal e a liberal-ultraconservadora). Castelo aponta que:

Na primeira variante ideológica do neoliberalismo, intitulada *receituário-ideal*, defendia-se uma intolerante doutrina de controle dos gastos públicos, arrocho salarial, aberturas comercial e financeira, desmonte do *welfare state* e de um amplo processo de privatização, dentro daquilo que ficou consagrado nos anos 1990 como o Consenso de Washington. Os planos de ajuste estrutural foram sendo implementados de acordo com a correlação de forças de cada um dos países. Na América Latina, por exemplo, a agenda neoliberal foi aplicada com maior força em países como Argentina, Bolívia, México e Venezuela. No Brasil, diante de um complexo quadro nacional das lutas de classes, no qual a esquerda – liderada pelo Partido dos Trabalhadores nos anos 1980 – formou um bloco de resistência relativamente eficiente, o neoliberalismo só conseguiu se estabelecer tardiamente nos anos 1990 com a cooptação de setores da social-democracia (PSDB) auxiliados por conservadores (o então PFL, hoje DEM) e até mesmo ex-comunistas (PPS). (CASTELO, 2013, p. 243, grifo do autor).

Neste sentido, identificamos que o primeiro texto que marca o surgimento das ideias neoliberais, “O Caminho da Servidão”, escrito em 1944 pelo economista austríaco Friedrich von Hayek (1899-1992) – um dos principais representantes da Escola Austríaca de economia –, já apresentava os princípios que seriam a base do “receituário-ideal” do neoliberalismo. Dentre eles, destacamos (já em estudos anteriores) o anticomunismo desde a sua gênese:

Nele [“O Caminho da Servidão”; HAYEK, 2010], a partir de uma narrativa a-histórica e de uma lógica argumentativa dedutiva, o autor desenvolve a ideia de que a economia (o mercado) teria um movimento incontrolável e não poderia ser administrada nem planejada por uma instituição central (Estado), situação esta que geraria uma sociedade totalitária. Toda sociedade que não tivesse sua economia regulada pela ‘ordem espontânea do mercado’ seria, portanto, socialista – o que, para Hayek, é sinônimo de totalitária – utilizando o termo para tratar desde a social-democracia, passando pelo próprio socialismo (oriundo do processo russo) ao nazifascismo, como descreve ao longo de grande parte da obra mencionada. O “caminho da servidão”, portanto, seria o avesso do “livre mercado”, uma vez que os indivíduos teriam dependência com o “tutelamento” do Estado em uma economia planificada (considerando como economia planificada desde a experiência da União Soviética às proposições de keynesianas). Argumenta que o planejador teria um poder destacado de definir prioridades do mercado, o que interferiria na sua liberdade e na livre concorrência, ou seja, na suposta auto-regulação. A sociedade só seria livre se regida sob a “ordem espontânea do mercado”, contrapondo, inclusive, democracia ao planejamento econômico. (COLOMBO, 2018, p. 36).

Através da leitura da obra “Os princípios de uma ordem social liberal” (HAYEK, 1981), identificamos também o apontamento de orientações operacionais para a implementação do neoliberalismo – no período de sua publicação, como veremos, tal prescrição já era seguida em países do capitalismo central e periférico. Nessa obra, Hayek enumera os seguintes pilares: (i) da propriedade privada, indissociável do liberalismo pois seria a parte material do domínio individual protegido pelo Estado; (ii) dos serviços sociais, oferecidos de acordo com a demanda

do mercado e com o montante de recursos financeiros disponibilizados de acordo com tal interesse; e (iii) da justiça de conduta individual, a partir da ideia central de limitação, das restrições, e não dos direitos, reconhecendo como Lei somente aquilo que seria aplicável a todos, sob o princípio de que o Estado não poderia intervir entre o indivíduo e o mercado, mas que poderia “socorrer” o indivíduo quando a situação correspondesse a algo fora de tal relação (HAYEK, 1981, p. 51-56).

A partir desses princípios orientadores desenvolvidos nas obras de Hayek e outros intelectuais de similar importância¹⁸¹, que podemos chamar de “receituário ideal”, o neoliberalismo foi experimentado pela primeira vez através da ditadura militar chilena, sob o regime do general Augusto Pinochet, de 1973 a 1990 – considerado o grande laboratório mundial das políticas neoliberais na América Latina. Depois da experiência chilena, partidos com plataformas declaradamente neoliberais assumiram governos de países de economias centrais. O governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra (de 1979 a 1990), de Ronald Reagan, nos Estados Unidos (de 1981 a 1988), de Helmut Kohl, na Alemanha (de 1982 a 1998), e de Poul Schlüter, na Dinamarca (de 1982 a 1992), marcaram a primeira grande cena de experimentação neoliberal no capitalismo central. Na Europa, especialmente na Inglaterra sob o governo da “dama de ferro” (Margaret Thatcher), os primeiros governos neoliberais aplicaram primeiramente medidas econômicas, tais como a redução dos impostos sobre altos rendimentos, a contração de emissão monetária, a abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, a ampliação dos processos de privatizações de empresas e serviços estatais, o corte dos gastos sociais, a criação de legislações de desmantelamento das organizações sindicais, entre outras medidas.

Assim, observamos que a instauração das primeiras políticas neoliberais decorreu de diferentes motivações e disseminou-se em outros países do continente europeu durante os anos 1980 (não apenas em governos amplamente considerados de direita, mas também através de governos reconhecidos como progressistas e de esquerda). É quando notamos a expansão e o adensamento do neoliberalismo como ideologia em escala mundial. Porém, ainda que tenha se espalhado dessa maneira desde esse período, a ideologia neoliberal encontrou resistência, dos

181 Tal como, por exemplo, o economista líder da Escola de Chicago, Milton Friedman, que escreveu “Capitalismo e Liberdade” ([1962] 1982). Nessa obra, o economista buscou determinar o papel do governo em uma sociedade liberal. Utilizando como sinônimos os termos Estado e governo, Friedman defendeu que tal papel seria o de legislar e arbitrar, de maneira que o uso amplo do mercado como regulador social diminuiria progressivamente a necessidade de intervenção governamental, pois as tensões seriam resolvidas no âmbito do mercado (FRIEDMAN, 1982).

subalternos à burguesia. Como bem destacou Castelo:

Malgrado a sua força, a doutrina neoliberal encontrou resistência na sua aplicação “pura” e, por isso, não tomou exatamente o rumo idealizado pelos luminares de Mont Pèlerin. Tais resistências – vindas dos subalternos e até mesmo de frações das classes dominantes – ocorreram desde os primórdios da consolidação do neoliberalismo nos governos Pinochet, Reagan e Thatcher. Na realidade, houve um desenvolvimento desigual do neoliberalismo nas diversas formações econômico-sociais. (CASTELO, 2013, p. 243).

Mesmo com êxito em alguns aspectos relacionados à recuperação das perdas do grande capital, as medidas neoliberais – contidas no “receituário-ideal” – apresentaram-se insuficientes para restaurar as taxas de crescimento e acumulação estáveis como outrora, no auge do capitalismo. Como apontou Castelo, a deterioração do mundo do trabalho no centro e na periferia do capital, as crises financeiras globais e as lutas e resistências contra-hegemônicas da década de 1990, geraram crises conjunturais que “exigem soluções renovadas de disciplina da classe trabalhadora – subsunção formal e real do trabalho à lógica do capital, coerção direta promovida pelo Estado e o poder da ideologia –, apagando as tentativas de rebelião dos subalternos” (CASTELO, 2013, p. 265). Na mesma década, no contexto de continuidade da crise orgânica, diante da profunda recessão do capitalismo avançado a partir de enormes dívidas públicas e com evidentes limitações do neoliberalismo, o neoliberalismo ainda ganhou um segundo alento e não uma forte reação: observamos o que se caracterizou como a segunda grande cena de experimentação do neoliberalismo com a queda do socialismo na Europa oriental e na União Soviética, e com os governos eleitos declaradamente neoliberais nas economias pós-comunistas do leste europeu (ANDERSON, 1995). A terceira, por sua vez, foi a expansão dos governos neoliberais na América Latina – com exceção do Chile, que já havia passado por este processo – também a partir dos anos 1990 (Ibid.).

Mesmo com a expansão, adensamento e implementação de políticas de Estado neoliberais em todos esses contextos ao longo do período assinalado, como bem apontou Castelo, os resultados não corresponderam ao que foi prometido:

Os resultados prometidos às populações não foram alcançados: as taxas de crescimento econômico continuaram estagnadas, o desemprego cresceu, os empregos gerados foram de baixa qualificação e, principalmente, os índices de pobreza e desigualdade aumentaram. Gradativamente tomou-se consciência de que o receituário-ideal do neoliberalismo não reunia condições políticas e ideológicas para cumprir suas (falsas) promessas. Um mal-estar generalizado começou a ser sentido pelas classes subalternas diante dessa situação de deterioração social. Era a hora de o neoliberalismo sofrer um suave ajuste na sua direção estratégica. (CASTELO, 2013, p. 243-244).

As experiências neoliberais a partir deste período – diante de tais mudanças conjunturais e da dinâmica do capitalismo central e periférico – ganham novas ênfases. O Consenso de Washington (1989) – um conjunto de medidas econômicas para o neoliberalismo na América Latina, formulado pelo governo estadunidense e organizações multilaterais como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) – apontava para a reorganização da agenda neoliberal, estabelecendo como prioridades: intensificação do processo de privatizações, abertura econômica, flexibilização dos direitos trabalhistas, redução do custo da força de trabalho, focalização das políticas sociais e maior presença da sociedade civil nas políticas públicas – como sociedade civil, neste contexto, entende-se a participação do empresariado nas políticas públicas através de parcerias público-privadas.

Assim, no interior do processo de recomposição burguesa em curso nos anos 1990, emerge um conjunto de teorias que propõem saídas para o visível fracasso (ou limitação) do “receituário-ideal”, buscando redefini-lo, em um processo de atualização da recomposição burguesa. Ou seja, às políticas econômicas consolidadas que ocupavam papel central no projeto de retomada da supremacia burguesa se juntaria um novo conjunto de “políticas sociais, fragmentadas e paliativas, de combate à pobreza e à desigualdade, que ganhariam importância tanto no papel de reprodução da força de trabalho, quanto no de controle social” (CASTELO, 2013, p. 245), sempre conjugadas ao “[...] uso alternado e complementar dos distintos aparelhos socioinstitucionais do Estado ampliado, tendo como regra a busca do consenso via os aparelhos privados de hegemonia, sempre encorajados pelos aparelhos de coerção” (Ibid., p.245).

A partir do Consenso de Washington, a adesão dos governos sociais-democratas ao projeto neoliberal – muitos deles nas bases do processo que Gramsci caracterizou como transformismo¹⁸², como o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, nos anos anteriores

182 Pontuaremos sobre este aspecto no Capítulo IV, mas aqui já apresentamos o conceito de transformismo na perspectiva gramsciana. Segundo Gramsci, transformismo pode ser a expressão parlamentar de uma ação hegemônica intelectual, moral e política. Quando analisou tal fenômeno no processo italiano, refletiu que: “[...] pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e pelo colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz [...]. (GRAMSCI, 2014, p. 63).

e durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010) – impacta no processo de realização e consolidação de novo tipo de “face humanizada”¹⁸³ do neoliberalismo, mas não alteram substancialmente as relações de forças no âmbito da luta de classes, pelo contrário. Como bem sintetizou Castelo:

As mudanças feitas foram cosméticas e não alteraram significativamente as relações mundiais de poder entre classes sociais e nações imperialistas e dependentes. [...] O transformismo social-democrata na supremacia neoliberal resultou no aprofundamento de pontos da agenda neoliberal e não sua amenização. O que importa destacar é que a operacionalização política e ideológica do neoliberalismo sofreu uma inflexão – contraditoriamente marginal e relevante – após o ingresso da social-democracia na concepção do mundo que fornece argamassa de solidificação do presente bloco histórico. (CASTELO, 2013, p. 273-274).

Nesta perspectiva, é possível caracterizar o conjunto de teorias que emergem nesse período como “social-liberalismo” (Ibid.), que passa a ser uma variante ideológica do neoliberalismo, desenvolvida como alternativa à crise conjuntural deste bloco histórico toyotista-neoliberal, ou seja, uma primeira variação do “receituário-ideal” que engloba um conjunto de teorias. Para marcar a distinção entre o “receituário-ideal” e a variante “social-liberal”, Castelo destacou os três modos de questionamento realizados pelos intelectuais orgânicos da segunda vertente na tentativa de diferenciarem-se das teorias que lhe deram origem:

1) tecendo críticas contra o liberalismo extremado da globalização, que, sem maiores critérios, teria desregulamentado mercados comerciais e financeiros de países frágeis do ponto de vista econômico e institucional, o que acabou por aumentar drasticamente as taxas de desemprego e, conseqüentemente, a tensão social; 2) discordando da tese do Estado mínimo, afirmando que a nova configuração global do capitalismo exigiria um Estado ágil e eficiente, capaz de fazer intervenções pontuais nas falhas de mercado e nas expressões mais agudas da “questão social”; e 3) dando destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial as de alívio à pobreza via transferência de renda e empoderamento dos indivíduos. (CASTELO, 2013, p. 263-264)

Alguns outros/as autores/as denominam essa variante “social-liberal” como “neoliberalismo de terceira via” – que tem na figura do social-democrata britânico Anthony Giddens seu principal formulador – que seria como um programa político mundial de

183 Esta nova roupagem de “face humanizada” do capitalismo compõe um conjunto de políticas onde foram introduzidas novas bases ideológicas calcadas na “teoria do capital social”, de Robert Putnam, que é um rejuvenescimento da “teoria do capital humano” (MOTTA, 2012, 2022).

redefinição e renovação do neoliberalismo, que não seria nem o retorno ao Estado de bem-estar social, nem a implementação do “receituário-ideal”. Para Martins e Neves (2015), o chamado “neoliberalismo de terceira via” seria a junção da social-democracia com uma “face humanizada” do capitalismo de mercado (sistematizado nos anos 1990 e difundido a partir de 1995 pelo Banco Mundial) no qual se desenvolvem políticas sociais fragmentárias, não universais (focalizadas) através da criação de áreas/serviços públicos não estatais, geridos de forma privada, mediados por organizações não-governamentais (ONG's) e organizações sociais (OS's).

Contudo, consideramos e seguimos a compreensão de Castelo (2013) quando analisou e concluiu que o chamado “neoliberalismo de terceira via” não é em si uma “terceira via”, mas uma das formas propostas no interior da recomposição burguesa, dentro de um conjunto de ideias do social-liberalismo. Juntamente à “terceira via” de Anthony Giddens (2001), dentro do conjunto de teorias da variante social-liberal estão outros intelectuais e formulações, como Joseph Stiglitz (2002) e a nova agenda de desenvolvimento envolvendo a responsabilidade social e ambiental, Alain Touraine (1999) e a questão da incorporação dos novos movimentos sociais, Pierre Rosanvallon (1998) e a “nova questão social”, e outros.¹⁸⁴

Assim, ainda segundo Castelo, esta variante articulou um bloco social capaz de aglutinar grupos até então adversários, mas que possuem o mesmo programa reformista-restaurado, operados por forças políticas diferentes do ponto de vista de sua história e de suas bases sociais, comportando um duplo movimento: “a decadência política e ideológica da social-democracia, esvaziada de suas lutas reformistas na construção de uma via democrática-institucional para o socialismo, e a incorporação de uma agenda social ao neoliberalismo” (CASTELO, 2013, p. 274). Ele acrescenta que a resultante destes dois movimentos, “aparentemente paradoxais entre si, converge em um sentido único: a formação de um novo senso comum, um consenso que ocupa o centro da política mundial e neutraliza as lutas mais radicais de combate às impressões da ‘questão social’, ou mesmo de eliminação do capitalismo.” (Ibid., p. 274).

Concluimos que a variante social-liberal, ao contrário de representar uma

184 Em estudos anteriores (COLOMBO, 2018), destacamos que, embora a diversidade teórica e política seja evidente, concordamos com Castelo (2013) quando propõe o traçado de alguns eixos comuns às suas produções, para caracterizá-las no sentido de conjunto, dos quais o autor destaca: (i) a busca por uma suposta “desideologização” dos discursos e práticas políticas, pregando que as referências de direita e esquerda teriam sucumbido no capitalismo globalizado; (ii) a crítica acrítica ao mercado como sistema social de distribuição da riqueza; (iii) a questão da ética e da moral que conduziriam ao compromisso com a melhoria do bem-estar social da humanidade; e (iv) a atuação do Estado nas expressões da “questão social”, que deveria ser acompanhada por uma nova participação ativa e consciente do “terceiro setor”, incluindo empresas e bancos.

conscientização social humanista de grandes frações de classe dominantes, revelou-se como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista, apresentando profundas contradições e que, assim como o “receituário-ideal”, não foi suficiente para a retomada dos níveis de acumulação e lucratividade do capital do período anterior ao início da crise orgânica.

Tal insuficiência ficou ainda mais evidente a partir da crise financeira estadunidense de 2008, que se desdobrou a nível mundial como um aprofundamento da crise orgânica. Segundo Mészáros (2011), este aprofundamento se deu, primeiramente, pelo abalo da “confiança” de que os ciclos do sistema de capital fariam parte da chamada “autorregulação do mercado”. Para ele, esta impossibilidade é evidenciada quando se buscam saídas, pelas mãos do Estado, à crise do capital financeiro estadunidense, de proporção global, através de astronômicas injeções de dinheiro público como um caminho de “salvação”. Além disso, outro recurso também foi recorrer à socialização da bancarrota do capital – na nacionalização de um enorme “bloco” da bancarrota estadunidense (MÉSZÁROS, 2011). Assim, consideramos que a crise de 2008, que foi ainda maior do que aquelas que a antecederam nos anos 1990, irrompeu a evidência dos limites e também o amortecimento da expansão e adensamento das teorias do social-liberalismo a nível mundial – dentro dos limites de abrangência da sua realização em cada contexto nacional – retirando os véus que escondiam as dificuldades da burguesia em conformar um novo bloco histórico. Ao mesmo tempo, alargaram-se fendas e rachaduras neste bloco histórico também na dimensão intraclasses, que por sua vez evidenciaram a abertura de caminhos que historicamente tem levado ao acirramento de disputas no interior do processo de recomposição burguesa.

Neste contexto, observamos a emergência de um conjunto de organizações transnacionais e nacionais (aparelhos privados de hegemonia que atuam de forma coligada), algumas já reconhecidas como sistematizadoras e difusoras do “receituário-ideal”, agora repaginadas e associadas a novas organizações do mesmo tipo criadas a partir do aprofundamento da crise orgânica, que passaram a reivindicar (através de seus principais intelectuais) um liberalismo de tipo conservador. Ou seja, uma segunda variante do “receituário-ideal” que passou a disputar os sentidos e os rumos do neoliberalismo no âmbito das disputas intraburguesas (no sentido da direção da própria classe) e também no âmbito da formação para o consenso em torno de seu projeto de hegemonia (no sentido da dominação de classe) – com o intuito de promover conciliação de classes, disputando a construção de novo consenso em relação ao neoliberalismo e buscando novas maneiras de ocultar antagonismos de classes.

Tais organizações (aparelhos privados de hegemonia) organizam-se especialmente sob

a forma de *think tanks* – numa tradução literal, “tanques de pensamento” ou “centros de pensamento” – desde os anos 1970, inicialmente nos Estados Unidos, e são criados no Brasil a partir da década de 1980, com o apoio financeiro e ideológico de agências estadunidenses¹⁸⁵. Em estudos anteriores, levantamos que são, ao fim e ao cabo, APHs de novo tipo, como parte das estratégias de recomposição da burguesia no contexto em que desponta a crise estrutural do capital:

Os *aparelhos privados de hegemonia* da ofensiva ultraconservadora ganham um novo nome por parte das organizações do próprio capital (*think tank*) pretensamente inovador e palatável, mas que possuem a mesma função de produção e conformação de consenso no âmbito da sociedade civil, já enunciados pela teoria gramsciana. Ou seja, é um termo criado pela capital para classificar uma nova formação de organização política com finalidades específicas – diferente de um jornal ou uma associação de um setor empresarial, por exemplo – que, a partir do referencial teórico gramsciano, podem ser considerados uma nova expressão de *aparelhos privados de hegemonia*. [...] Estas organizações apresentam, nos dias atuais, grande capilaridade na sociedade civil e política, buscando promover, por dentro e por fora do Estado estrito, seus projetos e programas politico-econômicos. Para tal, as organizações têm seus intelectuais orgânicos, uma gama de especialistas que realizam palestras, cursos de formação, escrevem colunas em jornais e revistas da grande imprensa, artigos nas páginas da internet das próprias organizações, buscando influenciar a opinião pública de acordo com os interesses da economia de mercado. (COLOMBO, 2018, pp. 76-77, grifo do original).

Assim, retomamos o debate que fizemos a partir de Fontes (2010) e Casimiro (2016, 2020) – com os quais dialogamos no subcapítulo anterior ao tratarmos da questão da “ampliação seletiva” – quando consideram o processo de complexificação das correlações de forças no âmbito da sociedade civil a partir da análise da atuação e desenvolvimento das entidades empresariais. Como apontamos, concordamos com tais historiadores quando consideram que há um processo de atualização e redefinição das estratégias de ação da classe dominante, o que se expressa na enorme disseminação e multiplicidade das entidades empresariais como um dos eixos fundamentais da dominação de classe no Brasil a partir dos anos 1980. Para Casimiro (2016), há um processo contínuo que se aprofunda na contemporaneidade, de formação de uma “nova direita”, composta por segmentos burgueses liberais e conservadores. Em nosso estudo, utilizamos para este processo a noção de “ofensiva ultraconservadora”, mas consideramos que

185 Em relação ao apoio político-ideológico e financeiro, nos referimos especialmente aos fundos NED (National Endowment for Democracy – Fundo Nacional Para a Democracia), criado em 1982, no início do governo de Ronald Regan, nos Estados Unidos, e CIPE (Center For International Private Enterprise). Para aprofundamento sobre a influências desses fundos e seus intelectuais orgânicos para a criação e orientação política-ideológica de think tanks no Brasil a partir dos anos 1980, ver Minella (2009).

a questão se trata do mesmo fenômeno. Segundo o historiador, esta “nova direita” tem atualizado seus mecanismos de dominação através dos seus APHs, buscando universalizar e naturalizar seus interesses de classe como consenso. Atuam, pois, em dois sentidos: tanto no doutrinário, recrutando e formando intelectuais orgânicos, difundindo o pensamento liberal, quanto na ação pragmática por dentro do Estado estrito, estabelecendo diretrizes, intervenções e proposições de políticas públicas (CASIMIRO, 2016, p. 25).

Não seria possível compreendermos a expansão e o adensamento dessas organizações no Brasil sem citarmos a rede Atlas Network (transnacional) e a Rede Liberdade (nacional) – as quais retomaremos no próximo capítulo. A primeira, criada em 1981, nos Estados Unidos, foi legalmente registrada como Atlas Economica Research Foundation, sediada em Washington, D.C., e a partir de 2013 utiliza o nome fantasia “Atlas Network”. Em estudos anteriores (COLOMBO, 2018), levantamos que seu idealizador e fundador, o empresário britânico Anthony Fisher (1915-1988), era membro da Sociedade Mont Pélerin, amigo íntimo e morador do prédio onde também viviam Milton e Rose Friedman (em São Francisco), e foi convencido por Friedrich Hayek a construir instituições difusoras de ideologia em escala global ao invés de participar de disputas eleitorais para o parlamento britânico. Assim, a Atlas passou a representar uma rede de *think tanks* (APHs) que começaram a surgir e crescer no contexto de crescimento do ideário neoliberal a partir dos anos 1970. É uma espécie de *metathinktank* que atua como fomentador, financeiro e intelectual, de outras 500 organizações similares em cerca de 100 países de todo o mundo que, por sua vez, tem como princípio a defesa de políticas públicas orientadas para o mercado a partir de pressupostos neoliberais.¹⁸⁶ A primeira organização criada no Brasil que é filiada a Atlas foi o Instituto Liberal (IL), em 1983. Em levantamento realizado em 2018, observamos que, além do IL, outros 12 APHs brasileiros são articulados através da Atlas:

Ao todo, identificamos 13 organizações brasileiras associadas a rede Atlas: o “Estudantes Pela Liberdade” (versão brasileira do Students For Liberty, SFL), o Instituto Atlantos, sediado em Porto Alegre; o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), sediado em Porto Alegre; o Instituto de Formação de Líderes (IFL), sediado em Belo Horizonte; o Instituto de Formação de Líderes –SP (IFP-SP), sediado em São Paulo; o Instituto Liberal (IL), sediado no Rio de Janeiro; o Instituto Liberal de São Paulo (IL-SP); o Instituto Liberdade (o antigo Instituto Liberal do Rio Grande do Sul); o Instituto Ludwig Von Mises Brasil, sediado em São Paulo; o Instituto Millenium, sediado no Rio de Janeiro; o Líderes do Amanhã, sediado em Vitória (ES); o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, sediado em São Paulo; e o LIVRES (organização que surgiu a partir de uma tendência do Partido Social Liberal), sediado

186 Dados atualizados colhidos em <https://www.atlasnetwork.org/partners>, acessado em 26/04/2023.

no Rio de Janeiro. Desta maneira, o avanço ultraconservador a nível mundial ganha capilaridade na sociedade brasileira a partir de contornos específicos de seu contexto sob a influência destes think tanks promovidos e apoiados pela Atlas. (COLOMBO, 2018, p. 89).

Já a Rede Liberdade – que, por sua vez, também é associada à rede Atlas Network – ao contrário da primeira, que foi criada para fomentar o surgimento de novas organizações partidárias da economia de mercado e articulá-las em todo o globo, surge em 2016 para aglutinar as organizações em um contexto em que elas já estavam se difundindo de forma intensificada desde 2014, “propondo-se a organizá-las em rede e promover parcerias, ou seja, para fortalecê-las” (COLOMBO, 2018, p. 90).¹⁸⁷ Neste ponto, é necessário fazermos um breve destaque para apresentar como identificamos essa multiplicação e a intensificação da atuação destes APHs a partir de 2014.

Observamos esse crescimento depois de 2013, que foi o período em que chegaram no Brasil os desdobramentos do aprofundamento da crise orgânica do capital (de caráter político e econômico), decorrentes da crise financeira de 2008. Como vimos no subcapítulo anterior, são os desdobramentos de uma crise de dimensão estrutural e superestrutural de proporção mundial, que se desdobra de maneira distinta nos países de capitalismo central e nos países de capitalismo dependente e periférico (como é o caso do Brasil).

Através da análise de relatórios e do acompanhamento da atuação das organizações que compõem a Rede Liberdade (que reúne, hoje, dezenas de organizações), em estudos anteriores (COLOMBO, 2018) identificamos que elas se utilizaram do contexto das Jornadas de Junho de 2013¹⁸⁸ para promover suas próprias saídas para a crise através de campanhas realizadas em ruas, nas redes sociais e outras estratégias. Ou seja, naquele contexto de contestações à ordem social, às desigualdades e opressões, o modelo de conciliação utilizado até então pelo governo do Partido dos Trabalhadores para aplacar a crescente crise econômica e política no país se tornou insustentável, e essas organizações aproveitaram a abertura dessa fenda para a promoção da defesa da agenda liberal-ultraconservadora deste conjunto de aparelhos como saída para a agudização da crise. Foi assim que ocorreu a ampla adesão das novas e velhas organizações e aparelhos dessa frente à ideologia Escola Sem Partido. “Novas”, nesse caso, porque identificamos que mais da metade das organizações que integravam a Rede Liberdade, até 2018,

187 Para maior aprofundamento sobre a Rede Liberdade em relação ao seu funcionamento e aos seus intelectuais orgânicos, ver estudos anteriores (COLOMBO, 2018).

188 No texto introdutório do capítulo IV, tratamos especificamente sobre as Jornadas de Junho de 2013 e os seus desdobramentos no cenário político brasileiro.

surgiram justamente a partir de 2013.¹⁸⁹ Neste ponto, cabe destacar nosso entendimento: não foram as Jornadas de Junho que deram origem a essas organizações da nova direita e extrema-direita, mas foi nesse contexto de crise política, fruto da crise estrutural do capitalismo no contexto mundial e da falência do modelo de conciliação do PT utilizado até aquele momento no contexto nacional, que elas ascenderam e se capilarizaram difundindo sua ideologia liberal-ultraconservadora como alternativa à crise do capital. Elas seguiram crescendo, nos anos seguintes, no contexto das manifestações de direita e extrema direita de defesa do golpe político-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff.

Na análise da agenda dessa frente composta por essas organizações, foram identificadas três principais políticas educacionais, associadas entre si e articuladas através dos princípios da Escola Austríaca de Economia, como a defesa da economia de mercado e a defesa irrestrita da propriedade privada, combinando o “direito de escolha” da liberdade liberal do indivíduo, com os interesses dos setores religiosos conservadores e reacionários circunscritos pela ideologia do escola sem partido e, consequentemente, em sua narrativa.

Sobre essas três políticas, desde estudos anteriores, levantamos e caracterizamos que as organizações da frente liberal-ultraconservadora se coligam, no Brasil, através da “ideologia escola sem partido” (COLOMBO, 2018), que oferece elementos do ultraconservadorismo (tais como a ideia de “marxismo cultural” e “ideologia de gênero, por exemplo) e mobiliza tais organizações para a realização de ações conjuntas voltadas para a difusão da defesa de políticas educacionais consensuadas de acordo com seus interesses. Na Introdução desta tese, apontamos que estas políticas são, especialmente, a privatização em sentido ampliado, a educação domiciliar (homeschooling) e a militarização das escolas. Neste sentido, destacamos o papel das organizações religiosas para a elaboração e difusão da “ideologia escola sem partido” no interior da frente liberal-ultraconservadora e no âmbito da opinião pública (no sentido gramsciano) – tema que trataremos nos capítulos IV e V. Como veremos, a partir de 2015 e 2016, parte desta frente liberal-ultraconservadora foi fascistizando seu receituário ideológico e

189 “Nota-se que, dentre as 34 organizações associadas, desde a fundação da primeira (1983) à quarta (2002), surgiram apenas quatro ao longo de 21 anos, ou seja, antes do início do governo do Partido dos Trabalhadores (2003). Em seguida, identificamos 11 organizações ao longo de 10 anos, entre 2003 e 2012. Depois das jornadas de junho de 2013, com o crescimento da ofensiva ultraconservadora-liberal no Brasil, surgiram 18 organizações do mesmo tipo apenas em quatro anos, entre 2013 e 2016. Ou seja, ao longo do período total de 35 anos, ao longo de 60% do período (21 anos), surgiram apenas quatro organizações, o que corresponde a 11,7% do total de institutos. Em seguida, em 28,6% do período (10 anos) surgiram 11 organizações, o que corresponde a 32,4% do total de institutos. O que nos leva a perceber, portanto, que em apenas 11,4% do período (4 anos), nota-se o crescimento de mais da metade da totalidade dos institutos associados, o que representa 52,9%.” (COLOMBO, 2018, p. 95).

suas estratégias de atuação e, a partir de 2018, parte dela também se associou de forma ativa ao “bolsonarismo” enquanto ideologia, movimento, liderança e governo.

Diante do exposto até aqui, ratificamos a nossa compreensão de que as duas variantes neoliberais, a social-liberal e a liberal-ultraconservadora, são articuladas na forma de frentes de ação para disputar políticas educacionais e buscam redefinir e ressignificar o papel da educação pública no Brasil. A primeira, com atuação dirigida pela organização (ou partido) empresarial Todos Pela Educação. A segunda, com atuação descentralizada e articulada pela gama de APHs representantes dessa variante no Brasil, e circunscrita pela “ideologia escola sem partido”.

Assim, resgatamos uma reflexão do historiador Rodrigo Lamosa, quando indicou que essas duas frentes, através de estratégias e ações via caminhos distintos, se aproximam e se distanciam de acordo com seus interesses: “[...] buscam definir as políticas educacionais e redefinir o papel das escolas brasileiras de acordo com os interesses das frações de classe que compõem ambas as frentes” (LAMOSA, 2020, p. 12). Em relação às tensões e aproximações entre as duas frentes de ação na educação, também temos acordo com Lamosa, quando identificou que:

A frente liberal-ultraconservadora tem se notabilizado por divergências com o TPE em pautas como a militarização das escolas, a defesa do projeto Escola sem Partido ou denúncias contra “ideologia de gênero”, “mamadeira de piroca” e outras iniciativas que fazem parte das estratégias negacionistas, obscurantistas e ultraconservadoras no contexto da “guerra cultural”. No entanto, tem se aproximado do TPE na defesa de um currículo tecnicista, na elaboração e difusão de formas e instrumentos de controle do trabalho realizado nas escolas e na agenda que resultou na aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e na contrarreforma do Ensino Médio, ambas iniciadas no contexto pré golpe e acelerada na conjuntura de contrarreformas que caracterizam o período pós golpe e a aprovação da contrarreforma trabalhista e previdenciária. (Ibid., 2020, p. 17).

Para o encerramento dessa breve revisão a respeito dos nexos entre o processo de crise orgânica e a decorrente formação das variantes do neoliberalismo, retomaremos um outro apontamento já realizado em estudos anteriores (COLOMBO, 2018), quando levantamos a relação direta entre o liberalismo e a religião (no caso, o cristianismo) defendida por Hayek na obra “Os princípios de uma ordem social liberal”, que citamos anteriormente.

Nesta obra, autor defendeu que os princípios da ordem social liberal deveriam fundamentar-se segundo a visão do liberalismo clássico europeu oriundo especialmente da Inglaterra¹⁹⁰. Segundo ele, esta visão preconizaria a liberdade individual acima do Estado,

190 “Por liberalismo clássico designarei aqui a concepção de uma ordem política desejável que foi

apoiada numa interpretação evolucionista dos fenômenos da cultura e da mente, reverenciando a tradição na qual a religião seria compatível com o governo, pois seria considerada como reforço moral da chamada “conduta justa dos indivíduos” (HAYEK, 1981). Esta perspectiva se diferenciaria do liberalismo clássico francês, advindo da Revolução Francesa, que teria interpretado de maneira estritamente racional os fenômenos sociais, considerando inadmissível a governabilidade política/econômica sob bases religiosas. Esta última, ainda segundo Hayek, teria se tornado as bases do socialismo moderno, cuja limitação do poder do governo promoveria poderes ilimitados à maioria, tornando-se uma teoria antiliberal, pois o indivíduo não estaria acima do Estado/governo.¹⁹¹

É interessante compreendermos tal diferença apontada por Hayek pois esta ideia da “conduta justa dos indivíduos” justificará, ao longo do processo de recomposição burguesa, em parte, o empenho de articulação entre frações liberais e grupos fundamentalistas religiosos no âmbito do Estado ampliado justamente através do que denominamos como frente liberal-ultraconservadora. É também o que justificará, por parte desta frente, a defesa de políticas públicas ancoradas em princípios e na moral cristã. Contraditoriamente, tais políticas são defendidas acima da dita defesa irrestrita das liberdades individuais, tal como as disputas por proibição legal e criminalização do aborto; retirada de direitos conquistados por pessoas LGBTQIAPN+ e a não aprovação ou implementação de políticas reivindicadas; aprovação de leis e medidas de censura de acordo com a “ideologia escola sem partido” relacionadas à proibição do debate escolar acerca das desigualdades de gênero; dentre outros exemplos que abordaremos adiante, nos capítulos IV, V e VI, quando abordaremos as políticas prioritárias contidas na nova pedagogia da hegemonia evangélica. Como veremos, ainda que a frente liberal-ultraconservadora não obtenha em todas as suas organizações o consenso sobre todas as políticas defendidas pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), o conjunto das organizações aderiu a ideologia escola sem partido e é através desta ideologia que se articulam e se

inicialmente desenvolvida da Inglaterra desde a época dos antigos liberais (‘Old Whigs’) na parte final do século XVII até a era de Gladstone, no fim do século XIX. David Hume, Adam Smith, Edmund Burke, T.B Macaulay e lorde Acton podem ser considerados seus representantes típicos da Inglaterra. Foi essa concepção de liberdade individual dentro da lei que inicialmente inspirou os movimentos liberais do continente europeu e se tornou a base da tradição política norte-americana. Alguns dos principais pensadores políticos nesses países, como B. Constante e A. de Toqueville na França, Immanuel Kant, Friedrich von Schiller e Wilhelm von Humboldt na Alemanha, e James Madison, John Marshall e Daniel Webster nos Estados Unidos, pertencem integralmente a ela.” (HAYEK, 1981, p. 47).

191 “Um resultado dessa diferença é que o primeiro tipo de liberalismo [o inglês] pelo menos não é incompatível com as crenças religiosas e frequentemente foi sustentado e desenvolvido por homens de fortes convicções religiosas, enquanto que o tipo ‘continental’ de liberalismo [o francês] sempre opôs-se a religião e esteve politicamente em conflito constante com as religiões organizadas.” (HAYEK, 1981, p. 48).

acomodam os interesses dos segmentos ultraliberais e ultraconservadores, os quais a FPE representa no Congresso Nacional.

Feitas estas análises e apontamentos, nos interessa, no próximo capítulo, observar como a religião enquanto forma particular de ideologia pode ter ganhado novo relevo e/ou preponderância no contexto de aprofundamento da crise orgânica no cenário político-econômico e no decorrente processo de fascistização que identificamos no país (como veremos adiante). Trataremos mais especificamente sobre as questões conjunturais que atravessaram a década de 2010 no Brasil e a atuação política dos evangélicos em cada um destes processos, passando pelo contexto das Jornadas de Junho de 2013, as manifestações de 2015 e 2016 e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as eleições de 2018 e a adesão dos evangélicos ao receituário ideológico bolsonarista e o discurso e ações negacionistas no contexto da pandemia da covid-19. Além disso, trataremos também sobre a escalada fascista no país, analisando as aproximações e os tensionamentos dos evangélicos neste processo. Tais igrejas teriam se tornado expressões da agenda neofascista no Brasil? Elas teriam constituído o processo de fascistização e, ao mesmo tempo, sido constituídas por ele?

CAPÍTULO IV

A FASCISTIZAÇÃO “EM NOME DE DEUS”

Não seria possível iniciarmos este capítulo que trata sobre o processo de fascistização no Brasil recente sem realizarmos alguns necessários apontamentos sobre os marcos históricos anteriores: as fissuras políticas do contexto das ‘Jornadas de Junho de 2013’ e a subsequente ofensiva reacionária da frente liberal-ultraconservadora no Brasil. Compreendemos que o fenômeno das Jornadas de Junho de 2013 – que no período de conclusão desta pesquisa completa uma década – está umbilicalmente relacionado ao que ocorreu nos anos seguintes no país, embora o processo de fascistização não seja resultado ou desdobramento específico desse movimento de caráter classista e insurrecional. Ou seja, o objetivo dessa abordagem introdutória é localizar o nosso trabalho no âmbito das leituras acerca desse momento histórico e seus desdobramentos, promovendo uma distinção entre a natureza e as características do movimento de protestos de caráter classista que culminou nas Jornadas de Junho de 2013 e aquele movimento de campanha de direita e extrema direita observado em 2015 e 2016, estabelecendo também certos nexos entre tais processos, os quais consideramos necessários para a compreensão da crise política desse período assinalado e seus desdobramentos nos anos seguintes.

No capítulo anterior, observamos que a ofensiva de organizações que compõem a frente liberal-ultraconservadora, coligadas através da “ideologia escola sem partido”, ocorreu de forma mais latente, mais precisamente como movimento ultraconservador e reacionário através de uma atuação coordenada, após a série de protestos e manifestações de rua que chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas em 2013, conhecidas como Jornadas de Junho. Compreendemos que, embora tenham se expressado também em junho de 2013 em processo reacionário, as bases dessa extrema direita não surgiram naquele ano, mas décadas antes no contexto de crise orgânica do capitalismo, como vimos no capítulo anterior (especialmente no subcapítulo 3.2, ao tratarmos sobre a formação da frente liberal-ultraconservadora). Ou seja, as bases da extrema direita não são produto do processo que culminou nas Jornadas de Junho em si, mas sua ofensiva é, sobretudo, produto das disputas e debates em torno deste. Certos grupos de extrema direita ainda buscam, inclusive, pleitear o legado das manifestações sob a insígnia “O gigante acordou”, tentando relacionar este momento ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, como se as manifestações deste período tivessem o mesmo caráter e composição

política daquelas que vimos emergirem em 2015.¹⁹² Desse modo, com o objetivo de contribuirmos para a desconstrução desta orquestração de falseamento histórico, trataremos brevemente do período de 2013 e seus desdobramentos na introdução do presente subcapítulo para, em seguida, adentraremos nos tópicos sobre o golpe¹⁹³ de 2015 e as eleições presidenciais de 2018 – com nosso foco voltado para a atuação do segmento evangélico em cada um desses episódios históricos.

Em nossa compreensão, o conjunto de manifestações que ocorreram especialmente entre maio e junho de 2013, por todo o país, colocou em evidência diversos elementos contraditórios e insustentáveis presentes no modelo de conciliação adotado, até então, pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Tal movimento começou em meados de maio com os atos de rua organizados pelo Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP)¹⁹⁴, que protestou contra o abusivo aumento do valor das passagens de ônibus que ocorria naquele período em mais de cem cidades e a precariedade dos serviços de transporte público. Já em junho, os frequentes e crescentes atos de rua já haviam tomado todo o país, adensados por muitos outros movimentos

192 Dos diversos exemplos dessa disputa pelo legado das Jornadas de Junho de 2013 por parte da direita e da extrema direita, destacamos as produções textuais e audiovisuais da empresa gaúcha Brasil Paralelo que, a partir das pesquisas dos historiadores Balestro e Pereira (2020), compreendemos como uma empresa (que funciona também com a função de aparelho privado de hegemonia) de perfil bolsonarista-olavista que desempenha um papel pedagógico negacionista e revisionista. Dentre as produções da empresa, para este debate sobre o legado das Jornadas de Junho com a utilização da insígnia apontada, destacamos o artigo “O gigante acordou”, publicado pela redação em 23 de abril de 2023. Disponível em <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-gigante-acordou> ; acessado em 20/05/2023.

193 Optamos pela utilização do termo “golpe” para a caracterização do impeachment de Dilma Rousseff (PT), considerando a exclusividade dos interesses políticos e econômicos das organizações de direita e extrema-direita que protagonizaram o processo (desde a pressão nas ruas à realização oficial do golpe via Congresso Nacional), onde não foi comprovado qualquer crime de responsabilidade que justificasse o afastamento da presidenta naquela circunstância alegada no processo. Ainda, consideramos que caracterização deste fato histórico como golpe não retira de nossa análise a crítica aos governos do PT e, especialmente nesse caso, do governo de Dilma Rousseff; ao contrário, consideramos fundamental a ampliação e o aprofundamento da crítica ao transformismo do PT – tal como foram feitos por Coelho (2005) e Demier (2017) – e a sua ampla adesão às políticas neoliberais em acordos com as burguesias internas e o grande capital, ao mesmo tempo que caracterizamos o contexto, os intelectuais orgânicos e os interesses contidos no golpe de 2016.

194 O Movimento Passe Livre (MPL) teve origem em 2005, em Porto Alegre, enquanto um movimento social nacional, presente há mais de uma década em quase todas as capitais do país, organizado através de pacto federativo entre os movimentos locais e um Grupo de Trabalho central com participação de seus respectivos representantes. Segundo consta em sua página oficial, “[...] antes disso [de sua fundação], há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005).” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, s/d, s/p). Apresentam-se como um movimento social “[...] autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. [...] Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero!” (Ibid., s/d, s/p, grifo do original). Ainda, destacam que são independentes financeiramente, sem receber qualquer valor de “empresas, partidos ou governos”, cobrindo os gastos através de venda de materiais do próprio movimento e doações voluntárias. Informações disponíveis em <https://www.mpl.org.br/>. Acesso em: 30/07/2023.

sociais e pautas contestatórias relacionadas à defesa da educação pública e da saúde pública, ao direito à moradia, à desmilitarização das polícias, à contestação aos monopólios empresariais de comunicação, dentre outras, denotando o sentido de classe dessas manifestações de massa. Ou seja, aquilo que inicialmente eram manifestações de um movimento e pautas específicas, em pouco tempo tornou-se um movimento de manifestações de massa de caráter classista e com um amplo conjunto de pautas. As jornadas também incluíram, em proporções inéditas no Brasil, a tática de defesa “black bloc”¹⁹⁵ em meio à crescente diversificação das estratégias de luta e enfrentamento.

Para compreender esse fenômeno “insurrecional” (SAFATLE, 2023), é necessário observarmos brevemente outros aspectos do contexto daquele período que apresenta relação direta com o aprofundamento da crise orgânica (ou estrutural) do capitalismo, tal como vimos no capítulo III. Depois de um período de número baixo de greves entre 2003 e 2008, um processo crescente se iniciou entre 2009 (518 greves no ano) e 2012 (873 greves no ano), tanto no setor público quanto no privado. Em 2013, esse número chegou ao maior já registrado desde o fim da ditadura civil-militar, chegando a 2.050 greves (um aumento de 134% em relação ao ano anterior).¹⁹⁶ Ou seja, quando as manifestações convocadas pelo MPL começaram a ocorrer no país, a arena política nacional era um caldeirão que fervia com as diversas categorias de trabalhadores que estavam em greve. Ao fim e ao cabo, esses se somaram ao movimento, ratificando o caráter de classe das manifestações. No Rio de Janeiro, por exemplo, trabalhadores da educação do estado e de diversos municípios – inclusive da capital, que não realizava greve há dezenove anos – consolidaram um movimento histórico que parou por três meses a rede estadual e as redes municipais de educação de todo o estado, em uma greve unificada. Ainda na capital, destacamos uma particularidade diante do alinhamento político entre a Prefeitura (Eduardo Paes, PMDB)¹⁹⁷, o Governo do Estado (Sérgio Cabral, PMDB) e o Governo Federal (Dilma Rousseff, PT) que ocorria nesse período. Tal alinhamento promoveu uma série de

195 Tática de defesa utilizada inicialmente na Europa, onde um grande bloco de pessoas protegidas com roupas pretas (por todo o corpo, inclusive no rosto) coloca-se na linha de frente dos atos de rua para garantir o avanço da manifestação e, ao mesmo tempo, realiza a defesa dos demais manifestantes em situações de conflitos e repressão policial.

196 Todos os dados sobre o balanço de greves por ano foram obtidos na série histórica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Todos os relatórios anuais estão disponíveis em: <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TIPO%7C1352135159121> ; Acessado em 30/07/2023.

197 A partir de 2017, o PMDB retirou a palavra “partido” do nome e passou a ser denominado como Movimento Democrático Brasileiro (DEM). Assim, Paes permaneceu no DEM até 2021, quando então filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD).

violações de direitos humanos através de ações de despejos de ocupações sem-teto e remoções em favelas para a realização de obras destinadas aos megaeventos que seriam sediados na cidade nos anos seguintes – como a Copa do Mundo da Fifa de 2014 e as Olimpíadas do Rio de 2016, que de fato ocorreram – e também através do agravamento do uso de forças repressivas com o programa municipal “Choque de Ordem” (que servia como dispositivo legal de criminalização da pobreza, perseguindo pessoas em situação de rua e trabalhadores ambulantes, dentre outros) e o programa estadual de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) dentro das favelas.¹⁹⁸ Desse modo, consideramos que a cidade do Rio de Janeiro já era palco de contestações e manifestações contra o tal alinhamento autocrático, o que foi aprofundado diante das crescentes manifestações contra o aumento abusivo do valor das passagens do transporte público. Destacamos que, em meio às manifestações, um desdobramento imediato das Jornadas de Junho que impactou a cultura política da capital foi a realização de assembleias populares de bairros, que passaram a tratar sobre estes e outros diversos problemas da cidade – e permaneceram regulares até meados de 2014.

Conforme o movimento de junho foi tomando grandes proporções em relação ao quantitativo de manifestantes e à frequência regular dos atos, cresceu também a repercussão midiática nacional e internacional diante da sua expressividade massiva e do recrudescimento da violência policial como tentativa de contenção por parte dos governos. Desse modo, as Jornadas de Junho foram tomando também espaço nas grandes mídias corporativas burguesas no país. Essas, paralelamente a grupos de direita e extrema direita que começaram a se infiltrar (ainda que de forma incipiente) nas próprias manifestações, buscaram reorientá-las através da tentativa de generalização da pauta “anticorrupção”. Em estudo realizado no final daquele ano, o historiador Gilberto Calil identificou que os meios de comunicação burgueses foram um ator (intelectual coletivo) decisivo nas jornadas, considerando quatro momentos distintos dessa atuação: 1º) silenciamento (até a terceira grande manifestação); 2º) criminalização; 3º) reconhecimento dos atos e tentativa de disputar as pautas com discurso anticorrupção e

198 Para mais dados e aprofundamento do debate sobre as violações de direitos humanos na cidade do Rio de Janeiro em decorrência das políticas voltadas para a realização dos megaeventos, ver “Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”, publicado em 2012 pelo Comitê Popular do Rio da Copa e das Olimpíadas; disponível em <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>; acesso em: 30/02/2023. Para o mesmo aprofundamento com dados e debate em escala nacional, ver “Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil”, publicado em 2014 pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas; disponível em https://br.boell.org/sites/default/files/ancop_dossie2014_web_bollbrasil.pdf. Acesso em: 30/02/2023.

nacionalista; e 4º) indicação de que os atos saíram do controle e que seria a hora de encerrar o movimento (retorno da tática de criminalização com a construção da oposição “manifestantes legítimos” e “cidadãos” *versus* “vândalos” (CALIL, 2013).

Neste processo, uma prova de que o protagonismo não estava nas mãos dos grupos de direita e extrema direita foi o fato de que, ao tentarem organizar atos, eles demonstraram sua incapacidade de mobilização – como foi, por exemplo, o caso da “Marcha das famílias contra o comunismo”, que não chegou a reunir uma centena de pessoas (CALIL, 2013). Portanto, foi neste cenário de crescimento das manifestações com pautas contestatórias classistas – onde a juventude não retrocedeu em meio à expressiva repressão das forças policiais e permaneceu nas ruas – que os governos voltaram atrás em relação ao aumento do preço das passagens e ao mesmo tempo aumentaram o uso das forças coercitivas através das polícias, buscando interromper a continuidade das Jornadas.

Ao mesmo tempo, ancorados no processo de crescimento da ideologia liberal-ultraconservadora em todo o mundo, em perspectiva também reacionária, foram criadas a partir desse período uma série de organizações com o objetivo de serem as representantes deste receituário ideológico, buscando também organizar manifestações de rua pautando alternativas à extrema direita para a saída da crise.

Nesse debate nos referenciamos em autores que vêm estudando sobre as formas de dominação do Brasil recente e que têm analisado as relações entre o movimento das Jornadas de Junho de 2013 e a ascensão de pautas reacionárias e conservadoras nos anos subsequentes (CALIL, 2016; DEMIER, 2017; MATTOS, 2017; MELO, 2017). Segundo Calil (2016), em relação às contraposições dos dois processos, em 2013 foram enormes as mobilizações populares que colocaram em pauta demandas por ampliação da democracia, denúncia da repressão policial e reivindicação por direitos sociais e melhores serviços públicos. Depois, “um avanço da direita, com destaque para posições fascizantes, de regeneração da ditadura, hostilização pública da esquerda e mobilizações golpistas sob distintas formas – da defesa do *impeachment* à reivindicação por ‘intervenção militar’” (CALIL, 2016, p. 206, grifo do autor). Ele também destacou que, embora as organizações e lideranças da direita tenham sido incapazes de realizar atos públicos massivos em 2013, isso não quer dizer que já naquele período não houvesse base social que sustentasse, adestrada e ideologicamente, as posições conservadoras, reacionárias, anticomunistas e antipopulares (Ibid.). O autor acrescentou um apontamento, que temos acordo, a respeito das próprias ações autoritárias do PT que, em sua forma e conteúdo,

favoreceram o avanço da direita:

Por mais que pareça paradoxal, o avanço da direita não se dá apenas nas manifestações de rua que reivindicavam o afastamento da presidenta da República, mas se dá também e sobretudo como resultado dos atos concretos do governo de Dilma Rousseff, muito particularmente a imposição da Lei Antiterrorismo e da Agenda Brasil, que juntos podem implicar no maior retrocesso social e político desde a promulgação da Constituição em 1988 – um retrocesso simultaneamente às liberdades democráticas e aos direitos sociais. (Ibid., p. 207).

Por último, resgatamos uma outra interpretação do autor, que também aderimos, a respeito do legado das Jornadas, de que houve uma tentativa (por parte do campo petista) de reduzi-lo a um movimento desestabilizador, que teria conferido legitimidade a Aécio Neves (PSDB) como uma alternativa à “conspiração” contra o PT. Concordamos com a crítica do autor quando ele aponta que essa interpretação falaciosa, cômoda ao PT (pois as contestações não seriam, nesta lógica, um repúdio às próprias ações do partido), oculta um elemento fundamental, que é o fato do avanço conservador ser anterior às Jornadas. Ou seja, o trata-se de uma ofensiva ideológica “alicerçada em vasta rede de aparelhos privados de hegemonia, que incluem desde páginas no Facebook até organizações inter-empresariais, envolvendo vultuosos recursos e que conta com sólida estrutura organizativa” (Ibid., p.212) que foi sendo construída, paulatinamente, desde três décadas anteriores às Jornadas. Ainda, o historiador destaca o ódio contido nos discursos antipetistas da extrema direita, que apontavam o governo do PT como radical de esquerda (reforçando a ideia da “ameaça comunista”), o que foi combustível para o avanço ultraconservador e produziu um paradoxo:

[...] como é possível que seja apresentado como “ameaça comunista” um governo que impõe contra-reformas, mantém uma política econômica estritamente neoliberal e ainda consegue manter parte dos segmentos sociais submissa? Nossa hipótese é que se trata da construção de uma *tropa de choque fascista*, cujo crescimento é fomentado pelas misérias do governo petista, mas que visa sobretudo os movimentos populares autônomos e as eventuais alternativas reais em processo de formação e que têm como perspectiva a construção de uma hegemonia do mundo dos trabalhadores. (Ibid., p. 213, grifo nosso)

Mais adiante em sua reflexão, aponta o real papel dessa “tropa de choque fascista”:

[...] Mas, se não está na ordem do dia para as classes dominantes a perspectiva de um golpe contra as instituições democráticas, qual o papel desempenham estes grupos? Precisamente o apoio e legitimação dos processos de progressiva restrição das liberdades democráticas e de reconfiguração restritiva da democracia, além de manter como ameaça/chantagem um horizonte de regressão muito mais intensa, visando

paralisar uma eventual ofensiva de organizações e movimentos sociais anticapitalistas. (Ibid., p. 224)

Neste sentido, no primeiro subcapítulo observaremos como organizações que carregam perspectivas ideológicas similares foram protagonistas do processo de fascistização observado nas manifestações de 2015, que pressionaram pelo golpe de 2016. Ainda, buscaremos destacar a participação do segmento evangélico neste processo, tanto através de campanha via protestos de rua e em redes sociais digitais quanto através da atuação no Congresso Nacional no decorrer do processo oficial de impeachment. Em seguida, no segundo subcapítulo, analisaremos os desdobramentos, também decorrentes do protagonismo de igrejas e organizações evangélicas, que conduziram ao aprofundamento do processo de fascistização que, por sua vez, levou à consolidação do que passamos a caracterizar como “bolsonarismo”. No terceiro e último subcapítulo, apresentaremos nosso entendimento sobre o uso de (neo)fascismo como categoria analítica para pensar o bolsonarismo nos marcos da autocracia burguesa no Brasil contemporâneo.

4.1 “Em nome de Deus e da família brasileira, é ‘sim’!”¹⁹⁹: o início da ofensiva fascistizante entre as manifestações de 2015 e o golpe de 2016

Com a ajuda de Deus, pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da Nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem Pra Rua Brasil — dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo ‘tchau’ para essa querida e para o PT, Partido das Trevas —, eu voto ‘sim’ ao impeachment, Sr. Presidente! (Deputado Federal Marco Feliciano (PL/SP), em 17 de abril de 2016.)²⁰⁰

Para compreendermos como, em 2016, os parlamentares evangélicos estavam dentro da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional declarando que votavam a favor da admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT) “em nome de Deus e da família” e “com a ajuda de Deus” aos gritos e sob efusivas salvas de palmas (e vaias), foi

199 Trecho da transcrição da fala proferida pelo deputado Eduardo Bolsonaro (então, no PSC/SP) durante a votação de admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em Sessão Deliberativa Extraordinária da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

200 Transcrição da fala proferida pelo deputado Marco Feliciano (então, no PSC/SP. Atualmente, no PL) durante a votação de admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em Sessão Deliberativa Extraordinária da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016)

necessário olhar para 2015. Foi preciso observar como ocorreu a difusão do fundamentalismo religioso e a participação dos intelectuais orgânicos evangélicos no processo de crescimento do “ódio como política” (GALLEGO, 2018) e também como determinadas ideologias de extrema direita foram sendo aglutinadas e difundidas através de estratégias de ação coordenadas, que passaram a dar os contornos ao que viria a se tornar, de fato, processo de fascistização no país.²⁰¹

O foco da nossa reflexão sobre esse processo se deu a partir da análise de dois fenômenos, relacionados entre si: a) a proliferação e a coligação de aparelhos privados hegemonia (APHs) de extrema direita liberais-ultraconservadores que foram protagonistas na organização de protestos de rua (e outras diversas estratégias de atuação política) em campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff; e b) a atuação dos intelectuais orgânicos e igrejas evangélicas nesse mesmo processo, tanto na ampla adesão aos protestos de extrema direita quanto na organização de ações próprias voltadas para a difusão de conteúdo similar e na atuação via parlamentares no âmbito do Congresso Nacional. Dentre os APHs protagonistas nesse processo, tomamos o Movimento Brasil Livre (MBL) como exemplo, tendo em vista a representatividade que identificamos no mesmo para a nossa compreensão a respeito do adensamento e da atuação da extrema direita nesses dois anos em análise (CASIMIRO, 2016; COLOMBO, 2018; TATAGIBA, 2018), considerando, sobretudo, a perspectiva ideológica e as políticas difundidas por essa organização, que é similar a outras contemporâneas, reservadas as distintas origens e estratégias de atuação. Ainda, também para a observação acerca do papel da religião enquanto ideologia neste processo de fascistização e o protagonismo dos evangélicos, destacaremos nossa compreensão sobre qual foi o papel dos intelectuais e igrejas (e da ideia de guerra espiritual, adensada pela Teologia do Domínio) na campanha pelo impeachment. Como exemplo, tomaremos a própria sessão da Câmara dos Deputados, de 17 de abril de 2016, que votou a admissibilidade do processo de impeachment, pois nela foi possível observar de forma excepcional como intelectuais orgânicos evangélicos (que constituem a parcela dirigente) são constituídos no e constituem o processo de fascistização.

Sendo assim, seguimos para a nossa reflexão a respeito da proliferação e coligação de

201 Neste momento, optamos por sinalizar ao leitor o nosso entendimento de que identificamos em tal contexto histórico o princípio do que depois consolidou-se de fato como um processo de fascistização em escala nacional, dada a relevância desse contexto e de seus desdobramentos para a consolidação do “bolsonarismo”. No terceiro subcapítulo, após a apresentação da nossa compreensão acerca dos eventos históricos e conflitos de classes subsequentes, trataremos especificamente sobre o uso do conceito “fascismo” para a análise do conjunto de elementos presentes no período e, mais especificamente, para a compreensão sobre o que posteriormente consolidou-se como “bolsonarismo” (no sentido de ideologia, de movimento, de liderança e de governo).

aparelhos privados hegemonia (APHs) de extrema direita e a organização de protestos e outras ações pró-impeachment, considerando o Movimento Brasil Livre (MBL) como exemplo deste processo. Tal APH, criado em 2013, surgiu nas bases de uma robusta organização transnacional, a Students For Liberty (SFL), que tinha no Brasil, desde 2012, a sua extensão Estudantes Pela Liberdade (EPL) – que também foi conhecida como Students For Liberty Brasil. É importante destacarmos que essa organização transnacional SFL, por sua vez, foi criada em 2008 pelo presidente da rede Atlas Network²⁰², o argentino Alejandro Chafuen²⁰³, com o objetivo de atuar especialmente para a formação de líderes jovens (intelectuais orgânicos) na perspectiva ideológica liberal-ultraconservadora (COLOMBO, 2018). Neste sentido, sua extensão no Brasil, o aparelho EPL, que deu origem ao MBL, foi articulado desde sua origem a outros APHs: internacionalmente, através da Atlas Network²⁰⁴ e, nacionalmente, através da Rede Liberdade²⁰⁵. O levantamento feito pela jornalista Marina Amaral (2015), revelou que essa articulação anterior impactou na formação inicial dos membros fundadores do MBL através de sua trajetória pregressa já como membros do EPL em eventos promovidos pela Atlas Network e em outros determinados APHs associados, o que possibilitou e promoveu a própria fundação do MBL.

Assim, no contexto das Jornadas de Junho de 2013, os intelectuais orgânicos formados pelo EPL fundaram o MBL com o objetivo de atuar em manifestações de rua e nas redes sociais digitais, “[...] de maneira organizada e não gerar problemas com as agências financiadoras da rede de *think tanks* [...]” (COLOMBO, 2018, p. 125). Resgatamos uma fala de Juliano Torres – que passou por treinamento e tornou-se membro da Atlas Network, na época também

202 Fizemos apontamentos sobre a rede Atlas Network no Capítulo III. Para maior aprofundamento, ver também estudos anteriores (COLOMBO, 2018; COLOMBO e LAMOSA, 2018).

203 Alejandro Antonio Chafuen, presidente/diretor executivo da Atlas, de 1991 até os dias atuais, radicado nos Estados Unidos, ingressou na organização em 1985 e trabalhou diretamente com Antony Fisher. Graduado em economia na Universidade Católica Argentina, foi fundador e presidente do Conselho do Hispanic American Center For Economic Research (HACER), vice-presidente do Cedice Libertad (*think tank* liberal da Venezuela) e atua em conselhos que incluem o Instituto Acton para o Estudo de Religião e Liberdade (Acton Institute, estadunidense), o Instituto Fraser (canadense); também membro honorário e membro do comitê da John Templeton Fundação, da World Charity Foundation, e da The Templeton Religion Trust; e membro do conselho de conselheiros da The Philanthropic Enterprise e foi membro do comitê fundador da Donors Trust. (COLOMBO, 2018, p. 88).

204 Cabe lembrar que apresentamos informações e considerações sobre a Atlas Network no final do capítulo III. Para aprofundamento, consideramos a referência no estudo anterior de mesma autoria, conforme apontamos em Colombo (2018).

205 “Ao contrário da Atlas, que foi criada para fomentar o surgimento de novas organizações partidárias da economia de mercado e articulá-las em todo o globo, a Rede Liberdade surg[iu] para aglutinar as organizações em um contexto [nacional] em que elas já estavam se difundindo, em 2016, propondo-se a organizá-las em rede e promover parcerias, ou seja, para fortalecê-las.” (COLOMBO, 2018, p. 90).

diretor/presidente do EPL, membro-fundador do MBL, colaborador do Instituto Mises Brasil e presidente do Partido Libertários (Ibid., p. 121) – em entrevista para Amaral (2015), onde ele revelou como o EPL deu origem ao MBL no contexto político das Jornadas:

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil *likes* na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguri] e o Renan [Haas], *que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo*. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. O Kim, inclusive, vai participar agora de um torneio de pôquer filantrópico que o Students For Liberty organiza em Nova York para arrecadar recursos. (TORRES, Juliano, apud AMARAL, 2015, s/p, grifo nosso)

Em estudos anteriores, identificamos como ocorreu aquilo que Torres, na entrevista, chamou de “guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma”. Analisando os boletins trimestrais publicados pelo SFL em 2015, identificamos que o elo orgânico entre o EPL e o MBL ficou ainda mais explícito “com a capa ‘*Estudantes Libertários Lideram Milhões no Brasil*’, no qual destaca[ram] na matéria principal a atuação dos estudantes do EPL nas manifestações de 2015, com o título ‘Segredos revelados do Brasil: estudantes libertários querem *impeachment* presidencial’ (tradução livre)” (COLOMBO, 2018, p. 125-126, grifo do original). Nessa matéria, foram destacados e enaltecidos os líderes do EPL que também eram membros do MBL e atuavam na organização dos protestos de rua e outras estratégias voltadas para a campanha pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff (Ibid.).

Deste estudo dos relatórios, ressaltamos que em outros materiais também foram encontradas as relações entre a participação do EPL/MBL nas manifestações pró-impeachment de 2015 e também as relações entre tal protagonismo nas manifestações e o crescimento meteórico do número de membros e núcleos do SFL-Brasil naquele ano. Segundo os dados presentes nos relatórios, foi em tal contexto de manifestações pró-impeachment, “no meio de uma crise política e econômica”, que o EPL decidiu investir em eventos e caravanas de formação e treinamento para a filiação de jovens em todo o país (Ibid., p. 127), o que fez com

que o Brasil se tornasse “o maior membro da rede SFL, com mais coordenadores (1037 lideranças, segundo a página) do que a soma de todos os coordenadores dos continentes europeu e africano, juntos.”, uma vez que “[...] o número de coordenadores cresceu no Brasil em uma taxa de 100% por semestre [em 2015]” (Ibid., p. 122). Segundo os dados do relatório, é possível considerar que foi a mobilização em torno das manifestações pró-impeachment organizadas pelo EPL/MBL naquele ano que fez com que o aparelho transnacional SFL crescesse dessa maneira *sui generis* no e através do Brasil.

Em relação à defesa da “ideologia escola sem partido” (Ibid.) e da militância em torno das estratégias de difusão e implementação de políticas públicas sob seus pressupostos, é oportuno fazermos um destaque. A partir de 2015, o MBL passou a atuar no Estado ampliado, no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, elegendo “a defesa do Escola Sem Partido”²⁰⁶ como sua principal frente de atuação na educação. Dois anos depois, um dos marcos do empenho da organização em torno dessa prioridade foi a organização, no dia 15 de agosto de 2017, da “Marcha Pelo Escola Sem Partido”, evento nacional que articulou atos em espaços públicos em mais de uma dezena de estados do país. Em um extenso mapeamento sobre o encaminhamento de Projetos de Lei com a ideologia escola sem partido no país, o movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido”²⁰⁷ identificou que essa ocasião da “Marcha” foi “Um momento icônico de adoção do ESP por parte da direita [...]. Embora com pouco sucesso nos eventos de rua, como protestos e marchas, o dia teve sucesso em aumentar significativamente o número de projetos nos vários níveis do legislativo.” (MOURA e SILVA, 2020, p. 11-12). O impacto foi notório: do total de 247 Projetos de Lei mapeados, 122 foram encaminhados naquele ano (Ibid.).

Consideramos que, ao adensar elementos à ideologia escola sem partido (tal como a estratégia de incluir a defesa da ideologia e de Projetos de Lei em resolução congressional, organizar e mobilizar um dia nacional de eventos e ações para a realização dessa defesa, dentre outras estratégias), o EPL/MBL e APHs similares foram, ao mesmo tempo, constituídas por ela

206 Essa resolução consta no documento “Propostas aprovadas no primeiro congresso do Movimento Brasil Livre em 2015” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015).

207 O movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP) foi fundado em 2015, inicialmente “como uma página no Facebook de reunião e divulgação de notícias relativas aos avanços do movimento de mesmo nome”. Nos anos seguintes, consolidou-se como “um observatório de professoras e pesquisadoras da Educação que estudam, para combater, os movimentos e estratégias de censura da educação”, que se tornou referência nacional no enfrentamento à ideologia escola sem partido, e passou a divulgar a sua produção de conteúdo através de páginas em demais redes sociais, *website* e programa de áudio via *podcast*. Informações obtidas em <https://profscontraoesp.org/sobre/>. Último acesso em 30/06/2023.

e a constituíram. Portanto, ratificamos o que identificamos em estudos anteriores (COLOMBO, 2018), que o EPL/MBL atuou fortalecendo a função dessa ideologia de coligar uma diversidade de APHs de extrema direita liberais-ultraconservadores em torno de uma agenda comum para a disputa de políticas educacionais no país, por sua vez ajustada a partir de determinados interesses políticos e econômicos – agenda que, paulatinamente, como veremos, foi ganhando contornos fascistas.

Ao lado do EPL/MBL, outras organizações como o Vem Pra Rua (VPR) e o Revoltados Online também se destacaram no protagonismo em torno da organização e da mobilização dos protestos de rua e demais ações golpistas (especialmente entre março de 2015 e março de 2016), que foram momentos cruciais para a pavimentação do terreno propício para a posterior conformação e consolidação do bolsonarismo. Destacamos que as três organizações possuem origens, estratégias e ideologias distintas. Na apresentação que segue, buscaremos apontar algumas destas distinções, compreendendo que um exame mais preciso e aprofundado seria necessário para a identificação de maiores tensionamentos e aproximações entre elas, mas que esta investigação ultrapassaria os limites de nosso estudo.

O aparelho privado de hegemonia VPR foi criado em 2014, pelos empresários Rogério Chequer²⁰⁸ e Colin Butterfield²⁰⁹. A partir de levantamento realizado na página oficial na internet²¹⁰, verificamos que esta organização apresenta sua gestão baseada no que seria uma “governança corporativa empresarial”, com um núcleo regional e um conselho diretivo no topo da pirâmide, seguido de coordenações regionais, coordenação de capitais e estados e, por

208 Formado em Engenharia de produção na POLI-USP, atua no mercado financeiro desde o final dos anos 1990, sendo 15 anos resididos nos Estados Unidos. Em 2012, retornou para o Brasil como empresário e sócio-fundador da SOAP Brasil, empresa de consultoria de comunicação voltada para apresentações corporativas. Em 2018, candidatou-se a governador do estado de São Paulo pelo partido NOVO e obteve 3,32% dos votos no primeiro turno. Informações obtidas em <https://www.rogerchequer.com.br/> e <https://divulgaandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/SP/250000601939>. Acessos em: 10/04/2023.

209 O empresário utiliza “Colin Butterfield” como codinome. Formado em Engenharia de produção na Boston University, atua em bancos de investimentos e no agronegócio. Foi presidente da Cosan Alimentos, um dos maiores conglomerados empresariais do agronegócio no Brasil. “Executivo-chefe” da Radar, gestora de propriedades usineiras do grupo Cosan. Desde 2016, atua em Harvard como chefe de um fundo de US\$3,6 bilhões para investimentos em “recursos naturais” em países em “desenvolvimento” (no setor de exploração de madeira). Conheceu Rogério Chequer em 2014. Nas eleições de 2018, como representante do movimento Vem Pra Rua, fez campanha eleitoral para Jair Bolsonaro (PSL). Informações obtidas em “Líder de Vem Pra Rua sai da Cosan para investir em ativos florestais pela Universidade de Harvard”, disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/09/22/lider-de-vem-pra-rua-sai-da-cosan-para-investir-em-ativos-florestais-pela-universidade-de-harvard/>, e “Brasil vai às urnas guiado por ódio ao PT e o medo de Bolsonaro”, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538871859_656049.html, acessados em 10/04/2023.

210 Todas as informações sobre o Vem Pra Rua utilizadas e/ou citadas nesse trecho foram obtidas em: <https://www.vempraru.net/>. Acessos em: 10/10/2018 e 10/04/2023.

último, coordenações municipais. Em seu manifesto de fundação, o VPR fundamentou a necessidade de mobilização do “povo brasileiro” diante da indignação à corrupção, que seria o grande “mal” a ser combatido. Como via, apontou um suposto “suprapartidarismo” como princípio e entouou como lema: “O NOSSO PARTIDO É O BRASIL! VEM PRA RUA!”. A partir de outubro de 2014, focou a suas ações nas redes sociais (especialmente o *Facebook* e o *WhatsApp*) a partir da avaliação de que esses seriam os melhores meios para a mobilização de manifestações de rua. No final de 2014, duas manifestações no período eleitoral organizadas pelo VPR ganham destaques na imprensa nacional e internacional, inflando o movimento.

Segundo nossos levantamentos anteriores, o VPR passou a organizar e participar de atos conjuntos com o MBL e o Revoltados Online a partir de novembro de 2014. Já em 2016, diversificaram as estratégias e passaram a atuar, além das manifestações de rua, também diretamente no Congresso Nacional, “[...] criando grupos de pressão sobre parlamentares que iriam votar no processo do *impeachment* de Dilma Rousseff (chegando a produzir em seu site um “Mapa do Impeachment” que divulgava os votos dos parlamentares).” (COLOMBO, 2018, p. 63, grifo do original).

Não obstante, a sua adesão e o destacado protagonismo na campanha pró-impeachment não ocorreu desde o início. No primeiro grande dia de manifestações contra Dilma Rousseff em todo o país, em 15 de março de 2015, o VPR participou da organização e, ao mesmo tempo, declarava, em suas entrevistas, que considerava a campanha pelo impeachment precipitada naquele momento. Na manifestação da Avenida Paulista (que, segundo a Polícia Militar, teve 1 milhão de pessoas e segundo o Instituto Datafolha teve 210 mil), por exemplo, o MBL, o VPR e o Revoltados Online saíram em três carros de som distintos, com um quilômetro de distância entre si, marcando essas parciais divergências (BEDINELI e MARTÍN, 2015). Este foi o primeiro grande dia de manifestações organizado e convocado pelas três organizações de forma conjunta. Um mês depois, em 12 de abril, outro dia marcado por manifestações – com menos adesão do que o primeiro, mas com foco mais definido na campanha “Fora Dilma” – o VPR definiu que defendia de qualquer maneira a saída da presidenta, fosse por impeachment ou por renúncia (CHEQUER, 2015). Já um ano depois, no maior dia de manifestações pró-impeachment de todo o período, em 13 de março de 2016, o VPR liderava o evento na Avenida Paulista, inclusive com performance marcada pelo ufanismo (ROSSI, ALESSI e BENITES, 2016).

Até a conclusão de nossa pesquisa, tanto o MBL quanto VPR se mantiveram ativos e

bastante expressivos nas articulações das direitas no cenário nacional, entre aproximações e tensionamentos entre si e com o bolsonarismo. Ambos apoiaram a candidatura de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Em 2021, entre divergências internas, convocaram e/ou participaram atos de oposição ao governo (inclusive com manifestações públicas a favor de abertura de processo de *impeachment*). Já nas eleições de 2022, o primeiro movimento se dividiu internamente e não emitiu apoio oficial à candidatura de Bolsonaro, enquanto o outro declarou apoio no segundo turno do pleito, sob o argumento do chamado “voto útil” (alegando que um governo “bolsonarista” seria melhor do que um “petista”).

Já a organização Revoltados Online, terceiro e último movimento que destacamos deste período, encerrou suas atividades em 2017. Anterior ao processo de campanha pró-impeachment, ele foi fundado em 2006 pelo empresário Marcello Reis. Inicialmente, funcionou como uma página nas redes sociais (primeiro no *Orkut* e depois no *Facebook*). Em entrevista concedida à Revista Piauí, o fundador declarou que, nas Jornadas de Junho de 2013, agrediu manifestantes que estavam com bandeiras de partidos, teve sua imagem circulando nos jornais das grandes mídias corporativas e percebeu a possibilidade de crescimento do movimento através do uso da sua imagem e da atuação em manifestações de rua, que poderiam ser promovidas em sua página na internet (MARCELO REIS, 2017). Assim, “converteu o grupo em uma militância política de extrema direita, a favor do intervencionismo militar e, sobretudo, anti-PT” (Ibid.).

Em 2016, às vésperas da conclusão do processo de *impeachment*, a página da organização foi banida do *Facebook* após ser denunciada por usuários da rede por veicular conteúdos com discurso de ódio e homofobia e, desse modo, a página pessoal do empresário passou a ser utilizada como o principal veículo de comunicação. Neste processo, o APH perdeu sua capacidade de mobilização e encerrou suas atividades em 2017. O empresário criou e manteve, até a conclusão da presente pesquisa, um site “PROL Revoltados Online”, de perfil expressamente bolsonarista²¹¹. Em 2018, candidatou-se à Deputado Estadual pelo PSL (SP) e não foi eleito.²¹² Ainda, cabe destacar que, enquanto esteve ativo, também teve como membro bastante atuante a intelectual orgânica Beatriz Kicis Torrents de Sordi (conhecida publicamente como Bia Kicis)²¹³.

211 Informações obtidas em <https://www.revoltadosonline.com.br/>, acesso em 11/04/2023.

212 Informações obtidas em <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/SP/250000613437>, acesso em 11/04/2023.

213 Fundadora do movimento Mães Pelo Escola Sem Partido, cunhada de Miguel Nagib (fundador do

Segundo levantamento feito por Gohn (2017), nos atos em 12 de abril de 2015, ao todo 26 APHs de direita (que a autora caracteriza como “movimentos”) criaram a “Aliança Nacional Democrática”. Em ação conjunta (em protesto de rua nessa data, inclusive), divulgaram o documento “Carta do povo brasileiro”, assinado pelo MBL, VPR, Instituto Democracia e Ética, Jovens Transformadores, Avança Brasil, Brava Gente Brasileira, Chega de Impostos, Diferença Brasil, Eu Amo o Brasil, Movimento Acorde, Mude Brasil, Nas Ruas, Brasil Melhor, Endireita, Avança, dentre outros. (GOHN, 2017, p. 68).

Nesse período, nos primeiros dias mais significativos de manifestações em âmbito nacional, em 15 de março e em 12 de abril de 2015, foram apresentadas e amplamente difundidas pela grande mídia burguesa as pautas que permaneceram em evidência, em escala nacional, nos meses seguintes. Além das pautas “anticorrupção” e a campanha pró-impeachment, como apontamos, também estiveram presentes nesses eventos e foram amplamente veiculadas as falas proferidas e as imagens de faixas e cartazes com dizeres que, para nós, passaram a denotar o princípio do processo de fascistização em proporção nacional. Destacamos algumas: “Intervenção Militar Já! O Brasil exige ordem e progresso!”, “Nossa bandeira jamais será vermelha”, “Menos Marx/ Mais Mises”, “Contra o comunismo/ Pela intervenção militar constitucional”, “Fora PT”, “Fora diaba Dilma”, “Contra a ditadura bolivariana e o comunismo”, “Exército, queremos nosso país de volta”, “Terceirização sim, PT não!”, “Vai pra Cuba!”, dentre outros.²¹⁴ Estão presentes, portanto, elementos ideológicos que historicamente compõem o fascismo – tais como o anticomunismo, a ideia de “nós” *versus* “eles”, o militarismo, o nacionalismo, o sexismo e a religiosidade – e que observaremos, nos anos seguintes, como elementos ideológicos que permaneceram e passaram a compor o passamos a chamar de fascismo “à brasileira”²¹⁵.

Não pretendemos, com essa classificação, caracterizar como tipicamente fascistas ou não fascistas os aparelhos privados de hegemonia que demos maior foco em nossa análise do

movimento Escola Sem Partido); presidente do Instituto Resgata Brasil; subprocuradora-geral do Distrito Federal aposentada; eleita Deputada Federal em 2018 pelo Partido Republicano Progressista (PRP); vice-líder do governo no Congresso Nacional (2019-2020); filiada ao PSL (2019-2022); presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados entre 2021 e 2022 de filiada ao União Brasil (2022); eleita Deputada Federal em 2022 pelo PL. Informações obtidas em levantamento de estudos anteriores (COLOMBO, 2018) e <https://www.camara.leg.br/deputados/204374/biografia>, acesso em 11/04/2023.

214 Informações obtidas em “15 de março: protestos pelo Brasil”, disponível em <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2015/03/15-de-marco-os-bprotestos-pelo-brasilb.html> e “12 de abril: protestos pelo Brasil”, disponível em <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2015/04/12-de-abril-os-protestos-pelo-brasil.html>; acessados em 12/04/2023.

215 Adotamos a expressão cunhada por Mattos (2020). Retomaremos a referida expressão no próximo subcapítulo.

período. Para isso, seria necessário um estudo mais amplo e aprofundado sobre cada um deles. Nosso objetivo é realizar a leitura dos eventos históricos em sua totalidade, destacando a dimensão das ideologias e das ações de tais organizações que contém determinados elementos de fascistização que, nos anos seguintes, serão assimilados, sistematizados e difundidos pelo bolsonarismo (conforme aprofundaremos o nosso debate sobre fascismo enquanto categoria de análise no próximo subcapítulo ao tratarmos especificamente do bolsonarismo). Ao observarmos o MBL, por exemplo, enquanto uma organização liberal-ultraconservadora, notamos fases distintas em sua trajetória e não obtemos elementos suficientes para caracterizá-lo como um aparelho privado de hegemonia tipicamente fascista, embora tenhamos identificado nele elementos ideológicos e procedimentos fascistas, especialmente em 2015 e 2016 – como a defesa da censura do debate de questões de gênero e sexualidade e a defesa do anticomunismo através da ideologia escola sem partido, além da atuação coercitiva através de estratégias típicas de tropa de choque.

Ainda em relação às manifestações de rua que antecederam o golpe de 2016, aqui resgatamos e estabelecemos um diálogo com a pesquisa “O confronto político da ascensão à crise dos governos petistas (2003-2016)” sobre “protestos à direita” que ocorreram no período de 2011 a 2016, coordenada pelas cientistas políticas brasileiras Luciana Tatagiba e Andréia Galvão no âmbito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Como “protestos”, as pesquisadoras definiram “uma ocasião no qual pessoas se juntam para fazer demandas – por bem materiais ou valores – que, se atendidas, afetariam o interesse de outra pessoa de fora do seu grupo” (TATAGIBA, 2018, p. 91), o que inclui, por exemplo, “ocupações, passeatas, marchas, boicotes, bloqueio de estradas, escrachos, panelaços” (Ibid., p. 90), dentre outros, como canais de expressão e mobilização. Neste sentido, Tatagiba se debruçou na análise de protestos coletivos e públicos que utilizaram especialmente o “*antipetismo* como forte apelo nas ruas” e que foram “convocados por organizações que se afirmaram de direita e/ou conservadoras” (Ibid., p. 93, grifo da autora).

Assim, resgatamos alguns dados e análises dessa pesquisa que contribuem para a nossa reflexão. A partir de informações coletadas e reunidas no “Banco de dados: protestos no Brasil (2011-2016)” (TATAGIBA e GALVÃO, 2019) – uma parceria do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC/UNICAMP) com o Centro de Estudos Marxistas (CEMARX/UNICAMP) – foram mapeados 143 “protestos à direita” entre 2011 e 2016, o que representou 10,5% do total de protestos que ocorreram no país nesse

período. Destes protestos: 6,3% em 2011; 9,8% em 2012; 18,2% em 2013; 7% em 2014; 28,7% em 2015; e 30,1% em 2016 (Ibid., p. 99). Ou seja:

[...] os protestos estiveram concentrados nos anos 2015 e 2016, que correspondem ao auge da campanha pelo *impeachment*, mas já despontam com força em 2013, [...] confirmando a percepção segundo a qual as novas direitas fizeram sua aparição nas ruas no ciclo de mobilizações de 2013. (TATAGIBA, 2018, p. 98-99, grifo da autora)²¹⁶

Além do peso dos dados numéricos em relação à quantidade de protestos, os resultados dessa pesquisa indicaram que:

De qualquer forma, não é no número de eventos convocados que reside a expressão de força das diretas nas ruas, mas na natureza massiva dos protestos. A campanha pelo *impeachment* se capilarizou pelo território nacional, com protestos sendo realizados em todos os estados da Federação e mais o Distrito Federal, com número de participantes equivalente ou superior a ciclos de mobilizações anteriores como as Diretas Já e o Fora Collor. (TATAGIBA, 2018, p. 100, grifo da autora).

Em relação às demandas apresentadas nos “protestos à direita” nesse período, a pesquisa levantou que 70% dos protestos tiveram como objetivo o “combate à corrupção”, o “*impeachment* de Dilma Rousseff” e “manifestações contra o Partido dos Trabalhadores e suas lideranças”, especialmente o então ex-presidente Lula da Silva, sendo predominante a mobilização antipetista (Ibid., p. 102). A pesquisadora destacou que esse primeiro eixo de demandas, “regime político”, já era apresentado nas “expressões misóginas” contra Dilma Rousseff e no “ódio ao PT” que tomaram grandes proporções nas redes sociais e nos protestos de ruas em 2014, mas que esse eixo só ficou mais nítido a partir de 2015. Isso ocorreu, segundo Tatagiba, em função da campanha pelo *impeachment*, quando o grande mote dessa campanha passou a ser a “associação entre *antipetismo* e *luta contra a corrupção*, oferecendo uma poderosa chave de leitura para os problemas brasileiros e, ao mesmo tempo, a solução para esses problemas” (Ibid., p. 103-106, grifo da autora). Ou seja, a pesquisadora compreendeu que foram as ideias de “antipetismo” (ódio ao PT) e “luta contra a corrupção” que permitiram “mobilizar as emoções” para os protestos em torno deste primeiro eixo “regime político” (Ibid.,

216 Como apontamos no texto introdutório deste capítulo, as direitas organizaram atos próprios no contexto das Jornadas de Junho de 2013. Contudo, foram manifestações inexpressivas em relação aos atos de massa de caráter classista que caracterizaram o período das Jornadas. Aqui, ratificamos essa compreensão, uma vez que esta distinção também pode ser observada através dos dados presentes no “Banco de dados: protestos no Brasil (2011-2016)” (TATAGIBA e GALVÃO, 2019).

p. 103).

Em relação às forças que convocaram tais protestos, a pesquisa reforçou nosso levantamento anterior, pois também demonstrou que as três principais organizações que concentraram a convocação dos protestos foram o MBL, o VPR e o Revoltados Online; e, por trás das convocações, a pesquisa levantou que estavam presentes redes e organizações como “a Fiesp, a Força Sindical, o Comando Nacional dos Transportes e o financiamento de partidos como o PMDB e o PSDB” (Ibid., p. 107). Porém, além deles, outros agentes atuaram para a mobilização, especialmente a partir de outras insígnias – notadamente, oriundas ou adensadas pela religião enquanto forma de ideologia, como veremos a seguir.

Em relação ao que foi pautado e mobilizado nos protestos, além das demandas relacionadas ao que a autora caracterizou como “regime político”, também foram identificados os temas “marginais, em relação a esse polo central”, que trataremos com destaque, tendo em vista a relevância destes para os interesses da nossa pesquisa. A pesquisa de Tatagiba identificou que estes temas (que, na aparência, não tinham centralidade na convocação e mobilização para os atos) estiveram presentes nos mesmos protestos e formaram um segundo eixo, denominado de “defesa da autoridade”. Esses temas giraram em torno de duas principais demandas (“subeixos”): i) a “defesa dos valores da família”, que inclui a contrariedade ao aborto, à união civil entre pessoas do mesmo sexo e à descriminalização das drogas; e ii) a “defesa da ordem”, no sentido de um “Estado mais repressivo”, que inclui a defesa da ditadura civil-militar brasileira de 1964 e seus agentes, a redução da maioria penal, a contrariedade à descriminalização das drogas e a contrariedade às greves e às ocupações de escolas (Ibid., p. 102-110). Na análise da pesquisadora, esse segundo eixo de demandas já existia (por parte de grupos das direitas) e, a partir do contexto das manifestações de 2015, as direitas passaram a se sentir “encorajadas a levar à luz do dia” (Ibid., p. 103). Além de mais encorajadas para colocar as demandas em evidência, as direitas também se sentiram confiantes para atuar de forma ampla e pública pelo convencimento, (Ibid., p. 114) – em termos gramscianos, perceberam o contexto favorável para a disputa por consenso em torno de seus projetos de hegemonia no âmbito do Estado ampliado (no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, de forma indissociável).

No sentido de compreendermos a articulação dos temas “regime político” (campanha pró-impeachment) e aquilo que em pesquisas anteriores passamos denominar “ideologia escola sem partido” – e que na pesquisa citada está circunscrito, de forma análoga, respectivamente, nos subeixos “em defesa da ordem” e “em defesa da família” – salientamos outro dado deste

levantamento que é significativo para o nosso debate. Dentre as conclusões da pesquisa, a pesquisadora destacou a preponderância do papel do que chamou de “movimento neopentecostal” para a realização da associação entre o primeiro eixo “regime político” com o segundo eixo “defesa da autoridade”, articulando o impeachment como solução: “A narrativa neopentecostal da guerra contra o mal se encaixava perfeitamente no espírito geral do antipetismo, conduzido na chave do choque moral” (Ibid., p. 108). Neste ponto, reproduzimos uma análise da autora que foi crucial para o nosso entendimento sobre o papel das igrejas evangélicas nos protestos de 2015 e 2016:

[...] Enquanto no eixo do *Regime* [político], o MBL, o Vem pra Rua e o Revoltados Online responderam pela convocação, contando com os recursos infraestruturais advindos de suas ligações com setores da burguesia paulista, no subeixo *defesa da família*, a centralidade está com organizações religiosas, sobretudo de origem neopentecostal, que constituem a principal base social dos protestos. O evento mais importante desse campo é a Marcha para Jesus, que acontece na cidade de São Paulo [...]. Como vimos, em 2014 e 2015 a Marcha assume como tema a luta contra a corrupção, mas ao longo do período seus temas remetem prioritariamente para a defesa da família. (TATAGIBA, 2018, p. 109, grifo da autora).²¹⁷

Destes dados, depreendemos três aspectos da atuação dos intelectuais orgânicos, das igrejas e demais organizações evangélicas (ou APHs evangélicos), que nos subsidiam para a compreensão da dimensão do papel que estes tiveram para que os protestos de direita e extrema direita tomassem proporções de protestos massivos nos anos 2015 e 2016 e ganhassem, gradativamente, contorno ideológico ultraconservador, fundamentalista e fascistizante.

O primeiro aspecto é a capacidade de mobilização de uma ampla base social, de maneira ágil e consistente, para a participação em protestos de rua e demais estratégias de atuação política (fossem as convocadas pelas organizações de direita e extrema direita ou as convocadas pelas próprias igrejas e organizações religiosas).

O segundo é a capacidade de formular, sistematizar e ajustar determinados elementos ideológicos da chamada guerra espiritual, adensada pela Teologia do Domínio – voltados para a construção da ideia de “o bem” *versus* “o mal” ou a ideia da existência de um inimigo comum que precisaria ser combatido, ideologia que apresentamos no capítulo II, no subcapítulo 2.3 – no contexto de aprofundamento da crise política, de maneira articulada à indicação de supostas

217 Em relação à capacidade de mobilização a partir do exemplo da própria Marcha para Jesus (indicada pela pesquisa de Tatagiba), tendo em vista os limites da presente pesquisa, não nos aprofundaremos no levantamento de dados e reflexões sobre a magnitude e representação de tais eventos anuais, que têm dimensão nacional e internacional. Contudo, manifestamos o nosso interesse em realizar esse desdobramento em estudos futuros.

soluções adequadas aos seus interesses ideológicos, políticos e econômicos.

O terceiro aspecto, associado aos dois primeiros, é a capacidade de formular, sistematizar, difundir e mobilizar, via Teologia do Domínio, o medo (em dimensão individual) e o pânico moral (em dimensão social, coletiva), cujos desdobramentos confluíram para a legitimação do ódio como ferramenta política – posto que tudo seria válido na “guerra espiritual” permanente, em nome de Deus, para supostamente salvaguardar a “nação” e as “famílias brasileiras” dos “esquerdistas”/“comunistas”, inclusive o ódio. Ainda, podemos considerar a incitação ao ódio como uma via para gerar adesão à ideologia, ao seu projeto de hegemonia, e o ódio também como uma arma (no sentido de ferramenta no contexto do receituário ideológico fascistizante) para gerar o impulsionamento daqueles “do bem” na direção da aniquilação do suposto inimigo.

Portanto, em nossa compreensão, essa formulação – associação entre o antipetismo e a luta contra a corrupção, trazendo o impeachment como solução, juntamente com a ideia de defesa da nação e da família – foi realizada a partir da utilização da ideia de “guerra espiritual permanente”, adensada pela Teologia do Domínio (difundida especialmente pelas igrejas neopentecostais há mais de quatro décadas) ajustada e adaptada de acordo com os elementos culturais e as circunstâncias políticas e econômicas brasileiras daquele período. Em outras palavras, compreendemos que a partir do aprofundamento do contexto de crise política e econômica (aprofundamento da crise orgânica no contexto brasileiro de capitalismo dependente e periférico), a Teologia do Domínio foi, gradativamente, associada à estratégia da extrema direita de geração de medo e pânico moral (como estratégia para a ampla adesão às suas ideologias, à defesa dos seus interesses e supostas soluções).²¹⁸ Assim, começaram a difundir que a causa da crise, o tal “inimigo” da guerra espiritual a ser combatido seria o PT (que até então era considerado um aliado por parte dos intelectuais orgânicos evangélicos, de forma ampla)²¹⁹ – ou seja, a partir da ideia da Teologia do Domínio, difundiram a ideia que o PT seria

218 Pretendemos, em estudos futuros, desenvolver nossa reflexão sobre como o “medo” é mobilizado “como afeto político central” (SAFATLE, 2021, 2023), pelo conjunto das direitas no Brasil, de acordo com os interesses dos dominantes, com ênfase sobre o papel que a Teologia do Domínio pode ter nesse processo. Ou seja, considerando que a “adesão social” a determinados modos de ordenamento social, no sentido da construção da “coesão social”, é construída também a partir da gestão dos afetos e, mais precisamente, da “gestão social do medo” (SAFATLE, 2021, p. 16), pretendemos estudar os possíveis nexos entre tal processo e o papel que a Teologia do Domínio vem desempenhando para a realização da dominação burguesa nos marcos da autocracia, considerando a religião como um dos traços da dominação burguesa no contexto brasileiro de capitalismo dependente e periférico.

219 No governo de Dilma Rousseff, o bispo Marcelo Crivella (na época, senador pelo PRB/RJ, atual Republicanos/RJ) e o radialista evangélico Deputado Federal George Hilton (na época filiado ao PRB/MG, atualmente ao PSC/MG), ambos da Igreja Universal do Reino de Deus, foram nomeados, respectivamente, para a

uma expressão da manifestação de demônios territoriais e/ou hereditários que estariam dominando os seres humanos desse grupo social a serviço do Diabo na guerra espiritual travada no “mundo material”.

Além desse componente religioso, neste receituário ideológico fascistizante, a suposta “crise moral” foi essencialmente conotada a partir da ideologia escola sem partido, cuja formulação indica que tal crise supostamente estaria sendo resultado da ação dos “comunistas” através da “ideologia de gênero” e atingindo a família, que precisaria ser defendida (enquanto instituição social, em estrutura patriarcal). Tal formulação se encaixou perfeitamente à ideia anteriormente difundida pela guerra espiritual, adensada pela Teologia do Domínio, de que o comunismo estaria a serviço de “forças do mal” exercidas pelo Diabo (considerando o enquadramento difundido pelos intelectuais orgânicos evangélicos de caracterização do PT como um partido “comunista” e “extremista” a partir desse contexto). Assim, ratificamos o que concluímos em estudos anteriores (COLOMBO, 2018), quando identificamos que a ideologia escola sem partido foi amplamente difundida justamente a partir de 2014 dentro do receituário ideológico formado neste período e, ao mesmo tempo, serviu para o crescimento do ultraconservadorismo, fundamentalismo e fascistização das ideias e ações promovidas pelas organizações da extrema direita nesse período. Em suma, a ideologia escola sem partido, alçada com o adensamento da Teologia do Domínio em sua utilização, foi um dos elementos que pavimentou a ascensão da extrema direita.

Portanto, foi em meio à multiplicação do número de organizações de direita e extrema direita, do crescimento de sua capacidade de mobilização através da adesão do segmento evangélico – especialmente neopentecostais e pentecostais, a partir do comprometimento de suas maiores igrejas e intelectuais orgânicos – à campanha pró-impeachment e da escalada de protestos à direita em 2015 e 2016 (em número de eventos e em massificação), que ocorreu o golpe parlamentar que retirou a presidenta Dilma Rousseff do governo federal. Seu vice e sucessor Michel Temer, filiado ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB, anterior

chefia dos Ministérios da Pesca e do Esporte. Além dos ministérios, o PT sancionou Leis reivindicadas pelos intelectuais orgânicos representantes do segmento evangélico, tal como a Lei de 2003 que permitiu que as igrejas e associações religiosas passassem a ter personalidade jurídica, a Lei de 2009 que criou o Dia Nacional da Marcha para Jesus, a Lei de 2010 que instituiu o 30 de novembro como Dia Nacional do Evangélico, dentre outras ações. Em 2011, uma outra veemente sinalização da aliança circunstancial entre Dilma Rousseff e o segmento evangélico foi observada na ocasião em que o Programa Brasil Sem Homofobia, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, anunciou a elaboração do material didático “Kit Escola Sem Homofobia”: após grande pressão de setores ultraconservadores, reacionários e fundamentalistas do Congresso Nacional (evangélicos e católicos), que ganhou repercussão na grande mídia burguesa, o material didático foi vetado pelo governo federal.

PMDB), também apoiou o processo²²⁰ e comprometeu-se com a continuidade das contrarreformas em curso e com a realização daquelas em pauta no Congresso Nacional – relativas aos interesses políticos e econômicos representados pelos aparelhos privados de hegemonias e partidos institucionais protagonistas do golpe, tais como a Reforma do Ensino Médio (inicialmente, via Medida Provisória nº476/2016), e a Reforma Trabalhista (via Lei nº 13.467/2017).

Em relação à participação dos parlamentares evangélicos no processo de consolidação do golpe, destacamos o momento de votação de admissibilidade do processo de impeachment na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, considerando a importância que esse evento teve diante da grande visibilidade e projeção pública dos discursos conservadores e fundamentalistas que foram proferidos por tais representantes evangélicos nessa ocasião – que também compreendemos como resultado do que foi sendo gradativamente consolidado e coligado enquanto perspectiva ideológica nos protestos de rua pró-impeachment através do protagonismo deste mesmo segmento. Vale lembrar que a votação de 17 de abril de 2016 na Câmara dos Deputados foi realizada excepcionalmente em um domingo, fruto da estratégia operada e conduzida pelo deputado federal Eduardo Cunha, na ocasião presidente da Câmara dos Deputados (2015-2016), como forma de aumentar a pressão das mídias burguesas através de ampla cobertura e transmissão ao vivo a favor do impeachment.

Destacamos a representatividade do presidente da Mesa da Câmara neste processo. Pentecostal, membro da igreja Assembleia de Deus, Eduardo Cunha (MDB/RJ, filiado desde 2003, no então PMDB), aceitou o pedido de impeachment alguns meses depois de romper com o PT na ocasião em que acusou o governo federal de suposta articulação com Rodrigo Janot (então procurador-geral da República) para sua incriminação na Operação Lava Jato e, também, após perder o apoio do PT na Comissão de Ética da Câmara, quando ocorreu o julgamento da cassação do seu mandato por quebra de decoro parlamentar (processo que resultou na aprovação da cassação, concluído um mês após a admissibilidade do impeachment ser aprovada na Câmara).

Vale lembrar que durante 20 anos Cunha foi formado e integrou como membro a igreja Comunidade Sara Nossa Terra (neopentecostal, grande responsável pela difusão da Teologia do

220 Ainda, alguns pesquisadores levantam a participação direta do então vice-presidente Michel Temer na articulação que gerou o processo de impeachment. A esse respeito, destacamos o apontamento de Dip: “No começo de 2017, na Operação Lava Jato, já cassado e condenado a 15 anos e 4 meses de prisão, o ex-deputado federal [Eduardo Cunha] revelou ainda que o parecer do processo de impeachment teria sido submetido, antes de sua abertura, ao presidente Michel Temer, que o teria aprovado.” (DIP, 2018, p. 61).

Domínio no país); em 2015, migrou para a Assembleia de Deus (AD) e recebeu o título de membro honorário da Igreja Assembleia de Deus de Madureira, ramificação da AD. Consideramos fundamental notar a relação de Cunha com a igreja para a compreensão da influência desta no processo de impeachment. Segundo a pesquisadora Andrea Dip (2018), o Pastor Everaldo, presidente do Partido Social Cristão (PSC) – que foi também a primeira candidatura confessional à Presidência da República, em 2014 – é membro da igreja AD e aliado político, amigo e ex-sócio de Cunha, com quem teve uma rádio em Pernambuco entre 2000 e 2004, exercendo, portanto, forte influência em suas decisões e posicionamentos.²²¹ Segundo levantamento de Dip, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) declarou formalmente apoio ao impeachment. No âmbito do Congresso Nacional, a própria Frente Parlamentar Evangélica (FPE) declarou apoio ao processo, como veremos a seguir. Portanto, é a partir da representação desses interesses que fazemos a leitura da atuação de Cunha, de sua articulação e condução do processo, assim como do emblemático momento de seu voto, quando repetiu a frase do discurso do voto do então presidente da FPE, o delegado de polícia e deputado federal João Campos (então PSDB/GO, atualmente no PRB/GO), que posteriormente foi atribuída especialmente ao primeiro como marca da atuação dos evangélicos no processo de impeachment: “Que Deus tenha misericórdia desta Nação. Voto ‘sim’.”²²²

Dez dias antes da votação na Câmara, a FPE leu em sessão no Plenário e divulgou através de seus meios de comunicação e redes sociais um documento que intitulado “Nota à Nação Brasileira”, aprovado em reunião da Frente realizada no dia anterior, na qual declara apoio ao processo de impeachment. No documento (FPE, 2016), identificamos a argumentação ancorada naquilo que caracterizamos anteriormente como política de medo e de pânico moral, ao associar diversos elementos correspondentes à crise econômica ao que seria uma “crise moral, ética e política”, que teriam sido agravados por “escândalos de corrupção praticados pelo governo Dilma” (FPE, 2016). A reprodução desta argumentação também foi notada na fala dos demais parlamentares evangélicos nas declarações do voto favorável em plenário.

Segundo análise do antropólogo brasileiro Ronaldo de Almeida, apesar da diversidade

221 Aqui, resgatamos que Jair Bolsonaro, quando então filiado ao PSC/RJ, acenou aliança política ao segmento evangélico ao ser batizado nas águas do Rio Jordão, em Israel, pelas mãos do Pastor Everaldo, em 12 de maio de 2016, no mesmo dia em que o Senado Federal votou pela admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff. Além do batismo, neste período Jair Bolsonaro também expressou a aliança ideológica e política através da saída do PP (Partido Progressista, atual Progressistas) para o PSC.

222 Trecho da transcrição da fala proferida pelo deputado federal Eduardo Cunha durante a votação de admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em Sessão Deliberativa Extraordinária da Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

territorial e dos setores de atuação de cada deputado federal, foi possível identificar, nos discursos proferidos a favor do impeachment na seção oficial, a mobilização de um “léxico político” a partir de termos como “deus”, “família” e “nação” – ou os equivalentes “cristianismo”, “cristão”, “Nossa Senhora”, “Brasil”, “povo brasileiro”, “país”, “pai”, “esposas”, “filhos” e “netos” – que “operaram como elementos unificadores e transversais” (ALMEIDA, 2018, p. 167-168). Ainda, foi dos 367 deputados que votaram a favor do impeachment que veio quase a totalidade das referências à “família” (117 vezes), a “deus” (43 vezes) e à “nação” (38 vezes) – constatou-se que em muitas declarações o termo “família” esteve associado a termos como “honra”, “respeito” e “consciência”, “buscando significar honestidade e bom caráter de quem a evocou” (Ibid., p. 168).

Nesse levantamento, Almeida não fez distinção entre católicos e evangélicos. Mas o conteúdo e a repercussão midiática dos discursos religiosos nessa ocasião, por si, demonstravam a necessidade de olharmos para a atuação dos evangélicos no golpe parlamentar, tendo em vista o destacado protagonismo dos representantes da FPE nesse processo. O que esse levantamento nos revelou é como a associação entre as noções de “deus”, “nação” e “família” – em viés reacionário, conservador e fundamentalista que reforça o imaginário evangélico de que existem inimigos a serem combatidos para “salvar a família” – saltou dos protestos de rua e dos púlpitos das igrejas para as tribunas do Congresso Nacional e sobressaiu-se na disputa por hegemonia naquele contexto. Assim, pensando no âmbito do Estado em sentido ampliado, considerando o parlamento como uma forma de interseção entre as dimensões da sociedade civil e da sociedade política²²³, fica evidente a penetração e o adensamento das ideologias representadas por este segmento religioso – pensando a religião enquanto forma de ideologia – através da atuação na esfera Legislativa.²²⁴

Em relação à votação, o levantamento da Agência Pública apurou que as bancadas (registradas ou não em frentes parlamentares) que mais estiveram coesas, votando a favor do impeachment, foram, em ordem crescente, “da bala (88,24%), empresarial (85,32%), evangélica (83,85%), ruralista (82,93%), da mineração (79,12%) e dos parentes (74,49%),

223 A partir do referencial gramsciano e do conceito de Estado integral (ampliado), em nossa pesquisa consideramos que o Congresso Nacional no Brasil contemporâneo tem cumprido a função híbrida de arena de atuação tanto da sociedade civil quanto da sociedade política. Mais precisamente, tem funcionado como elo entre ambas, tanto no sentido de sua composição (pois tem representantes de ambas dimensões) quanto no sentido de sua função na ossatura do Estado em sentido ampliado.

224 No próximo subcapítulo, ao tratarmos da relação dos evangélicos com bolsonarismo, abordaremos a respeito da ascensão deste segmento também nas esferas do Executivo e do Judiciário.

formada por deputados com familiares na política” (MEDEIROS, 2016, s/p). Em relação à evangélica, este percentual é referente ao voto de 161 parlamentares entre os 192 presentes na sessão. Em outro levantamento, realizado por Dip (2018), específico em relação aos membros signatários da FPE, “entre os deputados, apenas Sérgio Brito (PSD-BA), George Hilton (Pros-MG), Rejane Dias (PT-PI) e Benedita da Silva (PT-RJ)” votaram contra a admissibilidade do impeachment.

Concluimos este subcapítulo considerando que, no conjunto, o surgimento dos diversos grupos de direita e extrema direita e os protestos de rua por eles organizados e/ou adensados, entre 2015 e 2016, foram um marco na guinada do processo de fascistização em escala nacional de maneira massificada na forma de ideologia. Compreendemos que já existiam ideologias, movimentos e intelectuais orgânicos fascistas, mas que tais dimensões não tinham expressões públicas enquanto movimento de massas até aquele momento histórico no qual notamos que a dimensão da ideologia passou a ter. Em outras palavras, podemos dizer que o processo de fascistização não era expresso em manifestações públicas de massas até aquele momento, embora já ocorresse a massificação da difusão ideológica e da capilarização de ideologias fascistas (enquanto processo de formação). Neste processo de fascistização de maneira massificada, vimos que a ala dirigente do segmento evangélico teve destacado protagonismo ao formular o ajuste e difundir a ideia de antipetismo de forma circunscrita à Teologia do Domínio, convocando os evangélicos de todo o país ao que poderíamos chamar de cruzada pró-impeachment em defesa da “família” e da “nação”, em perspectiva fascistizante de aniquilação do “inimigo”.

Em perspectiva gramsciana, podemos dizer que antes deste período não era possível observar certas ideologias que compõem o fascismo “à brasileira” como ideologias orgânicas – tal como vimos com a ideologia escola sem partido, por exemplo, que de ideologia arbitrária tornou-se ideologia orgânica em dimensão nacional (COLOMBO, 2018) – e tampouco era possível observar movimentos e lideranças de caráter fascista na direção de manifestações de massa. Nesse processo, ideologias pré-existentes que já eram orgânicas, como é o caso da guerra espiritual, já adensada pela Teologia do Domínio, foram ajustadas, incorporadas e adensadas no decorrer das disputas e embates próprios deste período de aprofundamento de crise orgânica, passando também a compor os elementos intrínsecos do processo de fascistização.

Assim, ainda que inicialmente este processo tenha ocorrido de forma difusa (ainda sem uma centralização que unificasse as frações de classe burguesas e/ou forças presentes em torno

de um projeto de hegemonia mais específico em comum), identificamos que foi a partir deste período que o fascismo (enquanto ideologia, movimento e liderança) passou a estar presente enquanto componente da disputa política na arena pública, para além de grupos circunscritos em sites e redes sociais, ou seja, na dimensão das disputas no âmbito do Estado em sentido ampliado.

No próximo subcapítulo, analisaremos como os intelectuais orgânicos evangélicos que atuaram através da Frente Parlamentar Evangélica expressaram, de forma representativa, um determinado projeto de hegemonia e adensaram a formação do bolsonarismo, constituindo sua ideologia (além da própria liderança e movimento) e, ao mesmo tempo, sendo constituída por ele.

4.2 As eleições de 2018 e o “Manifesto à Nação” da Frente Parlamentar Evangélica

Quatro dias antes do segundo turno do pleito que resultou na eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro²²⁵, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) publicou o que chamou de “documento programático”, intitulado “Manifesto à Nação” (FPE, 2018). Em suas sessenta páginas, os representantes evangélicos apresentaram o plano nomeado “O Brasil para os Brasileiros” (Ibid., p. 1), contendo as orientações para a sua atuação – que foram mantidas, como veremos, ao longo da 56ª Legislatura²²⁶ – no qual estavam incluídas as diretrizes para as

225 Neste pleito, no segundo turno, Jair Bolsonaro (então no PSL) concorreu com o Partido dos Trabalhadores, representado pelo candidato Fernando Haddad, professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), ex-Ministro da Educação (2005-2012) e ex-prefeito da cidade de São Paulo (2013-2016). Haddad ficou em segundo lugar com 44,87% do total de votos válidos, contra 55,13% de Jair Bolsonaro, então eleito. Atualmente, Haddad é o Ministro da Fazenda do terceiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023). Cabe lembrar que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) concorreria no pleito de 2018 e liderava todas as pesquisas de intenção de voto. Porém, naquele ano sua candidatura foi impedida a partir de uma condenação em duas instâncias judiciais por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex no âmbito das investigações da Operação Lava Jato, o que resultou em sua prisão em abril. Ele foi condenado pelo então juiz federal Sérgio Moro (que, posteriormente, deixou o cargo para ser nomeado Ministro da Justiça no governo bolsonarista). Lula da Silva foi solto após 580 dias e, em abril de 2021, o Supremo Tribunal Federal anulou suas condenações no âmbito da Operação Lava Jato (o caso mudou de jurisdição e foi arquivado). Por último, em relação à disputa eleitoral de 2018, cabe lembrar também que no primeiro turno concorreram outros três candidatos membros de igrejas evangélicas: Marina Silva (Rede Solidarietà), da Assembleia de Deus; Flavio Rocha (no então PRB, hoje denominado Republicanos), empresário e membro da igreja Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra e Cabo Daciolo (Patriota), bombeiro e pastor da Assembleia de Deus.

226 A FPE foi oficializada em 18 de agosto de 2003, no início da 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2003-2007). Na 55ª Legislatura (2015-2018) a FPE voltou a ser registrada oficialmente, com o total de 198 deputados e 4 senadores signatários. Na 56ª Legislatura (2019-2023), constaram as assinaturas de 201 deputados federais e 8 senadores – disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>, acesso em 14/06/2022.

políticas educacionais que seriam defendidas nos anos seguintes. Além de servir como “manifesto” e como uma orientação sistematizada para a atuação da própria Frente, o conteúdo do programa também se constitui como uma apresentação sistematizada de defesa de programa para o governo federal bolsonarista – contendo o direcionamento para um novo pacto nacional, fascistizante. Em outras palavras, um determinado projeto de hegemonia com componentes fascistas.

Diante disso, nos deteremos na análise desse material com duas finalidades: a) apresentar e localizar elementos que caracterizam o vínculo intrínseco entre os intelectuais orgânicos evangélicos e o bolsonarismo desde o período anterior ao governo eleito; e b) identificar e caracterizar a perspectiva ideológica do projeto de Educação para o país e as principais políticas educacionais defendidas e difundidas pela mesma organização. Considerarmos que compreender esse vínculo intrínseco é fundamental para a análise que apresentaremos no capítulo VI, de como a própria FPE passou a expressar, ao mesmo tempo, os interesses de intelectuais orgânicos de igrejas evangélicas e de governo de forma sistemicamente interrelacional nas disputas por políticas educacionais através do próprio Congresso Nacional – servindo também de orientadora para a atuação do próprio poder executivo localizado no Ministério da Educação.

De início, destacamos o título do programa: “O Brasil para os Brasileiros”, em uma perspectiva de colocarem-se como uma voz uníssonas e “oficial”, apresentando-se no documento como porta-vozes dos “mais de 45 milhões de eleitores brasileiros que professam a fé evangélica” (FPE, 2018, p. 2, grifo do original). Aqui, resgatamos um aspecto apontado pelo historiador Reginaldo Costa, que caracterizou o “Manifesto” como a síntese de um projeto neofascista, observando, dentre seus elementos, que:

Essa unidade política conservadora propagandeada pela FPE reafirma o mesmo saudosismo conservador de Bolsonaro, característico dos fascismos históricos. Quando o MN [Manifesto à Nação] afirma defender “O Brasil para os Brasileiros” [...], evocando uma unidade nacional silenciadora sobre os conflitos estruturais do capitalismo brasileiro, o documento remete ao período da ditadura empresarial-militar e à notória consigna da política externa imperialista estadunidense, “América para os americanos”, conhecida como Doutrina Monroe. É, portanto, uma demarcação de poder. (COSTA, 2020, p. 242).

Já na introdução do documento, a FPE registrou o que seriam suas boas expectativas em relação ao que chamou de “revolução democrática”, referindo-se à provável eleição do então candidato Jair Bolsonaro que, naquele momento do lançamento do manifesto, vencera o

primeiro turno com a Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL-PRTB) e seguia liderando as principais pesquisas de intenção de voto:

[...] diante do novo Brasil que se ora descortina pela revolução democrática advinda do processo eleitoral em curso, a Frente Parlamentar Evangélica cumpre seu papel histórico de apresentar à Nação brasileira sua contribuição, na forma de uma *agenda mínima* para que se restitua o Estado ao seu único e verdadeiro dono: o Povo brasileiro. (FPE, 2018, p. 1, grifo do original)

Chama a atenção o entusiasmo dos representantes evangélicos com o governo bolsonarista que se avizinhava, o “novo”. Neste ponto, cabe destacar que as declarações públicas de apoio ao candidato Jair Bolsonaro eram feitas oficialmente pela FPE (como veremos a seguir) nesse período decisivo de campanha eleitoral e não eram movimentos expressos apenas por parlamentares em exercício de mandato e/ou candidatos. Essa ampla exposição da coligação com tal candidatura também era uma realidade observada dentro das maiores igrejas evangélicas do país e em falas públicas de suas lideranças, tanto através de meios alternativos de comunicação (redes sociais) quanto através das mídias corporativas burguesas (fossem via canais e programas próprios ou via repercussão em demais meios)²²⁷. Dentre as declarações de apoio, destacamos uma do empresário bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e outra do bispo Robson Rodovalho, líder de outra representativa igreja neopentecostal, a Comunidade Sara Nossa Terra.

O primeiro, Edir Macedo, foi categórico na convocação e mobilização dos evangélicos para a disputa eleitoral: “De todos os candidatos, o único que fala o idioma do evangélico é Bolsonaro. Não podemos deixar a esquerda voltar ao poder”²²⁸. Dessa fala, destacamos o conteúdo político relacionado à produção de medo e pânico moral em relação ao que considera “esquerda”, em construção argumentativa que notamos estar vinculada aos pressupostos da guerra espiritual permanente, adensada e implicada pela Teologia do Domínio.

O segundo, Robson Rodovalho, declarou de forma direta os interesses ideológicos e econômicos contidos no apoio: “Há uma unanimidade de que o Bolsonaro foi o único que

227 Um caso emblemático de como as igrejas utilizaram canais de televisão próprios no âmbito da grande mídia burguesa para a campanha de Jair Bolsonaro foi a veiculação de uma entrevista exclusiva com o candidato na Rede Record (canal aberto em território nacional), cujo dono é o empresário Edir Macedo (bispo líder da Igreja Universal do Reino de Deus). A entrevista durou 30 minutos e foi transmitida no mesmo horário do debate presidencial transmitido pela Rede Globo (canal aberto em território nacional), três dias antes da votação no primeiro turno (evento no qual o então candidato negou a participação alegando problemas de saúde).

228 Disponível em <https://epoca.globo.com/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>, acessado em 10/01/2020.

empunhou a bandeira da vida, da família, da igreja, da livre economia, da escola sem partido e contra a ideologia de gênero”; e acrescentou sobre a adesão ao projeto da candidatura desde o primeiro turno do pleito: “Achamos que deveríamos manifestar esse apoio antes do primeiro turno, a tempo de influenciar nossa sociedade”²²⁹. Da fala do segundo, destacamos a defesa estabelecida para a saída da crise através do receituário político-econômico formulado, sistematizado e difundido pela frente liberal-ultraconservadora (como observamos no Capítulo III), via economia de livre mercado combinada com políticas ultraconservadoras e reacionárias de censura e coerção ancoradas na ideologia escola sem partido. Assim, observamos, através destes exemplos, o vínculo intrínseco dos mais proeminentes intelectuais orgânicos e seus respectivos aparelhos evangélicos com o bolsonarismo, associados aos interesses de frações de classe dominantes, expressos no apoio à candidatura (e, posteriormente, ao governo).²³⁰

Contudo, é importante ressaltarmos que tal coligação do segmento evangélico com Jair Bolsonaro – e, posteriormente, com o bolsonarismo enquanto ideologia, movimento, liderança e governo, conforme caracterizaremos no próximo subcapítulo –, que passou a ser mais notada através do apoio ativo das maiores igrejas evangélicas do país no período da campanha da candidatura, antecede o período eleitoral de 2018. Alguns pesquisadores destacam que a aliança, ainda que menos expressiva no cenário político anterior às eleições e ao próprio governo de Jair Bolsonaro, pode ser identificada a partir de 2013 através de alguns atos de grande relevância:

A aliança teve início em 2013, com o apoio de Bolsonaro ao pastor Marco Feliciano (à época PSC/SP) na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, e se consolidou, em 2016, com a filiação de Bolsonaro ao PSC (ocupado pela Assembleia de Deus). O compromisso foi materializado ainda em 2016, logo após o impeachment de Dilma Rousseff, em batismo no Rio Jordão, pelas mãos do Pastor Everaldo – presidente do partido à época e hoje preso acusado de corrupção – apesar de Bolsonaro continuar se apresentando publicamente como católico.” (CUNHA, 2021a, s/p).

229 Declaração do bispo Robson Rodovalho disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/01/interna_politica,993227/bolsonaro-recebe-apoio-de-lideres-evangelicos.shtml ; acessado em 10/06/2023.

230 Caberiam outros diversos exemplos de falas de demais intelectuais orgânicos que são lideranças públicas do segmento evangélico para esmiuçar os argumentos que foram utilizados nesse período de adesão ao bolsonarismo, como a defesa da redução das funções do Estado em sentido restrito, de políticas voltadas para o agronegócio, a mineração e a construção civil, e demais contrarreformas de interesse de frações de classe burguesas. Contudo, consideramos desnecessário trazê-los, tendo em vista a pública e notória adesão deste segmento ao bolsonarismo, já nesse período, e também pelo fato de que, no capítulo VI, trataremos sobre a relação articulada da FPE juntamente a outras frentes representativas de tais frações no Congresso Nacional (como a Frente Parlamentar da Agropecuária e a Frente Parlamentar da Mineração e da Construção Civil) que explicitaram, no período de governo (como veremos), que tal aliança é também ancorada nesses outros interesses.

Resgatamos outra sinalização da aliança, a ocasião em que Jair Bolsonaro casou-se com Michelle Bolsonaro (membro da Igreja Batista Atitude, de tipo renovada) em uma cerimônia religiosa conduzida pelo pastor Silas Malafaia, líder da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, reconhecido difusor do fundamentalismo cristão no país. Além disso, no âmbito parlamentar, nas últimas legislaturas o então deputado federal estabeleceu forte vínculo com FPE e com os católicos ultraconservadores. Como bem destacaram os sociólogos Mariano e Gerardi (2019):

[Jair Bolsonaro] passou a integrar a tropa de choque cristã contra a criminalização da homofobia, a união civil de pessoas do mesmo sexo e em defesa da “cura gay”, dos estatutos do nascituro e da família e do programa Escola Sem Partido. [...] Martelou o tema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. [...] [Em 2015], em tom ameaçador, discursou: “Somos um país cristão. Deus acima de tudo. Não tem essa história, essa historinha de Estado laico, não. É Estado cristão. E quem for contra que se mude. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar. As leis devem existir para defender as majorias. As minorias que se adequam ou simplesmente desaparecem”. (MARIANO e GERARDI, 2019, p. 72-73).

Portanto, aliados a partir de interesses comuns, os mais influentes intelectuais orgânicos evangélicos atuaram de forma implacável sobre o seu respectivo eleitorado ao longo da campanha bolsonarista. O medo e o pânico moral mobilizadores nos anos anteriores, foram cada vez mais amplificados e capilarizados pelo país. Como apontaram Mariano e Gerardi: “o maciço apoio pastoral à Bolsonaro recrudescer o antipetismo evangélico” (Ibid., p. 70). Acrescentamos: assim como o ultraconservadorismo evangélico recrudescer o antipetismo bolsonarista.

Em relação ao apoio oficial da FPE, é importante notarmos que este também ocorreu antes da publicação do “Manifesto”, ainda no início do segundo turno do pleito. O anúncio foi feito oficialmente em 04 de outubro. Duas semanas depois, em 18 de outubro, um acordo entre o então candidato Jair Bolsonaro e a FPE foi realizado a partir da visita de doze representantes da Frente na residência do próprio candidato. Dentre os representantes, estiveram presentes: o então presidente da FPE, o deputado Hidekazu Takayama (PSC/PR), pastor, que representou, durante a sua presidência na FPE, os interesses da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB, pentecostal)²³¹; o deputado Sóstenes Cavalcante (então no DEM/RJ, atualmente

231 O pastor foi coordenador-geral da União da Mocidade da Assembleia de Deus em Curitiba (UMADC) e da União da Mocidade das Assembleias de Deus no Estado do Paraná (Umadepar), além de fundador do Instituto Bíblico da Assembleia de Deus do Estado do Paraná (Ibadepr) e fundador de uma filial da CPAD no Paraná.

no PL/RJ), membro da igreja Assembleia de Deus, que tornou-se presidente da FPL na 56ª Legislatura seguinte; o deputado João Campos (PRB/GO), pastor e delegado de polícia, ex-presidente da FPE nos mandatos dos anos 2010 e 2015; o deputado Paulo Freire Costa (PR/SP), liderança da Assembleia de Deus (ramificação Ministério de Belém), ex-presidente da FPE no mandato de 2013; dentre outros²³². Na ocasião, a FPE apresentou o “Manifesto” ao então candidato. Em seguida, em entrevista, o então presidente da Frente declarou que o apoio unificado ocorreu especialmente pela “defesa dos valores da família cristã” e pela defesa da própria religião, alegando, de forma conspiracionista – na mesma direção da produção de medo e pânico moral, como vimos nas falas dos representantes neopentecostais – que “um governante de esquerda [o então candidato do PT, Fernando Haddad] limitaria o direito de crença e a liberdade religiosa”, e colocaria “em risco os valores cristãos”.²³³

Retomando nossa análise do “Manifesto à Nação”, destacamos que a FPE defendeu, no âmbito econômico, a agenda ultraliberal privatista e de redução da regulação do Estado na economia. Tal programa apresentado no documento é similar ao que foi o programa bolsonarista (e, posteriormente, tornou-se parcialmente política de governo), cuja formulação foi feita pelo economista Paulo Guedes²³⁴. Tal projeto teria início com o que chamou de “Modernização do Estado” e, a partir dele, três eixos articulados em um tripé (que compreendemos como um conjunto de contrarreformas): “Segurança Jurídica”, “Segurança Fiscal” e “Revolução na Educação”.

Segundo relata, tornou-se deputado (2003-2019) a pedido da CGADB, para representá-la no Congresso Nacional. Informações obtidas em levantamento no *website* pessoal do pastor. Disponível em <https://crisovive.inf.br/novo/perfil.php>. Acesso em: 20/06/2023.

232 O quadro geral dos ex-presidentes da FPE, desde sua fundação, em 2003, não foi encontrado nos meios de comunicação oficiais (redes sociais) da FPE ao longo do levantamento da pesquisa. Tais dados foram obtidos em nossa pesquisa de campo no Congresso Nacional, em agosto de 2022, e serão apresentados de forma detalhada no capítulo VI.

233 Informações sobre o apoio oficial da FPE levantados em: “Bancada evangélica da Câmara oficializa apoio a Bolsonaro”, disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/10/04/bancada-evangelica-da-camara-oficializa-apoio-a-bolsonaro.htm> e “Frente evangélica diz que governante de esquerda limitaria crença religiosa” <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/18/frente-evangelica-diz-que-governante-de-esquerda-limitaria-crenca-religiosa.htm>. Acessos em: 20/06/2023.

234 Em estudos anteriores, realizamos um levantamento sobre Paulo Guedes, do qual destacamos aqui elementos de sua trajetória que o caracterizam na frente liberal-ultraconservadora: economista, com estudo de pós-doutoramento pela Universidade de Chicago, defensor da Escola Austríaca de Economia; fundador do Banco Pactual (atual BTG Pactual, vendido para um banco suíço); fundador da JPG (uma empresa gestora de fundos de investimentos); fundador e sócio majoritário da BR Investimentos (grupo que compõe a Bozano Investimentos); participou do conselho de companhias como PDG Reality, Localiza e Anima Educação; é membro-fundador do Instituto Millenium; foi colunista no Jornal O Globo e Revista Época; foi professor de macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), no Rio de Janeiro; foi diretor técnico, sócio majoritário e docente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) 16 anos. (COLOMBO, 2018).

Assim, o documento inicia o conjunto de justificativas para a “modernização do Estado” apontando-o como “mastodôntico”, “exageradamente grande e sistematicamente ineficiente” (Ibid., p. 4). Também nos chama a atenção o motivo apontado para a redução da estrutura e das funções da administração federal, que se relaciona com o que baseia o principal argumento do eixo da contrarreforma educacional: “*mais do que ajudar, a principal tarefa do Estado é parar de atrapalhar o cidadão* e, em especial, o empreendedor, única fonte de geração das riquezas do país.” (FPE, 2018, p. 5, grifo do original). Ou seja, ao defenderem políticas voltadas para a fomentação do empreendedorismo (sem especificar o que elas seriam), caracterizando-o como “única fonte de riquezas do país”, justificam que seria necessário um Estado não intervencionista para a sua plena realização. Apontam como se as políticas públicas do Estado prejudicassem a vida do “cidadão”, do “empreendedor”, do “empresário”, enfim, do “livre” desenvolvimento econômico. Tal ideia corresponde ao receituário liberal-ultraconservador que apontamos no capítulo III, ao mesmo tempo em que corresponde aos pressupostos da Teologia da Prosperidade difundida pelas igrejas neopentecostais desde o final dos anos 1970 no Brasil, tal como apresentamos no capítulo II.

Como apontamos, dentre as políticas públicas, apenas uma área foi destacada no manifesto, como um eixo próprio: a educação. Chama a atenção o fato de que, ainda que no Congresso Nacional a FPE tenha ampla atuação e interesses expressos em outras áreas de políticas públicas (como segurança e saúde, por exemplo), a área da educação foi a única apontada no programa, o que denota a sua relevância estratégica dentro das prioridades apontadas no documento. Assim, damos seguimento à análise do eixo “Revolução da Educação”, que foi apresentado como um plano de reforma de longo prazo no “sistema educacional brasileiro” que garantiria “a sustentabilidade dos ganhos e avanços dos eixos anteriores” (FPE, p. 52).

O primeiro aspecto que destacamos no eixo “Revolução da Educação”, seguindo a ideia de orientar a formação do “cidadão empreendedor”, foi a ênfase dada à noção de “meritocracia”, defendida como base do sistema educacional. Segundo a FPE, isso seria necessário para combater o suposto “uso político-partidário das escolas e universidades públicas, que se tornaram instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista (sic)” (Ibid., p. 53), o que teria, por sua vez, “corrompido os valores” e princípios da meritocracia, atingindo a qualidade da educação no país (Ibid.). Notamos, portanto, que neste ponto estão acomodados interesses de projeto de contrarreforma educacional tanto do campo da extrema

direita, que integra ativamente as forças que compõem a dianteira do processo de fascistização, quanto do campo da direita social-liberal que busca implementar um conjunto de políticas educacionais também voltadas para a formação para o empreendedorismo a partir de orientações de organismos transnacionais e multilaterais do grande capital – tais como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (BM), por exemplo.

A FPE também buscou apontar uma associação entre essa suposta destruição de valores e princípios do mérito (sem dizer quais seriam) e a violência contra o cristianismo, sem apontar qual seria a correspondência. Diante da insustentabilidade racional do argumento, observamos a estratégia do negacionismo histórico através da equiparação entre regimes fascistas e socialistas, que é uma estratégia de distorção de fatos históricos, largamente utilizada pelos intelectuais orgânicos de diversos aparelhos privados de hegemonia da extrema direita. Isso pode ser observado em alguns trechos, dos quais destacamos este:

[...] A destruição dos valores e princípios do mérito escolar e do mérito acadêmico-universitário contribuiu para a violência contra a civilização judaico-cristã, atingindo duramente o Cristianismo, tal como aconteceu na URSS e demais Estados totalitários, como na Itália Fascista e na Alemanha Nacional-Socialista, China, Cuba etc. [...] (FPE, 2018, p. 53)

Em relação ao levantamento dos problemas existentes nos sistemas públicos de ensino, a FPE não realizou qualquer menção à tragédia das condições estruturais das escolas ou aos problemas historicamente denunciados pelos/as docentes em relação às condições de trabalho tais como baixos salários e a falta de reajustes anuais; falta de tempo de trabalho destinado ao planejamento; imposição abusiva de tarefas que não correspondem ao trabalho de docência; comprometimentos diversos e severos à saúde física e mental decorrentes de exaustão; exposição a práticas de assédio sistêmico; dentre outros, ou à necessidade de proteção da infância e da adolescência em relação ao trabalho infantil, todo tipo de assédio e estupro, falta de moradia e de condições sanitárias adequadas ou à fome ou a outros problemas de similar gravidade. Todos esses problemas estão ausentes no documento. Ao contrário, apenas o suposto “populismo” e a “ideologização” foram colocados como os graves problemas a serem enfrentados (Ibid., p. 54).

Nessa perspectiva, a FPE defendeu de forma mais explícita o que em estudos anteriores caracterizamos como a “ideologia escola sem partido”, ideologia que vem alimentando e sendo alimentada, nas últimas duas décadas, por uma frente móvel de ação liberal-ultraconservadora,

que coliga uma diversidade de aparelhos privados de hegemonia – muitos deles ancorados no fundamentalismo religioso cristão para a sustentação de perspectivas e ações ultraconservadoras e reacionárias (COLOMBO, 2018). Nessa perspectiva, após o subtítulo “Escola Sem Ideologia e Escola Sem Partido”, observamos no documento uma espécie de convocação ao que podemos chamar de cruzada moral contra a escola pública: “Libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero (sic), da ideologia da pornografia, e devolver às famílias o direito da educação sexual das suas crianças e adolescentes. Defender o direito à inocência da criança como direito humano universal.” (Ibid., p. 54).

Na mesma linha de raciocínio do tipo teológico (doutrinário), despido de razão científica em sua aparência e essência, o texto segue costurando afirmativas buscando indicar o que seria uma “inconciliação” entre escola e ideologia²³⁵:

Na verdade, ou temos Escola ou temos Ideologia. São inconciliáveis. Teremos que reinserir a Escola e a Universidade pública em seu leito *tradicional e conservador*: ensinar. Assim é desde a Mesopotâmia, considerada o berço da escola mundial. A instrumentalização das escolas e universidades públicas a serviço de ideologias totalitárias e ditaduras comunistas envenenou a alma e o espírito das últimas gerações, e destruiu a qualidade de ensino. A *ideologia de gênero* (sic) é a mais nova invenção do pensamento totalitário, que imediatamente foi adotada pelas autoridades dos Governos do PT, e demais *frações de esquerda autoritária*. Ela desvia a escola das suas atribuições normais e investe na subversão de todos os valores e princípios da civilização. (...) *O ataque às crianças, adolescentes e suas famílias tem por objetivo destruir os alicerces da Civilização como condição prévia para a criação das condições objetivas de instituir uma ditadura totalitária, escravizando as consciências pela força do Estado*. A sociedade civil fica refém do Estado. Com isso, introduziram nas escolas todo tipo de pornografia, licenciosidade, perversão etc. Será necessária uma campanha ininterrupta de combate à sexualização e erotização das crianças e adolescentes em todo o Brasil, *utilizando-se todos os meios possíveis, e punindo severamente* todos que atentarem contra a inocência infantil. (FPE, 2018, p. 55, grifo nosso)

Dentre os tantos elementos presentes nesse trecho, destacamos os dois que mais nos interessam na presente reflexão: a) a distorção da realidade e o tom conspiratório, vestido de agressividade, na defesa de políticas coercitivas contra os/as trabalhadores/as da educação através de punições “severas” e através de “todos os meios possíveis”, reforçando a ideia de uma guerra permanente e buscando o controle dos/as trabalhadores/as da educação a partir do medo das punições ou a partir da própria realização daquilo que foi ameaçado; b) a estratégia ideológica de vinculação do que seria a “guerra cultural marxista” com a chamada “ideologia de gênero”, assim como a consequente atribuição dos problemas educacionais ao que seria esse

235 O que, adiante, se revelará contraditório pois o mesmo texto não sustenta tal noção de “neutralidade do ensino” e aponta o que deveria ser a perspectiva ideológica assumida nas escolas.

projeto. Ambos elementos não são novos e estão circunscritos no que temos caracterizado como “ideologia escola sem partido” (COLOMBO, 2018).

Portanto, quando a FPE explicitou a sua vinculação com tal ideologia, colocou em evidência o seu papel de intelectual orgânica de tal ideologia. Em outras palavras, em uma forma de sistematização inédita, os representantes evangélicos, organizados em larga escala enquanto uma Frente Parlamentar, se comprometeram com o papel de sistematizadores e difusores da cruzada de perseguição à escola pública e aos/às docentes (e demais trabalhadores/as da educação), desde os púlpitos das igrejas até as tribunas do Congresso Nacional. Consideramos, assim, que o documento pode ser percebido como um marco temporal no adensamento da atuação dos parlamentares evangélicos no processo de fascistização em curso no Brasil – que se aprofundou e se consolidou de fato ao longo do governo bolsonarista.

Ao final do “Manifesto”, notamos que, ao contrário de seguir à guisa de conclusão reforçando a “neutralidade do ensino” como um suposto princípio, os parlamentares evangélicos assumiram a defesa de que as escolas deveriam ser orientadas para os objetivos da formação do “espírito reto na direção da moralidade”, pois não existiria “grande nação e grande Estado sem o Ensino Moral transversal, que fa[ria] a liga da cidadania, e cria[ria] resistências contra o crime organizado (sic) em todos os setores da vida nacional” (FPE, 2018, p. 56). Ou seja, a FPE assumiu a defesa da retomada da disciplina “Educação Moral e Cívica”, marca das ditaduras no Brasil, desde os anos 1930, renomeada como “Ensino Moral” e inserida de forma “transversal” em todas as disciplinas. Esse trecho é finalizado com o apontamento de que a formação deveria ser voltada para o indivíduo (no sentido liberal), focando no patriotismo e no nacionalismo: “Universalização do amor à Pátria, aos Símbolos Nacionais, aos Heróis Nacionais e demais manifestações que agem no plano simbólico.” (Ibid., p. 56).

Embora não tenham mencionado diretamente a política de militarização das escolas, compreendemos a perspectiva apontada acima ratifica os argumentos e pressupostos do projeto de militarização das escolas que, por sua vez, passou a ser a política educacional prioritária do Ministério da Educação do governo bolsonarista. Cabe retomarmos, neste ponto, o que já pontuamos na Introdução do presente trabalho, de que na análise que fizemos em estudos anteriores sobre o conjunto de políticas educacionais defendido pela frente liberal-ultraconservadora, identificamos três principais políticas, associadas entre si e articuladas através dos princípios da defesa da economia de mercado, combinando o ‘direito de escolha’, da liberdade liberal, com os interesses dos setores religiosos conservadores e reacionários

circunscritos na “ideologia escola sem partido”: “1) *Privatização das redes públicas em todos os níveis de ensino com transferência do fundo público através da implementação do sistema de vouchers*; [...] 2) *Educação domiciliar (uma renovação da ampliação da Educação à Distância)* [política também nomeada como homeschooling]; [...] 3) *Militarização das escolas* [...]” (COLOMBO, 2018, p.171-172, grifo do original).

Ainda, outro ponto do “Manifesto” deve ser observado no eixo “Revolução na Educação”. Embora em nenhum momento anterior seja citada qualquer referência a pesquisas acadêmicas ou relatórios diagnósticos do âmbito educacional, no último subitem intitulado “Eficientização dos recursos destinados à educação. Prioridade à universalização do ensino básico e técnico de qualidade” (FPE, 2018, p. 57), a referência utilizada para medir o que seria a “qualidade” foram os parâmetros do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), que compõe uma rede mundial de avaliação em larga escala, coordenada pela OCDE. Como solução para a melhoria do desempenho do país no PISA, a FPE defendeu o diagnóstico e a aplicação das orientações produzidas pelo BM, sistematizadas no relatório “Um Ajuste Justo: Análise de eficiência e equidade do gasto público no Brasil”²³⁶, que é citado de forma destacada em diversos trechos do documento. Notamos, mais uma vez, a tentativa da FPE de acomodar em seu “documento programático”, ao mesmo tempo, os interesses de cunho religioso – em perspectiva conservadora, reacionária, fundamentalista e fascistizante – e os ajustes relativos à formação das trabalhadoras e trabalhadores de acordo com os interesses e orientações de organismos transnacionais e multilaterais do grande capital.

Ao final do documento, partindo desse diagnóstico, a FPE apontou como conclusão a necessidade de corte de gastos na educação pública (sem especificação do valor) e que “Todo o Ministério da Educação deve ter no Ministério Público Federal, Polícia Federal e demais órgãos federais fortes aliados na tarefa de imprimir lisura, transparência e sustentabilidade ética e cívica, e eliminar todas as possibilidades de *corrupção*” (Ibid., p.60, grifo nosso). Aqui, posto que o fenômeno da “corrupção” é atribuído exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores (“esquerda”, “comunista”) por este segmento religioso, notamos a ênfase dada à permanência e aprofundamento da função coercitiva dos ministérios, das polícias e demais órgãos afins, que deveriam estar voltados para a “eliminação” da ação do “inimigo” (PT). Tal aspecto fascistizante, de conspiracionismo vinculado à defesa de eliminação do inimigo constitui,

236 Relatório encomendado pelo governo de Michel Temer, publicado em 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em 10/01/2021.

também, o bolsonarismo.

Deste modo, foi com esses pressupostos e interesses contidos no que podemos chamar de projeto de hegemonia evangélico, expresso na sistematização do programa “O Brasil para os brasileiros”, que buscamos destacar e analisar como os intelectuais orgânicos e seus respectivos aparelhos privados de hegemonia mobilizaram o voto do seu eleitorado, garantindo que o bolsonarismo se tornasse governo nos anos seguintes.

Sobre o quanto o segmento evangélico foi decisivo para o resultado eleitoral, resgatamos um estudo sobre a estimativa dos votos no segundo turno das eleições presidenciais, a partir da variante religião, realizado pelo sociólogo José Eutásquio Alves, a partir de dados de pesquisa Instituto Datafolha (DATAFOLHA, 2018) e do Tribunal Superior Eleitoral. O pesquisador concluiu que o voto evangélico foi decisivo, uma vez que houve empate técnico entre a população católica: “[...] a grande vitória de Bolsonaro entre os evangélicos (mais de 11 milhões de votos) foi suficiente para abrir uma vantagem de pouco menos de 11 milhões de votos no conjunto dos votos válidos do segundo turno [...]” (ALVES, 2018, s/p). Abaixo, reproduzimos a tabela elaborada pelo pesquisador, que mostram esses dados a partir de uma estimativa, que considerou a correção dos dados de uma pesquisa do Instituto Datafolha a partir do resultado eleitoral:

QUADRO 1

Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do Datafolha

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
Evangélica	21.595.284	10.042.504	11.552.780
Afro-brasileiras	312.975	755.887	-442.912
Espíritas	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	-871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	-315.527
Total de votos	57.796.074	47.080.987	10.715.087

Fonte: Pesquisa Datafolha divulgada 25 de outubro de 2018

Reprodução de artigo de José Eutásquio Alves (2018).

Através dos dados da tabela, observamos que Jair Bolsonaro recebeu mais votos do que Haddad entre eleitores católicos, evangélicos, espíritas e de outras religiões, destacando-se

especialmente entre os evangélicos, atingindo o total de 69% dos votos desse segmento religioso. Ainda que outros dados sobre o perfil dos eleitores de Jair Bolsonaro também tenham sido relevantes para o resultado eleitoral, inclusive considerando as variantes de votação por gênero, renda familiar, região, escolaridade e orientação sexual da mesma pesquisa do Instituto Datafolha (DATAFOLHA, 2018), é inegável que a religião foi um fator decisivo. Para a compreensão do fenômeno, devemos destacar que não foi um caso isolado, tampouco foi qualquer religião.

Muitos estudos têm apontado para a compreensão do papel decisivo da orientação das igrejas evangélicas para a eleição de determinados candidatos nos pleitos das últimas décadas (FREESTON, 1993; MARIANO, 2014; MARIANO e GERARDI, 2019; GONÇALVES e PEDRA, 2017; DIP, 2018; CUNHA, 2019; e outros). No subcapítulo 2.4 apontamos alguns fatores relacionados à reorientação, a partir do final dos anos 1980, da estratégia da atuação política das igrejas evangélicas na defesa de seus interesses, para a disputa de representação via Estado (em sentido restrito, inicialmente com foco no Legislativo, mas depois também nos poderes Executivo e Judiciário). Dentre os fatores, destacamos os interesses econômicos e ideológicos; dentre as estratégias, os programas específicos criados pelas igrejas para a formação dos eleitores, as candidaturas evangélicas próprias, a criação de legendas partidárias ou a vinculação circunstancial a legendas preexistentes. Alguns pesquisadores, inclusive, têm realizado estudos voltados para a compreensão de como as igrejas evangélicas têm construído, exercido e ampliado o poder de orientação religiosa da conduta política de seus seguidores no país – enquanto as outras religiões caminham no sentido contrário, de perda de poder de orientação – e, ao mesmo tempo, operam como robustas “máquinas eleitorais”, de forma diferenciada de outras religiões:

[...] [a] matéria prima fundamental e determinante [do poder de influência eleitoral das igrejas evangélicas em comparação com as demais instituições religiosas] é o poder organizacional e financeiro das igrejas evangélicas, que, ao contrário dos aparelhos seculares de organização política, atuam livres de constrangimentos (como a fiscalização de doações oriundas dos dízimos e ofertas), não pagam impostos sobre os espaços físicos que ocupam (os templos), além de contar com uma mão de obra voluntária e uma rede de contatos e de divulgação que dificilmente estaria disponível mesmo aos partidos políticos de grande porte. (PRANDI, SANTOS e BONATO, 2019, p. 58)

Portanto, a partir de todas essas considerações, ao tratarmos do contexto de formação e ofensiva do bolsonarismo, no presente subcapítulo, buscamos apontar uma outra dimensão que

foi somada a tais estratégias desenvolvidas e consolidadas nos anos anteriores: a centralidade da mobilização pelo medo, pelo pânico moral e pelo ódio, através do apontamento de supostos inimigos (todos aqueles que seriam relacionados ao “comunismo” que, por sua vez, seria relacionado às forças do Diabo) que deveriam ser aniquilados para salvaguardar a “nação” e a “família brasileira”. No aprofundamento dessa centralidade reside o elemento de fascistização adensado pelos intelectuais orgânicos evangélicos, no qual pudemos comprovar a extrema eficácia para a mobilização dos afetos de seus seguidores para adesão ideológica ao projeto de hegemonia (ou pelo menos a adesão parcial a certos elementos ideológicos contidos no projeto) e para o comprometimento, para além do voto, em ações de massas voltadas para os interesses contidos em tal projeto.

Por último, é importante ressaltarmos que, por vias distintas, todas as variantes evangélicas, de alguma maneira, coligaram-se à candidatura de Jair Bolsonaro. Aqui, não nos referimos aos setores dissidentes que se manifestaram de maneira contrária à campanha (e à própria adesão das maiores igrejas) ou mesmo àqueles que fizeram campanha pela candidatura de Fernando Haddad. Neste caso, poderíamos citar movimentos como a “Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito”, o “O Amor Vence o Ódio”, “Evangélicos Contra Bolsonaro”, dentre outros mais de 200 representantes de movimentos e líderes igrejas evangélicas de pequeno porte que estiveram presentes em encontro de apoio ao candidato Haddad²³⁷.

Não obstante, quando tratamos das variantes evangélicas de maneira ampla, como fundamentamos no capítulo II, nos referimos aos intelectuais orgânicos e seus respectivos aparelhos privados que constituem determinado projeto de hegemonia deste segmento e dirigem as ações que estão voltadas para interesses que os unificam. Nessa perspectiva, além da pavimentação feita para ascensão da extrema direita e sua coligação com os interesses contidos nos processos fascistizantes observados nos anos anteriores, em 2018 observamos que a escolha e a ofensiva em prol candidatura de Jair Bolsonaro, de maneira uníssona (especialmente no segundo turno) pela parcela hegemônica das igrejas históricas renovadas (pentecostalizadas), pentecostais e neopentecostais, representou o elo intrínseco das ideologias e aparelhos privados

237 Dados sobre o evento de lideranças evangélicas com Haddad foram obtidos em “Evangélicos criam movimentos contra Bolsonaro por todo o país”, disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/22/evangelicos-criam-movimentos-contrabolsonaro-por-todo-o-pais/>, acessado em 21/06/2023. Destacamos que, na ocasião, Haddad divulgou a “Carta Aberta ao Povo de Deus”, em um conjunto de estratégias de campanha (sem grande efeito) com vistas à redução do antipetismo entre os evangélicos. Dentre as estratégias, também destacamos a divulgação de alterações no plano de governo como, por exemplo, a retirada da proposta de descriminalização de drogas e a modificação do trecho que tratava sobre políticas para pessoas LGBTQIAPN+).

de hegemonia evangélicos com a própria constituição do bolsonarismo (enquanto ideologia, movimento e liderança). Isso porque, naquele contexto, o bolsonarismo ainda estava em processo de consolidação (no sentido dos ajustes e da difusão de seu receituário) e em franca expansão no contexto eleitoral, justamente com, através e a partir do adensamento de elementos ideológicos, estratégias, recursos e meios que são próprios desse segmento religioso. Em outras palavras, concluímos que a religião foi decisiva na correlação de forças na disputa no segundo turno eleitoral justamente porque foi decisiva a atuação dos intelectuais evangélicos e das estruturas e do poder organizacional das igrejas e seus respectivos aparelhos privados de hegemonia para a constituição do próprio bolsonarismo; adensaram, ao fim e ao cabo, o processo de fascistização.

4.3 O (neo)fascismo como categoria analítica para pensar o bolsonarismo nos marcos da autocracia burguesa

A partir da candidatura e do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), diversos estudos vêm buscando caracterizá-lo dentro de uma análise global do neofascismo na contemporaneidade. Consideramos os estudos que incluem, necessariamente, uma definição da própria categoria fascismo (ou neofascismo) que permita estabelecer as semelhanças e distinções entre o chamado fascismo clássico, que despontou nos anos 1920 e 1930, e o fascismo na atualidade, considerando as várias dimensões do fascismo enquanto ideologia, movimento, liderança, partido, governo e regime político. Assim, a presente reflexão está ancorada e dialoga, dentre estes estudos, especialmente com as contribuições de Löwy (2020), Mattos (2020) e Calil (2020, 2021a, 2021b) para pensar o fascismo e o neofascismo como categorias de análise necessárias para a compreensão do bolsonarismo no contexto brasileiro. Assim, como apontamos no capítulo III, tais autores, especialmente Mattos e Calil, também consideram a perspectiva florestaniana na análise do contexto da condição do Brasil enquanto país de capitalismo dependente e periférico, em tempos de aprofundamento e crise orgânica do capital, quando se intensificam os elementos que caracterizam a autocracia enquanto forma de dominação burguesa. Além destes, dialogamos com outros autores para o aprofundamento da nossa compreensão sobre o uso do fascismo como categoria de análise, tais como Gramsci (2020b), Poulantzas (2021) e Konder ([1977] 2009).

Partimos da mesma perspectiva apontada pelo historiador brasileiro Gilberto Calil, de

que “Bolsonaro pode ser caracterizado como fascista (ou neofascista) e que, embora o seu governo não seja estritamente fascista, tem forte componente fascistizante” (CALIL, 2020, p. 84). Em relação às especificidades que definem o fascismo (ou neofascismo), considerando seu uso como categoria analítica, o autor destacou que é necessário distingui-lo de outras formas de pensamento e manifestação de movimentos de direita “sem perder de vista que em processos históricos concretos, um mesmo conteúdo pode assumir formas específicas distintas” (Ibid., p. 84-85). Destacamos tal abordagem no início deste subcapítulo, pois compreendemos que é este o elemento-chave que nos interessa para pensar o bolsonarismo através do fascismo enquanto categoria analítica: compreendê-lo (em suas múltiplas dimensões) enquanto elemento intrínseco do processo de fascistização no Brasil contemporâneo.

Para pensar o “processo de fascistização”, recorremos ao filósofo e sociólogo grego Nicos Poulantzas – notável estudioso dos fascismos, das formas de Estado e das dinâmicas das classes sociais e frações de classe na formação social capitalista – que analisou o fascismo “enquanto movimento e processo” (POULANTZAS, 2021, p. 23). Ele constatou que o “processo de fascistização” ocorre em ritmo desigual de desenvolvimento em cada caso particular, marcado por diversas contradições e podendo conter diversos períodos, dependendo do desenvolvimento da luta de classes e em diferentes arranjos determinados pelas formas conjunturais da crise política em questão em cada contexto (Ibid., p. 72-74).

Em relação à crise política, Poulantzas analisou que o processo de fascistização (e o próprio advento do fascismo) corresponde “a uma situação de aprofundamento e exacerbação aguda das contradições internas entre as classes e as frações de classe dominantes” (Ibid., p. 77, grifo do autor). No caso do processo de fascistização, a exacerbação dessas contradições internas do “bloco no poder”²³⁸ se manifesta pela sua extensão característica sobre o plano político e ideológico e “repercute na *crise de representação partidária* e na *crise ideológica* profundas que afetam esse bloco” (Ibid., p. 78, grifo do autor). Poulantzas, a partir do arcabouço teórico gramsciano, apontou que decorre desse processo de aprofundamento das contradições

238 A respeito do termo “bloco no poder”: “Em uma formação social, composta de numerosas classes sociais, e em particular uma formação social capitalista, onde a classe burguesa é constitutivamente dividida em frações de classe, o terreno da dominação política não é ocupado por uma única classe ou fração. Trata-se de uma aliança específica de muitas classes ou frações de classes, aliança que eu, aliás, designei com o termo bloco no poder. Assim, as contradições entre as classes e frações de classe dominantes assumem uma importância bastante determinante, no que concerne às formas de Estado e de regime. [...] De fato, o bloco no poder, como é o caso de toda aliança, não é geralmente composto de classes ou frações de ‘importância igual’, se dividindo em fragmentos de poder. Ele só pode funcionar regularmente na medida em que uma classe ou fração dominante impõe uma *dominação particular* sobre os outros membros da aliança no poder, enfim, na medida em que ela consegue lhes impor sua *hegemonia* e cimentá-los sob sua égide.” (POULANTZAS, 2021, p. 77-78, grifo do autor).

internas do bloco no poder, em um contexto de “crise de hegemonia”, a incapacidade de uma classe ou fração de classe dominante de impor sua direção sobre as outras classes e frações no bloco no poder, seja por seus próprios meios de organização política ou através do Estado estrito, o que caracteriza a conjuntura dos fascismos:

É a incapacidade de uma classe, ou fração, de impor sua hegemonia, em suma, em última análise, a incapacidade da aliança no poder de ultrapassar “por si mesma” suas próprias contradições exacerbadas, que caracteriza a conjuntura dos fascismos. Essa incapacidade de hegemonia interior no bloco no poder se deve também, além disso, à crise de hegemonia que atravessa o bloco no poder e seus membros no que concerne, dessa vez agora, à sua dominação política sobre o conjunto da formação social. (POULANTZAS, 2021, p. 78-79).

Antes de prosseguir, faz-se necessário assinalar nossa compreensão sobre a ideia gramsciana de “crise de hegemonia”, que se relaciona intrinsecamente com nosso entendimento sobre a crise orgânica do capitalismo, tal como desenvolvemos no capítulo III. Considerando que a crise orgânica é ao mesmo tempo uma crise estrutural (econômica) e superestrutural (ideológica), a “crise de hegemonia” ou (“crise de autoridade”) é a crise do aspecto ideológico do domínio de classe. Ou seja, na crise orgânica há o esgarçamento das ligações entre a superestrutura e a estrutura e, assim como apontou Gramsci, caso as contradições apresentem-se latentes para a classe trabalhadora, há o risco de a burguesia perder o consenso e não ser mais dirigente do processo:

[...] Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se desagregaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados. (GRAMSCI, 2020b, p. 187).

Destacamos que, dessa compreensão gramsciana, não extraímos a ideia de que em toda crise de hegemonia a classe trabalhadora não se sinta mais representada pelos interesses das classes dominantes e que há dissolução do consenso. Não observamos elementos que indiquem um processo de destacamento, por parte do conjunto da classe trabalhadora, da lógica burguesa no nível do grande capital e tampouco no Brasil. O que conseguimos observar dentro dos limites de nosso estudo, até o atual momento de aprofundamento da crise orgânica, é o processo de crise de hegemonia de fração ou frações de classe dominante no interior da burguesia, o que resulta nas disputas internas entre as frações de classe dominantes na dinâmica da direção da

recomposição burguesa – processo que observamos quando tratamos da formação das variantes do neoliberalismo na formação das frentes social-liberal e liberal-ultraconservadora, no subcapítulo 3.2.

Poderíamos supor que na dimensão da luta de classes tal conjuntura levaria a uma crise de consenso que se desdobraria na intensificação das estratégias de controle das camadas populares através da coerção. Consideramos, contudo, que a ineficiência do consenso é constante no capitalismo – haja vista o crescimento das revoltas populares especialmente em contextos de crise e a preocupação do sistema de capital com o controle social – e que a hegemonia entre classes, neste sentido, também é permanentemente colocada em xeque, mas não eliminada. Neste sentido, para a manutenção do controle da burguesia com o aprofundamento da crise orgânica, há uma imbricada combinação entre os elementos de conformação de consenso e intensificação de coerção. Observamos em todo o mundo, na contemporaneidade, o recrudescimento dos aparelhos coercitivos do Estado estrito através da violência impetrada pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, o aumento da violência policial e da atuação das forças militares (e em muitos contextos paramilitares) e, ao mesmo tempo, uma explosão de novos aparelhos privados de hegemonia buscando elaborar, sistematizar e difundir velhos consensos em novas roupagens.

Neste sentido, Gramsci indica que no processo de crise de representatividade, quando os partidos tradicionais, naquela dada formação social, “[...] não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe”, aspecto próprio do período de crise orgânica, “[...] a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos.” (GRAMSCI, 2020b, p. 60). E acrescenta que tal processo é diferente em cada país, mas com o mesmo conteúdo:

E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (Ibid., p. 61)

Nesse sentido, as “amplas massas” com um “conjunto desorganizado” de reivindicações, além de constituírem “uma revolução”, podem ser combustível para um

processo contra-revolucionário. Assim, adotamos essa perspectiva apresentada por Poulantzas (compreendida em uma análise mais ampla sobre a crise de hegemonia da classe dirigente no contexto de crise orgânica do capital, tal como vimos a partir do referencial gramsciano) para pensar a fascistização no Brasil contemporâneo enquanto movimento e processo (no contexto da ausência de um projeto de superação da crise de hegemonia), observando suas múltiplas dimensões. Interessa pensar as especificidades que distinguem ou que assemelham o fascismo de outras formas de pensamento e manifestação de movimentos de direita e extrema direita no Brasil contemporâneo, assim como as principais características e formas de manifestação do “fascismo à brasileira”²³⁹.

Neste ponto, examinamos algumas sínteses sobre o fascismo (mais especificamente, sobre o conceito) produzidas pelo filósofo brasileiro Leandro Konder. Como premissa, Konder apontou que “Nem toda repressão – por mais feroz que seja – exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou autoritarismo” (KONDER, [1977] 2009, p. 25). Partilhamos da mesma compreensão de que foram nos casos da Itália e da Alemanha (e acrescentamos também o caso da Espanha) que o fascismo surgiu como “*uma nova concepção política da direita*” (Ibid., p. 26, grifo do autor), onde “a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie” (Ibid., p. 27). É com este entendimento que caminhamos com cautela na caracterização de movimentos, partidos, ideologias, lideranças, governos e regimes tipicamente de direita (de forma ampla, intrinsecamente conservadora) e daqueles que, dentro deste “gênero”, podem ser caracterizados especificamente como fascistas.

Para a caracterização do conceito de fascismo (no seu sentido clássico), Konder sistematizou determinadas dimensões às quais assumimos em nossa compreensão: do “pragmatismo radical” (da subordinação e instrumentalização circunstancial da teoria); da construção do “mito da nação” como “valor supremo” (onde se processa uma absorção “do *social* pelo *nacional*”, em uma “unidade fictícia, idealizada”, como algo que fosse “*capaz de satisfazer as exigências de vida comunitária*”); do “nacionalismo”, essencialmente “populista” e “defensivo” (eficaz enquanto recurso fascista porque o capitalismo havia ingressado em sua fase imperialista, ao mesmo tempo que contribuía para a desarticulação do movimento operário revolucionário, pois era caracterizado como “inimigo”, “antinação”); do “chauvinismo” (que “assumiu tons particularmente histéricos e monstruosos”); dos “métodos modernos de

239 Termo cunhado por Mattos (2020), conforme trataremos adiante.

propaganda”, sistemáticos, “explorando as possibilidades que começavam a ser criadas [no capitalismo] por aquilo que viria a ser chamado de *sociedade de massas de consumo dirigido*” (através de discursos enérgicos de “*agitação*” ao vivo ou reproduzidos em rádio, que naquele contexto davam também o tom de “novidade” e de “modernidade”; do financiamento (implantação do capitalismo monopolista de Estado; ou seja, a direção é do grande capital financeiro, embora a base social seja a pequena burguesia). (Ibid., p. 27-52, grifo do autor).

Em relação às condições históricas para o surgimento do fascismo e sua “função” para o capitalismo, o filósofo apontou que:

[...] o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo social, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionais-formais de tipo manipulatório. [...] Se crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas do consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro. (Ibid., p. 53).

Com esses pressupostos apontados por Konder, concordamos com Calil (2020) quando indicou a necessidade de observarmos a articulação de dois componentes: a) “um núcleo ideológico reacionário”, que configuraria “um ‘fascismo mínimo’, abarcando anticomunismo, antiliberalismo político, ultranacionalismo, discurso antissistema e antipartido, criação de inimigos sociais, elitismo, estadolatria, anti-intelectualismo, denúncia do grande capital, militarismo e armamentismo e veneração ao líder/mito” (CALIL, 2020, p.85); e b) “uma forma particular de organização que o diferencia” juntamente a setores pequeno-burgueses (Ibid.). Este segundo componente, de acordo com o autor, deve ser considerado para distinguirmos o fascismo de ditaduras militares latino-americanas de Terror de Estado, por exemplo, que compartilhavam muitos dos mesmos elementos do fascismo do ponto de vista do núcleo ideológico reacionário e conservador. Nesta perspectiva, apontou que:

O que distingue o fascismo destas ditaduras é sua forma particular de organização, calcada na perspectiva de mobilização ativa e miliciania de seus adeptos. Enquanto as ditaduras militares sustentavam a dominação através da desmobilização repressiva, o fascismo trilha um percurso distinto, organizando seus adeptos em milícias e grupos violentos que promovem de forma ativa a violência e produzem agressões aos sindicatos, organizações camponesas e partidos de esquerda, desde antes de chegarem

ao poder. (Ibid., p. 87).

No âmbito da identificação das semelhanças dentro do que poderíamos considerar como um “fascismo mínimo”, de maneira articulada com “uma forma particular de organização, em estudos anteriores indicamos seis elementos relacionados à análise da formação do fascismo clássico italiano, para pensar o processo de “escalada do fascismo” (que hoje compreendemos como “processo de fascistização”) no Brasil recente:

i) o grande protagonismo da pequena-burguesia buscando corromper as ruas; ii) a indicação da construção e consolidação de um grande “bloco nacional” como horizonte, o que garantiria uma unidade orgânica de todas as forças da burguesia num só organismo político; iii) o transformismo dos liberais (como notamos no crescimento da frente liberal-ultraconservadora e a adesão de forças fascistas a este projeto); iv) a absorção da vertente religiosa hegemônica como uma de suas tendências (no caso italiano, foi a maçonaria, que era a ideologia oficial da burguesia italiana; no caso brasileiro o fundamentalismo cristão tem sido base da ascensão do ideário fascista); v) a tática de infiltração e terrorismo para, em seguida, exercer ações legislativas (como foram, no Brasil, os efeitos da Lei Antiterrorismo e mais recentemente a escalada da difusão da ideia dos comunistas e marxistas como “inimigos” do Estado; vi) e, por fim, a composição de forças reacionárias, conservadoras e forças dirigentes (até então resistentes) na tentativa de consolidação de uma única unidade orgânica, ainda que existam resistências, tensões e cisões neste processo [...]. (COLOMBO, 2018, p. 166-167).

Para compreender a emergência desses elementos no que chamamos de Brasil recente, assim como apontamos anteriormente sobre a relação intrínseca do fascismo com o processo de crise orgânica no contexto brasileiro de capitalismo dependente e periférico, o historiador Marcelo Badaró Mattos (2020) também indicou que é necessário olhar para o que chamou de “transbordamento de diferentes crises”, que pavimentaram o contexto de ascensão do bolsonarismo. Segundo o autor, “os neofascismos ganham fôlego, na média duração, com a crise social decorrente das políticas neoliberais do século XX, e sua ascensão ganha novas dimensões após a crise capitalista global de 2008”, considerando que, nas periferias globais, como é o caso do Brasil, “a dramaticidade da crise social tem magnitude bem maior” (MATTOS, 2020, p. 79). A partir de 2009, o Brasil registrava queda brusca na taxa de desenvolvimento econômico, o que foi segurado com o fluxo comercial com a China e com os estímulos ao mercado interno através do aumento real do salário mínimo, políticas sociais focalizadas, crédito (e consequente endividamento) das famílias e subsídios a determinados setores do capital (Ibid., p. 147).

Contudo, tais fatores compensatórios, gradativamente, perderam força para conter a

crise. Em 2012, o aumento do número de greves de diversos setores por todo o país indicava o crescimento das situações de conflito. Em 2013, conforme vimos no texto introdutório deste capítulo, as Jornadas de Junho, como um divisor de águas, escancararam que o modelo de conciliação (colaboração) de classes, adotado, até então, pelo Partido dos Trabalhadores, não se sustentava, uma vez que não conduziu as contrarreformas no ritmo demandado pelo capital e tampouco conteve as massas fora das ruas.

Em 2014, por exemplo, observamos o processo de escalada repressiva para a garantia da realização dos megaeventos (Copa do Mundo da FIFA de 2014, no país, e Olimpíadas de 2016, na cidade do Rio de Janeiro) com o uso de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), através da convocação das Forças Armadas. Nesse contexto, buscou-se criar o consenso, no conjunto da opinião pública, sobre os benefícios político-econômicos que os megaeventos supostamente trariam, ao mesmo tempo em que se reprimia brutalmente as manifestações populares que denunciavam a FIFA e as dívidas econômicas e sociais advindas dos megaeventos (como as dívidas contraídas com as obras dos estádios, as remoções arbitrárias dos moradores de diversas áreas do entorno dos estádios em todo o país, dentre outras).²⁴⁰

Em 2016, temos outro exemplo de dilaceração das ditas “liberdades democráticas”, que foi a Lei Antiterrorismo (lei nacional nº 13.260/2016) sancionada pela presidenta Dilma Rousseff (PT), de autoria do poder executivo, que trata da tipificação, julgamento e punição para crimes “terroristas” no território nacional. A lei criou uma base legal para a criminalização de movimentos sociais às vésperas dos Jogos Olímpicos sediados no Rio de Janeiro. Segundo Calil (2016), a lei buscou proteger especialmente os interesses dos investidores e da integridade do sistema financeiro – naquele momento associado à promoção do megaevento, cujos seus opositores (movimentos políticos e sociais) tornaram-se fatores de insegurança.

Para citarmos mais um exemplo, em fevereiro de 2018, o Congresso Nacional publicou o Decreto Legislativo nº10, aprovando o texto do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que “Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública”, ou seja, a intervenção militar no Rio de Janeiro, realizada pelo então presidente Michel Temer (MDB), que nomeou um oficial das Forças

240 Em 2014, tal escalada repressiva resultou no processo de criminalização de 23 pessoas, condenadas em primeira instância a penas que foram de cinco a treze anos de detenção em regime fechado; o processo ficou parado em segunda instância e as pessoas tiveram perda de alguns direitos civis enquanto aguardam resolução ou arquivamento. No processo, constam termos como “personalidade distorcida” na descrição dos perfis dos acusados, o que denota o profundo sentido de produção de medo e terror de supostas “pessoas perigosas” a partir de completa orientação subjetiva por parte das próprias agências do Estado.

Armadas para comandar a segurança pública acima do governador do estado. A explicitação do caráter militarista para a segurança pública ganhou um novo laboratório de uso das forças coercitivas cujo público-alvo foram os moradores das favelas.²⁴¹ Incluímos tais exemplos a respeito do poder coercitivo realizado via poderes Legislativo e Judiciário, nesse período de fascistização, considerando que as leis são momentos de correlação de forças na luta de classes. Percebemos que essas leis revelam o aumento dos conflitos e do processo de escalada das medidas coercitivas em meio à crise política. Neste contexto de endurecimento da coerção às esquerdas e no vácuo deixado pelas crises, no âmbito das direitas cresceu o bolsonarismo.

Desse modo, compreendemos que o crescimento do processo de fascistização está umbilicalmente relacionado ao crescimento da extrema direita e se complexifica e se aprofunda com o advento do bolsonarismo. Tal crescimento foi observado de maneira mais orgânica, como tratamos anteriormente, a partir das manifestações unificadas nacionalmente contra a presidenta Dilma Rousseff entre 15 de março de 2015 e 13 de março de 2016, em um processo de pressão política que culminou no golpe de 31 de agosto de 2016, que afastou a presidenta. Conforme apontamos no subcapítulo anterior, foi a partir desse período que começamos a observar o processo de fascistização. Assim, concordamos com a análise de Calil, de que foi neste terreno, com a emergência destas manifestações de massa com perfil reacionário, “que as diversas correntes fascistas se unificaram sob o bolsonarismo” (CALIL, 2020, p. 81). O autor apontou que, no bojo desse processo, em 2017 já foi possível identificar uma mudança na configuração do espectro político brasileiro, presente também nas redes sociais utilizadas de forma ampla e sistemática pela extrema direita: “Como registrava então o ‘Monitor do debate político no meio digital’, naquele momento a direita estava ‘estruturada em torno das páginas dos Bolsonaros e do MBL’ [Movimento Brasil Livre], articulando matrizes discursivas como o militarismo, o armamentismo, o ‘masculinismo’ (misoginia), o patriotismo e o liberalismo/conservadorismo [...]” (Ibid., p. 82). O autor observou que neste cenário estava configurado o campo da extrema direita, “virulentamente anticomunista”, que identificava em Jair Bolsonaro “o ‘Mito’ que conduziria uma contra-revolução conservadora” (Ibid., p. 82). Neste processo, se destacou o componente religioso:

[...] A candidatura presidencial de Bolsonaro reforçaria sua identificação com o

241 Segundo os dados do Relatório do Observatório da Intervenção, entre fevereiro e agosto de 2018, foram registradas 457 operações que levaram à morte 103 pessoas. Neste mesmo período, ocorreram 36 chacinas (que levaram à morte 152 pessoas), além de outras ações policiais que resultaram em 855 mortos e 733 feridos. Dados disponíveis em: <http://observatoriodaintervencao.com.br/dados/relatorios1/>; acessado em 25/06/2023.

fascismo, expressa no lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que acrescentava o componente religioso expresso na segunda parte do slogan à tradução estrita do slogan nazista (*Deutschland über alles*). Sua campanha eleitoral adotou também o slogan “Deus Pátria e Família”, retomando literalmente o lema do integralismo, o principal movimento fascista histórico brasileiro que nos anos 1930 reuniu centenas de milhares de adeptos. Bolsonaro escolheu como vice o general Hamilton Mourão, vinculado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), que a despeito da exótica designação, congrega basicamente militares e grupos de extrema-direita, incluindo neointegralistas. [...] (Ibid., p. 82-83, grifo do autor).

No mesmo sentido, após analisar a composição e os interesses dos movimentos de direita do período de 2015 a 2018, Mattos conclui que “Há elementos suficientes para afirmar uma vinculação orgânica entre os movimentos de massas, com composição dominante de setores médios, que serviram de justificativa para o Golpe de 2016, e a base eleitoral de Bolsonaro em 2018.” (MATTOS, 2020, p 202).

Buscando compreender os pilares ideológicos do bolsonarismo, como linha de frente do que chamou de “neofascismo à brasileira”, Mattos identificou algumas ênfases que passaram a constituir-lo a partir de 2014. A primeira delas foi a busca de uma “teoria” neofascista através da aliança com Olavo de Carvalho²⁴², “no sentido de uma visão mais articulada e totalizante, que confere sentido a sua ação política” (Ibid., p. 172). A partir dos estudos de Calil (2021a), compreendemos que o olavismo não é propriamente um movimento, mas forneceu as bases ideológicas para o bolsonarismo, situado no interior do universo ideológico do fascismo. Dentre os inúmeros componentes ideológicos do fascismo, o historiador identificou no olavismo: “o anticomunismo, o antiliberalismo político, o chauvinismo, o intelectualismo, o militarismo, armamentismo e veneração ao líder.” (CALIL, 2021a, p. 74).

No Brasil, desde os anos 1980, através de jornais impressos da mídia empresarial e, posteriormente, de *websites* e das redes sociais na internet (que constituíram uma ampla rede de aparelhos privados de hegemonia), Olavo de Carvalho, enquanto intelectual orgânico da extrema direita, sistematizou e difundiu a ideia (já produzida pela ultradireita estadunidense) de que a esquerda, no contexto pós-Guerra Fria, teria passado a investir em “uma estratégia de

²⁴² Em estudos anteriores, a partir do levantamento de Penna e Salles (2017), apontamos que Olavo de Carvalho (1947-2022) foi um intelectual orgânico *sui generis* na formulação, sistematização e difusão da ideologia escola sem partido. Foi colunista colaborador do Jornal Folha de S. Paulo, Jornal do Comércio, Zero Hora (Porto Alegre), O Globo (Rio de Janeiro); Primeira Leitura (São Paulo), Bravo! (São Paulo) e Leader (Porto Alegre); foi conferencista em eventos da Atlas Foundation for Economic Studies, UNESCO, ONU, Clube Militar do Rio de Janeiro; Clube Naval do Rio de Janeiro, dentre outros; foi membro-fundador da Sociedade Brasileira de Szondi. Além disso, construiu seus próprios aparelhos privados de hegemonia, tal como o *website* Mídia Sem Máscara – lançado em 2002, funcionou por mais de uma década como o principal veículo de difusão do receituário ideológico de Carvalho. (COLOMBO, 2018).

conquista progressiva dos espaços no aparelho de Estado e nos meios educacionais/culturais – ‘marxismo cultural’ – de forma a, ‘sorrteiramente’, controlar as massas e os instrumentos de poder” (MATTOS, 2020, p. 173). Esta seria a estratégia “gramscista”, segundo Olavo de Carvalho, de construção da hegemonia comunista: “O *gramscismo* seria inspiração de uma disseminação imperceptível, capaz de corroer as bases cristãs e morais da sociedade e com isso abrir caminho para a revolução comunista. Para isso, promoveria uma ‘guerra cultural’, marcada pela promoção do aborto, do ‘homossexualismo’ e da liberdade sexual.” (CALIL, 2021a, p.69, grifo do autor).

Esta formulação do “marxismo cultural” também foi a base para a constituição da ideologia escola sem partido, como vimos, somada à ideia da “ideologia de gênero” (formulação que também foi assimilada e difundida pelo olavismo e também passou a constituir o bolsonarismo). Conforme identificamos, tal receituário ideológico foi sistematizado e difundido no Brasil através da ampla atuação de uma frente de ação liberal-ultraconservadora na educação, composta por aparelhos privados de hegemonia de frações de classe burguesas, tendo como marca a ideologia escola sem partido. Nos estudos anteriores, identificamos os princípios para a educação difundidos por essa ideologia: “i) a garantia de uma suposta ‘neutralidade do ensino’; ii) o combate à ideologia nas escolas, que seria uma ‘doutrinação de esquerda’, ou uma prática do que chamam de ‘marxismo cultural’ ou ‘gramscismo’; e iii) o combate ao que eles caracterizam como ‘ideologia de gênero’” (COLOMBO, 2018, p. 05). Assim, identificamos que os intelectuais orgânicos da ideologia escola sem partido passaram a difundir que o suposto principal objetivo dos “doutrinadores marxistas” nas escolas seria “[...] destruir o modelo de família nuclear, heterossexual e patriarcal para criar o caos moral que abriria portas para a difusão do marxismo e assim destruir o capitalismo para instaurar a ditadura comunista [...]” (COLOMBO, 2018, p.140).

Compreendemos que o conspiracionismo sobre o “marxismo cultural” e a “ideologia de gênero”, difundidos pelos aparelhos privados de hegemonia olavistas e por aqueles vinculados à ideologia escola sem partido, foram parte fundamental da aliança entre o bolsonarismo e o segmento evangélico (através, primeiramente, da aliança com os líderes das principais igrejas pentecostais, neopentecostais e protestantes históricas renovadas). Como vimos no subcapítulo 4.2, o uso da Teologia do Domínio para a mobilização em torno do combate aos “inimigos comunistas” na permanente “guerra espiritual”, pode explicar, em parte, a grande adesão ao ideário bolsonarista – especialmente a adesão das frações mais pauperizadas da classe

trabalhadora, uma vez que constituem a maior parte do segmento evangélico em franco crescimento.

Em relação ao papel da religião para a ampla formulação e difusão da ideia do “inimigo”, lembramos um aspecto fundamental sobre a mesma função da religião na constituição do receituário ideológico do fascismo clássico, conforme apontou Konder:

[...] De maneira geral, todo o pensamento de direita que, ao longo do século 19, se empenhou na “demonização” da esquerda, desempenhou um papel significativo na preparação das condições em que o fascismo pôde, mais tarde, irromper. A “demonização” do adversário facilitaria à direita fascizante libertar-se em face dele de alguns escrúpulos mantidos pela postura “aristocrática” de conservadorismo tradicional: quem não é *implacável* na luta direta contra Satanás torna-se pecador infame e perde sua alma. [...] Não é casual, aliás, que o primeiro movimento político fascista significativo (que não surgiu na Itália e nem na Alemanha, e sim na França, conforme observação do alemão Ernst Nolte), a *Action Française*, tenha manifestado um *pathos* tão fanaticamente religioso. (KONDER, 2009, p. 60-61, grifo do autor).

É notória a semelhança do caso francês com o caso do bolsonarismo e a sua relação com o fundamentalismo religioso cristão para a “demonização” do “comunismo” e tudo aquilo que a ele estaria relacionado. Em especial, conforme analisamos nos subcapítulos anteriores, a relação umbilical do bolsonarismo com o segmento evangélico. Identificamos a função indispensável dos intelectuais e aparelhos evangélicos desde a pavimentação de condições necessárias para o surgimento do bolsonarismo – conforme vimos no contexto do crescimento da crise política e da ofensiva da extrema direita com uso de pressupostos da ideia de “guerra espiritual”, adensados e difundidos pela Teologia do Domínio – até a constituição do próprio bolsonarismo a partir de elementos ideológicos e da ampla estrutura organizativa das igrejas evangélicas e aparelhos privados de hegemonia associados.

Diante do exposto até aqui, para a definição de “bolsonarismo”, concordamos com os/as pesquisadores/as que têm caracterizado o receituário ideológico representado por Jair Bolsonaro como uma ideologia fascista (ou neofascista) que ganhou ampla adesão a partir do período das eleições presidenciais de 2018 (CALIL, 2020, 2021a, 2021b; LOWY, 2020; MATTOS, 2020). Dentre os elementos desse receituário, além daqueles apontados anteriormente, podemos acrescentar: a designação da “esquerda” como o principal inimigo a ser destruído (onde estão incluídos através da ideologia “escola sem partido” os docentes como inimigos), o culto à violência, o negacionismo histórico e o negacionismo científico, o nacionalismo autoritário e conservador, o reacionarismo expresso especialmente na agenda contrária a políticas antirracistas, anti-sexistas e de direitos de pessoas LGBTQIAPN+. Assim,

Bolsonaro passou a ser o rosto público da expressão da extrema direita, dando uma nova face à chamada “nova direita” (CASIMIRO, 2016, 2020) a partir de 2018, como uma das formas da “nova direita”, ao mesmo tempo que outro conjunto de forças também dentro da “nova direita” segue ao lado, entre tensões e aproximações ao bolsonarismo, no interior das disputas intraburguesas e de acordo com os movimentos oriundos da luta de classes.

Dentre os diferentes grupos que compõem o governo Bolsonaro, concordamos com Calil (2020) e com o historiador brasileiro Marcelo Badaró Mattos (2020), quando os autores apontam os três principais: a) os militares; b) os ultraneoliberais; e c) os olavistas e fundamentalistas evangélicos. Segundo os autores, estes grupos convergiram em alguns momentos para apoiar determinadas linhas políticas do governo, revelando “componentes neofascistas” do governo Bolsonaro, ainda que um regime neofascista (político ou da forma de dominação adotada pelo Estado) não tenha sido instituído:

[...] O melhor exemplo se dá em torno à pauta econômica de retirada de direitos dos trabalhadores, aprofundando a superexploração da força de trabalho e a transferência de fundos públicos, serviços monopolizados pelo Estado e empresas estatais para o controle da acumulação privada. Em relação a outros aspectos, como a pauta moral/fundamentalista religiosa do governo, ou o grau de liberdade concedido pelo Estado para o uso privado e público da violência (com a liberação das armas e o excludente de ilicitude), há diferenças e disputas, que envolvem também a relação entre os três poderes. *Em algumas pautas centrais para o projeto neofascista do bolsonarismo, portanto, há limites internos ao grupo que governa. Por isso mesmo, sequer quanto ao governo, que tem um neofascista à frente, podemos cravar uma rotulação simples de “governo neofascista”. Seria mais factível destacar a predominância da dimensão, ou componente, neofascista para definir o governo Bolsonaro.* O que não se transfere automaticamente para tratar do regime político ou da forma de dominação adotada pelo Estado brasileiro depois de sua eleição. Afinal, um governo com um forte componente neofascista não necessariamente dará origem a um regime neofascista, assim como alguns políticos e governos fascistas na primeira metade do século XX também não lograram moldar completamente os regimes políticos de seus países ao gosto do fascismo. [...] (MATTOS, 2020, p. 234, grifo nosso)

Como vimos, existem aproximações e distanciamentos entre o processo contemporâneo de fascistização e os elementos que constituem o fascismo que compõem o bolsonarismo. Portanto, diante do exposto, como consideramos, em nosso estudo, o fascismo (ou neofascismo) como ferramenta analítica? Em relação às diferenças entre os fascismos clássicos e o processo de fascistização contemporâneo, Löwy nos lembra que “A história não se repete”. Portanto, como assinalamos anteriormente, concordamos com ele, quando aponta que os fenômenos atuais são bastante distintos dos modelos do passado:

Sobretudo, não temos – ainda – Estados totalitários comparáveis com o regime fascista italiano ou o Terceiro Reich Nazista. Os partidos neofascistas atuais não organizam tropas de choque paramilitares uniformizadas para aterrorizar a esquerda, como era o caso dos *camisas negras* de Mussolini, ou da *Sturmabteilung (SA)* de Adolf Hitler. A análise marxista clássica do fascismo o definia como uma reação do grande capital, com o apoio da pequena burguesia, diante de uma ameaça revolucionária do movimento operário. Podemos nos interrogar se esta interpretação realmente explica a natureza do fascismo na Itália, Alemanha ou Espanha, nos anos 1920 e 1930. Em todo caso, ela não é pertinente no mundo atual, por várias razões: a) não existe, em nenhum dos países em que o neofascismo está em ascensão, uma “ameaça revolucionária”; b) o grande capital manifesta pouco entusiasmo pelo programa econômico “nacionalista” da extrema direita, embora possa se acomodar a esta política; c) o apoio aos Trump, Bolsonaro ou Le Pen não se limita à pequena burguesia, mas inclui grandes contingentes populares e mesmo da classe operária. Estas diferenças justificam o uso do termo “neofascismo” para designar forças políticas que apresentam traços fascistas sem serem uma reprodução do passado. (LÖWY, 2020, p. 15, grifo do autor)

Neste sentido, Löwy propõe designarmos, através da categoria neofascismo, “(...) líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930 – e com frequência, raízes históricas neste passado – mas também algumas diferenças substanciais. Tratam-se de fenômenos novos, que não são idênticos aos que conhecemos no passado.” (LÖWY, 2020, p. 14). O autor aponta alguns exemplos, tal como “[...] o partido de Marine Le Pen na França, o FPÖ (‘Liberal’) da Áustria, o partido Vlaams Belang na Bélgica, Salvini e a Lega italiana, Jair Bolsonaro (sem partido orgânico) etc.” (Ibid.). Para ele, “Trump tem alguns aspectos neofascistas, mas misturados com um reacionarismo tradicional.” (Ibid.).

Na mesma perspectiva, Mattos também desenvolve e defende o uso da categoria neofascismo (considerando também as especificidades das dimensões da ideologia, dos movimentos, partidos, governos e regimes políticos), compreendendo que o termo permite enfatizar a relevância das transformações e ao mesmo tempo evidencia os elementos de continuidade: “É por termos consciência das dimensões de adaptabilidade, hibridismo e mutabilidade do fenômeno fascista ao longo desse século de história que podemos apreender as novas formas e conteúdos do fascismo no século XXI, através da categoria neofascismo” (MATTOS, 2020, p. 233). O pesquisador concluiu considerando que é mais factível destacar a predominância da dimensão (ou componente) neofascista para definir o governo Bolsonaro, do que rotular o seu governo como neofascista, por mais que tenha à frente um líder neofascista.

Já o historiador Calil, embora tenha estabelecido um diálogo estreito com as contribuições de Mattos (2020) para pensar as relações entre o fascismo e o bolsonarismo – e também dialogado com Löwy –, indicou o foco analítico no processo de fascistização (e não na

caracterização do neofascismo), o que se justifica, segundo sua perspectiva, pelas contribuições de Antônio Gramsci, nos escritos pré-carcerários, na então análise da expansão do movimento fascista. Em suas palavras:

[...] entendemos que para analisar o governo brasileiro a partir das reflexões do revolucionário sardo, é mais adequado basear a análise em seus escritos pré-carcerários, quando avaliava a expansão de um movimento fascista e, entre 1923 e 1926, a atuação de um governo fascista ainda nos marcos de um regime não inteiramente fascistizado. Por esta razão, entendemos como especialmente importante para abordar a situação brasileira atual a compreensão de que a transformação do Estado democrático-liberal em Estado fascista não é repentina, mas se dá de forma gradativa, o que remete à noção fundamental de *fascistização*. Portanto é normal que durante o período em que este processo avança, observe-se a presença simultânea de elementos contraditórios e em conflito, como expressão de configurações estatais que remetem a regimes políticos incompatíveis. O processo de fascistização inicia-se antes da chegada do fascismo ao governo, e segue avançando depois dela. (CALIL, 2020, p.93, grifo do autor).

Portanto, considerando o processo de fascistização no desenvolvimento de sua reflexão, o historiador conclui que a adição do prefixo “neo” parece desnecessária para a conceituação do bolsonarismo:

[...] tendo em vista que superando uma visão historicista radical, a proposição de uma categoria não é um descritor de um conjunto de categorias, mas uma construção teórica que visa elucidar a essência do fenômeno, e portanto é pressuposto que um mesmo fenômeno assuma contornos distintos em diferentes conjunturas históricas. O fascismo de nosso tempo é distinto do fascismo que emergiu no entre-guerras, pois emerge em uma realidade distinta. Nossa proposição coloca ênfase no sentido geral do fascismo, sua base social, sua ideologia e sua forma de atuação e em consequência são estas as questões centrais que levaremos em conta para avaliar a pertinência ou não da conceituação do bolsonarismo. (Ibid., p. 97).

Ancorados em ambas perspectivas de conceituação do bolsonarismo, concluímos, no mesmo sentido apontado por Calil, que o bolsonarismo contém um líder fascista mitificado (e outras lideranças fascistas intrinsecamente vinculadas a ele) que, por sua vez, representa um receituário ideológico fascista, na presidência de um governo fascistizante (entre 2019 e 2022), dentro de um regime nos marcos da autocracia burguesa com elementos de fascistização.

Por fim, não poderíamos tratar desse processo sem destacar o negacionismo histórico e científico com um dos elementos de fascistização do bolsonarismo. No Brasil, ao longo de todo o período da pandemia da covid-19 – que teve início em março de 2020 e fim em maio de 2023, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) – durante o governo de Jair Bolsonaro, foram realizadas ações de governo, de forma sistemática, na contramão das orientações de organismos

mundiais da saúde (tal como OMS) e instituições científicas nacionais da área da saúde (como a Fundação Oswaldo Cruz). Assim, ao invés de realizar medidas nacionais visando o controle da pandemia e o tratamento da doença, o negacionismo científico do governo federal agravou severamente o número de pessoas contaminados e de pessoas mortas em decorrência do desenvolvimento da doença, levando o país ao segundo lugar no número total de mortes e em primeiro lugar no total de mortes diárias pela covid-19 no mundo²⁴³. Ao contrário da ideia de que a pandemia no Brasil foi agravada por “falta de competência” ou “falta de estratégia” do governo Bolsonaro, Calil (2021b) analisou como o governo sabia o que estava fazendo através de um plano estratégico bem definido, coerente e executado de forma sistemática e competente aplicado por grande parte do governo. Este plano visou, dentre outros objetivos, garantir o controle das massas nas ruas e medidas de austeridade. Segundo o historiador, a estratégia foi orientada “pela perspectiva de atingir rapidamente a imunização coletiva (ou ‘imunidade de rebanho’)” e “se utilizou de distintos instrumentos para estimular a intensificação da contaminação, recorrendo para tanto à disseminação de dados incorretos ou mesmo inteiramente falsos e à demonstração exemplar de comportamentos propícios à contaminação.” (Ibid., p. 31).

Visando alcançar esses objetivos, o pesquisador identificou que o governo utilizou como estratégia de negação da pandemia: a desqualificação da pandemia (sob o discurso de que seria uma ‘histeria’, ‘história mal contada’, ‘gripezinha’ e ‘neurose’); o estímulo a atitudes que induzem à aceleração do ritmo de contaminação (como aglomerações, uso incorreto da máscara, a contrariedade ao *lockdown* e a defesa da abertura de academias, salões de beleza, escolas, dentre outros espaços que promovem aglomerações em ambientes fechados); e a propagação de falsas soluções (especialmente a propagação de notícias falsas sobre medicamentos comprovadamente ineficazes para o tratamento ou a prevenção da doença, como a cloroquina) (Ibid., p.31). Portanto, é possível identificarmos que há racionalidade e coerência na estratégia de negação da pandemia (Ibid.).

243 O Brasil chegou, em abril de 2021, ao total de 3 mil mortes diárias. Ao longo de todo o período, até julho de 2022, chegamos ao obscuro total de 680 mil vidas ceifadas e mais de 34 milhões de casos da doença. Acima, no total, apenas os Estados Unidos, com 1,03 milhões pessoas mortas pela covid-19. Estes são os dados oficiais. Contudo, estima-se que há enorme subnotificação do número de casos e de mortes por covid-19 em todo o mundo. Segundo os dados do relatório da Organização Mundial da Saúde em maio de 2022, o número total de mortes no mundo pode ter chegado a três vezes mais do que os números oficiais – disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61332581>, acessado em 20/07/2022. Ainda, segundo uma pesquisa da Universidade de Oxford, este número pode ser quatro vezes maior do que os números oficiais – disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/04/24/pesquisador-de-oxford-afirma-que-nmero-real-de-mortos-pela-covid-19-prximo-de-20-milhes.ghtml>, acessado em 20/07/2022.

Ainda, Calil apontou que, paradoxalmente (e isso, para nós, constitui os limites do próprio negacionismo científico), “a estratégia negacionista de Bolsonaro só poderia ter êxito se, ao menos em um primeiro momento, suas proposições não fossem integralmente seguidas, pois se o fossem, produziriam um desastre de forma tão rápida e intensa que provavelmente teria produzido um repúdio incontável.” (Ibid., p. 45). Ou seja, é quando fica evidente que o negacionismo não pode superar os dados reais, factuais. Mesmo assim, o Brasil viveu, nos momentos mais graves da pandemia, um largo colapso no sistema de saúde e no sistema funerário em diversos estados e municípios. A partir de abril de 2020, com a saída do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (que defendia uma perspectiva, não de enfrentamento, mas de “mitigação” e “administração” da pandemia) e com a intensificação da militarização do Ministério com a entrada do General Eduardo Pazuello (após a permanência de apenas um mês do empresário Nelson Teich à frente do Ministério), foi oficializada a política negacionista. Segundo Calil, a militarização

[...] logrou oficializar uma política negacionista, que difunde medicamentos comprovadamente ineficazes, comemora o número de “recuperados” (omitindo as sequelas permanentes de parte deles), restringe gradativamente a testagem e consolida o ocultamento de parte significativa dos óbitos, registrando-os como síndrome respiratória aguda grave não especificada. Ao longo desse processo, repetiu sistematicamente afirmações insustentáveis e fez inúmeras aparições em público sem máscara e estimulando aglomerações. Bolsonaro conseguiu eliminar do horizonte a possibilidade de contenção efetiva, apresentou-se como preocupado com a economia e atribuiu a responsabilidade pela crise aos defensores do isolamento social (ainda que sua política tenha agravado a crise ao prolongar a vigência da pandemia) e colheu como resultado um índice crescente de aprovação popular. [...] (CALIL, 2021b, p. 46-47).

Além de ampliar a difusão do negacionismo científico no país, ainda segundo o estudo de Calil, a racionalidade e a coerência da estratégia de negação da pandemia também permitiu ao bolsonarismo: responsabilizar a pandemia e os setores críticos sobre a crise econômica; o monopólio das ruas pela direita (por pelo menos três meses de forma total, sendo quebrado parcialmente a partir de junho de 2020); a normalização das mortes causadas pela covid-19 (tornando as mortes admissíveis, reduzindo a comoção social); a normalização da ampla circulação de notícias falsas²⁴⁴ sobre o campo da ciência; o estreitamento de seu vínculo com a base fascista mais radicalizada; o reforço com os vínculos com a grande burguesia brasileira

244 As chamadas *fake news*, disseminadas especialmente nas redes sociais através da estrutura de propaganda bolsonarista amplamente conhecida como Gabinete do Ódio, tornaram-se objeto de investigação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

com o avanço das reformas neoliberais (com a desregulamentação de medidas de proteção ambiental, dos direitos trabalhistas e da proteção social). Ou seja, a política foi efetiva naquilo que se propunha. Como bem sintetizou Calil: “De inúmeras formas Bolsonaro utilizou-se da pandemia para impor ser projeto de fascistização [...]” (CALIL, 2020, p. 116).

Compreendemos que o fenômeno do negacionismo, embora tenha sido severamente agravado no contexto apresentado, não teve sua origem nele. O negacionismo é um elemento central do próprio fascismo (ou processo de fascistização), que se articula com o irracionalismo e com o conspiracionismo. No mundo, historicamente estiveram articuladas outras formas de negacionismo, tais como o ambiental e científico (envolvendo, por exemplo, o negacionismo sobre o aquecimento global, a destruição de biomas, a origem e evolução das espécies, dentre outros) e o histórico (envolvendo, por exemplo, o negacionismo do Holocausto, do caráter violento de ditaduras civil-militares na América Latina, do caráter bárbaro da escravidão, do genocídio de povos originários, dentre outros). Portanto, o negacionismo não é algo isolado, é constitutivo da formação social a partir de uma perspectiva ideológica, circunscrita em um projeto de hegemonia.

No caso do Brasil, ao considerarmos o olavismo enquanto “teoria” fascista que constitui o bolsonarismo, podemos identificar o conspiracionismo associado ao anticientificismo desde o negacionismo climático ao discurso “terraplanista” – na pandemia, a culminância foi o negacionismo à eficácia das vacinas. Cabe destacar que, desde o início do governo Bolsonaro, o negacionismo científico em relação às mudanças climáticas já era notório. Como bem notou Calil, Bolsonaro colocou à frente do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Relações Exteriores dois reconhecidos negacionistas climáticos, respectivamente: Ricardo Salles, que sustentou que as mudanças climáticas não possuem relação com as ações humanas, e Ernesto Araújo, que difundiu o conspiracionismo de que o “globalismo” teria como instrumentos a “ideologia das mudanças climáticas”, a “ideologia de gênero” e a “oikofobia” (CALIL, 2020).

Neste sentido, concordamos com o historiador quando concluiu que a abordagem de Bolsonaro é estritamente fascista e reforça socialmente o fascismo “através da naturalização da morte (característica dos diversos fascismos desde o lema falangista *Viva la muerte*), do caráter eugenista de um discurso que responsabiliza as próprias vítimas, que teriam perecido por serem frágeis, incapazes ou portadoras de comorbidades.” (CALIL, 2020, p. 117). Além disso, no bojo do processo de fascistização “aprofunda os vínculos com o grande capital, algo fundamental na fase de ajustamento do fascismo com vistas à imposição de um fechamento político gradativo”

(Ibid.).

Em relação ao negacionismo em relação à pandemia, por último, destacamos o apoio de igrejas evangélicas, tomando como exemplo um evento que expressou o amplo apoio das igrejas ao governo Bolsonaro e suas políticas de negação da pandemia. O encontro de apoio ao presidente que contou com sua própria presença e onze líderes de igrejas evangélicas em 05 de junho de 2020, na Esplanada dos Ministérios.²⁴⁵ Estavam presentes os líderes: bispo Eduardo Bravo (responsável pelas relações institucionais da IURD no Brasil e no exterior), apóstolo Renê Terra Nova (do Ministério Internacional da Restauração), pastor Vitor Hugo (Igreja Vida Nova); pastor RR Soares (da Igreja Internacional da Graça de Deus); pastor Silas Malafaia (da Assembleia de Deus Vitória em Cristo); pastor JB Carvalho (da Igreja Comunidade das Nações); apóstolo Estevam Hernandes (da Igreja Renascer em Cristo); apóstolo Rina (da Igreja Bola de Neve); apóstolo César Augusto (fundador da Igreja Fonte da Vida) e bispo Abner Ferreira (representando o Bispo Samuel Ferreira, líder da Assembleia de Deus no Brás, de São Paulo). No encontro, ‘louvaram’ as políticas adotadas pelo presidente Jair Bolsonaro, oraram por ele, pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal, buscando colocar um véu sobre os tensionamentos políticos que envolviam os três poderes naquela ocasião.

Nos próximos dois capítulos, em análises distintas (sobre a atuação de intelectuais orgânicos evangélicos através MEC e da FPE), continuaremos a tratar do alinhamento destas e outras igrejas e aparelhos privados de hegemonia evangélicos com o projeto bolsonarista de fascistização no âmbito do Estado em sentido ampliado.

245 Informações disponíveis em: <https://www.universal.org/noticias/post/presidente-jair-bolsonaro-recebe-lideres-evangelicos-em-brasilia/>, acessado em 10/08/2020.

CAPÍTULO V

A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA EVANGÉLICA NO ÂMBITO DO ESTADO AMPLIADO: As alianças pela ideologia Escola Sem Partido na composição e na atuação do Ministério da Educação (2019-2022)

Neste capítulo, levantamos e analisamos a atuação dos evangélicos no governo bolsonarista, buscando identificar em quais aspectos ocorreu o alinhamento da nova pedagogia da hegemonia ao projeto bolsonarista de fascistização. Nesse sentido, o relevo foi dado às aproximações e tensionamentos do segmento evangélico e outros grupos que fizeram parte do governo (tal como os militares e olavista), assim como em relação à grupos não governistas, tal como as organizações que disputam o campo das políticas educacionais que fazem parte da frente social-liberal (tal como o movimento/partido empresarial Todos Pela Educação).

Na primeira parte, levantamos os intelectuais orgânicos evangélicos e as respectivas igrejas e/ou denominações que realizaram a ocupação de diversos ministérios estratégicos ao longo do governo. Analisamos os aspectos políticos desse movimento de direção evangélica do Poder Executivo via ministérios, buscando localizar o Ministério da Educação (MEC) no conjunto deste movimento estratégico mais amplo.

Na segunda parte, relativa ao MEC, levantamos o perfil dos ministros que passaram pela pasta, assim como destacamos ações, alianças, projetos e programas relativos aos interesses do segmento evangélico, associados à ideologia escola sem partido, que marcaram a condução das políticas educacionais no período. Buscamos identificar quais aspectos ideológicos e quais políticas, dentre as que foram indicadas como perspectiva de programa de governo fascistizante por parte dos representantes evangélicos no Congresso Nacional (apresentado através do documento Manifesto à Nação, analisado no subcapítulo 4.2), foram de fato a orientação do MEC. Ainda, buscamos apontar a atuação em prol da ideologia escola sem partido também presente na direção de secretarias e demais órgãos deliberativos e consultivos, por sua vez estratégicos dentro do mesmo ministério.

Na terceira e última parte, analisamos a política de militarização das escolas que foi implementada e promovida de forma nacional através do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Buscamos destacar os elementos ideológicos fascizantes contidos no Pecim, assim como a sua adequação à formação via competências socioemocionais, estabelecidas por organismos multilaterais para a educação no país. Ainda, observamos como a

política de militarização das escolas representou, ao longo do governo, uma interface da nova pedagogia da hegemonia evangélica e do projeto bolsonarista de fascistização.

5.1 Os ministérios das igrejas ou as igrejas dos ministérios: o papel dos ministros enquanto intelectuais orgânicos

Muitos tentam nos deixar de lado dizendo que o estado é laico. O estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou para plagiar a minha querida Damarens [Alves, ministra]: Nós somos *terrivelmente cristãos*. E esse espírito deve estar presente em todos os poderes. Por isso, o meu compromisso: poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal. Um deles será *terrivelmente evangélico*. (Trecho de discurso de Jair Bolsonaro durante culto evangélico organizado pela FPE na Câmara dos Deputados, em 10 de julho de 2019, grifo nosso).²⁴⁶

Ao assumir o governo, Jair Bolsonaro cumpriu o pacto estabelecido com o segmento evangélico desde a sua candidatura a presidente da República: nomeou seus representantes para diversos cargos. Compreendemos tais representantes dos interesses políticos e econômicos das maiores igrejas evangélicas do país como intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano, uma vez que identificamos em sua atuação os papéis de formuladores, sistematizadores e difusores da religiosidade evangélica enquanto ideologia implicada em um projeto de hegemonia comum. Para tal feito, em posse dos ministérios, utilizaram uma robusta estrutura de recursos financeiros e de funcionários para a implementação e realização, através de políticas públicas de governo (de acordo com tais interesses privados), de diversificadas estratégias de articulação e alinhamento político, além de propaganda e proselitismo religioso. Ou seja, com a ocupação de tais representantes em cargos no primeiro escalão de boa parte dos ministérios ao longo dos quatro anos de governo bolsonarista, observamos um engrandecimento da ofensiva e do alastramento da nova pedagogia da hegemonia evangélica no país, constituindo e, ao mesmo tempo, sendo constituída pelo franco processo de fascistização desse período, por sua vez

246 Alguns trechos do discurso foram obtidos de forma transcrita através reportagem “Bolsonaro diz que vai indicar ministro ‘terrivelmente evangélico’ para o STF”, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>. Último acesso em 01/07/2023. Após o culto, o então presidente também participou de sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem aos 42 anos da Igreja Universal do Reino de Deus. No evento, repetiu a afirmação sobre a indicação de um ministro “terrivelmente evangélico” ao STF.

impulsionado (e, em grande medida, decorrente) do próprio bolsonarismo.

Desta maneira, apontaremos quais foram os ministros evangélicos deste período e, na próxima seção, nos deteremos naqueles que ocuparam o Ministério da Educação. Para o levantamento dos dados que serão apresentados a seguir, sobre os ministros evangélicos, realizamos um acompanhamento permanente em fontes primárias diversificadas e oficiais – especificamente o Diário Oficial da União (DOU) e os sites específicos de cada ministério – no período do início do governo bolsonarista até abril de 2022. O acompanhamento foi encerrado nesse período pois a composição dos ministérios foi modificada, não por determinação de Jair Bolsonaro, mas pela saída de dez ministros que visavam candidatura nas eleições gerais daquele ano; tendo em vista que a legislação eleitoral exige que autoridades do Executivo deixem o cargo no prazo de até seis meses antes de concorrerem ao pleito. Além dessas fontes, também utilizamos como fontes secundárias artigos de jornalismo investigativo e matérias de notícias de jornais diversos, sempre realizando checagem com cruzamento de dados obtidos em diferentes fontes. A seguir, apresentaremos nossa sistematização e análise acerca das nomeações e das mudanças das nomeações evangélicas no período assinalado.

A pastora da Igreja Batista Lagoinha (ex-pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular e ex-assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica), Damares Alves, foi nomeada para o recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Cabe destacar que Bolsonaro extinguiu o Ministério dos Direitos Humanos, retirou a população LGBTQIAPN+ das diretrizes de direitos humanos, extinguiu a secretaria que tratava especificamente do tema e criou o MMFDH, inserindo, ainda, a instituição social “família” (notadamente, o modelo nuclear de hierarquia cisheteropatriarcal) como interesse prioritário de políticas públicas do Ministério. Optamos por começar nossa apresentação por este ministério pois sua atuação esteve também voltada, diretamente, para a pauta de políticas educacionais, como é o caso da campanha em defesa da Educação Domiciliar.

Segundo o levantamento apresentado pela socióloga da religião, Magali Cunha, esse foi o ministério mais ocupado por religiosos do segmento evangélico em cargos de liderança:

Levantamento feito pelo pesquisador da UFRJ Alexandre Brasil Fonseca (não publicado e cedido ao ISER) mostra que, dos 44 cargos mais importantes do ministério [MMFDH], para além da ministra, diretorias, secretarias temáticas, secretarias adjuntas, coordenação geral de gabinete, assessorias especiais, chefia de gabinete, 15 são ocupados por evangélicos e outros três por pessoas que se identificam genericamente como cristãs, totalizando 18. Entre os 15, dez são lideranças ou membros das igrejas Batista, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Presbiteriana, Graça e Vida e IURD, e cinco são evangélicos de igrejas não

identificadas. Há ainda três diretores que se identificam genericamente como cristãos. Para além desses, atualmente em exercício, outros 11 foram empossados e deixaram o Ministério entre 2019 e junho de 2021. Desses, mais da metade eram pastores (seis). Há ainda nove católicos neste ministério [...]. [...] A pauta de trabalho que une evangélicos e católicos na pasta é extremamente conservadora: uma concepção restritiva de liberdade religiosa, “defesa da família” (movimentos “pró-vida” e antiaborto), posicionamento “anti-ideologia de gênero” (contra direitos LGBTQI+), apoio ao *homeschooling* e ao “escola sem partido”. (CUNHA, 2021b, s/p).

O Ministério da Casa Civil, por sua vez, foi ocupado pelo então deputado federal pelo Rio Grande do Sul, filiado ao partido Democratas (DEM, atual União Brasil, resultado da fusão com o PSL), luterano, Onyx Lorenzoni. Para o Ministério do Turismo foi nomeado o membro da Igreja Maranata (histórica renovada, pentecostalizada), empresário, Marcelo Álvaro Antônio (cujo nome civil é Marcelo Henrique Teixeira Dias), então deputado federal por MG, pelo Partido Republicano Progressista (depois, pelo PSL/MG e, atualmente, filiado ao PL/MG). Para a Advocacia-Geral da União, o ministro nomeado foi o pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, André Luiz Mendonça – que, depois, indicado por Jair Bolsonaro, tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em julho do primeiro ano de governo, o general do Exército, Luiz Eduardo Ramos, membro da Igreja Batista, foi nomeado ministro-chefe da Secretaria de Governo, substituindo Carlos Alberto dos Santos Cruz, general da reserva do Exército.

Posteriormente, observamos algumas alterações que indicaram a permanência e o aumento da força e do poder dos intelectuais orgânicos evangélicos no governo bolsonarista. Damares Alves permaneceu atuante no cargo até as eleições de 2022, quando saiu para concorrer, pelo Distrito Federal, a uma vaga no Senado (para a qual foi eleita) através do partido Republicanos (antigo PRB), reconhecido como o partido da IURD (cujo presidente, desde 2011, é o bispo iurdiano Marcos Antônio Pereira, deputado federal por SP, pelo mesmo partido). Cabe destacar que este foi um dos ministérios mais alinhados com as políticas de governo, tendo cumprido um papel de articulador para o encaminhamento de várias políticas liberais-ultraconservadoras que envolveram os interesses da Frente Parlamentar Evangélica, como, por exemplo, o empenho para a aprovação do Estatuto da Família, do Estatuto do Nascituro e da regulamentação do Homeschooling (Educação Domiciliar).

Em fevereiro de 2020, Onyx Lorenzoni foi deslocado para o recém-criado Ministério da Cidadania (fusão, realizada pelo governo, do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério do Esporte e do Ministério da Cultura), substituindo Osmar Terra (então deputado federal pelo MDB/RS), que foi afastado pelo governo – no período, Terra passou a ser investigado por improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) e

o Ministério da Cidadania passava por grande desgaste político devido à denúncias, via grande mídia, de má administração do Programa Bolsa Família e de contratação de empresa suspeita de “laranja” para desvio de R\$ 50 milhões dos cofres públicos. Depois, em fevereiro de 2021, Lorenzoni assumiu o cargo de ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, onde permaneceu até junho do mesmo ano, quando então tornou-se chefe do Ministério do Trabalho e Previdência. Nessa última mudança, quem foi designado para substituí-lo como ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência foi o general do Exército, Luiz Eduardo Ramos – que, como vimos, ocupava o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Governo e, depois, de ministro da Casa Civil (entre março e junho de 2021) – que permaneceu na chefia do ministério até o final do governo.

Já André Luiz Mendonça saiu da Advocacia-Geral da União (AGU), em abril de 2020, e foi para o Ministério da Justiça e Segurança Pública na ocasião do pedido de exoneração feito pelo então ministro, ex-juiz federal, Sérgio Moro. Na AGU, foi substituído por José Levi Mello do Amaral Junior, professor de direito constitucional da USP e procurador da Fazenda Nacional, que pediu exoneração um ano depois. Nesta ocasião, André Mendonça retornou à AGU, onde ficou por quatro meses até ser nomeado para o STF.

Por último, dentre as mudanças referentes aos ministros evangélicos citados, Marcelo Álvaro Antônio foi exonerado do Ministério do Turismo em dezembro de 2020, após desgaste político com o ministro da Secretaria de Governo (na época, Luiz Eduardo Ramos) – cabe destacar que ele foi mantido como ministro, até este momento, mesmo após ser indiciado pela Polícia Federal, em outubro de 2019, por crime eleitoral devido a desvio de verba eleitoral através de “candidaturas-laranja” em MG e associação criminosa (na época, era filiado e recém deputado pelo PSL/MG). Ele foi substituído por Gilson Machado Guimarães Neto, empresário, presidente da Agência Brasileira de Turismo (Embratur, nos anos 2019, 2020 e 2022), na época filiado ao PSC, também evangélico, apoiador de Bolsonaro desde o período de sua candidatura e reconhecido por difundir negacionismo científico no período de isolamento social devido à pandemia de covid-19.²⁴⁷

247 Além da página da Câmara dos Deputados, informações sobre Marcelo Álvaro Antônio e Gilson Machado também foram obtidas nas reportagens “Ministro do Turismo é denunciado pelo Ministério Público de MG por candidaturas-laranja do PSL” e “Bolsonaro exonera Marcelo Álvaro Antônio do Ministério do Turismo e nomeia Gilson Machado”, disponíveis, respectivamente, em <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/04/ministro-do-turismo-e-denunciado-pelo-ministerio-publico-de-mg-por-candidaturas-laranja-do-psl-1.ghhtml> e <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/10/gilson-machado-e-nomeado-ministro-do-turismo.ghhtml>. Acessos em: 10/06/2023.

Além dos ministros supracitados, dois outros representantes evangélicos foram indicados nesse mesmo período de mudanças. Em junho de 2020, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foi desmembrado, gerando a recriação do Ministério das Comunicações. Quem ocupou o cargo de chefia foi o deputado federal pelo PSD/RN, empresário, membro da Igreja Batista da Lagoinha, Fábio Mesquita de Faria (atualmente, no seu quarto mandato, filiado ao PP). Ele é filho do deputado federal pelo PL/RN e ex-governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria. Em janeiro de 2022, Fábio Faria ganhou destaque na grande mídia ao participar como palestrante de um evento evangélico conservador na Flórida (Estados Unidos), “Governe Conference”, que tratou sobre estratégias dos evangélicos conservadores nas disputas políticas em escala internacional. O evento foi organizado pelo ultraconservador André Valadão, empresário dono da marca “Fé”, músico gospel, pastor e atual presidente da Igreja Batista da Lagoinha (filho do fundador da igreja, pastor Márcio Valadão); e realizado na sede internacional da mesma igreja, na cidade de Orlando.²⁴⁸ A repercussão midiática decorreu da palestra na qual Faria difundiu ideias conspiracionistas de “ameaça comunista” ao lado do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, na ocasião foragido nos Estados Unidos após prisão preventiva decretada pelo STF em 2021.²⁴⁹

Por fim, outro evangélico, o pastor da Igreja Presbiteriana Jardim de Oração (Santos, SP), Milton Ribeiro, foi nomeado para o Ministério da Educação. Cabe destacar que os ministros que o antecederam, Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub, já seguiam as orientações da Frente Parlamentar Evangélica para as políticas do MEC – o segundo, inclusive, participou como “convidado especial” ao lado de Damares Alves em eventos promovidos pela FPE (tais como as diversas edições da Conferência para Agentes Públicos e Políticos Cristãos da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, promovidas em diversos estados, conforme apontaremos no próximo subcapítulo sobre a FPE).

248 Informações sobre o evento “Governe Conference” obtidas em reportagem do Jornal O Globo, disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/fabio-faria-participa-de-evento-com-blogueiro-foragido-nos-eua-25347225>. Acesso em: 30/06/2023.

249 A prisão preventiva foi realizada a partir do Inquérito das Fake News, onde foi apurada a existência de um tipo de milícia digital na qual Allan dos Santos foi identificado como um dos líderes. Santos é empresário e, em 2014, criou a empresa de disseminação de informações falsas, o “Terça Livre” (de perfil olavista e associado ao Mídia Sem Máscara, criado por Olavo de Carvalho), que foi bloqueada das redes sociais (onde era recordista em inscritos e visualizações do público) após o inquérito do STF em 2021. No mesmo período, a empresa foi recriada e relançada, com sede na Flórida, com o nome “Artigo 220 Corp”. Santos é aliado íntimo da família Bolsonaro e também é investigado em outro inquérito do STF, referente ao financiamento de atos antidemocráticos. Informações sobre Allan dos Santos foram obtidas no site do próprio empresário, disponível em <https://allansantos.digital/>, e em reportagem publicada pela Agência Pública (SCOFIELD, TEIXEIRA e GROSSER, 2023). Acessos em: 08/08/2023.

Dessa maneira, identificamos que, dos 23 ministérios do governo bolsonarista²⁵⁰, 10 foram liderados por representantes evangélicos (por um período determinado ou durante todo o governo). Em outras palavras, esses dados indicam que 43,5% do primeiro escalão do Executivo foi constituído (por um período ou permanentemente) por intelectuais orgânicos evangélicos. Estes, uma vez aliados ao líder fascista, formaram uma corrente de dirigentes das políticas desse governo fascistizante a partir de suas ideologias religiosas reacionárias, ultraconservadoras e fundamentalistas. Foram, neste sentido, intelectuais-chave para o adensamento e robustecimento do processo de fascistização.

E como compreendemos essa representação em relação ao poder de direção de governo de determinadas igrejas ou de determinadas variações evangélicas, considerando a correlação das forças em disputa? Ao analisarmos a composição dos ministérios de acordo com o levantamento apresentado, não restam dúvidas de que a composição dos representantes evangélicos é advinda do campo das igrejas históricas (Luterana, Presbiteriana e Batista) e das históricas renovadas (igrejas oriundas do processo de desagregação e pentecostalização do protestantismo histórico dos anos 1950 e 1960, conforme observamos no capítulo II, tal como a Maranata, Lagoinha, e a Presbiteriana Jardim de Oração). Uma razão de não identificarmos representantes advindos do pentecostalismo (e do neopentecostalismo) foi indicada pela socióloga da religião, Magali Cunha, em uma análise que fez acerca da composição ideológica dos ministérios no período do governo, considerando relação entre o poder Executivo e o Legislativo:

A estratégia de Bolsonaro de incluir boa parte da diversidade evangélica nesses cargos [dos ministérios] foi bem traçada, revelando sua habilidade no trato com o segmento religioso. Não é por acaso que não há um pentecostal sequer entre os ministros de Estado, já que já têm presença garantida no poder Legislativo. Para a composição ideológica do Executivo, o governo articulou aliança com o segmento evangélico histórico, batista, presbiteriano e luterano. Este grupo, historicamente, exerce influência na vida nacional, é proprietário de escolas e universidades, e tradicionalmente promove projetos de ação social, tendo ocupado, no passado recente, por exemplo, posições no Conselho Nacional de Educação e em instâncias jurídicas. [...] Tratava-se, no entanto, de uma influência parcial, restrita a uma parte pequena da população brasileira e que nunca havia alcançado o poder sonhado. Com Jair Bolsonaro na presidência da República, essa parcialidade foi superada e seu domínio amplamente estendido para a esfera institucional. (CUNHA, 2021a, s/p).

Em relação à presença garantida dos pentecostais no Legislativo, isso é notório quando

250 O governo teve início com 22 ministérios. Depois, perdeu o Banco Central (que se tornou autônomo) e criou outros dois (das Comunicações e de Trabalho e Previdência), totalizando 23.

observamos o quantitativo de deputados federais e senadores e, mais ainda, na direção ideológica da Frente Parlamentar Evangélica, onde a predominância é da Assembleia de Deus (considerando suas ramificações) – trataremos este ponto no capítulo VI. Neste sentido, concordamos com a análise de Cunha sobre a habilidade de Jair Bolsonaro na negociação com o segmento evangélico. Ainda, compreendemos que essa aptidão no trato com o segmento evangélico também se deve à capacidade do próprio segmento de criar diferentes estratégias de penetração na ossatura do Estado (em sentido restrito) e ao seu receituário ideológico “renovado”. Em outras palavras, tal como observamos no capítulo II, nessa variante evangélica os elementos ideológicos históricos que já penetraram o senso comum (e são, por isso, mais palatáveis) são colocados na aparência dessas igrejas, porém, por essência, elas pregam o poder de cura divina através da manifestação dos dons do espírito santo, apresentando um receituário ideológico e estratégico neopentecostalizado. No âmbito das estratégias, a ocupação de cargos na ossatura do Estado para a realização do projeto de hegemonia é um traço característico do processo de pentecostalização e foi absorvido e sofisticado pelas históricas renovadas.

Resgatamos esta compreensão, pois, em nosso levantamento, identificamos que metade desses representantes na direção dos ministérios eram oriundos de igrejas históricas desse tipo “renovado”, o que faz com que os elementos ideológicos que advêm do pentecostalismo e do neopentecostalismo (além dos estratégicos), especialmente a Teologia do Domínio e a Teologia da Prosperidade, estivessem presentes na composição ideológica dos seus respectivos ministérios e, conseqüentemente, nas políticas de governo. Ou seja, compreendemos que, ainda que as igrejas pentecostais e neopentecostais não estivessem representadas diretamente na composição dos ministérios (enquanto organizações ou denominações religiosas específicas), estava presente o projeto de hegemonia evangélico no qual elas se coligam às demais evangélicas de tipo “renovado”: um projeto de hegemonia reacionário, ultraconservador, fundamentalista e com elementos de fascistização. A partir dessa perspectiva, na próxima seção apresentamos um levantamento e apontamentos específicos sobre os representantes da nova pedagogia da hegemonia evangélica que atuaram no Ministério da Educação (MEC).

5.2 Os ministros da Educação a serviço da nova pedagogia da hegemonia evangélica

Nosso foco, no levantamento e na análise realizada, apresentada a seguir, esteve voltado

para a observação dos conflitos de interesses envolvendo as disputas pelo comando e pelas políticas do Ministério da Educação em dois âmbitos: em sentido mais estreito, no interior do bolsonarismo (envolvendo o grupo de militares e o grupo de olavistas e evangélicos) e, no sentido mais amplo, entre a frente liberal-ultraconservadora (organizada em torno da ideologia escola sem partido) e a frente social-liberal (organizada pelo movimento/partido empresarial Todos Pela Educação).

No levantamento de informações sobre os cinco ministros que ocuparam a direção do ministério, com o objetivo de auxiliar nossa compreensão sobre os interesses contidos na atuação de cada um desses intelectuais orgânicos no âmbito do Estado ampliado (tanto na dimensão da sociedade civil quanto da sociedade política, de forma articulada e indissociável), consideramos fundamentais as seguintes informações: a religião e a igreja ao qual é associado, a formação acadêmica, a fração de classe dominante ao qual é vinculado, os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil aos quais é associado e as funções ocupadas anteriormente no âmbito da sociedade política. Os dados obtidos no levantamento podem ser observados na tabela a seguir:

QUADRO 2 – MINISTROS DA EDUCAÇÃO (2019-2022)

Ministros da Educação (2019-2022)						
Nome	Religião / Igreja	Formação	Fração	Sociedade Civil	Ocupações anteriores na sociedade política	Observações
Ricardo Velez Rodrigues 01/01/2019 - 08/04/2019	“Cristão” (apresenta-se dessa forma em seu site pessoal, sem determinar religião ou igreja).	Doutorado em Filosofia (Univ. Gama Filho, RJ); Mestrado em Filosofia (PUC-Rio, RJ); Graduação em Teologia (Seminário Conciliar de Bogotá, Colômbia); Licenciatura em Filosofia (Pontifícia Universidade Javeriana, Bogotá, Colômbia).	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (membro do Conselho Técnico).	Instituto Liberal (membro); Academia Brasileira de Filosofia (membro); Faculdade Arthur Thomas (Londrina, PR) (professor); Academia de Letras de Londrina (PR) (membro); Clube da Aeronáutica do Rio de	Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) (professor emérito e ex-membro do conselho da Biblioteca do Exército; Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (Organização Militar, Rio de Janeiro) (ex-professor).	Teve formação inicial na Teologia da Libertação e integrou grupos de esquerda católicos de inspiração trotskista (anos 1960 e início dos anos 1970), até o ingresso na PUC-Rio, onde tornou-se liberal-

				Janeiro (ex-professor).		conservado r.
Abrahan Bragança de Vasconcellos Weintraub 09/04/2019 - 16/06/2020	_____	Mestrado em Administração (FGV, RJ); Graduação em Ciências Econômicas (USP).	Banco Mundial (diretor executivo do 15º Distrito do Conselho Administrativo, 2020-2022); - Banco Votorantim (ex-economista-chefe e ex-diretor; Votorantim Corretora (Brasil) e Votorantim Securities (EUA e Inglaterra) (ex-diretor executivo); BM&F Bovespa (ex-membro do Comitê de Negociação); Quest Investimentos (ex-sócio).	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (ex-professor).	Secretário-executivo do Ministério da Casa Civil (2019).	Filiações partidárias: PMB (2022-atual).
Carlos Alberto Decotelli da Silva Nomeado em 25/06/2020, mas não tomou posse. O cargo ficou oficialmente vago de 20/06/2020 a 15/07/2020.	Evangélico (presbiteriano).	Mestrado em Administração (FGV/EBAP E, RJ); Bacharelado em Ciências Econômicas (UERJ).	_____	FGV (ex-colaborador).	Marinha do Brasil (Reserva de 2ª Classe); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE (presidente em 2019); Escola de Guerra Naval, EGN (ex-professor do Centro de Jogos de Guerra).	_____
Milton Ribeiro 16/07/2020 -	Evangélico/Igreja Presbiteriana Jardim da Oração de Santos	Doutorado em Educação (USP); Mestrado em Direito Constitucional	_____	Igreja Presbiteriana Jardim da Oração de Santos (pastor);	Militar da reserva do Exército Brasileiro (2º tenente da Infantaria);	_____

28/03/2022		al (Univ. Presbiteriana Mackenzie; Graduação em Teologia (Seminário Presbiteriano do Sul); Graduação em Direito (Instituto Toledo de Ensino).		Univ. Presbiteriana Mackenzie (ex-vice-reitor;	Membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (2019).	
Victor Godoy Veiga 29/03/2022 - 31/12/2022	_____	Pós-Graduação em Altos Estudos em Defesa Nacional (Escola Superior de Guerra - ESG); Graduação em Engenharia (UnB).	_____	Working Group on Bribery (WGB, OCDE, como membro da delegação brasileira; 2018-2020).	Secretário-executivo do MEC (2020-2022); Auditor Federal de Finanças e Controle da CGU (servidor de carreira).	_____

Elaboração própria. Fonte: (em nota)²⁵¹.

O primeiro ministro, Ricardo Vélez Rodrigues, colombiano e nacionalizado brasileiro em 1997, de extrema direita, olavista, representante dos interesses da frente de direita liberal-ultraconservadora, foi nomeado em meio às disputas decorrentes da indicação inicial do nome de Mozart Neves Ramos, representante dos interesses da frente de direita social-liberal. Na época, Mozart Neves era diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna (IAS), ex-presidente executivo do Todos Pela Educação (TPE), ex-secretário de educação de Pernambuco, professor e ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ex-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), ex-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e ex-membro do Conselho Nacional de Educação (órgão colegiado que integra o MEC). Neste sentido, dada a representatividade contida no primeiro nome, para compreendermos o peso do

251 As informações contidas no quadro foram obtidas a partir das seguintes fontes primárias: currículos dos ex-ministros disponibilizados pelo MEC (exceto o caso de Decotelli); sites e redes sociais pessoais (informações autodeclaradas); e artigos de jornalismo investigativo. Somente foram inseridas no quadro as informações obtidas por mais de um meio e que não apresentaram contradição após o processo de cruzamento dos dados obtidos nas diferentes fontes. O levantamento desses dados ocorreu no período de maio de 2019 a abril de 2023. Quando não foi possível identificar as informações, o espaço referente foi preenchido por um traço.

nome de Vélez Rodríguez e o seu papel dentro das estratégias de governo, é necessário apontarmos o teor das disputas envolvendo ambos.

Em novembro de 2018, Jair Bolsonaro, já eleito, realizou um convite a Neves para ser ministro da Educação. Segundo reportagem do Jornal Estadão, durante e depois das eleições, Neves esteve ao lado da presidenta do IAS (a empresária Viviane Senna, também fundadora e presidente do comitê técnico do TPE) em todas as reuniões realizadas entre o IAS e Bolsonaro e sua equipe.²⁵²

Após a veiculação midiática do nome de Neves, o segmento evangélico, representado especialmente pela FPE, reagiu, rejeitando a indicação. As duas principais questões colocadas nos argumentos foram à contrariedade de Neves ao que chamam de “projeto Escola Sem Partido” e ao que chamam de “ideologia de gênero”. Trazemos dois exemplos da reação do segmento evangélico, através de representantes parlamentares. Em entrevista concedida à mesma reportagem do Estadão, o então deputado federal Ronaldo Nogueira (PTB/RS, ex-ministro do Trabalho do governo do ex-presidente Michel Temer), pastor da Assembleia de Deus, declarou que não haveria afinidade ideológica entre os interesses da “bancada evangélica” e Neves, uma vez que os temas cruciais para a bancada eram “o Escola Sem Partido e a ideologia de gênero”: “Pelo que é sabido, ele tem um posicionamento ideológico totalmente diferente dos conceitos e princípios da bancada evangélica” (RONALDO NOGUEIRA, 2018). A outra reação que destacamos foi a do então deputado federal Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ), também membro da igreja Assembleia de Deus, que depois tornou-se presidente da FPE em 2022. Ele declarou que os parlamentares evangélicos levaram a Bolsonaro o veto ao nome de Mozart por avaliarem que ele seria um representante da “esquerda”.²⁵³

Outro intelectual orgânico que entrou em cena para pressionar pela retirada do nome de Neves foi Olavo de Carvalho. Em uma de suas redes sociais (Facebook), por exemplo, declarou: “Mozart [Neves] Ramos cotado para o MEC é palhaçada! Ele vai manter a estrutura da educação no mesmo rumo. Mozart é favorável à ideologia de gênero [...]” (OLAVO DE CARVALHO, 2018). Após a rejeição do segmento evangélico ser explorada pelos jornais de maior circulação da grande mídia – o que consideramos ter indiretamente aumentado a

252 Informações obtidas na reportagem “Mozart Neves será o ministro de educação de Bolsonaro”, disponível em <https://www.estadao.com.br/educacao/blog-renata-cafardo/mozart-neves-sera-o-ministro-de-educacao-de-bolsonaro/>, último acesso em 20/07/2023.

253 Declaração de Sóstenes Cavalcante obtida em reportagem do Jornal El País, “Bancada evangélica testa poder de veto na montagem do Governo Bolsonaro”, publicada em 22 de novembro de 2018, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542918336_841889.html; último acesso em 08/08/2023.

visibilidade da reivindicação e, conseqüentemente, aumentado a pressão exercida pelo segmento – Bolsonaro declarou que o convite não ocorreria e, contrariando a fala de Neves, que sustentou que o convite foi realizado, disse que aquilo se trataria de uma *fake news* (notícia falsa).²⁵⁴

Nesse contexto, Bolsonaro indicou Ricardo Vélez Rodríguez, que não era o nome indicado pelo segmento evangélico – que tentou emplacar, sem êxito, o nome do procurador regional do Distrito Federal, Guilherme Schelb.²⁵⁵ O nome de Rodríguez surgiu a partir da indicação do próprio Olavo de Carvalho, a quem o então indicado se reportava como “professor” e “amigo” (RODRÍGUEZ, 2018). Compreendemos que a opção por esse terceiro nome, que não era propriamente evangélico, mas liberal-ultraconservador, olavista e implicado na aliança a tal segmento, foi uma tentativa de aplacar a insatisfação desses intelectuais orgânicos e a repercussão midiática em torno do caso. Ao mesmo tempo, engenhosamente, não trouxe os holofotes da grande mídia para o que seria a indicação de uma liderança propriamente evangélica para o MEC (o que somente veio a ocorrer, depois, com a indicação do pastor Milton Ribeiro).

Além da disputa política envolvendo a primeira nomeação para o Ministério, também ressaltamos esse episódio tendo em vista a forma de agir do então presidente. Observamos que essa maneira de tomar decisões de governo foi um dos elementos constitutivos do *modus operandi* de Jair Bolsonaro: a) divulgava-se o que seria uma intenção de realizar determinada medida ou política pública; b) antes de tal realização, avaliava-se qual foi a reação de sua base eleitoral e de seus aliados políticos (de aprovação ou rejeição) e da repercussão midiática à divulgação da intenção; c) considerando o uso político da reação e da repercussão, realizava-se ou não tal medida ou política pública. Essa forma de utilizar a reação da base eleitoral e de aliados políticos (assim como a repercussão midiática) como termômetro para avaliar a decisão

254 Depoimento de Mozart Neves obtido através de entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, reproduzida e disponível em: <https://exame.com/brasil/mozart-neves-fui-convidado-para-o-mec-bolsonaro-disse-que-foi-fake-news/>. Último acesso em 20/07/2023.

255 Informação sobre a indicação de Guilherme Schelb pelo segmento evangélico foi obtida na reportagem do Jornal El País, “‘Anti-marxista’ indicado por Olavo de Carvalho será ministro da Educação”, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542910509_576428.html. Acesso em 11/08/2023. Schelb é um intelectual orgânico da ideologia escola sem partido e, desde 2004, é dono (e fundador) da empresa GS Centro de Educação e Prevenção da Violência Infantojuvenil Ltda, que realiza formação de educadores (evangelizadores) através de um programa intitulado “Cristãos pela Infância”. Até 2016, foi também membro da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE). Informações sobre o procurador levantadas por nós no site da própria empresa de Schelb e em “Nota de Imprensa” publicada no site da ANAJURE, respectivamente disponíveis em <https://infanciaefamilia.com.br/projeto-cristaos-pela-infancia/> e <https://anajure.org.br/nota-de-imprensa-anajure-informa-que-guilherme-schelb-nao-faz-parte-da-entidade-e-nao-foi-indicado-ao-ministerio-da-educacao/>. Acessos em: 11/08/2023.

politicamente mais vantajosa, também foi observada na ocasião da indicação do sucessor do ministro Abraham Weintraub, conforme apresentaremos adiante.

Desse modo, em meio ao contexto de disputas apresentado, o olavista Ricardo Vélez Rodríguez foi empossado. Ele atuou de forma obstinada como intelectual orgânico na proposição e na realização de políticas educacionais ancoradas no caracterizamos como ideologia escola sem partido. Destacamos que antes de ser ministro, em 2017, em seu blog pessoal, na véspera de 7 de setembro (feriado nacional do “Dia da Independência”), Rodríguez publicou um texto de sua autoria (RODRÍGUEZ, 2017)²⁵⁶, no qual atribuiu o sentido de independência do país (vinculado ao sentido liberal de liberdade individual) ao que seriam os projetos “República sem bambu”²⁵⁷ e “Escola sem Partido”. Em relação ao segundo, o texto foi um prenúncio do que seriam os objetivos de sua atuação no MEC:

Escola sem partido. Esta é uma providência fundamental. O mundo de hoje está submetido, todos sabemos, à tentação totalitária, decorrente de o Estado ocupar todos os espaços, o que tornaria praticamente impossível o exercício da liberdade por parte dos indivíduos. É o velho princípio escolástico da "subsidiariedade", que devemos defender hoje. Ao Estado compete prover aquilo que não pode ser garantido, no convívio social, pelos corpos intermediários. Ora, no contexto destes situa-se a educação familiar. Ela não pode ser substituída pelo Estado. O Pátrio Poder precisa ser preservado. Todos os totalitarismos do século XX partiram para negar esse sagrado poder de a família educar os seus filhos. É a tentação do “politicamente correto” que se esconde hoje, por exemplo, nas propostas da “educação de gênero” (sic) veiculadas pelos gramscianos e outros grupos de inimigos totalitários da liberdade. No nosso país essa mefistofélica proposta está ameaçando as famílias. É uma das desgraças herdadas do lulopetismo, hoje replicada pela esquerda metida a sabichona. Essa proposta conta, aliás, com fortes aliados pelo mundo afora, inclusive dentro da Organização das Nações Unidas, onde a esquerda internacional tem os seus tentáculos. A ideologia de gênero (sic) é uma aberração que se destila desde algumas minorias intelectuais como por exemplo as que na Noruega defendem essa radical visão. Contra o globalismo politicamente correto que adotou a maluca proposta da “educação de gênero” (sic) devemos nos erguer com persistência. Essa maluquice, esse crime contra as nossas famílias, não pode prosperar no Brasil. (RODRÍGUEZ, 2017 s/p, grifo nosso).

Observamos, neste trecho, a explicitação da defesa de uma concepção de Estado liberal e de projeto para a educação do país. Aqui, uma concepção de Estado sem a especificação de

256 Destacamos que o texto também foi publicado, dois dias depois, pelo site do aparelho privado de hegemonia, bolsonarista, Instituto Castelo Branco. Disponível em <https://institutomontecastelo.wordpress.com/2017/09/07/independencia-escola-sem-partido-republica-sem-bambu/>, último acesso em 30/07/2023.

257 Termo cunhado por Rodríguez para caracterizar o que seriam os conflitos de interesses entre os poderes Judiciário e Legislativo, onde, segundo ele, o primeiro estaria “contra as instituições republicanas”. Ele se referiu especialmente à atuação do então Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, por supostamente ser “o pior inimigo da Operação Lava Jato”.

qual vertente do liberalismo, mas que compreendemos estar localizada dentro das ideias desenvolvidas pelo liberal francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), pela Escola Austríaca de Economia e associada a ideias de intelectuais orgânicos do ultraconservadorismo brasileiro, tal como Olavo de Carvalho, nos quais Rodríguez expressou – em outros textos encontrados no mesmo blog pessoal e em trabalhos produzidos em sua trajetória acadêmica – sua plena vinculação ideológica.²⁵⁸

Em relação ao projeto de educação, destacamos deste trecho a presença e a exacerbação de elementos ideológicos associados à estratégia de geração de pânico moral e de medo, correspondente ao que observamos nos processos fascistizantes, tais como: o anticomunismo (no ativo reforço da ideia de “inimigos”, que inclui uma determinada ideia de “esquerda”, de “gramscianos” e de “lulopetismo”); a defesa da existência de uma suposta “ideologia de gênero” e de uma “educação de gênero” que ameaçaria “as famílias”; a ideia de sacralização do “pátrio poder”, essencialmente correspondente à defesa de um modelo de família nuclear cisheteropatriarcal e monogâmica, igualmente sacralizada; e a primazia da “educação familiar” em detrimento da educação escolar pública e laica.

Em 2018, depois de receber o convite de Jair Bolsonaro para ser ministro da Educação, ainda antes da posse, Rodríguez sistematizou em texto – “Um roteiro para o MEC” – a sua compreensão sobre o que seria a “tarefa essencial” do Ministério:

[...] recolocar o sistema de ensino básico e fundamental a serviço das pessoas e não como opção burocrática sobranceira aos interesses dos cidadãos, para perpetuar uma *casta* que se enquistou no poder e que pretendia fazer, das Instituições Republicanas, instrumentos para a sua hegemonia política. Ora, essa tarefa de refundação passa por um passo muito simples: enquadrar o MEC no contexto da valorização da educação para a vida e a cidadania a partir dos municípios, que é onde os cidadãos realmente vivem. Acontece que a proliferação de leis e regulamentos sufocou, nas últimas décadas, a vida cidadã, tornando os brasileiros reféns de um sistema de ensino alheio às suas vidas e afinado com a tentativa de impor, à sociedade, *uma doutrinação de índole cientificista e enquistada na ideologia marxista, travestida de "revolução cultural gramsciana", com toda a coorte de invenções deletérias em matéria pedagógica como a educação de gênero (sic), a dialética do "nós contra eles" e uma reescrita da história em função dos interesses dos denominados "intelectuais orgânicos"*, destinada a desmontar os valores tradicionais da nossa sociedade, no que

258 Dentre os textos em seu blog pessoal que expressam o seu comprometimento com tal receituário ideológico, destacamos “O meu encontro com o pensamento brasileiro”, publicado em 06 de junho de 2019, no qual Rodríguez relata, inclusive, sua participação orgânica no Instituto Liberal (desde sua fundação, em 1983, até a publicação do texto). Disponível em <https://pensadordelamancha.blogspot.com/2019/06/o-meu-encontro-com-o-pensamento.html>. Acesso em: 30/07/2023. Para a nossa identificação de sua vinculação ideológica a partir de sua produção acadêmica, acessamos resumos (de apresentação pessoal e de projetos de pesquisa) e títulos de trabalhos disponíveis em seu Currículo Lattes, cadastrado na Plataforma Lattes, administrada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), disponível em <http://lattes.cnpq.br/1381097733139496>. Acesso em: 30/07/2023.

tange à *preservação da vida*, da *família*, da *religião*, da cidadania, em soma, do patriotismo. (RODRÍGUEZ, 2018, s/p, grifo nossos).

Neste texto, aos elementos ideológicos destacados anteriormente, vinculados à criação de pânico moral e de medo, típica estratégia fascistizante, são acrescidos: o anticientificismo, o antimarxismo, a ideia de defesa e de preservação de uma religião (sem especificá-la) e o patriotismo. Além desses elementos, também destacamos que em relação ao projeto de educação para o país defendido por Rodríguez, em outro texto publicado em 2019 (quando não era mais ministro), identificamos o registro de sua defesa da “superioridade” das escolas militares (escolas de formação de militares, tal como a Escola de Comando e Estado Maior do Exército, na qual ele leciona) em relação às Universidades públicas. Utilizou argumentos de defesa de princípios do neoliberalismo e do controle e da censura sobre o trabalho docente, apontando que as primeiras seriam “superiores” na “qualidade do ensino” pelo fato da “meritocracia”, que seria “escrupulosamente respeitada nesses Centros”, e pela “força das avaliações regulares a que são submetidos os docentes”, prática que ele defende que deveria ser implementada nas Universidades públicas.²⁵⁹

Foi a partir desse receituário da ideologia escola sem partido e, de forma mais ampla, do bolsonarismo, que Rodríguez liderou o MEC nos primeiros cem dias do novo governo. Nesse período, o foco de sua atuação enquanto intelectual orgânico à frente do Ministério foi na tentativa de amortecer de uma ampla crise política interna que girou torno de disputas entre o grupo de militares e o grupo de olavistas e evangélicos que ocupavam cargos do alto escalão do Ministério – os dois grupos compõem o governo bolsonarista, tal como vimos no capítulo IV. O primeiro, que na ocasião ocupava especialmente cargos nas Secretarias, defendia que a prioridade das políticas educacionais deveria ser a educação à distância, a criação de colégios militares em capitais e a militarização de escolas. O segundo, que na ocasião ocupava cargos de comando em órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), defendia que a prioridade deveria ser a retirada de supostos representantes “comunistas” do Ministério (incluindo restrições à atuação do Conselho Nacional de Educação), visando à implementação de projetos do tipo escola sem partido, incluindo a reforma ideológica de questões do Exame

259 Informações obtidas no texto, de autoria de Rodríguez, intitulado “O meu encontro com o pensamento brasileiro”, publicado em seu blog pessoal, em 06 de junho de 2019. Disponível em <https://pensadordelamancha.blogspot.com/2019/06/o-meu-encontro-com-o-pensamento.html>. Acesso em: 30/07/2023.

Nacional do Ensino Médio (Enem).

Na tentativa de administrar a crise, pelo menos 14 trocas de cargos foram realizadas pelo ministro (em órgãos e secretarias, incluindo duas trocas oficiais na Secretaria Executiva, dentre quatro nomes anunciados para o mesmo cargo em apenas três meses). Em meio a tais conflitos de interesses, as estratégias de Rodríguez não foram suficientes para articular uma resolução que atenuasse a crise interna. Consideramos que, dentre outros motivos, isso levou à sua exoneração do MEC.

Os outros motivos estão relacionados às declarações públicas que repercutiram negativamente a nível nacional e às medidas do Ministério que também contribuíram para a instabilidade política. Dentre as declarações que ganharam ampla repercussão, destacamos: i) o discurso, em entrevista ao jornal Valor Econômico (RODRÍGUEZ, 2019a), de que o ministério deveria orientar para modificação da abordagem sobre a ditadura militar e o golpe de 1964 nos livros didáticos (o que configuraria uma revisão dos livros didáticos nas bases do negacionismo histórico com a retirada das noções de “golpe” e de “ditadura” dos materiais didáticos sobre esse período); ii) o discurso, em entrevista à Revista Veja (RODRÍGUEZ, 2019b), de que o brasileiro seria um “canibal” quando viaja ao exterior: “(...) Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola” (Ibid.); iii) a declaração, na mesma entrevista, de que pretendia implementar o retorno da disciplina moral e cívica (marca da ditadura civil-militar brasileira) nas escolas públicas (Ibid.); e iv) a fala, na mesma entrevista, de que o sistema de cotas para acesso às Universidades públicas deveria acabar, que deveriam ser instituídas mensalidades nas Universidades e que estas não seriam instituições “para todos” (Ibid.).

Dentre as medidas do Ministério, que contribuíram para a instabilidade política, destacamos: i) a publicação (e posterior anulação) de edital para compra de livros escolares que retirava (em comparação a editais anteriores) a exigência de que as obras deveriam garantir a representação de diversidade étnico-racial e perspectivas de combate à violência contra a mulher, além de possibilitar a compra de livros que apresentassem erros e propagandas comerciais; ii) as controvérsias em relação à avaliação em larga escala da alfabetização, uma vez que a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) foi anulada e a atribuição foi transferida para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) sem que fosse publicada uma nova regulamentação, deixando a avaliação nacional da alfabetização sem qualquer diretriz ou

resolução; e iii) a solicitação às escolas para que filmassem alunos cantando o Hino Nacional e enviassem os vídeos ao MEC (uma prática que, uma vez instituída, feriria a autonomia das instituições escolares e o veto de divulgação de imagem de crianças e adolescentes sem a autorização dos responsáveis legais, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente), através de uma carta que continha no texto o então slogan do governo federal “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”.²⁶⁰

Assim, o presidente Jair Bolsonaro nomeou um novo ministro da Educação: o economista e investidor do mercado financeiro, olavista, Abraham Weintraub – que anteriormente ocupava o cargo de secretário-executivo do Ministério da Casa Civil, indicado pelo evangélico, luterano, Onyx Lorenzoni, desde a composição da equipe de transição de governo.²⁶¹ Ele teve o nome publicado no DOU em 09 de abril de 2019 e permaneceu no cargo até 19 de junho de 2020, quando o MEC passou por outra crise interna e externa diante dos desdobramentos da condução negacionista das políticas de governo referentes à pandemia da covid-19.

Na condução do Ministério feita por Weintraub, antes da pandemia, observamos a implementação de políticas educacionais de maneira mais coesa e conciliadora com os interesses da base bolsonarista, o que resultou no amortecimento dos conflitos anteriores que envolviam o grupo de militares e o grupo de olavistas e evangélicos. Consideramos que, do ponto de vista tático, duas ações de governo foram particularmente cruciais para forjar essa unidade.

A primeira ação foi a participação na articulação com vista à regulamentação da política de Educação Domiciliar (ED), também conhecida como *homeschooling*. O MEC participou, inicialmente, através do PL nº 2401/19, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, com o texto da “exposição de motivos” assinada pela ministra Damares Alves, do MMFDH e pelo próprio

260 Informações sobre o edital publicado e anulado, referente à compra de livros didáticos, foram obtidas em reportagem do Portal G1, “Ministro anula mudança em edital que permitiria livros escolares com erros e propagandas”, publicada em 09 de janeiro de 2019, disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/01/09/ministro-anula-alteracao-em-edital-que-retirava-exigencia-de-livro-escolar-sem-erro-de-revisao.ghtml>; último acesso em 10/08/2023. As demais informações (referentes à ANA e à carta às escolas) foram obtidas em reportagem do Portal G1, “Entenda a crise do Ministério da Educação em 4 pontos”, publicada em 29 de março de 2019, disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/03/29/entenda-a-crise-no-ministerio-da-educacao-em-4-pontos.ghtml>; último acesso em 10/08/2023.

261 Informação sobre a indicação feita por Onyx Lorenzoni obtida em reportagem do Portal G1, “Bolsonaro demite Vêlez e nomeia Abraham Weintraub como ministro da Educação”, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/08/planalto-anuncia-demissao-de-ricardo-velez-rodriguez-do-ministerio-da-educacao.ghtml>; último acesso em 10/08/2023.

Weintraub.²⁶² Ou seja, diante da necessidade de modificar diversos dispositivos legais para a regulamentação e implementação dessa política, o MEC colocou-se como um de seus alicerces. Essa ação correspondeu aos interesses religiosos e fundamentalistas (sobretudo ideológicos, mas também econômicos) do grupo de olavistas e evangélicos.

A segunda ação foi o lançamento, em setembro de 2019, do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, a partir do Decreto nº 10.004, como uma forma de ampliar nacionalmente o processo de militarização das escolas através da atuação das Forças Armadas – processo que já estava em curso em todo o país via políticas de governos municipais e estaduais em parceria com as polícias militares. Desde o primeiro mês de governo, o MEC concentrou recursos e voltou-se para essa política através da criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares no Ministério da Educação. Inicialmente, a Subsecretaria elaborou um programa para a militarização de 108 escolas públicas e, depois, duplicou o alcance e lançou o Programa (para 216 escolas, com cronograma de implementação de 56 por ano até 2023), em parceria com o Ministério da Defesa.²⁶³ O lançamento do Programa e os desdobramentos da relacionados à implementação da política – que continuou a transcorrer nos anos seguintes, conforme analisaremos na próxima seção, ainda no presente subcapítulo – correspondeu, preponderantemente, aos interesses do grupo de militares aliados ao governo e, ao mesmo tempo, aos interesses do grupo de evangélicos – considerando a análise que fizemos do “Manifesto à Nação”, da FPE, no capítulo IV.

No ano seguinte, durante a gestão de Weintraub no período da pandemia, observamos a continuidade do relativo amortecimento dos conflitos entre o grupo de militares e o grupo de olavistas e evangélicos no âmbito do MEC. Esses, se mantiveram concentrados em apoiar o então presidente em relação às medidas mais amplas relativas à pandemia (aliados na contramão das pesquisas científicas destacadas pelas autoridades médicas e sanitárias), tal como, por exemplo, a negação da necessidade de realizar *lockdown* (bloqueio e isolamento social total) e da utilização de máscaras, a defesa do uso de cloroquina e hidroxiclороquina como um remédio eficaz para a prevenir e tratar a doença e a defesa da flexibilização da quarentena e do

262 Foi pensado ao PL nº 3179/2012, que visa alterar artigos do ECA e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), regulamentando a ED. Nos termos do PL, o Estado passaria a ser responsável apenas por certificar anualmente as crianças e jovens. No subcapítulo 5.2, trataremos sobre a política de ED e abordaremos sobre esses e outros PLs correlatos.

263 Informações obtidas na aba “Apresentação” no site do Programa, em <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/#o-programa>; hoje indisponível; último acesso em 17/08/2021.

isolamento social.²⁶⁴

No mesmo período, observamos um aumento gradual da atuação de representantes da frente social-liberal através do partido empresarial Todos Pela Educação (TPE), especialmente a partir da atuação via Conselho Nacional de Educação (CNE), que é um órgão oficial de assessoramento do Ministério. O Conselho tem o total de 24 membros, sendo 22 com mandatos de quatro anos, prorrogáveis por mais dois, e 2 membros natos, que são os secretários da Educação Básica e da Educação Superior do MEC no período em que estão à frente das secretarias. Destacamos, ainda, que a representação dos interesses do TPE já ocorria no CNE, através de integrantes associados, em políticas anteriores – das quais destacamos a elaboração e aprovação da nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) – estruturadas e aparelhadas, por sua vez, a partir de demandas e orientações do grande capital para a formação da classe trabalhadora no país – orientações, por sua vez, gestadas em organismos internacionais tais como a OCDE e o BM.

A partir de 15 de março de 2020, com a suspensão das aulas presenciais em todo o país em decorrência da necessidade de isolamento social imposta pela pandemia – medida tomada a partir de orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) –, o TPE passou a atuar na liderança das diretrizes das políticas através de pareceres com orientações para o MEC, elaborados e publicados via CNE. Destacamos que essas diretrizes não foram formuladas a partir de demandas dos trabalhadores da educação, mas da orientação de organismos como a OCDE e o BM, que recomendaram, a partir de interesses empresariais, “a revisão dos marcos regulatórios do ensino a distância, de forma que os pacotes de ensino remoto de entidades empresariais sejam reconhecidos como uma alternativa à instrução presencial na contagem dos dias letivos.” (COLEMARX, 2020, p. 9). Assim, o CNE estabeleceu diretrizes para a reorganização do calendário escolar, para o que foi denominado como “ensino remoto emergencial” (ensino não presencial), posteriormente, para a volta às aulas presenciais ainda durante a pandemia da covid-19.

Ao mesmo tempo em que a atuação da frente social-liberal avançava via CNE, a base conservadora de Jair Bolsonaro continuava a manter sua representação no MEC. Consideramos que foi nesse contexto, percebendo o papel que poderia desempenhar também através do CNE, que a frente liberal-ultraconservadora passou a disputar estrategicamente a sua ocupação. Desse

264 No capítulo IV, tratamos especificamente sobre a relação entre o segmento evangélico e o negacionismo científico, em aliança com as diretrizes de Jair Bolsonaro para as políticas relativas à pandemia da covid-19 e como compreendemos o negacionismo enquanto elemento intrínseco do processo de fascistização.

modo, antes de sair do comando do Ministério, Weintraub indicou 7 dos 11 novos nomes do Conselho (o que representou cerca de um terço da renovação do órgão), que foram aprovados através de decreto assinado por Jair Bolsonaro, publicado no DOU. Em sua maioria, dentre todos os nomes aprovados, estão ex-alunos ou pessoas próximas à Olavo de Carvalho, representantes vinculados ao movimento Escola Sem Partido (que defendem, especialmente a Educação Domiciliar) e defensores da ampliação da Educação à Distância (EAD) no Ensino Básico e no Superior. Tal ato de nomeação gerou conflito com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que até então tinham vagas no CNE.²⁶⁵

Com a repercussão nacional de diversos escândalos envolvendo discursos racistas e xenófobos, a permanência de Weintraub tornou-se insustentável – ainda que correspondesse aos interesses da base e das lideranças bolsonaristas. O caso que mais nos chamou a atenção foi o de racismo contra chineses, em abril de 2020, quando, através de uma rede social pessoal, o então ministro indicou que a China estaria se beneficiando economicamente, intencionalmente, da crise decorrente da pandemia, e que isso faria parte de um plano de “dominar o mundo” – cabe lembrar que, em março do mesmo ano, em uma rede social, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (na época, pelo PSL/SP), também escreveu que a “culpa” da pandemia seria da China.²⁶⁶ O STF abriu um processo de investigação do caso de Weintraub, a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR) e depois, em junho do mesmo ano, ele também passou a ser réu no julgamento do STF no inquérito das fake news, aberto para a investigação de disseminação de conteúdo falso na internet e ameaças a ministros do STF.²⁶⁷

Diante de uma crise política diplomática com a China e pela iminência de sua prisão em decorrência das investigações do inquérito das *fake news*, Weintraub organizou o passo a passo de sua saída do MEC, burlando decreto do então presidente estadunidense, Donald Trump, com

265 Dados sobre a nova composição do CNE obtidos através de Decretos de 09 de julho de 2020, publicados no DOU em 10 de julho de 2020, disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decretos-de-9-de-julho-de-2020-266135929>, e na reportagem do Portal G1, “Bolsonaro nomeia integrantes para o Conselho Nacional de Educação, e deixa de fora representantes da rede pública estadual e municipal”, disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/10/bolsonaro-nomeia-integrantes-para-o-conselho-nacional-de-educacao-com-consed-e-undime-fora-da-lista.ghtml>; últimos acessos em 11/08/2023.

266 Dados referentes ao discurso sobre a China obtidos na reportagem do Portal G1, “STF abre inquérito para investigar suposto racismo contra chineses”, publicada em 29 de abril de 2020, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/29/stf-abre-inquerito-para-investigar-weintraub-por-suposto-racismo-contra-chineses.ghtml>; último acesso em 10/08/2023.

267 Dados referentes ao inquérito das *fake news* obtidos na reportagem “STF forma maioria contra retirada de Weintraub do inquérito das fake news”, publicada em 15 de junho de 2020, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/15/tres-dos-11-ministros-do-stf-votam-contra-pedido-de-retirada-de-weintraub-do-inquerito-das-fake-news.ghtml>; último acesso em 10/08/2023.

o apoio de Jair Bolsonaro. Ou seja, ele entrou nos Estados Unidos com seu passaporte diplomático – o que, naquele momento, era permitido como exceção para membros de governo, uma vez que o país proibiu, via decreto, a entrada de egressos do Brasil como medida protetiva à covid-19 – e, apenas depois de desembarcar, foi oficialmente exonerado por Jair Bolsonaro através de publicação no DOU.²⁶⁸ Nos Estados Unidos, quintuplicou seu salário ao se tornar diretor-executivo do Banco Mundial (como representante do Brasil no Conselho de Diretores Executivos, indicado pelo governo federal).²⁶⁹

Assim, a partir de 20 de junho de 2020, o cargo de ministro foi deixado em aberto para posterior nomeação e Antonio Paulo Vogel de Medeiros, então Secretário-Executivo desde a posse de Weintraub, assumiu o comando como ministro interino. Antes, Medeiros – formado em Economia (UFRJ) e Advocacia (UnB), servidor público (Auditor federal de Finanças e Controle), ex-consultor do BM e diretor da empresa IRB Brasil Resseguros – era secretário-executivo adjunto do Ministério da Casa Civil (no período em que Weintraub foi o secretário-executivo).²⁷⁰

Nesse vácuo, o grupo de militares do governo indicou o economista Carlos Alberto Decotelli para a liderança do MEC. Evangélico (presbiteriano) e militar da reserva da Marinha, ele atuou ativamente nas reuniões de transição do Ministério e, posteriormente, ocupou presidência do FNDE entre fevereiro e agosto de 2019 – anteriormente, coordenou atividades formativas na Escola Naval de Guerra. Ele chegou a ser nomeado por Jair Bolsonaro, mas não teve seu nome publicado no Diário Oficial da União (DOU). Isso ocorreu porque jornais da grande mídia apuraram que as titulações declaradas pelo novo ministro na Plataforma Lattes eram falsas. Em relação à declaração de doutorado na Argentina, o curso não foi concluído pois não teve sua tese aprovada e, em relação à declaração de pós-doutorado na Alemanha, não foi sequer realizado o vínculo institucional com a suposta universidade – além disso, foi apurada a falsidade sobre vínculo como professor na Fundação Getúlio Vargas (onde era colaborador) e

268 Informações sobre a saída de Weintraub do Brasil para os Estados Unidos obtidas em reportagem investigativa de Glenn Greenwald, “Bolsonaro burla decreto de Trump que proíbe entrada nos EUA devido à covid-19 para contrabandear Abraham Weintraub para o país”, publicada em 20 de junho de 2020, disponível em <https://www.intercept.com.br/2020/06/20/bolsonaro-frauda-decreto-de-trump-que-proibe-entrada-nos-eua-devido-a-covid-19-para-contrabandear-abraham-weintraub-para-o-pais/>; último acesso em 30/07/2020.

269 Dados sobre ida de Weintraub para o Banco Mundial obtidos na reportagem do Jornal O Globo, “Weintraub quintuplicará salário no Banco Mundial” publicada em 18 de junho de 2020, disponível em <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/weintraub-quintuplicara-salario-no-banco-mundial-1-24486398>; último acesso em 10/08/2023.

270 Dados sobre Vogel obtidos no site do MEC, em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-executiva/o-secretario-se>; hoje indisponível; último acesso em 21/06/2020.

investigação de denúncia de plágio de dissertação de mestrado realizado na mesma instituição de ensino.²⁷¹

Após os escândalos de falsidade ideológica, o grupo de olavistas do governo e parte do segmento evangélico pressionou Jair Bolsonaro pela indicação de outro nome. O pastor Silas Malafaia, por exemplo, líder da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo (poderosa vertente neopentecostalizada da AD), conhecido aliado bolsonarista, falou diretamente com o então presidente por telefone para pressionar pela saída de Decotelli. Depois, o mesmo grupo tentou indicar para o cargo o então reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Anderson Correia, também evangélico (batista), então ex-presidente da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); indicação que não foi contemplada.

Nesse ínterim, foi divulgado um convite oficial a Renato Feder, liberal do setor privatista conhecido por sua gestão na Secretaria Estadual de Educação do Paraná, na gestão de Ratinho Júnior (PSD/PR). Tanto o grupo de militares quanto o grupo de olavistas e evangélicos fizeram uma ampla campanha de rejeição do nome de Feder nas redes sociais, considerando que o mesmo seria inadequado por sua ligação anterior com o governador João Dória (PSDB/SP) e a proximidade com o grupo empresarial Lemann. Em decorrência da rejeição, Feder, que havia aceitado o convite, publicou em uma rede social pessoal que não assumiria o cargo.²⁷²

Por fim, seguindo os interesses de parte do segmento evangélico, foi feita a nomeação de Milton Ribeiro, pastor da Igreja Presbiteriana Jardim de Oração (de Santos, SP), professor, teólogo, advogado e militar da reserva do Exército, seguida de publicação no DOU em 16 de julho de 2020. A escolha pelo nome do pastor, adepto e difusor do criacionismo, ocorreu a partir da indicação do evangélico ultraconservador André Mendonça (então ministro da Justiça, atualmente ministro do STF, indicado por Jair Bolsonaro), também presbiteriano.

Na época, Ribeiro integrava a Comissão de Ética da Presidência da República (desde

271 Dados sobre as falsas declarações de Decotelli obtidas na reportagem do Portal G1, “Entenda as polêmicas sobre os títulos acadêmicos do novo ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli”, publicada em 29 de junho de 2020, disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/29/entenda-as-polemicas-sobre-os-titulos-academicos-do-novo-ministro-da-educacao-carlos-alberto-decotelli.ghtml>; último acesso em 12/08/2023.

272 Dados sobre as disputas de nomes para o MEC neste período obtidas em reportagem do Jornal Estadão, “Bolsonaro adia decisão sobre ministro da Educação e candidatos buscam apoio”, publicada em 08 de julho de 2020, disponível em <https://www.estadao.com.br/educacao/bolsonaro-adia-decisao-sobre-ministro-e-candidatos-buscam-apoio/>, e em reportagem do Jornal El País, “Ministro Decotelli cai por maquiagem currículo e reforça pessimismo sobre o futuro da Educação”, publicada em 30 de junho de 2020, disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-01/ministro-decotelli-cai-por-maquiagem-curriculo-e-reforca-pessimismo-sobre-o-futuro-da-educacao-sob-bolsonaro.html>; acessadas pela última vez em 10/09/2020.

maio do ano anterior) e era membro do Conselho Deliberativo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), na qual cursou mestrado, depois se tornou professor e ocupou o cargo de vice-reitor por um período. Em levantamento em estudos anteriores (COLOMBO, 2018), identificamos que o Grupo Mackenzie (ou Instituto Presbiteriano Mackenzie, IPM) integra a frente liberal-ultraconservadora através de um *think tank* próprio (um APHe de novo tipo), o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica (CMLE), criado em 2016 a partir do IPM e da UPM. Esse APHe atua como elo na coligação direta do Grupo Mackenzie com outros APHe através de associação em nível transnacional, via Atlas Network, e nacional, via Rede Liberdade. Como orientação ideológica, o CMLE se apresenta como uma organização cristã associada às ideias de pensadores da Escola Austríaca de Economia e da Escola de Chicago.

Destacamos essa relação com o Grupo Mackenzie tendo em vista que a relação deste grupo empresarial (e religioso) com Jair Bolsonaro não surgiu com as nomeações para cargos no MEC, mas remonta à própria origem do programa de governo bolsonarista. Em 2016, o então diretor-executivo do recém-criado CMLE, Bernardo Santoro, professor da UPM, na época também presidente do Instituto Liberal (2013-2016), secretário-geral do partido Patriota, ex-membro do MBL, era assessor de Jair Bolsonaro, então deputado federal (COLOMBO, 2018). Segundo o levantamento dos sociólogos Rocha e Puglia (2019), Santoro foi responsável pela aproximação mais estreita da família Bolsonaro com o receituário ideológico da Escola Austríaca de Economia e por apresentar o então deputado federal a um grupo de economistas liberais-conservadores, que passaram a também assessorá-lo em um processo que culminou na construção do programa da candidatura das eleições de 2018. Segundo os sociólogos:

Passada a campanha d[o pastor] Everaldo [à presidência], Santoro concentrou seus esforços em influenciar ativamente Jair Bolsonaro e seus filhos para que aderissem ao radicalismo de mercado quando estes passaram a fazer parte do PSC, no início de 2016. Na época, o capitão da reserva era visto pelos defensores do livre-mercado como um adepto inflexível do desenvolvimentismo nacionalista vigente na ditadura militar [...]. Em março daquele mesmo ano, Eduardo Bolsonaro anunciou sua matrícula na primeira turma de pós-graduação em Economia Austríaca oferecida pelo Instituto Mises Brasil (IMB), fundado em 2006 e logo alçado à principal referência institucional da militância ultraliberal brasileira. Além disso, Flávio Bolsonaro, que atuava como deputado estadual no Rio de Janeiro, resolveu se lançar à prefeitura da cidade nas eleições daquele ano com um discurso estritamente alinhado às pautas defendidas por Santoro, que passou a acompanhar o candidato em praticamente todos os eventos de campanha. Em comparação com seus filhos, Jair Bolsonaro parecia ser mais refratário ao radicalismo de mercado, mas passou a participar como pré-candidato à Presidência de alguns eventos promovidos pelo circuito brasileiro de organizações pró-mercado e, em 2017, foi apresentado pelo empresário Winston Ling, fundador do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), ao economista Paulo Guedes. Guedes, assim como Ling, também foi fundador de uma organização pró-mercado, o

Instituto Millenium, criado entre 2005 e 2006 na cidade do Rio de Janeiro com a ajuda de Rodrigo Constantino e de Hélio Beltrão Jr., presidente do IMB, onde Eduardo Bolsonaro cursava a pós-graduação. [...] [Em 2017] Bernardo Santoro apresentou a Bolsonaro um economista conhecido no circuito pró-mercado, Adolfo Sachsida, doutor pela Universidade de Brasília e funcionário de carreira do Ipea, que, a pedido de Santoro, montou um grupo de onze economistas que semanalmente passaram a trocar ideias com o político. As resistências dos defensores do livre-mercado em relação a Jair Bolsonaro pareciam começar a ceder aos poucos e, em dezembro de 2017, o nome de Paulo Guedes foi sugerido publicamente por Constantino para ocupar o Ministério da Fazenda em um possível governo do militar. (ROCHA e PUGLIA, 2019, s/p).

Sob o influxo desse conglomerado de APHe e outros coligados, em sua gestão, Ribeiro deu prosseguimento às políticas implementadas por Weintraub, das quais destacamos, mais uma vez, a defesa da regulamentação da Educação Domiciliar (ED), de forma a agradar o grupo de olavistas e evangélicos, e a continuidade do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Para a primeira, foi realizada uma campanha do MEC, com o lançamento da cartilha “Educação Domiciliar: um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos”, em 28 de maio de 2021. Para a segunda, foi dada a continuidade e a ampliação do Pecim, através da manutenção do financiamento e do lançamento de diversas publicações oficiais, incluindo a 2ª Edição do documento de “Diretrizes” (reformulado a partir das críticas que foram feitas à 1ª Edição, lançado em forma de “Manual”).²⁷³ Além da continuidade de tais políticas, assim como os ministros anteriores, proferiu discursos fundamentalistas e contrários à direitos de pessoas LGBTQIAPN+ (que resultaram, inclusive, em denúncia da PGR ao STF por crime de homofobia).

Contudo, o que sublinhamos em nossa análise não foi a habilidade do ministro de renovar as políticas anteriores (que agradaram ambos os grupos do governo, cumprindo as expectativas que foram colocadas na ocasião do anúncio de seu nome), mas a comprovação de sua capacidade de ampliar as formas de uso da ossatura do Estado, em sentidos criminosos (ilegais), para beneficiar diretamente, financeiramente, determinadas instituições religiosas. O esquema, exposto nas matérias investigativas do jornal Estadão, em 18 de março de 2022, e do jornal Folha de S. Paulo, em 21 de março de 2022, consistia na operação de propinas para liberação de recursos públicos do FNDE para prefeituras, através de tráfico de influência e corrupção envolvendo o nome de Jair Bolsonaro e ficou conhecido popularmente como

273 Adiante, no subcapítulo 5.3, analisaremos a política de militarização das escolas e as respectivas publicações do MEC; no subcapítulo 6.3, analisaremos especificamente a questão da defesa da política de Educação Domiciliar, que envolve articulação com a Frente Parlamentar Evangélica.

“Bolsolão do MEC”.²⁷⁴

Segundo o que foi revelado nas matérias, através da análise de documentos e áudios de gravações de reuniões do então ministro, o governo federal priorizava (ao menos desde janeiro de 2021) a liberação de verba para as prefeituras cujos pedidos eram feitos pela intermediação de dois pastores, a saber: Gilmar Silva dos Santos, líder da igreja Assembleia de Deus Cristo Para Todos (vertente da Assembleia de Deus), coordenador do Instituto Tecnológico Cristo para Todos (ITCT) e presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil (CONIMADB), e Arilton Moura, assessor de Assuntos Políticos da mesma Convenção. Esses, que não tinham cargo no governo federal, realizavam reuniões e participavam de eventos oficiais e não oficiais diretamente com Jair Bolsonaro e/ou com Milton Ribeiro desde o primeiro ano de governo. Nesse âmbito, as matérias também revelaram que, além da intermediação direta para o favorecimento de determinadas prefeituras e empresários, a atuação dos pastores também configurava um aparelhamento ideológico do gabinete do ministro, configurando a função de um “gabinete paralelo” que controlava “agenda e verba do ministério”. Além do favorecimento do aparelhamento a instituições religiosas e prefeituras vinculadas à Assembleia de Deus, destacamos a prevalência de prefeituras do partido Progressistas, do Partido Liberal (PL) e do Republicanos:

O Estadão identificou a presença dos dois [pastores] em 22 agendas oficiais no MEC, 19 delas com o ministro, nos últimos 15 meses. Algumas são descritas como “alinhamento político” na agenda oficial de Ribeiro [...]. Os pastores operam em duas frentes: levam prefeitos a Brasília, participando de encontros no MEC, e acompanham o ministro em viagens pelo País. [...] Os pastores atuam especialmente na intermediação entre a pasta e prefeitos do Progressistas, do PL e do Republicanos, legendas que integram o núcleo duro do Centrão. O bloco de partidos comanda o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O órgão que concentra os recursos do ministério é presidido por Marcelo Ponte, ex-assessor do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, chefe do Progressistas. [...] (PIRES, FRAZÃO e AFFONSO, 2021, s/p).

Dias após o escândalo, o pastor foi exonerado do Ministério e quem assumiu foi o então secretário-executivo, Victor Godoy Veiga, em 29 de março de 2022. A denúncia do “Bolsolão

274 Reportagem do jornal Estadão, de Breno Pires, Felipe Frazão e Julia Affonso, “Gabinete paralelo de pastores controla agenda e verba do Ministério da Educação”, publicada em 18 de março de 2022, disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/pastores-controlam-agenda-e-liberacao-de-dinheiro-no-ministerio-da-educacao/>; reportagem do jornal Folha de S. Paulo, de Paulo Saldaña, “Ministro da Educação diz priorizar amigos de pastor a pedido de Bolsonaro; ouça áudio”, publicada em 21 de março de 2021, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/ministro-da-educacao-diz-priorizar-amigos-de-pastor-a-pedido-de-bolsonaro-ouca-audio.shtml>; últimos acessos em 25/03/2022.

do MEC” pelos jornais também fez com que uma investigação fosse aberta no âmbito da Polícia Federal, denominada Operação Acesso Pago. A operação resultou na prisão preventiva do então ex-ministro em 22 de junho de 2022 (pelos crimes de corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência), assim como dos dois outros pastores envolvidos diretamente no esquema de corrupção. O caso foi para o STF, onde, a pedidos do MPF, também foi incluída a investigação de interferência ilícita por parte de Jair Bolsonaro (a partir de indícios de um possível vazamento da operação policial, que teria favorecido Ribeiro).

O último ministro da Educação do governo bolsonarista, Victor Godoy, engenheiro (2003), com pós-graduação em Altos Estudos em Defesa Nacional pela Escola Superior de Guerra – ESG (2018), é servidor público da carreira de Auditor Federal de Finanças e Controle da CGU, de 2004 a julho de 2020, quando assumiu o cargo de secretário- executivo do MEC. No âmbito da sociedade civil, foi membro desde julho de 2018 a julho de 2020 da delegação brasileira no Working Group on Bribery (WGB, da OCDE). Sem protagonizar escândalos como os seus antecessores, Godoy deu prosseguimento às mesmas políticas baseadas especialmente nos interesses do grupo de militares (a execução e o alargamento do Pecim) e do grupo de olavistas e evangélicos (continuidade do apoio à regulamentação da Educação Domiciliar).

Por fim, nessa seção, destacamos alguns cargos ocupados em secretarias e órgãos estratégicos do MEC, considerados espaços privilegiados para o impulsionamento das políticas educacionais contidas nesse projeto de hegemonia liberal-ultraconservador, reacionário, fundamentalista e fascistizante.

Enquanto a maior parte das secretarias passou por diversas trocas, especialmente nas circunstâncias de trocas de ministros, a Secretaria de Alfabetização (SEALF) não sofreu alteração em sua liderança ao longo de todo o governo bolsonarista: esse representante da frente liberal-ultraconservadora foi Carlos Francisco de Paula Nadalim (católico, fundamentalista). Segundo o currículo disponibilizado no site do MEC, ele é graduado em Direito e tem mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Londrina, criador e produtor do site “Como Educar Seus Filhos”, de orientação religiosa católica. Em nosso levantamento no site, que funcionou de 2014 a 2021, identificamos a divulgação de cursos e a disponibilidade de materiais voltados à Educação Domiciliar e ao que chamam de “Catequese Domiciliar”.²⁷⁵ Ou seja, durante toda a gestão bolsonarista, a SEALF, uma secretaria estratégica do MEC por ser responsável pela

275 Dados disponíveis no site “Como Educar Seus Filhos”, disponível até 2021 em <http://comoeducarseusfilhos.com.br/blog/>; último acesso em: 30/10/2020.

idealização e pelos recursos voltados aos programas de formação de professores, foi liderada por um intelectual orgânico formulador, sistematizador e difusor da Educação Domiciliar.

Outro cargo estratégico foi a nomeação feita por Milton Ribeiro para coordenação de materiais didáticos: a ultraconservadora, evangélica (da Igreja Batista), Sandra Lima de Vasconcelos Ramos, doutora em educação pela Universidade Federal do Piauí. Segundo a socióloga Magali Cunha, Ramos é ligada ao movimento Escola Sem Partido e atuou nas disputas envolvendo a BNCC desde 2018, ao lado de Damares Alves, defendendo uma revisão do documento da Base “sob a ‘perspectiva cristã’” e “introdução da teoria criacionista para o estudo da Biologia” (CUNHA, 2021b, s/p).

Em relação à CAPES, órgão responsável por fomentos para a pesquisa científica dos Programas de Pós-Graduação em Universidades, que passou por diversas mudanças. O primeiro presidente foi Anderson Correia, engenheiro, membro da Igreja Batista, reitor do ITA (desde 2016). Após a entrada de Weintraub, ele pediu exoneração. Com a saída de Correia, quem assumiu foi Benedito Guimarães Aguiar Neto, também engenheiro, presbiteriano, adepto e difusor do criacionismo, até então reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde ocupava o cargo desde 2011 – com quem o pastor Milton Ribeiro, na época, foi vice-reitor. Com a entrada de Ribeiro da liderança do MEC, Aguiar foi exonerado (não obtivemos informações sobre a motivação dessa ação). Quem foi nomeada em seguida foi Cláudia Mansani Queda de Toledo, então reitora do Centro Universitário Bauru (instituição de ensino privada, cuja sua família é proprietária), onde Milton Ribeiro graduou-se em Direito em 1990; nomeada sem o apoio direto do segmento evangélico. O órgão passou por uma grande crise política em sua gestão, especialmente no final de 2021, que resultou no pedido de exoneração simultâneo de 114 pesquisadores. Não obstante, Toledo foi mantida no cargo até o final do governo bolsonarista.

Por último, em relação ao Conselho Nacional de Educação, além da nomeação dos novos membros em 2020, Jair Bolsonaro nomeou novos nove membros no final de seu governo, em novembro de 2022. Dentre os indicados, estava Elizabeth Guedes, irmã do ministro da Economia, Paulo Guedes, e presidente de Associação Nacional das Universidades Particulares. Além dela, na lista estavam outros representantes de instituições de ensino privadas e ex-secretários do MEC do período das gestões de Weintraub, Ribeiro e Godoy.²⁷⁶

276 Informações obtidas em reportagem de Mateus Rodrigues e Letícia Carvalho, em Portal G1, em 08 nov; 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/08/bolsonaro-nomeia-nove-membros-incluindo-irma-de-paulo-guedes-para-o-conselho-nacional-de-educacao.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2023.

No próximo subcapítulo, apresentaremos nossa análise sobre a política de militarização das escolas, destacando os elementos de fascistização contidos no Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim), que foi uma das políticas prioritárias do MEC bolsonarista e contou com o prosseguimento e o investimento por parte de todos os ministros.

5.3 Elementos de fascistização nas políticas do MEC: o caso do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim)

O primeiro procedimento adotado pelo governo bolsonarista para a realização da política de militarização das escolas, a nível nacional via MEC, foi a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim, criada pelo Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019), vinculada à Secretaria de Educação Básica.²⁷⁷ A secretaria passou por duas mudanças de nomes no decorrer do governo. O primeiro nome a ocupar o cargo, indicado por Rodríguez, foi Márcia Amarílio da Cunha Silva, tenente-coronel do Corpo de Bombeiros do DF. Ela permaneceu até a entrada de Abraham Weintraub, que a substituiu no início de sua gestão. Segundo Silva declarou em entrevista, dois elementos foram determinantes para que Rodríguez escolhesse seu nome: o fato de “ser mulher” – o que ajudaria na “polêmica” da “questão do militar dentro da escola”, pois uma mulher poderia “suavizar a pasta e quebrar a imagem desse cenário de que o militarismo é ambiente masculino” – e o fato de “ser do Corpo de Bombeiros” – pois, segundo ela, “as pesquisas mostram que é uma das corporações de maior credibilidade”.²⁷⁸ Ela chegou a fazer um levantamento sobre a situação da política de militarização pelo país, mas não chegou a apresentar uma proposta de programa nacional.

Depois, quem assumiu a direção da Subsecretaria foi o coronel do Exército, Aroldo Ribeiro Cursino, até agosto de 2020, período do início da gestão de Ribeiro. Cursino foi comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro entre janeiro de 2016 e fevereiro de 2018. Foi através de sua liderança que o projeto de nacionalização do processo de militarização de

277 Depois, o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, alterou a estrutura e o organograma do MEC, e a então subsecretaria passou a ser a Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares (Decim), mantendo a vinculação à Secretaria de Educação Básica, ao lado das outras diretorias.

278 Declaração obtida em entrevista concedida à jornalista Luiza Souto, “Tenente-coronel exonerada do governo Bolsonaro”, publicada no site Universa Uol, em 24 de maio de 2019, disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/05/24/exonerada-do-ministerio-da-educacao-outras-mulheres-devem-sair.htm>; último acesso em 30/10/2020.

escolas públicas foi sistematizado e implementado na forma do Pecim sob responsabilidade do MEC, com apoio do Ministério da Defesa. Por fim, quando o MEC passou à liderança do pastor Milton Ribeiro, Cursino foi substituído pelo tenente-coronel do Exército, Gilson Passos de Oliveira, que assumiu o cargo e permaneceu no cargo também durante a gestão de Vitor Godoy.

Antes de prosseguirmos para a análise do Pecim e como nele estão embutidos diversos elementos característicos do processo de fascistização bolsonarista, resgatamos nossa compreensão sobre a ideologia e os interesses econômicos contidos na defesa e na realização da militarização das escolas públicas. Em trabalhos anteriores (COLOMBO, 2018; COLOMBO e LAMOSA, 2020), localizamos a militarização das escolas como uma política circunscrita na ideologia escola sem partido, associada a outras duas: a privatização ampliada e Educação Domiciliar (ED). Levantamos que os aparelhos privados de hegemonia empresariais organizados em torno dessa ideologia, que formam o que chamamos de frente liberal-ultraconservadora na educação, utilizam o seguinte argumento retórico para a sua defesa: de que estas escolas deveriam estar no âmbito das ofertas disponíveis para a escolha das famílias (dentro da perspectiva liberal de escolha) pois, caso estas não quisessem optar por uma escola privada e tampouco optassem pela ED, poderiam recorrer às escolas militarizadas e, dessa maneira, o Estado deveria garantir a oferta de escolas desse modelo em áreas que não fossem de interesse de investimento do mercado.

Nos mesmos levantamentos e análises anteriores, apontamos que as mesmas organizações difundem a ideia de que as escolas militarizadas garantiriam, através do treinamento e da disciplina, a reconexão com os valores cívicos e morais, assim como os valores da família que teriam sido destruídos pela doutrinação marxista e pela ideologia de gênero através das escolas. Diante disso, compreendemos que nessas escolas existe um projeto explícito de doutrinação conservador e liberal, visando conter justamente a formação crítica, nos marcos da ideologia escola sem partido, sob um renovado regime de controle e coerção sobre os trabalhadores da educação e estudantes. Dessa maneira, está posto um elemento importante pra compreender o avanço da política de militarização e as estratégias utilizadas em torno da sua implementação: não há o interesse das organizações liberais-ultraconservadoras e reacionárias que compõe essa frente que todas as escolas públicas do país sejam militarizadas, tampouco haveria estrutura das Forças Armadas e Polícias Militares para isso. Como é possível observar, ela é uma política combinada à privatização (em sentido ampliado, através de um conjunto de políticas) e à ED, além de servir de modelo às escolas não militarizadas.

Diferente das escolas militares²⁷⁹, as escolas militarizadas (que, a partir do Pecim, também passaram a ser chamadas de “escolas cívico-militares”) são escolas das redes públicas municipais ou estaduais que passam a ter militares na gestão escolar. Antes do Pecim, na maioria dos casos a militarização ocorria através das Polícias Militares. Com o Pecim isso muda um pouco, porque nesse modelo estão incluídos, prioritariamente, os militares da reserva das Forças Armadas e, nos casos onde não há efetivo do Exército, da Força Aérea ou da Marinha, a gestão é composta por policiais e bombeiros militares. A atuação dos militares nesses casos é a mesma, com diferenças em como os recursos financeiros são investidos e nas etapas e procedimentos que passam a ser adotados nas escolas. Além da entrada dos militares da reserva das Forças Armadas na gestão das escolas do Pecim, também destacamos o número de militares.

Antes do Pecim, a militarização vinha sendo implementada especialmente via decretos das redes estaduais ou municipais – além de iniciativas e parcerias distintas em cada um dos casos. Segundo Márcia Amarílio da Cunha Silva, até abril de 2019, enquanto esteve à frente da Secim, o Inep não possuía dados sobre o quantitativo de escolas militarizadas no país e, através de um levantamento próprio, a subsecretaria constatou o total de 243 escolas.²⁸⁰ Em outros levantamentos, encontramos números totais similares, mas, ao observamos os dados das regiões e estados com maior atenção, identificamos inconsistência no total, considerando os conflitos de dados entre diferentes pesquisas. Apontaremos, como exemplo, dois levantamentos realizados em escala nacional e em períodos próximos (antes do início da militarização através do Pecin).

No levantamento da pesquisa de dissertação de Paula Guimarães (2019), por exemplo, até outubro de 2018 foram identificadas 150 escolas militarizadas, distribuídas em 19 unidades federativas, em todas as regiões do país. Destes, constatou 48 em Goiás, 22 em Minas Gerais, 18 em Roraima, 15 no Amazonas, 13 na Bahia, e o restante nos demais (GUIMARÃES, 2019). Já no levantamento da pesquisa de dissertação de Eduardo Santos (2020), por exemplo, até

279 No Brasil, no âmbito da Educação Básica, existem 14 escolas militares do Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB), além da Fundação Osório (FO), também militar. Já no âmbito das escolas de formação dos seus oficiais, o Exército possui escolas em diferentes áreas: Escolas Militares (formam oficiais ou sargentos de carreira do Exército Brasileiro), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Escola de Sargentos das Armas (ESA); Escola de Saúde do Exército (EsSEx); Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx); Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx); Instituto Militar de Engenharia (IME) e a Escola de Sargentos de Logística (EsSLog).

280 Não encontramos, no Portal do MEC, estes dados consolidados. Esses dados obtidos na entrevista concedida à jornalista Luiza Souto, “Tenente-coronel exonerada do governo Bolsonaro”, publicada no site *Universa Uol*, em 24 de maio de 2019, disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/05/24/exonerada-do-ministerio-da-educacao-outras-mulheres-devem-sair.htm>; último acesso em 30/10/2020.

dezembro de 2019, foram contabilizadas 240 escolas militarizadas, distribuídas em 14 unidades federativas, sendo 155 (65,58%) estaduais e do DF e 85 (35,42%) municipais (SANTOS, 2020). Ao analisar o conjunto das 240 escolas públicas militarizadas, ele identificou 79 (32,92%) na Bahia, 67 (27,92%) em Goiás, 18 (7,5%) em Roraima, 14 (5,83%) no Maranhão, 13 (5,42%) no Amazonas, 12 (5%) no Tocantins, 10 (4,17%) e o restante nas demais (Ibid.).

Destacamos que, na segunda pesquisa, que identificou 90 escolas a mais do que a anterior, foram contabilizadas apenas 3 escolas no Sul e nenhuma no Sudeste, enquanto, na primeira, no Sul constavam 7 escolas no Rio Grande do Sul, 2 em Santa Catarina, 5 no Paraná e, no Sudeste, 22 escolas em Minas Gerais. A despeito das diferenças, identificamos que ambos pesquisadores apontaram a relação direta do crescimento da política de militarização das escolas com a ofensiva da extrema direita no âmbito da educação no decorrer dos desdobramentos da crise política desencadeada em 2013 (GUIMARES, 2019; SANTOS, 2020).

Ou seja, encontramos fragilidade para analisar, a nível nacional, como ocorria (e como ainda ocorre) a militarização por região, por estado e por municípios, diante das inconsistências observadas na comparação dos dados obtidos através de distintas pesquisas acadêmicas, uma vez que possuem diferentes métodos de levantamento e consolidação de dados referentes ao avanço do processo em cada um dos estados, municípios e distrito federal. Uma vez que cada um possuía (e possui) uma forma de implementação da política (via decretos e/ou via distintos programas estaduais e/ou municipais e/ou distintas parcerias de cada um destes com distintas forças militares), e considerando o largo avanço da política no país, consideramos que a ausência de um levantamento de dados oficiais sistematizados e disponibilizados pelo MEC compromete a análise do cenário da política no país. Neste caso, isso ocorreu tanto antes quanto depois do Pecim, uma vez que até o final de 2022 o MEC não divulgou publicação e tampouco a produção em curso de um relatório com dados gerais dos estados e municípios (para além do programa nacional).

Em relação ao Pecim, nos documentos e comunicações oficiais, foi divulgada a previsão de implementação de “216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano”²⁸¹. Em dezembro do último ano de governo, este total de “Escolas Cívico-Militares” (“Ecim”) já constava no relatório “Relação Ecim”: 53 em 2020, 74 em 2021 e 89 em 2022. Dentre as escolas de 2022, a maioria já estava implementada ou em fase de conclusão do

281 Trecho do texto de apresentação do Pecim, disponível até junho de 2023 no Portal do MEC, em <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/#o-programa>; último acesso em 22/09/2022.

processo e 21 estavam previstas por estados e/ou municípios, mas com a instituição escolar a ser militarizada “a definir”. A seguir, no Quadro 3, nossa sistematização a partir de dados obtidos em relatório oficial do MEC, em formato de tabela, onde consta a relação de todas as escolas que foram militarizadas através do Pecim até dezembro de 2022, por ano e região.²⁸²

QUADRO 3 – QUANTITATIVO DE ESCOLAS DO PECIM POR ANO E REGIÃO

	2020	2021	2022	TOTAL	TOTAL EM PORCENTAGEM
NORTE	16	12	16	44	20,4
NORDESTE	05	19	12	36	16,6
CENTRO-OESTE	11	10	07	28	13
SUDESTE	05	21	28	54	25
SUL	16	12	26	54	25
TOTAL	53	74	89	216	100

Elaborado pela autora. Fonte de dados: MEC (2022).

Para auxiliar nossa análise sobre o quantitativo de escolas do Pecim, a seguir, no Quadro 4, apresentamos nossa sistematização do quantitativo e da porcentagem das escolas e matrículas na Educação Básica na administração pública no país (sistemas municipais, estaduais e federal), divulgadas no Censo Escolar 2022, organizadas por região.²⁸³

²⁸² Documento obtido em http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/Escolas_Pecim_ed.pdf; hoje, indisponível; último acesso em 14/03/2023.

²⁸³ Documento obtido em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>; último acesso em 09/10/2023.

QUADRO 4 – QUANTITATIVO E PORCENTAGEM DAS ESCOLAS E MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

	QUANTITATIVO DE ESCOLAS	PORCENTAGEM DE ESCOLAS	QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS	PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS
NORTE	20.287	15	4.360.793	11,4
NORDESTE	49.672	36,3	11.416.885	29,7
CENTRO- OESTE	7.773	5,7	2.972.521	7,7
SUDESTE	39.992	29	14.387.494	37,5
SUL	19.922	14	5.244.335	13,7
BRASIL/ TOTAL	137.335	100	38.382.028	100

Elaborado pela autora. Fonte de dados: INEP (2023).

A partir do cruzamento dos dados entre as duas sistematizações, identificamos que as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul foram regiões as que mais militarizam escolas através do Programa, considerando a proporção do número que possuem de escolas e matrículas na Educação Básica. Nessas regiões, a porcentagem de escolas militarizadas foi superior à porcentagem de escolas e matrículas na Educação Básica (considerando as redes municipais, estaduais e federal). A região Norte, que possui 15% das escolas do país, teve 20,4% das escolas do Pecim; o Centro-Oeste, que possui 5,7%, teve 13%; e o Sul, que possui 14% das escolas, teve 25% do total das escolas do programa. Na contramão, a região Nordeste, que possui 36,3% das escolas do país, teve 16,6% das escolas do programa; e o Sudeste, que possui 29% das escolas, teve 25% do total do programa.

Na região Norte, destacamos o Pará, que foi o estado que mais militarizou escolas através do programa, totalizando 13, e Roraima, que teve apenas 1. No Centro-Oeste, observamos uma distribuição proporcional de escolas entre os estados, incluindo o Distrito Federal. Em relação à região Sul, destacaram-se o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que realizaram a militarização em 22 e 21 escolas, respectivamente, e foram os estados de todo o país com mais escolas do Pecim. Já o Paraná, embora não tenha sido o foco na região, se destaca especialmente pela larga militarização realizada no primeiro mandato do governo estadual de Ratinho Junior (PSD), em parceria com a Polícia Militar, que contou com 196 escolas

militarizadas.²⁸⁴ Na região Sudeste, nos chamou a atenção o número baixo no primeiro ano e o crescimento exponencial nos anos seguintes, quando o programa chegou a quase seis vezes mais escolas. Na região, Minas Gerais foi o estado que mais militarizou escolas através do programa, totalizando 17, e Espírito Santo, o que ficou com o menor número, totalizando 8. No Nordeste, destacamos Sergipe e Bahia, que tiveram apenas 1 e 2 escolas, respectivamente. No caso da Bahia, destacamos que o número abaixo da média nacional de escolas por estado no Pecim não significa um baixo índice de militarização das escolas, uma vez que o processo vinha ocorrendo nos anos anteriores através dos dois governos Rui Costa (PT), de 2015 a 2022, que militarizou 98 escolas, até dezembro do último ano, através de um projeto próprio em parceria com a Polícia Militar.²⁸⁵

Consideramos ser importante a análise das razões que levaram a essas diferenças regionais e estaduais, que podem estar relacionadas a diferentes fatores, tais como: alianças políticas do governo federal com governos locais, maior ou menor interesse de prefeituras ou governos de estado de determinadas localidades (o que teria se refletido na alta ou baixa procura das escolas desses territórios), maior ou menor campanha bolsonarista pró-militarização no território, a relação estratégica da combinação do Pecim com os projetos de militarização estaduais através das Polícias Militares (em uma distribuição coordenada nas localidades onde há menos projetos estaduais em curso), dentre outros fatores. Contudo, tal análise demandaria um amplo levantamento de dados e de bibliografia, que por sua vez ultrapassaria os limites da presente pesquisa.

Além disso, destacamos a questão da “adesão voluntária” das escolas. Ou seja, no modelo do Pecim, ao invés das escolas serem militarizadas de forma autocrática via decreto (o que continuou ocorrendo em paralelo ao programa nacional), as próprias escolas passaram a ter a “escolha” de aderir, concorrendo “voluntariamente”. Contudo, consideramos que, além do fator propaganda e da formação política bolsonarista pró-militarização, outro elemento que pode explicar a busca de uma comunidade escolar pela militarização é o processo histórico de sucateamento e desmonte das escolas – que pode acabar orientando a essa “escolha” da

284 Dados oficiais do governo estadual, obtidos através de comunicação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, disponíveis em <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/parana-vai-assumir-as-12-escolas-civico-militares-tocadas-hoje-pelas-forcas-armadas>; acessado em 30/07/2023.

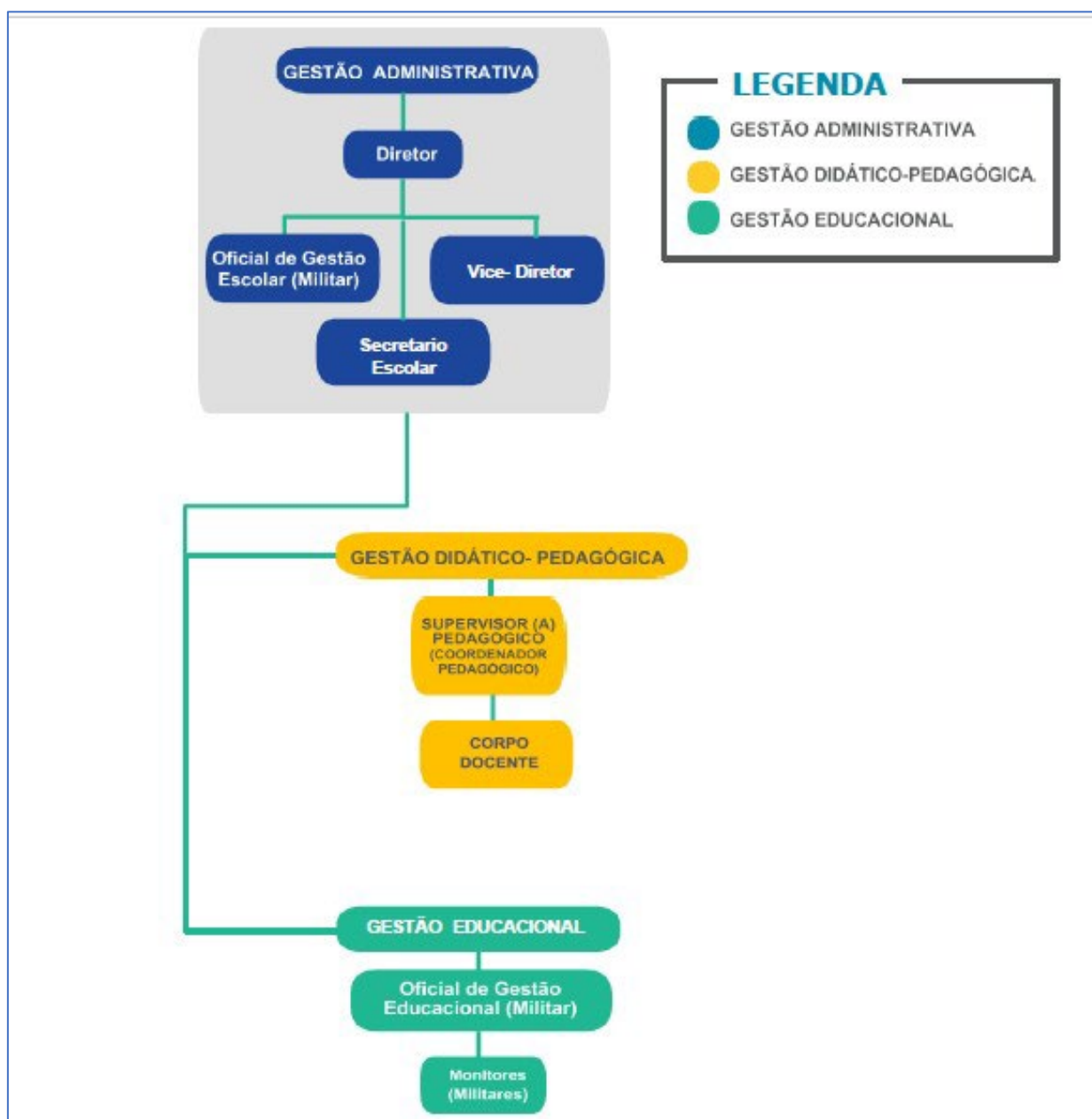
285 Dados obtidos pela Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana (ADUFS-BA); disponível em <https://www.adufsba.org.br/noticia/5577/processo-de-militarizacao-nas-escolas-e-um-grave-dano-para-a-educacao-brasileira-que-nao-se-encerra-com-o-fim-das-escolas-civico-militares>; acessado em 30/07/2023.

comunidade escolar pela possibilidade de mudança radical do orçamento e das condições estruturais da escola. Pois, no projeto piloto em 2020, foram disponibilizados R\$ 54 milhões para as 54 escolas que fossem selecionadas naquele ano, sendo distribuído R\$ 1 milhão por escola. Valores dessa mesma grandeza foram disponibilizados ao programa nos anos seguintes. Em 2022, por exemplo, a verba prevista foi de 64 milhões de reais. Além do apelo financeiro, consideramos que outro fator que também pode ter mobilizado a “adesão voluntária” das escolas seria o apelo das propagandas voltadas para uma suposta melhoria da “qualidade” das escolas – onde o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é utilizado como argumento – e para uma suposta “diminuição da violência” no interior e nos arredores das escolas.²⁸⁶ Contudo, assim como o aspecto anterior, tal análise também demandaria um amplo levantamento de dados e de nova bibliografia, que também ultrapassaria os limites da presente pesquisa. Assim, consideramos a possibilidade desse desdobramento em estudos futuros.

Em relação às Ecim, no que tange à “gestão”, esta passa a ser organizada em três níveis, sendo os dois últimos subordinados ao primeiro: “Gestão Administrativa” (com militares em sua composição), “Gestão Didático-Pedagógica” e “Gestão Educacional” (composta exclusivamente por militares, onde estão incluídos “oficiais de gestão educacional” e “monitores”) (BRASIL, 2020, 2021). No documento base de “Diretrizes” do Pecim, são considerados dois organogramas: o considerado “desejado” e o “atual” (BRASIL, 2021). Segundo o documento, o “atual” é o que tem sido implementado de acordo com as necessidades apontadas pelas secretarias.

286 Justificativas amplamente utilizadas e encontradas com destaque nos próprios documentos oficiais do Pecim (BRASIL, 2020, 2021), assim como no livro de “balanço” do programa, organizado pelo então subsecretário do MEC na gestão de Milton Ribeiro e Victor Gogoy, o já citado tenente-coronel do Exército, Gilson Passos de Oliveira (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2022).

IMAGEM 1 – “ORGANOGRAMA ATUAL DAS ECIM”



Reprodução. Fonte: MEC. (BRASIL, 2021, p. 179, Apêndice B).

No mesmo sentido das mudanças da “gestão” que incidem também no “organograma”, apontamos outras que também ocorrem assim que é iniciada a militarização, de cunho político-pedagógico. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) que as escolas possuíam antes do processo são destituídos e elas passam a ser orientadas por um regimento da Polícia Militar ou, no caso do Pecim, o PPP do próprio Programa, que consta no documento Manual das Escolas Cívico-

Militares e no documento Diretrizes das Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2020, 2021). Outra mudança é a inserção de novas disciplinas e projetos, estas ministradas por militares da reserva das Forças Armadas ou por policiais, tais como as disciplinas “Cidadania” e “Moral e Cívica” (nos casos observados antes do Pecim, ministradas por policiais militares)²⁸⁷ e o “Projeto Valores”, que é próprio do Pecim, voltado para o ensino “valores” e “competências socioemocionais”, ministrada por militares que estejam nas funções de “orientadores educacionais” e “monitores” (Ibid.) – adiante, realizaremos outros apontamentos sobre o papel dos monitores.

No que tange ao conjunto da comunidade escolar, tanto nas escolas militarizadas antes do Pecim, quanto nas escolas do Programa, trabalhadores da educação, estudantes e responsáveis ficam submetidos aos novos regulamentos das escolas, que buscam a conformação de condutas de todos os segmentos da comunidade. Nas Ecim, para esse controle na dimensão ideológica e estético-psico-física dos trabalhadores, constam as normas presentes nos documentos “Regulamento das Ecim”, “Projeto Político-Pedagógico”, “Normas de Apoio Pedagógico”, “Normas de Avaliação Educacional”, “Normas de Psicopedagogia Escolar” e “Normas de Supervisão Escolar”; para os estudantes, as “Normas de Conduta e Atitudes” e as “Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Alunos”; para os responsáveis, o “Projeto Político Pedagógico” e a “Cartilha para os Responsáveis”; todos contidos nos documentos “Manual” e/ou nas “Diretrizes”, já mencionados.

Para este aspecto da dimensão pedagógica, resgatamos o trabalho da pesquisadora em Educação, Inny Accioly, sobre os princípios presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e os princípios presentes no documento Regulamento das Escolas Cívico-Militares – por sua vez, presente no interior do documento “Manual”, já citado (BRASIL, 2020). Accioly observou, a partir da comparação dos documentos, que os princípios das Escolas Cívico-Militares omitem, no texto oficial, os princípios: “da pluralidade de ideias e concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e apreço à tolerância; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; a consideração com a diversidade étnico-racial; e a garantia do direito à educação” (ACCIOLY, 2020, p.18). Por outro lado, ela acrescenta, “incluem a participação ativa da família na escola” e o chamado “respeito às diferenças individuais” (Ibid., p. 18).

Salientamos que essa “participação ativa da família”, por sua vez, é restrita e tutelada –

287 Dados disponíveis em Guimarães (2019).

subordinada ao PPP do Pecim e à uma “Cartilha”, conforme mencionamos anteriormente. Além disso, ela também é regulamentada por uma associação de responsáveis que deve estar subordinada, em última instância, à gestão escolar, como consta no documento de “Diretrizes” (BRASIL, 2021) – documento base de orientação das Ecim, que atualiza o “Regulamento” presente no “Manual” analisado por Accioly – e tem como finalidade justamente o apoio à “gestão” da unidade escolar (Ibid., p. 25). O que nos chamou a atenção, ainda, é que a associação é concebida sem a possibilidade de uma identidade própria e sem autonomia, o que se materializa em uma entidade que é indissociável do corpo docente – por sua vez, com a atuação também restrita à associação com os responsáveis, sem autonomia. Essa entidade é a única possibilidade de associação prevista no documento e deve funcionar sob a tutela da gestão, a saber: a “Associação de Responsáveis e Mestres” (Ibid.).

Aqui, nos deteremos brevemente no aspecto da ideia de família e do seu respectivo papel. Na seção XVII do documento de “Diretrizes”, referente ao “Papel das famílias na educação integral” (Ibid., p. 52), identificamos que o papel atribuído às famílias (“aos pais e responsáveis”) está relacionado especialmente a certas ações específicas que visem ao disciplinamento dos/das estudantes. Também identificamos a ampla utilização de termos que atribuem juízo de valor a condutas, comportamentos e escolhas dos familiares em relação à escola e/ou em relação a aspectos que correspondem ao âmbito pessoal (privado) da relação destes com as/os filhas/filhos, a saber: “exercer *efetivo* acompanhamento do desempenho [...]”; “comparecer à escola *sempre* [...]”; “procurar a escola *sempre* [...]”; “*colaborar* com a escola [...]”; “*apoiar e se envolver* nas iniciativas e campanhas realizadas pela escola”; “*visitar lugares* culturais com o aluno, sempre que possível, como museus, exposições [...]”; “*não utilizar palavras depreciativas quando se referir ao aluno, mesmo diante dos seus erros e suas dificuldades*”; “*orientar* o aluno mais para necessidade de aprender do que apenas para realizar as provas”; “*ser um bom exemplo para o aluno*”; e “*estar atento em manter o aluno saudável*” (BRASIL, 2021, p.52-53, grifo nosso).

Destes trechos, levantamos alguns questionamentos sobre significativas lacunas em evidência. O que seria um acompanhamento efetivo? Sob quais condições estruturais e subjetivas (que envolvem, dentre outros fatores, a formação escolar pregressa, disponibilidade de tempo, saúde e recursos materiais) as famílias conseguiriam realizá-lo? Caso a família tenha discordância de uma campanha realizada pela escola, qual seria o espaço democrático e/ou o canal de diálogo para expor a crítica ao invés de “apoiar” tal campanha? Considerando não se

tratar de um contexto de violência, como e sob qual justificativa a instituição poderia interferir e/ou determinar os termos que são utilizados por familiares nos contextos externos à escola? Quais seriam estes termos? O que significaria “ser um bom exemplo”? O que se entende por “manutenção da saúde”?

Ainda, destacamos outro trecho da mesma seção do documento:

Alguns alunos crescem em meio à ausência dos pais ou a uma educação familiar excessivamente permissiva e sem noções de responsabilidade. Por isso, a relação com os professores e com os outros alunos acaba sendo conflituosa e a escola passa a ser um lugar hostil para eles. A escola precisa enfrentar esse problema, e um dos caminhos é a promoção de maior interação com as famílias dos alunos. É preciso requerer dos pais e dos responsáveis que ocupem a sua posição na educação dos alunos, impondo limites quando necessário e sendo firmes quando algo está errado. (BRASIL, 2021, p. 53, grifo nosso)

Notamos a difusão da ideia de exclusiva causalidade entre os conflitos ocorridos no ambiente escolar e o que seria uma condição de falta de presença ou “excesso de permissividade” no ambiente familiar. Ao atribuir exclusivamente à educação familiar a causa dos conflitos com professores/as ou entre estudantes, afirma que a educação familiar, portanto, deveria ser um problema enfrentado pela escola, exigindo determinado comportamento disciplinador e punitivo “dos pais e dos responsáveis”. Ou seja, além da tentativa de “modelagem do comportamento” dos estudantes e dos trabalhadores da educação (PRONKO, 2019), numa outra “calibragem” do papel da escola via aprendizagem de determinadas “competências socioemocionais” (ACCIOLY, 2020; ACCIOLY e LAMOSA, 2021), compreendemos que nessas escolas os dispositivos apontados também se tratam de um conjunto de estratégias de modelagem do comportamento. Neste caso, voltados aos familiares e demais responsáveis das/os estudantes no qual o papel familiar no contexto escolar ganha uma nova centralidade.

Ao escavarmos essa chave interpretativa, chegamos também a outro entendimento: compreendemos que essa nova centralidade e nova concepção sobre o papel das famílias está circunscrito na perspectiva de “alargamento” da compreensão de educação, que vem sendo difundida, desde 2015, pelo BM – perspectiva que vem sendo tendência nas últimas contrarreformas educacionais no Brasil, conforme sinalizou Marcela Pronko (2019). Nesse “alargamento”, o BM busca atribuir uma nova centralidade à função da “aprendizagem” através da ideia de “aprendizagem para todos” conjuntamente com a ideia de “educação ao longo da vida”, que ocorreria em qualquer tempo e em qualquer lugar: “não mais exclusivamente baseada

na instituição escolar, mas nas (difusas) oportunidades de aprendizagem” (PRONKO, 2019, p. 168), redefinindo, com isso, a função da gestão escolar e do papel docente. Assim, quando observamos as “diretrizes” das Ecim (e do conjunto das escolas militarizadas, uma vez que seguem concepção correlata) que são apontadas para as famílias, consideramos que essa redefinição (ou ajuste) promovido pelo BM (e outros organismos multilaterais, tal como a OCDE) também se estende à função educativa promovida por familiares e responsáveis de estudantes.²⁸⁸

Em relação às competências socioemocionais, retomamos a análise feita por Accioly. Ela também realizou uma comparação entre valores que baseiam as escolas cívico-militares, presentes no “Regulamento” – “civismo”, “dedicação”, “excelência”, “honestidade” e “respeito”, relacionados “às instituições, às autoridades e às normas estabelecidas” (ACCIOLY, 2020, p. 18) – às competências socioemocionais demandadas pelo empresariado brasileiro a partir das orientações da OCDE, baseada em documento que determina quais seriam as demandas de formação socioemocional no país, publicado em 2018. Em sua síntese comparativa, que estabelece as correspondências entre os “valores” e as “competências socioemocionais”, é possível observar que os valores das Ecim estão relacionados e contemplam todas as demandas indicadas pelo empresariado via OCDE: “civismo” corresponde à demanda de “cooperação” e “integralidade moral”; “dedicação” à “persistência”; “excelência” à “atenção aos detalhes”; “honestidade” à “confiabilidade” e “integridade moral”; e “respeito” à “consciência” (Ibid., p. 18).

Como mencionamos, anteriormente, para trabalhar estes valores de forma sistemática, as Ecim têm a previsão de destinar pelo menos uma hora/aula semanal para desenvolver o “Projeto Valores”, realizado pelos “monitores”, que são militares vinculados administrativamente ao Ministério da Defesa, Policiais Militares ou Corpos de Bombeiros Militares. Para além do “Projeto Valores”, o trabalho de normatização desses valores e comportamentos é realizado também pelos monitores através de amplas e diversas ações educativas voltadas para a “formação ética, afetiva, social e simbólica”, tais como:

[...] palestras, bate papos, relatos de experiências vividas, exigência do cumprimento das normas escolares, orientações e retiradas de dúvidas dos alunos sobre diferentes assuntos, motivação para a vida profissional e desenvolvimento de valores como honestidade, responsabilidade, respeito etc. (BRASIL, 2021, p. 84).

288 Em outra dimensão, como veremos no próximo capítulo, também observaremos a presença da extensão dessa redefinição (ajuste) ao papel das famílias nas campanhas de defesa da política de Educação Domiciliar.

Dessa foram, destacamos outro trecho do documento “Diretrizes”, na Seção III, que trata do papel dos monitores, tendo em vista a forma como este se relaciona ao papel atribuído às famílias (conforme apontamos). Notamos que as funções e centralidade atribuída às famílias (circunscrita no movimento de “alargamento” de compreensão do sentido de educação e de redefinição e ajuste da função e do papel das escolas) é transferida também aos militares, conforme necessidade diante da “ausência” de tal função formativa no “ambiente familiar”, cumprindo também o “exemplo” e a “referência” atribuídos à função familiar: “Os monitores escolares exercerão *o papel de tutoria que muitos alunos não tiveram em seus ambientes familiares*, proporcionando acolhimento, diálogo, *dando o exemplo e servindo de referência*, aspectos esses tão necessários ao desenvolvimento do aluno como pessoa.” (BRASIL, 2021, p. 83, grifo nosso).

Assim, sob o controle dos militares, são atribuídas novas normas relacionadas às “condutas e atitudes” ao corpo discente. Em sua pesquisa, Accioly identificou o que chamou de “matemática do comportamento”, referindo-se ao que é realizado nas Ecim em relação ao comportamento dos/as alunos/as, que recebem ou perdem pontos de acordo com sua atuação no ambiente escolar e extraescolar. Ela caracterizou dessa forma, pois no “Manual” (BRASIL, 2020) foi previsto que o comportamento deve ser classificado por grau numérico, que se estende por todo o curso e sua avaliação é atualizada em cada ano, com registro no histórico escolar. Tanto neste documento quanto na sua atualização em “Diretrizes” (BRASIL, 2021), identificamos um sistema de recompensas referente ao comportamento adequado dos/as estudantes, que envolve: “elogio perante a turma, em aula ou em formaturas”; “elogio no histórico do aluno”; e “prêmios” (Ibid., p 89). A justificativa utilizada é de que as recompensas “são muito importantes para *reforçar o comportamento desejado* dos alunos das Ecim. Elas também são *um grande incentivo para que os alunos internalizem os valores* propostos no modelo cívico-militar” (Ibid., p, 88, grifo nosso).

Em relação às punições, no “Manual” identificamos a relação de 22 procedimentos que devem ser adotados diante de situações como uso de aparelhos celulares²⁸⁹, aparelhos sonoros

289 Em estudos anteriores (COLOMBO, 2018), identificamos que a gravação de docentes e de aulas foi uma das estratégias coercitivas introduzidas pelo movimento (e ideologia) escola sem partido, largamente difundida pelos seus adeptos como uma ferramenta de controle e vigilância (que, em última instância, visa a produção de medo através do assédio e da perseguição de docentes). Aqui, destacamos a contradição: os mesmos defensores de tal estratégia de gravação de docentes e de aulas optaram pelo contrário no caso das escolas militarizadas, onde foi a prática foi proibida e passível de punição.

e eletrônicos, bebidas alcoólicas e cigarros; deslocamento de alunos durante horário de aula; uso inadequado dos uniformes; horário irregular de entrada e/ou saída da escola e das aulas; faltas; limpeza; relacionamentos interpessoais; gravação de aulas; danos patrimoniais; uso de itens pessoais; uso do uniforme fora do ambiente escolar e realização de *bullying* e *cyberbullying* (BRASIL, 2020). Os mesmos procedimentos foram reproduzidos no documento “Diretrizes”, condensados em 16 itens (BRASIL, 2021). Entre as punições, em ambos os documentos estão previstas advertências, repreensões, atividades educativas, suspensão e transferência compulsória (BRASIL, 2020, 2021). A pesquisa de Accioly chamou a atenção para o grau de subjetividade presente no sistema de punições e, em relação à “matemática do comportamento”, concluiu que o sistema de punições/recompensas cumpre, em última análise “as funções de estimular a competição entre os estudantes, fomentar divisões entre os ‘bons’ e os ‘mediócrs’, incentivar o denunciismo e eliminar comportamentos de questionamento, reivindicação e indignação” (ACCIOLY, 2020, p. 22).

Neste contexto das escolas militarizadas, o que cabe então ao corpo docente? Retomando as comparações realizadas por Accioly entre o documento “Regulamento” com a LDBEN, ela apontou que a lista de atribuições dos docentes inclui, além das atribuições pedagógicas expressas na LDBEN: participação em inúmeros estágios, seminários e encontros de atualização pedagógica e aperfeiçoamento profissional; cumprir diretrizes, normas e ordens contidas nos documentos e nas diretrizes da secretaria de educação; participar do Projeto Valores (sem, no entanto, ter função condutora); e dialogar com os monitores (militares) (ACCIOLY, 2020, p. 19). Os professores também devem primar por “pontualidade e assiduidade”, “apresentação pessoal”, “dedicação”, “equilíbrio emocional”, “responsabilidade” e “respeito às diferenças” (Ibid.). No documento “Diretrizes”, além destes, destacamos a presença da obrigatoriedade da participação no “Projeto Momento Cívico” (BRASIL, 2021, p. 17). Neste sentido, concordamos com a conclusão da pesquisa de Accioly, quando aponta em relação ao corpo docente que são impostas “restrições à autonomia para manejar o clima de sala de aula, intervir pedagogicamente nos conflitos e fomentar o desenvolvimento dos estudantes, em sua ampla acepção”. Ou seja, em última instância, são mecanismos que visam à conformação, à coerção e ao controle sobre as/os professoras/es.

Em linhas gerais, frisamos que, nessas escolas, ocorre algo muito além da mudança do modelo de gestão. Essa tentativa de difundir a ideia de que a militarização seria restrita a uma mudança “de gestão” pode ser observada, por exemplo, na própria apresentação do Pecim, que

busca propagandear o que seria uma distinção entre a “gestão” e o “trabalho didático-pedagógico”: “Os militares atuarão no apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto professores e demais profissionais da educação continuarão responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico.”²⁹⁰ Contudo, identificamos que todas estas estratégias convergem para a modelagem do comportamento, para uma determinada conformação estética-psico-física dos/as trabalhadores/as da educação, estudantes e responsáveis. Estratégias que resultam, em última instância, em processos pedagógicos. São maneiras de realização das disputas de hegemonia. São, inclusive, estratégias para a “modelagem de comportamento” que estão em conformidade com as orientações do BM e da OCDE para as competências socioemocionais de acordo com as necessidades de ajustes da formação dos trabalhadores demandadas pelo mercado, pelo grande capital (PRONKO, 2019; ACCIOLY, 2020; ACCIOLY e LAMOSA, 2021).

Assim, chegamos a um ponto-chave sobre as relações umbilicais entre os interesses do capital no contexto do neoliberalismo e as competências socioemocionais, por sua vez associadas à modelagem do comportamento, que estão presentes nas atuais contrarreformas educacionais, como a Reforma do Ensino Médio e a BNCC, por exemplo, e também na militarização das escolas, que por sua vez se estrutura também a partir das duas primeiras (ACCIOLY, 2020; ACCIOLY e LAMOSA, 2021). Em outras palavras, no âmbito da Educação, encontramos na essência da política de militarização das escolas a expressão (talvez a máxima) do casamento entre os interesses da frente liberal-ultraconservadora e a social-liberal, uma vez que se retroalimentam através dessa política, embora na aparência busquem distinção.

Para concluir, destacamos o caso de uma escola militarizada na cidade do Rio de Janeiro. O cenário é o evento de inauguração de uma escola militarizada através do Pecim, em agosto de 2020, no município do Rio de Janeiro, no bairro do Rocha – que foi a primeira do estado do RJ selecionada pelo Programa e a única na primeira fase de implantação. Nas palavras do então presidente da República, o papel das escolas militarizadas é “a formação de um bom liberal” (COLOMBO e LAMOSA, 2020). Essa inauguração, realizada mesmo em meio à necessidade de isolamento social em um período crítico da pandemia da covid-19, contou com a presença do próprio presidente, do bispo Marcelo Crivella (na época prefeito) e vários ministros, incluindo Milton Ribeiro.

Em maio do ano seguinte, a equipe da direção dessa escola foi exonerada após a grande

290 Trecho do texto de apresentação do Pecim, disponível até junho de 2023 no Portal do MEC, em <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/#o-programa>; último acesso em 22/09/2022.

repercussão midiática de vídeos que denunciavam que estudantes foram submetidos à aglomeração no pátio da escola, contrariando as determinações de distanciamento social e a realização de propaganda partidária pró-governo. O Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE) também encaminhou denúncias ao Ministério Público Estadual e à Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Nos vídeos, os/as estudantes apareceram forçados à aglomeração no pátio em um evento de formatura e obrigados à entoação do slogan do governo, “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos”. Além disso, a entoação de um grito de caráter também fascista (supremacista), que buscava fazer uma distinção (ou criar uma noção de privilégio) entre os estudantes da escola e os de outras instituições de ensino: “Nós somos nós e o resto é o resto!”.²⁹¹

Destacamos o caso dessa escola para resgatarmos a relação do conjunto de elementos de fascistização, que apontamos ao longo dessa seção, com o conjunto de elementos de fascistização intrínsecos ao bolsonarismo. Desta forma, dos elementos que enumeramos no capítulo IV referentes à fascistização bolsonarista, encontramos as seguintes correspondências no modelo de militarização, de acordo com a análise ora apresentada: a construção do mito da nação como valor supremo; o nacionalismo defensivo; o militarismo; o armamentismo; o patriotismo; o liberalismo/conservadorismo; o uso de métodos modernos de propaganda; a veneração ao líder/mito; o conspiracionismo; a direção do grande capital financeiro; e a ideologia escola sem partido.

²⁹¹ Dados obtidos no artigo citado no mesmo parágrafo e na reportagem do Portal G1, “Secretaria Municipal de Educação exonera direção da Escola Cívico-Militar no Rio após denúncia de aglomeração e ‘doutrinação’”, publicada em 25 de maio de 2021, disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/25/secretaria-municipal-de-educacao-exonera-direcao-da-escola-civico-militar-no-rio-apos-denuncia-de-aglomeracao-e-doutrizacao.ghtml>; último acesso em 30/08/2021.

CAPÍTULO VI

A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA EVANGÉLICA NO ÂMBITO DO ESTADO AMPLIADO: A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (2019-2022)

No capítulo IV, apresentamos o vínculo intrínseco entre a formação do bolsonarismo e o processo de fascistização de parte representativa da direção do segmento evangélico. No desdobramento desse processo, partir do início do governo de Jair Bolsonaro, vimos como a própria Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (FPE) passou a expressar, ao mesmo tempo, os interesses de igrejas e demais instituições evangélicas e de governo (Poder Executivo), de forma sistemicamente interrelacional nas disputas por diversificadas políticas através do próprio Congresso (Poder Legislativo). Neste capítulo, identificamos e analisamos a atuação dos parlamentares evangélicos no Congresso Nacional, organizados na FPE, no período do governo bolsonarista, buscando identificar através de quais aspectos ideológicos e de quais estratégias a nova pedagogia da hegemonia e o projeto bolsonarista de fascistização estiveram alinhados.

Na primeira parte, levantamos os intelectuais orgânicos evangélicos e as respectivas igrejas e denominações que dirigiram a FPE no período da 56ª Legislatura (2019-2022). Analisamos as estruturas de funcionamento e dinâmicas de atuação. Apresentamos o levantamento e parte da análise sobre o conteúdo das publicações da FPE na rede social *Instagram*. Em linhas gerais, o relevo foi dado às aproximações e tensionamentos entre a FPE e o projeto bolsonarista de fascistização, observadas as relações dessa organização com: outras frentes parlamentares (e bancadas); o presidente da República; e determinados ministérios estratégicos, tal como o Ministério da Educação e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Na segunda parte, refletimos sobre a disputa pelo sentido e pela função da instituição social família, por parte de FPE, e a sua relação com o projeto bolsonarista de fascistização. Estabelecemos as relações entre essa disputa e: a criação e do uso da ideia de “ideologia de gênero”, o uso da estratégia de criação de “pânicos morais” e a ideologia escola sem partido. Identificamos as propostas legislativas que são prioridade para a FPE e que são relacionadas à temática da família, bem como analisamos a relação destas políticas com a disputa pelo seu sentido e função. Também analisamos os materiais publicados na rede social *Instagram* sobre o tema, dando destaque aos elementos ideológicos e aos interesses do segmento evangélico em

tais políticas.

Na terceira e última parte, analisamos a defesa sistemática da política de Educação Domiciliar, circunscrita pela ideologia escola sem partido, que marcou a prioridade da FPE em relação às políticas educacionais no período. Buscamos destacar os elementos ideológicos fascistizantes contidos na defesa dessa política e da relação desta com as disputas pelo sentido e pela função de família. Ainda, observamos como a defesa da ED representou, ao longo do governo, uma interface da nova pedagogia da hegemonia evangélica e do projeto bolsonarista de fascistização.

6.1 Os intelectuais orgânicos e a composição da FPE

As frentes parlamentares são associações formais e suprapartidárias, correspondentes à Câmara de Deputados, ou ao Senado, ou a ambos (no caso das frentes parlamentares mistas) e, uma vez registradas oficialmente, podem requerer às casas legislativas, espaço físico e apoio para a divulgação de suas atividades. Portanto, são associações de deputados/as e/ou senadores/as, que se reúnem em torno de interesses específicos e não fazem parte da estrutura oficial do Congresso Nacional. Para uma frente parlamentar ser registrada oficialmente, é necessária a apresentação de pelo menos um terço de assinaturas de parlamentares, assim como o documento do estatuto de seu funcionamento, contendo os objetivos e os membros. Em virtude da Câmara ser composta por 531 deputados/as federais e o Senado por 81 senadores/as, a necessidade de um terço de assinaturas dos membros do Poder Legislativo faz com que muitos parlamentares assinem o registro oficial demonstrando o apoio à criação de determinada frente e unidade política em torno de seus interesses, ainda que não tenham sido eleitos a partir da relação com a área de atuação do tema da frente e/ou não participem ou não tenham a intenção de participar ativamente das reuniões e atividades promovidas pela mesma.

No caso das frentes religiosas, grande parte dos signatários/as não tem vínculo com as confissões religiosas, mas as integram (em muitos casos, mais de uma frente religiosa), contribuindo para o cumprimento do requisito legal e para o seu fortalecimento político e, ao mesmo tempo, abrindo caminho para possíveis articulações políticas em prol de interesses comuns.²⁹² Assim, na 56ª Legislatura (2019-2022), a Frente Parlamentar Evangélica do

292 No levantamento feito pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) a respeito das três frentes com

283

Congresso Nacional (FPE) foi registrada com o total de 203 membros signatários/as, dentre 195 deputados/as e 8 senadores/as²⁹³, dentre os quais 93 “professam a fé evangélica” (EQUIPE RELIGIÃO E PODER, 2020a).

Para a análise da religião dos parlamentares signatários, assim como as igrejas as quais estão vinculados, nos referenciamos na pesquisa “Monitoramento das Frentes Parlamentares com Identidade Religiosa do Congresso Nacional (2019-2022)”, realizada por uma equipe de pesquisadores/as do Instituto de Estudos da Religião (ISER), cujos dados abertos estão disponibilizados através de documento de banco de dados, gráficos (mapeamento) e artigos reunidos na plataforma Religião e Poder, que também conta com pesquisadores/as colaboradores/as de outras organizações. Outras pesquisas de plataformas de monitoramento (tal como o “Congresso em Foco”)²⁹⁴ e sites de jornalismo investigativo (tal como a “Agência Pública” ou o jornal “Metrópolis”, que tem um banco de dados específico sobre o tema)²⁹⁵ apresentaram levantamentos sobre a mesma questão. Contudo, optamos por não os mencionar diretamente pois os seus dados já foram considerados, checados e compilados na pesquisa do ISER.

Diferente das Frentes Parlamentares, as “bancadas” são outra forma de atuação no Congresso Nacional, que funcionam como coligações de parlamentares. Elas também apresentam o caráter suprapartidário, mas informal, representando interesses de seus partidos, de blocos partidários, região ou grupos de interesses específicos (EQUIPE RELIGIÃO E PODER, 2020a). Ou seja, elas geralmente têm maior âmbito de atuação se comparadas às Frentes Parlamentares, por possuírem uma maior amplitude de pautas dentro de um eixo temático e por agregarem maior número de parlamentares. A pesquisa do ISER identificou que na 56ª Legislatura a Câmara contou com 16 bancadas e um bloco parlamentar (uma bancada de mais de um partido, com uma liderança comum) e o Senado com 17 bancadas e 11 blocos, cada uma delas com um líder representante eleito (Ibid.).

“identidade religiosa” – a Frente Parlamentar Evangélica, a Frente Parlamentar Católica e a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana – na 56ª Legislatura (2019-2022), consta que, dos/das 392 deputados/as federais que assinaram uma ou mais de uma “frente religiosa”, 41 estavam nas três frentes e 142 em ao menos duas delas. Dados disponíveis em https://religioepoder.org.br/parlamento-isser/index.html#new_tab; último acesso em 21/10/2022.

293 Dados oficiais da Câmara dos Deputados, publicados em abril de 2019, disponíveis em https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf; último acesso em 09/06/2022.

294 Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/>; último acesso em 20/10/2022.

295 Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/evangelicos-sao-menos-da-metade-na-frente-evangelica-da-camara>; último acesso em 20/10/2022.

A pesquisa também explica que o surgimento da FPE, primeira frente religiosa do Congresso Nacional, veio a partir da formalização da “bancada evangélica”, o que não excluiu a forma de atuação anterior, uma vez que elas “não são excludentes, mas complementares” (Ibid.). Em relação à “bancada evangélica”, foram identificados 84 deputados/as federais e 11 senadores/as (EQUIPE RELIGIÃO E PODER, 2020b). Em relação à religião dos membros da FPE, como vimos, a pesquisa apontou que, dos 203 parlamentares signatários, 93 “professam a fé evangélica”, dentre eles 89 deputados e 4 senadores (EQUIPE RELIGIÃO E PODER, 2020a). Ou seja, através da comparação desses dados, percebemos que nem todos aqueles/as que “professam a fé evangélica” integram a “bancada evangélica”, reforçando a compreensão de que se são espaços dinâmicos de atuação complementares.

Ainda, considerando os 392 deputadas e deputados que integram uma ou mais das três frentes religiosas na 56ª Legislatura – a Frente Parlamentar Evangélica (203 signatários), a Frente Parlamentar Católica (216 signatários) e/ou a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (218 signatários) – a pesquisa identificou 69 parlamentares que denominou de “agentes de influência” (EQUIPE RELIGIÃO E PODER, 2020c). A classificação dos parlamentares ocorreu a partir da identificação (a partir de vários critérios) de que esses foram mais ativos, que realizaram mais posicionamentos em espaços públicos e que frequentemente foram quadros de lideranças dessas frentes e das bancadas religiosas, além de falarem em nome delas nas comissões especiais, no plenário, nas redes sociais oficiais e na grande mídia.

Assim, destacamos a síntese dos dados sobre o perfil dos 69 “agentes de influência”, que nos chamou a atenção: são principalmente evangélicos (57%), brancos (69%) e homens (81%). Ainda segundo a pesquisa, os “números reafirmam o protagonismo pentecostal (29 parlamentares), com maior incidência entre Assembleia de Deus e IURD se mantendo de outras legislaturas (24 parlamentares)” (Ibid.). Ou seja, considerando as três frentes religiosas, embora a FPE possua menor número se comparada com as outras duas nessa legislatura, os evangélicos somam mais da metade de todos os “agentes de influência” considerando o critério religioso nas quais se destacam os pentecostais e neopentecostais – o que, considerando o alinhamento desses “agentes de influência” com o governo federal (no período abordado), reforça nosso entendimento sobre o poder e o papel político-estratégico desse segmento religioso no contexto de fascistização no decorrer do governo bolsonarista.

Em relação à análise da vinculação partidária dos “agentes de influência”, destacamos

o trecho que trata da liderança da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), considerando também a vinculação ao bolsonarismo, na 56ª Legislatura:

A força da IURD (via Republicanos) se mantém, agora dividida com o PSD, ressaltando-se o viés conservador. Nas duas últimas legislaturas [54ª e 55ª Legislaturas] a divisão se dava com o PSC; em 2019 chegou a se dar com o PSL, uma vez que o partido ganhou projeção nas eleições presidenciais de 2018, com a candidatura do vitorioso Jair Bolsonaro. No entanto, o rompimento de Bolsonaro com o PSL, em 2019, gerou dissidências. (EQUIPE PODER E RELIGIÃO, 2020c, s/p).

Nesse sentido, destacamos outro dado da pesquisa do ISER que nos ajudou a pensar quais são os interesses que unificam determinados/as parlamentares que são lideranças da FPE ao bolsonarismo e quais são as suas estratégias de ação. Além dos “agentes de influência”, a pesquisa identificou o que considerou ser o “núcleo de articulação política” da FPE, que são os parlamentares que ocupam “diretorias e outras funções de destaque, além de ser aqueles que comumente se pronunciam em nome dela no Parlamento, em eventos públicos e nas diferentes mídias”, e são os principais proponentes de ações e responsáveis pela interlocução com os grupos que representam (EQUIPE RELIGIÃO E PODER, 2020b).

No documento “Banco de Dados – 56ª Legislatura” (EQUIPE RELIGIÃO E PODER, 2022), estão identificados e relacionados o total de 11 membros deputados que compõem o “núcleo de articulação política da FPE”²⁹⁶. Em nossa compreensão, a composição da correlação de forças das lideranças da articulação da FPE vai ao encontro da análise sobre os “agentes de influência”, uma vez que a direção política também esteve concentrada em intelectuais orgânicos pentecostais e neopentecostais, da Assembleia de Deus (AD) e da IURD, respectivamente.

Neste ponto, trazemos alguns apontamentos sobre a questão da identificação partidária de representantes dos interesses hegemônicos do segmento evangélico. Segundo Magali Cunha (2019), a adesão de representantes evangélicos a partidos (de legenda) não correspondia a uma afinidade ideológica, mas à escolha de partidos que oferecessem maiores chances de vitória nos pleitos. Esse cenário foi modificado pelas igrejas AD e IURD, que passaram a lançar suas candidaturas oficiais e, apesar de não terem criado um partido próprio do segmento evangélico,

296 A saber: 5 da Assembleia de Deus (pentecostal), Abílio Santana (PSC/BA), Cezinha de Madureira (PSD/SP), Glaustin da Fokus (PSC/GO), Silas Câmara (Republicanos/AM) e Sóstenes Cavalcanti (PL/RJ); 4 da IURD (neopentecostal), Gilberto Abramo (Republicanos/MG), Márcio Marinho (Republicanos/BA), Vavá Martins (Republicanos/PA) e Vinícius Carvalho (Republicanos/SP); 1 da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), David Soares (DEM/SP); 1 da Batista (sem especificação); e Rejane Dias (PT/PI), única de oposição do governo no núcleo de articulação política da FPE.

concentraram forte presença em determinados partidos (CUNHA, 2019). São eles: o Republicanos – fundado, em 2005, com o nome Partido Republicano Brasileiro, sob a sigla PRB – braço político da IURD, criado pela própria igreja; o Partido Liberal (PL) – fundado, em 2006, com o nome Partido da República, sob a sigla PR, a partir da fusão do antigo Partido Liberal (PL) e do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) – com forte presença de evangélicos da IURD; e o Partido Social Cristão (PSC), fundado em 1985 e registrado em 1990, foi ocupado pela AD a partir de 2002, com o objetivo de competir com o poder adquirido pela IURD no apoio ao primeiro mandato do governo Lula da Silva (Ibid.). Atualmente, o Republicanos é presidido por Marcos Antônio Pereira, bispo da IURD. Já o PSC, foi presidido pelo pastor Everaldo Dias Pereira, da AD e, em junho de 2023, foi incorporado pelo partido Podemos (PODE) – onde, então, o pastor ocupou a vice-presidência, sob a presidência de Renata Abreu, deputada federal por São Paulo, advogada, formada pela UPM.

Além dos três partidos ligados à IURD e à AD, Cunha apontou que o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) também têm forte presença do segmento evangélico, mas que atualmente concentram representantes de diversas igrejas, “reforçando no espaço político as disputas do campo religioso” (CUNHA, 2019, p. 55). Ou seja, considerando a totalidade do campo evangélico, assim como na FPE, na atuação através dos partidos políticos de legenda a concentração de intelectuais orgânicos evangélicos também está em pentecostais e neopentecostais.

Considerando todos os apontamentos sobre a questão da identificação com partidos de legenda, observamos que as igrejas que modificaram as estratégias de atuação política através do lançamento de candidaturas próprias e que concentraram em determinados partidos a sua força de atuação, são justamente as igrejas que foram a direção ideológica e política da FPE ao longo de sua trajetória e, mais especificamente, no período da 56ª Legislatura (2019-2022), com predominância da Assembleia de Deus. Podemos observar essa direção através dos presidentes eleitos – os deputados federais Silas Câmara (2019-2020), Cezinha de Madureira (2021-2022) e Sóstenes Cavalcante (2022) – todos oriundos de igrejas Assembleia de Deus. O primeiro, filiado ao partido Republicanos, é pastor da Assembleia de Deus – Ministério de Belém, empresário da área de radiodifusão e televangelismo, sendo sua família a proprietária da Rede Boas Novas de Televisão²⁹⁷. O segundo, filiado ao Partido Social Democrático (PSD), radialista

297 Seu irmão, Samuel Câmara, é também pastor, televangelista, oitavo presidente da Igreja Assembleia de Deus em Belém do Pará, fundador e presidente da Convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CADB), e proprietário da Rede Boas Novas. Informações obtidas em <https://portalcadb.com/>; acesso em 15/03/2023.

e apresentador de programas religiosos, é pastor da Assembleia de Deus Ministério de Madureira²⁹⁸. O terceiro, filiado ao Partido Liberal²⁹⁹, é teólogo e pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, apadrinhado politicamente e amigo pessoal do pastor Silas Malafaia, que é o presidente da igreja, ultraconservador e reconhecido pela defesa intransigente da ideologia escola sem partido. Sóstenes, inclusive, é um dos deputados/as federais que assinam o PL nº246/2019 que visa instituir o “Programa Escola sem Partido”.

Para tratarmos sobre os presidentes anteriores à 56ª Legislatura, primeiramente, faz-se necessário destacarmos um problema no processo de levantamento de dados para a pesquisa, assim como a solução que encontramos. Pelo fato da FPE (como toda frente parlamentar) não ser parte da estrutura oficial do Congresso Nacional, não é possível obter suas atas de reuniões ordinárias e demais documentos através do atendimento ao público da Câmara dos Deputados ou do Senado. Os únicos documentos públicos disponibilizados pela Câmara são aqueles de registro das frentes em cada legislatura. Ou seja, quando a presidência é alternada durante a legislatura, a ata de registro da escolha da nova presidência não é disponibilizada e não é possível obtermos esses dados a partir de documentos oficiais através das casas legislativas.

Além do site da Câmara, os outros canais que utilizamos para a obtenção de documentos da FPE foram as páginas oficiais nas redes sociais Facebook e Instagram (ambas possuem os mesmos conteúdos publicados)³⁰⁰. Contudo, como as páginas foram criadas como uma estratégia de comunicação da respectiva legislatura, também não foi possível obter dados e documentos do período anterior através destes meios. Neste sentido, não foi possível obter informações a respeito dos presidentes anteriores através de fontes primárias de maneira remota (virtual), o que tornou necessário buscar esses dados, assim como a obtenção de demais documentos internos e informações referentes às estratégias e políticas prioritárias da FPE de forma presencial através de ida a campo no Congresso Nacional.

298 Conforme apontamos no capítulo II, liderada pelo pastor Manoel Ferreira, presidente vitalício da Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil – Ministério de Madureira (CONAMAD).

299 O deputado Sóstenes Cavalcante era filiado ao Partido União Brasil (formado pela fusão do Partido Democratas, no qual o deputado era filiado, e do Partido Social Liberal) na ocasião em que foi eleito presidente da FPE. Posteriormente, ainda em 2022, filiou-se ao Partido Liberal (PL), quando o partido já havia aderido ao bolsonarismo.

300 Disponíveis em <https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/> (Facebook) e <https://www.instagram.com/fparlamentarevangelica/> (Instagram), criadas em 01 de abril e 02 de abril de 2019, respectivamente. Acessadas pela última vez em 20/04/2023. A FPE também possui outras duas páginas oficiais, a saber: na rede social Twitter, disponível em <https://twitter.com/fpevangelica19> e na plataforma de vídeos YouTube, disponível em <https://www.youtube.com/@frenteparlamentarevangelic4989>, ambas também criadas em abril de 2019. Tendo em vista o excesso de material para análise dentro dos limites da presente pesquisa, não utilizamos estas duas últimas páginas para levantamento de material, considerando também que os materiais levantados nas duas primeiras contemplaram as necessidades da pesquisa diante dos nossos objetivos.

Desta maneira, durante o período três dias, de 15 a 17 de agosto de 2022, percorri gabinetes e plenários da Câmara dos Deputados e, mais precisamente, a sala da Secretaria da FPE, localizada no 8º andar do Anexo IV da própria Câmara. Para o levantamento inicial de dados, optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas com assessorias dos gabinetes de determinados/as deputados/as federais que são signatários/as da frente, a partir dos seguintes objetivos: Benedita da Silva (PT/RJ), por se tratar de uma deputada de oposição à direção da FPE, do campo progressista, com o objetivo de obter informações relativas ao funcionamento, à estrutura, às estratégias e às políticas prioritárias da FPE; Jaziel Pereira de Sousa (PL/CE), ou Dr. Jaziel, por se tratar de um deputado que, na época, era membro suplente da diretoria da FPE e, ao mesmo tempo, presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling, com o objetivo de compreender as articulações que envolvem a atuação conjunta das duas frentes; dos ex-presidentes da FPE, João Campos (Republicanos/GO) e Silas Câmara (Republicanos/AM), com o objetivo de obter atas e demais documentos produzidos em legislaturas anteriores; e com a assessoria do então presidente da FPE, Sóstenes Cavalcante (então filiado ao DEM/RJ, atualmente ao PL/RJ), com o objetivo de obter documentos internos.

Além dessas assessorias dos gabinetes de deputados, também entrevistei o assessor da própria FPE – que me recebeu por cerca de uma hora na sala da Secretaria – e assisti a um culto realizado no Plenário 02 na Câmara dos Deputados, no dia 17 de agosto³⁰¹. Nenhum dos entrevistados autorizou gravação de áudio e os registros foram realizados através de caderno de campo. Além do registro escrito das entrevistas, também fotografamos a sala da Secretaria e a atividade do culto.

Como resultado das solicitações durante as entrevistas, obtivemos o documento interno de registro da posse do mandato de Sóstenes Cavalcante e da respectiva renovação da diretoria (sob o título “Empossada nova Diretoria da Frente Parlamentar Evangélica”) e outros três documentos internos da FPE (ANEXOS I, II e III), organizados no formato de quadros que são utilizados para a orientação da atuação dos parlamentares e da assessoria jurídica da frente. Os três documentos em formato de quadro são: 1) “PLs aprovados I”, que relaciona os PLs aprovados na Câmara e/ou no Senado com o apoio da frente; 2) “PLs priorizar II”, que relaciona os PLs que deveriam receber a concentração de esforços da frente para o avanço na tramitação

301 Segundo o assessor da FPE, os cultos ocorrem em plenários da Câmara, em todas as quartas-feiras, desde 2004. O mesmo foi afirmado por Pastor Elias, que conduzia o culto que observado no dia 17 de agosto dentro da Câmara. Além disso, identificamos essa informação sobre a existência e a frequência os cultos na edição de lançamento da Revista da FPE (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004).

e aprovação na Câmara e/ou no Senado; e 3) “PLs mais perigosos III”, que relaciona os PLs que a frente deveria concentrar atenção tendo em vista o “perigo” do processo de tramitação e/ou o “perigo” do conteúdo do projeto.

Dessa maneira, considerando a ida a campo, a partir da galeria de fotos dos ex-presidentes da FPE, recém-criada e exposta na parede do espaço de recepção na sala da Secretaria, identificamos todos os ex-presidentes da FPE, conforme consta na imagem a seguir.

IMAGEM 2 – “GALERIA DOS PRESIDENTES – FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL”



Fonte: De autoria própria.

Na imagem, observamos em destaque, à esquerda, o deputado federal Sóstenes Cavalcante (2022), então pelo UNIÃO/RJ (atualmente, no PL/RJ), pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, na época presidente da FPE, conforme apontamos. Em seguida, de cima para baixo, da esquerda para a direita, os respectivos deputados federais ex-presidentes da frente, em ordem cronológica a partir do ano em que foram eleitos para a presidência: 1º) Adelor Vieira (2003-2007), então pelo PMDB/SC, membro da Assembleia de Deus; 2º) Bispo Manoel Ferreira (2008), então pelo PTB/RJ, da Assembleia de Deus – Ministério de Madureira (ex-presidente da CGADB, atual presidente vitalício da CONAMAD e fundador e presidente do Conselho Nacional dos Pastores do Brasil); 3º) João Campos de Araújo (2010), então pelo PSDB/GO, delegado de polícia e pastor da Assembleia de Deus; 4º) Paulo Freire Costa (2013), então pelo PR/SP, atual PL/SP, pastor da Assembleia de Deus – Ministério de Belém, filho do

pastor José Wellington Bezerra da Costa, líder do mesmo ministério da AD; 5º) João Campos de Araújo (novamente, em 2015), então pelo Republicanos/GO; 6º) Hidekazu Takayama (2017), então pelo PSC/PR, pastor da Assembleia de Deus em Curitiba (PR); 7º) Lincoln Portela (2018), então pelo PR/MG, atual PL/MG, pastor e presidente da Igreja Batista Solidária; 8º) Silas Câmara (2019-2020), então pelo PRB/AM, atual Republicanos/AM, pastor da Assembleia de Deus – Ministério de Belém; e 9º) Cezinha de Madureira (2021/2022), então pelo PSD/SP, pastor da Assembleia de Deus – Ministério de Madureira.³⁰²

É interessante observarmos que essa direção política de intelectuais orgânicos pentecostais e neopentecostais expressa através do poder Legislativo (onde estão presentes, ao mesmo tempo, as dimensões da sociedade civil e da sociedade política) e, mais especificamente via FPE – tanto na presidência ao longo desses anos quanto no “núcleo de articulação política da FPE” identificado pela pesquisa do ISER – não é a mesma encontrada no poder Executivo, o que revela uma distribuição de forças através de diferentes estratégias de atuação do segmento evangélico no âmbito do Estado em sentido ampliado. No subcapítulo 5.1, observamos que os intelectuais orgânicos evangélicos na direção de ministérios (poder Executivo, sociedade política), foram majoritariamente representantes de igrejas protestantes históricas (em sua maioria renovadas ou pentecostalizadas). Segundo a pesquisadora Magali Cunha, essas indicações aos ministérios fizeram parte de uma estratégia de inclusão de uma diversidade evangélica nesses cargos que “foi bem traçada [por Jair Bolsonaro], revelando sua habilidade no trato com o segmento religioso” (CUNHA, 2021a, s/p), considerando que pentecostais e neopentecostais já tinham a presença garantida no Legislativo.

Todavia, esse alinhamento entre intelectuais orgânicos pentecostais e neopentecostais na direção da FPE não ocorreu sem tensionamentos. Pesquisadores apontaram, inclusive, que na 56ª Legislatura foi observada, de forma inédita, um tensionamento na disputa pela presidência, tendo em vista que nas reuniões de eleição em outras legislaturas os parlamentares se uniam em torno de um único nome, que era encaminhado e aprovado de forma consensual. Na ocasião escolha pelo nome de Silas Câmara, em 2019, outros cinco nomes estavam na disputa: os deputados Abílio Santana (PSC/BA), Cezinha de Madureira (PSD/SP), Glaustin da Fokus (PSC/GO), Sóstenes Cavalcanti (PL/RJ) – todos eles da Assembleia de Deus e

302 As informações sobre os deputados foram obtidas a partir das seguintes fontes primárias: na página “Biografia” de cada um, disponibilizada pela Câmara dos Deputados; sites e redes sociais pessoais (informações autodeclaradas); e artigos de jornalismo investigativo. Todas as informações inseridas foram obtidas por mais de um meio e não apresentaram contradição após o processo de cruzamento dos dados colhidos nas diferentes fontes. O levantamento desses dados, em específico, ocorreu no período de janeiro de 2023 a julho de 2023.

classificados pela pesquisa do ISER como “núcleo de articulação política da FPE”, conforme destacamos – e a deputada Flordelis (PSD/RJ), pastora e cantora, que tinha cinco filiais de uma igreja neopentecostal própria, o Ministério Flordelis.³⁰³ Segundo Abreu e Cunha (2022), o “racha” colocou em evidência as “competições entre três polos da Assembleia de Deus: o de Belém e o de Madureira, historicamente antagônicos, frutos de divisão no início do século 20, e o da ADVEC [Assembleia de Deus Vitória em Cristo], cujo presidente é o Pastor Silas Malafaia, fruto de divisão com o Ministério Belém.” (ABREU e CUNHA, 2022, s/p).

Na ata registrada na Câmara dos Deputados, consta que os deputados concorrentes à presidência da FPE foram retirando suas candidaturas, declarando apoio ao deputado Silas Câmara, que enfim foi eleito por aclamação. Na ata consta uma fala do presidente eleito, dirigindo-se aos jornalistas presentes, de que a “Frente Parlamentar nunca esteve dividida” e que a eleição por aclamação seria a evidência dessa unidade (CONGRESSO NACIONAL, 2019). Dentre as propostas de Silas Câmara para a sua gestão, todas aprovadas, constam mudanças estatutárias e ações estratégicas no Congresso nacional, das quais destacamos: a presença de representantes da frente em todas as comissões permanentes ou qualquer outra comissão (especial) no Congresso; a implantação de “um trabalho cujo objetivo seja sentinela dos propósitos que defenda” os “princípios: criação, vida, família e o povo, deixando os embates legislativos que estejam fora dessa cobertura para as instâncias devidas”; buscar demonstrar a todos (membros da frente, sociedade e imprensa) que estão unidos em “um só pensamento”; organizar a “relação com as casas legislativas e construir uma agenda BRASIL+CRISTÃO+INFORMADO E PREPARADO para o embate legislativo”; e buscar integração entre os “políticos cristãos e evangélicos e as lideranças evangélicas do Brasil” (Ibid., p.4-5). A eleição de Câmara, que representou a continuidade da direção política da FPE em relação à legislatura anterior, também consagrou a renovação do apoio ao governo de Jair Bolsonaro.

Em novembro de 2019, em contrapartida à imagem de ausência de conflitos internos que a FPE buscou imprimir na ocasião da eleição “consensual” de Silas Câmara, segundo consta

303 Alguns meses depois da reunião, em junho de 2019, a deputada Flordelis foi acusada pelos crimes de homicídio triplamente qualificado do pastor Anderson do Carmo, que era seu marido, além de uso de documento falso e associação criminosa armada – em novembro de 2022 ela foi condenada a 50 anos de prisão. Além da chamar a atenção a circunstância da tamanha brutalidade do crime no qual a deputada foi mandante – segundo a justiça, por interesses financeiros – destacamos o caso também pelo fato de que o pastor Anderson do Carmo era, quando foi assassinado, colaborador voluntário da FPE e cumpria a função de Secretário Executivo, conforme consta em “Nota de Pesar” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019a), em 16 de junho de 2019.

na cobertura de uma reunião da FPE, feita pelo jornal Folha de S. Paulo, Sóstenes Cavalcante (que depois foi presidente, em 2022) entrou em atrito com a presidência na ocasião de uma mudança estatutária, que permitiria a reeleição de Câmara para o mandato de 2020 (BOLDRINI, 2019). Segundo a mesma reportagem, Cavalcante queixou-se da movimentação para essa mudança estatutária que foi liderada pelo deputado Cezinha de Madureira (que depois foi presidente, em 2021-2022), com o apoio dos deputados David Soares, Gilberto Abramo, Márcio Marinho, Vavá Martins e Vinicius Carvalho. Ressaltamos que todos estes são nomes identificados como “núcleo de articulação política da FPE” na pesquisa do ISER. Com exceção de Cezinha, todos são neopentecostais: David Soares é filho do pastor R. R. Soares, fundador e líder da IIGD; Gilberto Abramo é membro da IURD; Márcio Marinho é bispo da IURD; Vavá Martins é pastor (inicialmente da IURD e depois passou a se dizer pastor interdenominacional); e Vinicius Carvalho é pastor da IURD, ex-radialista e ex-executivo da TV Record.

Em dezembro de 2021, ocorreu um novo atrito envolvendo Cezinha de Madureira e Sóstenes Cavalcante – que estabeleceram acordo para o revezamento na presidência da frente em 2021 e 2022. O caso envolveu os líderes de suas igrejas, o pastor Silas Malafaia e o bispo Samuel Ferreira, respectivamente, na ocasião do culto realizado na posse de André Mendonça como ministro do STF (que contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro). Na cerimônia, contrariando o acordo de revezamento, o bispo Ferreira fez campanha pública para a continuidade de Cezinha de Madureira na presidência da FPE e os dois líderes trocaram ofensas em redes sociais.³⁰⁴

Essas situações de conflitos internos denotaram que, embora tenham ocorrido embates em torno da disputa pela direção política envolvendo intelectuais orgânicos pentecostais e neopentecostais (majoritariamente da AD, considerando suas ramificações, e da IURD), a unidade a partir de determinados princípios que os coligam na FPE – tais como o fundamentalismo, o conservadorismo e o reacionarismo sob a insígnia “Deus, pátria, família e liberdade” manteve-se inabalada, assim como o alinhamento ao bolsonarismo. Outra comprovação dessa continuidade foi a realização das trocas previstas para a presidência da FPE, com a liderança de Cezinha de Madureira e Sóstenes Cavalcante, que deram prosseguimento à aliança governista.

304 As informações sobre o conflito entre os parlamentares e as lideranças de suas igrejas foram obtidas em “Aliado de Malafaia assume comando da bancada evangélica em meio a disputa interna”, publicada em 09/02/2022, em Congresso em Foco, disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/bancada-evangelica-troca-de-comando-apos-richa-interna/>. Acesso em 30/04/2022.

Em relação ao alinhamento político com o governo Bolsonaro, diversos são os exemplos da amplitude do apoio e da articulação política, nos âmbitos tanto da atuação parlamentar quanto da atuação de intelectuais orgânicos que lideram as maiores igrejas evangélicas pentecostais, neopentecostais ou aquelas históricas renovadas (pentecostalizadas) do país.³⁰⁵ No caso da FPE, inclusive, em alguns dos poucos momentos em que o elo entre a organização e o governo bolsonarista foi publicamente questionado, a frente posicionou-se retificando a aliança. Na “Nota Pública” lançada em 11 de outubro de 2021, por exemplo, diante de uma matéria do jornal Folha de S. Paulo que apontava uma crise entre evangélicos e o presidente Bolsonaro no contexto da indicação do ministro André Mendonça ao STF. A FPE afirmou, naquela ocasião: “Não existe crise entre os evangélicos e o governo do Presidente Bolsonaro, ao contrário do que informa a matéria. [...] Assim, qualquer ilação sobre suposta crise entre evangélicos e o Presidente da República, Jair Bolsonaro, não procedem!”, acrescentando que o objetivo de matérias com esse conteúdo seria “gerar instabilidades” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2021a). Sequer em momentos de maior instabilidade do governo no âmbito do Poder Executivo, como foi o caso do escândalo de corrupção do MEC envolvendo o ministro Milton Ribeiro, por exemplo, a FPE manifestou contrariedade ou rompimento com Jair Bolsonaro.

Para melhor entendimento a respeito do alinhamento entre a FPE e Jair Bolsonaro, durante a 56ª Legislatura, apresentamos os dados sobre o conteúdo das publicações da FPE na página oficial na rede social digital Instagram – materiais publicados entre abril de 2019 (ocasião da criação dessa página oficial) e dezembro de 2022 (final da legislatura). Analisamos o conteúdo e classificamos em cinco “tipos de materiais”³⁰⁶ e diferentes níveis

305 Reforçamos que esse mesmo alinhamento foi observado na seção anterior, quando tratamos da ocupação evangélica nos ministérios e, especificamente, no MEC e na orientação das políticas educacionais. Também foi observamos o alinhamento no capítulo IV, quando tratamos do documento “Manifesto à Nação” e das ações negacionistas no período da pandemia da covid-19.

306 O método e os critérios para a classificação em “tipos de materiais” foram definidos após a conclusão da leitura e da caracterização de todo o material, em análise que considerou o conteúdo, a linguagem (e gênero textual) e o padrão estético. Dessa forma, seguem algumas observações com o objetivo de elucidar os procedimentos metodológicos e critérios empregados na classificação: a) Em “Divulgação de ações ou peças publicitárias de campanhas da FPE”, para a caracterização de “campanha”, consideramos conteúdos presentes em pelo menos 5 materiais, com a mesma presença de um padrão estético/gráfico e/ou *slogan*; b) em “Divulgação ou registro de reuniões ou eventos que a FPE organizou ou foi oficialmente convidada” e “Divulgação ou registro de cultos da FPE realizados dentro da Câmara dos Deputados”, para a caracterização de “reunião”, “evento” e “culto”, não consideramos apenas as fotografias ou vídeos (quando foi o caso desse tipo de registro), mas também a descrição em texto verbal da própria FPE a respeito de cada ocasião, tendo em vista a semelhança de reuniões, cultos e/ou eventos em diversos registros fotográficos; c) em “Notas de esclarecimento, apoio, repúdio, pesar ou manifestos (em forma de vídeo, matéria escrita e/ou documento)”, optamos pela aglutinação de todo o tipo de “nota” ou “manifesto” neste único “tipo de material”, sem distinguir nessa caracterização geral aquilo que seria um manifesto

(subclassificações) o total 647 materiais de publicações realizadas no período.³⁰⁷ Os dados gerais podem ser observados na tabela a seguir.

QUADRO 5 - PUBLICAÇÕES DA FPE NA REDE SOCIAL INSTAGRAM NA 56ª
LEGISLATURA (POR TIPO DE MATERIAL)

TIPO DE MATERIAL	INCIDÊNCIA	RELAÇÃO COM O TOTAL
Divulgação de ações ou peças publicitárias de campanhas da FPE	177	27%
Divulgação ou registro de reuniões ou eventos que a FPE organizou ou participou oficialmente como convidada	135	21%
Divulgação ou registro de cultos da FPE realizados dentro da Câmara dos Deputados	131	20%
Notas de esclarecimento, apoio, repúdio, pesar ou manifestos (em forma de vídeo, matéria escrita e/ou documento)	130	20%
Peças publicitárias de campanha de evangelização com versículos bíblicos	74	12%
TOTAL	647	100%

Elaboração própria. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (Instagram).

Em relação aos materiais classificados como “Divulgação de ações ou peças publicitárias de campanhas da FPE”, destacamos que todos estavam alinhados com as políticas de governo, nas mais diversas áreas de atuação e na relação com todos os ministérios. Dentre os materiais classificados como “Divulgação ou registro de reuniões e eventos que a FPE organizou ou foi oficialmente convidada”, chamou a atenção o fato de que 41 dos 135 materiais eram referentes a eventos ao lado de Jair Bolsonaro organizados pela FPE, pela presidência da República ou outros, o que representa 30% do total de materiais de divulgação de reuniões e eventos.

A seguir, duas imagens retiradas de duas publicações que ilustram a representação da

ou nota de apoio ou repúdio, pois identificamos que em muitos casos um mesmo documento apresentava, ao mesmo tempo, repúdio à determinada questão e apoio à outra (exemplo: nota de repúdio ao PT e de apoio à empresa Jovem Pan, em um mesmo documento); em “Peças publicitárias de campanha de evangelização com versículos bíblicos”, foram consideradas apenas as publicações cujo conteúdo central era um versículo bíblico ou uma mensagem de contexto bíblico (ex: “Fé”, “Cristo ressuscitou. Aleluia!”, dentre outros), e foram descartadas dessa classificação aquelas que tinham outro conteúdo central e um versículo bíblico como complemento.

307 Alguns materiais distintos foram identificados em uma mesma “publicação”, conforme a nomeação da plataforma da rede social. Dessa maneira, esclarecemos que, ao todo, foram analisadas todas as 608 “publicações” do período da 56ª Legislatura, o que resultou na análise e na classificação do conteúdo de 647 materiais publicados.

relação entre o governo e a FPE através da visão da organização.

IMAGEM 3 – REUNIÃO DA FPE E PRESIDENTES DE IGREJAS COM JAIR BOLSONARO E PAULO GUEDES PARA PRESSIONAR CONTRA A TRIBUTAÇÃO DE TEMPLOS RELIGIOSOS



Reprodução. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2019b).

IMAGEM 4 – APOIO DE JAIR BOLSONARO À FPE



Reprodução. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2019c).

Outra presença marcante nas publicações sobre reuniões e eventos foi a ministra pastora Damares Alves (MMFDH), ex-assessora legislativa da FPE em legislaturas anteriores, que apareceu ao lado da FPE em 16 registros ou divulgações nessa categoria. Dentre esses eventos, destacamos três edições da “Conferência para Agentes Públicos e Políticos Cristãos da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional: O novo Brasil na perspectiva cristã”, organizada pela FPE em parceria com outras organizações e instituições religiosas, nos estados da Bahia e Amazonas e no Distrito Federal, nas quais a ministra proferiu palestras ao lado do ministro Abraham Weintraub.

Na sequência, uma imagem retirada da publicação em formato de vídeo que ilustra a relação da FPE com a ministra. Em referência aos 200 dias de governo, em um balanço das ações do MMFDH e a relação com as ações da FPE, nas palavras de Damares: “Esse ministério são as bandeiras da Frente” e “Agradeço muito à Frente Evangélica e especialmente ao seu mandato agora”, referindo-se à Silas Câmara, então presidente.

IMAGEM 5 – VÍDEO DE DIVULGAÇÃO DA ALIANÇA ENTRE A FPE E O MMFDH



Reprodução. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2019d).

Ainda, destacamos o conteúdo das “Notas de esclarecimento, apoio, repúdio, pesar ou manifestos (em vídeo ou matéria escrita)” no qual identificamos 16 materiais específicos de

apoio ao presidente Jair Bolsonaro entre os 130 deste tipo (12,3%).³⁰⁸ Dentre os materiais desse tipo (notas e manifestos) apenas 3 dos 130 (o que representa 2,3%) não estavam alinhados com as políticas de governo: todos de junho de 2019, referentes à contrariedade da FPE ao Decreto Presidencial nº 9785/2019, sobre aquisição, cadastro, registro, posse, porte e a comercialização de armas de fogo e de munição. Na ocasião, a Frente manifestou-se, através de nota, ser parcialmente contrária por considerar o ato normativo inconstitucional, mas no mesmo documento reforçou o apoio ao governo, apesar da discordância: “[...] reiteramos o nosso apoio ao governo do Presidente Jair Bolsonaro, entendendo que eventuais divergências não nos distanciarão do propósito comum [...]” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019e).³⁰⁹

Outros dados que corroboram nosso entendimento do alinhamento político e da aliança do segmento evangélico às políticas bolsonaristas no âmbito do Congresso Nacional (o que envolve de sobremaneira a articulação promovida pela FPE) foram obtidos no levantamento produzido pelo canal de monitoramento Congresso em Foco. Segundo os dados do levantamento, entre fevereiro de 2019 e fevereiro de 2020, enquanto na Câmara a taxa média de “governismo” (votações de acordo com o governo) a taxa média alcançou o patamar de 76%, entre os deputados evangélicos foi de 89% (FREY, 2021). No Senado, a taxa média do “governismo” chegou a 87%, enquanto entre os senadores evangélicos foi de 91% (Ibid.).

Além do bolsonarismo, a FPE esteve coligada à Frente Parlamentar Agropecuária (FPA, correspondente à “bancada ruralista”) e à Frente Parlamentar da Segurança Pública (FPSP, correspondente à “bancada da bala”), mantendo a aliança que foi observada por pesquisadores nas legislaturas anteriores.³¹⁰ Quanto ao alinhamento político com a FPA, além do apoio ao governo federal, destacamos o apoio a pautas antiambientais. Os dados de um levantamento da Agência Pública, em 2022, mostraram que a maior parte dos parlamentares da FPE foram favoráveis ao que passou a ser chamado pelos ambientalistas como “PLs da Morte”, por ser um conjunto de cinco Projetos de Lei que são graves ameaças ao meio ambiente e aos povos tradicionais.³¹¹ Considerando a variação da tramitação dos cinco PLs, de 66% a 69% dos

308 Outra pessoa sistematicamente apoiada pela PFE foi o ministro André Mendonça – representante evangélico, conforme apontamos na seção anterior deste subcapítulo – no período em que foi indicado e empossado no STF.

309 Adiante, na próxima seção, apresentaremos os pontos referentes à nossa análise sobre os materiais de “Divulgação de ações ou peças publicitárias de campanhas da FPE”.

310 Informações e banco de dados sobre as alianças das bancadas levantadas pela Agência Pública, publicadas em “As bancadas da Câmara” (MEDEIROS e FONSECA, 2016).

311 “Além do PL 191 [de 2020, que favorece a exploração de mineração e geração de energia em territórios

parlamentares signatários da FPE votaram a favor dos projetos, enquanto de 5% a 15% votaram de forma contrária e os demais se abstiveram do voto, demonstrando consistência no apoio aos PLs que são de extremo interesse da FPA (POERNER, 2022).

Além do apoio expresso nas votações, a análise do levantamento também apontou que os três presidentes da FPE na 56ª Legislatura foram proponentes de PLs antiambientais e concentraram esforços para o avanço dos interesses do agronegócio através do Congresso Nacional (Ibid.). Sóstenes Cavalcante, então presidente da FPE, em entrevista, afirmou que a frente não especificamente sobre o apoio aos PLs relacionados às pautas ambientais, mas como a mesma era formada por “80% de deputados de partidos da base aliada do governo” a tendência era de votar a favor dos projetos que eram de interesse do governo (como é o caso do conjunto de “PLs da Morte”) (Ibid.). Porém, no documento interno “PLs aprovados I” (ANEXO I), que obtivemos em nosso levantamento de campo, que relaciona os PLs que, segundo a FPE, foram aprovados com o seu apoio, consta o PL nº 2633/2020, conhecido como PL da Grilagem (que possibilita a regularização fundiária de terras da União por autodeclaração, que atende especialmente os interesses do setor do garimpo). Ou seja, ainda que os representantes declarassem publicamente que não havia uma orientação formal da FPE pelo voto a favor de PLs antiambientais (ancorados nos interesses do agronegócio), o documento que obtivemos comprova o contrário (pelo menos em relação a um dos “PLs da Morte”).

Ainda em relação ao alinhamento político com a FPA nessa legislatura, destacamos um outro trecho da fala do então presidente da FPE, Sóstenes Cavalcante, que reforça a ideia de que o apoio é estabelecido por interesses ideológicos e, também, com vistas à reciprocidade do apoio:

Normalmente a gente trabalha com a frente do agronegócio. Temos uma tendência a se alinhar com essa frente, *nos nossos temas que são prioritários [para nós], mais ligados a costumes, a gente também conta com a ajuda da frente do agronegócio.* Nesses assuntos a nossa tendência será também alinharmos, dentro da responsabilidade necessária, com a [FPA]. (CAVALCANTE, em entrevista concedida à POERNER, 2022, s/p, grifo nosso).

Em relação ao alinhamento com a FPSP, destacamos que na pauta armamentista, no sentido da flexibilização da posse e do porte de armas de fogo por civis, os intelectuais

indígenas], essa lista de projetos inclui o PL 3729/2004, que trata sobre licenciamento ambiental; o PL 6299/2002, conhecido como o Pacote do Veneno; o PL 2633/2020, conhecido como o PL da Grilagem; e o PL 490/2007, que altera o Estatuto do Índio e defende a tese do Marco Temporal, que limita o reconhecimento de territórios tradicionais.” (POERNER, 2022, s/p).

orgânicos evangélicos frequentemente encontram-se divididos. No governo bolsonarista, diante dos decretos presidenciais que seguiram os interesses da FPSP no sentido do amplo aumento da flexibilização da posse e do porte, os membros da FPE se dividiram e a organização não emitiu um posicionamento oficial – nessa ocasião, o então presidente, Silas Câmara, anunciou que essa era uma questão de voto de “bancada partidária” e que a frente não se manifestaria “enquanto um colegiado”.³¹²

Ainda que os parlamentares não tenham um acordo sobre o tema (que também divide a base evangélica), é notável o crescimento da defesa do porte de armas entre os pastores líderes das maiores igrejas evangélicas pentecostais, neopentecostais ou históricas renovadas (pentecostalizadas) do país, justamente na esteira do processo de fascistização impulsionado pelo bolsonarismo. Isso pode ser observado em falas explícitas, por exemplo, dos pastores André Valadão (líder da Igreja Batista da Lagoinha) e Robson Rodovalho (líder da igreja Sara Nossa Terra).³¹³ Segundo levantamento da Agência Pública, os principais argumentos utilizados por líderes evangélicos na retórica armamentista baseiam-se na ideia da “autodefesa” e da “proteção da família” e da “proteção da propriedade”; e são utilizados trechos do Antigo e do Novo Testamento da Bíblia em suas justificativas (POERNER, FONSECA e CORREIA, 2022).

Segundo o mesmo levantamento, a despeito de não haver uma orientação oficial por parte da FPE, foi a sua participação ativa que garantiu a aprovação do PL nº 3723/2019 na Câmara dos Deputados, com texto que visa alterar o Estatuto do Desarmamento (de 2003), Código Penal, a Lei de Segurança Pública Bancária e a Lei de Segurança Nacional, flexibilizando regras de registro, cadastro e porte de armas de fogo. Os votos da FPE “foram quase a metade de todos os votos pela aprovação do projeto” (Ibid.). Para além da questão armamentista, identificamos que as duas frentes (FPE e FPSP) demonstraram o alinhamento especialmente no apoio à defesa da redução da maioridade penal para 16 anos de idade – através da PEC nº 115/2015, conforme pode ser observado no ANEXO II – e no apoio ao governo Bolsonaro, em movimento conjunto, ao longo de toda a legislatura.

312 Depoimento de Silas Câmara disponível em “Bancada da Bíblia se divide sobre apoio a decreto de armas”, por Afonso Benites, em El País, publicado em 20/05/2019, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/politica/1557873968_114557.html. Acesso em: 30 abr. 2022.

313 Trechos de falas disponíveis em “Bolsonarismo alavanca gosto por armas entre evangélicos”, por Anna Virginia Balloussier, no jornal Folha de S. Paulo, publicado em 19/12/2022, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/bolsonarismo-alavanca-gosto-por-armas-entre-evangelicos.shtml>. Acesso em: 15/07/2023.

Diante do todo o exposto, considerando: i) os documentos internos que obtivemos que revelam a organização de estratégias de atuação no Congresso Nacional a partir de interesses e causas próprias; ii) o alinhamento ideológico e a continuidade da direção política orientada para o apoio ao governo bolsonarista; iii) a coesão da atuação dos membros signatários em conformidade com a direção e a orientação política; e iv) o estabelecimento de estratégias de atuação que envolvem, além da atuação no Congresso Nacional, campanhas publicitárias em redes sociais e a emissão de notas públicas com posicionamentos sobre temas diversos de acordo com interesses próprios; finalizamos essa seção com a enunciação de uma possibilidade de caracterização da FPE. Consideramos que ela pode ser compreendida como uma organização que cumpre a função de partido, no sentido gramsciano. Consideramos a possibilidade de sua caracterização como um partido evangélico liberal-ultraconservador, composto por um conjunto de diversas frações de classe dominantes, que apresentou uma guinada à extrema direita com elementos de fascistização. Neste período, verificou-se a predominância da orientação bolsonarista.

6.2 “Deus, Pátria, Família e Liberdade!”: a fascistização da disputa pelo sentido e pela função da instituição social ‘família’

“Boa noite. ‘*Deus, Pátria, Família e Liberdade!*’ Temos um governo [...] que respeita a família brasileira, um governo que diz não ao aborto porque ele entende que a vida existe desde sua concepção. Um governo que respeita as crianças em sala de aula: não à ideologia de gênero (sic). [...] um governo que não quer legalizar as drogas. Um governo do livre-mercado. [...] Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!”. (JAIR BOLSONARO, 2022; Transcrição de trechos do discurso final de Jair Bolsonaro em debate promovido pela TV Globo em 29 de setembro de 2022, no primeiro turno das eleições presidenciais daquele ano, quando tentava a reeleição, grifo nosso).

O lema que grifamos na transcrição da fala de Jair Bolsonaro foi repetido diversas vezes por ele, enquanto presidente (em discursos e documentos) e enquanto candidato à reeleição. Essa não foi uma fala aleatória. “Deus, Pátria e Família”, que se tornou um dos *slogans* da campanha bolsonarista – às vezes com o acréscimo de “liberdade”, para frisar a ideologia liberal-ultraconservadora – era o lema da organização Ação Integralista Brasileira (AIB), um movimento integralista fundado no país nos anos 1930, que se consolidou como a maior

organização de inspiração fascista fora do continente europeu. Tampouco foi uma inovação do bolsonarismo a disputa pelo sentido e pela função da “família”. O atual movimento de restauração do sentido e da função da instituição social família, amparado e adensado pelo bolsonarismo, ancorado no fundamentalismo³¹⁴ cristão (que estabeleceu o modelo de família cisheteropatriarcal e monogâmica)³¹⁵, também é inspirado em movimentos fascistas históricos que, por sua vez, tinham na disputa pelo sentido e pela função da família uma de suas principais linhas de ação.

Nosso olhar para a análise daquilo que estamos chamando de “disputa pelo sentido e pela função da família” foi orientado, especialmente, pela leitura de Engels (2017) e Reich (1974), que convergem na compreensão da família enquanto uma instituição social, cuja origem (na modernidade) está umbilicalmente relacionada às origens do Estado e da propriedade privada. A família (patriarcal e monogâmica), é uma das instituições de apoio mais fundamentais do Estado burguês que, uma vez reestruturada de modo diverso de suas origens primitivas, a partir das transformações das relações sociais de produção, transformou-se em uma instituição social cuja principal função é a conservação do próprio sistema de classes que a constituiu (ENGELS, 2017). A partir dessa compreensão mais ampla da constituição da família enquanto instituição social e dos estudos marxistas sobre ideologia (que trouxemos no capítulo I), colhemos de Wilhelm Reich (1897-1957)³¹⁶ as suas contribuições sobre a ideologia

314 Existem controvérsias sobre o termo “fundamentalismo”. Em nosso estudo, tal como apontamos no capítulo II, consideramos a origem estadunidense entre os teólogos protestantes no início do século XX e utilizamos o emprego, tal como definiu Junqueira, “em relação a atitudes, disposições, concepções, valores e mobilizações moralistas (especialmente em matéria sexual), conservadoras, ultraconservadoras, tradicionalistas, dogmáticas, intransigentes e intolerantes, particularmente de matriz religiosa, que se expressam contrariamente à laicidade, ao pensamento crítico e aos direitos humanos entendidos em bases emancipatórias, feministas, antirracistas, etc.” (JUNQUEIRA, 2022, p. 46). Também nos referenciamos nos estudos que colocam em evidência a relação entre o “fundamentalismo” e o “pentecostalismo” para a realização do uso do termo: “Nos anos 40, o movimento fundamentalista desdobrou-se no cisma *evangelical*, que, hoje, forma o maior segmento religioso dos Estados Unidos, encabeça a direita cristã e constitui uma das maiores bases sociais do Partido Republicano. Na América Latina, o pentecostalismo, vertente cristã que mais cresce no mundo, é seu principal representante.” (MARIANO e GERARDI, 2019, p. 65).

315 Além da questão da sexualidade e de gênero, destacamos, tal como Junqueira, que “A promoção dos ‘valores da família’ e a renaturalização da ordem moral se articulam com processos em que configuração de sexualidade, de gênero, raça, etnia, nação, classe e corpo se intersectam e podem se realinhar ao sabor de prerrogativas políticas, geopolíticas ou socioeconômicas. A valorização da mulher branca e da maternidade pode, por exemplo, atrelar-se ao pânico moral contra políticas de imigração, estimular a islamofobia, nutrir processos de discriminação contra religiões de matrizes africanas, e assim por diante.” (JUNQUEIRA, 2022, p. 43).

316 Wilhelm Reich, austríaco, foi um médico neurologista, formado em psicanálise com Sigmund Freud (1856-1939), com quem trabalhou conjuntamente durante mais de uma década na Sociedade Vienense de Psicanálise (de onde foi expulso em 1934, sob a alegação de que era “comunista”). Aprofundou os estudos psicanalíticos no meio acadêmico, observando a questão da neurose e da repressão sexual também a partir do plano físico (além do psíquico), publicando vasta obra. Atuou no Partido Comunista da Áustria de 1927 a 1933, quando foi expulso ao entrar em conflito com os dirigentes com a sua interpretação sobre as diversas formas de dominação

da família naquilo que ele destrinchou e caracterizou como “psicologia de massa do fascismo” (REICH, 1974). Consideramos que essas leituras nos ajudam a pensar a questão da disputa pelo sentido de família e da sua função no processo da realização da dominação burguesa nos marcos da autocracia e, mais precisamente, no processo de fascistização bolsonarista no qual vemos a ofensiva do fundamentalismo religioso (católico e evangélico) sob o bordão da “defesa da família”, no âmbito do Estado ampliado.

Em uma de suas sínteses, Reich apontou que, na combinação de fatos econômicos e ideológicos,

[...] a família burguesa apresenta-se como o *primeiro e principal lugar de reprodução do sistema capitalista*, ou ainda, do sistema de economia privada, como *fábrica da sua ideologia e da sua estrutura*. É por isso que a “*defesa da família*” é o primeiro mandamento da política cultural reacionária. Fundamentalmente, isso esconde-se ideologicamente atrás de palavra de ordem pomposa de “defesa do estado, da cultura e da civilização”. (REICH, [1933] 1974, p. 59, grifo nosso).

Assim, nessa instituição social, “principal lugar de reprodução do sistema capitalista”, “fábrica de estrutura e de ideologia”, vão sendo formados os sentidos de pátria, nação, chefe, dentre outros, como “produtos sociais” (Ibid., p. 51-59). Reich também constatou que a constituição da função da família ocorreu conjuntamente com a história da repressão sexual, e que essa não se trata de um processo de produção de cultura, mas de ordem social, pois também começou a formar-se com a propriedade privada dos meios de produção e com o início da divisão em classes, uma vez que a classe dominante passou a edificar uma organização própria de política sexual (REICH, 1974). Ou seja, a classe dominante estabeleceu um certo modo de vida sexual, a partir de relações patriarcais (de formas distintas para a pequena burguesia e para o conjunto do proletariado), onde aquilo que falta “no plano econômico deve ser compensado no plano moral” (Ibid., p. 52).

Dessa forma, compreendemos que na realização da função da família enquanto “fábrica de estrutura e de ideologia” são constituídos distintos papéis sociais para o pai e para a mãe nas relações com a economia (principalmente para a garantia da reprodução da força de trabalho e para a garantia da conservação da propriedade privada), com o Estado (em sentido ampliado,

burguesa a partir da repressão sexual (tal como desenvolveu na obra *Psicologia de Massa do Fascismo*, publicada em 1933, que utilizamos em nosso estudo). No mesmo ano, precisou se refugiar do regime nazista, viveu em alguns países europeus e, depois, nos Estados Unidos. No período do macarthismo, teve suas obras proibidas, foi preso em 1957 e morreu após oito meses de encarceramento. Parte de sua obra foi destruída pela repressão anticomunista e outra parte foi preservada, tornando-se referência em todo o mundo para estudos teóricos e clínicos, tanto no campo da psicanálise, quanto na criação do que passou a ser chamado de análise ou terapia corporal reichiana.

nos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade civil e na sociedade política) e no interior da própria família (no âmbito da reprodução das ideologias que servem à dominação de classe burguesa e no âmbito da autorreprodução das ideologias e das estruturas da própria instituição social família). No mesmo sentido, compreendemos que a política sexual (repressiva, inibidora), identificada por Reich, também está relacionada diretamente à função das ideologias dominantes para a realização da exploração da força de trabalho humana e da dominação de classe.

Em vista disso, no desenvolvimento do processo de fascistização, a disputa pelo sentido e pela função da família, conseqüentemente, sofre inflexões. Para analisá-las, devemos considerar a amálgama das contradições internas dos elementos ideológicos que compõem esse processo, tal como apontou Poulantzas sobre os elementos (ou “aspectos”) ideológicos que compõem o processo de fascistização: por um lado, a ascensão das ideologias da pequena burguesia e, por outro, os interesses do grande capital imperialista, que busca jogar com os elementos ideológicos da pequena burguesia em benefício da dominação burguesa, mas sob formas indiretas e dissimuladas (POULANTZAS, 2021, p. 268-274). Assim, considerando essas contradições e incluindo as contribuições de Reich para esse debate, Poulantzas concluiu que a ideologia fascista atribui um papel importante e particular à família e à educação – ao lado de outros elementos ideológicos, tal como o aspecto estatolátrico, antijurídico, elitista, racista, antisemita, nacionalista, militarista, anticlerical, obscurantista, “anti-intelectualista” e corporativista:

Papel importante e particular atribuído por essa ideologia [fascista] à família [...]. Esse papel da família está ligado às representações e aspirações de uma pequena burguesia, marcada por seu isolamento econômico e pela exploração familiar, e por sua procura por uma célula social impermeável à luta de classes. Esse aspecto convém igualmente ao grande capital, ainda que o processo do capitalismo monopolista conduza de fato a uma dissolução dos laços familiares tradicionais: ele mascara e esvazia a realidade da luta de classes, contribuindo para a tendência de “hierarquia autoritária” própria da ideologia imperialista. (POULANTZAS, 2021, p. 273, grifo do autor).

Nos capítulos III e IV, vimos que no processo de crise orgânica (estrutural) do capitalismo, assim como no seu aprofundamento, ocorreu um processo de refuncionalização do Estado capitalista burguês de acordo com os ajustes para a consolidação e a manutenção da dominação burguesa a partir do novo bloco histórico neoliberal, tanto no centro quanto na periferia do capital. Desse modo, no contexto brasileiro, as expressões do (neo)fascismo (tal

como o processo de fascistização) e seu conjunto de elementos ideológicos e de ação, vêm cumprindo a função de restauração da ordem social. A partir dessa compreensão, levantamos algumas questões que nos parecem centrais para pensarmos a disputa pelo sentido e pela função da família no contexto do bolsonarismo, levando em conta, nesse processo, os papéis da religião enquanto ideologia e dos intelectuais orgânicos evangélicos.

Como o processo de fascistização em curso há quase uma década no Brasil e o seu aprofundamento com a ofensiva bolsonarista têm inflexionado a disputa pelo sentido e pela função da família? Considerando a refuncionalização do Estado no capitalismo dependente e periférico e as modificações nas relações sociais de produção (advindos dos mecanismos e ajustes neoliberais que garantem o aprofundamento e o alargamento da superexploração) e que a função primordial da instituição social família, no sentido estrutural e ideológico, é a conservação do sistema de classes, a família também estaria sendo atravessada por uma refuncionalização, tal como o Estado capitalista no neoliberalismo? Que novos papéis estariam sendo atribuídos à instituição social ‘família’, nessa refuncionalização, nos marcos da autocracia burguesa no Brasil, de capitalismo dependente e periférico? Poderíamos afirmar que seu sentido (dimensão ideológica) vem sendo restaurado ao mesmo tempo em que ela estaria sofrendo essa refuncionalização? Qual seria o papel desempenhado pelos intelectuais orgânicos e pelos aparelhos privados de hegemonia religiosos evangélicos nesse processo de restauração ideológica e refuncionalização? Assim, seguimos esta seção com essas questões em perspectiva, sem o objetivo e a pretensão de esgotá-las.

No Brasil, nas duas últimas décadas, as lutas de movimentos sociais organizados em torno dos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+ geraram significativos avanços na conquista de alguns direitos elementares. Dentre eles: a Lei Maria da Penha (com tipificações mais precisas das violências contra mulheres e o estabelecimento das punições correspondentes); políticas voltadas para acolhimento e atendimento de mulheres vítimas de violência através do Sistema Único de Saúde (SUS); o reconhecimento do feminicídio como crime hediondo; o uso do nome social para pessoas trans; a realização da cirurgia de transgenitalização pelo SUS; o registro de união estável de casais homoafetivos (e os respectivos direitos civis e militares); conversão de união estável em casamento civil; adoção de crianças por casais homoafetivos; dentre outros. Como reação a esses avanços, Magali Cunha identificou a emergência do que caracterizou como “neoconservadorismo evangélico”³¹⁷,

317 Para a autora, “O prefixo ‘neo’ se deve à forma como as lideranças evangélicas se apresentam: como

que seria parte de um contexto de “fortalecimento de posturas conservadoras na esfera pública brasileira” (CUNHA, 2019, p. 98-99).

Em caminho similar, Marina Basso Lacerda, cientista política e analista legislativa da Câmara dos Deputados, defende que essas forças em emergência são o conjunto do “[...] *novo conservadorismo brasileiro*, o qual, por sua vez, é uma reelaboração do conservadorismo norte-americano.” (LACERDA, 2019, p. 16, grifo nosso).³¹⁸ Esse “novo conservadorismo brasileiro”, parcela da direita, é o que constitui “o ideário que hegemonizou a direita e levou Bolsonaro à presidência”, organizada em torno da defesa da “família tradicional, anticomunismo e do militarismo; e de valores de mercado, nesse aspecto com várias nuances.” (Ibid., p. 17-18). A pesquisadora também aponta em sua tese que, diferente de outras articulações conservadoras, o “eixo de gravidade” do novo conservadorismo brasileiro (tal como o neoconservadorismo norte-americano) é a “[...] atuação da direita cristã baseada na ideia de que a família – e não o Estado – é a resposta para toda ordem de disfunções sociais.” (Ibid., p. 18). Soma-se a essa ideia a dinâmica específica do reacionarismo aos avanços dos movimentos feministas e de pessoas “LGBT”, que, “[...] justificada na defesa da família tradicional, passaria a ser o eixo dessa ação política cada vez mais radicalizada.” (Ibid., p. 18). No levantamento de Lacerda, se verifica que a partir de 2014 o “ativismo contra o gênero” (fundado na ideia de “ideologia de gênero”) se fortalece no cenário das iniciativas no âmbito das disputas legislativas (Ibid., p. 63).

Neste sentido, por caminhos diferentes de análise, Cunha (2019) e Lacerda (2019) convergem na compreensão de que, com discursos dentro do ideário da moral cristã e de princípios fundamentais ao liberalismo na política e na economia, a direita evangélica (que detém e faz a manutenção da hegemonia do segmento) unificou a atuação política em torno da

modernas, pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado, as mídias e as tecnologias (em afinidade com o liberalismo econômico contemporâneo), sem deixar de se afirmar como defensoras de conteúdos conservadores, em especial, no que dizem respeito à rigidez moral e ao controle dos corpos.” (CUNHA, 2019, p. 98-99).

318 “Neoconservadorismo, ou nova direita, se refere originalmente à coalizão que reuniu parcela majoritária do movimento religioso evangélico, elementos da direita secular do Partido Republicano e intelectuais na eleição de Ronald Regan como presidente dos Estados Unidos em 1980. O movimento de reação às políticas de bem-estar-social, e ao avanço de movimentos feministas, LGBT [...], e pelos direitos civis, desde a década de 1960, cimentou uma mentalidade neoconservadora e tornou possível a coalizão entre diferentes tradições políticas.” (LACERDA, 2019, p. 16-17). Em relação ao ideário do neoconservadorismo compreendido enquanto movimento político, a pesquisadora sintetiza os elementos: “[...] privatismo (defende o predomínio do poder provado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para a redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado de bem-estar-social, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos). Enquanto ideário, o neoconservadorismo é, como mencionado, um conjunto de preferências, um modo de pensamento, uma mentalidade que alia militarismo externo e interno, absolutismo de livre mercado e valores da direita cristã, além de apoio ao movimento sionista.” (Ibid., p. 58).

“defesa da família”. Ambas também têm o entendimento de que essa centralidade ganhou uma nova dimensão com a ascensão da extrema direita pós-2013, quando “[...] se verifica o ajuste de discursos e práticas entre os evangélicos que se podem classificar como neoconservadores. O apelo ao discurso de que *a instituição família está sob ameaça bem como seus filhos*, sob ‘ataque’ das ‘feministas abortistas’ e dos ‘gays pedófilos’ [...]” tem relação com o mecanismo de geração de “pânicos morais” (CUNHA, 2019, p. 105, grifo nosso).

Deste modo, compartilhamos o entendimento das autoras sobre a nova centralidade da “defesa da família” – que contém a construção da ideia de “defesa dos filhos”, circunscrita na construção da ideia de “defesa da família”, tal como vimos com a ideologia escola sem partido. Além disso, compreendemos que se trata de um processo de restauração do sentido e de refuncionalização da instituição social família, que, por sua vez, é elemento que constitui e, ao mesmo tempo, é constituído pelo processo de fascistização, de forma umbilical e indissociável no caso do contexto brasileiro.

Assim, resgatamos o apontamento de Cunha de que é nesse contexto (de crescimento do “neoconservadorismo cristão” a partir de 2013) que passa a ser utilizado, de forma arquitetada e ampliada, o mecanismo de “pânico moral”³¹⁹ (Ibid., p. 105) que tem no centro a “bandeira de salvação da família”, onde os “movimentos feministas e LGBTI ganharam identidade de inimigos” (Ibid., p. 130-131).³²⁰ A autora analisa, especialmente, o papel que tiveram os evangélicos (destacadamente os pastores Silas Malafaia, Marco Feliciano e Damares Alves) nesse processo de “construção do pânico moral”, assim como a FPE, especialmente a partir de 2013, dentro dos púlpitos nas igrejas e, principalmente, através de novas abordagens, métodos e estratégias de difusão via redes sociais e demais meios midiáticos digitais e no

319 A respeito dos efeitos do processo/mecanismo de “pânico moral”, dialogamos com Junqueira (2022), quando aponta que os pânicos morais são inerentemente normativos e que ficam caracterizados quando “[...] a preocupação que suscitam aumenta em desproporção ao perigo real e gera reações coletivas também desproporcionais. E mais: no pânico moral as reações a comportamentos pouco convencionais surgem necessariamente a partir de julgamentos realistas ou ponderados, e eventualmente se dão frente a um perigo que pode ser real ou a uma ameaça de posições, interesses, ideologias, valores ou instituições [...]” (JUNQUEIRA, 2022, p. 66). O autor acrescenta que, nessas situações, “[...] a parte acusada tende a permanecer em posição defensiva, sem que o acusador se veja obrigado a expor suas ideias e propósitos a escrutínio. Ao detrator, pode bastar manter o ataque alarmista, aliando-o a um discurso vago e impreciso em defesa de algo, em princípio, incontestável, como a ‘vida e o bem-estar das crianças’.” (Ibid., p. 66-67). Além disso, aos processos/mecanismos de pânico moral se soma recorrentemente a prática de produção e disseminação de “notícias e relatos falsos, escandalísticos e caluniosos.” (Ibid., p. 68).

320 Reforçamos, tal como apontamos no Capítulo IV, que esse processo/mecanismo de pânico moral, relacionado à ideologia escola sem partido, vem dentro de um conjunto de estratégias de uso e gestão social do medo e do medo do desamparo como “afeto político central” e “mobilizador”, capaz de produzir determinada “coesão social” (SAFATLE, 2021). Assim, nos interessa, em estudos futuros, o aprofundamento no assunto a partir da leitura do conjunto da obra de Vladimir Safatle sobre o tema.

âmbito Congresso Nacional, disseminando uma “retórica de terror” (Ibid., p. 130-156).

Neste ponto, como vimos nos capítulos II e IV a respeito da criação da ideia de “inimigos” por parte da extrema direita a partir do uso da Teologia do Domínio de forma combinada à construção da ideologia escola sem partido, todos aqueles sujeitos e organizações (feministas, antirracistas, por direitos de pessoas LGBTQIAPN+, dentre outros) que representariam ameaças à “família” são caracterizados como “comunistas” e “inimigos”. Também retomamos aqui o que já apontamos em estudos anteriores (COLOMBO, 2018), quando vimos que essa construção da ideia de “inimigo” do segmento evangélico absorveu a criação da “ideologia de gênero” do segmento católico, que articula, em uma só ideia (como um *slogan* político mobilizador), o pensamento fundamentalista, conservador e reacionário sobre o feminismo e o marxismo/comunismo de forma combinada.

Como bem esmiuçou Junqueira (2022), embora a “agenda antigênero” tenha contado com a adesão de diversas denominações religiosas, dentre elas a vertente neopentecostal, a “gênese do sintagma ‘ideologia de gênero’” é católica (JUNQUEIRA, 2022, p. 21). Ou seja, através da ideia de correspondência das lutas feministas e da população LGBTQIAPN+ com o comunismo – como se tudo fosse uma orquestração comunista para “destruir a família e a propriedade privada” como parte de uma estratégia de “guerra cultural” – a Igreja Católica criou a ideia (*slogan*) de “ideologia de gênero” como um instrumento da ofensiva reacionária. O autor também considera que, nos últimos anos e em diferentes cenários (como o caso brasileiro), a agenda antigênero vem passando por um processo de “desconfessionalização” que tem favorecido que seus conteúdos sejam revertidos de “certa laicidade, ou de aparente cientificidade, e passasse a figurar, com essa roupagem, em documentos de Estado, de políticas públicas, decisões judiciais, pronunciamentos de dirigentes públicos e até de lideranças religiosas.” (Ibid., p. 64-65).

Em suma, a “agenda antigênero”, conforme apontou o autor, é baseada na premissa de que tais grupos “radicais”, “inimigos”, empenhados em difundir a “ideologia de gênero”:

[...] promoveriam a disseminação e a imposição ideológica de um termo novo, perigoso e impreciso: o *gender* [...]. Seu intuito seria extinguir a “diferença sexual natural” entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, difundindo-se a crença enganosa de que seria mero produto de processos opressivos de construção social e que poderia constituir simples escolha do indivíduo. Para o Vaticano e seus aliados, seria preciso interromper esses manipuladores, pois tal agenda político-ideológica, ao subverter a ordem natural da sexualidade, comportaria uma autêntica ameaça à “família natural”, ao bem estar das crianças, à sobrevivência da sociedade e da civilização.

Não por acaso, o campo da Educação está entre os que recebem atenção prioritária desses movimentos [além dos campos do Direito, da Saúde e da Cultura, conforme nota do autor] [...]. Escolas e docentes sintonizados com a “ideologia de gênero” visariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral e sexual de crianças e adolescentes para instilar neles a *propaganda gender* e doutrina-los conforme as crenças e valores de um sistema de pensamento único, hermético, deliberadamente ambíguo, sedutor, enganoso e manipulador da natureza humana. (JUNQUEIRA, 2022, p. 24-25, grifo do autor).

Ainda que a criação da concepção de “ideologia de gênero” tenha sido do segmento católico e que venha ocorrendo um processo de “desconfessionalização”, no contexto brasileiro é o segmento evangélico que detém a direção dessa pauta social e moral da “família”. No Congresso Nacional, conta com os parlamentares representantes do segmento católico como aliados. Diversas pesquisas sobre propostas legislativas do campo de disputa dos direitos das mulheres (especialmente os vinculados aos direitos sexuais e reprodutivos) e direitos de pessoas LGBTQIAPN+, identificam que os evangélicos têm dirigido a disputa conservadora e reacionária das questões relacionadas aos direitos humanos no Brasil e que esse processo tem incidido, especialmente, no campo de disputa das políticas educacionais (EQUIPE ESTADO E PODER, 2022; CUNHA, 2019; LACERDA, 2019; MOURA, 2016).

Esses estudos convergem no entendimento de que esse efeito no âmbito das políticas educacionais teve início em 2009, no contexto da disputa pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)³²¹, e se consolidou, em 2011, com a mobilização contrária ao material “Escola Sem Homofobia” (chamado de “kit gay” pelos evangélicos), produzido pelo MEC, que foi vetado por Dilma Rousseff após pressão da FPE.³²² Ambos os casos tiveram o “pânico moral” como mecanismo para difusão ideológica e mobilização política e, para isso, além dos púlpitos, foram utilizadas especialmente as redes sociais e demais meios digitais de organizações religiosas e dos próprios parlamentares (CUNHA, 2019). Posteriormente, na disputa em torno do PNE (aprovado em 2014), ficou ainda mais nítida a ofensiva ultraconservadora e reacionária, quando já se difundia a ideologia escola sem partido. Segundo levantamento de Lacerda, foi nesse embate que “[...] a expressão ‘ideologia de gênero’ se fixou na Câmara, tanto nas falas dos parlamentares quando nas manifestações dos militantes

321 O documento, que abordava de forma inédita questões como a descriminalização do aborto, a união civil entre pessoas do mesmo gênero e o direito de adoção por casais homoafetivos, teve o seu texto alterado após a pressão de parlamentares evangélicos com apoio do segmento católico.

322 Em 2018, na corrida eleitoral à presidência da República, o caso do chamado “kit gay” foi retomado pelo então candidato Jair Bolsonaro através do mesmo mecanismo de pânico moral e da utilização de uma ampla estrutura digital de disseminação de *fake news*.

religiosos que compareciam às sessões de discussão do projeto”, o que resultou na retirada da menção à “gênero” e “orientação sexual” do documento final do Plano (LACERDA, 2019, p. 74).

Assim, a partir dessas pesquisas e de nossos estudos anteriores, compreendemos que, especialmente depois de 2013 (com a ofensiva através da ideologia escola sem partido e com o início do processo de fascistização), a ocupação de representantes evangélicos ultraconservadores em três comissões da Câmara dos Deputados foi uma estratégia fundamental para a inserção e manutenção da ideia de “núcleo familiar” no centro das políticas de direitos humanos (ao contrário da ideia de políticas para proteção e garantia de direitos das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+), a saber: a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Direitos da Mulher e a Comissão de Seguridade Social e Família. Essa estratégia de atuação direta em Comissões (permanentes ou especiais), como vimos, corresponde ao programa de atuação da FPE para a 56ª Legislatura (CONGRESSO NACIONAL, 2019).

Ao observarmos todo esse investimento dos evangélicos no campo de disputa sobre direitos das mulheres (especialmente sexuais e reprodutivos), sob o pretexto de “defesa da família”, no exame atento sobre essa dupla dimensão de restauração do sentido e de refuncionalização da família, precisamos considerar também as disputas sobre os papéis de gênero historicamente construídos para essa e através dessa instituição, em especial o papel feminino. Compreendemos que, ao passo em que as lutas feministas alcançaram direitos fundamentais, a ofensiva reacionária e liberal-ultraconservadora (nos marcos da radicalização do neoliberalismo) tem buscado deslocar a centralidade da ideia da mulher enquanto sujeito de direitos para o lugar da mulher enquanto sujeito de direitos desde que esteja vinculada à família, na função de pilar dessa instituição. É sintomática a reorganização estrutural e ideológica dos ministérios no governo bolsonarista com a transformação do Ministério dos Direitos Humanos (e da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República) em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDDH). Isto é, a proteção da mulher não envolveria a pessoa sujeito de direitos, mas seria necessário protegê-la para que ela seja o pilar da família e a responsável pela garantia da reprodução da força de trabalho para o capitalismo, envolvendo, especialmente, neste caso, as tarefas educar e cuidar dos indivíduos da unidade familiar (no processo de escalada da exoneração do Estado dessas funções). Nesse processo de refuncionalização da família, determinados papéis são atribuídos à figura da mulher no contexto contemporâneo no capitalismo dependente e periférico brasileiro, somados àqueles

historicamente desempenhados dentro da divisão sexual do trabalho para a reprodução da força de trabalho e de ideologias que servem à manutenção da dominação de classe burguesa. Podemos afirmar, nesse sentido, que o papel de cuidadoras e de educadoras, que já era atribuído às mulheres, vem sendo, no mínimo, restaurado. Retomaremos este ponto adiante, na observação do papel atribuído às mulheres na política de Educação Domiciliar, que nos parece fornecer pistas para a identificação e compreensão sobre a disputa pelo sentido da função das mulheres no processo de disputa pelo sentido e pela função de família.³²³

Em nosso trabalho de campo para a pesquisa, no Congresso Nacional, obtivemos três documentos internos da FPE, conforme apresentamos na seção anterior. Tais documentos, em forma de quadros, são sínteses de um levantamento interno da frente para subsidiar a definição de estratégias de atuação de seus parlamentares no Congresso Nacional e estavam sendo utilizados naquele período em que foram obtidos, em agosto de 2022. Os quadros contêm, dentre outros temas, diversos PLS relacionados às questões que envolvem a disputa pelo sentido e pela função de família (incluindo as políticas educacionais, na perspectiva da ideologia escola sem partido). A seguir, identificamos e destacamos os PLs relacionados a essa temática em um único quadro.

323 Pensando nos papéis de gênero e na questão masculina, podemos refletir sobre a função que os elementos armamentista e militarista têm no conjunto das ideologias fascistas. Analisando o conjunto da retórica, ao passo que as mulheres devem defender a família através do trabalho reprodutivo, doméstico, de cuidados com a saúde e de educação, os homens devem defender a família (e a propriedade privada) com armas em punho e fazendo uso das mais diversas violências. Retomaremos a reflexão nas considerações finais da tese, articulando os sentidos da política de Educação Domiciliar com a política de militarização das escolas.

QUADRO 6 - PROPOSTAS LEGISLATIVAS CONSTITUTIVAS DAS ESTRATÉGIAS DA FPE NA DISPUTA PELO SENTIDO E PELA FUNÇÃO DE FAMÍLIA EM 2022 (ORDENADAS POR ANO DE PROPOSIÇÃO)

PROPOSTA LEGISLATIVA – AUTORIA E PARTIDO (NO PERÍODO)	TEMA E ASSUNTO(S) DESTACADO(S) PELA FPE	TIPIFICAÇÃO PELA FPE	RELAÇÕES DA PROPOSTA COM A DISPUTA PELO SENTIDO E PELA FUNÇÃO DE FAMÍLIA (SEGUNDO AS DEFINIÇÕES DA CHAMADA “AGENDA ANTIGÊNERO” E AS CORRESPONDÊNCIAS ESTABELECIDAS PELA FPE)³²⁴
PL 070/1995 Autoria: Dep. José Coimbra - PTB/SP	- “Alteração de sexo”; - Dispõe sobre “intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências”.	PRIORIDADE	Incide sobre a ideia de “identidade sexual” (inata, fixa, binária, irreversível e estabelecida em termos cromossômicos, hormonais e neuronais; base natural da família). Incide sobre a ideia de identidade de gênero.
PL 478/2007 Autoria: Dep. Luiz Bassuma – PT/BA; Dep. Miguel Martini – PHS/MG	- “Estatuto do Nascituro”.	PRIORIDADE	Incide sobre a ideia de maternidade (atributo e vocação inerente à mulher, mãe, cuidadora e submissa); de sexo (ordenado e finalizado à procriação); e de função reprodutiva da família e da mulher. Incide sobre a ideia de controle sobre o corpo da mulher; e do poder cisheteropatriarcal.
PL 377/2011 Autoria: Dep. João Campos – PSDB/GO	- “Criminalizar serviços sexuais”; - Dispõe sobre “crime de contratação de serviços sexuais e dá outras providências”.	PRIORIDADE	Incide sobre a ideia de ideia de família (monogâmica); de matrimônio (exigência interior dos seres humanos, natureza da complementaridade orientação para a união e fecundidade); de sexualidade (ligada à complementaridade homem-mulher); de maternidade (atributo e vocação inerente à mulher); e de função reprodutiva da mulher. Incide sobre a ideia do poder cisheteropatriarcal.
PL 612/2011 Autoria: Senadora Marta Suplicy – PT/SP	- “Casamento do mesmo sexo”; - Altera o Código Civil “para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo”.	PERIGOSO	Incide sobre a ideia de família (singular, única e natural, biologicamente radicada, cisheteropatriarcal, fundada na união homem-mulher pelo matrimônio sacramentado); de matrimônio (íntima comunhão inscrita na natureza do homem e da mulher); de sexualidade (ligada à complementaridade homem-mulher); de heterossexualidade (expressão da complementaridade e única via natural de

324 Para as relações estabelecidas na análise apresentada nessa quarta coluna, foram utilizadas como referência as definições da “agenda antigênero” para as ideias de “família”, “matrimônio”, “maternidade”, “filiação”, “parentesco e parentalidade”, “sexo”, “sexualidade”, “heterossexualidade”, “identidade sexual” e “diferença sexual” conforme a sistematização elaborada por Junqueira (2022). Cruzamos essas definições com os posicionamentos e observações da FPE a respeito dos conteúdos das propostas legislativas obtidos a partir do nosso levantamento das publicações na página oficial da organização na rede social digital Instagram no período da 56ª Legislatura. Ou seja, quando indicamos “incide sobre a ideia de”, se trata daquilo que caracterizamos ser o argumento da FPE, uma vez que é a própria organização (e não nós) que aponta e estabelece as incidências.

			desejo sexual e de realização da vocação reprodutiva); e de “identidade sexual” (inata, fixa, binária, irreversível e estabelecida em termos cromossômicos, hormonais e neuronais; base natural da família). Incide sobre a ideia de identidade de gênero.
PL 3179/2012 Autoria: Dep. Lincoln Portela – PR/MG	- “Homeschooling”; - Acrescenta parágrafo na LDBEN “para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica”.	PRIORIDADE	Incide sobre a ideia de maternidade (mãe cuidadora e educadora); e de filiação (atrelada ao direito-dever natural e dos pais à educação integral da prole). Incide sobre a ideia de escola e do papel docente (ideologia escola sem partido); e a concepção de público e privado.
PL 6583/2013 Autoria: Dep. Anderson Ferreira – PR/PE	- “Estatuto da Família”; - Altera o Código Penal e dispõe sobre “o Estatuto da Família e dá outras providências”.	PRIORIDADE / APROVADO	Incide sobre a ideia de família (singular, única e natural, biologicamente radicada, cisheteropatriarcal, fundada na união homem-mulher pelo matrimônio sacramentado); de matrimônio (íntima comunhão inscrita na natureza do homem e da mulher); de sexualidade (ligada à complementaridade homem-mulher); de heterossexualidade (expressão da complementaridade e única via natural de desejo sexual e de realização da vocação reprodutiva); e de “identidade sexual” (inata, fixa, binária, irreversível e estabelecida em termos cromossômicos, hormonais e neuronais; base natural da família). Incide sobre a ideia de identidade de gênero.
PL 7180/2014 Autoria: Dep. Erivelton Santana – PSC/BA	“Escola sem partido” e “Ideologia” (duas entradas temáticas no quadro); - “Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa (...)”.	PERIGOSO (Considerando a prioridade dada ao projeto, compreendemos que a tipificação de “perigoso” se deve aos conflitos que envolvem a disputa pela sua tramitação e aprovação, e não o seu conteúdo).	Incide sobre a ideia de família (inclinada sempre no singular, única e natural, biologicamente radicada, cisheteropatriarcal, monogâmica, fundada na união homem-mulher pelo matrimônio sacramentado) e sua relação com o Estado; e de filiação (dever dos pais a educação integral da prole). Incide sobre a ideia de escola (ideologia escola sem partido); o aspecto da laicidade; a concepção de público e privado; e o poder cisheteropatriarcal.
PEC 29/2015 Autor: Senador Magno Malta – PL/ES e outros.	- “Aborto”; - Altera a CF “para acrescentar no Art. 5º a explicitação inequívoca da inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”.	PRIORIDADE	Incide sobre a ideia de maternidade (atributo e vocação inerente à mulher, mãe, cuidadora e submissa); de sexo (ordenado e finalizado à procriação); e de função reprodutiva da família e da mulher. Incide sobre a ideia de controle sobre o corpo da mulher; e do poder cisheteropatriarcal.

PL 399/2015 Autor: Dep. Fábio Mitidieri – PSD/SE	- “Legalização da maconha”; - Altera legislação vigente “para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação”.	PERIGOSO	Incide sobre a ideia de família (base da sociedade); e de filiação (dever dos pais a educação integral da prole). Incide sobre “os valores da família”.
PL 134/2018 Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	- “Estatuto da Diversidade Sexual”; - “Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero”.	PERIGOSO	Incide sobre a ideia de família (singular, única e natural, biologicamente radicada, cisheteropatriarcal, fundada na união homem-mulher pelo matrimônio sacramentado); de matrimônio (íntima comunhão inscrita na natureza do homem e da mulher); de sexualidade (ligada à complementaridade homem-mulher); de heterossexualidade (expressão da complementaridade e única via natural de desejo sexual e de realização da vocação reprodutiva); e de “identidade sexual” (inata, fixa, binária, irreversível e estabelecida em termos cromossômicos, hormonais e neuronais; base natural da família). Incide sobre a ideia de identidade de gênero.
PL 5198/2020 Autoria: Dep. Junio Amaral – PSL/MG	- “Proibir linguagem neutra”. - “Veda expressamente a instituições de ensino e bancas examinadoras de seleções e concursos públicos a utilização, em currículos escolares e editais, de novas forma de flexão de gênero (...)”.	PRIORIDADE	Incide sobre a ideia de “identidade sexual” (inata, fixa, binária, irreversível e estabelecida em termos cromossômicos, hormonais e neuronais; base natural da família). Incide sobre a ideia de identidade de gênero.
PL 3897/2021 (Nº Anterior PLS 107/2018) Autoria: Senado Federal – Randolfe Rodrigues – REDE/AP	- “Aborto”; - Alteração de lei “que trata do planejamento familiar, para facilitar o acesso da mulher à procedimentos de esterilização cirúrgica”.	PERIGOSO	Incide sobre a ideia de família (singular, única e natural, biologicamente radicada, cisheteropatriarcal, fundada na união homem-mulher pelo matrimônio sacramentado); de maternidade (atributo e vocação inerente à mulher, mãe, cuidadora e submissa); de sexo (ordenado e finalizado à procriação); e de função reprodutiva da família e da mulher. Incide sobre a ideia de controle sobre o corpo da mulher; e do poder cisheteropatriarcal.

Elaboração própria.³²⁵

325 Nas três primeiras colunas, os dados inseridos foram coletados nos documentos analisados (ANEXOS I, II e III) e no site oficial da Câmara dos Deputados.

Ao observarmos as propostas legislativas que são “prioridade” ou “perigo” para a FPE, relacionados à disputa pelo sentido e pela função de família, é inquestionável a continuidade, na 56ª Legislatura, do movimento observado especialmente na última década, conforme apresentado anteriormente. Todas as iniciativas relacionadas a essa temática convergem para a defesa de um determinado modelo de família baseado na ideia da “ideologia de gênero”, buscando restaurar ideia cisheteropatriarcal e monogâmica da instituição social família e, nesse âmbito, do papel da mulher e da instituição escolar.

Em relação às políticas educacionais, observamos a “priorização” dos temas: proibição do uso de “linguagem neutra” (“de novas formas de flexão de gênero”) em instituições de ensino e bancas examinadoras de seleções e concursos públicos, desde seus currículos aos editais (PL nº 5198/2020); aprovação do Estatuto da Família (PL nº 6583/2013); aprovação da regulamentação do homeschooling (PL nº 3173/2012). Além disso, o destaque ao “Escola sem Partido” através da caracterização de “perigo” presente na tramitação do PL nº 7180/2014. Ou seja, todos circunscritos na ideologia escola sem partido, ancorados da ideia de “ideologia de gênero”.

Em nosso levantamento na página oficial da FPE da rede social digital Instagram, os dados coletados a respeito da estratégia de realização de “campanhas” e dos respectivos temas, convergem neste mesmo sentido, reforçando a centralidade da “defesa da família” no ideário estabelecido no que podemos considerar como “programa” da FPE no e para o governo bolsonarista (expresso também no documento Manifesto à Nação, conforme analisamos no capítulo IV). Na sequência, apresentamos a sistematização do levantamento, em forma de tabela, com a organização das campanhas por tema e em ordem de incidência.

QUADRO 7 - MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DE AÇÕES OU PEÇAS PUBLICITÁRIAS DE CAMPANHAS DA FPE PUBLICADOS ATRAVÉS DA REDE SOCIAL DIGITAL INSTAGRAM NA 56ª LEGISLATURA (POR TEMÁTICA)

TEMA DA CAMPANHA	INCIDÊNCIA
Promoção da imagem da FPE (inclui perfil dos deputados e senadores membros da diretoria ou apoiadores, divulgação de outras redes sociais oficiais, divulgação de entrevistas, dentre outros)	67
“Defesa da família” (inclui materiais “pela família”, contra o aborto, contra direitos de pessoas LGBTQIAPN+ e contra descriminalização de drogas)	52
Datas comemorativas (datas religiosas ou não religiosas)	17
Outros (inclui campanha contra posse de armas, apoio à interesses de militares, “liberdade de expressão” para discursos religiosos, dentre outros)	17
Apoio ao Estado de Israel	9
Apoio ao “Escola Sem Partido” (inclui defesa da Educação Domiciliar)	8
Campanha nas eleições de 2022 (“Princípios para votar como cristão”)	7
TOTAL	177

Elaboração própria. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (Instagram).

Através dos dados obtidos no levantamento foi possível identificar a prioridade da campanha de “defesa da família” nessa rede social digital, considerando a sua maior incidência em número de publicações em relação aos temas de outras campanhas identificadas – com exceção da campanha de promoção da imagem da própria organização, que, indiretamente, também fortalece a campanha em “defesa da família” – representando 29% do total de publicações desse tipo de material.

A seguir, destacamos seis imagens de materiais da campanha de “defesa da família”, que caracterizamos como “peças publicitárias”. Os quatro primeiros são gerais sobre o tema e os outros dois abordam temas específicos dentro da mesma campanha.

IMAGENS 6, 7 e 8 – CAMPANHA DE “DEFESA DA FAMÍLIA” (TEMA DEFESA DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA)



Reprodução. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2022a).



Reprodução. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2019f, 2019g).



Reprodução. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2021b).

IMAGEM 9 – CAMPANHA DE “DEFESA DA FAMÍLIA” (TEMA DEFESA DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA)



Reprodução. Campanha unificada com a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família e com a Frente Parlamentar Católica. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2022b).

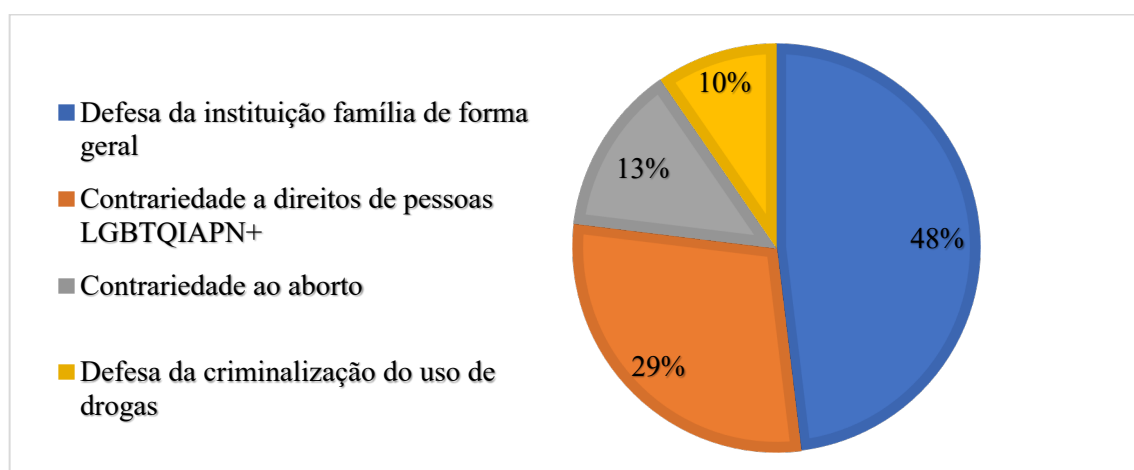
IMAGENS 10 e 11 – CAMPANHA DE “DEFESA DA FAMÍLIA” (TEMA CONTRA O ABORTO)



Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2019h, 2021c).

A seguir, apresentamos a sistematização dos dados coletados a respeito dos conteúdos específicos relativos aos 52 materiais da campanha em “defesa da família”, organizados em forma de gráfico e conforme os 4 temas e posicionamentos que identificamos na análise.

GRÁFICO 1 – TEMAS E POSICIONAMENTOS ESPECÍFICOS DOS MATERIAIS DA CAMPANHA DE “DEFESA DA FAMÍLIA” DA FPE PUBLICADOS NA REDE SOCIAL DIGITAL INSTAGRAM NA 56ª LEGISLATURA



Elaboração própria. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (Instagram).

Além dos materiais relacionados à campanha de “defesa da família”, na campanha de

apoio ao “Escola sem Partido” também estão presentes conteúdos que ratificam a ideia da “ideologia de gênero” e também correspondem à disputa pelo sentido e pela função de família.

Continuamos esse debate no próximo subcapítulo, observando alguns destes materiais e, em específico, os relacionados à política de Educação Domiciliar e às disputas envolvendo sua defesa, relacionadas à disputa pelo sentido e pela função de família promovidos pela FPE.

6.3 A FPE e a defesa da Educação Domiciliar (ou *homeschooling*)

Denominamos Educação Domiciliar (ED), ou “homeschooling” (na língua inglesa), quando a responsabilidade, direção, orientação, planejamento e promoção da Educação Básica de crianças e adolescentes é exercida exclusivamente por suas próprias famílias (mãe e/ou pai, no âmbito do núcleo familiar) ou outros responsáveis legais. Não é uma complementação, mas a substituição da escola (âmbito público) por um ensino doméstico (âmbito privado). Em outras palavras, no caso brasileiro, onde a prática é ilegal, seria a retirada do direito de crianças e adolescentes da educação formal promovida através do ensino escolar, de caráter público, gratuito, laico, e a substituição desse processo educativo por outro processo a critério das escolhas de seus responsáveis, de acordo com interesses de âmbito privado (de acordo com os princípios ideológicos, morais e religiosos dos responsáveis). É necessário destacar que, no caso brasileiro, além de retirado o direito à educação escolar, neste processo também é retirado todo o acompanhamento, identificação, tratamento e combate a casos de violações dos direitos das crianças e dos adolescentes que atualmente são realizados, especialmente, através do trabalho escolar (muitas vezes em parceria com Conselhos Tutelares, quando é o caso do funcionamento e da articulação interinstitucional), deixando-os mais vulneráveis, suscetíveis e desprotegidos em relação à violência física, violência sexual, trabalho infantil, abandono intelectual e privações diversas.

Vale destacar que em setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF), baseado legislações vigentes (especialmente o Código Penal, o ECA e a LDBEN), recusou o pedido de autorização da possibilidade de ED no Brasil. Fundamentou o julgamento a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece a obrigatoriedade da educação escolar da idade de 04 a 17 anos, assegura a educação escolar pública como direito de todos e dever do Estado. Contudo, na ocasião, o STF encontrava-se dividido no âmbito da avaliação do direito

constitucional e não definiu pela inconstitucionalidade, mas pela impossibilidade da realização da prática de ED tendo em vista a ausência de regulamentação.

Na vanguarda da regulamentação desse modelo estão os Estados Unidos, através de legislações estaduais e nacional, seguidos por cerca de 60 países no mundo. No Brasil, a defesa da ED cresceu através da atuação de uma ampla frente APHs de cunho liberal-ultraconservador, que vêm atuando no campo das disputas que envolvem a educação através da marca ideológica do movimento Escola Sem Partido (COLOMBO, 2018). Em estudos anteriores, foi possível identificar que alguns APHs atuam indiretamente na defesa dessa pauta e outros diretamente, tais como o Instituto Mises Brasil, o Movimento Brasil Livre e o Estudantes Pela Liberdade (Ibid.). Além destes, com ideologia mais difusa (com características da frente liberal-ultraconservadora e da frente social-liberal), a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) também tem atuação destacada pela promoção da regulamentação no âmbito do Estado ampliado, especialmente na articulação juntamente aos ministérios e no Congresso Nacional.

Ressaltamos, ainda, os interesses do mercado, em franco crescimento, de produtos e serviços voltados exclusivamente para a prática de ED, que correspondem à demanda de empresas, grupos e fundações empresariais. Assim, essas também têm sido agentes de defesa da política de ED em todo o mundo. Uma iniciativa que representa o movimento empresarial desse setor é a Expo Homeschooling Brasil, evento que já ocorreu em duas edições no país (2022 e 2023). No site oficial da organização³²⁶, consta que os eventos promoveram – além de palestras e oficinas com intelectuais orgânicos de diferentes organizações e associações, em sua maioria cristãs – feiras de exposição de iniciativas e projetos pró-homeschooling, denominados “Empreendedores da Liberdade Educacional”, que envolveram organizações empresariais que oferecem currículos e programas; editoras, revendedoras de livros e materiais didáticos; empresas que oferecem consultoria pedagógica e contratos com tutores; empresas criadoras de cursos, ferramentas e recursos digitais; escolas e universidades apoiadoras da política; associações representantes de grupos de famílias; demais patrocinadores dos eventos.

O caráter religioso também está expresso na própria apresentação da organização do evento: “A Expo Homeschooling Brasil nasceu por inspiração de Deus no coração de pessoas que amam as famílias brasileiras e a liberdade educacional”. Dentre os expositores e patrocinadores, contavam diversas empresas e organizações religiosas cristãs, tais como as internacionais Generations Homeschool, Classical Press, Classical Conversations, Pilgrim, e as

326 Disponível em <https://www.expohomeschooling.com/>. Último acesso em: 10 jul. 2023.

nacionais Família de Trigo, Fundamento Cristão, Jesus em nosso lar, Homeschool Advento, Shemá Editora, Virtus Escola Cristã Clássica, Ensinando História, Clubinho Cristão, Knox Kids Ensino Confessional, dentre outras.

Portanto, a partir do nosso levantamento no site da Câmara e do Senado a respeito da situação das propostas legislativas que visam alterar dispositivos legais em vigência e regulamentar a política, em 2021, identificamos o total de 17 Projetos de Lei que tratavam da regulamentação da política: 6 arquivados, 1 devolvido ao autor e 10 em tramitação no Congresso Nacional (dois do Senado e 8 da Câmara). Neles, identificamos o protagonismo direto da FPE na autoria das propostas, assim como de organizações da extrema direita.

Em relação aos PLs em tramitação do Senado Federal, consta o PLS 28/2018, que visa alteração do Código Penal, e o PLS 490/2017, que trata de alterações no ECA e na LDBEN. Ambos têm autoria do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), que era então o líder do governo Bolsonaro no Senado (de 2019 a 2021).

QUADRO 8 – PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR

PROJETO DE LEI	AUTOR E OBSERVAÇÕES	EMENTA
PL 3179/2012	Deputado federal Lincoln Portela (PR/MG). Pastor, apresentador de televisão, radialista e presidente da Igreja Batista Solidária.	Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.
PL 3261/2015	Deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL/RJ, na época era do PSC/RJ). Filho de Jair Bolsonaro, membro da FPE, um dos principais representantes da ideologia escola sem partido na Câmara.	Autoriza o ensino domiciliar na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio para os menores de 18 (dezoito) anos, altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
PL 10185/2018	Deputado federal Alan Rick (DEM/AC, mas foi eleito pelo	Altera a Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação

	PRB, renomeado Republicanos, partido reconhecido como representante da Igreja Universal do Reino de Deus). Membro da FPE, pastor, jornalista e apresentador de televisão.	nacional, e a Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.
PL 3159/2019	Deputada Natália Bonavides (PT/RN). Não possui atuação junto à FPE.	Adiciona o § 6º ao art. 5º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer que a educação domiciliar não poderá substituir a frequência à escola.
PL 3262/2019	Deputadas federais Chris Tonietto (PSL/RJ, católica, defensora do fim do direito ao aborto para mulheres vítimas de estupro, advogada do Centro Dom Bosco); Bia Kicis (PSL/DF, advogada, fundadora do movimento Mães Pelo Escola Sem Partido, coordenadora do movimento Revoltados Online até 2017, cunhada de Miguel Nagib, fundador do movimento Escola Sem Partido); e Caroline de Toni (PSL/SC, advogada, ex-aluna de Olavo de Carvalho, presidente do MBL em Chapecó, cofundadora do Movimento Liberal Conservador).	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual.
PL 2401/2019	Autoria do poder executivo, presidente Jair Bolsonaro, com a Exposição de Motivos assinada pela ministra Damarens Alves (MMFDH) e pelo ministro Abraham Weintraub (MEC).	Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
PL 5852/2019	Deputado federal Pastor Eurico (PATRIOTA/PE, atual PL/PE). Representante da FPE, pastor da Assembleia de Deus.	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para permitir o ensino da educação básica por meio de tutores autônomos.
PL 6188/2019	Deputado federal Geninho Zuliani (DEM/SP, atual UNIÃO/SP). Empresário, ex-prefeito de Olímpia/SP.	Acrescenta parágrafos ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação domiciliar para educandos que se inserem na modalidade de educação especial.

Elaboração própria. Fonte: Câmara dos Deputados.

Quanto aos PLs em tramitação da Câmara dos Deputados, destacamos o PL nº 3179/2012, de autoria do Lincoln Portela (PR/MG), que visa à alteração da LDBEN e do ECA. O deputado é representante da FPE, pastor, apresentador de televisão, radialista e presidente da Igreja Batista Solidária. Conforme apresentamos no Quadro 6, esse PL foi prioridade da FPE na 56ª Legislatura. Ele foi aprovado em maio de 2002, em Plenário da Câmara, e seguiu para tramitação no Senado.

Em março de 2019, ocorreu o incremento do avanço da defesa da política com a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling (FPDH). Segundo a então ministra Damares Alves, a frente foi lançada como prioridade dos primeiros cem dias do governo Bolsonaro. Além disso, ela declarou que preparou proposta de texto para subsidiar uma Medida Provisória (MP) para a ED, que não foi lançada.³²⁷ Segundo consta no documento de registro da FPDH, a gestão foi formada da seguinte maneira: na presidência o deputado federal Dr. Jaziel (PR/CE, atual PL/CE), na vice-presidência os deputados Professora Dorinha (DEM/TO, atual senadora pelo UNIÃO/TO), Alan Rick (DEM/AC, atual senador pelo UNIÃO/AC), Lincoln Portela (PR/MG, atual PL/MG), Luiz Phellipe Orleans e Bragança (PSL/SP, atual PL/SP), Marcel Van Hatemm (NOVO/RS), Tabata Amaral (PDT/SP, atual PSB/SP), Tiago Mitraud (NOVO/MG) e Pastor Eurico (PATRIOTA/PE, atual PL/PE).

Na entrevista concedida para nossa pesquisa no dia 16 de agosto de 2022 (sem autorização para gravação de áudio), o assessor do deputado Dr. Jaziel, defensor da ideologia olavista, apontou a articulação da FPDH com o MMFDH e o MEC. Segundo ele, isso ocorreu especialmente através da ocupação de secretarias estratégicas por defensores (intelectuais orgânicos) da ED, a partir da articulação de Damares Alves, tal como a Secretaria de Alfabetização do MEC, por Carlos Nadalin (já mencionado), e a Secretaria de Família do MMFDH, por Ângela Gandra Martins, jurista, presidente do Instituto Ives Gandra, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR), professora da Universidade Mackenzie, diretora jurídica da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP). Segundo o assessor, a FPE, a Frente Parlamentar da Educação e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família apoiaram a FPDH e participaram de seminários promovidos por ela. Contudo, não

327 Informações disponíveis em “Deputados defendem educação domiciliar com criação de frente parlamentar”, publicado em 02/04/2019, no site da Câmara dos Deputados, disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/554791-deputados-defendem-educacao-domiciliar-com-criacao-de-frente-parlamentar/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

forneceu informações sobre quais seriam esses seminários e tampouco obtivemos informações em outros meios. Em relação à diretoria da Frente, segundo o assessor, a deputada Tabata Amaral se desligou no período do avanço da tramitação do PL 3179/2019, em 2022. Por último, um fator destacado na entrevista, que teria acelerado a tramitação do referido PL, foi a mudança da presidência da Câmara do deputado Rodrigo Maia (PSDB/RJ) para o deputado Arthur Lira (PP/AL). Segundo o assessor, o primeiro apoiava o projeto, mas foi o segundo quem fez a tramitação avançar.

Outro fator preponderante para a difusão da defesa da ED foi o contexto que consideramos, em estudo anterior (COLOMBO, 2020), como “laboratório para a política de ED” através da implementação do chamado “ensino remoto emergencial” durante a pandemia da covid-19. Embora cada rede de ensino (municipais e estaduais) tenha estabelecido uma forma de funcionamento, em todos os casos foi observada a transferência de responsabilidade do Estado para as famílias nos processos educativos. Ainda que não tenham sido experiências que se constituíram exatamente como Educação Domiciliar (cuja educação é de responsabilidade exclusiva das famílias), o que se constatou foi que, apesar da ED não ser regulamentada e considera ilegal no Brasil, a participação das famílias ganhou um novo papel nas atividades de “ensino remoto”. No segmento da Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, observou-se (a partir dos pareceres emitidos pelo CNE em consonância com as orientações do Banco Mundial e da OCDE) que as famílias chegaram a assumir o papel principal do processo educativo.

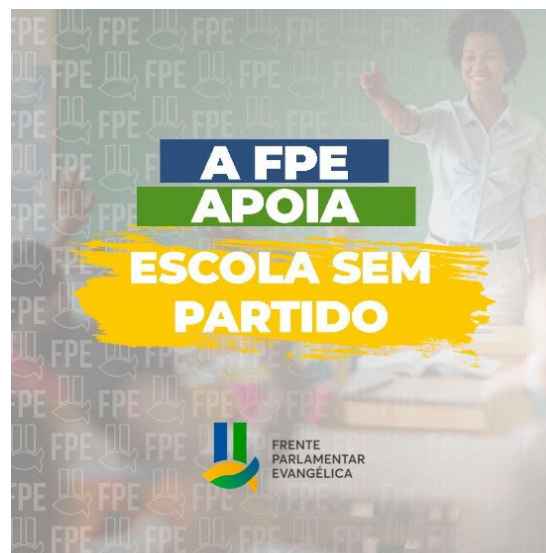
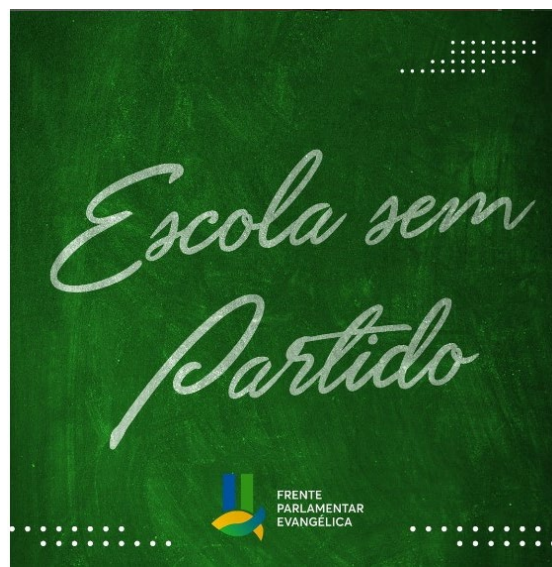
A fim de garantir “o atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais” [trecho de parecer do CNE, 2020], indicam que deve-se realizar também uma aproximação virtual dos professores com as famílias; fazer sugestões de atividades às crianças e aos pais e responsáveis; orientar as famílias com roteiros práticos e estruturados para acompanharem a resolução de atividades pelas crianças; garantir a supervisão de um adulto para realização de atividades; dentre outras medidas. Ou seja, os familiares e/ou demais responsáveis são compreendidos ora como os próprios educadores, ora como mediadores. Sempre necessários nesses níveis de ensino. (COLOMBO, 2020, p.132).

Ainda, nesse estudo, na análise de publicações das igrejas neopentecostais IURD, IIGD e Renascer em Cristo, em relação ao papel atribuído pelas igrejas às famílias no período da pandemia e do “ensino remoto emergencial”, identificamos “[...] a ênfase sobre a orientação do que seria o ‘novo’ papel da família no trabalho com os aspectos emocionais da educação de seus filhos durante o período de isolamento decorrente da pandemia, sob ‘especial’

responsabilidade das mães” (Ibid., p. 133), que deveriam garantir a saúde emocional da família e dos filhos (Ibid., p. 133-135). Esse estudo concluiu que no período da pandemia ampliou-se o “o laboratório de experimentação da Educação Domiciliar no Brasil a pretexto do ‘ensino remoto emergencial’, a partir da difusão e atribuição do que seriam os novos papéis e funções das escolas, dos profissionais da educação e das famílias e demais responsáveis dos estudantes.” (Ibid., p. 136).

Retomando o levantamento que fizemos no perfil oficial da FPE na rede social digital Instagram, notamos o foco na ratificação da ideia de que os maiores problemas da escola seriam a “doutrinação marxista” e a “ideologia de gênero” supostamente promovidas por aquelas(es) que seriam as(os) principais inimigas(os) das famílias evangélicas: as(os) professoras(es). Em contrapartida, a instituição eleita para resolução dos problemas sociais também é apresentada: a família. Consequentemente, o papel das mulheres dentro dessa instituição nas funções de zelo, cuidado e educação. Com esses pressupostos e questões em perspectiva, salientamos nossa compreensão de que ocorreu o aprofundamento e uma nova ofensiva da disputa pelo sentido e pela função da instituição família por parte do segmento evangélico (mais precisamente, da FPE) no âmbito do Estado ampliado ao longo do governo bolsonarista, que se expressou, dentre outras formas, na defesa de uma política educacional considerada prioritária pelo conjunto dos intelectuais orgânicos cristãos liberais-ultraconservadores, a Educação Domiciliar.

A seguir, quatro imagens da campanha de apoio ao “Escola sem Partido”, promovida pela FPE, selecionadas em nosso levantamento no perfil oficial da FPE na rede social digital Instagram na 56ª Legislatura, que correspondem à sustentação ideológica da defesa da política de Educação Domiciliar (ED).



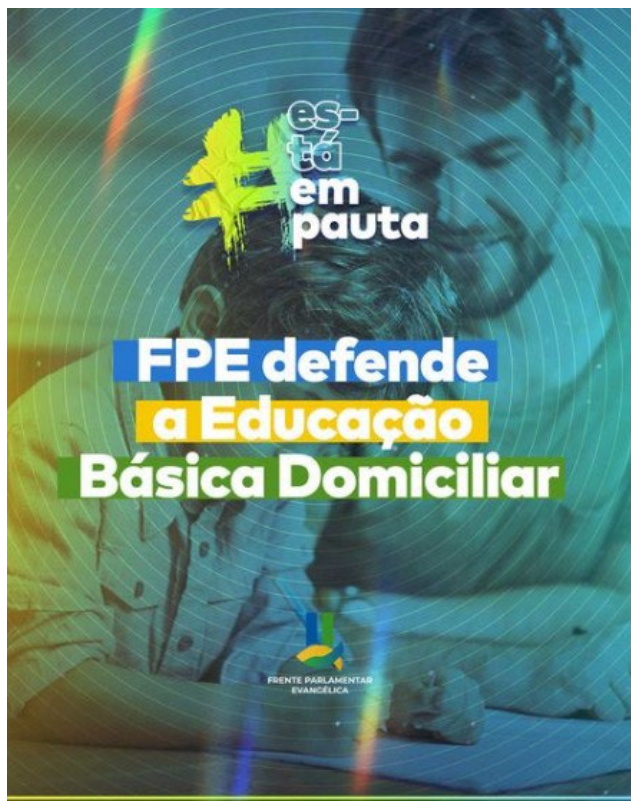
Reprodução. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2019i, 2019j, 2022c, 2022d).

Também observamos que os textos que seguem as imagens, recorrentemente, defendem a direção moral da família (de dimensão privada) em relação ao processo educativo do âmbito da educação escolar (de dimensão pública). Além disso, também reforçam a estratégia de construção de “pânicos morais”, como se a prática educativa realizada nas escolas “corrompesse a inocência das crianças”. Associada à Imagem 11, por exemplo, constava o texto “A FPE se compromete a combater qualquer tipo de ação que vise corromper a inocência dos nossos pequenos e a moral da família brasileira.” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2019i). Associada à Imagem 14, por exemplo, constava um texto que buscava reforçar a ideia de que existiriam conflitos de ordem moral entre a instituição escola e a instituição família,

onde também foi defendida a ideia de que a família teria precedência na orientação e condução do processo educativo, incidindo-a sobre a escola: “A FPE apoia o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2022d).

A seguir, uma imagem de campanha de apoio ao “Escola em Partido” com peça publicitária de temática específica de apoio à Educação Domiciliar. Ao lado da imagem, na publicação, constava o texto complementar: “[...] Garantir na legislação a alternativa de oferta da Educação Básica Domiciliar, é reconhecer o direito de opção das famílias com relação ao exercício da responsabilidade educacional para com seus filhos” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2022e). Reforçamos que tal argumento, conforme apontamos na elaboração do Quadro 6, a respeito da defesa prioritária PL nº 3179/2012, é baseado na concepção de “filiação” dentro da ideia de família, onde os pais teriam o direito-dever “natural e inalienável” à “educação *integral* da prole” (JUNQUEIRA, 2022, p. 39, grifo nosso). Ou seja, concebe-se os filhos como propriedade da família, cujos direitos e deveres, assim como o poder de determinar o processo educativo formal, estariam acima do controle e da proteção do Estado e das legislações educacionais. O texto complementar da publicação encerrava com a solicitação de apoio dos parlamentares à tramitação do referido PL: “Tramita na Câmara dos Deputados o PL 3179/2012, que trata sobre a possibilidade de oferta de educação domiciliar da educação básica. A FPE pede o apoio dos parlamentares na apreciação com urgência da matéria.” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2022e).

IMAGEM 16 - CAMPANHA DE APOIO AO “ESCOLA SEM PARTIDO” (TEMA EDUCAÇÃO DOMICILIAR)



Reprodução. Fonte: FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2022e).

Nas palavras do assessor da FPE, em entrevista concedida no dia 16 de agosto de 2022 (sem autorização para gravação de áudio), na sala da FPE na Câmara dos Deputados: “O homeschooling chegou pra gente [FPE] porque 90% dos praticantes são cristãos” e acrescenta que “O homeschooling é para tirar as crianças dessa doutrinação”. Segundo o assessor, Lincoln Portela escreveu o PL (citado na publicação da campanha) de acordo com os princípios da Frente: “O Lincoln, que fez o projeto, é nosso [membro]”. Quando questionado sobre a relação entre a FPE e a Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling (FPDH), o assessor respondeu que: “O grupo das duas frentes é o mesmo”. Em seguida, acrescentou, uma caracterização exemplar a respeito da atuação conjunta, articulada e uníssona: “Nós somos como se fosse um grupo de partido.”.

No mesmo sentido de articulação conjunta entre os intelectuais orgânicos evangélicos, a gestão do pastor Milton Ribeiro à frente do MEC foi mais um marco para o avanço da defesa da regulamentação da ED no país. Em 2021, o ministério lançou a cartilha “Educação Domiciliar: um Direito Humano tanto dos pais quanto dos filhos”. Em suas 20 páginas, o

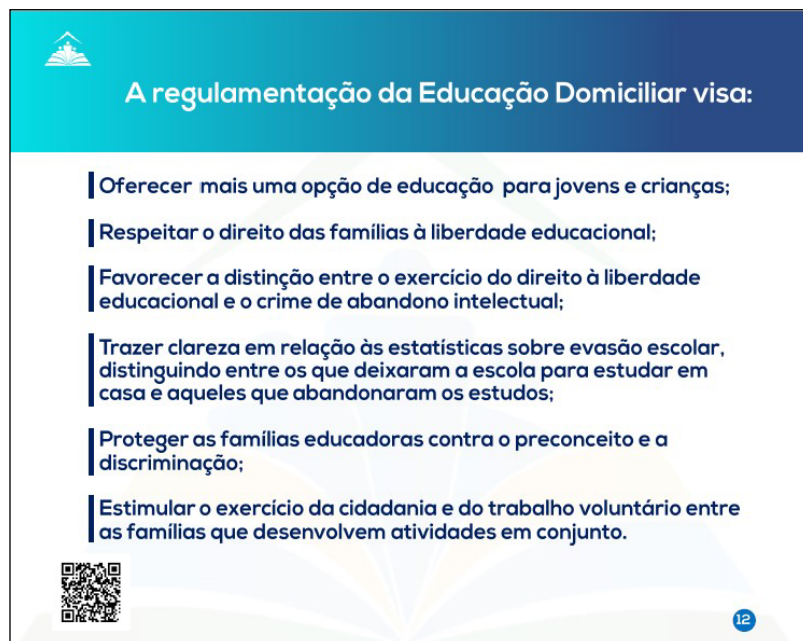
documento explica a política, apresenta argumentos a favor da regulamentação e exemplos de iniciativas pelo país, além de utilizar a pandemia da covid-19 como se fosse um fator de aumento da necessidade da regulamentação. Ainda, apresenta os PLs em tramitação na Câmara, defendendo a provação. Na sequência, temos duas imagens da Cartilha do MEC. A primeira é a capa do documento e a segunda é a página 12, onde constam alguns posicionamentos em defesa da política.

IMAGEM 17 – CAPA DA CARTILHA “EDUCAÇÃO DOMICILIAR” DO MEC



Reprodução. Fonte: BRASIL, MEC (2021b, p. 1).

IMAGEM 18 – PÁGINA 12 DA CARTILHA “EDUCAÇÃO DOMICILIAR” DO MEC



Reprodução. Fonte: BRASIL, MEC (2021b, p.12).

Por fim, apontamos que a educação domiciliar vem enquanto política para atender os interesses de expansão do mercado da Educação à Distância, corroborando com os instrumentos de censura que visam silenciar o pensamento crítico e negar o acesso ao conhecimento científico, retirando dos estudantes o direito básico à educação escolar, desresponsabilizando as famílias da matrícula e o Estado da garantia da oferta e da realização. É uma ampliação, sem precedentes no Brasil, da lógica neoliberal que responsabiliza exclusivamente os trabalhadores pela sua renda (vide o ideário meritocrático e empreendedor), agora buscando expandir essa responsabilização individual dos trabalhadores para a dimensão de sua própria formação, incidindo sobre o sentido e a função das famílias nesse processo formativo (especialmente o papel das mulheres). Assim, consideramos que a regulamentação e implementação da educação domiciliar enquanto política educacional aprofundaria as desigualdades e a dualidade educacional no país, em meio a tantos outros problemas que atravessam a escola pública, ao passo que representa, de uma só vez, uma disputa pelo sentido e pela função da instituição escolar e uma disputa pelo sentido e pela função da instituição família, nos marcos do neoliberalismo, fundamentalismo cristão, do reacionarismo e do ultraconservadorismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva do materialismo histórico dialético que sustentou nossa pesquisa, compreendemos que as leis (e demais propostas legislativas ou programas) que foram levantadas em nosso trabalho são momentos de correlação de forças na luta de classes. Desse modo, ao mesmo tempo que não é possível capturar todos os sentidos de uma determinada política educacional sem a interpretação de seu(s) texto(s) legislativo(s), não é possível capturá-los somente através desses. Ou seja, não é possível depreender todos os sentidos presentes no(s) texto(s) de regulamentação e implementação de uma determinada política educacional sem analisar o contexto e os conflitos de interesses que os envolveram (ou envolvem). Esse horizonte nos levou a fazer escolhas que resultaram no seguinte percurso de pesquisa: ao invés das políticas prioritárias do Ministério da Educação do governo bolsonarista serem o nosso ponto de partida, iniciamos o trabalho analisando a atuação de um determinado grupo de compõe o bolsonarismo – os evangélicos – para, a partir do entendimento de sua “pedagogia da hegemonia”, identificar as suas políticas prioritárias e verificar, no estudo dessas, os elementos que são resultados de relações de construção de hegemonia. De maneira específica, buscamos, especialmente, os elementos que são resultados de relações de construção de hegemonia que combinam aspectos da nova pedagogia da hegemonia evangélica e do projeto bolsonarista de fascistização.

No processo inicial de pesquisa, a análise do documento Manifesto à Nação, da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional (FPE), que foi elaborado e publicado no contexto de ofensiva da extrema direita e de constituição do projeto bolsonarista de fascistização, foi fundamental para compreendermos o vínculo intrínseco entre a formação do bolsonarismo e o processo de fascistização de parte representativa do segmento evangélico. A importância do documento, como observamos, não está localizada na dimensão de seu impacto na conjuntura em que foi lançado, mas em como revelou, em seu conteúdo, a sistematização da nova pedagogia da hegemonia evangélica e no que expressou, também através de seu conteúdo, como a capacidade dos intelectuais evangélicos representantes no Congresso Nacional de fazer acordos e alianças com o bolsonarismo. Essa parte do segmento, depois, foi identificada na direção política da FPE, assim como o próprio conteúdo do documento no que se referiu à disputa das políticas educacionais. Como vimos, ao longo da 56ª Legislatura, a FPE expressou os interesses do segmento evangélico de forma consistentemente alinhada ao projeto

bolsonarista de fascistização.

Na análise da FPE, consideramos que é possível caracterizar a organização como um partido, no sentido gramsciano. Um partido evangélico liberal-ultraconservador, composto por um conjunto de frações de classe dominantes, que envolve uma miríade de aparelhos privados de hegemonia e, ao mesmo tempo, uma coligação política que expressa um conjunto de forças dirigentes. Nessa direção, identificamos os intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia vinculados à Assembleia de Deus (AD) – considerando o conjunto de suas múltiplas denominações e convenções – e à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Também identificamos que a FPE, em sua dimensão de partido, apresentou uma guinada à extrema direita com elementos de fascistização. Neste sentido, reafirmamos que, ainda que não seja possível identificar a unidade no campo evangélico em sua dimensão total (tendo em vista as forças dissidentes dentro do próprio segmento, em permanente disputa), observamos que a FPE, enquanto partido, expressa a unificação do segmento evangélico – de forma ampla pela sua direção, que é de direita – através de seus intelectuais orgânicos representantes no Congresso Nacional, cuja atuação foi combustível das políticas bolsonaristas/fascistizantes e ao mesmo tempo foi por elas alimentada.

Em outras palavras, nesse período, verificamos na FPE a predominância da orientação bolsonarista e a presença de estratégias sistemáticas de atuação no âmbito do Estado ampliado direcionados para este projeto de hegemonia – considerando aquilo que foi ponto de interseção entre o projeto bolsonarista de fascistização e da nova pedagogia da hegemonia evangélica. Na sociedade civil, identificamos o uso de mídias sociais digitais, realização de cultos e celebrações próprias, eventos de formação (tanto para a base social, quanto para a formação de lideranças), reuniões de articulação com grupos políticos e aparelhos hegemônicos distintos e campanhas com temáticas específicas a partir de estratégias e/ou interesses elegidos como prioritários. Na sociedade política, a atuação ocorreu através da coligação política à alguns ministérios estratégicos (tal como o Ministério da Educação e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) e da formulação e implementação de estratégias voltadas para a aprovação ou o impedimento da aprovação de dispositivos legais (no âmbito do Legislativo), assim como de políticas de governo (no âmbito do Executivo), de acordo com seus interesses e prioridades.

Em relação às projeções deste partido no cenário político nacional após o governo de Jair Bolsonaro, destacamos a necessidade de acompanhamento da FPE, em estudos futuros, para análise e compreensão dos movimentos e estratégias estabelecidas em novos contextos.

De imediato, destacamos a criação da Frente Parlamentar Evangélica do Senado Federal, instalada em 21 de dezembro de 2022, que tem como presidente, em 2023, o senador Carlos Viana (Podemos/MG) e, como vice-presidente, a senadora e pastora Damares Alves (Republicanos/DF), ambos da Igreja Batista da Lagoinha. Consideramos o caso relevante, pois, diante da constante direção da AD e da IURD na FPE nas legislaturas anteriores (que envolvia a Câmara e o Senado), a criação de uma frente específica do Senado, sob outra direção política, nos sugere que pode haver uma cisão e/ou uma nova disputa pela direção do segmento evangélico no âmbito do Congresso Nacional no contexto que envolve a 57ª Legislatura no governo de Lula da Silva (2023-2026). Indicamos a questão para estudos futuros.

Ainda em relação à atuação da FPE na 56ª Legislatura, ressaltamos um aspecto que permaneceu em aberto em nosso estudo, mas que consideramos fundamental para a compreensão do nível de articulação, alcance e poder político do segmento evangélico no Congresso Nacional: a relação do segmento com os parlamentares representantes da extrema direita católica. Do mesmo modo, consideramos a questão para estudos futuros, tendo em vista que percebemos perspectivas ideológicas em comum, circunscritas na criação da ideia de “ideologia de gênero” e do seu uso político, especialmente no que tange a disputa pelo sentido e pela função de família e do anticomunismo. Ainda, na análise dos conteúdos publicados na rede social digital Instagram, identificamos ações conjuntas e políticas de interesse comum, que também nos instigaram à continuidade dessa investigação.

Na perspectiva da indissociabilidade entre teoria e método, foi possível observar que a religião, enquanto forma particular ideologia, esteve permanentemente presente nos argumentos utilizados por parte dos intelectuais orgânicos que estiveram na direção política da FPE e do Ministério da Educação (MEC), para justificar as políticas educacionais de interesse do conjunto de forças que constituem o bolsonarismo (ultraliberais, militares, olavista e evangélicos). Identificamos que os argumentos de “defesa da família” e de combate à suposta “ideologia de gênero”, ancorados na perspectiva religiosa cristã fundamentalista e associados ao “anticomunismo”, foram utilizados pelos intelectuais evangélicos para justificar políticas que supostamente seriam necessárias ao front da “guerra espiritual” permanente (adensada pela Teologia do Domínio). Desse modo, podemos considerar que, nas disputas envolvendo as relações de construção da hegemonia, esses elementos ideológicos da nova pedagogia da hegemonia evangélica – “defesa da família”, combate à suposta “ideologia de gênero” e o “anticomunismo”, ajustados aos interesses da nova sociabilidade neoliberal e de novas

estratégias de atuação no âmbito do Estado ampliado – cumpriram uma função formativa e mobilizadora para a adesão ao projeto bolsonarista de fascistização.

Destacamos que a presença desses elementos e a forma como foram utilizados de maneira estratégica, desde as manifestações de direita e extrema direita pós-2013, conferiram à religião, enquanto forma particular de ideologia, diferentes funções e sentidos (na dimensão da pedagogia da hegemonia evangélica) para a constituição do projeto bolsonarista de fascistização. Em relação aos sentidos da religião nesse contexto, consideramos ser possível caracterizá-los em diálogo com perspectiva que apontamos no debate realizado no capítulo I. Assim, observamos a religião, nesse contexto: 1) como “ópio”, como calmante para as dores (observado, especialmente, no uso da Teologia da Prosperidade para produzir justificativa para as desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, atenuar, através da esperança da prosperidade, as dores causadas pelas consequências do aprofundamento da crise orgânica e a decorrente intensificação e atualização dos mecanismos burgueses de superexploração da classe trabalhadora); 2) como expressão da realidade social na forma de reflexo invertido (observado na perspectiva idealizada de esperança e amor, tal como a projetada na “família” idealizada, em compensação ao uso do ódio, do medo e do medo do desamparo como afetos de mobilização e adesão política); 3) como “máscara” da realidade social (observado nas estratégias de produção e disseminação de negacionismos históricos e científicos através de pânico morais, fazendo também uso sistemático de *fake news*); 4) como uma explicação mítica sobre as contradições e conflitos sociais (observado, especialmente, no uso da Teologia do Domínio para a criação de “inimigos” comuns e para a mobilização do segmento evangélico em torno de interesses supostamente comuns); e 5) como “protesto” da realidade social (observado no efeito de produzir as ideias de “causa” dos problemas sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, uma ideia de “meio de solução”, mobilizando o segmento evangélico à adesão ideológica ao projeto de fascistização bolsonarista).

Dentre as políticas educacionais, destacaram-se como prioridades, no período do governo bolsonarista, a militarização das escolas e a Educação Domiciliar. Depreendemos, em ambas, a interface da nova pedagogia da hegemonia evangélica e do projeto bolsonarista de fascistização.

Em relação à primeira, buscamos analisá-la através da observação do seu movimento de ampliação e expansão à nível nacional com Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim), realizado pelos representantes dos interesses do segmento evangélico que dirigiram o

MEC. Identificamos elementos fascistizantes presentes na concepção e na implementação dessas escolas, presentes no projeto bolsonarista de fascistização, tal como: a construção do mito da nação como valor supremo; o nacionalismo defensivo; o militarismo; o armamentismo; o patriotismo; o liberalismo/conservadorismo; o uso de métodos modernos de propaganda; a veneração ao líder/mito; o conspiracionismo; a direção do grande capital financeiro; e a ideologia escola sem partido. Ainda, percebemos a dimensão da modelagem do comportamento de estudantes, docentes e responsáveis legais (ajustadas também à formação de determinada função e sentido de família), realizada a partir de diferentes mecanismos de controle e coerção implicados ao conjunto da comunidade escolar. Esses mecanismos, por sua vez, adequados às orientações e parâmetros estabelecidos por organismos multilaterais do grande capital para ajustar a formação escolar no país de acordo com as chamadas “competências socioemocionais” que são de interesse das mesmas organizações empresariais que constituem esses organismos.

Destacamos que, embora a militarização das escolas tenha ganhado uma significativa ampliação no governo bolsonarista (a partir do Pecim e do incentivo do governo federal à promoção de programas e iniciativas estaduais e municipais), tal política é anterior, oriunda da escalada do processo de crescimento da extrema direita e, mais recentemente, de um processo de fascistização que vem ocorrendo no país, conforme observamos nos capítulos IV e V. Por este motivo, consideramos que as resoluções para as problemáticas que envolvem essa política, por parte dos grupos de pesquisa, sindicatos e demais entidades e organizações que atuam defesa da educação pública, gratuita, laica e democrática, não devem passar, exclusivamente, pelas estratégias de caráter antifascista (e antibolsonarista). Mesmo que o atual governo de Lula da Silva (em 2023) tenha extinto o programa nacional e a diretoria específica do MEC, as 216 escolas que pertenciam ao programa seguem militarizadas (até a conclusão da presente pesquisa) e nenhum movimento foi feito por parte do governo federal para a desmilitarização dessas e do conjunto de escolas que hoje encontram-se nessa condição. Em algumas declarações do MEC, inclusive, na figura do próprio ministro Camilo Santana, foi apontado que não há, por parte do atual governo federal, a intenção de desmilitarizar essas escolas.

É oportuno destacar, ainda, que em estados governados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a militarização também vinha ocorrendo de maneira intensificada antes do governo de Jair Bolsonaro. O caso da Bahia é emblemático: em 2019, antes do Pecim, o estado já contava com 83 escolas municipais militarizadas em parceria com a Polícia Militar, em processos que ocorreram durante os governos de Jaques Wagner e Rui Costa, do PT – sendo que o responsável

pela Secretaria Estadual de Educação, no segundo mandato de Rui Costa, foi o Jerônimo Rodrigues, também do PT, que é o atual governador da Bahia.

Em relação à segunda política educacional, de Educação Domiciliar, buscamos analisá-la através do movimento de intensificação da defesa de sua regulamentação, também à nível nacional, realizado com campanhas específicas do MEC e da FPE. Refletimos sobre a disputa pelo sentido e pela função da instituição social família, presente tanto no argumento quanto na finalidade dessa política. Dessa análise, depreendemos o curso de um processo de restauração do sentido e de refuncionalização da família cisheteropatriarcal e monogâmica, em movimento fundamentalista, reacionário e ultraconservador. Um movimento de retirada de direitos de mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+, conquistados, gradativamente, ao longo das últimas três décadas no país.

Nessa reflexão sobre a disputa pelo sentido e pela função da família, levantamos algumas questões que se relacionam a ambas políticas educacionais, que nos apontam para a necessidade de maior aprofundamento, a ser realizado em estudos futuros. São questões sobre a relação entre a disputa pelo sentido e pela função de escola e a disputa pelo sentido e pela função de família – oriundas de reflexões que não desenvolvemos ao longo da pesquisa, pelo limite de tempo e pelo recorte do objeto, mas que nos parecem oportunas no que tange nossas considerações finais. Como a modelagem do comportamento presente de forma destacada no projeto político-pedagógico do Pecim, no que se refere à função da escola, incide, ao mesmo tempo, sobre a disputa pelos sentidos e funções de família? Como e em que níveis são redefinidos os papéis da instituição escola e da instituição família, de maneira integral, nessa política educacional? É possível observar a busca e/ou a realização de uma refuncionalização dessas instituições sociais através dessa política? Em relação à Educação Domiciliar, o mesmo aspecto, sob outro ponto de vista: como a disputa pelo sentido e pela função de família presente nessa política, índice, ao mesmo tempo, sobre as disputas pelos sentidos e funções de escola?

Concluimos este trabalho de pesquisa, que pretende contribuir para novos estudos ancorados na problematização dos desafios impostos à defesa da educação pública na contemporaneidade, apontando que o segmento evangélico vem desempenhando importante papel na realização das estratégias que visam o adensando e o aprofundamento da capilarização da ideia de que os “professores doutrinadores” são os principais “inimigos” (o principal “problema”) no âmbito das políticas educacionais. Tal “cruzada”, como vimos, está inserida no projeto de fascistização, onde tais igrejas evangélicas vêm exercendo forte protagonismo na

massificação do receituário ideológico bolsonarista (fascista), tanto através dos púlpitos das igrejas quanto através das tribunas do Congresso Nacional. Nesse cenário, consideramos que é urgente a organização de trabalhadoras e trabalhadores da educação, de estudantes e de responsáveis (de comunidades escolares em sua totalidade), juntamente à pesquisadores, movimentos sociais, partidos e organizações de defesa da escola pública para o aprofundando da compreensão sobre os diversos fatores que têm levado ao processo fascistização em curso, de forma a contribuir para a criação, coletiva, de estratégias adequadas para a continuidade da resistência e do enfrentamento em defesa da escola pública no Brasil.

Por último, outra reflexão que não realizamos, mas que não poderia estar ausente em nossas considerações finais, é a respeito da disputa dos evangélicos, assim como da questão religiosa em sua totalidade, por parte de movimentos e organizações políticas de esquerda (no que diz respeito aos debates sobre as aproximações e/ou afastamentos, articulações e/ou tensionamentos). Sem o objetivo ou a pretensão de apontarmos uma direção para este debate (que nos parece caber especificamente às organizações políticas), destacamos que nosso estudo buscou não homogeneizar os evangélicos, considerando, como apontamos, os movimentos de caráter dissidente e antifascista também presentes nesse segmento religioso. Estivemos voltados para a análise dos intelectuais e das forças política que se constituem como a direção do segmento, sem desconsiderar a existência dos movimentos dissidentes que margeiam esse processo. Consideramos, sobretudo, a complexidade dessas relações e disputas internas que, por sua vez, ultrapassam os objetivos e o alcance do presente estudo. Neste sentido, consideramos oportuno pontuar que os sentidos de ser evangélico também estão em disputa no interior do segmento, através da atuação dos intelectuais orgânicos, mas também de forma externa, no conjunto da sociedade. Ainda que não seja nossa intenção realizar o aprofundamento sobre o assunto, destacamos o contraponto porque, para nós, é necessário também considerá-lo como elemento para a observação dos conflitos de classes e das relações de construção de hegemonia. É um elemento também a ser considerado quando pensamos, de forma ampliada, o que este segmento foi outrora, a sua caracterização no período atual e aquilo que pode vir a ser.

Enquanto os dominantes nos apontam o medo como afeto político central, refletimos que a vida requer de nós a coragem necessária para encararmos a complexidade das questões que envolvem os conflitos de classes e as relações de construção de hegemonia. Em outras palavras: é preciso romper os tabus sociais e os receios que atravessam os estudos e debates sobre a questão religiosa. A Sociologia Marxista da Religião nos auxilia no sentido de

pensarmos a questão religiosa no conjunto das questões que envolvem as ideologias. Assim, em nosso estudo, compreendemos que, no contexto político do Brasil contemporâneo, é preciso também outro passo: sem sobrepor outros fenômenos e elementos sociais, reposicionar a questão religiosa no centro dos estudos acadêmicos e debates políticos sobre as correlações de forças na luta de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Gabrielle; CUNHA, Magali. **Frente Parlamentar Evangélica reconfigura liderança para 2022**. 2022. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/frente-parlamentar-evangelica-reconfigura-lideranca-para-2022/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ACCIOLY, Inny. **As Competências Socioemocionais no Contexto Brasileiro: uma análise a partir da Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13415/17)**. Relatório (Pós-doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2020.

ACCIOLY, Inny, LAMOSA, Rodrigo. **As competências socioemocionais na formação da juventude: mecanismos de coerção e consenso frente às transformações no mundo do trabalho e os conflitos sociais no Brasil**. Revista Vértices, v. 23, n. 3, p. 706–733, 2021. Disponível em: <<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15976>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

ALMEIDA, Ronaldo. **A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo**. Cadernos Pagu, n. 50, p. e175001, 2017.

_____. **Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma**. In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

_____. **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira**. Novos estudos CEBRAP, v. 38, p. 158-213, jan. 2019.

ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

ALVES, José Eutásquio. **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro**. Instituto Humanitas Unisinos, em 01 nov. 2018. Disponível em: <<https://ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita**. A Pública, 23.06.2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>> . Acesso em: 17 mai. 2017.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **A substância da crise**. In MÉSZÁROS, I. A Crise Estrutural do Capital. SP: Ed. Boitempo, 2011.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BALESTRO, Mayara; PEREIRA, Eduardo. Brasil Paralelo: atuação, dinâmica e operação a serviço da extrema-direita (2016-2020). In: BALESTRO, Mayara; MIRANDA, João Elter (Orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. [livro eletrônico] Ed. Texto e Contexto (Coleção Singularis, v.9) p. 326-354. Ponta Grossa, 2020.

BEDINELI, Talita; MARTÍN, María. **Três grupos organizam ato anti-Dilma, em meio à divergências**. Jornal El País, 15 de mar. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BIANCHI, Alvaro. **O léxico de Gramsci: hegemonia, guerra de posição e revolução passiva**. Revista Movimento, 24 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/02/o-lexico-de-gramsci-hegemonia-guerra-de-posicao-e-revolucao-passiva-bianchi-dicionario/>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BENJAMIN, Walter. **O Capitalismo como Religião**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

BUCCI-GLUCKSMANN, Cristine. **Gramsci e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

BOLDRINI, Ângela. **Bancada evangélica racha após manobra para mudar estatuto e reeleger atual presidente**. Folha de S. Paulo, em 30 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/bancada-evangelica-racha-apos-manobra-para-mudar-estatuto-e-reeleger-atual-presidente.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CALIL, Gilberto. **Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho**. Projeto História, São Paulo, n. 47, pp. 377-403, Ago., 2013.

_____. **Estado, capitalismo e democracia no Brasil recente**. In: SILVA, Carla, CALIL, Gilberto e SILVA, Márcio Antônio (Orgs.). Ditadura Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

_____. **O negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização**. Materialismo Storico, v. 9, p. 70-122, 2020.

_____. **Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita**. Argumentum (VITÓRIA), v. 13, p. 64-82, 2021a.

_____. **A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista**. Ser. Soc. Soc. São Paulo, nº 140, p. 30-47, jan./abr. 2021b.

CAMPOS, Leonildo. **Evangélicos pentecostais e carismáticos na mídia televisiva e radiofônica**. REVISTA USP, São Paulo, n.61, p. 146-163, mar/mai., 2004.

_____. **Pentecostalismo e protestantismo “Histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças**. Dossiê: Pentecostalismo no Brasil. Revista Horizonte, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 504-533, jul./set., 2011.

CASIMIRO, Flavio. **A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 – 2014)**. Tese de doutorado em

História, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.

_____. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHAGAS, Eduardo. **A Crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx**. TRANS/Form/Ação: Revista De Filosofia, 40(4), 2017. p. 133–154.

COLEMARX. Revista “Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas”, 2020. Disponível em: <<https://colemarx.educacao.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Colemarx-texto-cri%CC%81tico-EaD-2.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

COLOMBO, Luiza. **A Frente Liberal Ultraconservadora no Brasil: reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido**. Dissertação (mestrado em Educação) – UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. 2018.

_____. **Educação Domiciliar a pretexto do “ensino remoto emergencial”**: o que dizem as igrejas evangélicas? In: LAMOSA, Rodrigo (Org.). Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.

COLOMBO, Luiza, LAMOSA, Rodrigo. **A ofensiva ultraconservadora: uma análise da formação e atuação da frente de direita na educação brasileira**. REVISTA HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES, v. Ano 14, p. 1-12, 2018.

_____. **A militarização das escolas e a formação de “um bom liberal”**. Portal Esquerda Online, 22 ago. 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/08/22/a-militarizacao-das-escolas-e-a-formacao-de-um-bom-liberal/>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

COSTA, Diogo. **Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas**. Revista Novos Olhares Sociais, 4 (1), 2021, p. 109-145.

COSTA, Reginaldo. **Manifesto à Nação: o projeto neofascista da Frente Parlamentar Evangélica para o Brasil**. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo; CHABALGOITY, Diego (Orgs.). (Neo)Fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

COUTINHO, Carlos. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **A hegemonia da pequena política**. In: Francisco de Oliveira; Ruy Braga; Cibeles Rizek. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

CUNHA, Magali. **Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital**.

Curitiba: Editora Appris, 2019.

_____. **O Protagonismo evangélico no Poder Executivo – Parte 1: A ocupação de ministérios.** 2021a. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/o-protagonismo-evangelico-no-poder-executivo/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

_____. **O Protagonismo evangélico no Poder Executivo – Parte 2: O segundo escalão de ministérios-chave.** 2021b. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/o-protagonismo-evangelico-no-poder-executivo-parte-2/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

_____. **Frente Parlamentar Evangélica reconfigura liderança para 2022.** 2022. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/frente-parlamentar-evangelica-reconfigura-lideranca-para-2022/>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

DEL ROLO. Partido Popular. In: LIGUORI, G., VOZA, P. (orgs.). **Dicionário gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (orgs.) **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DIAS, Edmundo. **Hegemonia: racionalidade que se faz história.** In: DIAS, Edmundo. **O Outro Gramsci,** São Paulo: Xamã, 2ed., 1996.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?: A bancada evangélica e seu projeto de poder.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DURANTE, Lea. Tania. In: LIGUORI, G., VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Lafonte, 2017.

EQUIPE RELIGIÃO E PODER. **Frentes e Bancadas.** 2020a. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/analise/frentes-e-bancadas/>. Acesso em: 22/03/2023.

_____. **Monitoramento das frentes parlamentares com identidade religiosa no Congresso Nacional (2019-2022).** 2020b. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/pesquisa/monitoramento-das-frentes-parlamentares-religiosas/>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

_____. **Agentes de Influência.** 2020c. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/analise/o-perfil-dos-agentes-de-influencia/>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

_____. **Banco de Dados: 56ª Legislatura.** 2022. Disponível em: <<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1IClmIvRaUjXeVtLgknYDJKKQ7HN27BYbCkzzDs8BnYw/edit#gid=1223425815>>. Último acesso em: 07 ago. 2023.

ESPINOSA, Betty, QUEIROZ, Felipe. **Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

FARIA, Fabiano, MARQUES, Luiz Mauro (Orgs.). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador**. Sobral: CE: Sertão Cult, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A Condição de Sociólogo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Rubem César. **Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política**. Rio de Janeiro: ISER, 1996.

FREY, João. **Exclusivo: bancada evangélica é fiel a Bolsonaro em 89% das votações**. Em Congresso em Foco, 14 out. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bancada-evangelica-e-fiel-a-bolsonaro-em-89-das-votacoes-2/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

FONSECA, Alexandre. **Primeiras análises dos dados do relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011-2015)**. In: FONSECA, Alexandre (org.). *Estado laico, intolerância e diversidade religiosa no Brasil: pesquisas, reflexões e debates*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

_____. **Hegemonismos e política**. In: *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. 307f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1993.

FROSINI, Fábio. **A hegemonia e os “subalternos”**: utopia, religião, democracia: utopia, religião, democracia. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, v. 5(7), p. 70–103, 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GOMES, Jarbas. **Religião, educação e hegemonia nos Quaderni del Carcere de Antonio Gramsci**. Maringá: Editora da UEM, 2014.

_____. **Dossiê “Gramsci e a religião: análises contemporâneas”**. Revista Práxis e Hegemonia Popular, v. 5(7), p. 2-5, 2020.

GONÇALVES, Rafael Bruno, PEDRA, Graciele. **O surgimento das denominações evangélicas no Brasil e a presença na política**. Diversidade Religiosa, João Pessoa, v.7, n.2, p. 69-100, 2017.

GRAMSCI, Antônio. **Cartas do Cárcere**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Escritos Políticos. V.1 (1910-1920)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Escritos Políticos. V.2 (1921-1926)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia / A filosofia de Benedetto Croce. V. 1**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020a.

_____. **Cadernos do cárcere: Maquiavel / Notas sobre o Estado e a Política. V.3**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020b.

_____. **Cadernos do cárcere: Temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. V.4**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020c.

_____. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do cárcere: O Risorgimento / Notas sobre a história da Itália. V.5**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2014.

GUIMARÃES, Paula Cristina. **Os novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas: um estudo a partir da experiência na rede estadual de Goiás**. Dissertação (mestrado em Educação) – UFRRJ/Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. 2019.

GUIMARÃES, Paula Cristina, LAMOSA, Rodrigo. **Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora**. Revista Pedagógica. V.20, N.43, JAN./ABR. 2018.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. Liberalismo. In: CRESPIGNY, Anthony de; CRONIN, Jeremy (orgs). **Ideologias políticas**. Tradução por Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

HOEVER, Rejane. **A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira**. In. DEMIER, Felipe, HOEVER, Rejane (orgs.) **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

_____. **A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas**. In: FARIA, Fabiano, MARQUES, Luiz Mauro (Orgs.). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador**. Sobral: CE: Sertão Cult,

2020.

JUNQUEIRA, Rogério. **“Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”?** In: REIBEIRO, Paula Regina, MAGALHÃES, Joanalira. Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

_____. **A invenção da “ideologia de gênero”: um projeto reacionário de poder.** Brasília: LetrasLivres, 2022.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo.** 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LA ROCCA, Tommaso. **Religião.** In: LIGUORI, G., VOZA, P. (orgs.). **Dicionário gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017a.

_____. Igreja In: LIGUORI, G., VOZA, P. (orgs.). **Dicionário gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017b.

LACERDA, Marina. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LAMOSA, Rodrigo. **Educação e Agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas.** Curitiba: Appris, 2016.

_____. **As frentes de ação da classe dominante na Educação: entre o Todos pela Educação e a Ideologia Escola sem Partido.** In: LAMOSA, Rodrigo (Org.). Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada. Parnaíba: Ed. Terra sem Amos, 2020, p. 11-22.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LENIN, Vladimir. **O Socialismo e a Religião.** Lisboa: Edições Avante, V.1, 1984, p. 291-295.

_____. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo.** Edição Eletrônica (e-book). Campinas: Produção Editorial, 2011.

LIGUORI, Guido. Senso Comum. In: LIGUORI, G., VOZA, P. (orgs.). **Dicionário gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017.

LÖWY, Michael. **Marx e Engels como sociólogos da religião.** Revista Lua Nova, nº43, 1998.

_____. **Marxismo e religião: ópio do povo?** In: A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO), 2007. p. 298-315. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715080929/cap11.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

_____. **O Capitalismo como Religião.** 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/08/o-capitalismo-como-religiao/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

_____. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº 124, p. 652-664, out/dez. 2015.

_____. **O jovem Benjamin.** 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/08/25/michael-lowy-o-jovem-benjamin/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

_____. **Marxismo y religión: Antonio Gramsci.** Cátedra Mariátegui. Lima, Ano VIII, n. 48, maio/jun., 2019.

_____. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano, MARQUES, Luiz Mauro (Orgs.). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador.** Sobral: CE: Sertão Cult, 2020.

MADURO, Otto. **Religião e Luta de Classes.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, André. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo.** Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARTINS, André, NEVES, Lucia (Orgs.). **Educação Básica: tragédia anunciada?** São aulo: Xamã, 2015.

MARTINS, Erika. **Todos Pela Educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel** (Introdução). São Paulo: Boitempo Editorial, 2010a.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital.** 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

_____. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.** São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MARIANO, Ricardo. **Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais.** Debates do NER, Porto Alegre, ano 4, n. 4, jul., 2003.

_____. **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal.** Estudos Avançados, 18(52), p. 121-138, 2004.

_____. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate.** Civitas (Porto Alegre), v. 16, p. 708, 2016.

MARIANO, Ricardo, GERARDI, Dirceu André. **Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores.** Revista USP, São Paulo, n.120, p. 61-76, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p.325-356, dez. 2017. Reprodução do original de 1973.

MEDEIROS, Étore; FONSECA, Bruno. **As bancadas da Câmara.** Agência Pública, em 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

MELO, Demian. **A direita ganha as ruas:** elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In. BIANCHI, Álvaro; et al. DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (orgs.) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica.** Revista Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan./jul. 2014.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MINELLA, Ary. **Construindo hegemonia:** democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina). Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p.13-40, Jan./Abr. 2009.

MORAIS, Edson Elias. **Religiosidade neopentecostal metainstitucional: uma religiosidade sem limites.** Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, 2019.

MOREIRA, Thiago. **Da tradição à renovação na Igreja Batista da Lagoinha:** um olhar sobre o protestantismo renovado. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião do Instituto de Ciências Humanas, 2016.

MOTTA, Vania. **Ideologia do capital social:** atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

_____. **Ideologias do capital humano e do capital social:** da integração à inserção e ao conformismo. Trabalho, Educação e Saúde, [S. l.], v. 6, n. 3, 2022. Disponível em: <<https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1687>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MOURA, Fernanda. **“Escola sem partido”:** relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de História. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, *Programa de Pós-Graduação em Ensino de História*, 2016.

MOURA, Fernanda; SILVA, Renata. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil:** levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordação, 2020.

NEVES, Lúcia. **A Nova Pedagogia da Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1ª ed., 4ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2013.

PASTCHIKI, Lucas; SMANIOTTO, Marcos Alexandre; BARBOSA, Jefferson. **Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas**. Goiânia: Edições Gárgula, 2016.

PENNA, Fernando; SALLES, Diogo. **A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária**. In: Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos. MUNIZ e LEAL (orgs.). Fortaleza: EdUECE, 2017.

PETROVIC, Gajo. Alienação. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

PINTO, Eduardo; BALANCO, Paulo. **Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica**. Revista de Economia Política, v. 34, nº 1 (134), p. 39-60, jan/mar, 2014.

PIRES, Breno; FRAZÃO, Felipe; AFFONSO, Júlia. Gabinete paralelo de pastores controla agenda e verba do Ministério da Educação. Jornal Estadão, em 18 mar. 2022. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/politica/pastores-controlam-agenda-e-liberacao-de-dinheiro-no-ministerio-da-educacao/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

POERNER, Bárbara. **Maioria dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica apoia pautas antiambientais**. Agência Pública, em 25 abr. 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/04/maioria-dos-deputados-da-frente-parlamentar-evangelica-apoia-pautas-anti-ambientais/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

POERNER, Bárbara; FONSECA, Bruno; CORREIA, Mariana. **Pastores usam a Bíblia para defender posse de armas de fogo no Brasil**. Agência Pública, em 27 abr. 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/04/pastores-usam-a-biblia-para-defender-posse-de-armas-de-fogo-no-brasil/#Pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo**. Florianópolis, SC: Enunciado Publicações, 2021.

PRANDI, Reginaldo, SANTOS, Renan, BONATO, Massino. **Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 120. p. 43-60. jan/fev/mar, 2019.

PRONKO, Marcela. **Modelar o comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo**. RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade. Vol. IV. nº 06. p. 167-180. Jan-Jun/2019.

RANIERI, Jesus. Apresentação – sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massa do Fascismo**. Porto: Edições Escorpião, 1974.

ROCHA, Camila; PUGLIA, Leo. Os ideólogos de Jair Bolsonaro. Em *Le Monde Diplomatique Brasil*, em 31 jan. 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/os-ideologos-de-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ROCHA, Carolina. **Racismo religioso**. Website oficial Religião e Poder. 2022. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/racismo-religioso/>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

ROCHA, Daniel. “**Ganhando o Brasil para Jesus**”: alguns apontamentos sobre a influência do movimento fundamentalista norte-americano sobre as práticas políticas do pentecostalismo brasileiro. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9. n. 22, p. 583-604, jul./set., 2011.

ROSSI, Marina; ALESSI, Gil; BENITES, Afonso. **Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas**. *Jornal El País*, em 14 mar. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ª Ed. rev., Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

_____. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (Orgs.). **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

SALES, Lilian, MARIANO, Ricardo. **Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos**. *Religião & Sociedade*, v. 39, p. 9-27, maio 2019.

SANTOS, Eduardo. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SANTOS, Mayara, MIRANDA, João Elter (Orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. (Coleção Singularis, v.9) 463 p., e-book.

SCOFIELD, Laura; TEIXEIRA, Mayara; GROSSER, Annika. **Foragido, Allan dos Santos monta empresa e cria novo “Terça Livre” nos Estados Unidos**. Agência Pública, em 07 ago. 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/08/foragido-allan-dos-santos-monta-empresa-e-cria-novo-terca-livre-nos-estados-unidos/>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina**. *Revista O Social em Questão*. Ano XX, nº 39, p. 87-1-9. Set/Dez, 2017.

SILVA, Deise. **O nexó entre o fascismo e a Igreja Católica na educação a partir da Reforma Gentile**. Dossiê Gramsci e a Religião: análises contemporâneas. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, Marília/SP, 5(7), p. 19-38, 2020.

SOUSA, Ricardo André. **Pluralidade Cristã e algumas questões do cenário religioso brasileiro**. Revista USP, São Paulo, n. 120. p. 13-22. jan/fev/mar, 2019.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. **Banco de dados: os protestos no Brasil (2011-2016)**. 2019.

TRIGUEIRO, André. **Estudo mostra que religiões de matrizes africanas foram alvo de 91% dos ataques no RJ em 2021**. Portal G1. Publicado em 22/01/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/22/estudo-mostra-que-religioes-de-matrizes-africanas-foram-alvo-de-91percent-dos-ataques-no-rj-em-2021.ghtml>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

VITAL DA CUNHA, Cristina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2017.

VOZA, Pasquale. Intelectuais. In: LIGUORI, G., VOZA, P. (orgs.). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FONTES PRIMÁRIAS

ALLAN DOS SANTOS. **Website oficial**. Disponível em: <<https://allansantos.digital/>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

ANAJURE. **Website oficial**. Disponível em: <<https://anajure.org.br/>>. Acesso entre fev. e ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO DOS HOMENS DE NEGÓCIO DO EVANGELHO PLENO. **Website oficial**. Disponível em: <<https://adhonep.org.br/>>; Acesso em: 18 mai. 2022.

ATLAS NETWORK. **Website oficial**. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ATOS 6. **Website oficial**. Disponível em: <<https://www.atos6.com/>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BALLOUSSIER, Anna Virgínia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Agenda do Senhor Presidente da República**. 2018. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/2018-agenda-janeiro-a-dezembro.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm>. Acesso em 17 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. **Portaria Nº 2.015, de 20 de novembro de 2019**. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares – PECIM em 2020, para consolidar o modelo de Escola cívico-militar – ECIM nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Brasília: 2019c. Disponível em: <<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 de jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 246, de 04 de fevereiro de 2019**. Institui o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2401, de 17 de abril de 2019.** Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198615>>. Último acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3179, de 08 de fevereiro de 2012.** Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534328>>. Último acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3723, de 26 de junho de 2019.** Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2209381>>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 377, de 10 de fevereiro de 2011.** Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491833>>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3897, de 04 de novembro de 2021.** Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para facilitar o acesso da mulher a procedimentos de esterilização cirúrgica. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2305724>>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 399, de 23 de fevereiro de 2015.** Altera o art. 2º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=947642>>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 478, de 19 de março de 2007.** Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5198, de 18 de novembro de 2020.** Veda expressamente a instituições de ensino e bancas examinadoras de seleções e concursos públicos

a utilização, em currículos escolares e editais, de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2265327>>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6583, de 16 de outubro de 2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 70, de 1995**. Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/15009>>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7180, de 24 de fevereiro de 2014**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. **Manual das Escolas Cívico-Militares**. Brasília: 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. **Diretrizes das Escolas Cívico-Militares**. 2ª Ed. Brasília: 2021a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. **Relatório de escolas do Pecim (2020-2022)**. 2022. Documento obtido em <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/Escolas_Pecim_ed.pdf>; hoje, indisponível. Último acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Agenda de Dirigentes**. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/agenda-dirigentes-2015?view=autoridade&id=31891&dia=2021-03-19>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha Educação Domiciliar: um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos**. Brasília: 2021b.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Website oficial**. Disponível em: <<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>>. Último acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **PEC nº 115, de 2015**. Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122817>>. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **PEC nº 29, de 2015**. Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120152>>. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011**. Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>>. Acesso em 09 set. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2018**. Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132701>>. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL PARALELO. **Website oficial**. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CASA PUBLICADORA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS. **Website oficial**. Disponível em: <<https://www.cpad.com.br/>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016**. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Redação Final. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **E-mail de resposta à solicitação de acesso da pesquisadora aos documentos da FPE, FPDH e FPDF**. Enviado em 18/05/2022. Documento digital. Banco de dados da pesquisa.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Website oficial**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>>. Acesso entre jan. 2022 e out. 2023.

CIDADANIA AD BRASIL. **Assembleia de Deus comemora êxito nas eleições de 2014**. Blog oficial do projeto Cidadania AD Brasil. Disponível através da plataforma *WayBackMachine*, em <<https://web.archive.org/web/20141027040719/http://www.cidadaniaadbrasil.com/>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

COMO EDUCAR SEUS FILHOS. **Blog de Carlos Francisco de Paula Nadalin**. Disponível até 2021 em: <<http://comoeducarseusfilhos.com.br/blog/>>. Último acesso em: 30 out. 2020.

CONGRESSO NACIONAL (Brasília). Câmara dos Deputados. **Requerimento 1.051, 17 de abril de 2019. Requer registro da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional**. [S.l.], 17 abr. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DOS PASTORES DO BRASIL. **Website oficial**. Disponível em <<https://www.cnpb.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. **Website oficial**. Disponível em: <<http://www.convencaobatista.com.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

CONVENÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL. **Website oficial**. Disponível em: <<http://portalcadb.com/>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

CONVENÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS MADUREIRA E IGREJAS FILIADAS. **Website oficial 1.** Disponível em: <<https://www.admadureira.com.br/>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

_____. **Website oficial 2.** Disponível em: <<https://www.madureiranacional.com.br/>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Relatórios Anuais.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TIPO%7C1352135159121>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Website oficial.** Disponível em: <<https://www.gov.br/impresanacional/pt-br>>. Acesso entre fev. 2022 e out. 2023.

EXPLO HOMESCHOOLING BRASIL. **Website oficial.** Disponível em: <<https://www.expohomeschooling.com/>>. Último acesso em: 10 jul. 2023.

FORÇA JOVEM UNIVERSAL. **Website oficial.** Disponível em: <<https://forcajovemuniversal.com/>>. Acesso em: 26 mai. 2022.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Revista da Frente Parlamentar Evangélica.** Edição especial de lançamento. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 2004.

_____. **Nota à nação brasileira.** Emitida em 06 abr. 2016. Obtida no website oficial da plataforma de monitoramento Congresso em Foco. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bancada-evangelica-declara-apoio-ao-impeachment-de-dilma/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

_____. **Manifesto à Nação: o Brasil para os brasileiros.** Câmara dos Deputados. 2018. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **Perfil oficial na rede social Facebook.** Disponível em <<https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/>>. Último acesso em: 20 abr. 2023.

_____. **Perfil oficial na rede social Instagram.** Disponível em <<https://www.instagram.com/fparlamentarevangelica/>>. Último acesso em: 20 abr. 2023.

HIDEZAKU TAKAYAMA. **Website oficial.** Disponível em <<https://cristovive.inf.br/novo/perfil.php>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

IBGE. Censo de 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>>. Último acesso em: 20 abr. 2023.

IGREJA BATISTA DA LAGOINHA. **Website oficial.** Disponível em: <<https://lagoinha.com/home>>. Acesso em: 11 mai. 2022.

IGREJA UNIVERSAL. **Website oficial.** Disponível em: <www.universal.org/>. Acesso entre mar. 2022 e jun. 2023.

IGREJA UNIVERSAL. **Presidente Jair Bolsonaro recebe líderes evangélicos em Brasília.** 2020a. Disponível em: <<https://www.universal.org/noticias/post/presidente-jair-bolsonaro-recebe-lideres-evangelicos-em-brasilia/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **30 Anos.** 2022. Disponível em: <<https://www.universal.org/noticias/post/30-anos/>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022.** Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Último acesso em: 09 out. 2023.

LOBATO, Elvira. **Igreja controla maior parte de TVs do país.** Folha de S. Paulo. Em 15 de dez. de 2007, disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/12/373563-igreja-controla-maior-parte-de-tvs-do-pais.shtml>>. Acesso em: 26 mai. 2022.

MARCELO REIS. **Entrevista.** Reportagem de Guilherme Paravin: O ostracismo do maior revoltado online. Revista Piauí, em 26 mai. 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas aprovadas no primeiro congresso do Movimento Brasil Livre em 2015.** Disponível em: <<http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Website oficial.** Disponível em: <<https://www.mpl.org.br/>>. Acesso em: 30 jul. /2023.

OLIVEIRA, Gilson Passos de & OLIVEIRA, Cecília Leite (Orgs). **O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares da concepção do modelo aos primeiros resultados: relatos e experiências de pesquisadores, gestores e educadores de Escolas Cívico-Militares.** Brasília: Ibiect; Unb; MEC, 2022.

ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL. **Website oficial.** Disponível em: <<https://www.opbb.org.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PEW RESEARCH CENTER. **Religião na América Latina: mudança generalizada em uma região historicamente católica.** 13 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/religion/2014/11/13/religion-in-latin-america/>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO (PCESP). **Website oficial.** Disponível em: <<https://profscontraoesp.org/>>. Último acesso em: 30 jun. 2023.

REVOLTADOS ONLINE. **Website oficial.** Disponível em: <<https://www.revoltadosonline.com.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

ROCHA, Carla; MENEZES, Maiá. **Líder Evangélico tem contato com o estado**. Jornal O Globo, versão impressa, de 06/05/2006, coluna O País, p. 5.

RODRÍGUEZ, Ricardo. **Independência: Escola Sem Partido, República do Bambu**. Publicação em seu blog pessoal, em 05 set. 2017. Disponível em: <<https://pensadordelamancha.blogspot.com/2017/09/independencia-escola-sem-partido.html>>. Acesso em: 30 jun. 2023

_____. **Um roteiro para o MEC**. Publicação em seu blog pessoal, em 07 nov. 2018. Disponível em: <<https://pensadordelamancha.blogspot.com/2018/11/um-roteiro-para-o-mec.html>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

_____. **Entrevista concedida ao jornal Valor Econômico**. Obtida através da reportagem “Vélez quer alterar livros didáticos para ‘resgatar visão’ sobre golpe”, em 03 abr. 2019. 2019a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

_____. **Entrevista concedida à Revista Veja**. obtida através da reportagem “Faxina Ideológica”, em 01 fev. 2019. 2019b. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/faxina-ideologica>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ROGER CHEQUER. **Entrevista concedida ao Jornal El País**. 2015. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/12/politica/1428789627_109302.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. **Website oficial**. Disponível em: <<https://www.rogerchequer.com.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RONALDO NOGUEIRA. **Entrevista**. Obtida na reportagem “Mozart Neves será o ministro de educação de Bolsonaro”, do jornal Estadão, em 21 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/educacao/blog-renata-cafardo/mozart-neves-sera-o-ministro-de-educacao-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

TEMPLO DE SALOMÃO. **Website oficial**. Disponível em: <<https://www.otemplodesalomao.com/>>. Acesso em: 26 mai. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Website oficial**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/#/>>. Último acesso em: 30 jun. 2023.

UNIÃO FEMININA MISSIONÁRIA BATISTA DO BRASIL. **Website oficial**. Disponível em: <<https://www.ufmbb.org.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

UNIGREJAS. **Website oficial**. Disponível em: <<https://www.unigrejas.com/>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

VEM PRA RUA. **Website oficial**. Disponível em: <<https://www.vempraruia.net/>>. Acesso em: 10 out. 2018 e 10 abr. 2023.

FONTES PRIMÁRIAS WEBGRÁFICAS

ADHONEP. Fotos da 37ª Convenção Internacional da ADHONEP. **Website oficial**. (Imagens). 2020. Disponível em: <<https://adhonep.org.br/portfolios/convencao-internacional-da-adhonep-2020/>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Nota de Pesar. (Imagem). **Instagram**. 16 mai. 2019a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Byxqqd5At_5/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==>. Último acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Reunião. (Imagens e texto). **Instagram**. 14 mai. 2019b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxdnSEJFeIG/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==>. Último acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Bolsonaro reconhece a importância da FPE. (Vídeo e texto). **Instagram**. 18 jul. 2019c. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B0EY1skAvp2/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==>. Último acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Ministra Damares faz balanço dos 200 dias de trabalho com o apoio da Frente Parlamentar Evangélica. (Vídeo e texto). **Instagram**. 30 jul. 2019d. disponível em: <https://www.instagram.com/p/B0jNm-6g13j/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==>. Último acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Nota a respeito do Decreto nº 9.785 de 7 de 2019: Sobre aquisição, cadastro, posse, porte de Armas de Fogo e Munições. (Imagem e texto). **Instagram**. 25 jun. 2019e. disponível em: <https://www.instagram.com/p/BzJ9_wTgACB/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==>. Último acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. A valorização da família é uma das principais bandeiras da FPE!. (Imagem e texto). **Instagram**. 17 abr. 2019f. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BwWkAWPIpik/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==>. Acesso em 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Família é bem mais precioso, por isso nós a valorizamos!. (Imagem). **Instagram**. 16 dez. 2019g. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B6IqAHjF8M7/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==>. Acesso em 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Não a legalização do aborto. (Imagem e texto). **Instagram**. 14 abr. 2019h. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BwYEPOglDRj/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Somos contra a educação sexual para as crianças. (Imagem e texto). **Instagram**. 24 abr. 2019i. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/BwqMgyulO-H/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Escola sem Partido. (Imagem e texto). **Instagram.** 29 abr. 2019j. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bw26MYeFt57/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Nota Pública. (Imagem e texto). **Instagram.** 11 out. 2021a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CU5pEV9FJJ/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Último acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Eu sou contra. (Imagem). **Instagram.** 09 set. 2021b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiSK_kWjjM4/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Diga não ao aborto. (Imagem). **Instagram.** 17 jan. 2021c. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CKjAMI0Fjsb/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. A FPE defende os valores da família. (Imagem). **Instagram.** 11 ago. 2022a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChHnACmOlG/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Último acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. O mês de maio é o mês de celebração a Família, primeira instituição criada por Deus e base para a formação de qualquer indivíduo. (Vídeo e texto). **Instagram.** 24 mai. 2022b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cd8KgL3sa1d/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Último acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. A FPE é contra a ideologia de gênero. (Imagem e texto). **Instagram.** 01 ago. 2022c. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cgt3LH2s0XX/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. A FPE apoia escola sem partido. (Imagem e texto). **Instagram.** 26 ago. 2022d. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChuH83MMDa7/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em 20 abr. 2023.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. A FPE defende a Educação Básica Domiciliar. (Imagem e texto). **Instagram.** 28 abr. 2022e. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cc5ItUKgbsU/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 20 abr. 2023.

JAIR BOLSONARO. Discurso em debate. (Vídeo). Plataforma **Youtube**. 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GIpSSuOPsM&ab_channel=g1>. Acesso em: 15 jul. 2023.

OLAVO DE CARVALHO. **Facebook**. Reprodução obtida na reportagem “Frente evangélica protesta contra indicação de Mozart Ramos”, de Catraca Livre, em 21 nov. 2018. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/frente-evangelica-protesta-contraindicacao-de-mozart-ramos/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ANEXO I – “PLS APROVADOS”

ANEXO II – “PLS PRIORIZAR”

ANEXO III – “PLS PERIGOSOS”

Tema	Local	Proposta legislativa	Assunto	Ano da proposição	Situação do PL no Congresso
Estatuto da Família	CD	PL 6583/2013	Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.	2013	Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA); Comissão em funcionamento
Maioridade Penal	SF	Câmara: PEC 171/1993 Senado:115/2015	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos).	1993	03/12/2019 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Reforma da Previdência	SF	PEC 6/2019	Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.	2019	Transformada na Emenda Constitucional 103/2019
Lei do Gás	SF	PL 4476/2020	Dispõe sobre medidas para fomentar a Indústria de Gás Natural e altera a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009.	2020	Transformado na Lei Ordinária 14134/2021
Privatização da Eletrobras	CD	PL 9463/2018	Dispõe sobre a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973.	2018	Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa
Marco Legal do Câmbio	CD	PL 5387/2019	Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil.	2019	Transformado na Lei Ordinária 14286/2021
Aumento da Pena para abuso sexual em menores	CD	PL 4319/2020	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para aumentar as penas impostas aos crimes de estupro, estupro de vulnerável e pedofilia virtual, altera critérios da progressão de regime e dá outras providências.	20198	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)
Regularização Fundeária	SF	PL 2633/2020	Altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências.	2020	09/12/2021 - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

BR do Mar	SF	PL 4199/2020	Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar); altera as Leis nºs 5.474, de 18 de julho de 1968, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e revoga o Decreto do Poder Legislativo nº 123, de 11 de novembro de 1892, e o Decreto-Lei nº 2.784, de 20 de novembro de 1940, e dispositivos da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e das Leis nºs 6.458, de 1º de novembro de 1977, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.483, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, 12.599, de 23	2020	Lei nº 14.301 de 07/01/2022
Marco Legal das Startups	CD	PLP 146/2019	Dispõe sobre startups e apresenta medidas de estímulo à criação dessas empresas e estabelece incentivos aos investimentos por meio do aprimoramento do ambiente de negócios no País.	2019	Transformado na Lei Complementar 182/2021

Tema	Local	Proposta legislativa	Assunto	Ano da proposição	Situação do PL no Congresso
Estatuto do Nascituro	CD	PL 478/2007	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	2007	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)
Maioridade Penal	SF	Câmara: PEC 171/1993 Senado:115/2015	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos).	1993	03/12/2019 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
proibir linguagem neutra	CD	PL 5198/2020	Veda expressamente a instituições de ensino e bancas examinadoras de seleções e concursos públicos a utilização, em currículos escolares e editais, de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas.	2020	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
Suicídio	CD	PL 8632/2017	Dispõe sobre a Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida.	2017	Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
Criminalizar Serviços sexuais	CD	PL 377/2011	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências.	2011	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Alteração de Sexo	CD	PL 070 1995	Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências.	1995	Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)

Estatuto da Família	CD	PL 6583 2013	Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.	2013	Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA); Comissão em funcionamento
Aborto	CD	PEC 29/2015	Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.	2015	04/05/2020 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Pedofilia	CD	PL 1776/2015	Inclui no rol de Crimes Hediondos os Crimes de Pedofilia.	2015	Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
Home Schooling	CD	PL 3173/2012	Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.	2012	Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa

Tema	Local	Proposta legislativa	Assunto	Ano da proposição	Situação do PL no Congresso
Jogos de Azar	CD	PL 442/91	Revoga os dispositivos legais que menciona , referentes à prática do " jogo do bicho "	1991	Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
aborto	CD	PL 3897/2021	Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para facilitar o acesso da mulher a procedimentos de esterilização cirúrgica	2021	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)
Escola sem partdo	CD	PL 7180/2014	Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Adapta a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Governo Brasileiro.	2014	Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa
casamento mesmo sexo	SF	PLS 612/2011	Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.	2011	20/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA
ideologia	CD	PL 7180/2014	Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Adapta a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Governo Brasileiro.	2014	Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa
leglizção da maconha	CD	PL 399/2015	Altera o art. 2º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação.	2015	Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Estatuto da Diverdidade Sexual	SF	134/2018	Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero.	2018	Relator atual: Senador Paulo Rocha 15/03/2019 - MATÉRIA COM A RELATORIA